GRUPO FAMETRO

Coordenação de Pesquisa & Extensão

Anais do X Congresso Científico Fametro



A universidade Fora dos Muros

Conectando Saberes e
Transformando Realidade

Editora Poisson

Anais do X Congresso Científico Fametro - CONCIFA

1ª Edição

Belo Horizonte

Editora Poisson

2026

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C744
X ConCIFA - Congresso Científico FAMETRO - 2025
Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2026

Formato: PDF
ISSN: 2966-425X online
DOI: 10.36229/2966-425XI

Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Saúde 2.Medicina 3. Enfermagem I. Título

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

Apresentação

A publicação dos Anais do X ConCIFA nasceu do desejo de **transformar resultados acadêmicos em conhecimento acessível e aplicável**, reunindo experiências vivenciadas ao longo de P**rojetos de Pesquisa, Extensão e trabalhos apresentados nas edições anteriores do CONCIFA**.

Ao longo dos últimos anos, observou-se a riqueza dos estudos desenvolvidos por alunos e professores da Fametro, muitos deles com **impacto direto na comunidade e relevância científica significativa**, mas que permaneciam restritos ao ambiente acadêmico.

A obra surge, portanto, como um **instrumento de valorização da produção científica institucional**, permitindo que esses resultados ganhem visibilidade e contribuam para novas práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o livro reflete o compromisso com o princípio da **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, estimulando a escrita científica, a divulgação de experiências exitosas e a consolidação de uma **cultura investigativa e colaborativa** dentro da Fametro.

Cada capítulo representa uma semente plantada na trajetória acadêmica — germinando em novas ideias, projetos e possibilidades para o futuro.

Organização
Grupo FAMETRO

Coordenação CONCIFA
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
Cleiciane Maia Ferreira
Elisangela Cesar QueirozMSc. Graciete da Rocha Ayres
Heliana Rosely Neves Oliveira
MSc. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos
Esp. José Cândido Caccavelli de Andrade
Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro
Dra. Jocilene Maria da Conceição Silva
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes
Esp. Miryelle da Silva Maciel
Dr. Ricardo Gonçalves Castro

Capa
Setor de mkt da FAMETRO

Comitê Científico

Ana Cristina Cruz Pinto
Ana Cristina da Silva Pinto (FAMETRO)
Ana Rita Gaia Machado (FAMETRO)
Adriana Nonato Braga
Dr. Bruno Miranda Braga(FCA)
MSc. Inácio Raposo da Silva(FCA)
Dr. Carlos Josué Costa do Nascimento (FCA)
Cleiciane Maia Ferreira (FAMETRO)
Cleide Ferreira Alves (FAMEC)
Elisângela César Queiroz
Elton Pereira Teixeira (UEA)
Erilene Maria Mourão Solart (Fametro)
MSc. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos (FCA)
Heliana Rosely Neves Oliveira
Esp. José Cândido Caccavelli Andrade
Dra. Jocilene Maria da Conceição Silva (FCA)
Luciane Farias Ribas (UEA)
Lucas Matheus Sampaio Campos (FAMETRO)
Marina Brólio Pandphi (FAMETRO)
Maria Anália Duarte de Souza (UFAM)
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes (FCA)
Mauro Augusto Ponce Braga (FAMETRO)
Esp. Miryelle da Silva Maciel
Mônica Regina Hosanna da Silva e Silva (FAMETRO)
Dr. Ricardo Gonçalves Castro (FCA)
Leia Maria Erlich Ruwer (IFR)
Lívia da Silva Oliveira (FAMETRO)
Dr. Paolo Cugini (FCA)
Rute Holanda Lopes (UFAM)
Suelânia Cristina Gonzanga de Fiqueiredo (FAMETRO)
Wiston de Araujo Teixeira (FAMETRO)

A Comissão Científica é responsável pelo conteúdo dos anais, garantindo o respeito aos direitos de imagem, evitando plágio e enviando a Declaração de Publicação pelos autores à editora junto com o arquivo final dos anais do evento.

Promoção

Coordenação de Pesquisa & Extensão

Produzir & Publicar

Realização

GRUPO FAMETRO

SUMÁRIO

Capítulo 1: Falhas nas boas práticas de manejo e a sua relação com doenças reprodutivas em fêmeas bovinas: revisão de literatura..... 16

Ana Beatriz Coelho Duarte, Gisele Santos da Silva

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.01

Capítulo 2: Origem, nacionalização e internacionalização do eDNA: uma perspectiva como técnica molecular para estudos da ictiofauna..... 21

Manoele Vitória Santos da Silva, Talita Brito de Oliveira

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.02

Capítulo 3: Gripe aviária: características, transmissão e impactos econômicos no cenário global e nacional..... 26

Milene da Silva Gusmão, Talissa Pereira Cirino Prado, Marcos do Prado Sotero

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.03

Capítulo 4: O Jesus histórico: memória e a importância do testemunho das testemunhas oculares nos evangelhos..... 31

Raimundo Nonato de Oliveira, Ricardo Gonçalves Castro, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.04

Capítulo 5: A ecologia das relações: reflexões para uma educação integral..... 34

Ricardo Gonçalves Castro, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.05

Capítulo 6: Filosofando na Amazônia: ensaio de ecosofia amazônica..... 38

Ricardo Gonçalves Castro, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.06

Capítulo 7: Fraternidade em tempos pandêmicos: uma análise filosófica em Zygmunt Bauman e Papa Francisco acerca das relações fraternas no Brasil 42

Luiz Fernando Levati Pereira, Ricardo Gonçalves Castro, Gervis Monteiro da Silva

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: As relações humanas na era digital: um olhar analítico à luz de Edgar Morin 46

Jaézio Marques Rodrigues, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, Bruno Miranda Braga, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.08

Capítulo 9: Do conservadorismo à sinodalidade na Igreja da Amazônia: uma abordagem a partir do documento de Santarém 50

Juan Carlos Castillo Castillo, Neila Soares Picanço, Graciete da Rocha Ayres, George Alexandre Barbosa Vasconcelos, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.09

Capítulo 10: Documento de Santarém e os sonhos do Papa Francisco 53

Juan Carlos Castillo Castillo, Neila Soares Picanço, Graciete da Rocha Ayres, George Alexandre Barbosa Vasconcelos, Joaquim Hudsom de Souza Ribeiro

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.10

Capítulo 11: Trabalhando a inclusão e a diversidade por meio da literatura infantil 57

Danielle Monteiro dos Santos, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.11

Capítulo 12: Santo Agostinho e o conceito de amor ao próximo..... 61

Maria do Socorro Maia Machado, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres, Bruno Miranda Braga

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.12

Capítulo 13: Fome na Amazônia 65

Agnaldo dos Santos, José Paulo Radin Souza, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Kamila Suê Mendes de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.13

Capítulo 14: Meliponíneos na educação de estudantes surdos: experivivências pedagógicas no Ensino de Ciências e Educação Ambiental, em Manaus/Amazonas... 69

Kliton Barbosa-Costa

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.14

Capítulo 15: Contextos e cenários que desafiam a fraternidade..... 73

José Cândido Caccavelli Andrade, Kleython Cabral de Moura, Marco Antonio Cardoso da Silva

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.15

SUMÁRIO

Capítulo 16: A efetivação dos objetivos de direito sustentável estabelecidos pela ONU a partir da fraternidade 77

Laura Maria Santiago Lucas, José Cândido Caccavelli de Andrade, Bruno Miranda Braga

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.16

Capítulo 17: O Übermensch em Nietzsche: liberdade, superação e a crítica à moralidade 81

Leandro Kamal Tomé Diniz, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, Bruno Miranda Braga

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.17

Capítulo 18: Fé e razão em Santo Agostinho: fundamentos para a compreensão do fanatismo religioso na sociedade contemporânea 85

João Henrique Ferreira da Silva, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Bruno Miranda Braga, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, Ricardo Gonçalves Castro

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.18

Capítulo 19: O papel da mulher na Igreja da Amazônia, tabu e valorização na Igreja do Alto Solimões 89

Adalberto Maricaua Peres Filho, Bruno Miranda Braga, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.19

Capítulo 20: A natureza como parte da família: visão indígenas do Alto Rio Negro/AM sobre cuidado da ecologia 93

Elienai Djani Lemos Marinho, Bruno Miranda Braga

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.20

Capítulo 21: Cultura, uma discussão filosófica: pluralidade, fluidez e dinâmica cultural amazônica a luz da filosofia de Heráclito 97

Antônio Magno da Silva Lima, Bruno Miranda Braga, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.21

Capítulo 22: Canaimé: a ideia do mal a partir da oralidade das comunidades indígenas Macuxi 101

Lucas Santos Maia, Bruno Miranda Braga, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.22

SUMÁRIO

Capítulo 23: Traços fonéticos amazônicos: o alteamento da vogal /o/ no português de São Paulo de Olivença-AM 105

Camilo Jaílton Martins dos Santos, Felip Barbosa da Luz, Kellen Letícia Guimarães Santos, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.23

Capítulo 24: A intertextualidade como estratégia de produção acadêmica: um estudo sobre trabalhos monográficos do curso de Letras do INC/UFAM 108

Camilo Jaílton Martins dos Santos, Felip Barbosa da Luz, Kellen Letícia Guimarães Santos, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.24

Capítulo 25: Consumismo, ética e ecologia – uma análise a partir da coleta seletiva na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi 111

Dimitri Corrêa e Ribeiro da Silva, Ricardo Gonçalves Castro

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.25

Capítulo 26: Uma análise sobre o amor e suas implicações ético-morais na formação humana: um diálogo entre Platão e Dante Alighieri 115

Karoil Wojtyla Figueira Soeiro, Kellen Letícia Guimarães Santos, Artur Freitas Hidalgo, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.26

Capítulo 27: Dentre vocês não haverá nenhum pobre: a justiça social no Código de Deuteronômio 120

José Cândido Caccavelli Andrade, Kleython Cabral de Moura

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.27

Capítulo 28: Prazer, felicidade e prudência: uma compreensão em busca do princípio filosófico epicurista em tempos pós-modernos 124

Antônio Abner Nascimento Aguiar, Graciete da Rocha Ayres, George Alexandre Barbosa Vasconcelos, Inácio Raposo da Silva, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.28

Capítulo 29: Arte em Hegel: uma reflexão sobre a autonomia nas produções da arte graffiti 128

Adrian Francescoli Gomes Belém, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, Graciete da Rocha Ayres, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.29

SUMÁRIO

Capítulo 30: Ética ambiental na região norte do Brasil: uma análise à luz da filosofia de Baruch Spinoza 132

Ronildo Azevedo Batista, Bruno Miranda Braga, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.30

Capítulo 31: Gestão de resíduos hospitalares e o impacto na saúde do trabalhador 136

Kamily Suyame Mendes de Menezes, Maria Roseane Gonçalves de Menezes, Klilton Barbosa da Costa

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.31

Capítulo 32: Educação inclusiva: o direito das pessoas com deficiência à escola regular 140

Kamila Suê Mendes de Menezes, Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro, Kamily Suyame Mendes de Menezes, Priscila de Menezes Pinheiro, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.32

Capítulo 33: Língua e diversidade: uma etnohistória dos Aruak do Amazonas..... 144

Bruno Miranda Braga, Ricardo Gonçalves Castro, José Roberto da Silva Araujo, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.33

Capítulo 34: Pessoas em situação de rua em Manaus: uma reflexão a partir da ética de Enrique Dussel e dos direitos humanos 149

Valzemar da Silva Andrade, José Roberto da Silva Araujo, Madchen Marques Corrêa, George Alexandre Barbosa de Vasconcelos, Graciete da Rocha Ayres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.34

Capítulo 35: Conhecendo a Pedagogia Hospitalar 153

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro, Kamily Suyame Mendes de Menezes, Miryelle da Silva Maciel, Jocilene Maria da Conceição Silva, Maria Roseane Gonçalves de Menezes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.35

Capítulo 36: A relevância da análise das demonstrações financeiras em empresas do setor hoteleiro na cidade de Manaus 157

Carla Christine Paiva da Silva, Francisco Wesley da Silva, Nayanne Barreto da Silva, Yuri Yves Garcia Barroso, Zuila Paulino Cavalcante

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.36

SUMÁRIO

Capítulo 37: A teoria do autocuidado e sua aplicabilidade nas dificuldades fisiológicas e psicossociais em pacientes ostomizados..... 162

Victoria Kailane Martins Cabral, Fernanda do Nascimento de Oliveira, Graciana de Sousa Lopes, Mirelia Rodrigues de Araújo, Lais Vogot Lopes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.37

Capítulo 38: *Acmella oleracea* (jambu) e suas potenciais aplicações farmacológicas: uma revisão de literatura..... 166

Raimundo Nonato Guimarães da Silva, Juliana da Silva Farias, Anne Rebecca Caldas Santiago, Thais Silva de Almeida, Vanderson Gabriel Souza Torres

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.38

Capítulo 39: Alterações fisiológicas no tecido muscular de peixes decorrentes do estresse no abate..... 170

Pedro Alexandre do Valle Almeida, Amanda da Silva Silva, Livia Franco da Silva Lima, Rayanne Oliveira Marques, Laynah Pimenta

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.39

Capítulo 40: Análise de dados e inteligência de negócios no empreendedorismo contábil 174

Ingredy Raina da Silva Ramalho, Eduardo Frazao Mota, Zuila Paulino Cavalcante

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.40

Capítulo 41: Avaliação farmacoterapêutica de idosos polifármacia no Abrigo FAIC. 178

Eduardo Martins, Alex Cordeiro, Susy Christine Goes de Melo Martins, Railane Maria da Silva Pinto

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.41

Capítulo 42: Marketing cultural e transformação social: o caso Norte Grime Sesh em Manaus..... 188

Joely Paixão Vasconcelos, Letícia Amazonas de Vasconcelos, Tássia Patricia Silva do Nascimento

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.42

Capítulo 43: O poder oculto da persuasão: dilemas éticos do dark marketing..... 196

Iuri Pinheiro de Oliveira, Gabrielly Fernandes Moreira

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.43

Capítulo 44: A carga invisível: prevalência de transtornos mentais e Estresse Pós-Traumático em profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19..... 203

Sidney Lopes da Silva Junior, Aquiles Oliveira Peixoto

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.44

SUMÁRIO

Capítulo 45: Dermatite alérgica à picada de pulga em cães e gatos: revisão de literatura 211

Debora Picanço Gomes, Elisa Gabriela de Souza Monteiro, Jamily Jhos Mendes da Silva, Nicole Almada Matos, Laynah Pimenta

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.45

Capítulo 46: Determinantes sociais da saúde e populações em situação de vulnerabilidade: um olhar inclusivo 215

Erilene Maria Mourão Solart, Fabricio de Oliveira Farias Filho, Jhessy Vitória Fontes Fonseca, Lara Kayndria de Araújo Monteiro, Manuela Morais do Nascimento, Vinicius Feitosa Brandao Freitas

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.46

Capítulo 47: Diversidade no ambiente de trabalho - importância e desafios 220

Viviane Thomé de Souza, Júlia Emily de Souza Pinto, Gabriel Serrão Batista

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.47

Capítulo 48: O nível de divulgação do planejamento orçamentário no estado do Amazonas 225

Geovana de Oliveira Cativo, Zuila Cavalcante Paulino

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.48

Capítulo 49: Hipovitaminose a em psitacídeos domésticos..... 230

Lívia Franco da Silva Lima, Rayanne Oliveira Marques, Amanda da Silva Silva, Pedro Alexandre do Valle Almeida, Laynah Pimenta

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.49

Capítulo 50: Impacto da logística reversa na redução de custos e sustentabilidade . 235

Isabelly Andreza dos Santos Azevedo, Tássia Patricia Silva do Nascimento

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.50

Capítulo 51: As fases de iniciação do badminton no ambiente escolar: um olhar sobre o ensino no fundamental II..... 239

Katleen Peixoto Mendes, Luciana de Souza Aragão, Leonardo Mendes Barbosa

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.51

Capítulo 52: Psicologia jurídica no enfrentamento à violência doméstica: a transformação do atendimento à vítima e ao agressor: revisão da literatura 244

Francesca Aimée Oda da Silva, Beatriz Sakamoto Honda, Huanna Iasmyn Gato Souza, Rebeca Lavínia Agra de Almeida Araújo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.52

SUMÁRIO

Capítulo 53: Vivência prática na atenção primária à saúde: um relato de experiência 254

Laura Amorim Salazar Nogueira, Dayane Chimendes de Carvalho Lima

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.53

Capítulo 54: Relato de experiência em recreação e lazer: uma vivência no Parque Cidade da Criança 259

Amanda Costa Escorche, Eva Vilma Alves da Silva, Paula Adriana Fontes

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.54

Capítulo 55: Sequelas e qualidade de vida em doenças crônicas e transmissíveis: estudo observacional na atenção primária de Manaus: SEQVIDA-AP 262

Alex Bezerra da Silva Maciel, Thiago Gomes de Oliveira, Karen Cristine Bráulio da Silva, Júlia Priscila Braga da Costa

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.55

Capítulo 56: A influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher 266

Brenda Uchoa Ramos, Susy Mota Sampaio Nascimento

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.56

Capítulo 57: A controladoria estratégica como ferramenta de apoio à tomada de decisões e à competitividade empresarial 270

Gabriella Carvalho dos Santos, Filipe Medeiros da Silva, Zuila Paulino Cavalcante

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.57

Capítulo 58: O papel dos ledores e transcritores na formação de estudantes com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência 274

Algley Alves da Silva, Mateus Nogueira Ramos, Marcos Vinicius Lopes Correa, Aline Noton Holanda de Freitas, Rafael de Azevedo Melo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.58

Capítulo 59: A formação antirracista através dos temas transversais no ensino superior: um estudo de caso do curso de Pedagogia 279

Cleiciane Maia Ferreira, Eduarda Rufino Lima

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.59

SUMÁRIO

Capítulo 60: O discurso de ódio e a liberdade de expressão nas redes sociais: desafios do direito na era digital 288

Jefferson Ortiz Matias, Bianka Caelli Barreto Rodrigues, Fábio Ferreira Medeiros

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.60

Capítulo 61: Ginástica de academia e promoção da saúde na Comunidade Lago do Aleixo 293

Julieth Lucas Lobato, Aluisio Avelino Pinto, Kamila Jeniffer Souza da Silva, Lanna Beatriz da Silva Alves, Patricia Marques de Lima

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.61

Capítulo 62: Lipidose hepática em felinos domésticos 296

Rayanne Oliveira Marques, Laynah Pimenta, Livia Franco da Silva Lima, Pedro Alexandre do Valle Almeida, Amanda da Silva Silva

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.62

Capítulo 63: Controladoria no apoio à gestão e a tomada de decisões empresarias . 300

Raylene Santos Marculino, Rayan Oliveira Sousa, Thayana Lima, Zuila Cavalcante

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.63

Capítulo 64: Animais como sujeitos de direito: o saber acadêmico transformando a realidade e a jurisprudência nos tribunais 304

Gabriel Mariano da Silva Barreto, Bianka Caelli Barreto Rodrigues, Jefferson Ortiz Matias

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.64

Capítulo 65: Ação multidisciplinar e o papel da Psicologia: conscientização sobre a violência contra a mulher em projeto de responsabilidade social 308

Marcos Vinícius Santos Batista Silva, Jamili Marques Rodrigues, Francisca das Chagas Matos de Souza, Sara Michelle Nascimento de Araújo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.65

Capítulo 66: A influência dos jogos eletrônicos na saúde dos idosos no século XXI .. 313

Emanuelle Holanda Neves, Erica Lima Carvalho, Mirellia Rodrigues de Araújo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.66

Capítulo 67: Trabalho decente no Brasil: as novas relações de trabalho, a tecnologia e a preservação dos direitos fundamentais 317

Winston de Araújo Teixeira

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.67

Capítulo 68: Fortalecimento das ações de saúde em comunidades vulneráveis da Amazônia na prevenção de doenças infecto-parasitárias 321

Roberta Lima de Menezes, Vitória Maciel de Lima

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.68

SUMÁRIO

Capítulo 69: Inovação didática com inteligência artificial como estratégia de engajamento no ensino superior: um estudo em sala de aula 326

Sérvulo Casas Furtado, Paulo Davi da Conceição Casas Furtado

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.69

Capítulo 70: Marketing de conteúdo como estratégia para superar o estigma social no varejo erótico 331

Edmilson Junior Silva de Souza, Maria Fernanda Lima Gusmão Felix, Tássia Patricia Silva do Nascimento

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.70

Capítulo 71: Contabilidade rural na gestão da agricultura familiar: modelo simplificado de gestão 336

Bruno Neves Bacelar, Carolina Bedido Cunha, Glacinéia Rodrigues Martins, Zuila Paulino Cavalcante

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.71

Capítulo 72: Tentativas e suicidios na população idosa do Brasil 341

Alicia Ribeiro do Nascimento, Beatriz Magalhães Rodrigues, Graciana de Sousa Lopes, Mirelia Rodrigues de Araujo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.72

Capítulo 73: Febre oropouche: uma análise epidemiológica no estado do Amazonas 357

Lorena Cardoso de Freitas, Juan Pablo Mantilla Buitrag, Graciana de Sousa Lopes, Mirelia Rodrigues de Araujo

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.73

Capítulo 74: Adaptações do tecido muscular em equinos da raça quarto de milha submetidos a atividade de vaquejada 371

Amanda da Silva Silva, Pedro Alexandre do Valle Almeida, Rayanne Oliveira Marques, Livia Franco da Silva Lima, Laynah Pimenta

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.74

Capítulo 75: Cadernos Escolares: Como e o que se registra no contexto escolar 371

Anabela Almeida Costa e Santos, Marilene Proença Rebello de Souza

DOI: 10.36229/2966-425XI.CAP.75

Capítulo 1

Falhas nas boas práticas de manejo e a sua relação com doenças reprodutivas em fêmeas bovinas: revisão de literatura

Ana Beatriz Coelho Duarte[1]
Gisele Santos da Silva[2]

Resumo: A preocupação com o bem-estar de vacas tem crescido nos últimos anos devido não só ao seu impacto na saúde e produtividade dos animais, mas também na saúde pública. Dentre os principais fatores que influenciam o bem-estar de bovinos, destacam-se o manejo alimentar, o manejo sanitário e o manejo reprodutivo que, quando mal planejados, caracterizam condições estressantes aos animais, resultando na queda da imunidade e na sua maior suscetibilidade a doenças. Dentre as principais doenças que comprometem o sistema reprodutor de fêmeas bovinas, destacam-se metrite, mastite, distocia e retenção placentária. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as falhas nas práticas de manejo e as doenças reprodutivas em vacas, já que a inobservância dos princípios das "Cinco Liberdades do Bem-Estar Animal" demonstra estar diretamente relacionada a ocorrência dessas enfermidades.

Palavras-chave: Bem-estar. Doença. Manejo. Reprodução. Vacas

[1] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM).
[2] Médica veterinária e docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM).

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o bem-estar de vacas tem crescido nos últimos anos devido não só ao seu impacto na saúde e produtividade dos animais, mas também na saúde pública (Santos et al, 2021). Apesar dos desafios existentes para a implementação de estratégias que garantam o bem-estar dentro do setor produtivo, priorizar essas práticas é essencial para a prevenção de enfermidades e complicações nos períodos pré e pós-parto (Gomes et al, 2025; Fonseca, 2024).

A eficiência reprodutiva é fundamental na bovinocultura, pois influencia diretamente a produtividade e a rentabilidade das propriedades rurais (Masquio, 2025). No entanto, não é comum a ocorrência de problemas reprodutivos em criações, especialmente nas voltadas à produção leiteira, o que pode estar associado a falhas de manejo nutricional, sanitário e reprodutivo (Amaral, 2022).

Dada a importância do tema, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre as práticas de manejo e a ocorrência de doenças reprodutivas em fêmeas bovinas, destacando os impactos do bem-estar animal na saúde do rebanho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. BEM-ESTAR ANIMAL E A SUA RELAÇÃO COM A FISIOLOGIA REPRODUTIVA

O conceito de bem-estar animal é multifacetado, mas comumente associado às “Cinco Liberdades”. O Comitê Brambell define esses cinco indicadores em: liberdade nutricional ou de fome e sede, liberdade psicológica ou de medo e ansiedade, liberdade ambiental ou de desconforto, liberdade sanitária ou de ferimentos, dor e doenças, e liberdade comportamental (Sousa, 2023).

Segundo Amaral (2022), dentre os principais fatores que influenciam o bem-estar de bovinos, destacam-se o manejo alimentar, o manejo sanitário e o manejo reprodutivo. A nutrição inadequada, práticas sanitárias ineficientes e um manejo reprodutivo mal planejado caracterizam condições estressantes aos animais, resultando na queda da imunidade e na sua maior suscetibilidade a doenças (Pegoraro, 2018).

O estresse afeta a fertilidade ao atrasar a recuperação endometrial pós-parto e a retomada da atividade ovariana, pois o cortisol elevado suprime a secreção do hormônio liberador de gonadotrofina (GnRH), atrasando a ovulação e aumentando o risco de anestro (Smail et al, 2025). Dessa forma, as vacas demoram mais para retornar ao estro, resultando em intervalos de parto prolongados e diminuição da produtividade ao longo da vida (Masquio, 2025).

2.2. DOENÇAS REPRODUTIVAS E FALHAS NAS PRÁTICAS DE MANEJO

Enfermidades reprodutivas podem comprometer a fertilidade das vacas, aumentando o intervalo entre partos e ocasionando prejuízos econômicos aos produtores. Dentre as principais doenças que comprometem esse sistema, destacam-se infecções como metrite e mastite, além de enfermidades relacionadas com o parto, como distocia e retenção placentária (Monteiro, 2023).

Aspectos genéticos e fisiológicos são fatores que podem levar à ocorrência de problemas associados à reprodução de bovinos, porém, falhas no manejo também estão relaciodas a esses fenômenos (Masquio, 2025). Nesse sentido, os prejuízos ao bem-estar

animal podem ser associados aos princípios das “Cinco Liberdades” (Tabela 1).

Tabela 1: Doenças reprodutivas e causas relacionadas ao manejo

Enfermidade	Descrição	Causa relacionada ao manejo	Liberdade associada	Referências
Metrite	Infecção uterina que afeta todas as camadas do útero.	Dieta desbalanceada e higiene inadequada.	Liberdade nutricional e sanitária.	Monteiro, 2023.
Mastite	Processo inflamatório que ocorre na glândula mamária.	Higiene inadequada e ambiente desconfortável.	Liberdade sanitária e ambiental.	Cruz et al, 2023.
Distocia	Dificuldade durante o parto, que se torna mais longo que o esperado.	Falta de observância no manejo reprodutivo, nutricional e sanitário.	Liberdade psicológica, nutricional e sanitária.	Medeiros e Vieira, 2024.
Retenção placentária	Persistência da placenta no trato reprodutivo feminino após 12 a 24 horas pós-parto.	Dieta desbalanceada, higiene precária e instalações inadequadas.	Liberdade nutricional, sanitária e ambiental.	Leão, 2024.

Fonte: Autoria própria (2025)

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho consiste em um resumo expandido da literatura sobre as falhas nas boas práticas de manejo de vacas e a sua relação com enfermidades reprodutivas. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scielo, Pubvet e Google Scholar, utilizando as palavras-chave "bem-estar", "doenças reprodutivas", "fêmeas bovinas", "manejo" e suas combinações em inglês. Foram selecionados artigos científicos relevantes de Medicina Veterinária e as informações obtidas foram sintetizadas e apresentadas de forma descritiva, com ênfase nos aspectos do bem-estar de bovinos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inobservância no manejo de fêmeas bovinas fere os princípios das “Cinco Liberdades” defendidas pelo Comitê Brambell, como esclarece Sousa (2023). Pegoraro (2018) acrescenta que condições estressantes, que são resultados do desequilíbrio entre as liberdades, originam a queda da imunidade e a maior suscetibilidade a doenças.

O manejo inadequado de fêmeas bovinas, ainda que não seja a única causa, demonstra estar diretamente ligado à ocorrência de doenças reprodutivas. Para Monteiro (2023), a dieta nutricionalmente desbalanceada e a falta de higiene nas instalações podem ser fatores predisponentes à infecções uterinas.

Cruz et al (2023) destacam que ambientes desconfortáveis nas instalações, com umidade e calor excessivo, baixa luminosidade e ambientes sujos propiciam a ocorrência de mastite.

Segundo Medeiros e Vieira (2024), a distocia está relacionada não só a falhas no manejo nutricional e sanitário, mas também ao manejo reprodutivo mal planejado, em que

a falta de acompanhamento gestacional pode resultar em partos mais demorados, aborto e infertilidade.

As práticas de manejo que podem resultar em retenção placentária são multifatoriais, abrangendo dietas desbalanceadas, problemas de higiene e instalações inadequadas (Leão, 2024).

Dado o exposto, pode-se afirmar que o desrespeito às necessidades naturais de fêmeas bovinas resulta no estresse fisiológico e, consequentemente, na predisposição a doenças reprodutivas. O manejo inadequado nas criações tem efeito negativo sobre as diferentes liberdades do bem-estar animal descritas por Sousa (2023), principalmente sobre a nutricional e a sanitária.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento literário foi possível notar a concordância entre a literatura e as práticas realizadas em campo por profissionais da bovinocultura, no que diz respeito a sua ligação com doenças reprodutivas em fêmeas. Muitos são os fatores que contribuem para o desenvolvimento dessas enfermidades, levando a problemas secundários no rebanho bovino, contudo, as práticas inadequadas de manejo nutricional, sanitário e reprodutivo demonstram estar diretamente relacionadas à sua ocorrência. Assim, garantir o bem-estar e compreender as necessidades dos animais é fundamental para a prevenção de problemas reprodutivos em bovinos.

AGRADECIMENTOS

Direciono os meus sinceros agradecimentos à instituição, aos professores, aos familiares, aos amigos e, principalmente, a Deus.

REFERÊNCIAS

[1] AMARAL, Jackson Barros do. **Diagnóstico de bem-estar de bovinos no contexto da medicina veterinária legal: Revisão.** Pubvet, [S. l.], v. 16, n. 08, p. e1195, 2022. Disponível em: https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/2866. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

[2] CRUZ, Júlia da Costa Carneiro; NASCIMENTO, Ana Carolina; CONCEIÇÃO, Evelyn de Fátima de Moraes. **MASTITE EM BOVINOS DE LEITE: BEM-ESTAR ANIMAL E ASPECTOS FORENSES RELACIONADOS.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 419–426, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10533. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

[3] FONSECA, L. L. M.; MOURA, M. M. A.; CARVALHO, C. da C. S. **Bem-estar na bovinocultura leiteira: revisão de literatura.** Brazilian Journal of Animal and Environmental Research, [S. l.], v. 7, n. 4, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/74376. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

[4] GOMES, Eduarda Machado; MARANHÃO, Joyciara Alvim Muniz; CASTRO, Suelma dos Santos. **MANAGEMENT AND ANIMAL WELFARE IN BEEF CATTLE FARMING IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW.** Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1–23, 2025. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/3783. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

[5] LEÃO, Deborah Proto. **RETENÇÃO DE PLACENTA EM BOVINOS DE LEITE: UMA REVISÃO.** Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.], v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2571. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

[6] MASQUIO, Jaqueline Assini. **Main reproductive diseases that affect cows after calving in the State of Rondônia.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 14, n. 4, p. e7014448680, 2025. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/48680. Acesso em 25 de setembro de 2025.

[7] MEDEIROS, Larissa de Melo; VIEIRA, Paulo Rufino Paulino. **DISTÓCIAS EM BOVINOS CAUSA E CONSEQUÊNCIAS: Uma breve revisão integrativa de literatura.** Scientia Generalis, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 434–441, 2024. Disponível em: https://www.scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/617. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

[8] MONTEIRO, R. A**. Impacto de doenças puerperais mais frequentes sobre a fertilidade e longevidade em vacas leiteiras.** Tese (Doutorado) –Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária, 2023. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/db14e849-ff58-4ffe-9d33-f38b04d98d3f. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

[9] PEGORARO, Ligia Margareth Cantarelli. **Biosseguridade na bovinocultura leiteira** / Ligia Margareth Cantarelli Pegoraro, editora técnica – Pelotas : Embrapa Clima Temperado, 2018 p. 13. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1104225/1/BiosseguridadePropriedadeLeiteira.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

[10] SANTOS, Beatriz dos. NEVES, Ariadne Zampieri. RIBEIRO, Laryssa Freitas. **IMPORTÂNCIA DO BEM-ESTAR ANIMAL NA BOVINOCULTURA DE LEITE.** GETEC, v.10, n.26, p.126-133/2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2376/1468. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

[11] SOUSA, Sabrina Luzia Gregio de et al. **Bem-estar animal e os sistemas de produção no século XXI.** Pubvet, [S. l.], v. 17, n. 02, 2023. Disponível em: https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/3014. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

[12] SMAIL, N.L.; Adnane, M.; Wagener, K.; Drillich, M.; Chapwanya, A. **Roadmap to Dystocia Management—Guiding Obstetric Interventions in Cattle.** Revista EFSA, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.2903/j.efsa.2023.7993. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

Capítulo 2

Origem, nacionalização e internacionalização do eDNA: uma perspectiva como técnica molecular para estudos da ictiofauna

Manoele Vitória Santos da Silva
Talita Brito de Oliveira

Resumo: O DNA ambiental (eDNA) consolidou-se como ferramenta inovadora para monitoramento da biodiversidade aquática, permitindo detectar fragmentos genéticos no ambiente sem captura direta de organismos. Esta revisão apresenta a trajetória do eDNA, desde sua aplicação inicial em pesquisas internacionais até sua nacionalização no Brasil, com destaque para estudos sobre a ictiofauna. Internacionalmente, avanços como metabarcoding, padronização de protocolos e fortalecimento de coleções de museus ampliaram a aplicação da técnica. No Brasil, sua nacionalização incluiu adaptação de protocolos às condições amazônicas, publicação de manuais técnicos e criação de bancos de referência genética, essenciais à pesquisa científica. Estudos recentes, incluindo Teixeira et al. (2023), evidenciam eficiência na detecção de espécies, mas também desafios como degradação do DNA e lacunas em bibliotecas genéticas. O eDNA consolida-se como ferramenta estratégica para conservação e monitoramento da ictiofauna brasileira..

Palavras-chave: Ictiofauna, eDNA, biotecnologia, internacionalização, nacionalização.

1. INTRODUÇÃO

A ictiofauna desempenha papel essencial nos ecossistemas aquáticos e possui relevância econômica e cultural. Contudo, métodos tradicionais de amostragem são muitas vezes invasivos e pouco eficazes na detecção de espécies raras. Nesse contexto, o DNA ambiental (eDNA) surge como alternativa eficiente, permitindo identificar organismos a partir de fragmentos genéticos sem captura direta. A Figura 1 apresenta o fluxograma metodológico desta revisão, e a Figura 2 mostra a evolução do uso do eDNA em nível global e nacional.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a evolução do eDNA, desde seus usos pioneiros internacionais até sua aplicação no Brasil, onde a megadiversidade de peixes exige monitoramento preciso. Assim, o objetivo desta revisão é analisar a origem, internacionalização e nacionalização do eDNA, destacando seu papel na conservação da ictiofauna.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O eDNA consolidou-se nas últimas décadas, evidenciando que organismos liberam continuamente material genético no ambiente. Inicialmente aplicado para detecção de anfíbios e peixes, evoluiu com técnicas como PCR em tempo real e metabarcoding, permitindo análises de comunidades inteiras de organismos (JACKMAN et al., 2021)..

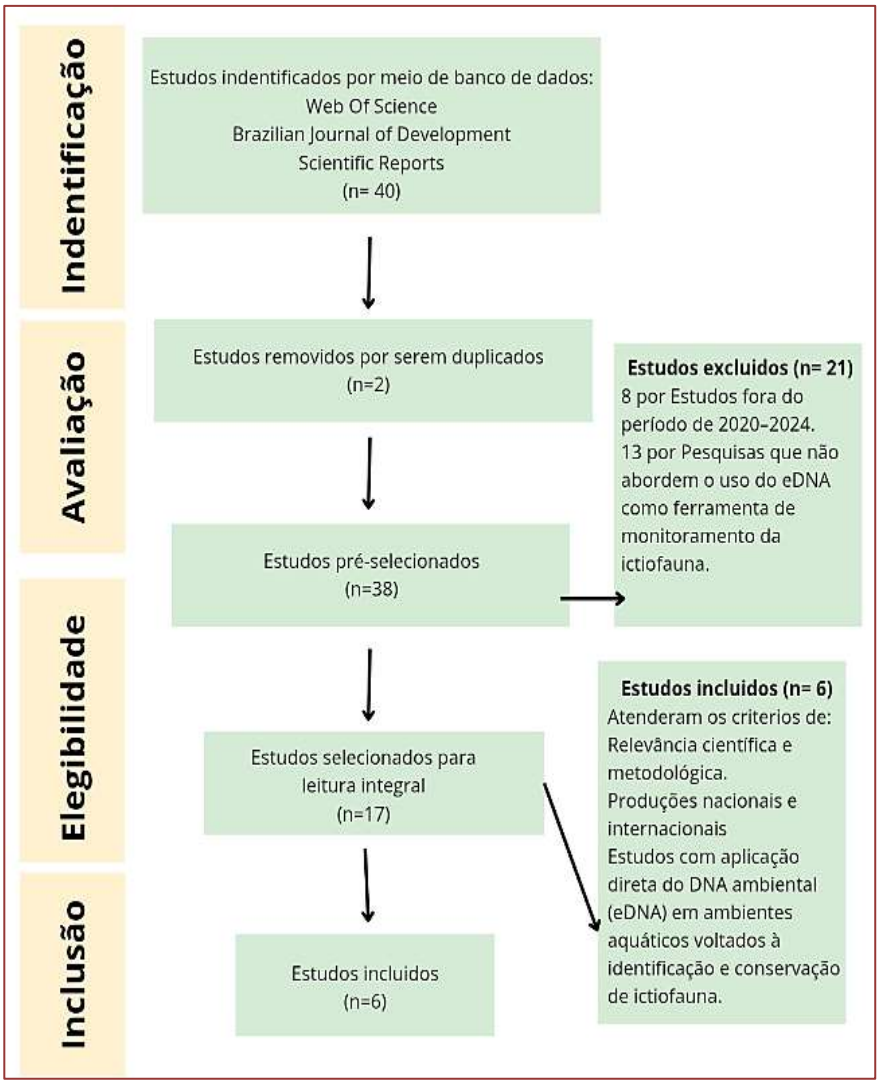
No cenário internacional, a padronização de protocolos, desenvolvimento de bibliotecas genéticas e fortalecimento de coleções de museus aumentaram a confiabilidade das análises (MARTINELLI MARÍN et al., 2024). A aplicação em diferentes ecossistemas, inclusive tropicais, evidenciou o potencial do eDNA para monitoramento global de biodiversidade.

No Brasil, a nacionalização envolveu adaptação de protocolos às condições amazônicas, publicação de manuais técnicos e construção de bancos de referência genética (COSTA et al., 2020). Estudos como Souza et al. (2020) e Santana et al. (2021) mostraram que, embora eficiente, a técnica enfrenta desafios como degradação rápida do DNA e lacunas em bibliotecas regionais, reforçando a necessidade de estudos metodologicamente robustos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Foi utilizado o modelo PRISMA para a coleta e seleção dos dados.

A Figura 1 ilustra o fluxograma



Na etapa de identificação, foram consultadas três bases de dados, Web of Science, *Brazilian Journal of Development* e *Scientific Reports,* resultando em 40 artigos. Após remover dois duplicados, restaram 38 artigos, dos quais oito foram excluídos por estarem fora do período de 2020 a 2024 e treze por não tratarem do uso do eDNA no monitoramento da ictiofauna, permanecendo 17 para leitura integral.

Foram então aplicados critérios de inclusão considerando relevância científica e metodológica, produção nacional e internacional e aplicação do eDNA em ambientes aquáticos. Dessa análise, seis artigos foram selecionados e integraram a revisão final.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O DNA ambiental (eDNA) demonstrou elevado potencial internacional para a detecção de espécies raras e ameaçadas, evoluindo de uma aplicação pontual para a análise integrada de comunidades aquáticas inteiras.



Costa et al. (2020) apresentaram relevância de 80%, destacando-se pela padronização metodológica e pelo primeiro manual técnico brasileiro de monitoramento da ictiofauna por eDNA, consolidando as bases nacionais da técnica. Jackman et al. (2021), também com 80% de relevância, conduziram estudo experimental sobre metabarcoding, reforçando a integração entre avanços globais e adaptações locais em ecossistemas megadiversos como os brasileiros.

Souza et al. (2020) e Santana et al. (2021), com relevâncias de 80% e 60%, demonstraram a viabilidade do eDNA para identificar espécies e comunidades aquáticas, evidenciando seu potencial para conservação e manejo ambiental na Amazônia. Teixeira et al. (2023), com 80% de relevância, destacaram a necessidade de ampliar bibliotecas de referência, o uso de diferentes marcadores genéticos e protocolos específicos de coleta, devido à rápida degradação do DNA em ambientes tropicais. Por fim, Martinelli Marín et al. (2024), com relevância de 100%, reforçaram a importância da padronização de protocolos laboratoriais e da evolução contínua do metabarcoding, essenciais para consolidar o eDNA como ferramenta confiável em diversos ecossistemas.

5. CONCLUSÃO

O eDNA percorreu uma trajetória marcante, de ferramenta experimental à aplicação consolidada em pesquisas brasileiras. Sua integração com tecnologias moleculares e biotecnológicas permite identificar espécies sem causar impacto ambiental. Mesmo com desafios, o eDNA representa um avanço científico essencial para políticas públicas de conservação, gestão ambiental e estudos de biodiversidade.

REFERÊNCIAS

[1] COSTA, P. H. de O. et al. Manual para o monitoramento da ictiofauna por meio de DNA ambiental (eDNA). Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2020.

[2] JACKMAN, J. M.; BENVENUTO, C.; COSCIA, I.; et al. eDNA in a bottleneck: obstacles to fish metabarcoding studies in megadiverse freshwater systems. Environmental DNA, v. 3, n. 6, p. 1234–1248, 2021. DOI: https://doi.org/10.1002/edn3.191

[3] MARTINELLI MARÍN, F. et al. Environmental DNA applications for fish monitoring in megadiverse freshwater ecosystems. Frontiers in Ecology and Evolution, v. 12, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fevo.2024.1409296

[4] SANTANA, D. J. et al. Environmental DNA reveals tropical fish biodiversity and habitat associations in the Amazon Basin. Scientific Reports, v. 11, 2021. DOI: https://doi.org/10.1038/s41598-021-97128-3

[5] SOUZA, R. A. L. et al. Potencial do DNA ambiental para monitoramento da ictiofauna amazônica. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 10, p. 19786–19795, 2021. DOI: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19786

[6] TEIXEIRA, D. F. HILÁRIO, H. O.; SANTOS, G. B.; CARVALHO, D. C. DNA metabarcoding assessment of Neotropical ichthyoplankton communities is marker-dependent. Ecology and Evolution, v. 13, n. 5, p. e10649, 2023. DOI: https://doi.org/10.1002/ece3.10649

Capítulo 3

Gripe aviária: características, transmissão e impactos econômicos no cenário global e nacional

Milene da Silva Gusmão[1]
Talissa Pereira Cirino Prado[2]
Marcos do Prado Sotero[3]

Resumo: O estudo dos impactos econômicos da gripe aviária é essencial para compreender as consequências dessa enfermidade nos mercados, tanto no Brasil quanto no exterior. A doença representa sérios riscos para as regiões onde ocorre, exigindo atenção especial. Neste trabalho, busca-se apresentar suas principais características e os efeitos gerados na economia. A gripe aviária é marcada por uma elevada mortalidade entre aves e, em alguns casos, pode atingir também seres humanos. Quando surgem surtos, o setor produtivo é diretamente afetado: além da perda de animais contaminados, há a necessidade de eliminar aves suscetíveis, o que reduz a oferta de produtos e limita as exportações. Essa combinação de fatores resulta em prejuízos relevantes para produtores e indústrias, refletindo de forma significativa nas economias locais e no comércio global.

Palavras-Chave: Gripe Aviária. Aves. Economia.

[1] Discente do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Metropolitano de Ensino - FAMETRO
[2] Discente do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Metropolitano de Ensino - FAMETRO
[3] Docente do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Metropolitano de Ensino - FAMETRO

1. INTRODUÇÃO

A gripe aviária é uma doença que afeta as aves, sendo extremamente letal. A doença desde o primeiro registro trouxe uma série de prejuízos para as regiões afetadas, tornando-se uma preocupação principalmente para os produtores (FACHINELLO,2008).

O desenvolvimento da doença afeta sobremaneira o mercado consumidor de aves, tendo em vista as restrições de vendas, os descartes dos animais e os prejuízos econômicos nesse mercado que atualmente está em ascensão mundialmente e se apresenta como a carne mais consumida no Brasil (FONSECA, 2025).

Visando a pertinência desse assunto, o presente estudo tem como objetivo tratar sobre as principais características da doença e o impacto dela na economia nacional e mundial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gripe aviária é uma doença viral de notificação obrigatória causada pelo vírus Influenza A do tipo aviar, relevante para a avicultura devido à alta transmissibilidade e impacto econômico. Segundo a OMSA (2023), a doença ocorre em aves infectadas por subtipos H5 ou H7 ou vírus com alta patogenicidade, sendo classificada como LPNAI (baixa patogenicidade) ou HPNAI (alta patogenicidade), esta última caracterizada por sinais graves e mortalidade elevada (MAPA, 2023).

2.1. AVES AFETADAS

As galinhas apresentam alta suscetibilidade à gripe aviária e os sinais clínicos dependem diretamente do tipo de vírus. Na LPNAI, os sintomas podem ser discretos, como secreções nasais, diminuição da postura de ovos e redução do apetite, muitas vezes sem impacto imediato na mortalidade. Já na HPNAI, a manifestação clínica é grave, incluindo inchaço da cabeça, pescoço e olhos, cianose da crista e da barbela, diarreia hemorrágica, tremores, depressão e mortalidade rápida, podendo atingir a totalidade do plantel em menos de 48 horas (SILVA et al., 2024).

Os perus também podem ser afetados e desenvolvem quadros severos de pneumonia, secreção nasal abundante e apatia acentuada, além de apresentarem penas arrepiadas e postura encolhida. Já em codornas, é comum observar diminuição brusca no consumo de ração, queda repentina na produção de ovos e grande fragilidade física, fatores que aumentam o risco de surtos em granjas mistas (EMBRAPA, 2023).

Aves silvestres, principalmente as aquáticas migratórias, desempenham papel fundamental na manutenção e disseminação do vírus. Espécies como patos, gansos e marrecos frequentemente apresentam infecção subclínica, sem evidenciar sinais clínicos, porém patos e gansos infectados podem ter sinais discretos como penas arrepiadas, leve emagrecimento e redução da atividade de voo e de natação. Por isso, o monitoramento contínuo dessas espécies é considerado estratégico para a prevenção de surtos (MAPA, 2023).

2.2. TRANSMISSÃO E PREVENÇÃO

A transmissão da gripe aviária em galinhas ocorre principalmente por contato direto entre aves infectadas e suscetíveis, sendo mais rápida em granjas com alta densidade populacional. O vírus também se propaga indiretamente por fômites, como equipamentos, vestimentas e veículos contaminados. Além disso, aves migratórias atuam como reservatórios naturais, podendo introduzir o vírus em regiões livres da doença e aumentar o risco de surtos em granjas comerciais próximas às rotas migratórias (ANDREATTI, 2025).

A prevenção da gripe aviária envolve medidas integradas de biossegurança, educação sanitária e vacinação seletiva. A biossegurança compreende controle rigoroso de acesso às instalações, isolamento de aves recém-adquiridas, desinfecção de equipamentos e cuidado com água e alimentação das aves. A educação sanitária é direcionada para capacitar produtores e trabalhadores na identificação precoce de sinais clínicos de LPNAI e HPNAI, na adoção de boas práticas de manejo e na notificação imediata às autoridades sanitárias em casos suspeitos. A vacinação é aplicada em situações específicas, de acordo com protocolos estabelecidos por órgãos competentes e monitoramento epidemiológico (MAPA, 2023).

2.3. MEDIDAS SANITÁRIAS

De acordo com o Plano Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), quando há foco de gripe aviária deve-se proceder com a notificação imediata às autoridades competentes. Realizar o isolamento da propriedade, o sacrifício sanitário das aves doentes e contactantes, a destruição adequada de carcaças e materiais contaminados, a desinfecção das instalações e a criação de uma zona de contenção com restrição de transporte e intensificação da vigilância epidemiológica, visando prevenir a disseminação da doença (MAPA, 2023).

2.4. IMPACTOS NA ECONOMIA

O primeiro país a ter um surto de gripe Aviária foi a Itália, no final do século XIX. Nos anos 2003 e 2004, países como Japão, China e Correia do Sul tiveram grandes números de casos. Nos anos seguintes, o vírus foi encontrado em diversos países da Europa e África (FACHINELLO,2008).

Desde o ano de 1997, o vírus da influenza aviária de alta patogenicidade se disseminou por mais de 50 países, matando mais de 200 milhões de aves na Ásia, Europa e África, chegando a matar mais de 200 pessoas no mundo (FONSECA, 2025).

O primeiro caso registrado no Brasil, ocorreu no ano de 2023, em aves silvestres. Em 2025, houve um caso em uma granja comercial. Atualmente, o país investiga casos suspeitos, porém sem confirmação.

A ocorrência da gripe aviária comercial acarreta uma série de impactos na economia, tanto no que se refere a oferta quanto a demanda. Tal doença pode chegar a uma taxa de 100% de mortalidade, sendo recomendado pela OMSA que além dos animais infectados, os que estão vulneráveis à doença também sejam rejeitados, o que aumenta o prejuízo na produção (FONSECA, 2025).

De acordo com Fachinello (2008), os impactos na economia decorrentes de surtos da doença variaram considerando diversos fatores, dentre eles: a enfermidade, a área atingida, a eficiência dos agentes públicos e privados na eliminação do foco, a importância econômica do complexo produtivo e outros, sendo o resultado econômico mais direto a perda ou a redução da produção que consequentemente afeta a renda do produtor.

Esses fatores influenciam diretamente na exportação, uma vez que os países livres de doença têm tendência a impor exigências sobre a importação de áreas contaminadas, assim os países exportadores que registram casos da doença acabam tendo sobras dos produtos o que consequentemente diminui o valor no mercado interno (FONSECA, 2025).

Os surtos da doença refletem em perdas diretas, como custos com limpeza, desinfecção, gastos com quarentena e outros. Além disso, pode-se verificar custos indiretos, como a interrupção das exportações, as perdas da indústria avícola, a perda das rendas dos produtores e comunidades produtoras, aumentando o custo para o consumidor final o que diminui o poder de compra de produtos da produção avícola (FONSECA, 2025).

Segundo Fernando Henrique Iglesias, coordenador de mercados da Safras & Mercado, o Brasil poderá ter entre 15% e 25% de suas vendas de carne de frango impactadas pelo foco recente de gripe aviária somente no Rio Grande do Sul.

Em países que a produção é amplamente realizada pela indústria e grandes produtores, o impacto pode ser observado nos casos de falência e aumento da taxa de desemprego (FACHINELLO,2008).

Além disso tudo, as alterações sofridas pelo vírus possibilitaram a transmissão entre seres humanos o que pode significar um alto custo econômico e social, bem como o risco da ocorrência de uma pandemia (FACHINELLO,2008). Estima-se que desde o início dos surtos de gripe aviária altamente patogênica em 2003, as perdas globais chegaram a bilhões de dólares, sendo os países em desenvolvimento com produção realizada em pequenos criadouros rurais os mais afetados (FONSECA, 2025).

No Brasil, em 2023, após o governo declarar estado de emergência Zoosanitária pela confirmação da doença em aves silvestres, o país disponibilizou 200 milhões de reais para o MAPA poder atuar na prevenção da doença, mesmo que não tivesse casos confirmados em granjas comerciais (FONSECA, 2025).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gripe aviária é uma doença que impacta diretamente as localidades afetadas pela doença, desta forma é de suma importância o conhecimento sobre tal doença para tentar amenizar ou mesmo impedir a disseminação do vírus.

O vírus afeta não apenas as aves, mas também seres humanos, ocasionando uma série de custos econômicos para a região e sua população afetada.

Tendo em vista os impactos econômicos e na própria saúde pública das populações, torna-se necessário cada vez mais os países prevenirem e atuarem de forma imediata e eficaz, visando não apenas evitar, mas também amenizar os impactos que a mesma possa ocasionar no mercado.

REFERÊNCIAS

[1] ANDREATTI, Raphael. Especialista em patologias aviárias analisa a estratégia brasileira para combater o H5N1 e impedir sua disseminação no país. Jornal UNESP, 30 maio 2025. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2025/05/30/especialista-em-patologias-aviarias-analisa-a-estrategia-brasileira-para-combater-o-h5n1-e-impedir-sua-disseminacao-no-pais/. Acesso em 22/08/2025.

[2] EMBRAPA. Influenza aviária. Disponível em: https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/influenza-aviaria. Acesso em:23/08/2025.

[3] FACHINELLO, Arlei Luiz. Avaliação do impacto econômico de possíveis surtos de gripe aviária no Brasil: uma análise de equilíbrio geral computável. 2008. Tese de Doutorado. doctoral thesis in applied economics, São Paulo, University of São Paulo.

[4] FONSECA, Mirella Andrade et al. Consequências econômicas da gripe aviária. Brazilian Journal of Development, v. 11, n. 1, p. e76451-e76451, 2025.

[5] IGLESIAS, Fernando Henrique. *Analista projeta perda nas exportações de carne de frango entre 15% a 20% ou mais por caso de gripe aviária no Brasil*. Notícias Agrícolas, 16 maio 2025. Disponível em: https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/granjeiros/400610-analista-projeta-perda-nas-exportacoes-de-carne-de-frango-entre-15-a-20-por-caso-de-gripe-aviaria-no-brasil.html. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

[6] MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Plano Nacional de Sanidade Avícola (PNSA). Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/pnsa/influenza-aviaria. Acesso em: 23/08/2025.

[7] OMSA – Organização Mundial de Saúde Animal. Plano de Contingência para Influenza Aviária e Doença de Newcastle. Disponível em: https://wikisda.agricultura.gov.br/pt-br/Sa%C3%BAde-Animal/plano-de-contingencia-para-influenza-aviaria-e-doenca-de-newcastle. Acesso em:23/08/2025.

[8] SILVA, Emelly; OSHIO, Leonardo Toshio; CAMPOS, Glênia Maria de Magalhães. Influenza aviária: revisão de literatura. Disponível em: https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/286054/EMELLY-SILVA-RAFAEL-INFLUENZA-AVIARIA-REVISAO-DE-LITERATURA-MEDICINA-VETERINARIA-2024.pdf. Acesso em:22/08/2025.

Capítulo 4

O Jesus histórico: memória e a importância do testemunho das testemunhas oculares nos evangelhos

Raimundo Nonato de Oliveira[1]
Ricardo Gonçalves Castro[2]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: Este artigo apresenta um estudo panorâmico sobre o debate metodológico em torno da questão do Jesus Histórico, destacando sua relevância para a Teologia e a Historiografia. A pesquisa enfatiza as categorias memória e testemunho, especialmente a partir das testemunhas oculares registradas nos evangelhos. Para tanto, dialoga com autores como Paul Ricoeur, Richard Bauckham, James D.G. Dunn, Giuseppe Segalla, Albert Schweitzer, Rudolf Bultmann, John Dominic Crossan, entre outros. O objetivo é aproximar os campos da história e da teologia, propondo um intercâmbio teórico-metodológico que valorize a confiabilidade da tradição oral e escrita. Os resultados apontam que a memória e o testemunho constituem elementos centrais para compreender a figura de Jesus de Nazaré, reforçando a importância de uma abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: Jesus histórico. Memória. Testemunhas oculares. Evangelhos.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia da da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: ray21sdb@gmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Teologia Pastoral pela PUC do RJ. E-mail: castrocardo@gmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo do Jesus Histórico constitui um dos debates mais complexos e fecundos da Teologia e da Historiografia Modernas. Desde a Antiguidade, passando pelo Medievo, Renascimento, Reforma Protestante e Iluminismo, a figura de Jesus de Nazaré foi objeto de múltiplas interpretações, ora como Cristo da fé, ora como personagem histórico. A questão central que norteia este trabalho é: qual a relevância do testemunho das testemunhas oculares para a compreensão do Jesus Histórico?

A partir do século XVIII, com o advento do Iluminismo, a crítica racionalista passou a questionar a confiabilidade dos evangelhos, entendendo-os não como biografias históricas, mas como testemunhos de fé (Boff, 1980; Segalla, 2013). Esse movimento inaugurou a chamada Primeira Busca pelo Jesus Histórico, marcada por autores como Reimarus, Strauss e Renan, que problematizaram a relação entre o Jesus da História e o Cristo da fé. No século XX, com Schweitzer (2009) e Bultmann (2008), a pesquisa assumiu novos contornos, ora céticos, ora existenciais, culminando na Segunda Busca (Käsemann) e na Terceira Busca - Jesus Seminar (Crossan, 2008; Sanders, 2004; Meier,1992).

Na contemporaneidade, a pesquisa se volta para categorias como memória e testemunho, valorizando a tradição oral e a confiabilidade das testemunhas oculares (Ricoeur, 2007; Bauckham, 2011; Dunn, 2003). Assim, este artigo busca demonstrar que a memória preservada pelas primeiras comunidades cristãs e registrada nos evangelhos constitui um elemento essencial para a compreensão histórica e teológica de Jesus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se em diferentes fases e paradigmas da pesquisa sobre o Jesus Histórico:

Primeira Busca (séculos XVIII-XIX): Reimarus, Strauss e Renan inauguraram a crítica histórico-racionalista, questionando a autenticidade dos relatos evangélicos e distinguindo entre o Jesus da história e o Cristo da fé (Segalla, 2013; Schweitzer, 2009).

Segunda Busca (século XX): Käsemann propôs critérios históricos para superar o ceticismo de Bultmann, defendendo a continuidade entre Jesus histórico e Cristo da fé (Chevitarese; Funari, 2012).

Terceira Busca (final do século XX): O Jesus Seminar (Crossan,2008) e autores como Sanders e Meier ampliaram o debate, utilizando métodos interdisciplinares e destacando o contexto judaico de Jesus (Sanders, 2004; Meier, 1992).

Categoria Memória: Ricoeur (2007) e Le Goff (2005) ressaltam a memória como elemento constitutivo da historiografia e da fé, sendo fundamental para compreender a transmissão dos relatos.

Testemunho Ocular: Bauckham (2011) defende que os evangelhos preservam relatos de testemunhas oculares, garantindo confiabilidade histórica. Dunn (2003) reforça que a tradição oral foi dinâmica, mas fiel ao impacto original de Jesus.

Perspectivas contemporâneas: Autores como Wright (1992), Piñero (2002) e Konings (1997) ampliam o debate, destacando a necessidade de compreender Jesus em seu contexto histórico, cultural e religioso.

Essa diversidade de abordagens demonstra que a pesquisa sobre o Jesus Histórico não é linear, mas plural, marcada por tensões entre fé e razão, história e teologia, crítica e

hermenêutica.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem histórico-hermenêutica. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva, buscando compreender o debate metodológico sobre o Jesus Histórico. O procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica, com análise de obras clássicas e contemporâneas (Ricoeur, Bauckham, Dunn (2003), Segalla, Schweitzer, Bultmann, Crossan (2008), Sanders, Meier, entre outros), privilegiando a coleta e interpretação de dados teóricos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre o Jesus Histórico passou por três grandes fases, cada uma com avanços e limitações. A categoria memória emerge como chave para compreender a transmissão dos relatos sobre Jesus. O testemunho ocular é central para validar a historicidade dos evangelhos, ainda que permeado por interpretações teológicas. A discussão evidencia que a História e a Teologia não são campos excludentes, mas complementares.

5. COCLUSÃO

Conclui-se que o estudo do Jesus Histórico exige uma abordagem interdisciplinar, que valorize tanto a crítica historiográfica quanto a tradição teológica. A memória e o testemunho das testemunhas oculares constituem elementos fundamentais para compreender a figura de Jesus de Nazaré, reforçando a importância de pesquisas que integrem história, teologia e hermenêutica.

REFERÊNCIAS

[1] BAUCKHAM, Richard. **Jesus e as testemunhas oculares**: os Evangelhos como testemunhos de testemunhas oculares. São Paulo: Paulus, 2011.

[2] BOFF, Leonardo**. Jesus Cristo Libertador. Petrópolis**: Vozes, 1980.

[3] BULTMANN, Rudolf. **Jesus Cristo e a mitologia**. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

[4] CHEVITARESE, André L.; FUNARI, Pedro P. A. **Jesus histórico: uma brevíssima introdução**. Rio de Janeiro: Kline, 2012.

[5] CROSSAN, John Dominic. **O essencial de Jesus**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2008.

[6] DUNN, James D. G. **Jesus remembered**. Grand Rapids: Eerdmans, 2003.

[7] LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2005.

[8] MEIER, John Paul. **Um judeu marginal**: repensando o Jesus Histórico. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

[9] RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

[10] SANDERS, E. P. **Jesus y el judaísmo**. Madrid: Trotta, 2004.

[11] SCHWEITZER, Albert. **A busca do Jesus histórico**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

[12] SEGALLA, Giuseppe. **A pesquisa do Jesus Histórico**. São Paulo: Loyola, 2013.

Capítulo 5

A ecologia das relações: reflexões para uma educação integral

Ricardo Gonçalves Castro[1]
Joaquim Hudson de Souza Ribeiro[2]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: Atualmente o homem enfrenta diversos desafios, de forma que surge a necessidade urgente de ampliar as discussões sobre a ecologia, temática de suma importância para pensarmos o futuro da humanidade. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a ecologia no contexto das relações como base para uma educação integral, articulando dimensões científicas, éticas e espirituais. A partir de uma pesquisa bibliográfica com os autores como Guattari, Boff, Morin, May e Lovelock, foram exploradas as interconexões entre ser humano, natureza e sociedade. A pesquisa destaca a comunidade como espaço vital para o desenvolvimento humano e aponta a educação ecológica como estratégia para enfrentar a crise civilizatória contemporânea.

Palavras-chave: Ecologia. Sociedade. Educação Integral. Espiritualidade.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Teologia Pastoral pela PUC do RJ. E-mail: castrocardo@gmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Ciências (Área Geografia Humana) pela USP. E-mail: jhudsonmanaus@hotmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a ecologia nasce da consciência de que vivemos em um momento decisivo para o futuro da humanidade em que o paradigma ecológico está mais presente na linguagem do que nas ações. A ecologia, derivada dos termos gregos oikos (lar) e logos (estudo), refere-se ao estudo das relações que sustentam a vida. Ernst Haeckel, zoólogo alemão, definiu ecologia como o conjunto de conhecimentos sobre a economia da natureza e as interações entre os seres vivos e seu ambiente (Odum e Barrett, 2007), ou melhor, como conhecimentos referentes à economia da natureza, a investigação de todas as relações do animal, tanto com seu meio inorgânico como com aqueles animais e plantas com os quais se relaciona hostil ou amistosamente. Este artigo insere essa compreensão nas dimensões da educação, espiritualidade e ética.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É salutar entender que existe ecologia e ecologias. Assim, o espaço e o tempo não nos permitem uma discussão ampliada de todas as aplicações do paradigma ecológico, tanto na linguagem como nos diversos aspectos da ciência e da vida cotidiana. Para fins de reflexão deste estudo buscamos dividir a compreensão ecológica dentro do âmbito humano, em três grandes campos, a saber: 1. O ser humano nas relações e inter-relações com o mundo animal e ambiente. Enquanto ciência é o estudo sistemático de como interagem todos os seres vivos que fazem parte de nosso planeta, incluindo os seres humanos. Para a ciência ecológica é fundamental perceber as relações de interdependência de todos os seres vivos entre si. 2. Ecossistemas – interconexões de fatores físicos que formam o ambiente globalidade sistêmica. Ecossistema é um espaço que composto de vários elementos básicos sustenta vários tipos de vida. Cada um dos ecossistemas nas suas interações globais sustenta a vida no planeta. Um ecossistema é composto de elementos específicos (lagos, montanhas e desertos), mas que dependem uns dos outros para sustento da vida. Devastar a floresta amazônica pode ter efeito sobre o clima dos desertos e geleiras. 3.Ética e prática – a palavra ecologia é popularizada pelo modo como as pessoas associam com várias dimensões do agir humano em prol da manutenção da vida no planeta. Ecologia se torna um discurso sobre a ética como conjunto de valores fundamentais que devem conduzir nossa prática humana, tanto nas relações humanas como nas interrelações com a natureza. Ecologia se torna então um conjunto de atitudes e hábitos que irão se inserir tanto em nossas ações individuais de reciclar o lixo, economizar água, evitar desperdício, como de lutar por políticas e direitos ligados a defesa e a sustentabilidade da vida no planeta terra.

Assim, Guattari, propõe três dimensões ecológicas interligadas: natural, social e mental. Defende a ecosofia, uma articulação ético-política entre essas dimensões: “Só a articulação ético-política, a que eu chamo de ecosofia, entre os três registros ecológicos [...] é que poderia esclarecer convenientemente tais questões” (Guattari, 1999, p.8)

Boff, amplia essa visão com a ecologia integral, que inclui a dimensão espiritual: “A ecologia é um saber de relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos” (Boff, 2004, p.17)

May (2002) apresenta quatro abordagens ecológicas: convencional, mordômica, social e profunda. Esta última propõe um biocentrismo que valoriza todas as formas de vida, influenciada por movimentos como o ecofeminismo e a ecoteologia latino-americana.

Morin (2002) defende uma educação baseada na complexidade, capaz de integrar saberes e formar sujeitos críticos. A comunidade é vista como espaço pedagógico e

espiritual, onde se aprende a viver em interdependência e respeito mútuo.

Lovelock (1991) propõe a teoria Gaia, que vê o planeta como um organismo vivo, enquanto Morin e Kern (2005) falam da "Terra-Pátria" como espaço vital para a humanidade.

Refletir a ecologia no contexto das relações buscando uma educação integral, nos permite considerar um princípio geral e não mais particular, a partir do qual se possa orientar os processos educativos a buscar o desenvolvimento integral das múltiplas capacidades humanas, tratando equilibradamente cognoscibilidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade (Maciel e Braga, 2007).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, com abordagem bibliográfica e reflexiva. Foram utilizados textos de referência nas áreas de ecologia, educação e espiritualidade. A análise foi realizada por meio de fichamento, interpretação crítica e articulação interdisciplinar entre os autores estudados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ecologia das relações revela que a crise ambiental é também uma crise de vínculos humanos. A educação ecológica deve formar sujeitos capazes de compreender e transformar suas relações com o mundo. A comunidade emerge como espaço pedagógico e espiritual, onde se aprende a viver em interdependência e respeito mútuo.

Assim, é necessária uma Educação ecológica preventiva, deve-se educar para a comunidade de vida.

Nessa direção, para as comunidades tradicionais, na nossa região amazônica chamadas de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, viver em comunidade é uma característica fundamental. Sendo assim, isso comprova a tese de que a comunidade original dos humanos não é a família, mas a tribo, a comunidade. Nas comunidades tradicionais e religiosas é através dela que se constrói a ordem social e o contato com as realidades espirituais.

Nesta compreensão orgânica da vida em comunidade, o indivíduo aprende a ser um EU comunitário ou NÓS. Desenvolve-se uma dimensão espiritual que alimenta a coesão e a força da comunidade para a paz, a justiça e igualdade.

Alguns princípios metodológicos para a criação de comunidades ecológicas e educativas: Ter uma visão, um sonho, uma utopia sobre o mundo; partilhar com os outros, de forma que é preciso: 1. Aprender com nossos erros e experimentos; 2. Ser consciente de que uma boa conversa pode ter não somente o potencial de transformar relacionamentos humanos, mas transformar a consciência humana; 3. Enfatizar sempre a inteligência coletiva, mais que a inteligência individual; 4. Ter sensibilidade.

Segundo Lévy (2003, p. 28), a inteligência coletiva é "[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências". A inteligência coletiva visa ao reconhecimento das habilidades que se distribuem nos indivíduos, a fim de coordená-las para serem usadas em prol da coletividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecologia como teoria do conhecimento nos abre para uma compreensão integral da realidade. O ser humano, a natureza e a sociedade fazem parte de uma totalidade interdependente. A educação ecológica deve despertar essa consciência, formando indivíduos capazes de viver em comunidade e cuidar da "casa comum". Nesse sentido, a comunidade ecológica é o caminho para uma nova humanidade reconciliada com a natureza e consigo mesma. Sem comunidade, não é possível uma vida humana de qualidade.

REFERÊNCIAS

[1] BOFF, Leonardo. **Princípio de Compaixão e Cuidado**. Campinas: Verus, 2004.

[2] GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

[3] LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

[4] MACIEL, A.C.; BRAGA, R.M. Projeto Burareiro: politécnica e educação integral à luz da pedagogia histórico-crítica. In: In: SANTOS, N. (Org.). **Alinhavos em ciências humanas.** Porto Velho: EDUFRO, 2007.

[5] MAY, Roy H. **Ética Y Médio Ambiente**, 2002.

[6] MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

[7] MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

[8] LOVELOCK, James. **A Cura para um Planeta Doente**. São Paulo: Cultrix, 1991.

[9] ODUM, E. P.; BARRETT, G.W. **Fundamentos de Ecologia**. 5. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Capítulo 6

Filosofando na Amazônia: ensaio de ecosofia amazônica

Ricardo Gonçalves Castro[1]
Joaquim Hudson de Souza Ribeiro[2]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo propor um entrelaçamento entre a Filosofia da Natureza e a realidade biodiversa e socio diversa da Amazônia, com vistas a uma compreensão ecológica profunda em um contexto filosófico. Utilizando metodologia bibliográfica e hermenêutica, a ecosofia amazônica emerge como resposta aos desafios enfrentados pelos povos da floresta e à destruição de sua cadeia de vida. A partir da cosmologia indígena, da corporeidade e da vida comunitária, delineia-se uma racionalidade amazônica que resiste às visões colonizadoras e propõe uma nova forma de pensar e viver na floresta, integrando saberes ancestrais e pensamento ecológico contemporâneo. A filosofia ecológica é uma práxis transformadora, política e ética.

Palavras-chave: Filosofia amazônica. Ecosofia. Natureza. Comunidade. Corporeidade.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia d da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Teologia Pastoral pela PUC do RJ. E-mail: castrocardo@gmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Ciências (Área Geografia Humana) pela USP. E-mail: jhudsonmanaus@hotmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Filosofia da Natureza, desde os pré-socráticos, buscou compreender o mundo natural por meio da razão, distanciando-se das interpretações míticas. Essa separação entre humano e natureza gerou uma crise de sentido que se intensifica no contexto atual. Edgar Morin (1999) aponta que "a ecologia geral suscita o problema da relação homem/natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade", indicando a urgência de uma abordagem holística. A Amazônia, com sua diversidade cultural e biológica, oferece um campo fértil para repensar essa relação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do artigo propõe um diálogo entre a Filosofia clássica da natureza (pré-socráticos, Aristóteles), que buscava compreender os princípios do mundo natural, o Pensamento ecológico contemporâneo (Morin, Lovelock), que propõe uma visão sistêmica e ética da vida e as cosmologias indígenas amazônicas, que integram espiritualidade, corporeidade e comunidade como dimensões inseparáveis da existência.

Essa tríade sustenta a construção de uma racionalidade amazônica, que não apenas denuncia os impactos da colonização e da globalização, mas propõe uma nova forma de pensar e viver na floresta.

Assim, o estudo bibliográfico se apoia em três autores centrais:

Morin (1999) critica a fragmentação do saber moderno e propõe o paradigma da complexidade como forma de religar os saberes. Sua abordagem permite compreender a ecologia como ciência que ultrapassa o biológico, alcança o social, o político e o ético.

Lovelock (2006), com a Teoria de Gaia, concebe o planeta como um organismo vivo e interdependente. Ele afirma que "a nova física, as teorias do caos, a teoria da complexidade e dos sistemas [...] estão presentes numa compreensão cada vez mais abrangente de nossas relações interdependentes da natureza e da sociedade", reforçando a ideia de que tudo está conectado.

Silva (2004) destaca que a verdadeira riqueza da Amazônia está na sua biodiversidade e sociodiversidade, e não na exploração econômica. Ela afirma que "a Amazônia é pobre e rica dependendo do modo como se elabora os meios de relação com seu potencial natural", defendendo uma visão que valorize os saberes tradicionais e o equilíbrio ecológico.

Esses autores sustentam a construção de uma filosofia ecológica amazônica que integra ciência, espiritualidade e cultura. A racionalidade amazônica propõe uma ética do cuidado, uma epistemologia da interdependência e uma valorização dos saberes ancestrais como base para a resistência e a transformação. A construção da ecosofia amazônica proposta neste artigo se apoia em três eixos teóricos principais: o pensamento complexo de Edgar Morin, a Teoria de Gaia de James Lovelock e a crítica sociocultural de Marilene Corrêa da Silva. Esses autores são mobilizados para fundamentar uma filosofia da natureza que seja ética, política e profundamente enraizada na realidade amazônica.

Observamos que Morin apresenta um pensamento complexo para superar a fragmentação do saber moderno. "Enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda a tomada de consciência molar ou global, a ecologia geral suscita o problema da relação homem/natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade." (Morin, 1999, p. 89). Essa crítica à ciência reducionista sustenta a necessidade de uma abordagem

ecológica que integre os aspectos biológicos, sociais e espirituais da existência. O paradigma da complexidade proposto por Morin é essencial para compreender a Amazônia como um sistema vivo e interconectado.

Lovelock contribui com a ideia de que o planeta funciona como um organismo vivo, autorregulável e interdependente. Afirma que a nova física, as teorias do caos, a teoria da complexidade e dos sistemas, a teoria Gaia e os conceitos da morfogenética estão presentes na compreensão mais abrangente de nossas relações interdependentes da natureza e da sociedade (Lovelock, 2006). Essa visão rompe com o antropocentrismo e propõe uma ética ecológica que reconhece o valor intrínseco da vida. A filosofia ecológica, nesse contexto, não é apenas científica, mas também ética e política.

Com Silva (2004), buscamos compreender a Sociodiversidade Amazônica. Comenta que a Sociodiversidade Amazônica é mobilizada para destacar que a riqueza da Amazônia não está na exploração econômica, mas na biodiversidade e sociodiversidade. Explica que a Amazônia é pobre e rica dependendo do modo como se elabora os meios de relação com seu potencial natural. Sendo que, a verdadeira potencialidade e riqueza da Amazônia está na sua biodiversidade e sociodiversidade e no modo adequado como se mantém o equilíbrio desses ecossistemas (Silva, 2004). Essa perspectiva reforça a valorização dos saberes tradicionais e a necessidade de uma racionalidade amazônica que respeite os modos de vida dos povos da floresta.

Esses três autores sustentam a transição de uma Filosofia da Natureza clássica para uma Filosofia Ecológica Amazônica, que propõe: Uma ética do cuidado com o bioma e com os povos que o habitam; uma epistemologia que valoriza os saberes ancestrais e uma política que reconhece os povos indígenas como protagonistas da preservação ambiental.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, segue uma abordagem bibliográfica e hermenêutica, com análise crítica dos textos de Morin, Lovelock e Silva. O método busca interpretar o pensamento dos autores e as contribuições que apresentam para a compreensão entre a Filosofia da Natureza e a realidade biodiversa e socio diversa da Amazônia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Filosofia da Natureza amazônica revela-se como cosmologia viva, onde os elementos naturais são impregnados de força e espiritualidade. A corporeidade, a comunidade e a natureza são os três pilares dessa racionalidade. O xamã simboliza a mediação entre os mundos visível e invisível. A crítica às falácias sobre a Amazônia como a ideia de “pulmão da terra” ou “vazio amazônico” mostra a urgência de uma nova narrativa que reconheça os povos ancestrais como protagonistas do cuidado ambiental. A filosofia ecológica é uma práxis transformadora, política e ética, que denuncia o modelo capitalista predatório e propõe uma cidadania amazônica consciente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filosofar na Amazônia é resistir às visões colonizadoras e construir uma racionalidade própria, enraizada na sabedoria dos povos da floresta. A ecosofia amazônica propõe uma ética do cuidado, uma educação filosófica que valorize os mitos, os ritos e a

espiritualidade indígena, e uma política que forme cidadãos comprometidos com a preservação da vida.

REFERÊNCIAS

[1] MORIN, Edgar. **O Método II**: A vida da vida. São Paulo: PEA, 1999.

[2] LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

[3] SILVA, Marilene Corrêa. **O país do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2004.

Capítulo 7

Fraternidade em tempos pandêmicos: uma análise filosófica em Zygmunt Bauman e Papa Francisco acerca das relações fraternas no Brasil

Luiz Fernando Levati Pereira[1]
Dr. Ricardo Gonçalves Castro[2]
Gervis Monteiro da Silva[3]

Resumo: A pandemia da COVID-19 no Brasil desencadeou diversos sentimentos e comportamentos que evidenciaram fragilidades nas relações sociais contemporâneas. O presente trabalho analisa as fragmentações das relações fraternas em tempos pandêmicos da COVID-19 no Brasil. O individualismo, egoísmo e indiferença narcisista do sujeito líquido moderno, inconsciente da sua liquidez, contrapõe a fraternidade, fazendo com que as relações não sejam mais pautadas pela gratuidade e pelo cuidado com o outro. O pensamento do sociólogo Zygmunt Bauman e do Papa Francisco oferecem lampejos críticos acerca da temática. Buscou-se explanar os conceitos de modernidade líquida a partir das obras baumanianas e de fraternidade à luz da encíclica *Fratelli Tutti*, identificando aspectos da liquidez que submergiram a virtude da fraternidade durante a crise sanitária brasileira, possibilitando pensá-la a partir da metáfora "fraternidade líquida". Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, analisada pelo método hermenêutico mediante análise documental de obras, artigos científicos e dados epidemiológicos.

Palavras-chave: Fraternidade. Pandemia. Modernidade líquida. Bauman. Papa Francisco.

[1] Acadêmico do curso de Teologia pela Centro Universitário FAMETRO e Bacharel em Filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), Manaus–AM. E-mail: luizfernandolevatipereira@gmail.com
[2] Graduado em Filosofia e Teologia, Mestre em Ciência da Religião, Doutor em Teologia Pastoral (PUC-Rio) e das Religiões (PUC-SP), graduado em Psicologia. Professor de Filosofia e Teologia do Centro Universitário FAMETRO e Faculdade Católica do Amazonas e membro do grupo de pesquisa Gepos-UFAM, Manaus-AM. E-mail: castrocardo@gmail.com
[3] Professora do curso de Teologia do Centro Universitário FAMETRO e Faculdade Catolica do Amazonas.Bacharel em Teologia e Filosofia pela PUC-MG. Pós em Sagradas Escrituras pelo CLARETIANO. E-mail: gervis.silva@paulinas.com.br

1. INTRODUÇÃO

A fraternidade atravessa todas as sociedades. A pandemia da COVID-19 no Brasil (2020 e 2023) expôs dramaticamente a fragilização dos laços sociais e o enfraquecimento da fraternidade. Zygmunt Bauman (1925-2017) ofereceu *insights* fundamentais sobre o mundo contemporâneo através de seus escritos sobre modernidade líquida, relações humanas e individualismo crescente.

Este trabalho analisa filosoficamente a fraternidade em contraposição ao capitalismo consumista e à modernização geradora de individualismo na sociedade brasileira. A problemática central questiona: poderia o pensamento de Zygmunt Bauman contribuir na reflexão sobre as relações fraternas em tempos pandêmicos da COVID-19 no Brasil? O objetivo é refletir criticamente sobre essas relações à luz do pensamento baumaniano e da encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco (1936-2025).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E A FRAGILIZAÇÃO DA FRATERNIDADE

A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020 registrando mais de 38 milhões de casos confirmados e ultrapassou 700 mil mortes até 2023, configurando-se como uma das maiores tragédias sanitárias nacionais. A pandemia causou impactos biomédicos, políticos, sociais, econômicos, especialmente nas relações interpessoais.

O isolamento social recomendado pela OMS colocou em xeque o cuidado com o outro. O discurso "fica em casa" revelou profundas desigualdades: enquanto pessoas com recursos permaneceram protegidas, famílias empobrecidas enfrentaram condições precárias, aumentando drasticamente a pobreza e insegurança alimentar. A pandemia acentuou crises estruturais: colapso hospitalar do SUS, embates políticos e medo existencial.

A fragilização da fraternidade evidenciou-se quando o medo individual se sobrepôs ao cuidado coletivo. Bauman (2008), o medo derivado leva ao isolamento radical, bloqueando o sentido de coletividade. Emergiram tanto solidariedade quanto egoísmo, definido por Abbagnano (2007) como preocupação consigo mesmo sem consideração pelos outros - negação do Outro enquanto categoria ética fundamental.

Pesquisas revelaram que brasileiros se tornaram mais individualistas durante a pandemia, priorizando poder e segurança pessoal, em detrimento de valores universalistas (Couto; Puente, 2021). Como alertou o Papa Francisco na *Fratelli Tutti*, "o individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos" (n. 105), sendo antes um vírus social difícil de vencer.

2.2. MODERNIDADE LÍQUIDA E FRATERNIDADE: DIÁLOGOS CONCEITUAIS

Bauman desenvolveu o conceito de modernidade líquida para caracterizar as transformações sociais contemporâneas marcadas por liquidez, fluidez e volatilidade. Diferente da "pós-modernidade" somos "absolutamente modernos", porém numa fase em que estruturas sociais, relações humanas e valores tornaram-se frágeis, instáveis e descartáveis. Na sociedade líquida consumista, o humano reduz-se ao poder de compra, relações viram mercadorias e solidariedade se transformaram em competitividade.

Baggio (2009) identifica a fraternidade como "princípio esquecido" da modernidade, progressivamente abandonado enquanto liberdade e igualdade ascenderam. A encíclica *Fratelli Tutti* (2020) apresenta a fraternidade como fundamento para a "amizade social", criticando o individualismo radical e defendendo reconhecimento universal de cada pessoa. Francisco alerta que quando a fraternidade não é cultivada, a liberdade reduz-se a solidão. Esta crítica dialoga diretamente com Bauman ao denunciar a liquidez que impedem vínculos autênticos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza básica e cunho bibliográfico, classificando-se como exploratória e descritiva. Os procedimentos metodológicos desenvolveram-se mediante análise documental de obras de Zygmunt Bauman (especialmente "Modernidade Líquida", "Amor Líquido" e "Medo Líquido"), da encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco, além de artigos científicos e dados epidemiológicos sobre a pandemia da COVID-19 no Brasil. O método hermenêutico foi aplicado para interpretar conceitos de liquidez e fraternidade à luz do contexto pandêmico brasileiro, estabelecendo diálogos entre os referenciais teóricos e a realidade vivenciada durante a crise sanitária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A METÁFORA DA "FRATERNIDADE LÍQUIDA"

Embora Bauman não aborde diretamente a fraternidade relacionada à liquidez, e o Papa Francisco não trate explicitamente da liquidez em sua encíclica, estabelecemos articulações teóricas fecundas entre ambos. Se a liquidez baumaniana caracteriza-se pela fragilidade das relações, a fraternidade contemporânea pode ser pensada como "fraternidade líquida"; virtude fragilizada, instável e superficial.

Esta metáfora permite compreender criticamente a fraternidade vivenciada durante a pandemia: atos fraternos pontuais e momentâneos (doações esporádicas, campanhas temporárias) ausentes de enraizamento cultural profundo. Há diferença abissal entre atos fraternos esporádicos e fraternidade enquanto virtude cultivada e princípio ético-político estruturante. A sociedade brasileira contemporânea está "encharcada" de atos fraternos superficiais e "seca" de fraternidade autêntica. Estar junto não significa fraternidade; as filas para testagem e vacinação exemplificam aglomerações sem vínculo fraterno real. A fraternidade verdadeira implica harmonia e reconhecimento do outro.

4.2. CONTRIBUIÇÕES DE BAUMAN PARA COMPREENDER A FRATERNIDADE PANDÊMICA NO BRASIL

O pensamento baumaniano contribui em três aspectos. Primeiro, o conceito de modernidade líquida explica como a sociedade brasileira transformou relações humanas em mercadorias descartáveis, manifestando-se na priorização do lucro sobre vidas, descaso governamental com populações vulneráveis e competição individual por recursos escassos. Segundo, a análise do medo derivado ilumina como o pânico bloqueou ações coletivas solidárias, o medo da contaminação gerou isolamento radical sem redes de apoio fraterno estruturadas. Terceiro, a crítica à fragilidade dos vínculos expõe como o Brasil enfrentou a crise sem solidez institucional e comunitária.

A pandemia no Brasil evidenciou problemas estruturais agravados: fome, negacionismo político, aporofobia, crise de saúde mental e insegurança generalizada. O individualismo radical, como afirma o Papa, é "o vírus mais difícil de vencer" (*Fratelli Tutti*, n. 105). O antídoto exige uma "injeção cultural de fraternidade" onde o coletivo se sobrepõe ao individual, o Tu é reconhecido como constitutivo do Eu, conforme a filosofia dialógica de Martin Buber. Bauman sugere que "novos sólidos deveriam ser concebidos e construídos" (2001, p. 180) guardando a esperança de solidificar relações e cultivar virtudes duradouras.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento baumaniano contribui decisivamente para refletir sobre as relações fraternas em tempos pandêmicos ao fornecer instrumentos conceituais que diagnosticam a fragilização estrutural dos vínculos sociais. O conceito de modernidade líquida permite compreender como a sociedade brasileira, caracterizada por relações voláteis e mercadorizadas, enfrentou a pandemia sem solidez necessária.

A metáfora "fraternidade líquida" sintetiza criticamente o estado das relações brasileiras durante a pandemia: superficiais, momentâneas, encharcadas de gestos pontuais, mas secas de compromisso duradouro. Papa Francisco complementa Bauman oferecendo caminhos propositivos: defender fraternidade aberta, universal e comprometida com amizade social autêntica.

A experiência pandêmica ensinou que somos vulneráveis e responsáveis uns pelos outros. Superar a liquidez da fraternidade exige injeção cultural de valores fraternos, construção de novos sólidos humanizados, políticas públicas estruturantes, redes e consciência de que "ninguém se salva sozinho".

AGRADECIMENTOS

À Deus, familiares, Arquidiocese de Manaus e Faculdade Salesiana Dom Bosco pelo apoio. Ao orientador Dr. Ricardo G. Castro e à comunidade acadêmica que manteve o compromisso com conhecimento socialmente relevante durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

[1] ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

[2] BAGGIO, Antônio Maria. **O princípio esquecido: a fraternidade na reflexão atual das ciências políticas.** São Paulo: Cidade Nova, 2008.

[3] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

[4] BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

[5] BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

[6] COUTO, Camille; PUENTE, Beatriz. **Pesquisa aponta que brasileiros ficaram mais individualistas na pandemia.** CNN Brasil, Rio de Janeiro, 21 jul. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-aponta-que-brasileiros-ficaram-mais-individualistas-na-pandemia/. Acesso em: 28 jan. 2022.

[7] FRANCISCO, Papa. ***Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social.** São Paulo: Paulus, 2020.

[8] SPADARO, Antonio. ***Fratelli Tutti*: um guia para a leitura da encíclica do Papa Francisco.** São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2020.

Capítulo 8

As relações humanas na era digital: um olhar analítico à luz de Edgar Morin

Jaézio Marques Rodrigues[1]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[2]
Dr. Bruno Miranda Braga[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: É perceptível que a área da Filosofia está ligada à dialética da compreensão e ao pensamento crítico da realidade na sociedade contemporânea, tendo o diálogo como caminho de conhecimento e compreensão do outro. Nessa configuração, estamos cada vez mais envolvidos em atividades que nos levam ao esquecimento das relações interpessoais e, com o advento das novas realidades virtuais, como a mídia moderna, estamos correndo contra o tempo a partir das múltiplas informações digitais, uma forma atualizada do "mito da caverna". O presente estudo tem por objetivo: Discutir à luz de Edgar Morin sobre as relações humanas na era digital. Observando o contexto com o cenário de indivíduos fechados em si através das telas dos aparelhos tecnológicos. Percebe-se que a humanidade está caminhando ao encontro de um abismo sem volta nas relações humanas.

Palavras-chave: Relações Humanas. Era digital. Contemporaneidade.

[1] Acadêmico do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), E-mail: Jaeziomarque143@mail.com
[2] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutor em História pela PUCSP. Licenciado em História e em Geografia. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, E-mail: anagra33@hotmail.com
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se justifica pelo fato de termos observado o comprometimento das relações humanas ocasionada pelo excesso de uso das mídias, o comprometimento das relações humanas em caráter presencial real do diálogo. O que se nota é uma nova formatação de relacionamentos pessoais com uma estrutura mergulhada na tecnologia midiática dos dispositivos multifuncionais, com comportamentos não vistos antes com frequência, comportamentos como: violência, difamação, negacionismo.

Busca-se a aproximação ou afastamento? Nesse sentido, a tecnologia do homem virtual e o uso excessivo das redes sociais, tem consequência não somente psicológicas, mas também na interação física com o ambiente afetivo familiar. Esse novo paradigma contemporâneo das relações humanas está mudando a maneira de nos relacionarmos com o outro no processo do real para o virtual.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Bonfim (1954) “A relação humana, sempre foram postas em prática porque sempre houve indivíduos que, por temperamento ou por intuição, mantinham, ao tratar com os outros, uma atitude de compreensão e simpatia que conquistava amizades. (Bonfim. p. 72. 1954). As relações humanas significa estarmos condicionados, nessas nossas relações, por uma atitude, um estado de espírito que nos permita compreender o nosso interlocutor, respeitando a sua personalidade, significa, literalmente, o estabelecimento e/ou a manutenção de contatos entre seres humanos (Cordeiro, 2015).

Segundo Bauman (2000) a sociedade está no processo do vício digital, aquilo que prejudica o ser humano no pensar crítico, a busca de novas tecnologias da comunicação, a droga do “virtual” do século XXI. Em nossas mãos, um poder da microfísica nos é dado, de manipular ou não as realidades. Dentro desse contexto, do poder das mídias, a exemplo o uso do Celular, o processo de comunicação das pessoas, diante das realidades digitais as bolhas sociais são criadas como dispositivo de mecanismo de defesa e assim dando espaço para o indivíduo antissocial por estar imerso na tecnologia, pessoas que usam os meios digitais para promover o ódio na sociedade. As relações humanas estão no crescente processo da individualidade.

Os influences digitais nos dias atuais tem grande poder de influenciar opiniões de diferentes áreas sociais multifacetadas, um “quarto poder” nos meios de comunicação social. O delineamento desse fenômeno está no real e no virtual . Morin apresenta o ser humano como: “sujeito” visto que o indivíduo único e autônomo tem suas particularidades, do mesmo modo, é um ser duplo, plural, que necessita da noção de sujeito. O contexto abordado identifica traços de estranheza no outro para nós, mesmo que seja na realidade a partir dos pressupostos culturais como semelhantes ao que se pode compreender como indivíduo. O atual problema nas relações interpessoais, que perpassa no âmbito do virtual para o sentido da realidade, encontra-se em uma nova era do indivíduo, “conexão e isolamento”. Morin observa que: “o fechamento egocêntrico torna o outro estranho para nós; a abertura altruísta o torna simpático”(Morin, 2003, p. 77).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, segue uma abordagem bibliográfica, com análise crítica dos textos de Morin. A partir de fichamento de texto, buscou-se interpretar e identificar as

contribuições de Edgar Morim, para a compreensão das relações humanas no contexto contemporâneo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço da tecnologia e da internet, deu-se um novo salto para as relações humanas. Uma nova maneira de se comunicar com o outro a partir de um toque superficial na tela dos aparelhos tecnológicos. Estamos ressignificando o tempo ou tentando ressignificar o precioso tempo, em outras palavras, correndo atrás de alguma informação que supre as nossas necessidades, influenciados pela tecnologia midiática.

Buscamos estar conectados com mais de uma ferramenta de interação como: "computadores, smartphone, tablet..." dentre outros. O homem do século XXI na era digital é o ser hiper conectado, mesmo estando em um único lugar, provindo do acesso à internet, está interligado com vários tipos de grupos que defendem a mesma ideologia ou crença. "As novas tecnologias digitais produzem forte impacto sobre a vida, seja ela privada ou pública, como instrumento integrador dentro da conjuntura social, provocando, novas tendências e interferindo direta ou indiretamente nos processos comportamentais" (Azevedo, p. 2. 2016).

O ser humano, como indivíduo, está em constante processo na busca de si em uma identidade do ser único em sua subjetividade. No entanto, está inserido dentro de outros grupos, espaços esses que apresentam características semelhantes e objetivos que compartilham diretamente ou indiretamente seus conceitos no qual defende para viver em sociedade, como: Política, costumes ou tradições. De acordo com Morin (2003, p. 93), apresenta o termo "A caverna interior não é platônica" não está somente na "ideia", mas faz parte de nossa realidade, que está no consciente da pessoa que passa para a tela de possibilidades ou "tela-caverna". Tal termo é aplicado ao novo contexto do século XXI a relação do "indivíduo-caverna", ou "autoisolamento" ainda intrínseco atualmente.

"O princípio de identidade humana é unitas multiplex, a unidade múltipla, tanto do ponto de vista biológico quanto cultural e individual" (Morin, 1995, p. 59). Estamos em um processo de uma "conexão-desconectada" ou "cegos-alienados" paradoxalmente de época de mudanças, e essa cegueira causa indiferença nas relações pessoais no que se refere ao uso da tecnologia, tecnologia essa que está afetando a nossa forma de interação com o outro. As "redes sociais" quando acessadas nos transportam para um espaço no qual criamos a nossa própria "bolha digital", essa é a nova "caverna digital" composta por uma diversidade de possibilidades de interação superficial de relação e mais distanciamento físico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gradativamente mais as relações humanas apresentam um novo fenômeno na sociedade contemporânea "o empobrecimento da comunicação real". O Papa Francisco em 2023 ao se referir a "cultura", fez um adentro a partir das tecnologias da informação e os avanços da "comunicabilidade" que tem suma importância para a humanidade. Porém, esse avanço representa um "paradoxo do progresso" entre as relações sociais e modo virtual.

A análise em questão filosófica da reflexão, está perdendo espaço para a nova realidade. Morin, afirma que estamos vivendo em uma realidade multidirecional (Morin, 2003), o meio artificial está mais presente em nosso cotidiano. O ser humano, como indivíduo, não nasceu para viver em uma bolha fora da realidade, estamos entrando em um

"coma midiático", criando muros do nosso próprio cativeiro virtual. Esse fenômeno da "bolha digital" está presente nas culturas onde o processo da tecnologia da mídia digital alcança. O problema não é a tecnologia, pois a tecnologia em si tem seus benefícios que auxiliam o indivíduo no processo da comunicação com o outro, todavia quando utilizada para o bem comum e para as relações humanas saudáveis.

REFERÊNCIAS

[1] AZEVEDO, Jefferson Cabral. **Dependência Digital**. Brasil Multicultural Campos dos Goytacazes, 2016.

[2] BAUMAN, Z. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[3] BONFIM, Annibal. **Relações humanas em Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, junho 1954 . Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/abpt/article/view/13451/12352> Acesso em: 01 ago. 2025

[4] CORDEIRO. Laerte Leite. **O significado de "relações humanas"** 22 Jul 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em: 01 ago. 2025

[5] MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

[6] MORIN, E. **Amor, Poesia, Sabedoria**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.

Capítulo 9

Do conservadorismo à sinodalidade na Igreja da Amazônia: uma abordagem a partir do documento de Santarém

Juan Carlos Castillo Castillo[1]
Neila Soares Picanço[2]
Graciete da Rocha Ayres[3]
George Alexandre Barbosa Vasconcelos[4]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[5]

Resumo: O presente resumo expandido aborda o tema do conservadorismo e da promoção da sinodalidade na Igreja da Amazônia, tendo como referência o Documento de Santarém (1972) e o Sínodo para a Amazônia (2019). A análise parte da contraposição entre as estruturas conservadoras, que buscam manter tradições hierárquicas e centralizadas, e a sinodalidade, entendida como caminho de diálogo, participação e renovação eclesial. A pesquisa evidencia como a proposta do Papa Francisco, inspirada no Concílio Vaticano II e no Pacto das Catacumbas, resgata as origens da Igreja, promovendo maior inclusão dos povos amazônicos, valorização cultural, protagonismo laical e abertura ao Espírito Santo. A reflexão aponta para a importância da sinodalidade na superação de estruturas rígidas e na construção de uma Igreja encarnada, missionária e em sintonia com os desafios sociais, culturais e ecológicos da região.

Palavras-chave: Conservadorismo. Sinodalidade. Documento de Santarém. Igreja na Amazônia.

---

[1] Bacharel em Filosofia Pela Università Pontifícia Salesiana de Roma – UPS/ROMA e Bacharel em Teologia - curso livre de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas -2024. E-mail:fraterjuan.projar@gmail.com
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR – Docente da Faculdade Católica do Amazonas e do Centro Universitário FAMETRO no curso de Filosofia. E-mail:neila.nsp@gmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas e do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC/RJ Doutoranda em Teologia da – PUCPR E-mail: grayres33@gmail.com.E-mail.
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. Doutorando em Teologia – PUCPR. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Estudos da Criança - UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A história da Igreja Católica na Amazônia é marcada por tensões entre correntes conservadoras e movimentos de renovação pastoral. Nesse contexto, o Documento de Santarém 1972 (DFS, 2022) e o Sínodo da Amazônia (2020) representam marcos históricos de uma caminhada que busca superar estruturas hierárquicas rígidas em direção a uma Igreja mais sinodal, participativa e contextualizada. O objetivo deste trabalho é analisar como a sinodalidade se apresenta como alternativa às estruturas conservadoras na Igreja da Amazônia, iluminando caminhos de comunhão e participação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conservadorismo, historicamente, constitui-se como postura de preservação da ordem estabelecida, valorizando instituições, hierarquias e tradições. Na América Latina, especialmente após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (1968), consolidou-se uma teologia pastoral voltada para a realidade social dos pobres e marginalizados. O Documento de Santarém retoma esse espírito, afirmando a necessidade de uma evangelização encarnada na realidade amazônica. Essa perspectiva foi posteriormente retomada no Sínodo da Amazônia (2019), que destacou a importância da ministerialidade, da inculturação e da participação ativa das comunidades locais. Autores como Rubio (2001) e Brighenti (2020) ressaltam que a sinodalidade se apresenta como resposta à crise de representatividade na Igreja, pois promove um modelo de corresponsabilidade entre leigos e clérigos. Por outro lado, a tradição conservadora insiste na centralidade hierárquica e no clericalismo, dificultando a abertura a novos caminhos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, documentos eclesiais e reflexões teológicas. A análise comparativa entre o Documento de Santarém e o Sínodo da Amazônia foi central, possibilitando compreender as tensões entre conservadorismo e sinodalidade. Foram utilizados referenciais teológicos, históricos e sociais para embasar a discussão, priorizando a escuta dos contextos amazônicos e sua relevância para a missão da Igreja.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidenciou que o conservadorismo, embora preserve a identidade da Igreja e assegure a continuidade da fé, apresenta limitações diante das transformações culturais e sociais da Amazônia. Sua rigidez estrutural dificulta a participação das comunidades locais e a valorização das culturas indígenas e ribeirinhas. Em contraste, a sinodalidade propõe um modelo mais flexível, inclusivo e missionário.

O Documento de Santarém destacou a evangelização libertadora e a necessidade de encarnação da Igreja na realidade amazônica. Já o Sínodo da Amazônia reforçou a ministerialidade e a inculturação, propondo novos caminhos, como a ordenação de diáconos permanentes e o reconhecimento do papel das mulheres nas comunidades. A exortação Querida Amazônia (2020) sintetiza esse processo em quatro sonhos – social, cultural, ecológico e eclesial – que apontam para uma Igreja com rosto amazônico. Assim, a sinodalidade se mostra como caminho de superação das estruturas conservadoras,

possibilitando uma Igreja mais próxima dos povos, aberta ao diálogo e comprometida com a justiça social e ambiental.

5. CONCLUSÃO

A tensão entre conservadorismo e sinodalidade constitui um dos principais desafios da Igreja na Amazônia. O conservadorismo assegura continuidade, mas pode limitar a participação e a missão em contextos de exclusão. Já a sinodalidade, inspirada no Evangelho e no Concílio Vaticano II, propõe uma Igreja que caminha com os povos, valoriza suas culturas e promove justiça e cuidado com a criação. Mais que ruptura, representa o aprofundamento da tradição e a abertura de novos horizontes para a missão eclesial amazônica.

REFERÊNCIAS

[1] BRIGHENTI, Agenor. **Sínodo da Amazônia**: Quatro sonhos e um impasse. *REB*, Petrópolis, v. 80, n. 316, p. 307-332, jun/2020.

[2] CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). ***Desafio Missionário*** *- Documentos da Igreja na Amazônia-Coletánea*. Brasília. Edições CNBB, 2014.

[3] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). ***Documento de Santarém****: 50 anos de compromisso com a Igreja da Amazônia.* Brasília: Edições CNBB, 2022.

[4] Documento Final Santarém (DFS) 2022. **Documento de Santarém 50 Anos**: Gratidão e Profecia. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/images/ihu/2022/06/documento_final_santarem_2022.pdf Acesso em: maio 2024.

[5] Documento Preparatório do Sínodo da Amazonia (DPSA). **Amazonia, novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral**. REPAM 2018. Disponível em: https://repam.org.br/documento-preparatorio/ Aceso em: 20 maio 2024.

[6] Documento Final do Sínodo para a Amazônia – (DFSA) **Sínodo Pan-Amazônico**. Disponível em: http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html Acesso em: 12 out. 2024.

[7] Documento Final da Sinodalidade (DFS) - **XVI Assembleia Geral do Sinodo dos Bispos**. Para uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/documento-final-da-xvi-assembleia-geral-ordinaria-do-sinodo-e-publicado/ Acesso em: nov. de 2024.

[8] FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal – **Querida Amazônia** (QA). Ao Povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Paulinas. São Paulo, 2020.

[9] FRANCISCO, Papa. **Discurso do santo padre Francisco na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos**. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 4 jan. 2024.

[10] RUBBIO, Alfonso García**.** ***Unidade na Pluralidade. O ser humano a luz da fé e da reflexão cristãs****.* 2ª Edição. São Paulo: Paulus, 2001.

Capítulo 10

Documento de Santarém e os sonhos do Papa Francisco

Juan Carlos Castillo Castillo[1]
Neila Soares Picanço[2]
Graciete da Rocha Ayres[3]
George Alexandre Barbosa Vasconcelos[4]
Joaquim Hudsom de Souza Ribeiro[5]

Resumo: Após a *Laudato Si'*, o Papa Francisco convoca o Sínodo para a Amazônia, reconhecendo neste tempo uma "oportunidade histórica" para a Igreja se diferenciar das novas colonizações, exercer seu papel profético e anunciar Cristo como força libertadora (DFS, n.15). Em continuidade ao Documento de Santarém (1972), reafirmam-se, cinquenta anos depois, as diretrizes da Encarnação na Realidade e da Evangelização Libertadora, fundamentadas no próprio Cristo encarnado e no chamado ao enraizamento e conversão. Contudo, surgem questionamentos: por que repetir tais diretrizes após meio século? Seria resistência ao bem comum, que gera etnocídio e ecocídio, ou maior urgência no presente? A pesquisa bibliográfica buscará respostas na Doutrina Social da Igreja, na Moral Social e no Documento de Santarém em sintonia com os sonhos amazônicos do Papa Francisco.

Palavras-chave: Documento de Santarém. Igreja da Amazônia. Ecoteologia.

[1] Bacharel em Filosofia Pela Università Pontifícia Salesiana de Roma – UPS/ROMA e Bacharel em Teologia - curso livre de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas -2024. E-mail:fraterjuan.projar@gmail.com.
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Católica do Paraná – PUCPR – Docente do Curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO no curso de Filosofia. E-mail:neila.nsp@gmail.com
[3] Docente da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO nos cursos de Filosofia e Teologia. Mestra em Missiologia pela PUG, revalidado pela PUC–RJ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-PR. E-mail: grayres33@gmail.com.
[4] Docente da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO. Mestre em Ciências da Religião pela UEPA. Licenciado em Filosofia pela FPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com.
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Ciências (Área Geografia Humana) pela USP. E-mail: jhudsonmanaus@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Documento de Santarém (2022) reafirma as diretrizes de Encarnação na Realidade e Evangelização Libertadora, em sintonia com o Sínodo da Amazônia e a *Querida Amazônia*, propondo uma Igreja em diálogo com o contexto local. Mesmo após 50 anos, seus ideais enfrentam desafios como o etnocídio e o ecocídio. Este artigo, por meio de revisão literária, analisa sua contribuição diante da crise ecológica, ressaltando a Ecoteologia, sua relevância social e interdisciplinar, e seu potencial inspirador para novos caminhos de evangelização alinhados à Doutrina Social da Igreja e à visão do Papa Francisco.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra ecologia foi criada, em 1866, por Ernst Haeckel, biólogo alemão, discípulo de Charles Darwin. Na época, ele definiu assim a ecologia: estudo dos relacionamentos de todos os seres vivos e não vivos entre si e com seu entorno. Todos moram juntos na Casa Comum que é a Terra e juntos se entreajudam para se alimentar, reproduzir-se e coevoluir. Ecologia é uma palavra composta de duas palavras gregas: oikos, que significa casa; e logos, que quer dizer estudo. Portanto, ecologia quer dizer o estudo que se faz acerca das condições e relações que formam o habitat (casa) do conjunto e de cada um dos seres da natureza (Boff, 2016, p. 530).

A ecologia, compreendida como rede de relações entre todos os seres, inclui natureza, cultura e sociedade em um todo interligado (Boff, 2016). Biblicamente, o pecado rompeu essa harmonia cósmica e social, evidenciada na inimizade e na resistência da criação (Gn 3). O dilúvio, contudo, manifesta a aliança universal entre Deus e todas as criaturas, revelando a conexão profunda entre humanidade e natureza e a possibilidade de reconciliação (Levoratti, 2003). Ao retomar o Documento de Santarém como inspiração para a evangelização diante da crise ecológica, a Ecoteologia propõe repensar a relação do ser humano com a criação e seu lugar no projeto salvífico de Deus. Considerado "filho da terra" e expressão autoconsciente da criação, o ser humano é chamado a viver a fé no horizonte da consciência planetária, unindo ciência da interdependência, ética do cuidado e paradigma pós-antropocêntrico. Sua originalidade está em articular reflexão crítica, prática construtiva e sabedoria espiritual (Rice, 2022; Boff, 2016).

Do ponto de vista moral, a natureza é expressão do amor de Deus e dom partilhado com toda a humanidade, o que implica responsabilidade comum, sobretudo em relação aos pobres e às futuras gerações. A visão cristã rejeita tanto a exploração abusiva quanto a sacralização da natureza, convidando a uma mudança de mentalidade que promova estilos de vida justos e sustentáveis, conforme recorda o Papa Francisco em *Laudato Si'* (Steiner, 2023).

Em *Querida Amazônia*, o Papa apresenta a realidade amazônica a ser evangelizada e missionada, destacando quatro dimensões essenciais para uma Igreja frutuosa, misericordiosa, inculturada e transformadora. Os sonhos delineados revelam a vida e o ser da Igreja na Amazônia: uma Igreja que luta pelos direitos dos pobres e povos nativos, preserva sua riqueza cultural, protege sua exuberante beleza natural e cultiva comunidades cristãs plenamente devotas e encarnadas na realidade local (Steiner, 2023), que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos. (Francisco, QA, n.7).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de textos e documentos da Igreja. O estudo parte da releitura do Documento de Santarém (1972 e 2022), em diálogo com a Doutrina Social da Igreja, a Moral Social e o magistério do Papa Francisco, especialmente nas encíclicas *Laudato Si'* e *Querida Amazônia*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos textos evidencia a estreita relação entre o ser humano, a natureza e a vida comunitária, baseada na fraternidade trinitária. Francisco de Assis, ao cantar irmão Sol e irmã Lua, revela que todas as criaturas compartilham uma origem comum e são centelhas do amor de Deus (Steiner, 2023). Jesus Cristo e Francisco de Assis mostram que reconhecer todos como irmãos (*adelphós*) implica tratar a criação e as pessoas com cuidado e reverência (Steiner, 2023).

O Documento de Santarém indica que, mesmo após cinco décadas, ainda há dificuldades na mudança de mentalidade necessária para uma verdadeira sustentabilidade da Casa Comum. Em resposta, o Papa Francisco propõe a transformação de paradigma, destacando o decrescimento como caminho para a preservação ambiental e social (*Laudato Si'*).

Em *Querida Amazônia*, a visão missionária da Igreja se concretiza nos quatro sonhos do Papa: defender os pobres e povos nativos, preservar a riqueza cultural, proteger a natureza exuberante e formar comunidades cristãs encarnadas na realidade local (Steiner, 2023).

O cuidado com o ambiente está, portanto, ligado ao cuidado com o ser humano e à abertura do coração para Deus, que Se deu em Jesus Cristo, indicando que a sustentabilidade é ética, espiritual e encarnada na realidade concreta (QA, n.41).

Os resultados sugerem que a preservação da Casa Comum depende não apenas de ações ambientais, mas de uma transformação integral da mentalidade humana, da vivência da fraternidade e do compromisso espiritual e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre ecoteologia, especialmente a partir de Murad (2016), evidenciam que a preocupação central é a relação do ser humano com as outras criaturas no projeto criador, salvador e recapitulador de Deus. A fé cristã, articulando espiritualidade, doutrina e prática comunitária, oferece caminhos para superar o antropocentrismo, o consumismo e construir uma sociedade justa, inclusiva e sustentável.

A originalidade da Ecoteologia reside em sua abordagem integradora: não se limita a uma disciplina moral, bíblica ou dogmática, mas se configura como uma corrente teológica que conecta ciência da fé, reflexão ética e prática espiritual, dialogando com outras teologias contextuais e orientando a ação humana em relação à Casa Comum.

Em síntese, a Ecoteologia propõe uma visão que une cuidado ambiental, justiça social e profundidade espiritual, consolidando-se como ferramenta para a transformação da mentalidade e da prática humana frente à criação.

REFERÊNCIAS

[1] **BIBLIA DE JERUSALÉM**. Ed. 1988. Paris: Paulus, 2002.

[2] BOFF, L. (1996). **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres (2 ed.). São Paulo: Ática.

[3] BOFF, L. (2016). **Apresentação**. In: A. Murad, Eco- teologia: um mosaico (p. 9). São Paulo: Paulus.

[4] BOFF, L. (2016). **As Quatro Ecologias** - Ambiental, Politica e Social, Mental e Integral. In: E. Sbardelotti, Ecologia, ética e sustentabilidade em Leonardo Boff (pp. 530-531). Florianópolis: Encontros Teologicos.

[5] **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil** (CNBB). Documento de Santarém: 50 anos de compromisso com a Igreja da Amazônia. Brasília: Edições CNBB, 2022.

[6] LEVORATTI, A. J. (2003). **Comentario Biblico Latino-americano**. Navarra: Verbo Divino.

[7] MURAD, A. (2016). **Ecologia**:um mosaico. São Paulo: Paulus.

[8] PAPA FRANCISCO. **Exortação apostólica pós-sinodal** Querida Amazônia. São Paulo: Paulus, 2020.

[9] RICE, Chistopher. **O melhor resumo da Laudato Si'**. Movimento Laudato Si', 15 jun. 2022. Disponível em: https://laudatosimovement.org/pt/news/o-me- lhor-resumo-da-laudato-si. Acesso em: 28 ago. 2023.

[10] STEINER, D. L. **Missão e o cuidado da Casa Comum**. Simposio de Missiologia, 25 set. 2023, Manaus.

Capítulo 11

Trabalhando a inclusão e a diversidade por meio da literatura infantil

Danielle Monteiro dos Santos[1]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[2]

Resumo: Este artigo refere-se a um Relato de Experiência sobre a promoção da inclusão e a diversidade na educação escolar por meio da Literatura Infantil. O objetivo principal foi refletir sobre o respeito a diversidade e a inclusão a partir do trabalho pedagógico envolvendo a leitura de obras da Literatura Infantil que abordam sobre essas questões. A promoção da diversidade e da inclusão tem sido uma temática relevante e amplamente discutida na área da educação. Sendo assim, desenvolveu-se um projeto de intervenção para melhorar as condições da inclusão e respeito à diversidade. O projeto de intervenção considerou a necessidade de refletir com os estudantes sobre o respeito as diferenças e a compreensão de que a escola é um espaço de diversidade.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Literatura Infantil.

[1] Especialista em Saberes e Práticas para a Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa e Matemática. UEA - dmdsn.spa22@uea.edu.br.
[2] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A promoção da diversidade e da inclusão tem sido uma temática relevante e amplamente discutida na área da educação. Nesse contexto, a Literatura Infantil emerge como uma ferramenta poderosa para abordar questões de identidade, cultura, gênero e outras formas de diversidade. Na educação, isso se traduz em uma crescente demanda por estratégias e práticas pedagógicas que promovam a diversidade e a inclusão desde tenra idade.

Sendo assim, nos propomos a desenvolver um projeto de intervenção para melhorar as condições da inclusão e respeito à diversidade com duas turmas de estudantes do 4º. ano do Ensino Fundamental

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Cunha (1987), “no Brasil, a Literatura Infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo, adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias” (p. 20). A Literatura Infantil brasileira teve início com Monteiro Lobato, com uma literatura centralizada em algumas personagens em especial.

A Literatura Infantil apresenta-se como uma ferramenta poderosa para abordar questões de identidade, cultura, gênero e outras formas de diversidade. Para Gomes (2018), nos últimos anos, a sociedade tem se tornado cada vez mais consciente das desigualdades e da importância de valorizar as diferentes identidades e experiências que compõem nossa comunidade.

Para o desenvolvimento deste projeto de intervenção utilizamos várias obras da Literatura Infantil, como: "Olívia Tem Dois Papais” desconstruindo estereótipos de gênero e família, de Márcia Leite (2010); "Rodrigo Enxerga Tudo” enxergando além das aparências, de Markiano Charan Filho (2010); "Menina Bonita do Laço de Fita” reconhecendo a beleza na diversidade, de Ana Maria Machado (1986).

A literatura infantil, com sua capacidade de contar histórias envolventes e transmitir mensagens poderosas, tem se destacado como um recurso valioso nesse contexto “a Literatura Infantil conduz à criança a um universo de magia, emoções e sentimentos, permitindo-lhes atribuir significados aos seus lugares de pertença” (Martins; Vasconcelos, Vieira, 2018, p. 79).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este projeto de intervenção que envolveu oito encontros com turmas do 4º. ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, contou com duas professoras. No primeiro encontro apresentamos o projeto. No segundo, apresentamos as obras da literatura infantil como por exemplo: "Olívia Tem Dois Papais” desconstruindo estereótipos de gênero e família, de Márcia Leite (2010); "Rodrigo Enxerga Tudo” enxergando além das aparências, de Markiano Charan Filho (2010)". Essas obras foram utilizadas como base para a análise das práticas escolares relacionadas à promoção da diversidade e inclusão por meio da literatura infantil. Cinco encontros consistiram em sessões dedicadas à leitura das obras previamente escolhidas, seguidas de rodas de conversa para discussão dos temas abordados em cada história.

A interação com as obras literárias, juntamente com a orientação das professoras, permitiu a exploração mais profunda da diversidade e inclusão, bem como a promoção de diálogos significativos sobre essas questões. O oitavo encontro envolveu a avaliação com a turma sobre os resultados alcançados com o trabalho da Literatura Infantil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne aos aspectos qualitativos da aplicação do projeto de intervenção, incluímos os depoimentos dos estudantes e das professoras, bem como outras informações resultantes da aplicação do projeto quanto as atividades implementadas, é essencial ressaltar a importância de se analisar os relatos no contexto da fundamentação teórica que sustentou o planejamento e a execução da intervenção. Como destacado por Freire (1996), a compreensão da realidade educacional se amplia quando se incorporam vozes autênticas, como as dos estudantes e professores, enriquecendo as práticas pedagógicas, as pesquisas e promovendo uma educação mais participativa e crítica.

De acordo com Arroyo (2000), ouvir os depoimentos dos estudantes e professores permite uma visão mais abrangente das implicações das práticas pedagógicas. Os relatos das crianças evidenciam a influência das atividades em sua percepção sobre a diversidade e inclusão, ressaltando a relevância das estratégias pedagógicas adotadas.

As professoras, por sua vez, descrevem a importância das atividades na promoção de discussões significativas em sala de aula, apontando para a eficácia da utilização da literatura infantil como uma ferramenta pedagógica, conforme proposto por Candido (2015). Conforme destacado por Stainback e Stainback (1999), uma educação inclusiva é aquela que valoriza e celebra a diversidade, promovendo a igualdade de oportunidades para todos. Sobre os depoimentos dos Estudantes podemos citar algumas falas interessantes como: "Eu aprendi que ser diferente é legal e que todos somos únicos de alguma forma" (Estudante A.S.S, 10 anos de idade).

"A história da 'Olívia Tem Dois Papais' me fez pensar que família pode ser de muitos jeitos, e isso é bom" (Estudante L.C.M, 9 anos de idade). "Eu nunca tinha pensado que as pessoas com deficiência podiam fazer coisas incríveis como o Rodrigo da história" (Estudante F.P.S, 10 anos de idade). Esses depoimentos das crianças evidenciam a impactante influência das atividades na sua percepção sobre a diversidade e inclusão. Eles demonstram um entendimento mais profundo das diferenças e uma atitude mais inclusiva. Quanto as respostas dos professores podemos destacar:

"As atividades promoveram discussões ricas em sala de aula, e os alunos se tornaram mais conscientes da diversidade ao seu redor" (Professora Rosa, 44 anos). "O uso da literatura infantil como ferramenta para discutir a diversidade foi uma abordagem pedagógica valiosa" (Professor Cravo, 38 anos). Os depoimentos das professoras destacam a importância e eficácia das atividades realizadas, o impacto positivo das estratégias pedagógicas empregadas, incluindo a utilização de Literatura Infantil, nas percepções e aprendizados das crianças. Esses relatos ecoam a compreensão mais profunda e empática das crianças em relação à diversidade e inclusão, corroborando a assertiva de Giroux (1997) de que a educação deve ir além do mero processo de ensino-aprendizagem, buscando formar cidadãos críticos e conscientes da importância da convivência harmoniosa em uma sociedade plural.

Os depoimentos dos professores também atestam o papel relevante das estratégias interdisciplinares, um conceito defendido por Morin (2010), no contexto da educação

inclusiva. Esses depoimentos refletem a importância de se adotar uma abordagem pedagógica que promova a diversidade e a inclusão, de acordo com as premissas de Mantoan e Prieto (2003), destacando que a inclusão educacional é um processo que requer a participação de todos os membros da comunidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram exploradas as possibilidades de promover a diversidade e a inclusão na Educação por meio da Literatura Infantil, através da leitura de obras específicas e atividades interdisciplinares em sala de aula. O desenvolvimento do projeto alcançou seu objetivo de maneira integral. As atividades de leitura e as rodas de conversa permitiram que as crianças desenvolvessem várias reflexões e compreensões mais profunda da diversidade, igualdade e respeito às diferenças. A avaliação do projeto apresentou resultados satisfatórios que corroboram o desenvolvimento exitoso da inclusão. A abordagem interdisciplinar defendida por Morin enriqueceu as atividades, tornando-as mais abrangentes e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

[1] ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. 2000. Disponível em http://www1.urisantiago.br/conteudos/arquivos/Arquivo-a517f8f70d23d356bb97f1a925826f68.pdf . Acesso em 13 out. 2023

[2] CANDIDO, Antônio et al. **O direito à literatura**. Vários escritos, v. 3, p. 235-263, 1995. Disponível em https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/774622/mod_resource/content/1/O%20direito%20%C3%A0%20literatura%20-%20Antonio%20Candido.pdf . Acesso em 13 out. 2023.

[3] CUNHA, Maria Antonieta Antunes Cunha. **Literatura Infantil**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Ática, 1987.

[4] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

[5] GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. 1997.

[6] GOMES, Nilma Lino et al. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Autêntica, 2018.

[7] MARTINS, Kézia; VASCONCELOS, Corina Fátima Costa; VIEIRA, Sásquia. **Literatura Infantil e a construção dos saberes locais da cultura amazonense nas escolas de Ensino Fundamental em Parintins-Amazonas**. In: Políticas públicas na educação brasileira: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental / Organização Atena Editora. Ponta Grossa: Atena, 2018.

[8] MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**: o que é. Por quê, v. 12, 2003.

[9] MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro (BR): Bertrand Brasil, 2010.

[10] STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores [Audiolivro]. Artmed, 1999.

Capítulo 12

Santo Agostinho e o conceito de amor ao próximo

Maria do Socorro Maia Machado[1]
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes[2]
Me. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[3]
Ma. Graciete da Rocha Ayres[4]
Dr. Bruno Miranda Braga[5]

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender o conceito de amor ao próximo, desenvolvido por Santo Agostinho, bem como a caridade, compreendida como expressão concreta do amor cristão. A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa do tipo biográfica fundamentada nas obras de Santo Agostinho, em comentadores contemporâneos. Os resultados demonstraram que o pensamento agostiniano oferece uma chave ética e espiritual para compreender e orientar as possibilidades de práticas pastorais em contextos de exclusão social. Conclui-se que o conceito de amor ao próximo, em Santo Agostinho, não é mera abstração teológica, mas princípio vital capaz de inspirar práticas sociais transformadoras no contexto da atualidade.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Amor ao próximo. Caridade.

[1] Acadêmica do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), E-mail: socorromaia2011@gmail.com
[2] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutor em História pela PUCSP. Licenciado em História e em Geografia. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo parte da convicção de que o conceito agostiniano de amor ao próximo, formulado no século V, mantém atualidade e pertinência ao ser aplicado a contextos urbanos marcados por exclusão social.

Aurelius Augustinus, conhecido como Santo Agostinho (354 - 430), nasceu em 13 de novembro de 354, em Tagaste, na Numídia (atual Argélia), filho de Patrício e Mônica. Foi ordenado presbítero em 391 e consagrado bispo de Hipona em 395.

Maia (2017), descreve que "o Bispo de Hipona viveu em um contexto em que a educação era um dos elementos fundamentais para a ascensão social É considerado a figura mais influente da Patrística, um dos maiores pensadores do cristianismo ocidental.

O itinerário teológico e filosófico de Santo Agostinho é profundamente influenciado pelo pensamento platônico, especialmente por meio da tradição neoplatônica, através de autores como Plotino, Porfírio, Cícero e Sêneca, Agostinho demonstra um profundo comprometimento com as questões religiosas, não apenas como teólogo, mas também como pensador que influenciou decisivamente o imaginário e as estruturas intelectuais do mundo ocidental. A relevância do amor em sua obra confere atualidade e profundidade ao seu pensamento, tornando-o influente até os dias de hoje.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como afirmam Navarrete e Montenegro (2022), O amor é a base da doutrina agostiniana, resultado de um processo de experiência e reflexão que se estende pouco a pouco a toda a realidade. Sua análise decorre à luz da razão, enriquecida pela filosofia antiga e pelo acontecimento de sua conversão ao cristianismo

Uma primeira conclusão é que o amor é a base da doutrina agostiniana, mas, sua abordagem é o resultado de um processo de experiência e reflexão, que se estende, pouco a pouco, a toda a realidade. Sua análise decorre à luz da razão enriquecida pela Filosofia Antiga e pelo acontecimento de sua conversão ao cristianismo. Extrai-se de seu discurso uma constatação fundamental, o amor é um, embora se expresse de formas distintas.

O estudo da concepção agostiniana do amor funciona como uma bússola interpretativa para a reflexão contemporânea sobre o amor ao próximo. Suas formulações fragmentadas se complementam em uma visão unificada, que reconhece a pluralidade de formas de amar. Para Agostinho, o amor é o fundamento de toda sua doutrina fruto de uma experiência de conversão e de uma intensa reflexão teológica e filosófica.

O conceito de amor ao próximo, desenvolvido por Agostinho, constitui o eixo central de sua ética cristã e de sua compreensão do relacionamento entre o humano e o divino. Para ele, é através do amor especialmente da caridade que o homem se conecta verdadeiramente a Deus. Nesse sentido, seus escritos ultrapassam a dimensão estritamente religiosa, oferecendo um sistema de pensamento em que espiritualidade, antropologia, ética e sociedade se entrelaçam.

A definição do amor, enquanto conceito filosófico e teológico, tem sido objeto de extensa reflexão desde a Antiguidade. A Filosofia Grega, especialmente na tradição platônica, já buscava compreender a essência do amor como força ontológica e relacional.

No diálogo O Banquete, Platão (2008) apresenta, por meio das palavras de Sócrates, a ideia do amor como uma busca pela beleza e pelo bem, ressaltando seu caráter ascensional e transformador, o amor nunca está sozinho. Essa concepção adquire

relevância especial no debate contemporâneo entre fé e razão, pois figura como ponto de convergência entre os estudos filosóficos e religiosos. Ao tratar o amor não apenas como afeto, mas como princípio ordenador do ser, Agostinho constrói um arcabouço teórico robusto para compreender a religião como prática ética, espiritual e social.

Nas Confissões, observa-se que o amor ao próximo ocupa lugar privilegiado como expressão da fé e essência do cristianismo. A obra, marcada por introspecção e autocrítica, revela tanto a trajetória pessoal de conversão do autor quanto seu compromisso com os valores evangélicos, em toda a narrativa, é possível perceber que Agostinho busca constantemente compreender e viver o amor ao próximo à luz de sua relação com Deus. Muitos de seus escritos assumem a forma de diálogos entre a alma e Deus, unindo filosofia neoplatônica, experiência religiosa e antropologia cristã. O amor é um conceito fundamental na perspectiva agostiniana, ele está presente nas relações humanas como se lê em A Trindade, Santo Agostinho une o amor ao próximo ao amor de Deus. O amor, em Agostinho, é reorientado teologicamente: pois deixa de ser apenas um anseio pelo ideal e passa a ser um movimento de doação ao outro, fundado na caridade e na comunhão com Deus.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica, que de acordo com Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos também é qualitativa, fundamentada em obras de Santo Agostinho e de autores como Gilson (2010), Trapé (2018), Oliveira e Dias (2018), Costa (2009) e em comentadores contemporâneos como Vahl (2024), Abend (2022) e Hannah Arendt (2019) entre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o Bispo de Hipona, o amor ao próximo não é apenas um sentimento, mas um caminho de crescimento no amor a Deus, exigindo a imitação da compaixão e da misericórdia divinas. Segundo Silva e Figueiredo (2024), o desejo de propagar o amor ao próximo como dever nascer da necessidade de assegurar uma estrutura ética fundamentada nas Escrituras, em que o eterno se sobrepõe ao transitório social. A vivência do amor ao próximo, portanto, é apresentada como resposta possível aos desafios sociais contemporâneos. Agostinho ensina que o verdadeiro amor ao próximo é impossível sem um fundamento no amor a Deus, e que um amor genuíno por Deus inevitavelmente se manifestará em atos concretos de amor pelos outros.

5. CONCLUSÃO

Compreende-se que, para Santo Agostinho, amar é entrar em comunhão com Deus, mas isso só se realiza através do amor à humanidade, pois desde a encarnação “não se pode chegar a Deus senão através do homem”. Verificou-se que boa parte da vida e obra do bispo de Hipona foi dedicada à defesa do amor como prática essencial. Pacheco e Silva (2023) afirmam que a antropologia agostiniana é, em essência, uma antropologia do amor. Assim, o amor aparece em Santo Agostinho como chave interpretativa de sua ética e antropologia, fundamento de uma vida ordenada e caminho de comunhão com Deus. O amor é o princípio vital capaz de inspirar práticas sociais transformadoras.

REFERÊNCIAS

[1] ABEND, Marcos. **O amor em Santo Agostinho: da interioridade à ação social**. Lisboa: Loyola, 2022.

[2] ARENDT, Hannah. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Relógio D'Água, 2019.

[3] GILSON, Étienne**. Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Loyola, 2004.

[4] GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

[5] MAIA, André. **Educação e sociedade no pensamento agostiniano**. São Paulo: Paulus, 2017.

[6] NAVARRETE, Alejandro; MONTENEGRO, Javier. **Amor e sociedade em Santo Agostinho.** Bogotá: Editorial Universitária, 2022.

[7] OLIVEIRA, Carlos; DIAS, Fernanda. **O amor como fundamento em Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

[8] PACHECO, Ricardo; SILVA, Fernanda. **Antropologia do amor em Santo Agostinho**. Curitiba: Appris, 2023.

[9] PLATÃO, **O Banquete, ou, Do Amor -** Trad. José Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

[10] SILVA, Francisco Romário de Queiroz; FIGUEIREDO, Francisco Clébio. **O amor como fundamento ontológico da ordem em Santo Agostinho**. Revista Ideação, v. 1, n. 43, p.60 de 448–461, 2021. https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ideacao/article/view/4891.

[11] TRAPÈ, Agostino. **Agostinho: o homem, o pastor, o místico**. Trad. Francisco Evaristo Marcos; Marcos Roberto Nunes Costa. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

[12] VAHL, Marcos J. **Amor, paz e sociedade em Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2024

Capítulo 13

Fome na Amazônia

Agnaldo dos Santos[1]
José Paulo Radin Souza[2]
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]
Me. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Esp. Kamila Suê Mendes de Menezes[5]

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar sobre a fome na região amazônica sob uma perspectiva ecológica e ecoteológica, articulando dados empíricos com reflexões teóricas sobre sustentabilidade, distribuição de alimentos e justiça socioambiental. A partir de uma abordagem bibliográfica e analítica, são discutidas as causas estruturais da insegurança alimentar, os impactos ambientais decorrentes da degradação dos ecossistemas e a proposta de uma espiritualidade ecológica como resposta ética e teológica ao problema. A pesquisa revela que a fome na Amazônia é invisibilizada por uma falsa percepção de abundância, exigindo políticas públicas integradas e uma nova consciência ambiental. A pesquisa reforça a valorização da agricultura familiar

Palavras-chave: Fome. Amazônia. Ecologia Integral. Ecoteologia. Sustentabilidade.

[1] Acadêmico do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), E-mail: Agreciclagem@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), E-mail: pauloradin@me.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas , Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora dos cursos de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, Bacharela em Direito – UNIP; Esp. em Direitos Humanos e a Diversidade Socioeconômica – FABRAS. suekamilamenezes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a escalada da fome segue níveis preocupantes, cerca de 33,1 milhões de brasileiros vivem em situação de fome, 14 milhões a mais que em 2020, o quadro é equivalente ao da década de 1990. O número de pessoas que vivem com fome teve um aumento de 13,8 milhões, a proporção de pessoas afetadas por esta situação encontra-se praticamente inalterada desde 2015.

Na Amazônia, essa situação é ainda mais alarmante, visto que a riqueza em biodiversidade da Amazônia não se reflete na alimentação de sua população, pois o mapa geográfico da fome mostra que 18% dos lares na região Norte estão em situação de insegurança alimentar grave. Em junho de 2022, Manaus contava com mais de 160 mil famílias vivendo em situação de extrema pobreza, correspondendo a cerca de 445 mil pessoas nesta situação (19,7% da população).

Assim, observando esses dados estatísticos, surgiram as seguintes inquietações: Qual a relação da fome com o meio ambiente, com a sustentabilidade, os impactos ambientais, com Ecologia e Ecoteologia? Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender sobre a Insegurança Alimentar e seus impactos ambientais no mundo e na Amazônia, relacionando às questões ecológica e ecoteológica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Direito à Alimentação e Distribuição Globa: l

O direito à alimentação é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas sua efetivação esbarra em desigualdades estruturais. Segundo a FAO (2022), há produção suficiente de alimentos no mundo, mas a distribuição é concentrada em centros urbanos e países desenvolvidos. A sustentabilidade, conforme Boff (2012), exige ações que preservem as condições de vida para as gerações presentes e futuras. A ecologia integral propõe uma nova relação entre o ser humano e a natureza. A Conferência Rio+20 (2012) reforçou o compromisso global com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 2: “Fome Zero e Agricultura Sustentável”.

Sustentabilidade e Crise Ecológica:

Leonardo Boff (2012) define sustentabilidade como a manutenção das condições energéticas, informacionais e físico-químicas que sustentam a vida. A crise ecológica atual, marcada por mudanças climáticas, degradação ambiental e extinção de biomas, compromete diretamente a segurança alimentar. A Declaração de Roma (1996) aponta conflitos, corrupção e destruição ambiental como causas da fome, exigindo uma abordagem sistêmica e ética.

Ecologia Integral:

A ecologia, segundo Diana (2018), estuda as relações entre organismos e seu ambiente. Boff (2004) amplia essa visão com a proposta de Ecologia Integral, que considera as interdependências entre seres humanos, natureza e espiritualidade. Ele afirma: “A ecologia é um saber de relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos” (p. 17). Essa abordagem propõe uma reconciliação entre humanidade e Terra, rompendo com a lógica predatória do

consumo.

Ecoteologia e Espiritualidade Ecológica

Guridi (2018) propõe a Ecoteologia como resposta à crise civilizatória provocada pela industrialização e pelo consumismo. A espiritualidade ecológica defende não apenas os biomas, mas também a dignidade humana, especialmente dos mais pobres. Hans Jonas (2006) reforça a ética da responsabilidade como princípio para uma civilização tecnológica sustentável. Almeida (2021) denuncia a invisibilidade da fome na Amazônia, onde a biodiversidade não garante acesso à alimentação, evidenciando desigualdades profundas.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e analítica. Foram utilizados documentos oficiais, artigos científicos e obras de referência nas áreas de ecologia, teologia e direitos humanos. O método envolveu fichamento, análise crítica e diálogo interdisciplinar com os autores, buscando compreender os nexos entre fome, meio ambiente e espiritualidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fome na Amazônia é resultado de múltiplos fatores: desigualdade na distribuição de alimentos, degradação ambiental, ausência de políticas públicas eficazes e invisibilidade social. A ecologia integral e a ecoteologia oferecem caminhos para enfrentar essa realidade, propondo uma nova ética do cuidado e da corresponsabilidade. A espiritualidade ecológica emerge como força mobilizadora para transformar estruturas injustas e promover a vida em plenitude. propõe uma mudança de paradigma, valorizando a vida e o cuidado com a “casa comum”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome na Amazônia é invisibilizada pela abundância aparente. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas que promovam a agricultura familiar e a educação ambiental. A inclusão da disciplina de Ecoteologia nos cursos de Teologia é uma proposta concreta para ampliar o debate. Nessa direção, a fome na Amazônia não é apenas um problema alimentar, mas uma questão ecológica, ética e espiritual. A pesquisa reforça a urgência de políticas públicas que valorizem a agricultura familiar, a educação ambiental e a inclusão da Ecoteologia nos currículos acadêmicos. A Faculdade Católica do Amazonas, como espaço formativo, pode ser protagonista na construção de uma consciência ecológica comprometida com a justiça social e o cuidado da “casa comum”.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Mário Tito Barros. **Fome na Amazônia**. Instituto Humanitas Unisinos, 2021.

[2] BOFF, Leonardo. **As 4 Ecologias**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2012.

[3] BOFF, Leonardo. **Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

[4] Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial. Roma, 1996. Organização das Nações Unidas, 1996

[5] DIANA, Juliana. **O que é Ecologia**. Toda Matéria, 2018.

[6] GURIDI, R. **Ecoteologia**: hacia un nuevo estilo de vida. Santiago: Ed. Universidad Alberto Hurtado, 2018.

[7] JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

[8] FAO. **Relatório Mundial sobre a Insegurança Alimentar**. 2022.

[9] ONU. **Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

[10] WORLD FOOD SUMMIT. **Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar**. FAO, 1996.

Capítulo 14

Meliponíneos na educação de estudantes surdos: experivivências pedagógicas no Ensino de Ciências e Educação Ambiental, em Manaus/Amazonas

Kliton Barbosa-Costa[1]

Resumo: As abelhas-indígenas-sem-ferrão são estratégicas como recurso pedagógico ao Ensino de Ciências e Educação Ambiental. A pesquisa teve como objetivo conhecer a biologia da polinização de duas espécies de meliponíneos amazônicos, em ambiente não-formal, na região Centro-Sul, Manaus/AM. A pesquisa é qualitativa, de natureza aplicada, descritiva e experimental. Participaram três estudantes-abelhudos-surdos no manejo de quatro colônias de meliponíneos. As atividades pedagógicas envolveram aulas teórico-práticas em multimídia, uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, origamis e kirigamis. Percebeu-se mudança de comportamento no manejo com as abelhas-nativas, sem receio do contato com os insetos, assim como, da necessidade criação de um jardim na escola, porém, foi possível colhermos 700mL de mel das duas espécies. Houve melhora na coordenação motora grossa e fina e durante uma transferência de ninhos. A atividade teórico-prática, com uso de meliponíneos, demonstrou ser instigante/prazerosa, o que propiciou momentos inusitados de compartilhamento do saber e trabalho mútuo entre os estudantes-abelhudos-surdos.

Palavras-chave: Amazônia. Meliponicultura. Ensino-aprendizagem. Acessibilidade. Inclusão.

[1] Professor dos Cursos de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, do Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/UEA, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais Renováveis do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – PPGBTRNR/INPA. *E-mail*: kliltonb@gmail.com; klilton.costa@semed.manaus.am.gov.br; klilton.costa@prof.am.gov.br

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia representa um nicho, extremamente profícuo ao desenvolvimento da Meliponicultura, não só pela diversidade de ambientes, mas também, pela grande diversidade/abundância de espécies de abelhas-sem-ferrão. O ambiente urbano de Manaus requer uma possibilidade a mais na oferta de polinizadores, com Meliponários em jardins e quintais nas residências, pois a degradação dos ambientes naturais é contínua e com uma celeridade que não acompanha a ordem natural de composição do ambiente, o que leva a constatação da baixa produção de frutos nas áreas com espécies arbóreas e frutíferas. Para mitigar os efeitos da ação humana no ambiente e considerando a oferta de fontes alimentares nos quintais da região Centro-Sul da cidade, o projeto de intervenção objetivou implantar um Meliponário itinerante de duas espécies de abelhas-sem-ferrão amazônicas, para polinização de quintais urbanos em Manaus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em pesquisas sobre o conhecimento da biologia e dinâmica das espécies de meliponíneos, Bacelar-Lima *et al*. (2006) encontraram sementes de *Zygia racemosa* (Ducke) Barneby & Grimes em ninhos de espécies de *Melipona* e nos arredores do Meliponário, em Manaus, demonstrando que além da capacidade de produção de mel e polinização (Barbosa-Costa *et al*., 2016), essas espécies também contribuem para a dispersão de sementes.

Nesta perspectiva, identifica-se a Meliponicultura em comunidades rurais-ribeirinhas e em comunidades tradicionais na criação de abelhas para a conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável (Silva, 2006).

As abelhas-sem-ferrão também podem ser usadas em projetos e programas educativos, como uma forma de sensibilização e resiliência da prática da Meliponicultura em ambientes não-formais de ensino (Sá; Prato, 2007; Queiroz *et al*., 2017; Bendini *et al*., 2020).

Costa, Souza e Freitas (2023) demonstraram a possibilidade em aliar a criação de abelhas-sem-ferrão, em ambiente não-formal para o ensino de Ciências, e a educação de crianças surdas. Reconhecem que o Meliponário representa uma alternativa prática e pedagógica de ensino e destacam a macrotendência conservacionista da Educação Ambiental para o reconhecimento da importância destes insetos para a natureza.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Locus da pesquisa e participantes. O trabalho contou com a participação de três estudantes-surdos do 7. e 8. Anos da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos em uma das regiões mais verticalizadas da cidade, com 3.556,97 hectares (Maciel, 2024).

As espécies de meliponíneos amazônicos. Foram empregadas duas espécies de meliponíneos: a jupará *Melipona* (*Melikerria*) *interrupta* Latreille, 1811 e a abelha-de-botas *Frieseomelitta varia* Ihering, 1912, espécies endêmicas criadas por meliponicultores da região urbana de Manaus.

O método Perturbação Mínima. Implica na substituição da alça do sobreninho da caixa-padrão, com abelhas, por outra alça de sobreninho vazia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes-abelhudos aprenderam que há um grupo de abelhas nativas adaptadas à polinização das espécies ornamentais e frutíferas e que, mesmo não havendo a identificação prévia das fontes alimentares e/ou abrigo para a formação de novos enxames, a cercania do Meliponário ofereceu condições para o desenvolvimento e fortificação dos enxames no ambiente não-formal da escola. A experiência foi tão profícua que houve a colheita de 700mL de mel de duas colônias de meliponíneos, de uma mesma espécie. A jupará ou uruçu é uma das espécies de abelhas endêmicas de Manaus (Barbosa-Costa *et al*., 2006; 2016) e, quando há condições favoráveis à criação, os enxames expressam sua característica produtiva facilmente. O dia de colheita de mel exigiu um período de ensinagem e preparação para a atividade. Nela, a indumentária e os conceitos de higiene, aliados a importância do mel para a alimentação humana, foram alguns dos aspectos abordados a atividade.

Ratificar conceitos necessários à compreensão e relação futura com algum tema relacionado a prática da criação de abelhas, foi elemento crucial para o desenvolvimento da atividade. A Libras foi um recurso indispensável aliado às informações imagéticas e seus significados para o entendimento das relações ambientais em que os meliponíneos corroboram com a dinâmica dos fenômenos naturais. Perceberam a necessidade de locais na cercania da escola que promovessem a nidificação e recurso alimentar às abelhas. Para tanto, a comunidade contribuiu com informações sobre as espécies nectaríferas e poliníferas nos seus quintais.

Sá e Prato (2007) reconhecem a importância de locais não-formais para a sensibilização da comunidade na criação de meliponíneos, sendo empregados em projetos e/ou programas educativos. Além do aspecto ambiental, onde percebe-se o potencial da criação de abelhas, desde que as condições ambientais sejam favoráveis ao seu desenvolvimento (Barbosa-Costa *et al*., 2016), mas também, o apelo educativo, no reconhecimento da importância dos meliponíneos para o bem-estar da natureza em ilhas de vegetação nos ambientes urbanos, entretanto, indispensáveis para a garantia de vida destes insetos sociais.

5 CONCLUSÕES

O Meliponário implantado na escola representou um ambiente rico em possibilidades, pois contribuiu com o Ensino de Ciências, a partir da manipulação de enxames de meliponíneos.

Existem espécies de frutíferas e ornamentais nos quintais urbanos, na cercania da escola, que propiciaram a oferta de néctar e pólen às abelhas e a expressão da capacidade produtiva dos enxames em local não-formal.

Atividades práticas, como as experivivências provocadas com a manipulação dos enxames pelos estudantes-abelhudos-surdos, demonstram a riqueza de alternativas de aprendizagem para a Educação Ambiental e para o Ensino de Ciências.

REFERÊNCIAS

[1] BACELAR-LIMA, C. G.; FREIRE, D. C. B.; COLETTO-SILVA, A.; COSTA, K. B.; LARAY, J. P. B.; VILAS-BOAS, H. C.; CARVALHO-ZILSE, G. A. Melitocoria de Zygia racemosa (Ducke) Barneby & Grimes por **Melipona seminigra merrillae** Cockerell, 1919 y **Melipona compressipes manaosensis** Schwarz, 1932 (Hymenoptera, Meliponina) en la Amazonía Central, Brasil. **Acta Amazonica**, 36 (3): 343-348, 2006.

[2] BARBOSA-COSTA, K.; BUSTAMANTE, N. C. R. Repercussão do manejo racional da jandaíra *Melipona seminigra*, no desempenho educacional de crianças surdas em Manaus. **Revista Comunicação Agrícola Superior** da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), v. 21, n. 1, 2006.

[3] BARBOSA-COSTA, K.; BUSTAMANTE, N. C. R.; LOPES, M. C.; FRAXE, T. J. P.; JÚNIOR, F. A. P.; COELHO, N. M. **A Meliponicultura na região amazônica**: instrumento de sustentabilidade para o pequeno produtor. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas (EDUA). 2016. 85p.

[4] BENDINI, J. N.; DOS SANTOS, M. F.; DE ABREU, M. C.; ARRAIS, G. A.; VIEIRA, M. M.; PACHECO JÚNIOR, W. C.; LIMA, V. A. **Meliponário didático**: a extensão universitária como uma estratégia para a conservação das abelhas sem ferrão no semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 11, n. 3, p. 277-288. set. – dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11554/pdf. Acesso em: 19 set. 2025.

[5] COSTA, K. B. da; SOUZA, L. L. de; FREITAS, S. R. S. Percepções sobre a educação ambiental, em espaços não formais de ensino, com meliponíneos brasileiros. **Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, Manaus, v. 21, n. 35, e23034, ago./dez., 2023. Disponível em: https://doi.org/10.59666/Arete.v21.n35.3660. Acesso em: 26 set. 2025.

[6] MACIEL, S. Zona Centro-Sul de Manaus, considerada a região mais nobre da cidade. **Jornal do Commercio**. Manaus, AM. 2024. Disponível em: https://www.jcam.com.br/noticias/zona-centro-sul-de-manaus-considerada-a-regiao-mais-nobre-da-cidade/. Acesso em: 21 set. 2025.

[7] QUEIROZ, A. C. M. de; GOMES, J. T.; CONCEIÇÃO, M. C. A.; VEIGA, J. C.; LEÃO, K. L.; MENEZES, C. Ações de Educação Ambiental em Meliponicultura, 2017. **Anais...** VI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Ciências Ambientais na Amazônia. 29 de novembro a 01 de dezembro de 2017. p. 113-120. Belém, Pará. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1085682/acoes-de-educacao-ambiental-em-meliponicultura. Acesso em: 19 set. 2025.

[8] SÁ, N. P.; PRATO, M. **Conhecendo as abelhas**: um projeto de ensino. **Biosci. J.**, Uberlândia, v. 23, Supplement 1, p.107-110, nov. 2007. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/6837. Acesso em: 21 set. 2025.

[9] SILVA, A. C. **Implantação da Meliponicultura e etnobiologia de abelhas sem ferrão (Melipona) em comunidades indígenas no estado do Amazonas**. 2006. 208p. Tese (Doutorado em Entomologia), Programa de Pós-Graduação em Biologia e Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/UFAM), Manaus, Amazonas, Amazonas, 2006. Disponível em: http://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12323. Acesso em: 26 set. 2025.

Capítulo 15

Contextos e cenários que desafiam a fraternidade

José Cândido Caccavelli Andrade[1]
Kleython Cabral de Moura[2]
Marco Antonio Cardoso da Silva[3]

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão teológica e social acerca dos desafios contemporâneos à vivência da fraternidade, tomando como contexto a Quaresma e a Campanha da Fraternidade. Inspirado na Encíclica *Fratelli Tutti*, o estudo analisa as problemáticas da polarização, dos extremismos e da exclusão social que fragilizam os vínculos humanos e comunitários. Com base em Francisco (2020), Bauman (2021) e Morin (2019), busca-se compreender as raízes dessas rupturas e propor caminhos para a construção de uma cultura do encontro, da escuta e da solidariedade. O artigo pretende contribuir para o fortalecimento de práticas cristãs e sociais que promovam a comunhão e o cuidado mútuo, valores centrais à mensagem evangélica e à missão da Igreja no mundo atual.

Palavras-chave: Quaresma. Fraternidade. Polarização. Resistência. Encontro.

[1] Especialista em Bíblia pela Faculdade Católica do Amazonas. Especialista em Filosofia e Ensino de Filosofia pelo Claretiano Centro Universitário. Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Santos. Licenciado em Filosofia pelo Claretiano Centro Universitário. Curso Livre de Teologia no Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior da Amazônia. E-mail: candido.cocaveli@gmail.com. ORCID ID: https://orcid.org/0009-0007-4494-1557
[2] Pós-graduando em Psicologia Escolar e da Educação pela PUC-RS. Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Fametro. Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Phênix. E-mail: kleython.cabraldemoura@gmail.com
[3] Mestrando em Teologia Bíblica, junto PPGTeo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: thomas-moore30@hotmail.com. Orcid. https://org/0009-0007-2922-7208

1. INTRODUÇÃO

A Quaresma, como tempo litúrgico, é marcada por práticas espirituais que convidam à conversão e à solidariedade. No Brasil, esse período é intensificado pela Campanha da Fraternidade, que em 2020 se inspirou na Encíclica *Fratelli Tutti*, do Papa Francisco. O texto parte da premissa de que a fraternidade é um valor essencial para a convivência humana, mas que enfrenta ameaças como extremismos, polarização política e exclusão social (Francisco, 2020, p. 18).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Quaresma, tradicionalmente compreendida como um tempo de preparação espiritual para a celebração da Páscoa, assume no contexto cristão-católico uma dimensão que transcende o rito litúrgico e se projeta como um itinerário ético e comunitário, esse período "é chamado a viver na perspectiva de abertura às práticas que conduzem a uma mudança de olhares e paradigmas, motivados pela Palavra de Deus". Essa abertura é, por excelência, uma convocação à fraternidade.

A memória pascal, símbolo da travessia do povo hebreu rumo à liberdade, é atualizada na Quaresma como resistência às forças opressoras. Esse tempo convida à superação do autoritarismo por meio da solidariedade e do compromisso com os que sofrem. A oração, o jejum e a esmola tornam-se práticas de desapego e partilha, orientadas à justiça e ao amor fraterno. Assim, a espiritualidade quaresmal se expressa como ética da alteridade e caminho de libertação.

A dimensão pneumatológica desse tempo reforça que a Quaresma é abertura ao dom transformador de Deus, cuja ação sustenta e impulsiona o ser humano à conversão interior e ao compromisso com a fraternidade universal. A Encíclica *Fratelli Tutti* (Francisco, 2020) reforça essa perspectiva ao afirmar que "ninguém é inútil, ninguém é supérfluo" (p. 215), e que a cultura do encontro deve superar as dialéticas que colocam uns contra os outros. A Quaresma, nesse sentido, é um tempo privilegiado para cultivar essa cultura do encontro, como expressão concreta da fraternidade cristã.

Nesse sentido, a conversão, solidariedade, a fraternidade é um princípio antropológico e político esquecido pela modernidade (Baggio, 2009, p. 17). Segundo José Tolentino Mendonça, "a fraternidade tem sido, de certa forma, um projeto adiado [...] a modernidade a esqueceu" (Mendonça, 2024). Edgar Morin reforça que "o individualismo é a desgraça da solidariedade" (Morin, 2019, p. 36), apontando para a necessidade de reconstruir vínculos sociais.

A Encíclica *Fratelli Tutti* propõe uma fraternidade universal que transcende fronteiras religiosas e culturais. Francisco afirma que "o todo é superior à parte" e que "ninguém é inútil, ninguém é supérfluo" (Francisco, 2020, p. 215). Essa visão é corroborada pelo Documento sobre a Fraternidade Humana, assinado em Abu Dhabi, que defende "a cultura do diálogo como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento mútuo como método e critério" (Ahmed; Francisco, 2019). Ângela Ales Bello, ao tratar da fenomenologia, destaca que "o nosso conhecimento pode captar as coisas, mas as coisas enquanto objetos físicos sempre permanecem fora de nós. Todavia, numa certa medida as coisas estão dentro de nós" (Bello, 2004, p. 89), o que reforça a dimensão subjetiva da fraternidade.

Baggio (2009) reconhece a fraternidade como um "princípio esquecido" da política moderna, indispensável para a reconstrução do tecido social e para o equilíbrio entre liberdade e igualdade. Mendonça (2024) complementa essa reflexão ao afirmar que a fraternidade permanece como um "projeto adiado", esquecido pela modernidade, mas essencial à renovação ética e relacional da convivência humana. A CNBB já havia sinalizado essa urgência em 1996: "a formação de uma nova consciência política das pessoas torna-se cada vez mais urgente a fim de que possam exercer bem sua cidadania" (CNBB, 1996, p. 7).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem teórico-reflexiva, de caráter exploratório. Os objetivos concentram-se na análise crítica dos discursos religiosos e sociais sobre a fraternidade. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica e análise documental, com destaque para textos oficiais da Igreja Católica, encíclicas papais e obras filosóficas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teológica e social evidenciou que o Papa Francisco, na *Fratelli Tutti*, propõe uma fraternidade universal que supera fronteiras e denuncia a "cultura do descarte", convocando a humanidade à inclusão e ao reconhecimento da dignidade de todos e a contribuição fenomenológica de Ângela Ales Bello revela que a fraternidade é também uma construção subjetiva e intencional, nascida da consciência e da abertura ao outro. Bauman descreve o contexto atual como marcado pela insegurança e pelo enfraquecimento dos laços sociais, enquanto Morin e Bianchi alertam para os riscos da polarização e da barbárie que impedem o diálogo.

A polarização política é um dos principais desafios à fraternidade. Enzo Bianchi afirma que "a barbárie reina entre nós, impossibilitando qualquer escuta e qualquer confronto" (Bianchi, 2024). Morin complementa que "a guerra é alheia à razão" (Morin, 2024), evidenciando o colapso do diálogo democrático.

Bauman (2021, p. 319) descreve a sociedade atual como marcada por "uma experiência aguda de insegurança", onde os extremismos minam a convivência. O surgimento de figuras como o "cidadão de bem" e os "fundamentalistas religiosos" revela uma lógica excludente e violenta, que se opõe à alteridade e à diversidade (Castro, 2020, p. 162).

A pandemia de COVID-19 evidenciou a fragilidade das estruturas sociais e a importância da fraternidade. O Papa Francisco, em meio ao colapso sanitário de Manaus, afirmou que "ninguém se salva sozinho" (Francisco, 2020), reforçando a necessidade de solidariedade.

A cultura do encontro, proposta por Francisco, é ilustrada pelo trecho do *Samba da Bênção*: "a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida" (Francisco, 2020, p. 215). Essa perspectiva é essencial para superar os desencontros e construir pontes entre os diferentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fraternidade é um valor essencial para a construção de uma sociedade justa e solidária. Os desafios contemporâneos, como polarização, extremismos e exclusão, exigem uma resposta ética e espiritual baseada na cultura do encontro. A Quaresma, como tempo de conversão, oferece uma oportunidade para renovar os compromissos com a justiça, a paz e a dignidade humana.

A partir da reflexão teórica e dos resultados apresentados, conclui-se que a fraternidade não é apenas um ideal religioso, mas um princípio político e social capaz de transformar realidades.

REFERÊNCIAS

[1] AHMED Al-Tayyeb; FRANCISCO, Papa. ***Fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum*.** Abu Dhabi, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html. . Acesso em: 02 mar. 2024.

[2] BAGGIO, Antonio Maria (Org.). ***O princípio esquecido****/2: exigências, recursos e definições da fraternidade na política*. Tradução: Durval Cordas; Luciano Menezes Reis. São Paulo: Cidade Nova, 2009.

[3] BAUMAN, Zygmunt. ***Ética pós-moderna***. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 2021.

[4] BELLO, Angela Ales. ***Fenomenologia e ciências humanas***. Tradução: Miguel Mahfoud; Marina Massimi. Bauru: Edusc, 2004.

[5] BIANCHI, Enzo. **A barbárie reina entre nós**. Tradução: Luisa Rabolini. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/617303-a-barbarie-reina-entre-nos-artigo-de-enzo-bianchi. . Acesso em: 05 mar. 2024.

[6] CASTRO, Ricardo Gonçalves. ***Amazônia: novos caminhos nas relações entre homem e mulher***. São Paulo: Paulinas, 2020.

[7] CNBB. ***Campanha da Fraternidade 2024****: fraternidade e amizade social, vós todos sois irmãos*. Texto Base. Brasília: Edições CNBB, 2023.

[8] CNBB. ***Campanha da Fraternidade 1996****: fraternidade e política, justiça e paz se abraçarão*. Texto Base. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

[9] FRANCISCO, Papa. ***Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social***. São Paulo: Paulus, 2020.

[10] MENDONÇA, José Tolentino. **Pandemia, um evento global**. Repensar o futuro da casa comum a partir da Encíclica Fratelli Tutti. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/603664-cardeal-tolentino-fratelli-tutti-e-um-texto-a-todos-nos-engaja-na-transformacao-do-proprio-mundo-do-nosso-tempo. . Acesso em: 02 mar. 2024.

[11] MORIN, Edgar. ***Fraternidade: para resistir à crueldade do mundo***. Tradução: Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Palas Athena, 2019.

[12] MORIN, Edgar. ***Di guerra in guerra***. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627632-de-guerra-em-guerra. . Acesso em: 05 mar. 2024.

Capítulo 16

A efetivação dos objetivos de direito sustentável estabelecidos pela ONU a partir da fraternidade

Laura Maria Santiago Lucas[1]
José Cândido Caccavelli de Andrade[2]
Bruno Miranda Braga[3]

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os pilares do direito sustentável estabelecidos pela ONU e propõe o princípio da fraternidade como caminho ético e jurídico para a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa parte da Agenda 2030 e examina os entraves à sua implementação, especialmente no Brasil. A fraternidade é apresentada como paradigma ético e constitucional capaz de enfrentar os desafios ambientais e sociais contemporâneos. O estudo nos mostra que no cenário contemporâneo, é urgente investir na cultura do diálogo, na cooperação comum e na fraternidade universal como princípios orientadores. Os ODS exigem novas posturas diante de antigas problemáticas: eliminar discriminações, promover o reconhecimento da dignidade de cada pessoa.

Palavra Palavras-chave: Direito Sustentável. Ética. Fraternidade. ONU.

[1] Advogada. Mestre em Função Social do Direito na FADISP/SP. Assistente Social pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Direito pela Uninorte/AM. E-mail: *laura@lauralucasadv.com.br*.
[2] Especialista em Bíblia pela Faculdade Católica do Amazonas. Especialista em Filosofia CLARETIANO. Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Santos. Diretor Administrativo e Professor da Faculdade Católica do Amazonas. E-mail: candido.cocaveli@gmail.com. ORCID ID: https://orcid.org/0009-0007-4494-1557
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Historiador Cultural, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa os pilares do direito sustentável definidos pela ONU e propõe a fraternidade como princípio para alcançar os ODS da Agenda 2030. Embora haja avanços desde os alertas dos anos 1970, estes ainda são insuficientes frente à finitude dos recursos naturais e às omissões humanas e institucionais. Estruturados em quatro dimensões – social, ambiental, econômica e institucional – os ODS buscam enfrentar desigualdades e crises globais, nas quais a fraternidade se apresenta como via para soluções solidárias e coletivas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O compromisso internacional com a sustentabilidade evoluiu de Estocolmo (1972) à Rio+20, passando por avanços como a Agenda 21 e a Carta da Terra, mas sempre marcado por tensões entre proteção ambiental e interesses econômicos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram instituídos em 2012, durante a Conferência da ONU Rio+20, estabelecendo 17 objetivos e 169 metas voltados à inclusão social, ao desenvolvimento sustentável e à governança democrática. O Brasil, junto a 192 países, é signatário da Agenda 2030, comprometendo-se com tais metas globais. Conforme o preâmbulo da Agenda 21, a humanidade vive um momento decisivo que exige a integração entre meio ambiente e desenvolvimento, por meio da cooperação internacional.

Apesar dos retrocessos na implementação dos ODS, cresce a consciência da necessidade de sustentabilidade diante da exploração ilimitada dos recursos, sendo a fraternidade, conforme Portella (2015), Morin (2019) e Fonseca (2019), princípio fundamental para orientar a vida em sociedade e a construção de um futuro comum.

A fraternidade surge como alternativa ética e política diante dos desafios atuais, fundamentada em suas raízes antropológicas (Morin, 2019, p. 26) e apresentada como resposta à fragilidade do diálogo e da ética na sociedade contemporânea (Baggio, 2009, p. 109).

Segundo o Preâmbulo da Constituição de 1988, os constituintes reuniram-se para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar “os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (Brasil, 1988).

O princípio da fraternidade, presente no ordenamento jurídico, atua como forma de solidariedade, sendo aplicado por meio da subsidiariedade ou da ponderação de direitos, reconhecendo o entrelaçamento entre liberdades individuais e exigências sociais, com a atuação do Estado orientada pelo ordenamento jurídico e não como sujeito ativo da relação (Lazzarina, 2008, p. 117). Nas palavras de Carlos Augusto Alcântara Machado, “a Constituição da República consagrou uma nova cidadania, pois é fundamentada na fraternidade. O legislador constituinte pátrio, nesse passo, incorporou à Constituição de 1988 magno objetivo, ao conclamar o Estado, os brasileiros, enfim, todos os que estão submetidos à ordem jurídica nacional, à construção de uma sociedade fraterna” (Tavares, 2021, p. 352).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com enfoque exploratória e interpretativa, voltada à compreensão de conceitos éticos e sociais complexos, como fraternidade, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, e sua aplicação no contexto jurídico e internacional. A análise temática procurou identificar categorias centrais: Fraternidade como princípio ético e social; Desenvolvimento sustentável e ODS; Direitos humanos e dignidade da pessoa; Responsabilidade coletiva

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de esforços conjuntos e da voz universalizada de todos que defendem a dignidade da pessoa humana, a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2015, consolidou a nova Agenda Mundial, estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas metas, de caráter humanitário e inadiável para os próximos quinze anos, passaram a orientar políticas públicas das nações signatárias, incluindo a República Federativa do Brasil, até 2030. Os ODS constituem um chamamento global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar que todas as pessoas desfrutem de paz.

Sustentados pelo espírito da fraternidade universal, tais objetivos demandam a promoção da paz, da justiça e da inclusão dos mais vulneráveis, reafirmando que a missão não se limita ao futuro da humanidade, mas também à nossa capacidade de nos tornarmos mais humanos e universais. O Papa Francisco, na encíclica *Fratelli Tutti*, enfatiza a importância da cultura do encontro, superando contradições e valorizando a diversidade, destacando que “o todo é superior à parte” e que todos, inclusive aqueles das periferias, têm algo a ensinar.

No cenário contemporâneo, é urgente investir na cultura do diálogo, na cooperação comum e na fraternidade universal como princípios orientadores. Os ODS exigem novas posturas diante de antigas problemáticas: eliminar discriminações, promover o reconhecimento da dignidade de cada pessoa, combater a indiferença e incluir os invisíveis e marginalizados. Sem o espírito da fraternidade, do amor recíproco e da verdadeira concórdia, tais metas correm o risco de se diluir em retórica vazia, tornando-se apenas ensaios sobre a indiferença humana.

No lançamento dos ODS, o mundo já apresentava dados alarmantes: cerca de 2,14 bilhões de pessoas socialmente excluídas. Frente a este cenário, a fraternidade como princípio civilizatório surge como guardiã da nova virada antropológica, orientando a superação de interesses individualistas e afirmando a primazia da comunidade global sobre a ação isolada de indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às crises sociais, ambientais e humanitárias, a humanidade não pode permanecer indiferente, devendo adotar uma cultura sustentável, inclusiva e solidária. As utopias, entendidas como visões do que deve ser e baseadas em reflexão crítica, impulsionam o esforço coletivo para construir um mundo melhor. Urdir redes de fraternidade torna-se, assim, princípio ético que orienta a corresponsabilidade global e sustenta a busca por uma vida planetária sustentável, justa e harmoniosa, em benefício das gerações presentes e futuras.

AGRADECIMENTO

Agradeço, as instituições que possibilitaram e fomentaram a realização desta pesquisa, oferecendo recursos, suporte e acesso a informações essenciais para o desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS

[1] BAGGIO, Antônio Maria. ***O princípio esquecido 2 – exigências, recursos e definições da fraternidade na política*.** Tradução de Durval Cordas e Luciano Menezes Reis. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, 2009, p. 109.

[2] BAUMAN. Sygmunt. ***Ética pós-moderna***. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo, Paulus, 1997.

[3] BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

[4] FONSECA, Reynaldo Soares. ***O Princípio constitucional da fraternidade****: seu resgate no sistema de justiça*. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2019.

[5] FRANCISCO, Papa. ***Carta encíclica, Laudato Si'****. São Paulo: Paulus, 2015.*

[6] LAZZARINA, Sonilde K. ***O princípio da fraternidade na Constituição Federal Brasileira de 1988***. In: BAGGIO, Antônio Maria (Org.). O princípio esquecido 1: a fraternidade na reflexão atual das ciências políticas. Tradução de Durval Cordas, Iolanda Gaspar e José Maria de Almeida. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2008.

[7] MACHADO, Carlos Augusto Alcântara; JABORANDY, Clara Cardoso Machado; BARZOTTO, Luciane Cardoso (Orgs). **Direito e fraternidade: em busca de concretização**. Sergipe: EDUNIT, 2018.

[8] PORTELLA, Isabel Sanson. ***O quadro A Pátria.*** De autoria do pintor carioca Pedro Paulo Bruno, datada de 1919. Disponível em: https://museudarepublica.museus.gov.br/a-patria/.

[9] ONU. ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos.

[10] TAVARES, Rayssa Lopes da Silva. **Princípio da fraternidade na Hermenêutica jurídica para a superação da crise do direito**, p. 352. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; MOURA, Maria do Perpétuo Socorro Guedes (Orgs). Um outro lugar – direito, literatura e fraternidade. Florianópolis: EMais, 2020.

Capítulo 17

O Übermensch em Nietzsche: liberdade, superação e a crítica à moralidade

Leandro Kamal Tomé Diniz[1]
Me. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[2]
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]
Dr. Bruno Miranda Braga[4]

Resumo: Este resumo expandido investiga o conceito de Übermensch (super-homem) na filosofia de Friedrich Nietzsche, com ênfase na liberdade e na superação humana. A partir da obra *Assim Falava Zaratustra*, analisa-se como Nietzsche propõe uma ruptura com os valores tradicionais — religião, moral, verdade e ciência — em favor da afirmação da vida e da autonomia individual. A fundamentação teórica parte da crítica à moral tradicional, da transvaloração dos valores e da ideia de amor-fati como expressão máxima da liberdade. O trabalho também discute apropriações equivocadas do conceito, como sua distorção pelo regime nazista, e propõe uma reflexão sobre o papel do super-homem na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Nietzsche. Übermensch. Liberdade. Moral. Superação.

[1] Acadêmico do Curso de Filosofia do Centro Universitário FAMETRO
[2] Professor da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO e Faculdade Católica do Amazonas. Mestre em Ciências da Religião – UEPA.. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas , Doutorado em Estudos da Criança - UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela PUCSP. Licenciado em História e em Geografia. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Nietzsche propõe uma filosofia da superação, na qual o ser humano deve transcender os valores herdados da tradição ocidental. O conceito de Übermensch (super-homem ou além-do-homem) surge como resposta à morte de Deus e à consequente crise de sentido da modernidade. Longe de ser um ser superior, o super-homem é aquele que cria seus próprios valores, supera a moral imposta e afirma a vida com liberdade e autonomia.

Com base em *Assim Falava Zaratustra*, o estudo analisa como Nietzsche rompe com os valores tradicionais, religião, moral, verdade e ciência, articulando os conceitos de vontade de potência**,** eterno retorno e transvaloração dos valores**.** Fundamenta-se na crítica à moral, na valorização do amor-fati (amor ao destino) e na liberdade como expressão máxima da vida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica deste estudo está centrada em *Assim Falava Zaratustra*, obra em que Nietzsche apresenta o Übermensch como figura simbólica da autossuperação. A morte de Deus, anunciada em *A Gaia Ciência*, representa o colapso dos valores metafísicos que sustentavam a moral cristã. O homem é convocado a criar novos valores transvaloração.

A vontade de potência é o motor dessa transformação. Zaratustra ensina que a liberdade está na capacidade de afirmar a vida, mesmo diante do sofrimento. O amor-fati, expressão latina que significa “amor ao destino”.

Nietzsche não oferece um programa ético, mas uma provocação existencial. Sua escrita aforística e poética, como observa Machado (1997), revela uma filosofia vivida, não sistematizada. O Übermensch é aquele que diz “sim” à vida, que supera o ressentimento e afirmar sua própria existência com coragem e autenticidade.

A crítica à moral tradicional é central. Em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche denuncia a moral como instrumento de domesticação do homem, produto de uma cultura decadente. A religião, especialmente o cristianismo, é vista como promotora de valores que negam a vida, como a culpa, o pecado e o sacrifício. O super-homem, ao contrário, é aquele que vive em constante perigo, como afirma Mora (1978), por ter se libertado dessas amarras.

Em *Assim Falava Zaratustra*, Nietzsche afirma: “Eu vos ensino o Além-Homem. O homem é algo que deve ser superado, que fizestes para superá-lo?” (Nietzsche, 2006, p. 41). Por isso é interessante notar que o Übermensch não é um ser superior aos demais, mas aquele que supera os valores herdados e afirma a vida com autenticidade. Segundo Muniz (2015), “o super-homem existe.

Em *A Genealogia da Moral*, ele propõe uma “crítica dos valores morais”, questionando sua origem e função: “Necessitamos de uma ‘crítica’ dos valores morais e antes de tudo deve discutir-se o ‘valor destes valores’” (Nietzsche, 2023, p. 87). Machado (1997) reforça que “é com Zaratustra que ele atinge a maturidade, no sentido em que aparecem no livro pela primeira vez os temas mais singulares e originais de sua filosofia”.

Outro conceito fundamental é a vontade de potência, que representa o impulso criador e afirmador da vida. Nietzsche escreve: “Vontade! assim se chama o libertador e o mensageiro da alegria: eis o que vos ensino, meus amigos” (Nietzsche, 2006, p. 112). Nessa linha, Paschoal (2002) observa que Nietzsche “atualiza o significado do termo

Übermensch, libertando-o da conotação sobrenatural medieval e atribuindo-lhe um sentido ético e existencial".

Outro categoria em Nietzsche é o de amor-fati, ou amor ao destino, é outro pilar da superação. Em *Ecce Homo*, Nietzsche afirma: "Minha fórmula para a grandeza no homem é amor-fati: não querer nada de outro modo, nem para diante nem para trás, nem em toda eternidade" (Nietzsche, 2023, p. 134). Rubira (2008) esclarece: "Nietzsche julgou encontrar uma nova medida de valor para realizar a transvaloração de todos valores".

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, com abordagem filosófica e método exploratório. Utiliza-se revisão bibliográfica das obras de Nietzsche e de comentadores como Machado (1997), Paschoal (2002), Muniz (2015), entre outros. A análise dos conceitos da filosofia nietzschiana e suas implicações éticas e existenciais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revela que o Übermensch é uma figura de ruptura, não de superioridade. Sua liberdade não é licenciosidade, mas responsabilidade radical por si mesmo. A apropriação do conceito pelo regime nazista é uma distorção grave, pois Nietzsche jamais propôs uma hierarquia racial ou política.

O super-homem é uma possibilidade existencial, não um modelo a ser imposto. Na sociedade contemporânea, observa-se a persistência de valores herdados que limitam a liberdade individual. A crítica nietzschiana permanece atual, especialmente diante de ideologias que prometem salvação ou sentido absoluto. O amor-fati surge como alternativa à negação da vida, propondo uma aceitação ativa do destino. A política, segundo Nietzsche, é terreno fértil para a idolatria. Em *Ecce Homo*, ele denuncia os "grandes homens" como falsificadores da realidade, que impõem ideais contrários à vida. O super-homem, ao contrário, não busca poder sobre os outros, mas poder sobre si mesmo. Sua grandeza está na capacidade de afirmar a vida em sua totalidade. Como afirma Muniz (2015), "o super-homem existe. Mas o super-homem, de certa forma, é como qualquer outro homem, mas ele alcança os seus valores".

A apropriação indevida do conceito pelo regime nazista é um exemplo claro de distorção filosófica. Nietzsche jamais propôs uma hierarquia racial ou política. Como destaca De Assumpção (2021), "o super-homem é essa sabedoria que torna possível uma afirmação violentamente potente dos instantes da vida, sejam estes de sofrimento ou de felicidade". A liberdade, para Nietzsche, está ligada à autossuperação e à vontade de potência.

Em *Assim Falava Zaratustra*, ele escreve: "Vontade! – assim se chama o libertador e o mensageiro da alegria: eis o que vos ensino, meus amigos" (Nietzsche, 2006, p. 112). Nesse sentido, a crítica à moral tradicional é reforçada em *A Genealogia da Moral*, quando Nietzsche afirma: "Necessitamos de uma 'crítica' dos valores morais e antes de tudo deve discutir-se o 'valor destes valores'" (Nietzsche, 2023, p. 87). A discussão também aborda o amor-fati como expressão máxima da liberdade. Em *Ecce Homo*, Nietzsche declara: "Minha fórmula para a grandeza no homem é amor-fati: não querer nada de outro modo, nem para diante nem para trás, nem em toda eternidade" (Nietzsche, 2023, p. 134). Rubira

(2008) complementa: “Nietzsche julgou encontrar uma nova medida de valor para realizar a transvaloração de todos os valores”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o conceito de Übermensch representa uma proposta radical de liberdade e superação. Nietzsche convida o homem a abandonar os valores herdados e a criar novos sentidos para sua existência. A crítica à moral, à religião e à política não visa destruir, mas libertar. O super-homem é aquele que ama seu destino, que vive sem ressentimento e que afirma a vida com coragem. Sua figura permanece como desafio ético e existencial para o homem moderno. Para Clark (2017), “a moral é ‘contra a vida’ e teria feito da humanidade uma espécie doentia e deteriorada”. A proposta nietzschiana é, portanto, uma provocação existencial que permanece atual diante das crises de sentido da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

[1] CLARK, M. ***Nietzsche on ethics and politics***. Oxford: Oxford University Press, 2017.

[2] DE ASSUMPÇÃO, L. **O super-homem e a afirmação da vida**. Revista de Filosofia Contemporânea, v. 8, n. 1, 2021.

[3] MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. São Paulo: Loyola, 1997.

[4] MORA, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

[5] MUNIZ, J. **Nietzsche e o super-homem**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

[6] PASCHOAL, C. **A filosofia poética de Nietzsche**. São Paulo: Edusp, 2002.

[7] RUBIRA, R. **Nietzsche e a transvaloração dos valores**. Campinas: Unicamp, 2008.

[8] NIETZSCHE, F. **Assim Falava Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

[9] NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

[10] NIETZSCHE, F. **A Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

[11] NIETZSCHE, F. **Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Capítulo 18

Fé e razão em Santo Agostinho: fundamentos para a compreensão do fanatismo religioso na sociedade contemporânea

João Henrique Ferreira da Silva[1]
Me. George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[2]
Dr. Bruno Miranda Braga[3]
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes[4]
Dr. Ricardo Gonçalves Castro[5]

Resumo: Este estudo objetiva apresentar a relação entre fé e razão a partir dos fundamentos filosófico-teológicos de Santo Agostinho, visando compreender o fanatismo religioso na sociedade contemporânea. Adotando uma abordagem qualitativa e hermenêutica, analisa-se como a dissociação entre fé e razão pode gerar intolerância, exclusão e conflitos sociais. Com base na Filosofia prática de Hans-Georg Gadamer, realiza-se uma leitura crítica dos discursos religiosos atuais, enfatizando a importância da alteridade e do diálogo inter-religioso como instrumentos de compreensão mútua. Conclui-se que a superação do fanatismo depende da integração equilibrada entre fé e razão, pautada na escuta ativa, na empatia e na valorização da dignidade humana, promovendo relações mais inclusivas e respeitosas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Fé. Razão. Fanatismo religioso. Santo Agostinho. Hermenêutica.

---

[1]Acadêmico do Curso de Filosofia do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: joaohenriqueferreiradasilva86@gmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela PUCSP. Licenciado em História e em Geografia. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas, Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Teologia Pastoral pela PUC do RJ. E-mail: castrocardo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A tensão entre fé e razão tem atravessado séculos de reflexão filosófica e teológica. Desde Santo Agostinho até pensadores contemporâneos, essa dualidade tem sido explorada como chave interpretativa para compreender tanto a espiritualidade humana quanto os conflitos que emergem da sua radicalização. Este trabalho parte da inquietação sobre como a dissociação entre fé e razão pode fomentar o fanatismo religioso, propondo uma análise hermenêutica que valorize o diálogo e a alteridade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica do estudo reside no pensamento de Santo Agostinho, que propõe que a fé precede a razão, e na filosofia prática de Hans-Georg Gadamer, que valoriza a experiência e o diálogo como caminhos para a verdade. A pesquisa também revisita autores como Tomás de Aquino, Pedro Abelardo, Guilherme de Ockham e Nicolau de Cusa, destacando diferentes perspectivas sobre a complementaridade ou separação entre fé e razão.

A fundamentação teórica aborda a Idade Média, caracterizada pelo feudalismo e teocentrismo (Zilles), quando a teologia se consolidava como ciência central. Nesse contexto. Agostinho defende que "não procures compreender para crer, mas crer para compreender". Tomás de Aquino propõe uma complementaridade entre fé e razão, enquanto Pedro Abelardo (2000), afirma que "é impossível crer no que não se entende". Anselmo de Cantuária, por sua vez, vê a razão como ferramenta a serviço da fé. Guilherme de Ockham destaca os limites da razão, e Nicolau de Cusa propõe a "douta ignorância" como caminho para o divino. Erasmo de Roterdã critica o excesso de racionalismo, defendendo uma fé prática e direta.

Assim, a compreensão da relação entre fé e razão exige um retorno à Idade Média, período marcado pelo feudalismo e pelo teocentrismo. Segundo Urbano Zilles, "a teologia medieval, imersa em uma cosmovisão teocêntrica e estruturada pelo sistema feudal, não apenas refletia a ordem divina na terra, mas também se consolidava como orientadora da compreensão da realidade e da vivência da fé" (Zilles, 2017, p. 320). O sistema feudal, com suas relações de suserania e vassalagem, era considerado um reflexo da ordem divina, onde cada indivíduo ocupava um lugar predeterminado (Zilles, 2017, p. 327). A centralidade de Deus permeava todas as esferas da vida, e a teologia era vista como a "ciência das ciências" (Zilles, 2017, p. 328).

Santo Agostinho (354–430) destaca-se ao afirmar que a fé conduz à verdade, enquanto a razão a compreende. Em *A Cidade de Deus*, ele afirma: "crer para compreender" (Agostinho, 1999, p. 7). Sua trajetória, narrada em *Confissões*, inclui conversão ao cristianismo e ordenação como bispo de Hipona, influenciado por Santo Ambrósio.

Outros pensadores medievais enriqueceram o debate sobre fé e razão. Anselmo de Cantuária (2019, p. 45) afirma que "não busco entender para crer, mas creio para entender", subordinando a razão à fé. Pedro Abelardo (1990, p. 130) propõe uma fé racional, afirmando que "é impossível crer no que não se entende".

Guilherme de Ockham propõe uma distinção mais radical, afirmando que "as verdades da fé, como a existência de Deus e a Trindade, não podem ser demonstradas pela razão natural, sendo aceitas unicamente pela crença e revelação divina" (Copleston, 2000,

p. 320). Nicolau de Cusa, por sua vez, introduz o conceito de "douta ignorância", sustentando que "a razão humana, ao atingir seus limites e reconhecer sua incapacidade de compreender plenamente o infinito, abre-se à 'douta ignorância', onde a fé permite a apreensão do que transcende o entendimento discursivo" (Reale & Antiseri, 1990, p. 135). Erasmo de Roterdã critica o excesso de racionalismo, defendendo que "a verdadeira fé reside na prática da vida cristã, na imitação de Cristo, e não nas intrincadas disputas racionais que obscurecem a simplicidade do Evangelho" (Marques, 2007, p. 55). Sua visão humanista busca resgatar a pureza da mensagem evangélica, afastando-a das abstrações escolásticas.

A encíclica *Fides et Ratio*, de João Paulo II, sintetiza essa relação ao afirmar que "a fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade" (João Paulo II, 1998, p. 5).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, com abordagem hermenêutica e caráter explicativo. Os objetivos centram-se na análise crítica dos discursos religiosos contemporâneos à luz dos fundamentos agostinianos. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica e análise interpretativa de textos filosófico-teológicos, com foco na relação entre fé, razão e fanatismo. A coleta de dados se deu por meio de obras clássicas e contemporâneas.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostra que a separação entre fé e razão gera intolerância e práticas fanáticas. A filosofia agostiniana propõe sua integração como fundamento do diálogo e da convivência pacífica. Assim, o estudo destaca a importância do diálogo inter-religioso baseado na escuta e no respeito à alteridade.

A fé, quando instrumentalizada sem o apoio da razão, produz exclusão, violência simbólica e apagamento cultural. Guimarães (2004, p. 28) afirma que "a intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais".

A filosofia agostiniana propõe a integração entre fé e razão como caminho para a convivência pacífica e o alcance da verdade. Para Agostinho (1999, p. 7), é preciso "crer para compreender", pois a fé conduz à inteligência. João Paulo II (1998, p. 5) reforça essa visão ao afirmar que fé e razão são "as duas asas" que elevam o espírito humano à verdade.

Na sociedade contemporânea, marcada pelo avanço científico e pelo pluralismo religioso, cresce a polarização entre fé e razão. A razão, sem abertura ao transcendente, torna-se mera crítica, enquanto a fé, sem reflexão, degenera em dogmatismo. Sagan (1996) lembra que "a ciência é uma maneira de pensar", e Pascal (2005) ressalta que "o coração tem uma razão que a própria razão desconhece".

A filosofia hermenêutica de Hans-Georg Gadamer valoriza o diálogo, a escuta e a alteridade como caminhos para a compreensão. Para ele, "compreender é sempre um encontro com o outro" (Gadamer, 2001, p. 45), e a verdade supera qualquer método.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre fé e razão é essencial para superar o fanatismo e promover convivência pacífica. Segundo Agostinho, a fé orienta a razão sem excluir o pensamento crítico, conduzindo à verdade transcendente. Em sociedades polarizadas, essa harmonia favorece diálogo, empatia e respeito à dignidade humana.

Este trabalho defende a integração de fé e razão como caminho para uma sociedade justa e acolhedora. Superar o fanatismo exige conhecimento, humildade, empatia e abertura ao outro. Nesse equilíbrio, a fé orienta eticamente e a razão evita o dogmatismo, promovendo paz, diálogo e maturidade espiritual.

REFERÊNCIAS

[1] ABELARDO, Epistola 13, cols.352.In: BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as origens até Nicolau de Cusa**. 7º. Ed. Tradução. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes

[2] AGOSTINHO, **Santo. Confissões**. São Paulo: Paulus, 1999.

[3] ANSELMUS, **Anselmo de Aosta. Proslogion**. São Paulo: Paulus, 2019.

[4] AQUINO, **Tomás de. Suma contra os gentios**. Porto Alegre: Sulina, 1990.

[5] COPLESTON, F.C. **História da Filosofia Medieval**. São Paulo: Paulus, 2000.

[6] GADAMER, **Hans-Georg. Verdade e método I. Petrópolis**: Vozes, 2001.

[7] GUIMARÃES, J. **A intolerância**. São Paulo: Loyola, 2004.

[8] JOÃO PAULO II***. Fides et Ratio***. São Paulo: Paulinas, 1998.

[9] MARQUES, J. O. A**. História da Filosofia Moderna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

[10] PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

[11] REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990.

[12] SAGAN, Carl. **O Mundo Assombrado pelos Demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[13] ZILLES, Urbano. **Filosofia da Religião**. São Paulo: Paulus, 2017.

Capítulo 19

O papel da mulher na Igreja da Amazônia, tabu e valorização na Igreja do Alto Solimões

Adalberto Maricaua Peres Filho[1]
Bruno Miranda Braga[2]
Graciete da Rocha Ayres[3]

Resumo: A partir das vastas imposições sobre este tema e de uma ideia universal, histórica e cultural. O papel da mulher na Igreja é ainda hoje considerado tabu? Diante dos fatos, Papa Francisco em um de seus discursos nos exortava dizendo: A Igreja é "Mulher" e, de fato tomamos consciência de que as mulheres sempre estiveram ligadas diretamente com os eventos que envolveram a Igreja durante os séculos e ainda assim, hoje, nos deparamos com um espaço eclesial que demonstra o homem como "protagonista". Edith Stein diz: "A imagem da mãe de Deus nos revela ainda, a atitude fundamental da alma feminina que corresponde à vocação natural da mulher. Assim o trabalho foi desenvolvido a partir da ideia apresentada por Edith Stein, levando em consideração que, de fato, em várias situações as mulheres apresentam maior compromisso com as funções nas celebrações nas igrejas e, ainda, possuem maior sensibilidade com estes eventos, seja, preparação, organização.

Palavras-chave: Mulher. Igreja. Diocese do Alto Solimões. Amazônia. Igreja.

[1] Acadêmico finalista do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: adalbertofilho1998@gmail.com.
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. É Amazonológo, Historiador Cultural e Geógrafo. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[3] Docente da Faculdade Católica do Amazonas (FCA) e do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). Mestra em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG). Doutoranda em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. E-mail: grayres33@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A primeira a ensinar um jovem católico a rezar, é antes de tudo, aquela que deu à luz e o trouxe a este mundo. Sendo assim, não precisamos ir longe para entender a importância da figura feminina para Igreja. Além de ser um tema atual e, apresentando um olhar sensível no tempo em que vivemos as "sombras de um mundo fechado", bem como na encíclica "Fratelli tutti", livro do Papa Francisco nos apresenta. Falar sobre a mulher que assume um papel não é algo fácil. Antes de tudo, historicamente a Igreja teve como personagem principal a imagem do homem como aquele que "governa tudo e todos". Fratelli tutti, (03 de outubro 2020).

No Amazonas, segundo dados do IBGE,51% das mulheres possuem determinado papel dentro da Igreja, sendo de fundamental importância e presença dessas nas comunidades de difícil acesso, levando em consideração a falta de sacerdotes nesta região. Nos municípios de interior, somos induzidos a partir de uma reflexão ainda mais aprimorada e delicada, as dificuldades só aumentam, estrutura, falta de recursos, logística.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O papel da mulher na Igreja é um tema que possui grande destaque no mundo contemporâneo, levando em consideração avanços positivos ainda assim apresenta uma negatividade na maioria dos espaços que estas estão inserida, percebendo assim que em grande parte a figura da mulher ainda é vista como inferior. Papa Francisco diz: "a mulher não deve ser simplesmente encarregada de tarefas domésticas, pois é a portadora da capacidade única de trazer harmonia e alegria ao mundo. Suas palavras desafiam preconceitos arraigados e convidam a sociedade a reconhecer e valorizar a contribuição única das mulheres em todos os setores da vida. Em um mundo que, cada vez mais, busca a equidade e o reconhecimento da diversidade, as palavras do Papa Francisco ecoam como um chamado à reflexão sobre a importância da presença feminina na Igreja.(6, março de 2024)

Na Diocese do Alto Solimões, a missão da Igreja é muito desafiadora, existem Paróquias que atendem entre 70 e 80 comunidades e, necessitam de embarcações para ir ao encontro dessas comunidades, o que leva em torno de 1 mês para visitar todas estas comunidades, ou seja, missa para os fiéis que moram nessa realidade não é um privilégio, e menciono aqui ainda a dificuldades que essas enfrentam.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa quanto aos objetivos foi desenvolvida a partir levantamento de dados, pesquisas e entrevistas com Religiosos e Leigos engajados neste contexto com ênfase para Diocese do Alto Solimões. Assim, ao final da pesquisa podemos refletir sobre uma visão contemporânea do papel da mulher na Igreja. A pesquisa inicialmente foi bibliográfica e documental visando mostrar como a Diocese vê a presença e atuação feminina nos serviços e ações pastorais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A filosofa Edith Stein contribuiu em vários aspectos quanto a presença e valorização diante do ideal da Igreja, mas também fez reflexões sobre o ser que nos ajudam a compreender o ser que vai além do determinismo biológico, bem como: corpo, psique e espírito, apresentada em sua antropologia fenomenológica cristã. Ela destaca: "com o auxílio da Revelação cristã, compreende a individualidade própria da pessoa humana". Para a autora, homem e mulher só podem viver ambos segundo a mesma natureza e segundo a graça, se não nos prendermos no fator biológico.

No centro das reflexões de Edith Stein e de João Paulo II, coloca-se o ser humano como pessoa e é no seu núcleo que encontra lugar o signi9ficado teológico da masculinidade e da feminilidade. Ser pessoal humana, à imagem e semelhança de Deus, comporta também um existir em relação com o outro, o que significa que a humanidade é chamada à comunhão interpessoal.

O pontífice Papa Francisco trata este tema como necessidade para a Igreja. " A Evangelli Gaudium, a primeira Exortação Apostólica de Francisco, publicada no primeiro ano do seu pontificado (2013), temos dois números em que o Papa fala sobre a necessidade de ampliar os espaços de atuação das mulheres na Igreja (FRANCISCO, 2013). Em um deles, lemos o seguinte: Vejo, com prazer, como muitas mulheres partilham responsabilidades pastorais juntamente com os sacerdotes, contribuem para o acompanhamento de pessoas, famílias ou grupos e prestam novas contribuições para a reflexão teológica. Mas ainda é preciso ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva na Igreja. Por que 'o gênio feminino é necessário em todas as expressões da vida social; por isso deve ser garantida a presença das mulheres também no âmbito do trabalho' e nos vários lugares onde se tomam as decisões importantes, tanto na Igreja como nas estruturas sociais (EG 103)

A Igreja do Alto Solimões ao longo da história se estabeleceu como um lugar de MISSÃO, por razões históricas leva o nome de um dos principais rios do Amazonas, (Rio Solimões).

Em 23 de maio de 1910 o Papa Pio X cria a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões confiada aos Capuchinhos. Em 1925 a sede da Prefeitura Apostólica foi transferida de Tonantins (AM) para São Paulo de Olivença (AM).

A 6 de setembro de 1910 foi designado o novo Prefeito Apostólico para o Alto Solimões, o Pe. Evangelista Gálea da Sefalonia. Chegou a Manaus a 14 de janeiro de 1911, tomou sobre si as responsabilidades, assumiu a nova missão no Alto Solimões. No dia 2 de fevereiro de 1911, após uma viagem de 12 dias embarcados chegaram os missionários ao povoado Remate de Males, o lugar mais insalubre e remoto da missão, também conhecido como "cemitério dos vivos".

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Diocese do Alto Solimões, é muito comum encontrar mulheres assumindo papéis importantes e essencial para evangelização da Igreja no Alto Solimões, agente de pastoral, catequista, ministra extraordinária palavra e Eucaristia, coordenadora de modo geral. Com ou sem instituição, ou até mesmo sem a formação necessária, mas impulsionadas pelo amor ao serviço de doação, abraçando cada papel a elas confiado principalmente no que se refere as comunidades ribeirinhas e locais mais distantes e que

não são atendidas de forma constante devido a logística dessa região. Um fato importante para destacar é as mulheres religiosas, agentes pastorais essenciais, atuando em diversos ministérios e sendo, em muitas comunidades, a única presença religiosa. Elas exercem um papel fundamental na vida das comunidades amazônicas, especialmente em áreas onde a presença da vida religiosa feminina é mais forte, como em Santa Rita do Well comunidade católica que pertence a Paróquia de São Paulo de Olivença.

REFERÊNCIAS

[1] ANJOS, Gabriele dos. "Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições." **Cadernos Pagu** (2008): 509-534.

[2] BRIGHENTI, Agenor Brighenti. "Documento de Aparecida: O texto original, o texto oficial e o Papa Francisco." **Revista Pistis & Práxis** 8.3 (2016): 673-713.

[3] CARREIRA, Márcio André Guedes. **O papel da mulher na Igreja no mundo contemporâneo**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa (Portugal).

[4] FERREIRA, Renilda Almeida. "Uma nova visão da mulher no pontificado do papa Francisco." **Semana Teológica da Unicap 28** (2024): 77-85.

[5] PAPA FRANCISCO, **Querida Amazônia** (Exortação Apostólica), Vaticano, 2019.

[6] PASCOTE, Caio Sigiani. "**O papel da mulher na igreja baseado em 1 Coríntios 14.33 b-35."** (2023).

[7] PERETTI, Clélia; QUEIROZ, Ivoneide. Mulher e Ministérios na Igreja Católica à luz do pensamento do Papa Francisco. **Revista de Cultura Teológica**, n. 98, p. 133-152, 2021.

[8] WOLFF, Elias, and Raquel de Fátima Colet. "Fronteiras eclesiais no pontificado de Francisco". **Revista de Cultura Teológica 93**, 2019.

Capítulo 20

A natureza como parte da família: visão indígenas do Alto Rio Negro/AM sobre cuidado da ecologia

Elienai Djani Lemos Marinho[1]
Bruno Miranda Braga[2]

Resumo: A crise ambiental que marca a atualidade é, antes de tudo, uma crise de valores e de relação com a terra. Frente a esse cenário de devastação ecológica, os povos originários têm muito a ensinar por meio de suas práticas, espiritualidades e modos de vida. Desse modo a relação dos povos indígenas com o meio ambiente é uma expressão de respeito profundo e mútuo. Para muitas comunidades indígenas, como as de São Gabriel da Cachoeira, a terra não é apenas um recurso a ser explorado, mas sim um ente sagrado, uma parte da família. As comunidades indígenas vivem uma relação íntima com a natureza, compreendendo-a como parte da própria família. Raimundo Pimentel, líder indígena Tukano, afirma com sabedoria: "A Terra não é apenas nosso lar. Ela é nossa mãe, nos sustenta, nos dá alimento e, quando precisamos, nos cura. Cuidar da Terra é como cuidar de nossa própria mãe".

Palavras-chave: Natureza. Alto Rio Negro. Povos indígenas. Família.

[1] Acadêmico finalista do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail:
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. É Amazonológo, Historiador Cultural e Geógrafo. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A partir dos ensinamentos de líderes indígenas como Raimundo Pimentel, que ensina que a Terra é nossa mãe e que cuidar dela é um ato de respeito, reciprocidade e sobrevivência, pretende-se refletir sobre a maneira como esses saberes ancestrais se articulam com a proposta de cuidado da Casa Comum presente na encíclica Laudato Si', do Papa Francisco.

O estudo visa ainda aprofundar o entendimento sobre como essa espiritualidade indígena, que une o ser humano à floresta, aos rios e aos animais como irmãos e irmãs, pode servir como uma resposta concreta e espiritual à crise socioambiental que vivemos. Mais do que uma contribuição teórica, a proposta é oferecer um caminho alternativo de vida, baseado no Bem Viver, na escuta da sabedoria dos povos originários e na valorização de práticas sustentáveis que respeitam o equilíbrio da vida. Assim, este trabalho deseja unir o pensamento indígena e cristão em uma mesma caminhada pelo cuidado da Terra, pela justiça e pela paz.

No meu ver, a crise ambiental que ameaça o equilíbrio do planeta exige não apenas soluções técnicas, mas também mudanças profundas na forma como os seres humanos se relacionam com a natureza. Nesse contexto, nós povos indígenas têm desempenhado um papel essencial na preservação dos biomas e na promoção de modos de vida sustentáveis. No caso em nossa cidade de São Gabriel da Cachoeira, principalmente as comunidades indígenas mantêm uma relação ancestral e espiritual com a Terra, compreendendo-a não como um recurso a ser explorado, mas como parte da própria família.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho tem como base teórica o diálogo entre os saberes ancestrais dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira e os princípios da Ecologia Integral propostos na encíclica Laudato Si', do Papa Francisco. Parte-se do entendimento de que o mundo vive uma crise não apenas ecológica, mas ética, espiritual e relacional. Por isso, é necessário ouvir as vozes dos povos originários, que há séculos vivem em harmonia com a Terra, tratando-a como mãe, fonte de vida e parte da família.

A contribuição de Raimundo Pimentel, liderança indígena Tukano, será essencial neste referencial. Seu pensamento, ao afirmar que: "a terra é nossa mãe, e se a maltratamos, é como ferir alguém da própria família", revela uma cosmologia em que natureza e ser humano não estão separados, mas vivem em relação. Essa visão se opõe à lógica moderna de exploração e consumo, e se alinha ao apelo do Papa Francisco por uma conversão ecológica: "tudo está interligado, e o cuidado com o meio ambiente não pode ser separado do cuidado com as pessoas" (LS, n. 91).

Outro pilar teórico importante foi o pensamento do pesquisador Justino Sarmento Rezende, padre salesiano do povo Tuyuka, que afirma que a espiritualidade indígena se fundamenta na convivência respeitosa e relacional com todos os seres, visíveis e invisíveis. Para ele, a ecologia não é apenas um tema ambiental, mas faz parte de uma teia de vida que envolve o território, o corpo, a memória e o sagrado. Essa visão relacional e integrada da existência dialoga profundamente com o conceito de Bem Viver (Ayurõ Kahtise), presente em várias culturas indígenas da América Latina, que propõe uma vida equilibrada, coletiva e em harmonia com a natureza.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica, para tal fizemos um levantamento sobre a temática com buscas no Scielo, no Google Scholar, e nos livros e materiais impressos. Foi uma pesquisa qualitativa, e interdisciplinar, considerando os saberes e filosofias do bem-viver indígenas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O povo Tukano é um dos principais habitantes do Alto Rio Negro, presente sobretudo nas margens dos rios Uaupés e Tiquié, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Vivemos em uma região de grande diversidade cultural, onde diferentes povos compartilham territórios, línguas e modos de vida, mas cada um mantém sua identidade própria. Nós, Tukano, somos conhecidos por nossa organização comunitária, pela força de nossas tradições espirituais e pelo valor que damos à palavra, transmitida de geração em geração por meio de narrativas, cantos e rituais. Nossa sabedoria não se encontra apenas nos livros ou em conceitos escritos, mas está viva em nossa memória oral, nos mitos de origem e nas práticas cotidianas que sustentam a vida. Essa sabedoria nos ensina a reconhecer a Terra como mãe, os rios como veias que alimentam o corpo da criação e a floresta como extensão de nosso próprio ser.

Nós, povos indígenas, vivemos uma relação íntima e espiritual com a natureza. Para nós, a floresta, os rios, os animais e o céu não são apenas recursos naturais, mas parentes, irmãos e irmãs que compartilham a mesma origem da vida. Somos parte de uma grande família cósmica em que cada ser tem seu lugar e sua função, e é nesse pertencimento que construímos nossa maneira de compreender o mundo. Essa compreensão, que podemos chamar de ecologia indígena, é um modo de vida que une espiritualidade, ética e cuidado com a Terra.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ecologia indígena também nos ensina que não somos seres isolados. Vivemos como parte de uma rede onde cada ser, visível ou invisível, tem seu valor. Essa visão dialoga com a ciência quando se fala da biodiversidade, mas vai além, porque reconhece o espírito que habita cada planta, cada rio, cada animal. Somos povos que aprendemos desde cedo que a floresta tem voz e que precisamos escutá-la. Quando derrubamos uma árvore, fazemos rezas pedindo permissão, porque sabemos que ela é também nossa irmã. Quando usamos uma planta medicinal, reconhecemos sua força espiritual, e não apenas suas propriedades químicas. Essa atitude é, ao mesmo tempo, respeito, reciprocidade e espiritualidade.

Nós vivemos um modo de vida que resiste à lógica do mercado, que transforma a terra em mercadoria. Somos povos que afirmam que a Terra não se vende, porque ela não é objeto, mas mãe. Essa afirmação, tão presente nas lutas indígenas, encontra eco na denúncia do Papa Francisco contra a “cultura do descarte” (LS, n. 22), que trata a natureza e até mesmo as pessoas como descartáveis. Nossa ecologia indígena é, portanto, uma resistência e uma proposta alternativa ao modelo predatório de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

[1] FRANCISCO, Papa. Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

[2] PIMENTEL, Raimundo. Entrevistas e reflexões orais (material de campo).

[3] REZENDE, Justino Sarmento. Espiritualidade indígena e missão: uma ponte entre mundos. São Paulo: Paulinas, 2019.

[4] REZENDE, Justino Sarmento. "A espiritualidade indígena é relacional: uma reflexão rio-negrina". In: Diversidade Religiosa e Missão, v. 12, n. 2, 2020.

[5] TUKANO, João Paulo Lima Barreto. Peixe e Gente: a cosmologia dos povos do Rio Negro. Manaus: UEA Edições, 2018.

[6] BANIWA, Francy. "Corpo, floresta e resistência feminina". In: Mulheres indígenas: vozes que ecoam na Casa Comum. Brasília: APIB, 2021.

Capítulo 21

Cultura, uma discussão filosófica: pluralidade, fluidez e dinâmica cultural amazônica a luz da filosofia de Heráclito

Antônio Magno da Silva Lima[1]
Bruno Miranda Braga[2]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[3]

Resumo: A interculturalidade na filosofia, ainda nos ajuda a questionar os pressupostos e valores dominantes ao qual pertencemos. Ao entrarmos em diálogo com outras manifestações da cultura, somos confrontados com nossas próprias limitações e tendemos a ampliar nossa compreensão do mundo e a desenvolver uma visão mais aberta e sem preconceitos estabelecidos. Presente na "Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein" de, Danilo Marcondes, encontraremos o contexto filosófico recorrente deste desenvolvimento, o que se conhece do filosofo da nossa discussão, Heráclito de Éfeso, conhecido desde a Antiguidade e influente na formação da ideia da existência, do movimento e da pluralidade.

Palavras-chave: Cultura. Heráclito de Éfeso. Dinamicidade.

[1] Acadêmico finalista do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: freiantoniomagno@gmail.com.
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), e da Faculdade Católica do Amazonas. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. É Amazonológo, Historiador Cultural e Geógrafo. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[3] Doutora em Estudos da Criança, Educação Especial pela Universidade do Minho – UMINHO. Assessora Pedagógica da Gerência de Educação Especial – SEMED Manaus. Docente da Faculdade Estácio Amazonas. Coordenadora de Ensino da Faculdade Católica do Amazonas. E-mail: mariaroseanem@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A interação com o diferente em um contexto plural, é a causa desta reflexão, contanto que se possa provocar o máximo de envolvimento na identificação do sujeito coletivo e ativo nesse processo, como enfatizam as palavras de Nietzsche (1938) "o mundo da pluralidade é o mundo do único" (8, p. 45-6) ,essa constatação é essencial para adentrarmos nesse diálogo de forma respeitosa e enriquecedora entre diferentes culturas e movimentos transversais que permeiam a realidade e revelam mais delas e de nós mesmos do que podemos imaginar, ao abraçarmos a diversidade e a complexidade do mundo, podemos nos surpreender com a importância e a relevância que isso acrescenta ao nosso pensamento. À face da coletividade e do cerne colaborador do sujeito, ele declara estar voltado para o sentido comum como vontade ou necessidade dentro daquilo que se lhe apresenta e tenha a possibilidade de escolher em sua natureza primordial.

Além disso, a interculturalidade também nos ajuda a questionar nossos próprios preconceitos e a expandir nossa compreensão da complexidade e diversidade humana, suas características e possibilidades de adaptação e relação. Grupos sociais, étnicos, culturais tendem sempre a conservar, ou mesmo, permanecerem com uma mesma lógica ou razão dominante, um padrão, uma estrutura, no entanto, queremos buscar uma possibilidade de analisar seu interesse em ressignificar seus modos ou costumes, a fim de corresponderem melhor ao contexto que estão se desenvolvendo e que apresentam exigências que a realidade lhes impõe.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na obra “Antropologia cultural” o autor Luiz Gonzaga De Mello apresenta de maneira sistemática o objeto da ciência antropológica. No entanto, nos deteremos no segundo capítulo da primeira parte dessa obra, no que diz respeito ao método científico da antropologia cultural e o dinamismo da evolução cultural, que nos interessa nesta composição.

Em “A ideia de cultura”, Terry Eagleton se debruça sobre os usos, o significado e as noções de cultura. Mais do que uma busca para desvendar as origens do sentido dado à palavra, ele se propõe a rever seu significado tanto antropológico quanto estético, abarcando o entendimento de cultura em mais de uma vertente.

Um último discurso contido neste desenvolvimento está na obra “Cultura: um conceito antropológico” do autor Roque De Barros Laraia, ele enfatiza o conceito antropológico de cultura, realizada de forma didática, clara e simples. Na primeira parte deste livro poderemos encontrar o conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, quando na segunda parte apresenta a maneira da cultura influenciar o comportamento social, o que interfere na ideia de humanidade.

Manuela Carneiro da Cunha em, “Cultura com Aspas”, explora as situações de contraste e contato entre sociedades, tratando, entre outros temas, do movimento messiânico canela, catequese, direito indigenista, etnicidade, xamanismo, conhecimento tradicional e indigenização da cultura.

Um outro olhar para a Amazônia parte do livro “Amazônia: novos caminhos nas relações entre homem e mulher” do autor Ricardo Castro que traz a temática da masculinidade, da religiosidade e das relações de violência nos contextos amazônicos. A

intensão de tratar de uma cultura religiosa, do aspecto da relação entre os indivíduos, sujeitos e suas práticas podem nos ajudar nesta descoberta do ser humano neste contexto.

Em âmbito mais geral trazemos o "Documento de Aparecida", que, por excelência se destaca no campo de reflexão da cultura religiosa trazendo elementos da fé contextualizados nas diversas realidades das comunidades onde as pessoas vivem a tradição católica em âmbito plural e cultural.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este presente estudo de natureza filosófica terá uma abordagem qualitativa no intuito de estabelecer a relação entre o sujeito e o objeto estudado. O que diz respeito aos objetivos trataremos essa investigação com uma procedência de natureza exploratória. Para a coleta de dados, faremos uso da técnica de investigação e pesquisa bibliográfica. O procedimento de pesquisa de revisão bibliográfica, que consiste em fazer um levantamento do material publicado a partir do tema pesquisado, visando fornecer um fundamento teórico ao desenvolvimento do trabalho e identificar o estágio atual de conhecimento referente ao mesmo. Heráclito vê a realidade marcada pelo conflito entre os opostos (Marcondes, 2007).

Foi uma pesquisa de caráter bibliográfico dialogando a partir da interdisciplinaridade o conceito macro de cultura. Foram consultados bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, bem como livros e periódicos especializados no tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É muito importante aprofundarmos a Interculturalidade numa perspectiva filosófica, pois, é evidente que essa é uma questão que interfere diretamente no contexto sociocultural que se constrói na formação das relações humanas, até onde podemos conhecer, uma série de novos elementos constitutivos relacionados ou agrupados em busca de afirmação, não passam mais despercebidos.

É nesse sentido que buscamos compreender o filósofo Heráclito (1973) quando afirma: "tudo flui nada permanece", isso explica o sentido que ele dá, de contínua transitoriedade de todas as coisas, no entanto, não significa que deixe de ser o que é, mas sim venha assumir; há nesse sentido uma hibridação cultural, um processo que formação cultural que encontra, dialoga e forma a sociedade. Nesse sentido, Cancliní (2006) em seu livro "Culturas Hibridas: estratégias para entrar e sair da modernidade", nos questiona como num mundo em movimento, num mundo dinâmico cidadãos consomem cultura e exercem culturas. A Amazônia e seus povos não está alheia a isso.

Concordamos assim com o antropólogo Laraia (2001, p. 96) quando este nos diz que: "podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro", logo, a "cultura é dinâmica".

Escrever sobre a dinâmica cultural e seus sentidos, passa ser um tema relevante e atual, que nos convida a refletir sobre a diversidade de ideias e pensamentos, e tradições, indivíduos e coletividade, que compõem o plano de fronte desse trabalho. O fato de abrirmos nossas mentes para ideias e perspectivas novas e diversas, podem nos possibilitar um alargamento do nosso horizonte de compreensão, pensamento e enriquecer nossa própria visão do assunto.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos a filosofia da interculturalidade, vamos de encontro com outras culturas para percebermos as mudanças na compreensão da cultura do outro, por exemplo, o sentido de questões primordiais como o bem e o mal, para as culturas dos povos originários da Amazônia há uma forma de entender, diferentemente de como ver ou compreende o cristianismo, dessa maneira, somos desafiados a repensar nossas próprias noções de dualidade, individualidade e transcendência.

A interculturalidade na filosofia, ainda nos ajuda a questionar os pressupostos e valores dominantes ao qual pertencemos. Ao entrarmos em diálogo com outras manifestações da cultura, somos confrontados com nossas próprias limitações e tendemos a ampliar nossa compreensão do mundo e a desenvolver uma visão mais aberta e sem preconceitos estabelecidos.

REFERÊNCIAS

[1] HERÁCLITO. **Heráclito**. São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Os pensadores)

[2] LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

[3] MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia:** Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein.

[4] Rio de Janeiro – RJ, Jorge Zahar, 2008.

[5] NIETZSCHE, F. ***La naissance de la philosophie à l'époque de la Tragédie Grecque***. Paris, Gallimard, 1938:

Capítulo 22

Canaimé: a ideia do mal a partir da oralidade das comunidades indígenas Macuxi

Lucas Santos Maia[1]
Bruno Miranda Braga[2]
Joaquim Hudson de Souza Ribeiro[3]

Resumo: A narrativa do Canaimé, parte integrante da tradição oral e da cosmogonia Macuxi, oferece uma visão única sobre a natureza do mal. No entanto, apesar da importância cultural, há uma lacuna significativa no entendimento acadêmico sobre como a oralidade das comunidades Macuxi representa e interpreta a natureza do mal no contexto do Canaimé. Portanto, o problema desta pesquisa consistiu em investigar e compreender a concepção da natureza do mal a partir da oralidade das comunidades indígenas Macuxi, com foco específico no mito do Canaimé, considerando também as contribuições teóricas e historiográficas de autores como o antropólogo Claude Lévi-Strauss, e de viajantes naturalistas como os Irmãos Schomburgk e Conde Ermano Stradelli, Theodor Koch-Grünberg.

Palavras-chave: Canaimé. Povo Macuxi. Cultura. Ideia do Mal.

[1] Acadêmico finalista do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail:
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. É Amazonológo, Historiador Cultural e Geógrafo. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[3] Pós-Doutorado em Psicologia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidado do Porto); Doutor em Ciências (Área Geografia Humana - USP). Mestre em Cooperação Internacional/Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore (UNICATT-ITÁLIA). É bispo Auxiliar da Arquidiocese de Manaus.

1. INTRODUÇÃO

O mito é uma narrativa ancestral que desempenha um papel fundamental na formação e na identidade das sociedades humanas. Presente em culturas de todo o

mundo, o mito não é apenas uma história fantástica, mas um meio pelo qual os grupos humanos explicam o mundo ao seu redor, transmitem conhecimento, valores e crenças, e dão significado à existência. A oralidade é uma das formas mais antigas e poderosas de preservar e transmitir esses mitos.

A narrativa representa um legado cultural valioso dos povos, transmitido ao longo de gerações por meio da oralidade. Buscar a natureza do mal nessas narrativas contribuirá para a preservação e valorização dessa herança cultural, reconhecendo a importância da tradição oral como veículo de transmissão de conhecimento e identidade cultural.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a ideia do mal[4] na narrativa do Canaimé pode fornecer contribuições significativas para os estudos literários, antropológicos e etnográficos e filosóficos.

Assim, o presente resumo sobre a ideia do mal que se apoia nas narrativas indígenas sobre o Canaimé é justificado pela sua importância para a preservação e valorização da cultura indígena, para o enriquecimento do debate filosófico e ético sobre a natureza do mal e para o avanço do conhecimento nas áreas de literatura, antropologia e estudos culturais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre o mal nos coloca diante de um dilema hermenêutico: estamos diante de uma filosofia da moral ou de uma antropologia estrutural? Em sentido amplo, a filosofia da moral busca discernir princípios universais que orientam a ação humana, enquanto a antropologia estrutural procura compreender como os sistemas simbólicos organizam a experiência e o pensamento. Entre os povos indígenas, porém, tais distinções não se aplicam de maneira rígida.

À luz de Terry Egleton (2010), o mal pode ser lido como uma categoria estética e cultural, que só se torna inteligível dentro de narrativas históricas específicas. Assim, falar em "filosofia da moral" é insuficiente, pois as categorias não operam no registro universal, mas dentro de sistemas de sentido próprios.

Schopenhauer, em O mundo como representação e vontade, propõe que a realidade é movida por uma vontade irracional, fonte tanto da vida quanto do sofrimento. Essa chave filosófica dialoga com a visão indígena: o mal é expressão de forças cósmicas que, quando desequilibradas, instauram dor e desordem., para os Macuxi é a ruptura da relação com a natureza e com os espíritos que abre espaço para a irrupção do mal.

Dessa forma, o mal nas tradições indígenas pode ser compreendido simultaneamente como uma moral relacional (ética da coletividade), como estrutura simbólica (antropologia estrutural) e como manifestação de forças cósmicas (filosofia da vontade). O mito, por exemplo, não descreve o mal como uma entidade independente, mas como elemento necessário para dar sentido às relações de troca, guerra, parentesco e

[4] Uma das bases teóricas centrais desse trabalho, é o filósofo e crítico literário inglês Terry Eagleton, cujo livro "Sobre o Mal", enfatiza e explora as naturezas e facetas sobre o mal, encarado como um fenômeno e uma ideia.

natureza. Nessa perspectiva, o mal é uma função narrativa e estrutural, que serve para marcar fronteiras, explicar transgressões e reforçar a coesão cultural. Portanto, as noções de mal indígenas podem ser analisadas tanto como uma moral quanto como de forma estrutural.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A abordagem dessa pesquisa foi interdisciplinar, combinando métodos de pesquisa qualitativa, como análise de narrativas e estudos etnográficos, com a revisão de fontes históricas, antropológicas e filosóficas. Além disso, buscamos colaborar com as próprias comunidades Macuxi, respeitando suas tradições e conhecimentos, e trabalhando em parceria com líderes e anciãos para garantir uma abordagem ética e sensível.

Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica abrangente sobre as literaturas sobre o Canaimé e suas representações na cultura Macuxi, estudos sobre a oralidade e a importância das narrativas orais nas comunidades indígenas, bem como, as diversas teorias antropológicas e sociológicas sobre a concepção de mal em diferentes culturas. A revisão bibliográfica serviu como base teórica para entender o contexto e as abordagens anteriores, além de ajudar a formular as perguntas de pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas orais dos Macuxi sobre Canaimé fornecem um rico corpus para analisar a natureza do mal. A oralidade, como forma de transmissão de conhecimento e cultura, desempenha um papel central nas comunidades indígenas. Segundo Walter Ong, a oralidade implica um modo particular de pensar e de viver, distinto da cultura escrita (2002, p. 138). As histórias de Canaimé são não apenas contadas, mas vivenciadas e experimentadas pelas comunidades, refletindo valores, medos e ensinamentos profundamente enraizados.

Na obra Richard Schomburgk's Travels in British Guiana, 1840-1844 Schomburgk oferece uma visão profunda e complexa da figura do Canaimé nas culturas indígenas dos Macuxi, Akawai, Wapixana e Arekuna. Schomburgk o descreve como uma entidade multifacetada e elusiva, que incorpora o desejo de vingança, sendo ele a origem de todo mal, sem se definir claramente como um Espírito do Mal individualizado. Esta descrição é particularmente relevante para nosso projeto de pesquisa, pois destaca vários aspectos essenciais que guiarão nossas investigações:

Neil L. Whitehead, explora como o conceito de Canaimé é intrinsecamente ligado a práticas de violência ritualística e à morte violenta. O autor argumenta que não é apenas uma figura mítica, mas uma prática xamânica que envolve elementos de terror, controle social e vingança. Esta perspectiva foi fundamental para nossa pesquisa, pois sugere que o Canaimé entre os Macuxi pode ser entendido tanto como uma entidade mítica quanto como uma prática cultural que encarna o mal.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do mal entre os povos indígenas não pode ser reduzida à concepção ocidental frequentemente associada ao pecado, à culpa ou a uma força ontológica negativa. Nas cosmologias indígenas, o mal é pensado de maneira relacional, ele se manifesta nas

rupturas das redes de equilíbrio que sustentam a vida, seja no plano comunitário, ambiental ou espiritual. Portanto, o mal surge quando há desarmonia, seja com os com os espíritos da floresta, com os animais, ou entre os próprios membros da comunidade. Assim, o mal pode ser vivenciado como desequilíbrio, excesso, vingança ou desrespeito das normas simbólicas que conduzem a coletividade.

Entre os Guarani, o mal é concebido na contraposição entre teko porã (modo de vida bom) e teko vai (modo de vida errado), sendo este último resultado da adoção de comportamentos que ameaçam o comunitária. Entre os Yanomami, os xapiripë podem tanto oferecer proteção como se tornar agentes de agressão quando não respeitados. Já entre os Macuxi e Wapichana, o mito do Canaimé expressa uma figura ligada à morte e à violência, simbolizando a dimensão destrutiva que pode emergir das relações sociais.

Portanto, pode-se afirmar que o mal, no contexto indígena, constitui-se como uma categoria relacional e processual, mais próxima da ideia de desequilíbrio do que de oposição absoluta ao bem. Ele manifesta-se nas interações entre humanos e não- humanos, configurando-se como parte do ciclo da vida e da experiência coletiva. Tal perspectiva evidencia a especificidade das cosmologias indígenas e a necessidade de compreender suas especificidades, sem reduzi-las ao pensamento ocidental.

REFERÊNCIAS

[1] ESTES, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos.** Mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. 11 ed. Rocco. Rio de Janeiro: 1997.

[2] EAGLETON, Terry. **Sobre o mal**. Trad. De Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

[3] SCHOMBURGK, Richard**. Travels in British Guiana, 1840-1844.** Daily Chronicles. Vol. 1. General Books. Georgetown: 1922.

[4] J. ONG, Walter. **Orality and Literacy**, The Technologizing of the Word. 2 ed. Routledge. Estados Unidos: 2002.

Capítulo 23

Traços fonéticos amazônicos: o alteamento da vogal /o/ no português de São Paulo de Olivença-AM

Camilo Jaílton Martins dos Santos[1]
Felip Barbosa da Luz[2]
Kellen Letícia Guimarães Santos[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]

Resumo: O presente estudo investiga o fenômeno do alteamento vocálico da vogal /o/ em posição tônica no falar dos moradores ribeirinhos de São Paulo de Olivença (AM), buscando compreender como esse processo fonético reflete aspectos sociolinguísticos e identitários locais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, analisou 5.040 dados coletados em entrevistas com 28 informantes, distribuídos por sexo, faixa etária, escolaridade e localidade (Monte Santo e Santa Rita do Weill). Os resultados apontaram a predominância da variante [o] (75,5%) em relação à variante [u] (24,5%), evidenciando uma tendência de redução do alteamento na fala das gerações mais jovens. O estudo contribui para o mapeamento das variações linguísticas amazônicas e para a compreensão da mudança linguística em tempo aparente.

Palavras-chave: Variação Linguística. Alteamento Vocálico. Fala Amazônica. Sociolinguística.

[1] Licenciado em Letras – Língua e Literatura Espanhola e Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Bacharel em Filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB); Mestre em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: camilojailton@yahoo.com.br
[2] Graduando em Teologia no curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: Fametro (Faculdade Católica do Amazonas). E-mail: freifelipofm@gmail.com
[3] Graduando em Teologia pela Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: leticiaguimarães9059@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um recorte da dissertação de mestrado intitulada 'A realização da vogal /o/ em posição tônica no falar paulivense – zona rural (Amazonas)'. O objetivo geral foi investigar a realização da vogal /o/ em posição tônica na fala dos moradores da zona rural de São Paulo de Olivença, contribuindo para o conhecimento das áreas dialetais brasileiras. O fenômeno do alteamento, também conhecido como alçamento vocálico, corresponde à elevação articulatória de uma vogal média em direção à alta, processo recorrente no português brasileiro e condicionado por fatores linguísticos e sociais. Com base em autores como Campos (2009), Bisol (1983) e Silva Neto (1960), buscou-se compreender o funcionamento desse fenômeno no contexto amazônico, analisando sua ocorrência e os fatores que a influenciam.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A língua por ser viva e dinâmica apresenta um quadro de dinamicidade bastante significativo, de diferentes naturezas: fonético-fonológicas, morfossintáticas, lexicais, discursivas e pragmáticas, as quais não dependem somente de critérios linguísticos para ocorrerem, mas também de implicações externas à estrutura da língua, como os aspectos culturais e sociais dos falantes (sexo, faixa etária, escolaridade, procedência, classe social).

O alteamento vocálico é um processo variável no português brasileiro, caracterizado pela alternância entre as vogais médias e altas. Segundo Campos (2009), trata-se do movimento vertical da língua no trato vocal, representando uma elevação articulatória. Bisol (1983) descreve o fenômeno como uma regra variável condicionada por contextos fonológicos, como a presença de vogais altas ou consoantes labiais e velares. Já Silva Neto (1960) observa que, historicamente, a passagem do /o/ tônico para /u/ pode ter origem em influências dialetais e processos internos do sistema fonológico. No contexto amazônico, estudos como os de Cruz (2004), Maia (2006, 2018) e Brito (2011) registram a ocorrência do alteamento em diferentes localidades, com variações percentuais que indicam um processo de mudança linguística em curso.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972), utilizando o programa estatístico GoldvarbX para a análise dos dados. Foram entrevistados 28 informantes das comunidades ribeirinhas de Monte Santo e Santa Rita do Weill, classificados por sexo, faixa etária, escolaridade e localidade. O corpus resultou em 5.040 ocorrências da vogal /o/ em posição tônica, as quais foram codificadas e analisadas segundo variáveis linguísticas e extralinguísticas. A pesquisa seguiu uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com análise estatística e interpretação descritivo-reflexiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram predominância da variante [o] (75,5%) sobre [u] (24,5%), o que demonstra uma diminuição do uso do alteamento em comparação a estudos anteriores, como os de Corrêa (1980) e Campos (2009). As variáveis linguísticas que mais favoreceram a ocorrência do alteamento foram as classes de palavras (especialmente preposições, conjunções e pronomes), ausência de ditongo e posição

medial ou final na palavra. Entre as variáveis extralinguísticas, destacaram-se faixa etária, escolaridade e localidade. Informantes mais velhos e com menor escolaridade apresentaram maior frequência da variante [u], sugerindo que o fenômeno está em processo de extinção nas gerações mais jovens. A comunidade de Santa Rita do Weill apresentou índices mais altos de alteamento, enquanto Monte Santo, mais próxima da sede urbana, apresentou índices menores, indicando possível influência do contato com o falar urbano e da escolarização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o falar paulivense evidencia que o alteamento vocálico da vogal /o/ em posição tônica é um traço linguístico em retração nas comunidades ribeirinhas de São Paulo de Olivença. As análises apontam que fatores sociais, como idade, escolaridade e distância geográfica em relação à sede urbana, influenciam diretamente na manutenção ou perda desse fenômeno. A pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas de variação e mudança linguística no português amazônico, ressaltando a importância de preservar e valorizar as variedades regionais como expressão da diversidade cultural e identitária brasileira.

REFERÊNCIAS

[1] BISOL, Leda. **A Variação da pretônica na diacronia do português**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 80-97, 1983

[2] CAMPOS, Maria Sandra. **O alçamento das vogais posteriores em sílaba tônica: um estudo do português falado em Borba no Amazonas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

[3] CORRÊA, Hydelvídia C. **O falar do Caboco Amazonense**. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-Rio, 1980.

[4] CRUZ, Maria Luíza de C. **Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – UFRJ, 2004.

[5] MAIA, Edson Galvão. **Atlas Linguístico do Sul Amazonense – ALSAM**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – UEL, 2018.

[6] MARTINS, Flávia Santos. **A realização da vogal posterior média fechada, em posição tônica, nos municípios de Parintins e Tefé.** Relatório Final Técnico Científico. Programa de Pesquisa e Pós-graduação. Departamento de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), UFAM: Manaus, 2006.

[7] SILVA NETO, Serafim. **A Língua Portuguesa no Brasil: Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

Capítulo 24

A intertextualidade como estratégia de produção acadêmica: um estudo sobre trabalhos monográficos do curso de Letras do INC/UFAM

Camilo Jaílton Martins dos Santos[1]
Felip Barbosa da Luz[2]
Kellen Letícia Guimarães Santos[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]

Resumo: A dificuldade na produção textual acadêmica e a redução da prática de leitura entre estudantes reforçam a importância da Linguística Textual. Este trabalho teve como objetivo analisar a intertextualidade existente nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos acadêmicos egressos do curso de Letras do Instituto de Natureza e Cultura (INC). A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza documental, analisou quatro monografias de destaque (melhores notas), fundamentando-se nas teorias de Dialogismo de Bakhtin e na Linguística Textual (Koch, Marcuschi). Os resultados revelaram o domínio da construção textual, confirmando que as formas de intertextualidade mais utilizadas são a citação direta e a paráfrase. Conclui-se que o uso contextualizado e explorado do intertexto é um elemento chave na fortificação das defesas ideológicas dos autores.

Palavras-chave: Linguística. Linguística Textual. Textualidade. Intertextualidade.

[1] Licenciado em Letras – Língua e Literatura Espanhola e Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Bacharel em Filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB); Mestre em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). E-mail: camilojailton@yahoo.com.br
[2] Graduando em Teologia pela Fametro (Faculdade Católica do Amazonas). E-mail: freifelipofm@gmail.com
[3] Graduando em Teologia pela Fametro (Faculdade Católica do Amazonas). E-mail: leticiaguimarães9059@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM) e Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A produção textual é um campo vasto e complexo no ambiente acadêmico, e a dificuldade em elaborar textos coerentes tem sido uma problemática recorrente entre graduandos, muitas vezes associada à redução da prática de leitura. Dentro do campo da Linguística, a Textualidade é um tema central, e a intertextualidade é identificada como um dos elementos que conferem maior credibilidade e sustentação às defesas ideológicas de um texto.

Neste contexto, o presente trabalho propôs um estudo sobre a intertextualidade existente nos trabalhos monográficos dos acadêmicos egressos do curso de Letras do Instituto de Natureza e Cultura (INC). O objetivo principal foi analisar os tipos de intertextualidade presentes nesses trabalhos, identificando suas formas de construção e como estas contribuem para a edificação do discurso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Chamamos de intertextualidade quando citamos em um texto algo relacionado a outro texto já existente. Dessa maneira, podemos considerar como se um texto pudesse "falar" com o outro. Podemos citar como exemplo: Fernanda está escrevendo seu trabalho de conclusão de curso (TCC) e fez uma vasta pesquisa em textos com o tema investigado no trabalho. No desenvolvimento da construção do seu texto Fernanda vai utilizar a intertextualidade, fazendo referência a diversos autores que contribuem teoricamente com as ideias que apresenta em sua temática de estudo.

Reconhecendo que textos não aparecem em isolação, mas em relação a outros textos que escrevemos em resposta a textos anteriores; e reconhecendo que quando lemos, usamos o conhecimento e a experiência vindos de leituras e experiências anteriores para fazer sentido de um novo texto, o que se faz é uma análise da intertextualidade em textos já escritos.

O estudo se insere no campo da Linguística Textual (LT), que redefine o texto como a unidade básica de investigação, reintroduzindo o sujeito e o contexto no processo comunicativo. O referencial teórico foi construído a partir da teoria do Dialogismo de Mikhail Bakhtin (1986), que conceitua o texto como um ser dialógico, em constante conversação com outros textos.

A intertextualidade, conceito essencial neste estudo, é abordada por autores como Koch (2011), Costa Val (2006), e Marcuschi (2014) e definida como o elemento que torna a utilização de um texto dependente do conhecimento de um ou mais textos prévios, inserindo um intertexto alheio para fins de argumentação ou contradição. Este diálogo com o conhecimento prévio e com as vozes de outros autores confere credibilidade e profundidade à produção textual acadêmica.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utilizou a pesquisa documental como técnica de coleta de dados e o método hipotético-dedutivo para análise.

O *corpus* da pesquisa foi composto por quatro monografias (TCCs) de acadêmicos egressos do Curso de Letras do INC, selecionadas por terem obtido as melhores notas (entre 9 e 10 pontos) nos anos de 2010 a 2013. A análise se concentrou na identificação e

classificação das formas de intertextualidade presentes nas produções, buscando correlacioná-las à coerência e à argumentação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados confirmaram a hipótese central de que os intertextos foram utilizados de forma contextualizada e devidamente explorados pelos autores. A análise demonstrou que os acadêmicos egressos do curso possuem um notável domínio na construção da citação e na argumentação.

As formas de intertextualidade mais utilizadas e dominadas foram:

- Citação Direta: Representou a forma mais frequente, indicando a base teórica sólida das monografias.
- Paráfrase: Foi amplamente utilizada, frequentemente como intertextualidade explícita, com a devida indicação da fonte.
- Citação de Citação: Embora em menor grau, também esteve presente nos trabalhos analisados.

Pequenos equívocos foram identificados na construção da referência (troca de pontuação), mas não comprometeram a qualidade do intertexto. A conclusão é que a intertextualidade age como um fator crucial na fortificação das defesas ideológicas e na demonstração de competência textual dos formandos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estudo da intertextualidade nas monografias do curso de Letras do INC demonstrou que a textualidade é um aspecto bem desenvolvido entre os egressos. O uso predominante da citação direta e da paráfrase reflete o diálogo constante dos autores com o referencial teórico. Os objetivos foram alcançados, comprovando que a intertextualidade, quando bem utilizada, é essencial para a qualidade e a credibilidade do texto científico.

REFERÊNCIAS

[1] BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

[2] BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1983.

[3] COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

[4] KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2011.

[5] KRISTEVA, J. **Introdução à semiologia**. Lisboa: Edições 70, 1974.

[6] MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

[7] SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

Capítulo 25

Consumismo, ética e ecologia – uma análise a partir da coleta seletiva na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi

Dimitri Corrêa e Ribeiro da Silva[1]
Ricardo Gonçalves Castro[2]

Resumo: O artigo filosófico "Consumismo, Ética e Ecologia: uma análise a partir da coleta seletiva na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi" é motivado pela observação de que as condutas éticas contemporâneas, frequentemente guiadas pelo consumismo, colocam-se na contramão do cuidado ecológico e distanciam os indivíduos da verdadeira felicidade. O trabalho visa aprofundar o conhecimento sobre a felicidade a partir do Utilitarismo ético de John Stuart Mill e sobre a ecologia no Princípio Responsabilidade de Hans Jonas. O contexto empírico para essa reflexão baseia-se na análise do consumismo, da problemática do lixo e das mudanças de comportamento desencadeadas pela implantação da coleta seletiva na referida fraternidade.

Palavras-chave: Consumismo. utilitarismo. responsabilidade. coleta seletiva. ecologia.

[1] Licenciado em Filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus – Unidade Leste; e-mail: dimitridesigner@gmail.com
[2] Prof. Dr. em Teologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco – Unidade Leste. Manaus-AM;

1. INTRODUÇÃO

O artigo “Consumismo, Ética e Ecologia: uma análise a partir da coleta seletiva na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi” aborda a contradição entre a conduta ética contemporânea, marcada pelo consumismo, e o necessário cuidado ecológico, que tem afastado as pessoas da verdadeira felicidade. O estudo visa aprofundar o conhecimento sobre a felicidade a partir do Utilitarismo ético de Stuart Mill e a ecologia no Princípio Responsabilidade de Hans Jonas. Esta reflexão filosófica utiliza como base o relato da implantação da coleta seletiva na referida fraternidade. Diante da problemática do lixo e da necessidade de uma postura ética, a pesquisa formula o questionamento central: É possível gerar felicidade tomando para si a responsabilidade para com a ecologia, à medida que se compreende os malefícios de um comportamento consumista, em vista da Ecologia Integral e uma Educação Ambiental?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O problema reside no consumismo, definido como a avidez por obter o que não é imprescindível, sendo o resultado de um modelo econômico focado no lucro que suprime a utilidade das coisas. A satisfação é deslocada da durabilidade para o desfrute imediato dos prazeres. A sociedade de consumo torna a insatisfação permanente, depreciando os produtos rapidamente (Bauman, 2007).

A experiência na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi, iniciada em 2018, demonstrou que, após trinta meses, foi possível retirar de circulação um volume aproximado de 1500L de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) mensalmente. Essa mudança de mentalidade, embora trabalhosa por exigir a limpeza dos resíduos, harmoniza-se com o dever do cuidado com a Ecologia e incentiva a logística reversa (Brasil, 2010).

O Utilitarismo, ou Princípio da Maior Felicidade, sustenta que “as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o contrário da felicidade” (Mill, 2000, p. 30). O consumismo, por causar graves impactos, não pode ser admitido como via para a felicidade. A prática da coleta seletiva é uma atitude virtuosa que demonstra que a felicidade do agente provoca a felicidade em todos os interessados, seguindo a "regra de ouro de Jesus de Nazaré" (Mill, 2000, p. 41). Essa atitude leva à renúncia da pseudo felicidade do consumismo em favor de uma concreta experiência de felicidade.

Hans Jonas propõe um novo imperativo ético: “Aja de modo que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra” (JONAS, 2006, p. 47). Este princípio nega a descartabilidade do ser e está ligado ao dever para com a posteridade (Castro, 2019, p. 42). A coleta seletiva é o comportamento ético que incita à reflexão sobre a responsabilidade perante os resíduos. Se o ritmo de consumo for mantido, as próximas gerações herdarão “ruínas, desertos e lixo” (Francisca, Laudato Si’, 2015, n. 161).

O estudo conclui que a coleta seletiva, ao articular Mill e Jonas, é um instrumento que contribui para o equilíbrio ecológico integral e conduz a uma profunda reflexão sobre o estilo de vida consumista e individualista.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Metodologicamente, o estudo é de natureza básica, combinando os tipos qualitativo e exploratório no que se refere ao relato de experiência, e quantitativo na descrição de dados estatísticos sobre a coleta de lixo em Manaus. Utilizando pesquisa bibliográfica e o método fenomenológico-hermenêutico, o artigo apresenta um caminho de pôr em paralelo o Utilitarismo e o Princípio Responsabilidade, buscando elaborar uma argumentação consistente que torne a coleta seletiva um instrumento favorecedor ao equilíbrio ecológico integral. A expectativa é que as ações direcionadas ao tratamento correto do lixo conduzam a uma reflexão profunda sobre o estilo de vida consumista e individualista

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo obteve resultados significativos a partir da experiência da coleta seletiva na Fraternidade São Lourenço de Bríndisi, que serve de base para a análise ético-filosófica.

A ação de coleta seletiva na Fraternidade demonstrou a viabilidade da mudança comportamental, superando a mentalidade do descartável. O principal resultado quantificável foi a retirada de circulação de 1500L (Mil e quinhentos litros) de Resíduos Sólidos Domiciliares (RDO) mensalmente. Este sucesso exigiu uma mudança gradual de hábitos, incluindo a limpeza dos resíduos, e harmoniza-se com múltiplos motivos éticos, como o cuidado com a ecologia, a promoção da logística reversa, e o apoio à dignidade dos catadores.

A análise desses resultados à luz das teorias de Stuart Mill e Hans Jonas revela que a prática da coleta seletiva é um "remédio bom" contra o consumismo.

A coleta seletiva é uma atitude virtuosa que promove a felicidade da maioria das pessoas envolvidas. Ao demonstrar que a felicidade do agente gera felicidade em todos os interessados, a prática direciona o indivíduo à renúncia da pseudo felicidade do consumismo em favor de uma concreta experiência de felicidade.

O ato de separar o lixo nega o simples ‘jogar fora’ materializando o Princípio Responsabilidade. A coleta seletiva torna-se, assim, um comportamento ético que incita a reflexão sobre o dever para com o futuro da humanidade, garantindo a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra.

Em suma, os resultados confirmam que a coleta seletiva é um instrumento que contribui para o equilíbrio ecológico integral e conduz a uma profunda reflexão sobre o estilo de vida consumista e individualista.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar as correntes de Mill e Jonas em paralelo, o estudo elabora uma argumentação consistente para confirmar que a coleta seletiva é um instrumento que contribui para o equilíbrio ecológico integral e é um elemento da Educação Ambiental. As ações dirigidas ao tratamento correto do lixo, portanto, conduzem a uma profunda reflexão sobre o estilo de vida consumista e individualista.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela vocação à vida e poder desempenhar um papel consciente na sociedade e em seguida à Faculdade Salesiana Dom Bosco pelo apoio institucional, à Fraternidade São Lourenço de Bríndisi por sediar o estudo prático. Um agradecimento especial ao orientador, Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Castro, pela inestimável contribuição.

REFERÊNCIAS

[1] BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 280 p.

[2] BAUMAN, Z. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 210 p.

[3] BRASIL. Lei n. 12.305, de 02 de ago. de 2010. **Política Nacional de Reísduos Sólidos**, Brasília, DF, 02 ago 2010. 4. Disponivel em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/08/2010&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=84>. Acesso em: 05 mai 2020.

[4] CASTRO, R. G. **Ecoética Amazônica:** o bem viver e o princípio responsabilidade de Hans Jonas. Curitiba: CRV, 2019.

[5] FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si':** sobre o cuidado da casa comum. 1ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2015. 197 p.

[6] JONAS, H. **O princípio responsabilidade:** ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 354 p.

[7] MILL, J. S. **O utilitarismo**. Tradução de Alexandre Braga Massella. São PAulo: Iluminuras, 2000. 94 p.

Capítulo 26

Uma análise sobre o amor e suas implicações ético-morais na formação humana: um diálogo entre Platão e Dante Alighieri

Karoil Wojtyla Figueira Soeiro[1]
Kellen Letícia Guimarães Santos[2]
Artur Freitas Hidalgo[3]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[4]

Resumo: O artigo filosófico analisa o tema do Amor a partir das concepções de Platão e Dante, destacando sua relevância na formação ético-moral do ser humano. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, que utiliza os métodos Hermenêutico de Schleiermacher, e Dialético, para adequá-los a compreensão do ser humano concreto e ao entendimento do diálogo. Para isto, a investigação recorreu ao procedimento bibliográfico, incluindo obras dos autores e de comentadores contemporâneos, buscando interpretar os sentidos e significados do Amor em suas produções e, a partir dos resultados, propor uma reflexão ética para a formação moral do ser humano. Com isso, evidenciou-se que, tanto a obra de Platão, quanto a de Dante, oferecem diferentes perspectivas - filosófico-literárias –, demonstrando que a índole desejante do homem orienta sua ação e o seu modo de ser no mundo.

Palavras-chave: Amor. Filosofia. Literatura.

[1] Acadêmico do Curso de Bacharelado em Teologia do Centro Universitário FAMETRO. Licenciado em Filosofia pela FSDB-Manaus. E-mail: karoilofmcap@gmail.com.
[2] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Teologia do Centro Universitário FAMETRO. E-Mail: leticiaguimaraes9059@gmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Universitário FAMETRO (Manaus-AM). Graduado em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. E-mail: arturhidalgo@gmail.com
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Estudos da Criança - UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete sobre o Amor como questão central da existência humana, destacando sua importância histórica e alertando para o risco de interpretações superficiais que o reduzem a um desejo individualista e materialista. Essa visão, empobrecida, compromete a compreensão de seu verdadeiro sentido ético e transformador. Neste sentido, a pesquisa propõe resgatar seu significado profundo, concebido como força interior que orienta, move e dá sentido à vida, oferecendo subsídios para quem busca compreender seu papel na experiência humana cotidiana. Todavia, apesar de sua relevância existencial, o Amor ainda é pouco explorado pela filosofia e pela academia. Assim, o estudo investiga como as reflexões de Platão e Dante podem fundamentar uma compreensão filosófica e literária do Amor, capaz de contribuir para a formação ético-moral humana diante dos desafios contemporâneos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Platão define o Amor no *Banquete* como o tema central do diálogo em que Sócrates, porta-voz de Diotima, apresenta o Amor (*Éros*) como desejo e carência. O filósofo parte da ideia de que o Amor é sempre "amor de algo"; esse algo é o que se deseja, mas não se possui. Assim, "o Amor [...] deseja o que não está à mão nem consigo [...] e de que é carente" (Platão, 2016, p. 111), sendo, como observa Abbagnano (1998, p. 39), "falta, insuficiência, necessidade e, ao mesmo tempo, desejo de conquistar e conservar o que não se possui". Ao contrário das concepções que o viam como belo, Sócrates o descreve como o amante, e não o amado, situando-o entre o belo e o feio, o bom e o mau. No mito de sua origem, narrado por Diotima, o Amor nasce da união entre Pobreza e Recurso, tornando-se um ser intermediário entre deuses e mortais, cuja função é unir os dois mundos (Souza, 2016).

Figura 1: Eros, filho de penuria-e-da-esperteza



Fonte: https://eventosmitologiagrega.blogspot.com (2011)

Assim, o caminho do verdadeiro amante é ascendente, como descreve Platão (2016, p. 147): parte do amor aos corpos, passa pelos ofícios e ciências, até alcançar a contemplação do Belo em si. Essa trajetória purifica o desejo, transformando o amor sensível em amor espiritual, capaz de gerar obras imortais da alma. Desse modo, o Amor liberta o homem do materialismo e o conduz à formação ética e moral, convertendo o impulso erótico em virtude filosófica. "A finalidade é mostrar o caminho pelo qual o Amor sensível pode tornar-se amor pela sabedoria" (Abbagnano, 1998, pp. 39-40).

Dante, por sua vez, apresenta o Amor como força que move o universo e orienta o ser humano ao bem. No *Inferno*, o poeta reconhece sua própria decadência moral, "A meio caminhar de nossa vida/fui me encontrar em uma selva escura [...]" (Alighieri, 2019, p. 25), e é guiado por Virgílio, símbolo da razão, a pedido de Beatrice, símbolo da virtude. No *Purgatório*, as almas purgam os vícios para renascer em virtude, tal como o verme que se transforma em borboleta (Alighieri, 2019, p. 71). E no *Paraíso*, Dante alcança a união entre razão e fé, representada por sua despedida de Virgílio e acolhida por Beatrice.

Figura 2: Dante e Beatrice no jardim



Fonte: https://www.bbc.com/mundo/noticias-47420005 (2019)

Assim, a obra de Dante Alighieri deve ser compreendida à luz das experiências pessoais e políticas do autor, pois sua estrutura e simbolismo refletem o percurso de sua própria vida (Sterzi, 2008). O poeta é personagem de sua obra e, embora recorra a elementos mitológico-religiosos, ancora-se na realidade histórica e espiritual de seu tempo. Como observa Singleton (apud Sterzi, 2008, pp. 106-107), "estas coisas aconteceram de verdade, e o poeta [...] agora retorna como escriba", reforçando o caráter vivido da narrativa. A "Commedia" é uma síntese entre filosofia, teologia e moralidade, movida por dois impulsos: o desejo espiritual de reencontrar Beatrice "aquela que confere beatitude" (Sterzi, 2008, p. 31) — e a vontade de denunciar as corrupções políticas de sua época. Sua estrutura: Inferno, Purgatório e Paraíso, conduz o leitor por um itinerário de autoconhecimento e purificação, simbolizando a jornada da alma em direção à razão, virtude e transcendência.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia é qualitativa com uma abordagem hermenêutica, que busca compreender a linguagem escrita em sua profundidade, transitando entre o horizonte do autor e do intérprete. A abordagem dialética, possibilita desenvolver os conceitos, articulando-os em um movimento circular de compreensão e justificativa, que permite dar consistência às interpretações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revela que o amor, outrora central à filosofia grega, foi gradualmente relegado à esfera emocional e artística, perdendo sua dimensão ética e formativa. Segundo

Lancelin (2009), surpreende o fato de o amor ser raramente tratado pelos filósofos modernos, tendo sido abandonado aos poetas e romancistas. A modernidade e a sociedade contemporânea, ao priorizarem o materialismo e o prazer imediato, reduziram o amor a um sentimento efêmero e trivial, como destaca Bauman (2004) ao descrever a "sociedade líquida", onde as relações humanas se tornaram frágeis, descartáveis e destituídas de sentido moral. Esse contexto reforça a crise de valores e o individualismo que afastam o ser humano da dimensão transcendental do amor.

Figura 3: Amor Líquido: a fragilidade dos laços humanos



Fonte: https://www.esdc.com.br/CSF/artigo_2010_04_Amor_Liquido.htm

Assim, o estudo aponta a urgência de resgatar o amor como fundamento ético e como força capaz de resistir à desintegração moral e social, revelando sua importância para a formação do sujeito e para a reconstrução dos vínculos humanos. Essa visão, associada ao materialismo e ao niilismo contemporâneo, leva a um esvaziamento dos valores universais e à sensação de falta de sentido da vida. A ausência de transcendência e de responsabilidade coletiva reflete-se na desesperança e na crise ética generalizada, visíveis também na esfera política. Assim a metáfora do Inferno de Dante, em que se abandona toda esperança, espelha o destino de uma sociedade que vive sem referência moral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o Amor, como sentimento inerente ao ser humano, não deve ser reduzido a uma experiência individualista ou materialista, mas compreendido como desejo guiado pela razão e pela virtude, capaz de orientar a transformação espiritual e fundamentar práticas éticas. Ao recuperar a perspectiva platônica do amor como busca pelo belo e a concepção dantesca do amor como caminho de elevação moral, concluiu-se que esse sentimento transcende a mera satisfação imediata e convida a uma prática coletiva, solidária e humanizadora.

REFERÊNCIAS

[1] ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**/Tradução de Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1014p.

[2] ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**: *inferno, purgatório e paraíso.* 5. ed. Tradução e notas de Italo Eugenio Mauro; prefácio de Carmelo Distante. – São Paulo: editora 34, 2019.

[3] ALIGHIERI, Dante. Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro. São Paulo: Atena, 1955. 788p. (versão para eBookeBooksBrasil.com. Fonte Digital, 2003).

[4] ALIGHIERI, Dante. **Inferno**. Versão em prosa, notas, ilustrações e introdução por Helder L. S. da Rocha. Ilustrações de Gustave Doré, Sandro Botticelli e William Blake. São Paulo, 1999. 260p.

[5] BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos/Zygmunt Bauman. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2004. 87p.

[6] LANCELIN, Aude; LEMONNIER, Maria. **Os filósofos e o amor**: de Sócrates a Simone de Beauvoir. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Agir, 2009. 205p.

[7] PLATÃO. **O Banquete**. 1. ed. Bilíngue. Tradução, posfácio e notas de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016. 256p.

[8] STERZI, Eduardo. **Por que ler Dante**. São Paulo: Globo, 2008. 171p.

Capítulo 27

Dentre vocês não haverá nenhum pobre: a justiça social no Código de Deuteronômio

José Cândido Caccavelli Andrade[1]
Kleython Cabral de Moura[2]

Resumo: O presente estudo analisa o Código Deuteronômico, com ênfase no capítulo 15, como expressão da justiça social na tradição bíblica. A partir da afirmação "Dentre vocês não haverá nenhum pobre" (Dt 15,4), investiga-se o ideal de fraternidade e igualdade proposto ao povo de Israel. A reflexão evidencia a relação inseparável entre culto e vida, a memória da escravidão no Egito e o chamado à solidariedade com os marginalizados. O autor deuteronomista propõe um modelo de sociedade baseado na partilha dos bens, na dignidade humana e na fidelidade a Deus, onde a prática da justiça se torna o caminho para a construção de uma comunidade verdadeiramente justa e fraterna.

Palavras-chave: Código Deuteronômico. Justiça Social. Fraternidade. Solidariedade.

[1] Especialista em Bíblia pela Faculdade Católica do Amazonas. Especialista em Filosofia CLARETIANO. Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Santos. Diretor Administrativo e Professor da Faculdade Católica do Amazonas. E-mail: candido.cocaveli@gmail.com. ORCID ID: https://orcid.org/0009-0007-4494-1557
[2] Pós-graduando em Psicologia Escolar e da Educação pela PUC-RS. Especialista em Orientação Educacional pela Faculdade FAVENI. Especialista em Metodologia em Ensino de Filosofia pela Faculdade FAVENI. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário FAMETRO. Licenciatura em Filosofia pela Faculdade PHÊNIX. E-mail: kleython.cabraldemoura@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a proposta de justiça social presente no livro do Deuteronômio, com foco no capítulo 15. A frase “Dentre vocês não haverá nenhum pobre” serve como ponto de partida para compreender o ideal de fraternidade e igualdade que a tradição bíblica propõe. A pesquisa justifica-se pela relevância teológica e social do tema, especialmente em contextos marcados pela desigualdade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Deuteronômio é fruto de uma longa tradição redacional e representa a segunda entrega da Lei ao povo de Israel, que culmina na formulação de um código ético e religioso voltado à preservação da liberdade conquistada por Deus para seu povo. O Código Deuteronômico (Dt 14,22–15,23) articula culto e vida, propondo uma ética comunitária baseada na memória da libertação do Egito.

A memória da escravidão no Egito é constantemente evocada como fundamento da ética social: “Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito” (Dt 15,15). Essa recordação gera sensibilidade e responsabilidade, especialmente em relação aos pobres, órfãos, viúvas e estrangeiros. A expressão recorrente “teus irmãos” reforça o vínculo comunitário e a exigência de fraternidade.

A proposta de Dt 15,4 — “não haverá pobres” — é apresentada como um ideal divino, enquanto Dt 15,11 — “nunca deixará de haver pobre na terra” — reconhece a realidade concreta. Essa tensão revela que a justiça social é uma meta a ser perseguida continuamente, e não uma condição já alcançada.

Autores como Galvagno, Lopez e Frizzo interpretam o Deuteronômio como uma tentativa de construir uma sociedade sem classes, onde todos — do rei ao escravo — são considerados irmãos. A legislação sobre remissão de dívidas, libertação de escravos e cuidado com os marginalizados expressa esse ideal de igualdade e inclusão.

Jean-Marie Carrière observa que o grupo dos pobres é inserido na história como protagonistas da experiência do Êxodo, fundamento da teologia do Antigo Testamento. A pobreza é vista não apenas como condição econômica, mas como resultado de estruturas injustas que devem ser transformadas pela ação comunitária e pela fidelidade à aliança.

O livro do Deuteronômio representa uma releitura teológica da Lei mosaica, com forte ênfase na justiça social e na memória da libertação do Egito. A proposta de uma sociedade sem pobres, expressa em Dt 15,4 — “Dentre vocês não haverá nenhum pobre” — é um ideal que articula fé, ética e política.

Segundo Galvagno (2014, p. 112), o chamado “Código Deuteronômico” (Dt 14,22–15,23) é estruturado como um conjunto de obrigações sociais e religiosas que visam preservar a liberdade conquistada por Deus para seu povo. A injustiça social é vista como ameaça direta à liberdade, e por isso o texto insiste na proteção aos marginalizados: “os setores marginalizados da sociedade da época, os órfãos, a viúva e o estrangeiro, são protegidos por lei” (Galvagno, 2014, p. 116).

Kibuuka (2020, p. 886) reforça que o Deuteronômio propõe uma ética comunitária baseada na memória da escravidão. A experiência de opressão no Egito é usada como fundamento para a solidariedade: “Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito” (Dt 15,15). Essa recordação gera sensibilidade e responsabilidade, especialmente em relação aos pobres. A atenção ao pobre, ao órfão e à viúva é constante. Galvagno (2014,

p. 117) observa que a expressão “teus irmãos” aparece repetidamente no texto (Dt 13,7; 15,3.7.9.11–12; 17,15.20; 18,2.15; 22,1–4; 23,20–21; 25,30), indicando o ideal de fraternidade e igualdade proposto pela tradição deuteronômica.

Montani (2024, p. 349) destaca que a observância da aliança é um compromisso que deve se refletir nas relações sociais. A vida do povo deve ser sinal da presença de Deus, e isso se manifesta na acolhida aos pobres e na prática da justiça.

Alonso Schökel (1970, p. 323–324) comenta que a remissão das dívidas em Dt 15,1–11 não se refere ao empréstimo como negócio, mas como benefício ao necessitado. O Senhor é o dono da terra e soberano sobre os bens, e por isso exige que seus filhos compartilhem com generosidade.

A tensão entre o ideal (“não haverá pobres”, v. 4) e a realidade (“sempre haverá pobres”, v. 11) é interpretada como um chamado à conversão contínua. Lopez (1992, p. 48–49) afirma que o Deuteronômio propõe um ideal de sociedade sem classes, onde todos — do rei ao escravo — são irmãos. Embora o autor conheça bem a realidade concreta, ele insiste na utopia como horizonte ético.

Frizzo (2020, p. 29–30) analisa o grupo dos pobres como contraponto aos setores privilegiados da sociedade. A pobreza é resultado de estruturas injustas, e o Deuteronômio denuncia essa realidade ao inserir os pobres como protagonistas da história. Segundo Jean-Marie Carrière, citado por Frizzo, a experiência do Êxodo é o fundamento da teologia do Antigo Testamento, e nela os pobres são agentes da libertação.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica-exploratória. Os objetivos são compreender o ideal de justiça social no Deuteronômio e analisar sua aplicação na comunidade israelita. Os procedimentos metodológicos incluíram análise exegética da perícope de Dt 15,1–23, revisão de literatura especializada e interpretação teológica dos textos. A coleta de dados foi realizada por meio de fontes acadêmicas e bíblicas, com análise crítica e contextual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revela que o Deuteronômio propõe um modelo de sociedade baseado na solidariedade e na igualdade. A remissão das dívidas a cada sete anos, o cuidado com os pobres e a libertação dos escravos são práticas que visam evitar a perpetuação da miséria. A tensão entre o ideal (“não haverá pobres”) e a realidade (“sempre haverá pobres”) mostra que a justiça social é um desafio contínuo. A insistência na expressão “teus irmãos” reforça a responsabilidade comunitária e a ética do cuidado.

Na perícope Dt 15,1–23 revela um conjunto de práticas destinadas a evitar a perpetuação da miséria e da escravidão. A remissão das dívidas a cada sete anos (vv.1–3) é apresentada como mandamento divino, não como opção. O texto distingue entre o tratamento ao estrangeiro e ao “irmão”, reforçando o vínculo comunitário e a responsabilidade mútua.

A insistência na abertura da mão ao pobre (vv.7–8) e na generosidade sem cálculo (v.10) mostra que a justiça social não se limita à caridade, mas é exigência da aliança. A bênção divina está condicionada à prática da solidariedade: “por esta causa te abençoará o Senhor teu Deus em toda a tua obra” (v.10).

A libertação dos escravos no sétimo ano (vv.12–18) é acompanhada da exigência de não os despedir de mãos vazias, mas de prover-lhes recursos para recomeçar. Essa prática visa romper com a lógica da exploração e restaurar a dignidade dos empobrecidos.

A tensão entre o ideal (v.4) e a realidade (v.11) é interpretada como convite à conversão contínua da comunidade. A terra pertence a Deus, e seus bens devem ser compartilhados. A repetição da forma pronominal "teus" — teus irmãos, tua terra, teu Deus — indica que a responsabilidade é pessoal e comunitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Código Deuteronômico apresenta uma proposta radical de justiça social, fundamentada na experiência da libertação e na aliança com Deus. A preocupação com os pobres é uma exigência ética e espiritual, que desafia a comunidade a viver a fé de forma concreta. A mensagem do Deuteronômio continua atual, convocando cristãos e cristãs a promoverem a dignidade humana e a combaterem as desigualdades.

REFERÊNCIAS

[1] ALONSO SCHÖKEL, Luís. ***Pentateuco II**: Levítico, Números, Deuteronômio*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1970.

[2] FRIZZO, Antonio Carlos**. *A trilogia social**: o estrangeiro, o órfão e a viúva no Deuteronômio e sua recepção na Mishná*. São Paulo: Fons Sapientiae, 2020.

[3] GALVAGNO, Germano. ***Pentateuco – Introdução aos estudos bíblicos***. Petrópolis: Vozes, 2014.

[4] KIBUUKA, Brian. ***A Torá comentada: Comentário ao livro do Deuteronômio***. São Paulo: Fonte Editorial, 2020.

[5] LOPEZ, Félix García. ***O Deuteronômio: uma lei pregada***. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

[6] MONTANI, Gianangelo. ***Pentateuco – Torá***. Apostila do curso de Teologia na Faculdade Católica do Amazonas. Manaus, 2024.

Capítulo 28

Prazer, felicidade e prudência: uma compreensão em busca do princípio filosófico epicurista em tempos pós-modernos

Antônio Abner Nascimento Aguiar[1]
Graciete da Rocha Ayres[2]
George Alexandre Barbosa Vasconcelos[3]
Inácio Raposo da Silva[4]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[5]

Resumo: O presente artigo analisa as contribuições da filosofia de Epicuro (341–270 a.C.) como possibilidade de orientar o ser humano pós-moderno na busca pela felicidade. Considera-se que o pensamento filosófico está profundamente ligado à complexidade do conceito de indivíduo e à consciência de que toda pesquisa em ciências humanas e sociais reflete o estado subjetivo do ser humano em seu contexto histórico. O estudo propõe uma práxis ética do bem viver, centrada na relação com o bem comum e na busca pela felicidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base bibliográfica, fundamentada no método hermenêutico de Schleiermacher. Ao estabelecer uma ponte entre o pensamento antigo e o contemporâneo, a reflexão aponta caminhos concretos para a realização humana no tempo presente.

Palavras-chave: Felicidade. Prazer. Pós-modernidade. Pessoa Humana.

[1] Acadêmico do curso de Teologia pela Faculdade Católica do Amazonas. Bacharel em filosofia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus - AM. E-mail: abnernascimento67@gmail.com.
[2] Docente da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO nos cursos de Filosofia e Teologia. Mestra em Missiologia pela PUG-Roma, revalidado pela PUC–RJ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC- PR E-mail: grayres33@gmail.com.
[3] Docente da Faculdade Católica do Amazonas e Centro Universitário FAMETRO. Mestre em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com.
[4] Docente da Faculdade Católica do Amazonas nos cursos de Filosofia e Teologia. Mestrado pela Pontifícia Universidade Lateranense (2020) E-mail: peinaciocssr@gmail.com
[5]Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Estudos da Criança - UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O artigo investiga as contribuições da filosofia de Epicuro, como caminho para a busca da felicidade no contexto pós-moderno. Fundamentado no método hermenêutico de Schleiermacher, o estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica. Analisa-se a felicidade como sentido existencial e expressão da complexidade humana em seu contexto histórico. A reflexão propõe uma práxis ética do bem viver, orientada pelo bem comum. Assim, estabelece-se um diálogo entre o pensamento antigo e o contemporâneo, apontando caminhos para a realização humana atual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Epicuro concebe o prazer como princípio ético fundamental para uma vida feliz, pois "o homem é impulsionado pela natureza a conservar o próprio ser e amar a si mesmo" (Reale e Antiseri, 1990, p. 264). A felicidade, portanto, consiste em agir eticamente diante dos desejos humanos, buscando o equilíbrio que conduz ao bem viver e à autenticidade existencial, tendo como verdadeiro prazer "a ausência de dor no corpo (aponia) e a falta de perturbação da alma (ataraxia)" (Reale e Antiseri, 1990, p. 247). Para Brugger (1969, p. 169), a ética é uma reflexão profunda e universal sobre os valores humanos, enraizados na liberdade e na dignidade do ser.

Nessa perspectiva, Juvenal Savian Filho (2009, p. 13) destaca que Epicuro desenvolveu sua filosofia em um contexto cosmopolita, oferecendo respostas existenciais às questões sobre o conhecer, agir e esperar, antecipando preocupações kantianas. Assim, sua ética configura-se como uma conduta de vida que promove o domínio dos prazeres e desejos em vista da serenidade interior.

Como observa Rostovtzeff (1983, p. 301), em meio ao declínio do ideal cívico helenístico, Epicuro ofereceu uma resposta racional e prática para o sentido da vida, ao propor que o prazer autêntico não se encontra nas excitações corporais, mas na suficiência do essencial, pois "os alimentos mais simples proporcionam o mesmo prazer que as iguarias mais requintadas" (Epicuro, 1997, p. 16).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, voltada à compreensão filosófica dos conceitos de prazer e felicidade a partir da ética de Epicuro (341–270 a.C.) e de sua relevância para o ser humano na pós-modernidade. A pesquisa buscou estabelecer um diálogo hermenêutico entre o pensamento antigo e o contemporâneo, analisando como a filosofia epicurista pode contribuir para o bem viver no contexto atual marcado pelo consumismo e pela liquidez das relações humanas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram que a concepção epicurista de vida feliz, segundo Rogério Lopes Santos, é inclusiva e universal, acessível a todos. Epicuro propõe restaurar a felicidade por meio da simplicidade e das necessidades essenciais à natureza humana. Em meio à crise de valores da sociedade atual, a ética epicurista surge como resposta existencial e medicina da alma. Segundo Gual (2009), essa crise reflete a degradação de

significados semelhante à do mundo helenístico. Assim, a filosofia de Epicuro ressurge como caminho para o bem viver, unindo sabedoria, prazer equilibrado e liberdade interior.

Para compreender os desejos e prazeres humanos na pós-modernidade à luz do pensamento de Epicuro (341–270 a.C.), é necessário observar como o avanço tecnológico e o contexto globalizado moldaram novas formas de buscar a felicidade. A filosofia epicurista propunha o prazer equilibrado e natural como caminho ético para o bem viver, enquanto a sociedade pós-moderna, conforme analisa Zygmunt Bauman (1999), transformou o prazer em consumo, reduzindo-o à busca incessante por sensações e experiências passageiras. Nessa "modernidade líquida", os indivíduos tornaram-se colecionadores de emoções efêmeras, distanciando-se da essência humana e da reciprocidade social. O prazer, antes entendido como serenidade e ausência de dor, cede lugar ao desejo ilimitado e à insatisfação constante.

Edgar Morin (2001) complementa essa análise ao afirmar que cada pessoa deve participar conscientemente de sua própria aventura existencial, reformando seu modo de pensar e refletindo sobre o sentido da vida em meio à incerteza. Tal reflexão dialoga com Epicuro, que propunha uma ética do equilíbrio e da autossuficiência. Entretanto, o homem pós-moderno, como observa Bauman (2001, 2009), vive imerso em uma cultura que valoriza o imediatismo, o status e a superficialidade, transformando a vida em espetáculo e a felicidade em produto. Assim, os desejos e prazeres humanos se deslocam para o campo do consumo simbólico, integrando-se ao que Epicuro classificaria como prazeres "não naturais e não necessários".

A globalização, embora prometa liberdade e bem-estar, impõe competitividade, individualismo e relações fragmentadas. O ser humano busca visibilidade social, mas perde a interioridade, refletindo a crise de valores apontada por Bauman (2008). Nesse contexto, a ética epicurista surge como resistência à superficialidade pós-moderna, propondo serenidade e simplicidade como caminhos para o bem viver. Epicuro defende que viver bem é equilibrar prazer e sabedoria, não acumular sensações. A autorreflexão e a liberdade consciente devolvem ao homem sua dimensão ética. Assim, o ideal epicurista oferece um meio de restaurar a dignidade e o sentido pleno da vida humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, constatou-se a aproximação entre a filosofia antiga e o pensamento contemporâneo na busca por compreender a felicidade e o sentido da existência humana. O diálogo entre Epicuro e os pensadores modernos possibilitou repensar a sociedade de consumo e propor novos caminhos para o bem viver. Apesar das diferenças históricas, verificou-se que o prazer e a felicidade permanecem temas centrais, e que a ética epicurista pode servir como ponte entre a antiguidade e a pós-modernidade. A pesquisa evidenciou o esvaziamento das relações humanas e a substituição da verdadeira felicidade por bens e status, propondo, assim, o retorno à essência do ser. Conclui-se que refletir sobre o bem viver é um desafio contínuo e essencial ao desenvolvimento humano e filosófico.

REFERÊNCIAS

[1] BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.

[2] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dent-zien. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

[3] BAUMAN, Zygmunt. **Modo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

[4] BRUGGER, WALTER. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Ed.2. São Paulo: HERDER, 1969.

[5] EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. Tradução de Álvaro Lorencini e Enzo del Carratore. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

[6] SAVIAN, Juvenal Filho. **O Epicurismo e a Ética: uma ética do prazer e da prudência**. Revista Bioetikos, São Paulo, v. 3, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://saocamilosp.br/assets/artigo/bioethikos/68/10a17.pdf>. Acesso em: 16/05/2020 às 10h55min.

[7] GUAL, Carlos García. **Epicuro, el libertador**. Reedición. Curaña: Ateneu Literário Ricardo Mella (ALRM), 2001.

[8] MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 5. Ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

[9] REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Moderna Vol. I**. 3. Ed. São Paulo: Paulus, 1990.

[10] ROSTOVTZEFF, Michael. **História da Grécia**. Tradução de Edmond. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Capítulo 29

Arte em Hegel: uma reflexão sobre a autonomia nas produções da arte graffiti

Adrian Francescoli Gomes Belém[1]
Joaquim Hudson de Souza Ribeiro[2]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[2]
Graciete da Rocha Ayres[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]

Resumo: A arte é elemento promissor da aproximação do homem em relação as produções intrínsecas e extrínsecas, isso indica que a relação de homem e arte é muito mais próximo do que pensamos, sendo ela criação do próprio espírito que se manifesta de diversas maneiras aproximando o homem de sua realidade. Sua importância para compreender a história é essencial. Desse modo, o presente artigo objetivou apresentar argumentos sobre a autonomia no processo de produções da arte popular grafite tendo em vista o conceito de arte a partir da leitura do filosofo Hegel, com destaque para a ideia e ideal na arte. Relaciona a arte hegeliana com a autonomia no processo de produções da arte popular grafite, com intensão de compreender como se dá o processo de autonomia nas respectivas produções.

Palavras-chave: Arte. Autonomia. Liberdade. Graffiti.

[1] Licenciado em Artes Visuais – Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Bacharel em Filosofia – Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), Acadêmico do curso de Teologia (FAMETRO), Manaus-AM E-mail: adrian.ufam15@gmail.com
[2] Pós-Doutor em Psicologia - Universidade do Porto, Doutor em Ciência (Geografia Humana) – USP, Mestre em Cooperação Internacional/Educação – UNICATT-ITÁLIA, Manaus - AM E-mail: pejhudson@gmail.com
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, E-mail: anagra33@hotmail.com
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A arte dentre de seus muitos significados apresenta-se como bela, expressão humana, forma de comunicação, manifestação do espírito, observamos que ela nunca é pautada somente em uma coisa, mas possui sentidos variados na qual podemos relacioná-la.

A arte, em suas múltiplas formas, é uma expressão fundamental da liberdade humana. Entre as expressões contemporâneas da arte, o graffiti destaca-se como manifestação popular que rompe com padrões institucionais e acadêmicos, tornando-se símbolo de resistência e autonomia.

Este artigo busca compreender como o pensamento de Hegel sobre a arte pode contribuir para a reflexão acerca da autonomia presente nas produções da arte popular graffiti. A pesquisa parte da compreensão da arte enquanto manifestação do espírito e espaço de liberdade, contrastando com visões que reduzem o graffiti a vandalismo. O objetivo é investigar como a filosofia hegeliana pode fundamentar a valorização do graffiti como prática estética e cultural autônoma.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A arte tornou-se forma de comunicação desde o início da civilização é por meio das imagens e sinais que se transmitia informações entre os povos. Fato de bastante expressividade está nas pinturas das cavernas em uma questão totalmente ritualística, também nas grandes e monumentais construções da civilização antiga, na magnitude das esculturas, nas excepcionais telas e hoje na reconfigurada arte com olhares e relações novas que lhe dá sentido de liberdade.

Segundo Hegel (2000), a arte é uma forma de manifestação do espírito, cuja finalidade é expressar o belo artístico como produto da liberdade humana. A estética hegeliana entende a arte como o ponto de encontro entre o sensível e o racional, entre a natureza e o espírito. Para Canda (2010), a arte possui finalidade em si mesma, sendo espaço autônomo de expressão e conhecimento. Assim, o artista torna-se sujeito livre, que produz segundo sua interioridade e imaginação.

Hegel (2001), descreve três formas históricas da arte, sendo elas, simbólica, clássica e romântica. A arte romântica representa o momento da interioridade, em que o espírito encontra sua total liberdade. É nesse ponto que a autonomia estética se consolida, desvinculada de regras externas.

Essa concepção dialoga com a arte contemporânea, com o graffiti, que se apresenta como ato livre de criação e comunicação social. Conforme Rink (2013), o graffiti ressignifica os espaços urbanos e convida à reflexão coletiva, expressando uma estética que ultrapassa o simples ornamento visual.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa e método bibliográfico. Foram consultados obras de Hegel, Canda, Ribeiro, Gitany e Rink, entre outros, que tratam da estética, da liberdade e da arte urbana. A análise fundamenta-se no método dialético de Hegel, que compreende o movimento do espírito através das etapas de tese, antítese e síntese. A partir dessa estrutura, buscou-se compreender como o

processo criativo do graffiti expressa autonomia e liberdade estética no contexto da arte contemporânea.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a estética hegeliana fundamenta a compreensão da arte como expressão do espírito e exercício pleno da liberdade humana. Para Hegel (2001), a autonomia artística não reside na obediência a modelos fixos, mas na capacidade de expressar o universal a partir do particular.

Nessa perspectiva, o graffiti se firma como uma arte autônoma e não institucionalizada, que traduz as contradições sociais e a subjetividade do artista. Conforme Gitany (2017), o graffiti democratiza a arte ao ocupar os espaços públicos e instaurar o diálogo social, enquanto Rink (2013) ressalta seu papel de instrumento de conscientização coletiva, ao converter muros e fachadas em suportes simbólicos da experiência humana e da crítica às realidades urbanas.

Canda (2010) argumenta que a liberdade criadora é inerente ao ato artístico e que toda limitação técnica reduz o potencial estético da arte. Hegel (2000) afirma que a obra de arte é eterna, pois nasce do espírito e retorna a eles pela contemplação. Assim, a arte graffiti pode ser vista como expressão do espírito livre, pois carrega em si a crítica, o protesto e a sensibilidade estética que definem o humano.

A análise demonstra que o graffiti se configura como uma prática estética autônoma e libertadora, ainda que muitas vezes marginalizada pelo olhar social e institucional. Conforme Hegel, a arte possui um caráter formativo e reflexivo, capaz de expressar o espírito de seu tempo e de provocar consciência crítica. Nessa perspectiva, o graffiti revela-se como manifestação simbólica da realidade urbana, articulando protesto, crítica social e afirmação identitária por meio de linguagens visuais coletivas e espontâneas.

A autonomia criadora dos grafiteiros manifesta-se no entrelaçamento entre subjetividade e espaço público, onde o muro se torna suporte de diálogo e resistência. Assim, a arte de rua concretiza a liberdade estética e o poder formativo defendidos por Hegel, revelando a vitalidade da arte como expressão do humano em seu contexto histórico e social. Conclusões ou Considerações Finais

A arte, segundo Hegel, é a expressão máxima da liberdade humana. Ao relacionar essa concepção ao graffiti, observar-se que essa manifestação popular rompe com a rigidez acadêmica e redefine a noção de belo, aproximando a arte da vida cotidiana.

O graffiti é, por tanto, a concretização da arte livre e autônoma descrita na filosofia hegeliana, pois nasce da experiência sensível e se volta para a coletividade. Em sua natureza crítica e transformadora, o graffiti reafirma o papel da arte como caminho de emancipação e de formação do espírito humano.

O estudo demonstrou que a filosofia de Hegel oferece fundamentos para compreender o graffiti como arte autônoma e significativa. A concepção de arte como manifestação do espírito permite valorizar o caráter criativo e reflexivo do graffiti, rompendo com preconceitos que o reduzem à pichação. Enquanto manifestação cultural contemporânea, o graffiti contribui para a formação crítica do sujeito, reforçando a autonomia do artista e a liberdade estética.

REFERÊNCIAS

[1] CANDA, C. N. As finalidades da arte: a autonomia e a liberdade na estética hegeliana. Griot: **Revista de Filosofia**, v. 3, n. 6, p. 66-79, 2010.

[2] GITANY, C. **O que é graffiti.** São Paulo: Brasiliense, 2017.

[3] HEGEL, G. W. F. **Curso de Estética.** São Paulo: EdUSP, 2000.

[4] HEGEL, G. W. F**. Vorlesungen uber die Asthetik.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001.

[5] RINK, A. **Graffiti: intervenção urbana e arte.** Curitiba: Appris, 2013.

Capítulo 30

Ética ambiental na região norte do Brasil: uma análise à luz da filosofia de Baruch Spinoza

Ronildo Azevedo Batista[1]
Bruno Miranda Braga[2]
Joaquim Hudson de Souza Ribeiro[3]

Resumo: Na região norte do Amazonas, a devastação ambiental afeta não apenas as populações locais, mas também a biodiversidade única da floresta amazônica. Ao adotar uma ética do cuidado, é preciso considerar não apenas as consequências imediatas das atividades humanas, como desmatamento e poluição, mas também as implicações a longo prazo para as gerações futuras e para o equilíbrio ecológico do planeta. Neste tema, podemos explorar como os princípios éticos de Spinoza, a compreensão da natureza como expressão de Deus e a busca pela alegria ativa, podem oferecer uma perspectiva filosófica para lidar com as mudanças climáticas na região norte do Brasil. Boff (2004), esclarece que a ética ambiental se preocupa em equilibrar uma convivência sustentável entre a sociedade e a natureza, respeitando os ecossistemas e as biodiversidades, visando, sobretudo, as gerações futuras.

Palavras-chave: Ética. Meio Ambiente. Amazônia. Spinoza.

[1] Acadêmico finalista do curso de Bacharelado em Filosofia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail:
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. É Amazonológo, Historiador Cultural e Geógrafo. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[3] Pós-Doutorado em Psicologia (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidado do Porto); Doutor em Ciências (Área Geografia Humana - USP). Mestre em Cooperação Internacional/Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore (UNICATT-ITÁLIA). É bispo Auxiliar da Arquidiocese de Manaus.

1. INTRODUÇÃO

Na Amazônia brasileira, a devastação ambiental afeta não apenas as populações locais, mas também a biodiversidade única da floresta amazônica. Ao adotar uma ética, uma ética do cuidado, torna-se necessário considerar não apenas as consequências imediatas das atividades humanas, como desmatamento e poluição, mas também as implicações a longo prazo para as gerações futuras e para o equilíbrio ecológico do planeta. Neste sentido, dialogando com Spinoza, filósofo da linha racionalista, podemos explorar como os princípios éticos, a compreensão da natureza como expressão de Deus, o monismo enquanto visão do princípio único, bem como a busca pela alegria ativa, podem oferecer uma perspectiva filosófica para lidar com as mudanças climáticas na região norte do Brasil.

Analisando esses princípios, como podemos, diante de uma ética de relação e cuidado apresentada por Spinoza, inspirar ações e políticas ambientais responsáveis e sustentáveis para a realidade de hoje nesse âmbito amazônico? Como seria considerar uma ética ambiental na Amazônia? Como relacionar isso com o bem-viver e o cuidado com a casa comum?

Spinoza (2003) possuía um entendimento diferenciado do que seria a ética. Para ele, segundo a sua visão metafísica e epistemológica, a ética era muito mais que regras de conduta ou normas morais. Ele entendia uma relação entre o indivíduo a natureza e Deus. Ou seja, a liberdade estaria na capacidade do homem compreender e agir de acordo com as leis naturais, sendo assim, propõe uma ética baseada na razão, no conhecimento e na aceitação das paixões humanas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ética de Spinoza é fundamentada na ideia de que tudo na natureza, incluindo os seres humanos, é parte de um sistema único e infinito que ele identifica como Deus. Aqui abordamos alguns conceitos da ética spinozana. Os modos são as manifestações particulares da substância, ou seja, as formas específicas que a substância assume. Os atributos, por outro lado, são as qualidades essenciais da substância. Para os humanos, os atributos principais são o pensamento e a extensão. Spinoza diz: "Por modo entendo as afeções da substância, isto é, aquilo que é em outra coisa, pelo que também é concebido." (Spinoza, 2007, p. 35).

Um dos conceitos centrais da ética de Spinoza é o conatos, que se refere ao esforço intrínseco de cada coisa para perseverar na sua existência. Este esforço é a essência mesma de cada coisa. "Cada coisa, tanto quanto está em si, esforça-se por perseverar no seu ser." (Spinoza, 2007, p. 158).

Assim podemos nos debruçar em aspectos da ética que nos levam a pensar em formas de equilibrar nosso convívio com nossa mãe terra; das formas mais simples às mais complexas.

Sobre a preocupação com a natureza o cardeal da Amazônia Leonardo Steiner, durante sua homilia em Pentecostes em 2024 diz: “o que nós estamos fazendo com a natureza, nós estamos empobrecendo a natureza, nós estamos destruindo, nós estamos dominando, nós estamos obrigando a natureza a fazer aquilo que ela não pode fazer”.

Ele continua com uma preocupação para quem mora na região amazônica dizendo: “nós deveríamos estar profundamente preocupados com o meio ambiente, porque

estamos delapidando a Mãe Terra, estamos destruindo a Mãe Terra, e ela necessita de um novo espírito, ela necessita de um novo cuidado", e ainda: "porque recebemos os sete dons do Espírito, queremos dela cuidar".

Não devemos deixar de lembrar que esse cuidado e essa mensagem não sejam fechados apenas para o povo católico, mas para todos os habitantes da região norte e além.

Sendo assim, somos todos obrigados a nos posicionar sobre o cuidado com a nossa região.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada foi bibliográfica; realizamos pesquisas online usando Palavras-chave nas bases de dados e em motores de buscas, e em catálogos de bibliotecas, consultando catálogos das bibliotecas locais. Quanto a Natureza, foi Básica; Quanto a abordagem ou a metodologia, foi Qualitativa; Quanto aos Objetivos, Descritiva; quanto a filosofia nos filiamos a Ética, na luz de Spinoza.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A filosofia spinoziana possui uma ética de totalidade, a qual é defendida pelos ecologistas, se maltratam a natureza estão maltratando a si mesmo, por isso ao contrário de conquistar o domínio dela, buscar a libertação, para ambos viverem em equilíbrio.

Esta ética é bem visível, estabelecendo uma relação de Deus e a Natureza, fica mais fácil de relacionar um a ideia de equilíbrio de ambos. Para Spinoza, Natureza e Deus são um só. E isso faz com que a relação entre ambos (natureza e Deus) seja mais fácil de conciliar.

Diz-se finita em seu gênero aquela coisa que pode ser limitado por outra da mesma natureza. Por exemplo, diz-se que um corpo é finito porque sempre concebemos um outro maior. Na mesma maneira, um pensamento é limitado por outro pensamento. Mais um corpo não é limitado por um pensamento, nenhum pensamento por um corpo. (Spinoza, 2007. p. 13)

É notório afirmar que ler Spinoza não é apenas retornar a um texto fixado no século XVII, mas dialogar com um pensamento que permanece fecundo e provocador para os debates hodiernos no que tange sobre ética, política, natureza e espiritualidade. Revisitar Spinoza significa, em primeiro lugar, reconhecer o caráter sistemático e ousado de sua filosofia.

Ao tratarmos sobre Deus, a natureza e a ética em Spinoza, cabe-nos recordar a célebre expressão Deus sive Natura, haja visto que esta é a chave para compreendermos a unidade radical da filosofia proposta por Spinoza. Quando o filósofo afirma que Deus é a Natureza, ele não está apenas propondo uma metáfora ou sugerindo uma aproximação entre duas entidades distintas; está declarando a identidade absoluta entre Deus e a totalidade do real. Em sua obra Ética, Spinoza afirma que,

Em nós, uma ideia verdadeira é aquela que é adequada em Deus, enquanto Deus é explicado pela natureza da mente humana [...] Suponhamos, assim, que exista, em Deus, enquanto ele é explicado pela natureza da mente humana, a ideia adequada A. Também dessa ideia deve, necessariamente, existir em Deus uma ideia, que a ele está referida da

mesma maneira que a ideia A. Ora, pela nossa hipótese, a ideia A está referida a Deus, enquanto ele se exprime pela natureza da mente humana[...] (Spinoza, 2007 p. 83).

Essa proposição, de caráter monista, tem consequências decisivas para a ética. Uma vez que, se tudo o que existe é expressão da mesma substância infinita, então não há lugar para uma visão de Deus como legislador externo ou como juiz que recompensa e castiga.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental que hoje vivemos é, ao mesmo tempo, uma crise ecológica, social e espiritual. O planeta revela sinais de esgotamento diante do modelo de exploração predatória da natureza. A destruição de ecossistemas, o aquecimento global, a perda da biodiversidade e o aumento das catástrofes climáticas não são fenômenos isolados, mas expressão de uma mesma lógica civilizatória que separou o ser humano da Terra.

É neste cenário que o pensamento de Spinoza pode oferecer uma chave interpretativa. A leitura spinoziana permite-nos compreender a “casa comum” não como mero espaço habitado pelo homem, mas como totalidade do ser da qual fazemos parte inseparável. Assim como cada modo finito é expressão da substância infinita, também a vida humana é apenas uma manifestação dentro da imensa ordem natural. O cuidado com a Terra, portanto, não é um dever externo, mas uma exigência da própria ética imanente: preservar a natureza significa preservar a nossa própria potência de existir.

REFERÊNCIAS

[1] BOFF, Leonardo. **Ética da Terra:** A Ecologia é o Paradigma da Nova Ética. 13ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

[2] SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[3] SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Capítulo 31

Gestão de resíduos hospitalares e o impacto na saúde do trabalhador

Esp. Kamily Suyame Mendes de Menezes[1]
Dra. Maria Roseane Gonçalves de Menezes[2]
Dr. Klilton Barbosa da Costa[3]

Resumo: Os resíduos hospitalares ou resíduos de serviços de saúde (RSS) são materiais que apresentam alto risco de manejo até seu destino final, podendo causar riscos tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente. A gestão de resíduos hospitalares visa minimizar a sua geração e proporcionar a destinação segura e eficiente. Objetivamos investigar através da revisão de literatura como a gestão de resíduos hospitalares impacta na saúde do trabalhador. A pesquisa é bibliográfica através de revisão integrativa realizada em bancos de dados, e-books e revistas. Constatou-se que a elaboração, implementação e a boa gestão de um PGRSS tornam-se fundamental para que ocorram reduções nos acidentes de trabalho envolvendo RSS, garantindo o desenvolvimento da empresa e a qualidade de vida dos seus colaboradores.

Palavras-chave: Resíduos. Gestão e saúde. Trabalhador, Resíduos Hospitalares.

[1] Graduação em Enfermagem -UNIP. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: kamilysuyame@hotmail.com
[2] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas. Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com
[3] Professor dos Cursos do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação e Biologia Tropical e Recursos Naturais Renováveis do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – PPGBTRNR/INPA. *E-mail*: kliltonb@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os resíduos hospitalares ou resíduos de serviços de saúde (RSS) são definidos como "todas as formas de resíduos gerados pelas instalações de saúde", segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

A justificativa dessa pesquisa se dar ao descarte de maneira inadequada que pode levar ao contágio de doenças infecciosas devido ao alto risco de contato e exposição a bactérias e vírus. A gestão de resíduos hospitalares visa minimizar a sua geração e proporcionar a destinação segura e eficiente.

Nesse contexto, e sabendo que os resíduos hospitalares apresentam alto risco a saúde do trabalhador e a sua gestão objetiva proteger a saúde do trabalhador e reduzir os riscos ocupacionais durante o manejo, pergunta-se: Quais os impactos que a gestão de resíduos hospitalares causa a saúde do trabalhador? Com intuito de responder a essa pergunta problema, essa pesquisa tem como objetivo investigar através da revisão de literatura como a gestão de resíduos hospitalares impacta na saúde do trabalhador.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os RSS representam um risco potencial à saúde da comunidade e do meio ambiente devido à deficiência no seu processo de gerenciamento. Esse fato ocorre devido ao manejo e descarte inadequado dos resíduos que tem como consequência a elevação dos índices de acidentes de trabalho entre os sujeitos envolvidos no processo de coleta, segregação e tratamento dos resíduos.

Borba, L. e Silva, A. (2021), salientam a periculosidade associada ao Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde nas cidades brasileiras, e exemplifica o descarte inadequado de materiais perfurocortantes e até contaminados, fazendo a reflexão sobre o risco de exposição em comunidades pobres e vulneráveis. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a cada ano, 5,2 milhões de pessoas morrem de doenças associadas a resíduos médicos não gerenciados adequadamente (Star, 2020).

Cabral (2019), relata que mesmo com a implantação de instrumentos legais relacionados ao descarte de resíduos no país, o Brasil continua realizando o descarte incorreto, inclusive em lixões, o que causa danos ao meio ambiente e riscos à saúde individual e coletiva. Se um lixo hospitalar é descartado de forma incorreta e entra em contato com rios ou lagos terá uma ação de ampla contaminação e qualquer ser vivo que tenha contato com esta água poderá ser contaminado. O mesmo ocorre com o solo, quando materiais perfurocortantes contaminados com patógenos são descartados incorretamente em aterros comuns, podem levar riscos às pessoas que trabalham nestes. O descarte inadequado dos materiais perfurocortantes pode causar acidentes ocupacionais graves, por possibilitarem o desenvolvimento de doenças letais para os trabalhadores podendo acarretar sérias consequências à saúde dos profissionais e da população. O gerenciamento adequado dos resíduos sólidos e a regulamentação de biossegurança podem colaborar para a diminuição dos riscos e poder exercer o trabalho com segurança, para a população e especialmente para os profissionais que fazem o uso desses materiais (Feitosa e Barros, 2017).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia desse estudo consiste em pesquisa bibliográfica através de revisão integrativa. A revisão integrativa inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica. Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (Mendes; Silveira; Galvão, 2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Nicácio e Mendes (2017), os profissionais da saúde têm contato com resíduos de serviço de saúde, mas alguns desses funcionários não entendem os riscos que representam esse material para o meio ambiente e à saúde pública. Esse profissional acaba tendo uma vulnerabilidade no manejo dos RSS, podendo se acidentar. A falta de cuidados com o manuseio do lixo infectante é a principal causa da infecção hospitalar, sendo fator preponderante a geração de doenças ocupacionais nos profissionais inseridos nos estabelecimentos de saúde.

O gerenciamento deficiente dos RSS implica em má utilização dos materiais reaproveitáveis e em destino inadequado dos resíduos, o que eleva o risco de acidentes de trabalho, destacando-se, principalmente os artigos perfurocortantes, ligados à maior taxa de transmissão de microrganismos. A característica do trabalho da equipe de enfermagem,

especialmente em hospitais, demanda uma grande proximidade física com usuários e realização de diversos procedimentos invasivos, situação que expõe os trabalhadores a infecções (K.M. Machado et al, 2017).

Moura, Pires e Araújo (2019), constataram que a elevada incidência de acidentes se deve, em boa parte, ao fato de que as práticas de biossegurança ainda são relativamente novas e nem sempre são seguidas corretamente. Evidenciou-se, também, fatores como a falta de conhecimento dos funcionários, equipamentos de proteção individual indisponíveis, negligência e fiscalização incipiente.

Sendo assim, concordamos que quando gerenciados inadequadamente, os RSS representam um risco para a saúde dos trabalhadores envolvidos em seu manejo, direta ou indiretamente. (Schneider e Stedile, 2017) A deficiência das políticas de proteção à saúde do trabalhador e no sistema de coleta e disposição final dos RSS potencializam o perigo de acidentes de trabalho.

5. CONCLUSÃO

Os resultados e discussões apresentados permitem concluir que os resíduos de serviço de saúde a cada dia tornam-se um grande desafio para os gestores de instituições de assistência à saúde. Sua quantidade crescente, seu poder de infecção, como sua toxicidade, requisita um tratamento adequado para cada grupo, que minimize os riscos provocados por inúmeros materiais que constituem esses resíduos.

A aquisição de conhecimento, por meio de treinamentos e capacitações, se faz necessária para uma boa gestão, manipulação e destino final dos resíduos, evitando assim a vulnerabilidade a riscos à saúde e ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

[1] BORBA, Laila; SILVA, Aída. **Direito Ambiental e Resíduos Sólidos**: perspectiva (inter)nacional transdisciplinar dos 17 ODS da ONU. Salvador, Bahia: Navida Editora, 2021. 126 p. ISBN 978-65-89020-06-6. E-book, p.20.

[2] CABRAL, EMMYLLE. **Impactos na saúde pública pelo descarte inadequado de resíduos sólidos**. Vitória de Santo Antão, 2019. Universidade Federal de Pernambuco. ATTENA, Repositório Digital da UFPE. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36203

[3] FEITOSA, Tayla e BARROS, Karla. **Impacto do descarte inadequado dos materiais perfurocortantes em farmácias privadas e publicas no interior do ceará**. In: mostra cientifica da farmácia, quixadá, ce. Resumo mostra cientifica da farmácia. [S. l.]: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2019. ISBN 2358-9124. Disponível em: http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mostracientificafarmacia/article/view/3521/0

[4] K. M. Machado, et al. **Medidas preventivas da equipe de enfermagem frente aos riscos biológicos no ambiente hospitalar**. Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC). Gurupi, Tocantins, 2017. ISSN 1983-6708. Disponível em: https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/63/1.pdf

[5] MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2018. Banco de dados:Scielo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/

[6] MOURA, M.; PIRES, Y.; ARAÚJO, V. **Saúde do trabalhador em ambiente hospitalar**: mapeando riscos e principais medidas de biossegurança. Vol. 56 No. 2 (2019): Revista UNINGÁ. ISSN: 2318-0579. Disponível em: https://revista.uninga.br/uninga/article/view/2334

[7] NICACIO, L. e MENDES, D. **Os profissionais da saúde e os perigos relacionados ao descarte de resíduos de serviços de saúde**. Distrito Federal, 2017. Disponível em: https://www.senaaires.com.br/wp-content/uploads/2017/05/OS-PROFISSIONAISDASA%C3%9ADE-E-OS-PERIGOS-RELACIONADOS-AO-DESCARTEDERES%C3%8DDUOSDESERV%C3%87OS-DE-SA%C3%9ADE.pdf

[8] SCHNEIDER, Vania; STEDILE, Nilva. **Resíduos de serviços de saúde**: Um olhar interdisciplinar sobre o fênomeno. 3. ed. caxias do sul: Educs - editora da universidade de caxias do sul, 2017. E-book (587 p.). ISBN 978-85-7061-790-3. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_residuos.pdf

[9] STAR, T.D. **Poor medical waste management will increase infections**. The Daily Star, 2020. Disponível em: Disponível em: https://www.thedailystar.net/editorial/news/poormedical-waste-management-will-increase-infections-1909561

Capítulo 32

Educação inclusiva: o direito das pessoas com deficiência à escola regular

Kamila Suê Mendes de Menezes[1]
Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro[2]
Kamily Suyame Mendes de Menezes[3]
Priscila de Menezes Pinheiro[4]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[5]

Resumo: O estudo realizado sobre a Educação Inclusiva, vem aprofundar sobre o direito das pessoas com deficiência na escola regular. A pesquisa se justifica por termos estagiado em escolas públicas, onde presenciamos muitos pais de crianças com deficiência relatar que não matriculavam seus filhos, visto que a escola negava a matrícula a estes alunos. Objetivamos compreender as leis que garantem a educação inclusiva de pessoas com deficiência para que estudem em escolar regular. Buscamos a compreensão dos documentos legais que fortalecem a Educação Inclusiva. A pesquisa se reveste de importância porque a educação para todas as pessoas têm que ser vista como direito e não como concessão. É uma pesquisa qualitativa, social e bibliográfica. Os documentos legais relacionados à área educacional sustentam a construção de escolas inclusivas, no entanto acreditamos que a escola inclusiva possa possibilitar uma boa educação a todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Pessoas com Deficiência; Legislação.

[1] Graduação em Direito -UNIP. Esp. em Direitos Humanos e a Diversidade Socioeconômica – FABRAS Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: suekamilamenezes@gmail.com
[2] Graduação em Pedagogia pela UVA-CE. Especialista em Psicopedagogia pela FVJ. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: elainegmpinheiro@gmail.com
[3] Graduação em Enfermagem -UNIP. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: kamilysuyame@hotmail.com
[4] Graduada em Pedagogia pelo Claretiano Centro Universitário, Ciências Biológicas com ênfase em Botânica – INPA. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail priscilapinheiro1994@gmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas. Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Entendemos a partir da História da Educação que houve uma considerável evolução em termos educacionais. Em tempos antigos por exemplo, nem as mulheres tinham direto a educação. Hoje, em tempos contemporâneos, por vivenciarmos a concepção da Educação Inclusiva, verificamos que a educação deve ser para todos, não há mais escolha de grupos ou classes sociais.

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção filosófica que tem por objetivo garantir o direito de todos à educação; pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, de forma a contemplar o acesso e participação de todos no contexto escolar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 , surgiu um movimento em defesa dos direitos das minorias, fazendo com que, nas décadas de 60 e 70, a sociedade buscasse um novo modelo de "tratamento" à pessoa com deficiência. Surge, então, o princípio da normalização, modelo este que se caracterizou pela oferta de determinados serviços de avaliação e de reabilitação globalizada ao deficiente, visando que ele pudesse ser preparado para a integração na sociedade, após reabilitação, habilitação ou capacitação.

A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), assumiu formalmente, os mesmos princípios postos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A inclusão de pessoas com deficiência em escolas comuns de ensino regular ampara-se na Constituição Federal/88 que define em seu artigo 205 "a educação como direito de todos, dever do Estado e da família". No art. 208, garante o direito ao "atendimento educacional especializado".

A Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cita no Art. 53. "A criança e o adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...)" (Brasil, 1990). O documento fortalece que a criança e o adolescente têm direito a educação e a escola deve ser gratuita e próximo a sua residência

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 no Capítulo V, trata sobre a Educação Especial e cita no Art. 60:

Parágrafo único. "O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação na própria rede pública regular de ensino" (Brasil, 1996).

Encontramos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que os programas e ações nesta área devem promover o acesso e a permanência no ensino regular, ampliando a oferta do atendimento educacional especializado, rompendo com o modelo de integração em escolas e classes especiais a fim de superar a segregação e exclusão educacional e social das pessoas com deficiência.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa e com base na identificação de nosso problema, a pesquisa encontra-se, no contexto jurídico e educacional, onde foi necessário interpretar e compreender as leis que fundamentam a Educação Inclusiva.

A pesquisa foi efetivada buscando a hermenêutica, como proposta de abertura contínua ao novo, possibilitando o processo de discussão entre os pesquisadores e os autores que apresentam as leis sobre o processo de Educação Inclusiva. O enfoque hermenêutico dá ênfase à intenção e à experiência do sujeito que constrói os símbolos e os significados, para interpretar os acontecimentos do cotidiano e, nas palavras de Chizzotti, "desvelar o sentido oculto das impressões imediatas". (2003, p. 80). Para a análise dos dados, apresentamos os documentos legais e à luz dos teóricos da Educação Inclusiva interpretamos de forma analítica os documentos legais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notório que no contexto atual a elaboração de documentos legais veio a fortalecer os direitos fundamentais do homem de forma geral, e, para as pessoas com deficiência, a legislação existente representou significativos avanços, mas, a sociedade ainda não garante efetivamente seus direitos de cidadania. Em pleno século XXI encontram-se ainda presentes práticas sociais excludentes.

A inclusão educacional tem ocupado significativo espaço de reflexões em todo o mundo, particularmente a partir da década de 90. Deve ser entendida como princípio, um valor e como processo contínuo e permanente. (Edler, 2000).

Compreendemos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), de forma geral, assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna e a educação como instrução, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na nova redação retira a denominação de "portadores de deficiência" e se refere a partir de 2013 a "educandos com deficiência" afirmando que o Poder Público se responsabiliza pela ampliação do atendimento desses educandos na rede regular de ensino ou seja nas escolas regulares junto aos demais educandos considerados sem deficiência.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), compreendemos que o documento expressa sobre a garantia da inclusão escolar aos alunos público-alvo da educação especial, nas instituições comuns da rede pública ou privada de ensino, as quais devem promover o atendimento educacional especializado conforme as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial.

5. CONCLUSÃO

O paradigma da Inclusão é o que vivenciamos nos dias de hoje, e na área da educação não pode ser diferente, a Educação Inclusiva é palavra de ordem para o Ministério da Educação. E com relação as pessoas com deficiência, por conta da Política de Educação Inclusiva, os diversos documentos do Ministério da Educação, bem como os documentos legais de âmbitos internacionais e nacionais, propõe que as pessoas com deficiência sejam

atendidas na rede regular de ensino, fato este que foi e ainda é discutido por diversos teóricos que se posicionam de forma a defender o público-alvo da Educação Especial.

Foi possível analisarmos que a Educação Inclusiva compreende uma mudança de concepção política, pedagógica e legal, que tem se intensificado no âmbito internacional, cujos princípios filosóficos estão baseados na valorização da diversidade, no respeito a pessoa em sua singularidade e identidade.

Portanto, nas leituras e interpretações dos documentos legais não encontramos nenhuma legislação que descrevesse que o lugar educacional para a escolarização de pessoas com deficiência seja em escolas especiais ou em qualquer espaço de segregação. Os documentos legais que pesquisamos são bem nítidos em apresentar que a pessoa com deficiência tem direitos a educação em escola regular como qualquer outro cidadão, quer seja em escolas públicas ou privadas, a criança, o adolescente, o jovem, devem estudar junto aos demais alunos matriculados no Ensino Regular.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

[2] BRASIL **. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996**. MEC,1996.

[3] BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – MEC, 2008.

[4] CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

[5] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

[6] EDLER, Rosita Carvalho. **Removendo barreiras para aprendizagem**: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

[7] ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948)**. Disponível em : <http:/www.onu-brasil.org.br/documentos direitos humanos.php.>. Acesso em :12 set. 2024.

Capítulo 33

Língua e diversidade: uma etnohistória dos Aruak do Amazonas

Bruno Miranda Braga[1]
Dr. Ricardo Gonçalves Castro[2]
José Roberto da Silva Araujo[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: Aruak, Aruaque ou Arawak são grupos indígenas americanos falantes da Língua com a mesma denominação. Segundo pesquisas, foi com grupos de aruak os primeiros contatos dos europeus aqui na América, também foram Aruak que ficaram encantados com as embarcações da frota de Colombo quando este aportou na região atual das Bahamas. Trata-se, portanto, de um grupo muito antigo, numeroso e disperso. Partindo do método de pesquisa bibliográfico e critica documental, esta pesquisa apresenta um balanço de como os povos indígenas falantes da família linguística Aruak estão presentes e dispersos pelo Estado do Amazonas ao longo do tempo. Fizemos assim um balanço cronológico no qual se enfatizou momentos da lida, e das vidas dos povos indígenas que compõem essa família linguística. Foram lidos artigos, prezou-se em artigos de historiadores, antropólogos, linguistas e lideranças indígenas. Os resultados apontam para uma crescente cultura do diálogo, e do encontro na construção de epistemologias.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Aruak. Amazônia. Amazonas.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Fiilosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP. Mestre em História Social pela UFAM. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutorado em Teologia Pastoral pela PUC do RJ. E-mail: castrocardo@gmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário FAMETRO e Faculdade Católica do Amazonas. Mestrado em Teologia pela Faculdade EST-RS.E-mail: betoomi@yahoo.com.br
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas, Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os povos da Amazônia, histórica-antropologicamente foram se formando, agrupando e resistindo. Desde o contato inicial com os não indígenas, colonizadores. A Amazônia foi alvo de diferentes agressões e inconveniências que projetaram sua visão sobre os homens e mulheres da região.

A Amazônia se tornou o "lugar da diversidade, da produção da diversidade, logo o padrão da Amazônia é a diversidade de povos e línguas, e uma delas é a Aruak, dos povos Aruak.

Aos poucos, foram se formando as chamadas zonas multilíngues da Amazônia. Centro esse texto na zona do Alto Rio Negro, considerado um local onde sistematicamente há/havia hierarquias. José Ribamar Bessa Freire, apresenta a Amazônia como um "Rio Babel", mostrando um panorama linguístico da região por outro viés que contrapõe preconceitos de "pobreza, limitação" e plena aceitação passiva dos indígenas. Freire (2011) pontua o campo de interação da Língua Portuguesa com as línguas tupinambá e dos diferentes povos que habitavam/habitam a região. Um ponto fundamental dos apontamentos dados pelo autor, reside ainda na miscelânea, no hibridismo que se deu no período que o nheengatu foi imposto como língua geral da região, e adotada inclusive como língua materna por alguns grupos como os Baré, mas em concomitante havia os falantes de Baniwa, Tukano e o próprio Português

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar a Amazônia como um rio Babel é aceitar a diversidade linguística da região que não se concentra num único e uníssono grupo. Essa diversidade, é parte do Brasil indígena, que tem na Amazônia sua maior concentração de línguas. Como vemos no mapa seguinte:

Figura 01: Famílias linguísticas no Brasil



Fonte: Instituto Socioambiental, 2009.

A contar dessas famílias se estabelecem mais de 150 línguas reconhecidas atualmente, o que formariam do Brasil um país multilíngue na qual as culturas indígenas estariam em pleno gozo de suas culturas e direcionamentos, porém, a história tendeu a ofuscar, e o plano colonizador minimizou as culturas indígenas no nosso país em detrimento de uma oficialidade "branca", de uma língua estrangeira e de uma cultura singular e geral. Pela leitura do mapa, organizado pelo Instituto Sociambiental ISA, vemos uma diaspora, uma dispersão das línguas indígenas na qual, a abundância está na Amazônia.

Nesse sentido, a diversificação dos povos, e dos grupos linguísticos no Brasil como proposto por Aryon Dall'Igna Rodrigues (2001), mostra que a diversidade etnolinguística da Amazônia é relevante não somente pelo grande número de línguas, e de etnias, mas também pela peculiaridade de umas e outras. Por ser a maior bacia hidrográfica, a Amazônia se constitui de uma enorme rede de transportes e comunicação. "Antes da chegada dos europeus essas vias serviram para os povos indígenas não só se expandirem, mas também comerciarem, intercambiando os produtos de suas experiências diferenciadas," nesse sentido, "guerrearem, disputando as melhores condições de vida, e associarem-se criando condições de melhor domínio do meio ambiente. [...]" (Rodrigues 2001).

Pensar os Aruak como um desses grupos que criaram condições de melhor domínio do meio

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi essencialmente qualitativa, buscamos apenas entender e explicar de sobre a presença dos Aruak em nosso estado. Foi uma pesquisa de natureza básica, buscando operacionalizar a partir do levantamento bibliográfico nuances das histórias indígenas.

Se trata ainda de uma pesquisa explicativa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

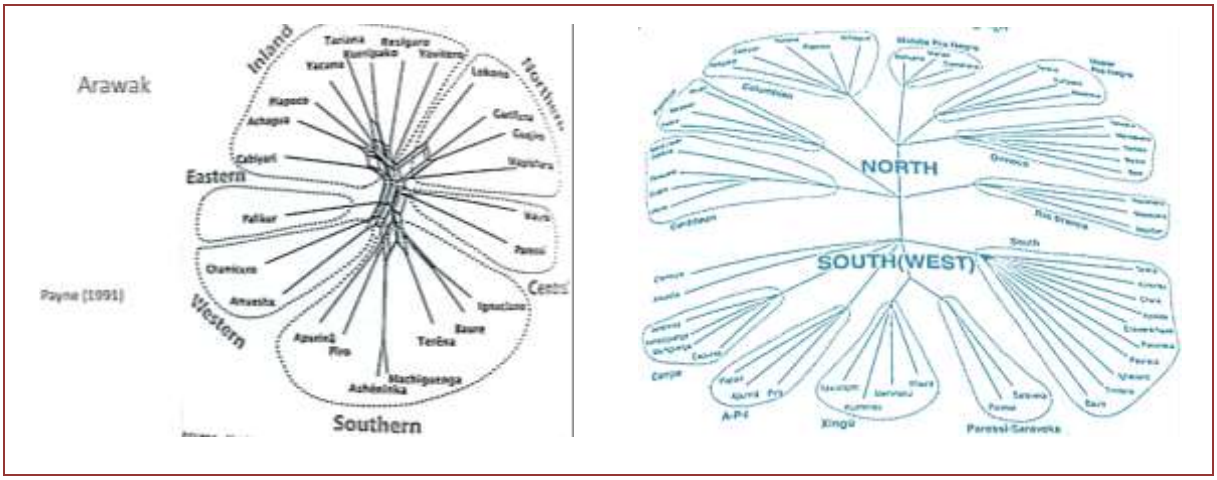
Os Aruak, encontravam-se e se encontram Aruak na Bolívia, no Brasil, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Venezuela e Antilhas. O idioma Aruak foi o elemento que denominou o grupo, referenciando todas as variações sendo provenientes do tronco linguístico Arawak, que significa literalmente "comedor de farinha". Soma-se que entorno de 74 etnias no Brasil tem/tinham suas línguas derivadas da raiz linguística Aruak.

Ainda pelo viés da história é sabido que desde a América pré-colombiana a expressividade, a diversidade das línguas ameríndias eram parte das idiossincrasias e dos ricos sistemas societários de então. No Brasil pré-cabralino, ou melhor, em Pindorama, as constantes formas de vida, e formatos de línguas apresentavam a diversidade, e uma "unidade na diversidade" no sentido que Paulo Freire (2003, p. 77

Se nos voltarmos a pensar a história dando sentido a partir da lógica indígena, temos a seguinte representação de como seria a vida em Pindorama, e pensemos as vozes como uma diversidade de línguas nas quais a unidade acontecia no cotidiano.

Na referida classificação das línguas Maipuran (Arawakan) embasada em retenções lexicais compartilhadas, feita pela linguista Doris L. Payne, professora da Universidade de Oregon, temos os seguintes esquemas sobre o Aruak:

Figura 02: Dispersão da família Arawak e suas dimensões



Fonte: PAYNE, 1991

Em ambos os esquemas, além do mapeamento, Doris Payne (1991) nos mostra a inserção e incremento do Arawak com demais línguas em contato na PanAmazônia para além de uma língua fechada, mas uma língua diversa, que contatou e derivou-se em Kuripako, Tariana, Terena, Apurinã, Baré, Wapixana, dentre outras que fazem dessa família uma família linguística "em permanente contato".

Essa dispersão, espalhamento Aruak deu-se intensamente, como foi demosntrado pelo autor. Podemos pensar e crer que os falantes dessa língua eram grupos densos, organizados e como apontei anteriormente, hierarquizados. Segundo dados do ISA, é possível dizer que no Alto e Médio Rio Negro existiam 732 povoações no ano de 2002, desde pequenos sítios habitados por apenas um casal até grandes povoados e sítios espalhados pelos rios da região.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma língua é um estabelecimento que está para além da fala, ou da comunicação; um sistema linguístico é um estatuto cultural, político e de signos, nos quais os falantes sabem ser e se fazer diante de situações variadas por compartilharem significados e significâncias.

Essa ideia de generalização impôs ao longo do processo de colonização a "perda" ou ressignificação das línguas indígenas, especialmente na Amazônia, onde a imposição de uma Língua Geral, o Nheengatu, reduziu dezenas de formas de expressão a uma língua uníssona que estabelecia o contato e o acesso ao cotidiano e a conversão dos indígenas. Mesmo com o êxodo urbano, as populações indígenas do Alto Rio Negro se consolidam sua identidade, e suas lideranças.

REFERÊNCIAS

[1] BESSA FREIRE, José Ribamar. **Rio Babel.** Histórias das Línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

[2] Payne, Doris L. 1991. **Resenha de: Obras completas de Edward Sapir**, VII: Textos de Wishram e Etnografia, William Bright, editor. Journal of Linguistic Anthropology 1(2): 231-233.

[3] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** em reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 77.

[4] PAYNE, David L. ***Classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions***. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.). ***Handbook of Amazonian languages***. 1991.

[5] RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia**. In: SIMÕES, Maria do Socorro. (orga.) **Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta.** 1ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

[6] SIMPÓSIO LAAAE, **Simpósio Ecologia Histórica e História Ambiental: diálogos possíveis e perspectivas futuras.** Dia 5: Eduardo Góes Neves, Glenn Harveey Shepard Jr. Mesa de debate e encerramento. Youtube, 12 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1Hmn1aVhAQ. Acesso em 05 de outubro de 2021,

Capítulo 34

Pessoas em situação de rua em Manaus: uma reflexão a partir da ética de Enrique Dussel e dos direitos humanos

Valzemar da Silva Andrade[1]
José Roberto da Silva Araujo[2]
Madchen Marques Corrêa[3]
George Alexandre Barbosa de Vasconcelos[4]
Ma. Graciete da Rocha Ayres[5]

Resumo: O presente estudo analisa a realidade das pessoas em situação de rua em Manaus, considerando fatores como desemprego estrutural, migração, dependência química e conflitos familiares, que contribuem para o aumento dessa população em todo o país. A pesquisa busca compreender a relação entre o "eu" e o "outro" no contexto da exclusão social, promovendo uma reflexão ética e social sobre o tema. De natureza básica, com abordagem qualitativa e explicativa, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e adota o método hermenêutico-filosófico para o diálogo com as obras estudadas. As reflexões desenvolvidas evidenciam a necessidade de ampliar a compreensão da vida nas ruas, reconhecendo a dignidade humana e a urgência da implementação de políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Direitos Humanos. Ética.

[1] Acadêmico do Curso de Teologia do Centro Universitário FAMETRO. Bacharelado em Filosofia pela FSDB-Manaus.
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário FAMETRO e Faculdade Católica do Amazonas. Mestrado em Teologia pela Faculdade EST-RS.E-mail: betoomi@yahoo.com.br
[3] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e Faculdade Catolica do Amazonas. Especialização em Didática no Ensino Superior pela Faculdade Nilton Lins-Manaus.
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Ciências da Religião pela UEPA. E-mail: gabv8479@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestrado em Missiologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, revalidado PUC do RJ. E-mail: anagra33@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A situação das pessoas em situação de rua em Manaus reflete um fenômeno social complexo e multifacetado, marcado pela exclusão e pela vulnerabilidade. Essa realidade é resultado de processos históricos e estruturais, como o desemprego, o aumento da desigualdade social e a fragilidade das políticas públicas de assistência e reintegração. Nas ruas da capital amazonense convivem indivíduos que perderam vínculos familiares, lares e oportunidades, sobrevivendo em condições indignas que violam direitos humanos fundamentais.

Segundo Dussel (2001), a ética deve partir do reconhecimento do "outro" como sujeito e não como objeto de assistência. A exclusão, portanto, é uma forma de negação ética, pois desconsidera a alteridade e a dignidade humana. Ao refletir sobre a situação das pessoas em situação de rua em Manaus sob a ótica da ética da libertação, compreende-se que o problema ultrapassa o campo econômico, alcançando o âmbito moral e existencial.

Assim, este estudo tem por objetivo analisar a realidade das pessoas em situação de rua em Manaus à luz da ética de Enrique Dussel e dos Direitos Humanos, propondo uma reflexão sobre a responsabilidade social e política da sociedade diante dessa exclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ética da libertação, proposta por Enrique Dussel (2001), oferece um marco teórico fecundo para a análise das situações de exclusão social. Para o autor, a ética deve nascer da escuta do outro — especialmente daquele que sofre a negação de sua dignidade. Em suas palavras, "o outro é o ponto de partida da moralidade", o que significa que toda ação ética deve considerar o bem e a vida do próximo como prioridade. Essa visão desloca o foco do centro hegemônico da moral para as margens sociais, onde vivem os oprimidos e excluídos.

No contexto das pessoas em situação de rua, essa ética revela a urgência de políticas públicas e ações sociais que não apenas "ajudem", mas que libertem, no sentido de possibilitar autonomia e reintegração social. De acordo com Dussel (1998), a libertação não é um ato de caridade, mas de justiça. Assim, reconhecer as pessoas em situação de rua como sujeitos éticos significa restituir-lhes o direito de existir com dignidade.

Os Direitos Humanos reforçam essa perspectiva. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) assegura o direito à vida, à moradia, à saúde, ao trabalho e à educação. Entretanto, a realidade das ruas de Manaus demonstra o distanciamento entre a norma e a prática social. Segundo Silva (2019), as políticas públicas locais ainda carecem de efetividade, resultando em uma crescente população de rua visivelmente vulnerável.

A ética Dusseliana e os Direitos Humanos convergem, portanto, na defesa da dignidade. Enquanto os Direitos Humanos fornecem o suporte jurídico, Dussel propõe uma base filosófica que desafia a sociedade a reconhecer sua responsabilidade ética diante da exclusão. Como lembra Dussel (2001), "a ética autêntica é sempre ética da vida; tudo o que nega a vida do outro é antiético".

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se em revisão bibliográfica, dialogando com as obras de Enrique Dussel e com documentos sobre Direitos Humanos e exclusão social no Brasil e em Manaus. O método hermenêutico-filosófico orienta a interpretação crítica dos textos e das realidades sociais, buscando compreender o sentido ético das reflexões e sua aplicação à vida das pessoas em situação de rua. Inspirada em Gadamer (1999), a hermenêutica é entendida como um processo de diálogo entre o intérprete, o texto e o contexto histórico. Essa abordagem, de caráter reflexivo e crítico, mostra-se adequada à natureza do tema, pois visa compreender a exclusão como fenômeno social e moral, propondo caminhos teóricos para sua superação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reflexões desenvolvidas a partir do referencial teórico e do método adotado indicam que a situação das pessoas em situação de rua em Manaus é um reflexo de um sistema excludente que nega a alteridade. O aumento dessa população está diretamente ligado à desigualdade econômica e à insuficiência de políticas públicas efetivas (IPPLAM, 2022).

A ética de Dussel revela que a exclusão não é apenas material, mas também simbólica. Quando a sociedade invisibiliza essas pessoas, ela rompe o vínculo ético fundamental com o outro. Como afirma Dussel (2001), “a exclusão é o primeiro pecado ético de uma comunidade”.

Além disso, os Direitos Humanos, embora reconhecidos formalmente, ainda são pouco aplicados de forma concreta. O direito à moradia, por exemplo, é constantemente violado, obrigando muitos a buscarem abrigo em ruas e viadutos. Essa violação sistemática dos direitos fundamentais representa não apenas um problema social, mas uma falha ética coletiva.

Em Manaus, observa-se uma carência de políticas de reinserção social, abrigos insuficientes e falta de programas de saúde mental e reabilitação (SILVA, 2019). Essas lacunas reforçam o ciclo de exclusão e desumanização. A ética da libertação propõe romper com essa lógica, chamando a sociedade e o Estado à responsabilidade solidária e transformadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da realidade das pessoas em situação de rua em Manaus à luz da ética de Enrique Dussel e dos Direitos Humanos evidencia a necessidade urgente de um compromisso ético e político com a dignidade humana.

Mais do que um problema social, a exclusão é uma questão moral que desafia a própria noção de humanidade. A ética da libertação propõe uma inversão de perspectiva: colocar o outro — o pobre, o excluído, o invisibilizado — no centro das decisões éticas e políticas.

Somente a partir dessa inversão será possível construir uma sociedade mais justa e solidária, onde a compaixão se traduza em políticas públicas efetivas e onde os Direitos Humanos deixem de ser apenas discurso e se tornem prática social.

REFERÊNCIAS

[1] DUSSEL, E. ***Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão***. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Trotta, 2001.

[2] DUSSEL, E. ***Para uma ética da libertação latino-americana***. Petrópolis: Vozes, 1998

[3] GADAMER, H. ***Verdade e método***. Petrópolis: Vozes, 1999.

[4] IPPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Manaus. ***Relatório sobre a população em situação de rua em Manaus***. Manaus, 2022.

[5] ONU – Organização das Nações Unidas. ***Declaração Universal dos Direitos Humanos***. Paris, 1948.

[6] SILVA, A. *Exclusão social e desigualdade urbana: a população de rua em Manaus*. Manaus: UEA, 2019.

Capítulo 35

Conhecendo a Pedagogia Hospitalar

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro[1]
Kamily Suyame Mendes de Menezes[2]
Miryelle da Silva Maciel[3]
Jocilene Maria da Conceição Silva[4]
Maria Roseane Gonçalves de Menezes[5]

Resumo: O estudo objetiva abordar sobre a Pedagogia Hospitalar e sua área de atuação. Dentre os espaços não formais de educação, vamos encontrar a Pedagogia Hospitalar, atendimento oferecido pela Educação Especial. A pesquisa é bibliografica, com a intenção de apresentar a Pedagogia Hospitalar, atendimento que tem respaldo legal e fundamnta-se na Educação Inclusiva. No contexto social, professores, gestores, famílias de estudantes precisam conhecer sobre a Pedagogia Hospitalar para que possam informar quem precisa deste tipo de atendimento. Informações que possam ser repassadas para as famílias, pois havendo necessidades desse atendimento, essas possam ir em busca contribuindo para que o estudante que se encontra impossibilitado de frequentar a escola no espaço formal de educação, tenha como continuar seus estudos no atendimento hospitalar.

Palavras-chave: Pedagogia Hospitalar. Espaços não formais. Inclusão.

[1] Graduação em Pedagogia pela UVA-CE. Especialista em Psicopedagogia pela FVJ. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: elainegmpinheiro@gmail.com
[2] Graduação em Enfermagem -UNIP. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, E-mail: kamilysuyame@hotmail.com
[3] Graduação em Pedagogia-UNIP. Professora do Programa de Extensão da Faculdade Católica do Amazonas, Graduação em Pedagogia – Unip. Pós-graduação em Psicopedagogia e Educação Especial.
E-mail: miryelle.macielsilva@gmail.com
[4] Professora do Ensino Superior do curso de Teologia da Faculdade Católica do Amazonas. Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: jocileneconceicao@hotmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Filosofia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM) e da Faculdade Católica do Amazonas. Doutorado em Estudos da Criança pela UMINHO - Portugal. E-mail: mariaroseanegm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Reconhecemos que é preciso ainda muitos esclarecimentos as famílias e a sociedade em geral sobre a garantia da educação para todos. No Estado do Amazonas, na cidade de Manaus (Brasil), muitas pessoas ainda têm a ideia de que a educação só acontece nos espaços formais de ensino, compreendidos como escolas, onde o estudante está direcionado ao espaço de uma sala de aula e é nesse espaço que será educado e que será escolarizado. No entanto, sabemos que a educação acontece também em espaços não formais, espaços esses que são poucos divulgados, mas que possuem um grande valor social.

Dentre os espaços não formais de educação, vamos encontrar a Pedagogia Hospitalar que legalmente oferece o atendimento educacional hospitalar. Sabemos que a Pedagogia possui vários ramos de estudos e um deles é a Pedagogia Hospitalar da qual Fonseca (2003) comenta em seus estudos que, a Pedagogia Hospitalar em sua prática pedagógico-educacional diária objetiva permitir a continuidade aos estudos das crianças em convalescença, com o objetivo de sanar as dificuldades de aprendizagem e/ou oportunizar a aquisição de novos conteúdos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atuando também como um acompanhamento do aluno fora do ambiente escolar, A Pedagogia Hospitalar se propõe a cuidar do desenvolvimento das necessidades psíquicas e cognitivas dos estudantes enfermos, utilizando programas lúdicos voltados à infância, entretanto sua ênfase recai em programas sócio interativos, vinculando-se aos sistemas educacionais como modalidade de ensino – Educação Especial - ou ao sistema de Saúde como modalidade de atenção integral – Atendimento Pedagógico Educacional Hospitalar. (Fonseca, 2003).

Neste contexto da educação em espaços não formais, temos observado uma problemática existente em que a Pedagogia Hospitalar é pouco divulgada, notamos que muitos professores, pais e até gestores escolares, não conhecem sobre a Pedagogia Hospitalar, sobre o papel do Pedagogo Hospitalar e sobre o público atendido.

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo apresentar em linhas gerais o que é a Pedagogia Hospitalar e sua área de atuação.

Concordamos com Fontes ao expor que a Pedagogia Hospitalar se diferencia da Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Hospitalar se desenvolve em um espaço diferenciado, o ambiente educativo refere-se a um hospital, e o aprendizado desenvolvido precisa contribuir com os cuidados para a satisfação do corpo e da mente do educando (Fontes, 2008).

Os espaços formais de educação como a escola, são espaços em que ocorrem a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, é na escola que encontramos professores e alunos, porém, somos sabedores de que há casos de estudantes que não podem frequentar a escola por motivos de saúde, fato que nos permiti refletir sobre o direito à educação para todos, visto que, reconhecemos que esse grupo de estudantes que se encontram nos leitos dos hospitais fazem parte do TODO.

Sendo assim, é preciso pensar no grupo de estudantes que se encontram nas condições de enfermidades e oferecer a estes um atendimento educacional especializado no local onde se encontram, garantindo o direito de continuarem seus estudos, ou seja é

preciso que os sistemas de ensino garantam um atendimento pedagógico de Classe Hospitalar.

As classes hospitalares são localizadas no hospital ou até mesmo no próprio domicílio do educando enfermo.

É na Classe Hospitalar que o atendimento pedagógico educacional ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (Brasil, 2002, p. 13).

No documento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, temos que a Classe Hospitalar consiste em: Serviço destinado a prover mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial. (Brasil, 2001 p.51).

Os profissionais que atuam na área da Pedagogia Hospitalar começam a fazer parte da vida de crianças e adolescentes a partir do momento em que elas recebem o diagnóstico de doenças e necessitam de internação para os cuidados com a saúde. Na cidade de Manaus, a quantidade de crianças que tem esse direito respeitado (de ser atendido por um Pedagogo Hospitalar) é muito reduzida, pois, ainda há poucos hospitais com classes hospitalares. Fonseca afirma que:

Em 1994, na Política Nacional de Educação Especial/MEC foi proposto a Pedagogia Hospitalar, como sendo a educação em hospital com a obrigação de garantir apoio educacional às crianças e aos adolescentes que se encontram em situações de riscos ao desenvolvimento físico, psíquico, imunológico, e que afastados do convívio social e escolar, não podem interagir com seus colegas de escola, professores e ambientes da vida social (Fonseca, 1999, p. 12).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, onde buscamos uma base de um referencial teórico que na identificação de nosso problema, a pesquisa encontra-se, no contexto educacional, onde foi necessário discorrer sobre a fundamentação teórica da Pedagogia Hospitalar. Para a análise dos dados, dialogamos com os autores de referência da área da Pedagogia Hospitalar e da Educação Inclusiva..

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo possibilitou o entendimento da atuação do Pedagogo Hospitalar e sobre a presença dos pais ou responsáveis no contexto do desenvolvimento das atividades em uma classe hospitalar e ainda na brinquedoteca hospitalar. Segundo Cunha as formas de convivência democrática encorajam a autonomia e estimula o amadurecimento emocional. Nesse espaço tão especial que é a brinquedoteca, a criança pode conhecer novos tipos de relacionamento entre as pessoas de forma prazerosa e enriquecedora (Cunha, 1997, p.37).

Concordamos com Ceccim (1999, p. 83), afirma que mesmo doentes as pessoas continuam aprendendo, “O trabalho do educador no hospital é importante a fim de evitar prejuízos maiores, possibilitando a inclusão educativa e social”. Não é possível pensar em crianças e jovens da cidade de Manaus fora dos processos educacionais por se encontrarem

em condições de enfermidades, ou por estarem em tratamento prolongados em hospitais, deve-se dar a continuidade dos seus estudos com a atenção de uma Pedagoga Hospitalar que possibilitará a esses estudantes a adequada continuidade dos seus estudos.

5. CONCLUSÃO

Temos observado que a Pedagogia Hospitalar por ser considerada uma educação em espaço não formal, acaba sendo desconsiderada, como bem como sendo um campo educacional de menor valor. No entanto, para os estudantes que participam desse atendimento, consideram certamente a Pedagogia Hospitalar valiosa, por oportunizar a continuidade de seus estudos mesmo que tenham a necessidade de ficar em tratamento prolongado em internação por mais de um ano. É preciso que as famílias, professores e gestores escolares conheçam sobre a Pedagogia Hospitalar para que recorram a esse serviço da Educação Especial quando necessário.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. SEESP, 2001.

[2] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Disponível em:

[3] CECCIM, Ricardo Burg. **Classe hospitalar**: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. Pátio, Revista Pedagógica 3 (10): 41-44. 1999.

[4] CUNHA, N, H. S. **A brinquedoteca brasileira**. In: Santos, S.M.P. dos (org). Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis: Vozes, 1997, p.13-22.

[5] FONTES, Rejane de Souza. **O desafio da educação no hospital**. Disponível em: Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Consultado em 09/09/2020.

[6] FONSECA, Eneida Simões. **Classe Hospitalar**: ação sistemática na atenção as necessidades pedagógicas - educacionais de crianças. Artigo. Temas sobre Desenvolvimento, v.8, n.44, p.32-37, 1999.

[7] FONSECA, Eneida Simões. Atendimento escolar no Ambiente Hospitalar.1.ed. São Paulo: Memnom, 2003.

Capítulo 36

A relevância da análise das demonstrações financeiras em empresas do setor hoteleiro na cidade de Manaus

Carla Christine Paiva da Silva[1]
Francisco Wesley da Silva[2]
Nayanne Barreto da Silva[3]
Yuri Yves Garcia Barroso[4]
Zuila Paulino Cavalcante[5]

Resumo: A Análise das Demonstrações Financeiras é uma ferramenta contábil importante para analisar a saúde financeira de qualquer empresa. No ramo hoteleiro, por suas peculiaridades, impõe-se a seleção de indicadores adequados, para base no fornecimento de informações e auxiliar na tomada de decisão. Esse trabalho tem objetivo de mostrar sua relevância e o impacto na gestão financeira para o setor hoteleiro. Para atingir esse objetivo, utilizou-se de pesquisa bibliográfica em busca de publicações com o tema Análise das Demonstrações Financeiras, bem como sobre publicações que abordassem a gestão financeira em hotéis. Pode-se verificar a relevância destas análises para uma gestão financeira efetiva no setor hoteleiro, que tem características próprias, considerando a sazonalidade de receitas, em função de alta ou baixa ocupação dos hotéis. Diante disto, apura-se que tais informações são cruciais para os administradores e investidores neste nicho de negócio.

Palavras – Chave: Análise das Demonstrações Financeiras. ramo hoteleiro. gerenciais, receitas.

[1] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (MANAUS-AM). Email: carlachristinepaiva@gmail.com
[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (MANAUS-AM). Email: franciscowesley280@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (MANAUS-AM). Email: nayannebarreto32@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do Curso de Ciências Contábeis do Curso Universitário Fametro (MANAUS-AM), Mestre pela Universidade Federal do Amazonas. Email: yuri.barroso@fametro.edu.br
[5] Professora do Ensino Superior do Curso de Ciências Contábeis do Curso Universitário Fametro (MANAUS-AM), Mestre pela Universidade Federal do Amazonas. Email: zuila.cavalcante@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O dinamismo do setor hoteleiro exige o domínio da análise econômico-financeira para sua gestão e expansão. Este conhecimento é fundamental para o uso de técnicas de análise das demonstrações como ferramenta de aprimoramento do controle de custos, elevação das vendas e correta administração do endividamento. Estas técnicas são cruciais para a correta subsidiação da tomada de decisões gerenciais e para garantir a viabilidade e sustentabilidade financeira dos empreendimentos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Iudícibus (1988), citado por Lunkes (2004), “A análise das demonstrações contábeis pode ser conceituada como "a arte de saber extrair informações úteis dos relatórios contábeis"

Para que a análise contábil hoteleira reflita a realidade, é vital a confiabilidade dos dados e a adaptação do sistema às suas peculiaridades. O rateio de gastos por departamento é indispensável, dada a multiplicidade de setores operacionais. A interpretação das demonstrações exige Análise Horizontal (evolução no tempo) e Análise Vertical (estrutura de custos e receitas). Conforme Padoveze (2010), a análise se baseia no Balanço Patrimonial e DRE, requerendo profundo conhecimento. Ademais, o prejuízo contábil não define isoladamente a saúde da empresa, que pode ter sólida liquidez e viabilidade de longo prazo com ajustes gerenciais. Conforme quadros 1 a 3 é possível vislumbrar os índices.

Quadro 1 - Índices de Liquidez

Liquidez	Fórmula	Aplicabilidade índices no Setor Hoteleiro
Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Evidencia a capacidade de pagar dívidas de curto prazo com ativos também de curto prazo (caixa, contas a receber, estoques).
Liquidez Seca (LS)	Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante	Evidencia a capacidade de pagamento sem depender dos estoques do hotel (insumos de cozinha, bebidas, material de limpeza).
Liquidez Imediata (LI)	Disponível / Passivo Circulante	Evidencia a capacidade de pagar dívidas de curto prazo apenas com dinheiro disponível (caixa e bancos).
Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo não Circulante	Evidencia a capacidade de pagar todas as dívidas, de curto e longo prazo, com todos os ativos disponíveis. Importante para hotéis pois muitos fazem financiamentos de longo prazo.

Fonte: Autoria própria (2025)

Quadro 2 - Índices de Rentabilidade

Retorno	Fórmula	Aplicabilidade índices no Setor Hoteleiro
Retorno sobre o PL (ROE)	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Evidencia se a administração consegue transformar a receita obtida em lucro real para os sócios. Hotéis bem geridos conseguem manter um ROE saudável mesmo em períodos de baixa sazonalidade.
Rentabilidade do Ativo (ROA)	Lucro Líquido / Ativo Total	Evidência se consegue recuperar com eficiência os investimentos feitos em infraestrutura. Isso ajuda os gestores a decidir se vale a pena ampliar o hotel, abrir novas filiais ou investir.
Retorno sobre o Investimento (ROI)	Lucro Operacional / Ativo Total	Evidência se cada iniciativa traz retorno suficiente para justificar o capital empregado. É um indicador mais pontual e específico que o ROE e o ROA, mas fundamental para validar estratégias e projetos.
Payback (PB)	1 / ROI	Evidência quais projetos trazem retorno mais rápido em um mercado sujeito à sazonalidade e à alta concorrência.

Fonte: Autoria própria (2025)

Quadro 3 - Índices de Lucratividade

Margem	Fórmula	Aplicabilidade índices no Setor Hoteleiro
Margem Bruta (MB)	Lucro Bruto / Vendas Líquidas	Evidência se o hotel está conseguindo transformar sua receita em lucro após os custos diretos.
Margem Operacional (MO)	Lucro Operacional / Vendas Líquidas	Evidencia quanto sobra do faturamento após todos os custos operacionais, antes dos impostos e juros.
Margem Líquida (ML)	Lucro Líquido / Vendas Líquidas	Evidencia se o hotel consegue equilibrar custos, despesas, juros e impostos e ainda gerar retorno.

Fonte: Autoria própria (2025)

Em suma, a análise das demonstrações financeiras é uma técnica crucial que transforma dados contábeis em informações estratégicas para o processo decisório, e em última análise, uma gestão satisfatória.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Através do acompanhamento dos indicadores escolhidos e de suas tendências, é possível possuir uma visão segura e real das operações da empresa e de seu patrimônio empresarial, e assim o gestor poderá tomar medidas que irão mudar o rumo de seus negócios. Através das informações extraídas nas técnicas de análise pelos Demonstrativos Financeiros, mostrou-se que os gestores poderão tomar decisões seguras, baseadas em fatos, análise de dados próprios e mercadológicos, podendo ainda melhorar os pontos negativos e aperfeiçoar os pontos positivos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Desempenho e Rentabilidade do Capital Investido

Os resultados da análise financeira no setor hoteleiro revelam a importância crítica dos Índices de Rentabilidade (ROE, ROA, ROI e Payback), especialmente em um cenário de forte sazonalidade de receita. Estes índices funcionam como o principal termômetro da eficiência administrativa e do retorno do capital dos investidores. A aplicação destes índices corrobora a necessidade de avaliar se a infraestrutura hoteleira (quartos, restaurantes, áreas de lazer) está, de fato, gerando retorno proporcional ao capital investido.

Conforme apontado por SAMPAIO (2025), o desempenho nestes indicadores é um fator decisivo para a tomada de decisão estratégica, servindo de parâmetro fundamental na avaliação da viabilidade econômica de projetos de expansão (abertura de novas unidades, ampliação) ou na adoção de novas tecnologias.

b) Sustentabilidade da Margem e Eficiência Operacional (Lucratividade)

A análise dos Índices de Lucratividade demonstrou ser um pilar para a solidez financeira do negócio, atuando como uma métrica de resiliência. Hotéis com Índices de Lucratividade robustos evidenciam uma maior capacidade de absorver variações negativas na ocupação.

Estes resultados indicam que a manutenção de margens positivas, mesmo em períodos de baixa ocupação, está diretamente ligada à eficiência no controle de custos operacionais (energia, folha de pagamento, insumos de cozinha). Portanto, a Lucratividade não apenas mede o lucro, mas valida a eficácia da gestão de custos em todos os departamentos.

c) Solvência, Risco e Gestão de Capital de Giro (Endividamento)

Os Índices de Endividamento e a gestão do fluxo de caixa se mostraram estratégicos para a manutenção do equilíbrio de caixa e a prevenção de problemas de solvência. A análise integrada dos indicadores revela que a principal vulnerabilidade do setor hoteleiro reside no desalinhamento entre os prazos de recebimento (reservas, cartões de crédito) e de pagamento (fornecedores, financiamentos).

A gestão do fluxo de caixa e do capital de giro emerge como um fator vital, pois ao garantir o equilíbrio entre entradas e saídas, o hotel minimiza a dependência excessiva de capital de terceiros. Esta priorização não só mitiga custos financeiros e riscos de solvência, mas também assegura a autonomia e a sustentabilidade operacional a longo prazo.

5. CONCLUSÃO

Concluiu-se pelos dados apresentados que os índices de liquidez permitem avaliar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos no curto e longo prazo. A análise integrada desses índices permite decisões mais seguras, como definir preços de hospedagem, planejar investimentos em marketing, estruturar promoções para baixa temporada e avaliar a necessidade de crédito. Proporciona visão realista da saúde financeira do empreendimento, permitindo antecipar riscos e aproveitar oportunidades de expansão. Apoia a sustentabilidade e competitividade, essenciais em um mercado altamente sazonal e competitivo como o hoteleiro. O estudo, portanto, reitera a necessidade imperativa de se adotar sistemas contábeis específicos para o setor, neste

caso, o hoteleiro capaz de fornecer relatórios detalhados e confiáveis, elementos cruciais para a garantia da sustentabilidade, o crescimento e a saúde financeira do negócio.

REFERÊNCIAS

[1] ADRIANO, Sérgio. Contabilidade 3D: **Teoria + Questões Comentadas**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2022. 1.000 p.

[2] FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade de custos e análise das demonstrações**. 8. ed. São Paulo: Ferreira, 2014. 414 p.

[3] LUNKES, Rogério. **Manual de contabilidade hoteleira**. São Paulo: Atlas, 2004. 247 p.

[4] PADOVEZE, Clóvis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

[5] SAMPAIO, C.; RÉGIO, M.; SEBASTIÃO, J. R. **Beyond financial metrics: a systematic and bibliometric review of hotel business performance**. Administrative Sciences, v. 15, n. 5, p. 179, 2025.

Capítulo 37

A teoria do autocuidado e sua aplicabilidade nas dificuldades fisiológicas e psicossociais em pacientes ostomizados

Victoria Kailane Martins Cabral[1]
Fernanda do Nascimento de Oliveira[2]
Graciana de Sousa Lopes[3]
Mirelia Rodrigues de Araújo[4]
Lais Vogot Lopes[5]

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar as dificuldades fisiológicas e psicossociais enfrentadas por pessoas ostomizadas, com base na Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem. Trata-se de uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL), se norteou em uma busca de 195 após critérios 45 e filtrado 16 artigos publicados entre 2015 e 2025 nas bases SCIELO, MEDLINE, BDENF e LILACS, abordando a reabilitação física, emocional e social de indivíduos ostomizados e o papel do enfermeiro. Os resultados mostraram que a adaptação ao estoma envolve desafios multidimensionais, especialmente relacionados à autoestima, imagem corporal, vida sexual e autonomia. A teoria de Orem mostrou-se eficaz, pois favorece o desenvolvimento da autonomia e do autocuidado, essenciais para enfrentar as limitações da ostomia. Conclui-se que o enfermeiro, ao aplicar estratégias educativas e humanizadas baseadas na teoria, fortalece a autoconfiança, reduz complicações e promove a qualidade de vida, tornando o autocuidado uma ferramenta ética e indispensável à reabilitação.

Palavras-chave: Autocuidado. Ostomia. Enfermagem. Reabilitação. Psicossocial.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Enfermagem do Centro Univeristário Fametro (Manaus- AM), Mestre pela Universidade UFAM E-mail: gracilopess@hotmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Enfermagem do Centro Univeristário Fametro (Manaus- AM), Mestre pela Universidade UFAM E-mail: mirelia.araujo@fametro.edu.br
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Enfermagem do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Enfermeira pela Universidade UFAM E-mail: lais.lopes@fametro.edu.br
[4] Acadêmico do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: victoriacabral.acaenf@gmail.com
[5] Acadêmico do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail: fernoliveira2020@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A ostomia é um procedimento cirúrgico que consiste na exteriorização de uma parte do sistema digestivo ou urinário, permitindo a eliminação de dejetos através de um estoma. Essa intervenção é frequentemente necessária para preservar a vida em casos de câncer colorretal, doenças inflamatórias intestinais, traumas e outras patologias. Apesar de sua importância vital, a ostomização acarreta desafios físicos, emocionais e sociais que demandam suporte multiprofissional contínuo. No contexto da enfermagem, a Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem oferece fundamentos sólidos para a assistência a indivíduos ostomizados, pois enfatiza o desenvolvimento da autonomia e da capacidade do paciente para gerir sua própria saúde. A justificativa deste estudo reside na necessidade de compreender como a teoria de Orem pode ser aplicada na prática clínica para auxiliar na reabilitação desses indivíduos, promovendo não apenas o bem-estar físico, mas também o equilíbrio psicossocial e a reintegração social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem, referência na enfermagem contemporânea, parte da premissa de que o ser humano possui capacidade natural de cuidar de si, desde que tenha conhecimento e condições adequadas. Ela é composta por três partes: a teoria do autocuidado, que trata das ações do indivíduo para manter sua saúde; a teoria do déficit de autocuidado, que identifica limitações nessa capacidade; e a teoria dos sistemas de enfermagem, que define o papel do enfermeiro no suporte ao paciente (Brasil, 2021).

No contexto da ostomia, o referencial de Orem adquire relevância singular, uma vez que o procedimento cirúrgico rompe a rotina corporal e emocional do indivíduo, exigindo a readaptação de hábitos e o aprendizado de novos cuidados. A teoria possibilita compreender como o enfermeiro pode intervir para reduzir o déficit de autocuidado que surge nesse processo, utilizando-se de ações educativas, de apoio e de estímulo à autonomia. Assim, o profissional passa a atuar não apenas de forma técnica, mas como facilitador do empoderamento e da reabilitação do paciente (Cascas, 2021).

Grassel et al. (2024) e Klein et al. (2021) ressaltam que a aplicação da Teoria de Orem permite práticas de enfermagem centradas na pessoa, valorizando escuta ativa, educação em saúde e vínculo terapêutico. Essa abordagem contribui para o enfrentamento das limitações da ostomia, abrangendo cuidados fisiológicos, como manejo do estoma, prevenção de infecções e preservação da pele, e aspectos psicossociais, como autoestima, imagem corporal e reintegração social, promovendo uma assistência integral, humanizada e voltada à autonomia e dignidade do paciente.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL), metodologia que permite uma análise ampla e crítica de estudos relevantes sobre o tema. O levantamento de dados foi realizado nas bases SCIELO, MEDLINE, BDENF e LILACS, utilizando os descritores 'Estomia', 'Adaptação' e 'Psicossocial', cruzados pelo operador booleano AND. Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis em português e inglês, e acessíveis na íntegra. Após a triagem inicial de 193 artigos, restaram 45 que atendiam aos critérios de inclusão; destes, 16 foram selecionados para análise detalhada.

A revisão foi conduzida em cinco etapas: identificação do tema, formulação de critérios de elegibilidade, avaliação crítica, interpretação dos resultados e síntese das evidências. Essa abordagem foi escolhida por permitir a integração de diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre o autocuidado de pessoas ostomizadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de 16 artigos revelou que pacientes ostomizados enfrentam impactos em múltiplas dimensões: 25% físicos, 44% sociais, 19% relacionados à sexualidade e vida conjugal, e 12% emocionais ou psicológicos. Entre os principais desafios, clínicas e físicas (27%) e fortalecer o apoio familiar e social (3%). Esses dados evidenciam que a adaptação ao estoma é um processo complexo, no qual o paciente precisa reaprender a lidar com o próprio corpo, sua imagem e as relações sociais, sendo o autocuidado central para a autonomia, autoestima e prevenção de complicações (Oliveira et al., 2021; Silva et al., 2023).

O manejo da bolsa coletora, a higiene do estoma e a proteção da pele periostomal são habilidades práticas determinantes para a qualidade de vida do paciente, e a enfermagem desempenha papel essencial no ensino dessas competências. A Teoria do Autocuidado de Orem se mostra como eixo teórico eficaz, reconhecendo que todos os indivíduos possuem potencial de cuidar de si mesmos, mas podem apresentar déficits em momentos de vulnerabilidade, como após a confecção do estoma. Nesse contexto, o enfermeiro atua em três níveis: sistema totalmente compensatório, parcialmente compensatório e sistema de apoio-educação, sendo este último o mais desejável, pois promove independência e reduz complicações físicas e emocionais (Silva, 2021).

Além das dificuldades técnicas, os aspectos psicossociais são igualmente relevantes. O isolamento social, a vergonha, a alteração na vida sexual e a fragilidade das relações familiares e conjugais são recorrentes nos estudos analisados (Mendes et al., 2020; Claudia, 2018). O suporte emocional e a atuação integrada entre enfermeiros e psicólogos são fundamentais para amenizar esses impactos, fortalecer a ressignificação da autoimagem e proporcionar estratégias de enfrentamento mais eficazes. A educação em saúde pré e pós-operatória, aliada a tecnologias e materiais instrucionais personalizados, é essencial para que o paciente compreenda o procedimento, reconheça suas limitações e desenvolva estratégias de enfrentamento, promovendo autonomia e empoderamento (Klein et al., 2021).

A reabilitação de pessoas ostomizadas depende da integração entre suporte técnico, emocional e social, com a enfermagem atuando como facilitadora da autonomia e dignidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, redução de complicações e reconstrução do senso de normalidade frente às limitações impostas pela ostomia (Grassel et al., 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Teoria do Autocuidado de Dorothea Orem é um referencial teórico de extrema relevância para o cuidado de pessoas ostomizadas. Sua aplicação permite que o enfermeiro desenvolva intervenções individualizadas e educativas que promovem autonomia, autoestima e adaptação à nova condição. O fortalecimento do autocuidado reduz complicações físicas e emocionais, melhora a qualidade de vida e favorece a

reintegração social. Assim, a teoria de Orem se consolida como base essencial para o planejamento do cuidado de enfermagem, promovendo não apenas a recuperação clínica, mas o empoderamento do paciente frente às limitações impostas pela ostomia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às instituições de ensino que proporcionaram suporte acadêmico e incentivo à pesquisa, bem como aos profissionais de enfermagem que colaboraram direta ou indiretamente para a construção deste trabalho. Manifestamos nossa gratidão especial aos docentes, colegas e orientadores que, com dedicação e partilha de conhecimento, inspiraram nossa trajetória e contribuíram para o fortalecimento da produção científica voltada à reabilitação e ao autocuidado de pessoas ostomizadas.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada em Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

[2] CASCAS, A. F. M. V.; MARTINI, J. G.; ALMEIDA, P. J. D. O impacto da ostomia no processo de viver humano. Texto & Contexto - Enfermagem, 2017.

[3] OLIVEIRA, M. A. et al. Fatores associados ao autocuidado praticado por pessoas com estomias. MEDLINE, 2021.

[4] SILVA, A. F. S.; MONTEIRO, L. C. M.; LEITÃO, I. M. T.; VASCONCELOS, M. G. L. Assistência de Enfermagem à pessoa com estomia intestinal. Revista Saúde e Desenvolvimento, 2021.

[5] GRASSEL, R. et al. Aplicabilidade da teoria de Orem na assistência aos pacientes ostomizados. MEDLINE, 2024.

[6] KLEIN, R. et al. Reflexões sobre a teoria de Orem e aplicabilidade das tecnologias educacionais para o autocuidado da pessoa com estomia intestinal. MEDLINE, 2021.

Capítulo 38

Acmella oleracea (jambu) e suas potenciais aplicações farmacológicas: uma revisão de literatura

Raimundo Nonato Guimarães da Silva[1]
Juliana da Silva Farias[2]
Anne Rebecca Caldas Santiago[3]
Thais Silva de Almeida[4]
Vanderson Gabriel Souza Torres[5]

Resumo: O *Acmella oleracea*, popularmente conhecido como **Jambu**, é uma planta nativa da Amazônia amplamente empregada na culinária regional e na medicina popular. Seu principal composto bioativo, o **espilantol**, apresenta propriedades anestésicas, analgésicas, anti-inflamatórias e antimicrobianas, incentivando o interesse científico para o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos. Estudos apontam seu potencial no alívio da dor, no tratamento de processos inflamatórios e em formulações cosméticas, além de aplicações na saúde bucal e em terapias alternativas. O objetivo do estudo reuniu evidências disponíveis sobre as propriedades farmacológicas e terapêuticas do Jambu, ressaltando assim sua relevância e potencial inovador para a pesquisa bem como a indústria.

Palavras-chave: Biodiversidade amazônica. Espilantol. Fitoterápicos. Inovação farmacêutica. Bioativos naturais.

[1] Acadêmico do curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM).Email: raimundononatog.007gmail.com
[2] Acadêmico do curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: julianasf216@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: annerebecca1304@gmail.com
[4] Professor do Ensino Superior do curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM) E-mail: vanderson.torres@fametro.edu.br
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM) E-mail: thais.dalmeida@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O interesse científico pôr plantas medicinais da Amazônia tem crescido devido à ampla diversidade de compostos bioativos com potencial terapêutico (Moura et al., 2023; Aktar et al., 2024). A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do mundo, é um ecossistema de grande relevância para a pesquisa, pois abriga uma flora rica em espécies ainda pouco exploradas. Entre essas espécies, destaca-se o *Acmella oleracea* (Jambu), uma planta reconhecida tradicionalmente por seu uso na culinária, onde causa uma sensação de formigamento e dormência, e por seus efeitos anestésicos locais na medicina popular, usados para alívio de dores de dente e outras afecções.

A relevância de estudos sobre o Jambu está diretamente relacionada tanto à valorização da biodiversidade amazônica quanto às possibilidades de inovação tecnológica na área farmacêutica. Nesse contexto, a finalidade principal é investigar as propriedades farmacológicas do *Acmella oleracea*, com ênfase nas atividades anestésicas, analgésicas e anti-inflamatórias. Além disso, busca analisar o potencial do espilantol, seu principal composto bioativo, para o desenvolvimento de novas formulações na indústria farmacêutica e cosmética, contribuindo para a valorização econômica da biodiversidade amazônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Jambu pertence à família Asteraceae e apresenta em sua composição um grupo de alcamidas, sendo o espilantol o principal responsável por seus efeitos bioativos (Spinozzi et al., 2022; Aktar et al., 2024). Estudos apontam propriedades anestésicas, analgésicas, antioxidantes e antimicrobianas, justificando seu uso popular e despertando o interesse da comunidade científica (Turcov et al., 2024; Afzal et al., 2023).. Além disso, pesquisas recentes sugerem que o Jambu pode atuar como imunomodulador da resposta inflamatória, abrindo perspectivas para aplicações na odontologia, dermatologia e na formulação de fitocosméticos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica e com objetivos exploratórios e descritivos. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma revisão de literatura, cujo propósito é reunir, analisar e discutir informações científicas sobre a espécie *Acmella oleracea* (jambu) e suas propriedades farmacológicas.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa em bancos de dados científicos como SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PUBMED, que reúnem publicações acadêmicas de relevância nacional e internacional nas áreas da saúde e ciências biológicas. Foram considerados artigos publicados em português e inglês no período compreendido entre 2014 e setembro de 2025.

Os descritores utilizados para a busca foram: *Acmella oleracea*, jambu, espilantol, propriedades farmacológicas e fitoterápicos. Foram incluídos quatro estudos que abordavam aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas da espécie. Foram excluídas publicações sem acesso ao texto completo, artigos fora do tema, resumos de eventos, revisões não sistemáticas e estudos voltados apenas para aspectos agronômicos ou culinários.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa e descritiva, buscando identificar tendências, contribuições, lacunas e potenciais aplicações farmacológicas do jambu com base na literatura selecionada.

4. RESULTADOS

Os estudos analisados apontam que *Acmella oleracea* (jambu) apresenta um amplo espectro de atividades biológicas, que incluem propriedades farmacológicas de interesse terapêutico e aplicações industriais emergentes. Entre essas atividades, destacam-se propriedades farmacológicas relevantes, como ação analgésica, anti-inflamatória, antimicrobiana, antioxidante. Tais características evidenciam a importância da espécie como recurso terapêutico natural, podendo ser utilizada no desenvolvimento de novos fitoterápicos e medicamentos de origem vegetal.

4.1. PROPRIEDADES FARMACOLÓGICAS DO JAMBU

Atividade anestésica e analgésica: O efeito anestésico local do jambu, já conhecido na medicina popular, foi confirmado em estudos científicos. A principal alkamida, o spilanthol, apresentou propriedades anestésicas e antinociceptivas, com atuação na modulação de vias inflamatórias e de transdução da dor (Spinozzi et al., 2022; Aktar et al., 2024; Turcov et al., 2024).

Atividade anti-inflamatória e antioxidante: Estudos demonstraram que o extrato de jambu possui efeito antioxidante, combatendo radicais livres, além de reduzir processos inflamatórios, o que o torna promissor no manejo de doenças crônicas inflamatórias (Turcov et al., 2024; Aktar et al., 2024).

Atividade antimicrobiana: A eficácia do extrato de jambu contra bactérias patogênicas também foi evidenciada, sugerindo seu potencial como agente antimicrobiano natural (Spinozzi et al., 2022; Afzal et al., 2023).

4.2. APLICAÇÕES NA INDÚSTRIA E PERSPECTIVAS FUTURAS

O jambu vem sendo explorado em diferentes setores. Na indústria cosmética, o spilanthol é empregado em produtos dermatológicos pelo seu efeito “botox-like”, promovendo relaxamento da musculatura facial e atenuando rugas. Na odontologia, extratos da planta são estudados para formulações de enxaguantes bucais e géis destinados ao alívio da dor.

5. DISCUSSÃO

Os achados desta revisão confirmam o potencial farmacológico do jambu, destacando o spilanthol como principal molécula bioativa responsável por suas atividades anestésica, analgésica, anti-inflamatória, antioxidante e antimicrobiana. Esses efeitos reforçam aplicações em odontologia, dermatologia e no tratamento de doenças associadas ao estresse oxidativo, além de abrir espaço para alternativas naturais a agentes antimicrobianos sintéticos. No âmbito industrial, há crescente interesse na incorporação do jambu em cosméticos e produtos terapêuticos, valorizando tanto a eficácia quanto a

biodiversidade amazônica. Estudos clínicos mais robustos são necessários para consolidar sua segurança e eficácia em humanos.

6. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o ***Acmella oleracea*** é uma planta de relevância científica e socioeconômica, com potencial terapêutico que ultrapassa o uso tradicional na culinária amazônica. O espilantol, seu principal composto, apresenta atividades farmacológicas promissoras. No entanto, o avanço do conhecimento sobre a planta ainda é um desafio. Para que o Jambu seja utilizado de forma segura e eficaz, é necessário o incentivo a pesquisas clínicas e tecnológicas, visando ao desenvolvimento de fitoterápicos, fitocosméticos e outras formulações inovadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário Fametro pelo incentivo e apoio à participação no CONCIFA, reconhecendo a importância da pesquisa científica para a formação acadêmica. Estendemos também nossa gratidão aos professores, cujo empenho, orientação e dedicação foram fundamentais para a construção deste trabalho e para o nosso desenvolvimento como futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

[1] **Spinozzi, E.; Casselli, A.; Benelli, G.; Maggi, F.; Petrelli, R.** *A Review of the Chemistry and Biological Activities of Acmella oleracea (Jambú).* **Plants**, 2022.

[2] **Turcov, D.; Trifan, A.; Puitel, A. C.; et al.** *Preliminary Studies about Valorization of Acmella oleracea Bioactive Content in Modern Dermato-Cosmetic Applications to Combat Skin Oxidative Stress.* **Int. J. Mol. Sci.**, 2024.

[3] **Aktar, M. A. et al.** *Pharmacological and phytochemical review of Acmella oleracea: a comprehensive analysis of its therapeutic potential.* **SN Applied Sciences** (Springer), 2024.

[4] **Afzal, A.; et al.** *Spilanthes acmella Extract-Based Natural Oils Loaded Formulations* (aplicações tópicas / dermatológicas), 2023.

Capítulo 39

Alterações fisiológicas no tecido muscular de peixes decorrentes do estresse no abate

Pedro Alexandre do Valle Almeida[1]
Amanda da Silva Silva[2]
Livia Franco da Silva Lima[3]
Rayanne Oliveira Marques[4]
Laynah Pimenta[5]

Resumo: O presente trabalho aborda as alterações fisiológicas no tecido muscular de peixes que sofreram estresse no abate. A escolha do tema justifica-se pela expressiva popularidade e relevância socioeconômica dos pescados no Amazonas, sendo assim tendo como objetivo principal compreender como essas modificações afetam a qualidade do produto e a população em fatores econômicos e na saúde pública. Para a execução do trabalho, houve a leitura e compreensão de artigos, projetos e pesquisas recentes envolvendo o tema, evidenciando-se que através dessas mudanças fisiológicas, a carne animal perde sua qualidade e prejudica a sociedade pela falta de interesse no produto e o risco de contaminação, podendo gerar a proliferação de doenças. Portanto, concluiu-se que através de um abate bem realizado e um bom armazenamento e cuidado com o material, é possível manter a qualidade do produto e garantir a segurança da comunidade.

Palavras-chave: Tecido Muscular. Carne. Qualidade. Saúde.

[1] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: p.alexandrevalle@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: silvaamanda69235@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: francoliviasilva@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: rayanneoliveiramarques0@gmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM), Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas – Ufam. E-mail: laynah.pimenta@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O tecido muscular é um agrupamento de células que executam atividades comuns, tendo como principais características sua relação com o movimento (voluntário e involuntário), células alongadas compostas de miofibrilas, sendo dividido em estriado esquelético, liso e cardíaco, sendo o primeiro o mais presente dentro da alimentação, devido sua maior disponibilidade de arcabouço e fatores econômicos (Braccini *et al*, 2021).

No caso dos pescados, há uma série de fatores que estão ligados na alteração qualitativa, indo desde o manejo até o abate. Tais etapas realizadas de forma inadequada podem gerar alterações que afetarão a qualidade da carne. Parte do problema está atrelado ao estresse em que esses animais estão submetidos no sistema produtivo, sendo nocivo à saúde e bem-estar deles. Ademais, através da glicólise (gerada pelo estresse) será liberado ácido láctico que altera pH, podendo gerar o *rigor mortis que* irá alterar a carne em fatores como cor, odor, sabor, aroma, além da ação autolítica das enzimas musculares e microrganismos (Bueno, Silva, Goes, 2023)

Assim, visto que segundo a Associação Brasileira de Piscicultura (PeixeBr) o Brasil atingiu cerca de 968 mil toneladas em produção de peixes de cultivo em 2024 (PEIXE BR, 2025) e os pescados serem um alimento nutritivo típico e culturalmente popular dentro do Amazonas, o presente trabalho foi feito para compreender os fatores que podem gerar alterações na qualidade do produto consumido pela população e sua relação com a saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. IMPORTÂNCIA DOS PESCADOS NO AMAZONAS

Primordialmente, é crucial compreender a importância dos pescados no contexto Amazonense. Segundo Baptista et al (2022) em uma pesquisa apresentada ao Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia, onde foram levantados dados sobre o consumo de peixes através de um formulário digital nas cidades de Itacoatiara, Manacapuru e Manaus, mostrou que todos os que responderam eram consumidores independentemente da idade (18 a 60 anos), sendo os mais consumidos o tambaqui e pirarucu, seguidos do pacu e jaraqui. Assim, evidenciando que os pescados fazem parte da identidade cultural amazonense, devido à forte herança tradicional adventa dos povos originários brasileiros, onde seus saberes e práticas envolvendo os pescados foram transmitidos até a contemporaneidade.

2.2. CARACTERÍSTICAS DA CARNE E OS EFEITOS DO ESTRESSE

Em relação ao seu tecido muscular, os pescados são similares aos mamíferos, mas, apresentam fibras musculares menores (Oliveira, 2022) e pode apresentar dois tipos de coloração (clara ou escura), que é determinada pela presença de mioglobina que muda de acordo com questões bioquímicas (Bueno, Silva, Goes, 2023).

A carne é composta de principalmente tecido muscular, tecido conjuntivo, tecido nervoso e tecido epitelial, sendo esse um dos fatores determinantes para a qualidade do produto, como sua maciez e sabor, onde alguma alteração pode gerar a desvalorização, afetando a comunidade, além de questões como: espécie, idade, região de captura, época e estado fisiológico (Oliveira, 2022).

Assim, parte das alterações sofridas por esses animais estão associadas ao estresse sofrido durante o processo produtivo, como no abate. Este procedimento deve ser realizado de forma humanitária, sendo prezado o bem-estar animal, evitando dor para que a carne não seja afetada. Assim, é fundamental que o animal seja insensibilizado, sendo recomendado métodos de perda de sensibilidade rápidos, pois os lentos podem gerar uma perda da qualidade (Oliveira, 2022).

Portanto, insensibilização e abate bem-sucedidos garantem a qualidade do produto, por não ocorrer liberação hormonal (cortisol, adrenalina e noradrenalina) que geram um maior consumo de glicogênio, consequentemente uma alteração no pH que poderá afetar o aspecto da carne pelo *rigor mortis* (Bueno, Silva, Goes, 2023). Por isso, antes de abater é preciso verificar se ele ainda está consciente, através de sinais como: movimentação dos olhos, movimento rítmico do opérculo e principalmente o esforço para ficar na vertical ou em equilíbrio (Oliveira, 2022), pois essa movimentação pode lesioná-lo, deixando vermelhidão e hemorragias. Por isso, os métodos mais recomendados são: choque elétrico, golpe letal na cabeça (com insensibilização) e secção de medula (Oliveira, 2022).

2.3. SAÚDE PÚBLICA

Desse modo, deve-se ressaltar que, em 2024 no Amazonas foram produzidas 15.300 toneladas de peixes (PEIXE BR, 2025). Logo, é necessário compreender que há ações envolvendo a segurança do produto, como: armazenamento correto do material para que não haja riscos da contaminação (Infestação de vermes, contaminação por bactérias, contato com coliformes fecais), logo, o ideal é mantê-lo em um local com temperatura, ventilação e umidade adequados (Oliveira, 2022), pois tais situações podem afetar a saúde da população, através da proliferação de doenças. Portanto, o cuidado com a qualidade do produto vai além de uma questão de mercado e economia, mas também de preservar a saúde pública.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa estendida sobre alterações no tecido muscular de peixes que sofreram estresse durante o abate, como isso afeta a qualidade do produto e sua relação com a saúde pública. Para a realização houve a leitura e análise de artigos, projetos e pesquisas feitas durante o período de 2021 até 2025 envolvendo o tema, para que ocorresse a obtenção de informações mais recentes e concretas para o projeto.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que as alterações fisiológicas no tecido muscular de peixes que sofrem estresse no abate podem prejudicar a qualidade do alimento que será desfrutado pela população, ocorrendo menor aceitação do consumidor, gerando impactos econômicos, devido a relevância dos pescados no Amazonas. Ademais, há o risco de contaminação do material caso ele não seja armazenado corretamente após o abate, proliferando doenças.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, conclui-se que o estresse sofrido por esses animais no abate gera alterações em seu tecido muscular, afetando maciez, sabor, suculência, coloração, odor, fazendo com que a qualidade do produto seja perdida, consequentemente levando ao menor consumo. Ademais, há erros no armazenamento e preservação do material, podendo desencadear a proliferação de doenças, gerando o mal estar social. Portanto, é preciso que haja conhecimento sobre os cuidados corretos de abate e como preservar o alimento, para que o animal e comunidade preservem sua integridade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a FAMETRO pela oportunidade de desenvolver esse projeto, à professora Laynah por orientar-me em sua elaboração e à minhas colegas por me ajudarem a realizá-lo.

REFERÊNCIAS

[1] **BUENO, Gabriela Cristina Ferreira; SILVA, Maria Ildilene da; GOES, Elenice Souza dos Reis**. Manejo pré-abate e qualidade da carne de peixes: uma revisão. Ciência e Tecnologia do Pescado, vol. 2, ano 2023, p. 1-19. Editora Científica. ISBN 978-65-5360-496-4. Disponível em:https://share.google/f7ES3fWb3zO1zfucb. Acesso em: 19 Set 2025

[2] **OLIVEIRA, Aline Medeiros.** Pré abate e abate de peixes: aspectos de bem-estar animal. 2022. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em:https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37114. Acesso em: 19 Set 2025.

[3] **BRACCINI *et al***. Tipos de fibras musculares, identificação, características e qualidade da carne. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 21180-21190, mar. 2021. Disponível em: https://share.google/ARWfuW5sBEb2iUnD0. Acesso em: 19 Set 2025

[4] **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PISCICULTURA**. Anuário Brasileiro da Piscicultura Peixe BR 2025. São Paulo: Peixe BR, 2025. Disponível em: https://share.google/yxn3CYCxJ9Dz2mOV2. Acesso em: 19 Set 2025.

[5] **BAPTISTA *et al.*** Consumo de pescado na região metropolitana de Manaus-AM, Brasil: subsídio para criação de peixes. 2022. Disponível em: https://share.google/yxn3CYCxJ9Dz2mOV2. Acesso em: 19 Set 2025

Capítulo 40

Análise de dados e inteligência de negócios no empreendedorismo contábil

Ingredy Raina da Silva Ramalho[1]
Eduardo Frazao Mota[2]
Zuila Paulino Cavalcante[3]

Resumo: A transformação digital tem impactado profundamente a contabilidade, redefinindo seu papel no ambiente empresarial e ampliando suas fronteiras para além do registro de transações. Delimitando-se à análise da aplicação de ferramentas de análise de dados e inteligência de negócios no fortalecimento do empreendedorismo contábil, este estudo tem como objetivo compreender como esses recursos promovem inovação, eficiência e suporte à tomada de decisões estratégicas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa de estudos recentes sobre o tema, buscando identificar benefícios e desafios da adoção tecnológica no contexto contábil, e intrinsecamente, os possíveis obstáculos para a adoção destas tecnologias. Os resultados indicam que essas ferramentas aumentam a eficiência operacional, melhoram a confiabilidade das informações e ampliam o papel consultivo do contador. Há que se ponderar que contadores podem demorar a se adequar às tecnologias e que há necessidade de contínua capacitação. Conclui-se que a integração entre contabilidade e tecnologia fortalece o empreendedorismo contábil e consolida o profissional como agente estratégico nas organizações.

Palavras-chave: Contabilidade. empreendedorismo. business intelligence. data analytics. transformação digital.

[1] Acadêmico (a) de ciências contábeis da FAMETRO. Email: ingredyrania@icloud.com
[2] Acadêmico (a) de ciências contábeis da FAMETRO. Email: eud.fm002@gmail.com
[3] Professor (a) orientadora da FAMETRO. Email: zuila.cavalcante@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A transformação digital impacta fortemente a contabilidade, promovendo mudanças na forma como profissionais lidam com informações financeiras e operacionais. O contador deixou de ser apenas executor de obrigações legais e passou a atuar como agente estratégico nas organizações. Nesse cenário, ferramentas de Business Intelligence (BI) e Data Analytics se tornam essenciais para apoiar decisões, otimizar processos e gerar valor para clientes e empresas.

O objetivo do estudo é investigar como essas ferramentas podem potencializar o empreendedorismo contábil. A contabilidade tradicional, antes centrada no registro de transações e no cumprimento de obrigações legais, passou a desempenhar um papel estratégico dentro das organizações. O uso eficiente de dados permite que escritórios contábeis otimizem processos, melhorem a eficiência operacional e ofereçam insights valiosos para a tomada de decisões. Com isso, o profissional contábil moderno precisa desenvolver competências analíticas e tecnológicas, assumindo papel ativo na inovação e no crescimento dos negócios.

A relevância da pesquisa está na necessidade de compreender como essas ferramentas podem ser utilizadas para melhorar a atuação dos escritórios contábeis em um contexto cada vez mais competitivo e dinâmico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A transformação digital revolucionou a contabilidade, substituindo os antigos registros físicos por sistemas eletrônicos e automatizados. Com as inúmeras mudanças ao longo do tempo, o contador passou a assumir um papel mais analítico, em relação as rotinas fiscais e contábeis, sendo assim necessário a constante evolução por parte do profissional. O contador moderno precisa atuar como orientador, fornecendo relatórios confiáveis, análises interpretativas e apoio estratégico aos empresários (SILVA, 2003; SILVA J. R. et al., 2008).

Entretanto, a implementação dessas tecnologias enfrenta desafios significativos, como a resistência cultural de profissionais habituados a métodos tradicionais, a falta de capacitação e os custos de adaptação. Segundo Pimentel (2023), a transformação digital na contabilidade traz consigo uma série de desafios e oportunidades para os profissionais contábeis e as organizações do setor.

A informatização das rotinas contábeis tornou os processos mais ágeis, seguros e sustentáveis, permitindo ao contador dedicar-se a análises estratégicas. Um dos avanços mais significativos ocorreu na conciliação de documentos financeiros, antes manual e demorada.

a) O Power BI destaca-se como ferramenta essencial para automatizar e visualizar informações contábeis. Ele integra dados de diferentes fontes, gerando painéis interativos e relatórios dinâmicos que facilitam atividades diárias como conciliações bancárias, auditorias internas, apurações de impostos e provisões contábeis. Com isso, reduz o retrabalho, aumenta a precisão e melhora a eficiência nos processos de controladoria e gestão financeira.

b) O Data Analytics, por sua vez, amplia a capacidade de análise ao aplicar técnicas estatísticas e preditivas que permitem identificar padrões, prever cenários e detectar inconsistências. Essa tecnologia torna mais ágeis e confiáveis as auditorias,

apurações tributárias e análises de desempenho, contribuindo para decisões estratégicas baseadas em evidências e fortalecendo o papel do contador como agente de inovação e inteligência de negócios.

Segundo Correa (2022), o mercado atual exige do contador mais do que a execução de obrigações legais: demanda análises estratégicas e visão de negócios, o que reforça a importância da adoção dessas ferramentas. Dessa forma, o contador ganha mais tempo para atividades estratégicas e consultivas, fortalecendo sua atuação na tomada de decisões empresariais e na geração de valor para o negócio.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Foi utilizada revisão bibliográfica em artigos científicos, livros e publicações acadêmicas relevantes. Os critérios de inclusão priorizaram estudos recentes sobre transformação digital, BI e Data Analytics aplicados à contabilidade. A análise foi feita de forma interpretativa, identificando padrões e tendências.

Foram consultadas bases de dados como Google acadêmico, a pesquisa foi feita por critérios de inclusão considerando artigos revisados, livros acadêmicos e trabalhos de reconhecida relevância. Já os critérios de exclusão abrangeram estudos duplicados, resumos sem acesso ao texto completo e publicações sem rigor científico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A transformação digital melhorou a contabilidade, tornando os processos mais ágeis, precisos e estratégicos, e fortalecendo o papel do contador como analista e consultor de negócios.

O uso da ferramenta Power BI em escritórios de contabilidade na região de Crateús – Ceará mostrou que dashboards interativos e gráficos dinâmicos aceleram a interpretação dos dados financeiros, proporcionando agilidade e clareza na análise contábil e fortalecendo a tomada de decisão estratégica. (Silva, 2024)

O Power BI melhorou as rotinas contábeis ao integrar dados de diferentes fontes e gerar painéis interativos e relatórios dinâmicos, tornando análises mais rápidas, precisas e confiáveis.

Na análise de demonstrações financeiras e outros relatórios contábeis, as novas tecnologias de Business Intelligence e Data Analytics permitem o tratamento de grandes volumes de dados, automatização de tarefas repetitivas e geração de informações confiáveis que sustentam decisões empresariais estratégicas. (Dias, 2024)

O Data Analytics melhorou a interpretação de grandes volumes de dados, beneficiando conciliações financeiras, relatórios tributários, provisões de impostos e auditorias, aumentando a eficiência e liberando o contador para funções estratégicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender como a análise de dados e a inteligência de negócios podem fortalecer o empreendedorismo contábil. Com base na literatura consultada, constatou-se que ferramentas como o Power BI e o Data Analytics oferecem

contribuições relevantes, ampliando o papel do contador de mero executor de obrigações legais para parceiro estratégico na tomada de decisões.

Verificou-se que a adoção dessas tecnologias traz benefícios como maior eficiência, inovação nos processos e geração de informações confiáveis para gestores e empreendedores. Ainda assim, persistem desafios principalmente relacionados à capacitação profissional e à mudança de mentalidade dentro dos escritórios de contabilidade.

Conclui-se que a transformação digital não substitui o contador; ao contrário, exige atualização constante, postura analítica e visão empreendedora. A contabilidade orientada por dados fortalece seu papel estratégico e torna-se essencial para a sustentabilidade e crescimento das organizações.

REFERÊNCIAS

[1] **CORRÊA, C.** Transformação digital e inovação na contabilidade: desafios e perspectivas. *Revista de Gestão e Negócios Digitais*, v. 8, n. 1, p. 55-72, 2022.

[2] **PIMENTEL, I. N.** Vantagens e desafios da contabilidade digital no cenário atual: uma revisão bibliográfica. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

[3] **SILVA, A. C.** Contabilidade e inovação tecnológica: novos rumos para a profissão. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 32, n. 140, p. 25-38, 2003.

[4] **DIAS, L.** *Business Intelligence e Data Analytics na análise contábil e financeira.* Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2024.

[5] **SILVA, M.** *O uso da ferramenta Power BI em escritórios de contabilidade na região de Crateús – Ceará.* Revista PsiPro, Crateús, v. 2, n. 1, p. 1–10, 2024.

[6] **SILVA, J. R. et al.** A transformação da contabilidade no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 5, n. 9, p. 67-84, 2008.

Capítulo 41

Avaliação farmacoterapêutica de idosos polifármacia no Abrigo FAIC

Eduardo Martins[1]
Alex Cordeiro[1]
Susy Christine Goes de Melo Martins[2]
Railane Maria da Silva Pinto[1]

Resumo: O objetivo deste estudo é descrever e analisar o controle de qualidade e a utilização de medicamentos por 20 idosos que residem em um lar de idosos de longa permanência e que não possuem condições financeiras em Manaus-AM, Brasil, onde foi investigado por meio de um questionário adaptado criado pelo orientador da turma na atividade de extensão, Eduardo Martins. A metodologia utilizada foi através de formulários com os mesmos questionários em cada um afim de avaliar os medicamentos, se possuem doenças crônicas, qual a posologia dos medicamentos, se pode ocorrer interação medicamentosa e como está adesão do idoso à medicação.

Palavras-chave: Medicamentos. Medicação. Comorbidade. Interação medicamentosa. Idosos.

[1] Acadêmicos de Farmácia do 6º período noturno do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: beatriz.menezes826@hotmail.com
[2] Professora Susy Melo Martins do Ensino Superior do curso de Farmácia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), E-mail: susy.christine@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão do curso de Farmácia da Universidade Fametro Cachoeirinha, tem como objetivo promover ações interdisciplinares com enfoque na qualidade de vida e cuidado dos idosos que moram e são atendidos no abrigo Fraternidade Amigos Irmãos da Caridade (FAIC). As atividades são desenvolvidas junto aos idosos, que colocadas em práticas visam possibilitar as interações entre acadêmicos, docentes, e ao mesmo tempo aos profissionais de saúde que trabalham no abrigo.

De acordo com a professora Ma. Susy Martins, as interações nos levam as informações sobre a importância da Otimização da Farmacoterapia, da Atenção e Assistência Farmacêutica no local. O projeto pretende capacitar os cuidadores levando informações sobre a importância dos cuidados durante a dispensação, do uso e armazenamento correto dos medicamentos e auxiliar na organização dos medicamentos de cada paciente em ordem alfabética em lugares específicos para minimizar trocas e erros dos mesmos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento humano é um processo geneticamente determinado, caracterizado por sua natureza dinâmica, progressiva e irreversível, resultando em um declínio das habilidades funcionais e cognitivas. As alterações na fisiologia do corpo dos idosos elevam o risco de automedicação. Além disso, a polifarmácia é comum entre essa população, uma vez que muitos enfrentam múltiplas condições de saúde.

Para minimizar a ocorrência de reações adversas a medicamentos em idosos deve ser considerada a relação risco e benefício de cada medicamento. Neste sentido, determinados fármacos são classificados como potencialmente inapropriados para uso em idosos, quando o risco de provocarem eventos adversos excede o benefício esperado para o paciente ou quando uma alternativa mais segura, mais bem tolerada ou mais eficaz está disponível. (Moreira et al., 2020).

O farmacêutico tem aprimorado suas competências no atendimento à população idosa, focando na prevenção de problemas relacionados ao uso de medicamentos. Isso envolve simplificar regimes terapêuticos, evitar a duplicação desnecessária de medicamentos, gerenciar interações entre os fármacos prescritos e minimizar reações adversas durante o tratamento.

Assim, por meio dessas ações, o farmacêutico consegue oferecer um tratamento medicamentoso que seja tanto eficaz quanto seguro para os pacientes mais velhos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A avaliação dos fármacos que os idosos utilizam em seu dia a dia, na coleta de dados dos tipos de medicamentos, com auxílio dos cuidadores e profissionais de saúde do Abrigo. Foi elaborado um questionário com 19 questões objetivas e uma questão discursiva, as questões objetivas são divididas em 3 (três) seções: Seção I – Avaliação da Atenção Básica Farmacêutica (12 perguntas), Seção II – Avaliação Específica para Diabetes e Hipertensão (7 perguntas) e Seção III – Identificação de possíveis interações medicamentosas (1 questão discursiva). A Seção I visa avaliar se os princípios da atenção básica farmacêutica estão sendo aplicados no processo de prescrição e dispensação dos medicamentos e é composta por 12 (doze) perguntas. A Seção II visa identificar e fazer

uma avaliação para os idosos que possuem diabetes e hipertensão. A Seção III visa identificar potenciais interações medicamentosas significativas entre os medicamentos utilizados pelo idoso. Em cada seção possui tópicos específicos para identificar as informações necessárias para saber a situação medicamentosa de cada idoso avaliado. Na Seção I existem 5 tópicos: Tópico 1: Individualização da prescrição - A prescrição considera as características individuais do paciente (idade, comorbidades, função hepática/renal, alergias)? -Existem registros dessas informações no prontuário? Tópico 2: Clareza e Legibilidade da prescrição - O nome do medicamento (princípio ativo e nome comercial, se aplicável) está legível? -A dose, a via de administração, a frequência e a duração do tratamento estão claramente especificadas? -As orientações sobre o uso do medicamento (horário, relação com alimentos, etc.) estão presentes e claras? Tópico 3: Acesso a informações sobre medicamentos - Há informações disponíveis (para a equipe de saúde e, quando apropriado, para o paciente/cuidador) sobre os medicamentos prescritos (indicações, contraindicações, reações adversas)? - Essas informações são atualizadas? Tópico 4: Comunicação entre Prescritor, Farmacêutico e Equipe de enfermagem - Há evidências de comunicação efetiva entre os profissionais envolvidos no cuidado farmacêutico do paciente? -As dúvidas e os problemas relacionados à medicação são discutidos e resolvidos de forma colaborativa? Tópico 5: Monitoramento da Terapia Farmacológica -Estão definidos os parâmetros clínicos e laboratoriais a serem monitorados para avaliar a eficácia e a segurança dos medicamentos para diabetes e hipertensão? -Há registros desse monitoramento no prontuário? -Os resultados do monitoramento são utilizados para ajustar a terapia, quando necessário?

Na Seção II existem 2 (dois) tópicos:

1. Diabetes

- A escolha do antidiabético oral ou insulina considera o tipo de diabetes, o controle glicêmico atual, as comorbidades e as preferências do paciente?
- A dose do antidiabético ou insulina está ajustada para o controle glicêmico adequado (considerando metas individualizadas)?
- Há prescrição de orientações sobre dieta, atividade física e automonitorização glicêmica (quando explicável)?
- Há prescrição de medicamentos para o manejo de complicações do diabetes (neuropatia, nefropatia, retinopatia), se presentes?

2. Hipertensão

- A escolha do anti-hipertensivo considera o estágio da hipertensão, as comorbidades (diabetes, doença renal, etc.) e as diretrizes clínicas?
- A dose do anti-hipertensivo está ajustada para atingir as metas pressóricas individualizadas?
- Há prescrição de orientações sobre modificações no estilo de vida (dieta hipossódica, atividade física)?

Seção III:

1. Análise de interação medicamentosa

- A prescrição atual do paciente para diabetes e hipertensão inclui outros medicamentos (prescritos ou venda livre?) Quais?

Para essa pesquisa, os acadêmicos de Farmácia fizeram entrevistas com os idosos com a idade entre 65 até 83 anos com a ajuda dos questionários com os enfermeiros cuidadores para saber as informações relacionadas aos medicamentos que eles tomam e seu estilo de vida dentro do Abrigo, alguns idosos sabiam responder a essas informações e outros precisavam de ajuda para responder a esses questionários com o auxílio dos cuidadores presentes no local.

Os dados foram analisados com técnicas qualitativas do conteúdo, sendo apresentado os resultados dos pontos mais importantes envolvendo a atuação do farmacêutico como profissional de saúde que deve orientar os usuários e esclarecer a população quanto ao uso abusivo dessa droga, e garantir o cumprimento das normas sanitárias relacionadas ao uso deste medicamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No último século, os medicamentos têm se tornado bens sociais de enorme importância para a raça humana em geral, trazendo melhora na qualidade de vida e aumento da expectativa de vida dos indivíduos. Podem ser vistos como um recurso fundamental para a maioria das estratégias terapêuticas. (Bertoldl et al., 2016). A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que mais de 50% dos medicamentos são prescritos ou fornecidos de maneira inadequada, e que metade dos pacientes utiliza esses medicamentos de forma incorreta (OMS, 2006). Entre os fatores que contribuem para essa situação, a falta de adesão ao tratamento farmacológico pode causar sérios prejuízos à saúde dos idosos, interferindo no manejo de doenças já existentes e, consequentemente, levando ao agravamento dessas condições. Outros elementos que podem influenciar o uso inadequado de medicamentos incluem: condições socioeconômicas desfavoráveis, baixo nível de alfabetização, escassa interação com profissionais de saúde, doenças neurológicas que afetam a cognição e a memória, além de limitações físicas e doenças crônicas (Andrade et al., 2019). No Brasil, observa-se que os idosos fazem uso de uma quantidade significativa de medicamentos, muitas vezes além do que seria necessário para o tratamento clínico. Essa situação é influenciada por percepções sociais que associam saúde ao uso de medicamentos, o que contribui para o aumento do consumo de fármacos entre essa população (Costa et al., 2020). A farmacoterapia em idosos revela uma relação entre a condição de saúde e o indivíduo, evidenciando o uso de polifarmácia, que resulta em um aumento na média de medicamentos por idoso. Além disso, a idade é frequentemente identificada como um fator principal para o aumento do uso de medicamentos. A polifarmácia, em particular, tende a se intensificar com o avanço da idade, especialmente em casos de multimorbidades, o que afeta a aceitação de tratamentos farmacoterapêuticos (Procópio et al., 2021). Pesquisas que investigam o uso de medicamentos entre idosos são fundamentais para a formulação de estratégias de educação e prevenção de danos à saúde dessa população (Andrade et al., 2019). Elaborou-se então 7 gráficos para que fosse possível explicar o resultado, com o propósito de apresentar de forma objetiva as principais informações coletadas dos pacientes referentes a temática em estudo, bem como propiciar uma melhor compreensão acerca da discussão dos resultados encontrados da presente pesquisa. Dentre os resultados encontrados, foi possível verificar no Gráfico 1 (Seção I – Individualização da Prescrição),

que existe apenas 5 idosos que possuem apenas uma opção do Tópico 1 da Seção 2, e 12 idosos possuem todas as opções informadas no Tópico 1, conforme o gráfico:

Figura 1. Seção I: Avaliação da atenção básica farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

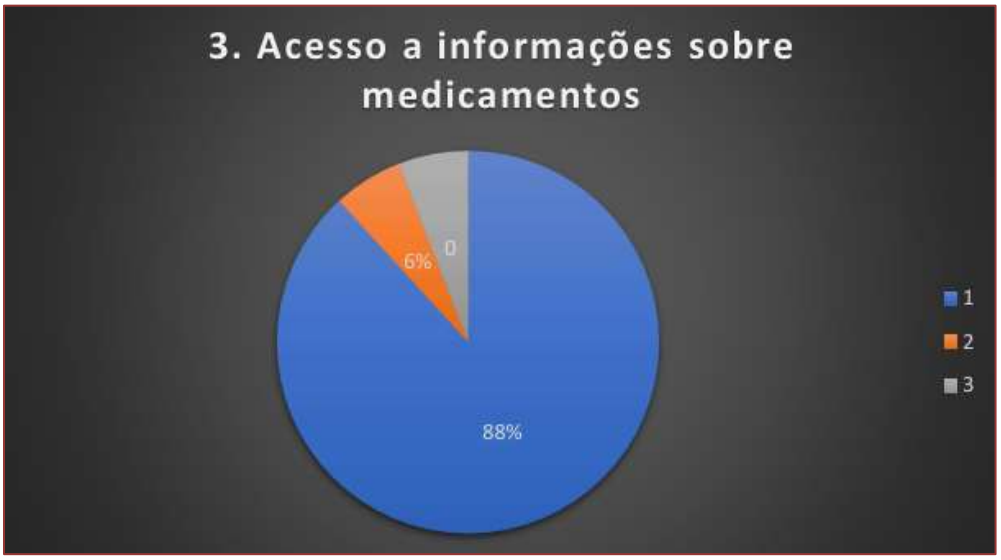
Figura 2. Seção I: Avaliação da Atenção Farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

Os resultados encontrados no Gráfico 2 mostram que: (1) onze idosos tem todas as opções do tópico 2; três idosos (2) tem apenas 2 opções que podem ser informadas e três idosos (3) possuem apenas 1 opção informada.

Figura 3. Seção I: Avaliação da Atenção Farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 3, apenas quinze idosos possuem tem 2 opções marcadas do Tópico 3; dois idosos tem apenas uma opção marcada; e um idoso tem apenas uma opção idoso não tem nenhuma informação.

Figura 4. Seção I: Avaliação da Atenção Básica Farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 4, doze idosos (1) têm duas opções do Tópico 4 marcadas; dois idosos (2) têm apenas uma opção marcada; e três idosos (3) não têm nenhuma.

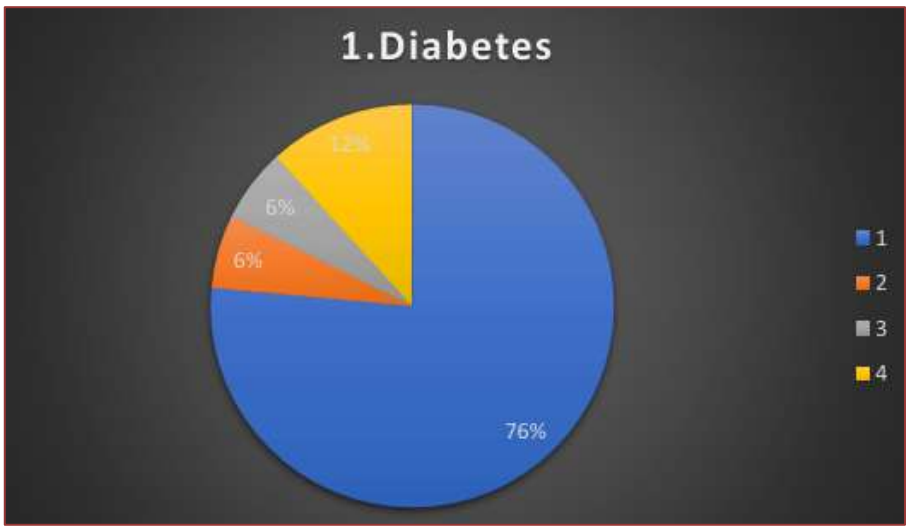
Figura 5. Seção I: Avaliação da Atenção Básica Farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 5, seis idosos (1) possuem as 3 opções do Tópico 5; oitos idosos (2) não têm nenhuma opção; e três idosos (3) têm apenas uma opção marcada.

Figura 6. Seção I: Avaliação da Atenção Básica Farmacêutica



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 1 da Seção II, treze idosos (1) não possuem nenhuma opção do Tópico 1; um idoso (2) tem apenas duas opções; um idoso (3) têm três opções marcadas; e dois idosos (4) têm três opções marcadas.

Figura 7. Seção II: Avaliação específica para diabetes e hipertensão



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 2, sete idosos (1) não possuem nenhuma opção no Tópico 2 da Seção II; três idosos (2) possuem as três opções; cinco idosos (3) possuem apenas 2 opções marcadas; e dois idosos (4) possuem uma opção.

Figura 8. Seção III (Identificação de possíveis interações medicamentosas).



Fonte: autoria própria (2025)

No Gráfico 1 da Seção III, podemos identificar a quantidade de idosos que possuem ou não comorbidades, quantos são diabéticos, hipertensos ou possuem as duas comorbidades ao mesmo tempo. Em relação as interações medicamentosas, treze idosos

tomam mais de um medicamento, geralmente para hipertensão, diabetes, antidepressivos e ansiolíticos ao mesmo tempo. E apenas quatro idosos tomam apenas uma medicação, sem possuir o risco de interação medicamentosa.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento humano é um fato geneticamente traçado, que acontece de maneira dinâmica, progressiva é irreversível, levando à diminuição das habilidades funcionais e cognitivas. Porém, as modificações fisiológicas resultantes da evolução do envelhecimento são modificáveis de indivíduo para indivíduo, aumentando particularidades de natureza genético biológicas, sócio-históricas e psicológicas. (Feitosa et al., 2021). As alterações na fisiologia corporal do idoso eleva o risco de automedicação. Nessa faixa etária, ocorre diminuição do fluxo sanguíneo e da atividade das enzimas hepáticas, diminuição da produção de suco gástrico e da taxa de esvaziamento gástrico, aumento do tecido adiposo total, perda do conteúdo total de água e da quantidade de proteínas plasmáticas e lavagem renal. A prática da Atenção Farmacêutica está baseada na interação entre pacientes, familiares, profissionais de saúde e outros farmacêuticos. Esta interação social tem sido vista como a maior indutora da satisfação do paciente em relação aos serviços de saúde e ao desenvolvimento de um tratamento medicamento eficaz.

Além disso, as informações de cada paciente como as doenças existentes, os horários de administração dos medicamentos, os possíveis efeitos adversos e a alimentação, são cruciais para o desenvolvimento de atividades lúdicas que correspondem a capacidade de cada um e promover interações entre eles.

A intenção, de acordo com a instituição de ensino dos acadêmicos de Farmácia, é que o projeto de extensão direcione caminhos e proporcione conhecimentos para os mesmos, no que se refere a importância da intervenção farmacêutica e os impactos que podem causar, tanto para os acadêmicos quanto para o abrigo e os idosos. A intervenção é importante para elaborar planos de cuidados e adesão aos tratamentos.

Evidencia-se, assim a importância da realização de atividades de educação em saúde à população idosa, e que no ato de cuidar do ser idoso e entender o seu funcionamento farmacoterápico é importante para entender a promoção, manutenção e recuperação da saúde. Com isso, acredita-se que ao valorizar as trocas interpessoais permeadas pelo diálogo e avaliação clínica, ressaltando a importância de superar lacunas existentes nas práticas educativas de saúde tradicionais, e favorecer uma assistência e atenção farmacêutica qualificada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Professores Eduardo Martins, Alex Cordeiro, Susy Melo Martins e Railane Maria Pinto, pela sua paciência, orientação e incentivo ao longo do processo de pesquisa e projeto de extensão.

Agradecemos também a todos os acadêmicos e colegas de classe pela troca de ideias e apoio durante as diversas etapas do trabalho.

Agradecemos também pelo Abrigo FAIC por ter cedido a instituição filantrópica para fazer parte do projeto de pesquisa para essa análise da polifarmácia dos idosos.

REFERÊNCIAS

[1] NÓBREGA, OTÁVIO et al. A terapia medicamentosa no idoso: cuidados na medicação. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/cYRhV9MgB6KrVxZqxbbMbjb/. Acesso em: 09 mai. 2025.

[2] OLIVEIRA, MIRNA et al. Uso de medicamentos por idosos de instituições de longa permanência, Brasília-DF, Brasil. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/b9LdvZK8R4gLKqh4zjyFkXg/?lang=pt. Acesso em: 09 mai. 2025.

[3] SILVIA, REGIANE et al. Análise do perfil de utilização de medicamentos por idosos atendidos em uma unidade de saúde da família na região sul do Tocantins. 2023. Disponível em: Research, Society and Development, v. 12, n. 5, e27612541864, 2023(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i5.41864. Acesso em: 09 mai. 2025.

Capítulo 42

Marketing cultural e transformação social: o caso Norte Grime Sesh em Manaus

Joely Paixão Vasconcelos[1]
Letícia Amazonas de Vasconcelos[2]
Tássia Patricia Silva do Nascimento[3]

Resumo: O presente estudo analisa o marketing cultural como ferramenta de transformação social, tomando como estudo de caso o projeto Norte Grime Sesh, iniciativa independente da cidade de Manaus. O trabalho delimita-se à investigação de como campanhas culturais podem fortalecer identidades periféricas, promover pertencimento e ressignificar o papel do marketing na sociedade. O objetivo geral é compreender de que forma o marketing cultural pode contribuir para a valorização da cultura local e para a democratização do acesso à arte. A metodologia é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica e estudo de campo sobre a atuação do coletivo. Os resultados demonstram que o marketing cultural possui potencial para gerar consciência social e legitimar expressões culturais periféricas. Conclui-se que a arte, quando aliada a estratégias comunicacionais éticas, pode atuar como instrumento de resistência e inclusão social.

Palavras-chave: Marketing cultural. Cultura periférica. Transformação social. Identidade. Inclusão.

[1] Acadêmica do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: joelypaixao3000@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: lvasconcellos632@gmail.com
[3] Professora Orientadora do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: tassia.nascimento@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O marketing, tradicionalmente associado à lógica de consumo, vem ampliando seu escopo ao incorporar valores sociais e culturais em suas práticas. O marketing cultural, nesse contexto, apresenta-se como uma estratégia capaz de promover a valorização da cultura e de fomentar transformações sociais por meio da arte e da comunicação. Em Manaus, o projeto Norte Grime Sesh exemplifica essa prática ao unir música, resistência e identidade periférica. Mais do que um evento musical, o coletivo atua como espaço de encontro e expressão, utilizando estratégias de marketing cultural para dar visibilidade a artistas locais e fortalecer o sentimento de pertencimento nas comunidades. Assim, este trabalho busca compreender como o marketing cultural pode ser utilizado como ferramenta de transformação social e de fortalecimento das identidades culturais na periferia de Manaus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. MARKETING CULTURAL

O conceito de marketing evoluiu ao longo das décadas, passando de uma abordagem centrada na maximização do consumo para uma visão que reconhece seu impacto social. Kotler e Zaltman (1971, p. 20) introduziram o conceito de marketing social, enfatizando o uso das técnicas mercadológicas para promover mudanças de comportamento benéficas à sociedade. Posteriormente, Kotler e Keller (2012, p. 99) destacaram o marketing societal, que busca equilibrar o lucro organizacional, a satisfação do consumidor e o bem-estar social.

Dentro dessa evolução, o marketing cultural surge como campo estratégico voltado à valorização das manifestações artísticas e à democratização do acesso à cultura. Autores como Reis (2008, p.31) e Canclini (2008, p. 100) defendem que o marketing cultural deve ser compreendido não apenas como patrocínio, mas como prática transformadora, capaz de fortalecer identidades coletivas e promover diversidade. No Brasil, projetos culturais independentes, como o Norte Grime Sesh, têm desempenhado papel fundamental na ocupação simbólica da cidade e na visibilização de vozes periféricas. Conforme Bourdieu (1989, p. 65) e Hall (2006, p. 321), a cultura é um campo de disputa simbólica e construção de identidades, sendo, portanto, uma poderosa ferramenta de transformação social.

2.2. PROJETOS CULTURAIS INDEPENDENTES E PERIFERIA

Os projetos culturais independentes têm desempenhado papel fundamental na democratização da cultura, especialmente em contextos periféricos. Ao nascerem fora das instituições tradicionais, como grandes centros culturais ou políticas públicas centralizadas, essas iniciativas se configuram como espaços de resistência e afirmação identitária. A arte produzida nesses territórios não se limita à estética, mas assume caráter político e social, trazendo à tona vivências historicamente invisibilizadas e questionando estruturas de exclusão.

No Brasil, Heloísa Buarque de Hollanda (2018) tem discutido a relevância da chamada “cultura marginal” como campo fértil de produção simbólica que rompe fronteiras e legitima novas vozes. Para a autora, a periferia deve ser vista não como espaço de carência, mas como polo criativo, capaz de gerar linguagens e estéticas próprias. Essa perspectiva dialoga com Hermano Vianna (2005), que, em seus estudos sobre a música

popular urbana, mostra como manifestações culturais periféricas se expandem para além de seus territórios de origem, transformando-se em expressões de identidade coletiva.

Estudos recentes reforçam esse entendimento ao mostrar como projetos culturais independentes contribuem para a ocupação dos espaços urbanos e para a formação de laços comunitários. Segundo Rodrigues e Almeida (2021), as iniciativas culturais das periferias permitem a reapropriação simbólica da cidade, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de formação e profissionalização para jovens artistas. De forma semelhante, Lima (2019) argumenta que o fortalecimento desses projetos possibilita a construção de uma cidadania cultural, ampliando o direito de acesso à arte e ao debate público.

Assim, os projetos culturais independentes revelam-se como instrumentos de resistência e de transformação social, capazes de dar visibilidade às periferias, fortalecer identidades coletivas e democratizar o acesso à cultura. Ao ocupar espaços, propor novos modos de sociabilidade e afirmar narrativas próprias, essas iniciativas consolidam-se como práticas fundamentais para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

2.3. ESTUDO DE CASO: NORTE GRIME SESH

O projeto Norte Grime Sesh (NGS) é um movimento cultural independente que nasceu em Manaus com o propósito de expandir o Grime (gênero musical urbano de origem britânica que mistura rap e eletrônico) no Amazonas. Indo além de um simples evento ou encontro musical, a NGS se consolida como uma plataforma de expressão e resistência para artistas e MCs do cenário underground manauara. Mais do que impulsionar o Grime, o movimento busca fortalecer e consolidar uma comunidade acolhedora e representativa, onde artistas, produtores e público se conectam pela mesma paixão: a força criativa da cena manauara. Para alcançar um maior alcance e impacto, o coletivo faz uso de estratégias de campanhas de marketing cultural, articulando comunicação, identidade visual e presença digital para ampliar sua relevância na cena local.

Essas campanhas permitem que o projeto ultrapasse as barreiras do consumo de entretenimento, associando a prática musical à promoção de debates sociais e à valorização da cultura periférica. De acordo com Reis (2008), o marketing cultural, quando aplicado de forma estratégica, possibilita que marcas e iniciativas culturais se tornem agentes de transformação, reforçando a identidade coletiva e democratizando o acesso à arte. Nesse sentido, ao desenvolver campanhas que divulgam eventos, artistas e pautas sociais, o Norte Grime Sesh não apenas divulga um produto cultural, mas cria consciência social e aproxima a sociedade de discussões urgentes.

Autores como Williams (2007) e Hall (2006) defendem que a cultura é um espaço de construção de identidades e resistência. No caso do Norte Grime Sesh, suas campanhas de marketing cultural reforçam esse papel ao apresentar a periferia como lugar de produção de conhecimento e de arte. A ocupação simbólica dos espaços urbanos e a divulgação de narrativas periféricas por meio de redes sociais, materiais gráficos e ações coletivas tornam-se formas de valorizar a cultura local e de reposicionar a imagem das comunidades historicamente marginalizadas.

Pesquisas recentes apontam a importância das campanhas culturais nesse processo. Souza (2019) observa que a comunicação estratégica em projetos independentes amplia o alcance das práticas culturais, permitindo que sejam vistas como espaços de resistência e cidadania. De forma semelhante, Rodrigues e Almeida (2021) destacam que a articulação de campanhas de marketing cultural em contextos periféricos reconfigura a percepção da cidade e legitima a produção cultural de grupos marginalizados. Assim, o estudo do Norte Grime Sesh evidencia como uma campanha de marketing cultural pode promover consciência social e valorização cultural. Ao associar práticas comunicacionais à arte urbana, o projeto transforma manifestações musicais em instrumentos de debate público, fortalece identidades periféricas e amplia o reconhecimento da diversidade cultural amazônica. Dessa maneira, confirma-se o potencial do marketing cultural como estratégia de transformação social quando aplicado a projetos independentes.

Figura 1 – Artista se apresentando no evento Norte Grime Sesh, Manaus (2025)



Fonte: Fotografia de Choque, acervo NGS (2025)

Figura 2 – Artista se apresentando no evento Norte Grime Sesh, Manaus (2025)



Fonte: Fotografia de Choque, acervo NGS (2025)

Figura 3 - Artistas se apresentando no evento Norte Grime Sesh, Manaus (2025)



Fonte: Fotografia de Choque, acervo NGS (2025)

Figura 4 - Equipe Norte Grime Sesh e público em evento, Manaus (2025)



Fonte: Fotografia de Choque, acervo NGS (2025)

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e de caráter exploratório e descritivo. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente os conceitos de marketing cultural, transformação social e cultura periférica. Além disso, aplicou-se um estudo de campo sobre o projeto Norte Grime Sesh, a partir da análise de suas ações comunicacionais e estratégias de marketing. A coleta de informações foi baseada em materiais institucionais, redes sociais e observação das atividades culturais promovidas pelo coletivo. O objetivo é compreender como essas práticas comunicacionais reforçam o papel da cultura como ferramenta de resistência e inclusão social, promovendo o fortalecimento de identidades locais e o empoderamento das comunidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que o Norte Grime Sesh utiliza o marketing cultural de forma estratégica para consolidar sua identidade e fortalecer a cena cultural independente de Manaus. Suas campanhas priorizam valores como representatividade, autenticidade e pertencimento, alinhando comunicação e engajamento social. A persona identificada, uma jovem periférica, engajada e crítica, reflete o arquétipo do Rebelde, que busca romper padrões e transformar a realidade por meio da arte. As ações do coletivo,

que incluem eventos, divulgação em mídias digitais e parcerias com artistas locais, revelam o potencial do marketing cultural como mediador entre cultura e sociedade. Observa-se que, ao difundir pautas sociais e reforçar a identidade periférica, o projeto atua não apenas na esfera artística, mas também política, promovendo pertencimento e consciência crítica entre seus participantes.

Tabela 1: Elementos Observados nas Ações do Norte Grime Sesh

Dimensão de Análise	Evidências Observadas	Interpretação
Identidade visual	Uso de cores vibrantes, tipografia urbana e grafite digital	Representa a estética periférica e resistência cultural
Narrativa e discurso	Linguagem direta, empática e de empoderamento	Constrói senso de pertencimento e voz coletiva
Engajamento comunitário	Interação frequente com artistas locais e público jovem	Reforça o sentimento de comunidade e colaboração
Apropriação de espaços públicos	Realização de eventos em praças e ruas	Democratiza o acesso à cultura e ocupa simbolicamente o território
Valorização de artistas locais	Divulgação constante de novos talentos	Contribui para a profissionalização e visibilidade da cena independente

Fonte: Autores (2025)

Tabela 2: Estratégias de Marketing Cultural Identificadas

Estratégia	Descrição	Resultado Cultural Observado	Impacto Social
Marketing de experiência	Criação de vivências artísticas abertas ao público	Aumenta o engajamento e o pertencimento	Fortalece vínculos locais
Marketing digital de causa	Campanhas que relacionam arte, resistência e identidade	Conecta-se emocionalmente com o público jovem	Gera conscientização social
Parcerias colaborativas	Cooperação entre artistas, DJs e grafiteiros	Amplia a diversidade cultural	Incentiva o trabalho coletivo
Conteúdo orgânico	Divulgação sem patrocínio pago, via compartilhamentos	Autenticidade e credibilidade cultural	Fortalece a imagem comunitária
Eventos híbridos	Integração entre presença física e mídia digital	Maior alcance regional	Gera impacto simbólico e social

Fonte: Autores (2025)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o marketing cultural, quando aplicado de forma ética e estratégica, é capaz de transcender a lógica mercadológica e atuar como instrumento de transformação social. O estudo de caso do Norte Grime Sesh demonstra que ações comunicacionais bem planejadas podem promover inclusão, fortalecer identidades e ampliar o acesso à cultura. A pesquisa reforça a importância de compreender o marketing não apenas como ferramenta de consumo, mas como meio de resistência e valorização de

vozes periféricas. Dessa forma, o marketing cultural consolida-se como prática essencial para democratizar a arte, promover diversidade e gerar impactos sociais positivos.

REFERÊNCIAS

[4] CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

[5] HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

[6] HOLLANDA, H. B. de. *Cultura marginal revisitada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2018.

[7] KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

[8] KOTLER, P.; ZALTMAN, G. Social marketing: an approach to planned social change. *Journal of Marketing*, v. 35, n. 3, p. 3–12, 1971.

[9] LIMA, F. S. Projetos culturais independentes e cidadania: perspectivas da cultura periférica no Brasil. *Revista de Políticas Culturais em Debate*, Salvador, v. 12, n. 2, p. 77-95, 2019.

[10] REIS, A. C. F. *Marketing cultural e financiamento da cultura*. São Paulo: Atlas, 2008.

[11] RODRIGUES, C. A.; ALMEIDA, P. J. Cultura e periferia: iniciativas independentes e ocupação dos espaços urbanos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, n. 1, p. 134-152, 2021.

[12] RODRIGUES, L.; ALMEIDA, P. Cultura periférica e resistência urbana: projetos culturais independentes em cidades brasileiras. *Revista de Estudos Culturais*, 2021.

[13] SOUZA, L. A. Cultura, resistência e espaço urbano: movimentos culturais independentes e cidadania. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 213-232, 2019.

[14] SOUZA, M. Comunicação e resistência: o papel dos coletivos culturais independentes. *Revista Brasileira de Comunicação Social*, 2019.

[15] VIANNA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

[16] WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. São Paulo: Nacional, 2007

Capítulo 43

O poder oculto da persuasão: dilemas éticos do dark marketing

Iuri Pinheiro de Oliveira
Gabrielly Fernandes Moreira

Resumo: A relevância do Dark Marketing é inegável no ecossistema digital contemporâneo, dada a sua capacidade de empregar táticas de persuasão altamente segmentadas e, inerentemente, opacas para o sujeito consumidor. O nosso foco delimita-se à delineação e à análise crítica dos dilemas éticos que emergem da instrumentalização dessas estratégias, notadamente em mídias sociais. O objetivo primordial deste trabalho é examinar e discutir as implicações éticas e societais do Dark Marketing, visando identificar o limiar entre a persuasão mercadológica eficaz e a manipulação comportamental sub-reptícia. Para tal, a metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica exploratória, que se constituiu na exegese de literatura especializada em ética empresarial, comunicação digital, psicologia do consumo, e arcabouços regulatórios internacionais, buscando estabelecer o panorama das controvérsias e frameworks de conformidade. Os resultados obtidos revelam uma tensão dialética entre o imperativo comercial de otimizar a conversão e o direito do consumidor à transparência informacional e ao livre consentimento. O Dark Marketing configura um desafio epistemológico e deontológico urgente para a ética e a transparência na comunicação mediada por tecnologia.

Palavras-chave: Dark Marketing, Dilemas éticos, Persuasão.

1. INTRODUÇÃO

O marketing transformou-se em uma ferramenta sofisticada de influência, expandindo-se da simples divulgação de produtos para atuar diretamente em percepções, emoções e decisões inconscientes dos consumidores, o que deu origem a fenômenos complexos como o Dark Marketing. Caracterizado pelo uso de técnicas opacas, pouco visíveis ou manipulativas que exploram vulnerabilidades cognitivas para induzir comportamentos, o Dark Marketing manifesta-se com maior intensidade no campo digital através de estratégias como dark patterns, neuromarketing sem transparência e campanhas direcionadas por algoritmos e microdados. A invisibilidade dessas práticas torna o debate ético urgente, pois questiona os limites entre influência legítima e manipulação abusiva, sendo um tema relevante tanto para a academia quanto para a sociedade.

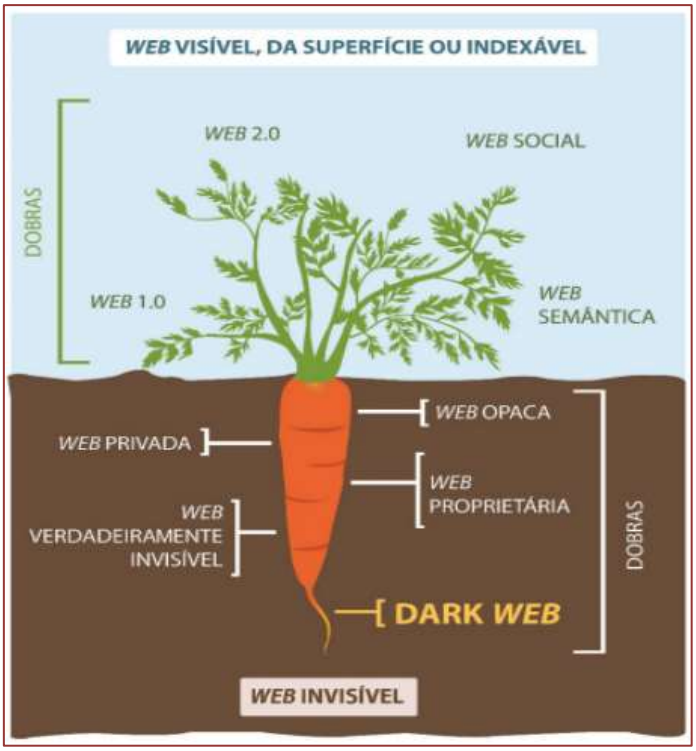
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CONCEITUAÇÃO

O Dark Marketing é uma estratégia digital que atua nas áreas não rastreáveis da internet, como o Dark Social (compartilhamentos privados em mensagens e e-mails). Sua principal ferramenta são os Dark Posts: anúncios pagos altamente segmentados que não aparecem no feed público da marca. O objetivo é a hiper-personalização e a influência sutil, buscando atingir o consumidor de forma discreta para otimizar conversões, diferenciando-se do marketing tradicional da Surface Web.

Ao acessar a internet, muitas de suas informações são tidas como sinônimos ou até mesmo, seus conceitos são desconhecidos, restringindo-se apenas às suas buscas, como por exemplo, através do navegador *Google*. Finklea (2017), classifica as camadas em *Surface Web, ou seja,* Web da superfície, *Deep Web e a Dark Web* sendo estas as mais profundas e obscuras do ciberespaço, todavia, dois objetos distintos, como demonstra a representação da Figura 1.

Figura 1. Camadas da Internet



Fonte: Vignoli (2014)

Não obstante dessa aplicação temos o conceito de *Dark Marketing,* que deriva de tal conceito, logo, é um termo usado para o compartilhamento de links e mídias que não podem ser monitorados por mecanismos padrão de análise da web, ocorrendo, portanto, "no escuro", explorando fraquezas (cognitivas), emoções ou afeição social e usando persuasão por meio de métodos ocultos, direcionados ou intencionalmente vagos.

Ao contrário do marketing tradicional, pois o seu objetivo não é apenas atrair consumidores, mas também manipular seus comportamentos usando algoritmos, dados pessoais e estímulos psicológicos inconscientes. Essa lógica dialoga simbolicamente com a narrativa de George Orwell (1949) em *1984*, onde o controle social é mantido por meio da vigilância constante e da manipulação das verdades. Na obra, o "Grande Irmão" domina não apenas através do exercício da força, mas manipulando como os eventos são percebidos e suprimindo qualquer pensamento ou evidência que pudesse questionar seu poder absoluto.

Segundo Kotler e Keller (2024), o marketing ético assume o equilíbrio ideal ou necessário entre o benefício das empresas e o bem-estar do cliente. Enquanto o *Dark Marketing* não oferece tal equilíbrio, impõe manipulação psicológica defendendo as necessidades e preferências das forças comerciais e informativa disfarçada sob a roupagem de personalização e conveniência.

2.2. O LIMIAR ENTRE PERSUASÃO EFICAZ E MANIPULAÇÃO SUB-REPTÍCIA

A distinção entre persuasão ética e manipulação encoberta é um dos assuntos mais discutidos da comunicação mercadológica contemporânea, é como distinguir a persuasão

ética da manipulação disfarçada. Conforme colocaram Vulczak e Machado (2023), a persuasão justa de influenciar os outros na sociedade, desde que preserve a transparência da informação e a liberdade de escolher entre opções. Já a manipulação, no entanto, é quando há omissão, retenção de contexto, distorção ou uso de mecanismos psicológicos que interferem nas decisões tomadas sem consciência completa pelo indivíduo.

2.2.1. FRAMEWORKS DE CONFORMIDADE

Para VIEIRA et. al, 2024, padrões obscuros na Internet e aplicativos no espaço digital, essa linha se corrompe. Como afirma o autor, o uso de algoritmos e informações psicográficas gera uma mecânica invisível de influência onde não é aparente para o consumidor que está exercendo sua agência porque – na verdade – está reagindo a uma estimulação projetada.

> *"Se procurarmos a tradução literal da palavra framework, encontraremos uma série de significados, mas para nosso contexto podemos dizer que um framework é um modelo ou arcabouço que reúne uma série de práticas testadas exaustivamente, agrupadas, validadas, certificadas e mantidas por uma entidade reguladora reconhecida, normalmente um instituto que acompanha as tendências de mercado e a forma como essas práticas são utilizadas." VIEIRA, 2024, p. 245.*

2.2.2. DARK PATTERNS E DESIGN CENTRADO NO USUÁRIO COM ÉTICA

Um campo especialmente sensível está focado nos padrões obscuros ou em designs ingênuos e enganosos destinados a iludir e manipular usuários a agir contra seus próprios interesses. Essas tendências se manifestam de várias maneiras, como interfaces enganosas que estimulam compras acidentais ou explicações para cancelamento enterradas tão profundamente que é quase impossível de encontrar.

Para SPOLADOR, M. A. e SPOLADOR, L., 2024, a aplicação de tais padrões agora traz realmente problemas éticos, já que pode ajudar a diminuir comportamentos negativos ou tornar os clientes dependentes, e, além disso, o risco de prejuízos em breve é alto para a reputação de um serviço/produto. Pensar em critérios éticos é fundamental no design de produtos e serviços, particularmente porque é difícil prever como eles podem ser utilizados na prática.

Estruturas de conformidade estratégias como "anúncios fantasmas" (vistos apenas por alguns), mensagens emocionalmente personalizadas determinadas por perfis psicográficos e nudges digitais (empurrões digitais) aproveitando-se de vieses de tomada de decisão estão dentro dessa área cinzenta entre influência ética versus manipulação ilícita.

2.3. IMPLICAÇÕES ÉTICAS E SOCIETAIS

A ética do Dark Marketing vai além do consumo individual, impactando a cidadania digital e o contrato social ao fomentar uma sociedade da manipulação, onde decisões políticas e econômicas são moldadas por campanhas segmentadas e invisíveis. No Brasil, investigações recentes em PMEs revelaram o risco legal associado ao envio de mensagens promocionais sem consentimento explícito, uso de bases de contatos compradas e falha em garantir os direitos de exclusão de dados. Tais práticas ameaçam a confiança pública

e a reputação das empresas, ressaltando a urgência da adesão a princípios como a transparência, minimização de dados e autonomia individual. Nesse contexto, a ética da informação exige transparência algorítmica e a responsabilização dos agentes digitais para assegurar a dignidade e a autonomia do usuário.

No Brasil, a Lei nº 13.709 (BRASIL, 2018), conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foi publicada em 2018 e criou o espaço de regulamentações para proteger a privacidade através do tratamento responsável de dados pessoais e sensíveis. A lei também sinaliza o uso de "padrões sombrios", ou estratégias ou elementos de design que induzem os usuários a comportamentos contra seus próprios interesses. Essas práticas, às vezes disfarçadas sob a fachada de neutralidade, estão abusando de vieses cognitivos e podem levar os consumidores – até mesmo uma parte dos mais suscetíveis – a liberar dados ou adquirir preferências que prejudicam sua autonomia e liberdade de escolha

A Lei 34° e a Regulamentação Geral de Proteção de Dados (GDPR), com seu princípio de minimização de dados, exigem que organizações evitem mecanismos de manipulação em interfaces digitais, promovendo a transparência e o consentimento válido. Nesse contexto, a decisão da Meta de usar interações com sua Inteligência Artificial (IA), a partir de dezembro de 2025, para personalizar anúncios em plataformas como Instagram e Facebook, levanta uma séria questão ética: a fronteira entre personalização e violação de privacidade. Embora apresentado como um aprimoramento da experiência publicitária, esse movimento toca em elementos centrais do Dark Marketing, como a manipulação algorítmica e a necessidade de consentimento informado.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa sobre Dark Marketing se enquadra na categoria de abordagem qualitativa, pois seu foco principal é a análise crítica e a interpretação dos dilemas éticos subjacentes a essas estratégias, priorizando a compreensão aprofundada do fenômeno em detrimento da quantificação de dados. Quanto à sua natureza, é aplicada, buscando gerar conhecimentos diretamente utilizáveis para a intervenção na opacidade da publicidade digital e aprimorar regulamentações de conformidade. Em relação aos objetivos, é exploratória, visando aumentar a familiaridade com o tema em evolução, por meio da elucidação de conceitos e da identificação de tensões existentes. Por fim, em seus procedimentos, é bibliográfica, fundamentando-se primariamente na revisão e análise sistemática de material já elaborado, como artigos e documentos legais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa destacam que o Dark Marketing é centralizado na instrumentalização da opacidade algorítmica, onde a segmentação direcionada oculta a intenção persuasiva, comprometendo o consentimento livre e informado e transformando a publicidade em manipulação comportamental. Verificou-se, ainda, a ampla adoção de técnicas de design enganoso de interface que induzem ou forçam decisões, estabelecendo uma tensão entre o lucro e a ética, o que exige que a regulação vá além do conteúdo e aborde o design da interação digital como um campo ético-legal. Por fim, as implicações societais revelam que a exploração de vulnerabilidades em escala e a formação de "bolhas de informação" ameaçam a equidade e a confiança, fazendo da ética

e da transparência requisitos estruturais para a governança do ecossistema digital e uma questão de justiça social e política pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Dark Marketing é um avanço tático que ultrapassa a fronteira da persuasão legítima, pois emprega opacidade algorítmica e segmentação micro-direcionada para explorar vulnerabilidades cognitivas e emocionais do consumidor. O estudo demonstra que o uso dessas táticas sub-reptícias compromete o princípio do livre consentimento e o direito à transparência, subvertendo a autonomia decisória do indivíduo. Por fim, conclui-se que o Dark Marketing acarreta riscos que vão além do âmbito individual, com amplas implicações societais: ao criar "bolhas" de informação e explorar vulnerabilidades em escala, ele ameaça a equidade e a confiança no mercado digital. Assim, a ética e a transparência emergem não apenas como imperativos morais, mas como requisitos estruturais essenciais para a sustentabilidade e a legitimidade da comunicação mediada por tecnologia.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos sinceros agradecimentos ao Centro Universitário Fametro, que proporcionou o ambiente acadêmico necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, oferecendo não apenas a estrutura, mas também o incentivo constante à reflexão crítica e à produção científica. Estendemos também nossa gratidão aos familiares e amigos, cujo apoio emocional, compreensão e incentivo foram fundamentais para a superação dos desafios e para a conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING & NEGÓCIOS (ABMN); ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM). Código de Ética no Marketing. São Paulo, 2000.

[2] BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.* Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

[3] CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). PMEs ampliam riscos de sanções na LGPD com estratégias de marketing digital. *Contadores CFC*. 7 ago. 2025. Disponível em: https://www.contadores.cnt.br/projetos/55/noticias/empresariais/2025/08/07/pmes-ampliam-riscos-de-sancoes-na-lgpd-com-estrategias-de-marketing-digital.html. Acesso em: 5 out. 2025.

[4] D'Angelo, A., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil - Rev. adm. contemp. 7 (4). Dez 2003. https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000400004

[5] Finklea, F. Dark Web. Washington: Congressional Research Service, 2017. Available from: https://fas.org/sgp/crs/misc/ R44101.pdf. Acesso em: 04 out 2025.

[6] META PRETENDE USAR CHATS COM IA PARA ANUNCIAR PRODUTOS . CNN Brasil, 02/10/2025. Disponível em: https:<//www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/meta-pretende-usar-chats-com-ia-para-anunciar-produtos/> Acesso em: 05 out 2025.

[7] KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane; CHERNEV, Alexander. Administração de marketing. 16. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 out 2025.

[8] MUNIZ, Antonio et al. Jornada de Inovação: aplicação de conceitos, frameworks, ferramentas e experiências para potencializar a inovação e a transformação digital em empresas e startups. [S.l.]: Brasport, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 out 2025.

[9] Neuromarketing com aplicabilidade de técnicas de gatilhos mentais para atração e persuasão de clientes: O caso de uma organização privada em Boa Vista/RR. Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], p. 63–86, 2023. DOI: 10.24979/ff4f8j83. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1247. Acesso em: 5 out. 2025.

[10] ORWELL, George. *1984.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[11] Veronika Krauß, Pejman Saeghe, Alexander Boden, Mohamed Khamis, Mark McGill, Jan Gugenheimer e Michael Nebeling. 2024. O que torna a XR escura? Examinando padrões escuros emergentes em realidade aumentada e virtual por meio de codesign especializado. ACM Trans. Comput.-Hum. Interact. 31, 3, Artigo 32 (junho de 2024), 39 páginas. https://doi.org/10.1145/3660340

[12] Vignoli, R. G.; Monteiro, S. D. Deep Web e Dark Weeb similaridades e dissiparidades no contexto da Ciência da Informação. Transinformação, v. 32, e190052, 2020. https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e190052

[13] Vignoli, R. G.; Monteiro, S. D. Dark Web e seus não lugares: por um estudo das dobras invisíveis do ciberespaço. Liinc em Revista, v. 11, n. 1, p. 140-166, 2015b. Doi: https://doi.org/10.18617/liinc.v11i1.798.

Capítulo 44

A carga invisível: prevalência de transtornos mentais e Estresse Pós-Traumático em profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19

Sidney Lopes da Silva Junior
Aquiles Oliveira Peixoto

Resumo: A pandemia de COVID-19 impôs uma pressão sem precedentes sobre o sistema de saúde global, expondo os profissionais da linha de frente a condições de trabalho exaustivas, risco de contaminação, escassez de recursos e dilemas éticos. Tal cenário contribuiu significativamente para o desenvolvimento de um grave sofrimento psíquico. O presente artigo de revisão buscou analisar a literatura científica sobre a prevalência de transtornos mentais, com foco em Estresse Pós-Traumático (TEPT), ansiedade e depressão, em profissionais de saúde durante o período pandêmico. A metodologia consistiu em uma Revisão Sistemática da Literatura nas bases de dados BVS, SciELO e PubMed, utilizando descritores controlados e suas combinações. Os resultados encontrados indicam uma alta e preocupante prevalência de sintomas de TEPT e outros transtornos, reforçando a urgência de estratégias de intervenção e suporte psicológico para essa categoria. Conclui-se que o sofrimento mental dos profissionais de saúde constitui uma "carga invisível" com potencial impacto a longo prazo na qualidade do cuidado e na sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Palavras-chave: Saúde Mental; Estresse Pós-Traumático; Profissionais de Saúde; COVID-19; Ansiedade; Depressão; Burnout.

1. INTRODUÇÃO

O profissional de saúde atua na linha de frente do sofrimento humano, sendo a peça central em momentos de crise, doenças e vulnerabilidade. Contudo, essa posição de cuidado e responsabilidade constante exige um custo psíquico elevado. A saúde mental desses trabalhadores não é apenas uma questão individual, mas um pilar que sustenta a qualidade, a segurança e a humanização de todo o sistema de saúde. Ignorar o bem-estar psicológico desses profissionais é comprometer diretamente a capacidade de resposta de hospitais e clínicas (Prado; Peixoto; Silva, 2020).

O impacto da deterioração da saúde mental manifesta-se diretamente na qualidade do cuidado prestado. Quadros de burnout, estresse crônico, ansiedade e depressão afetam a concentração, a capacidade de tomada de decisão e a empatia. Um profissional exausto ou emocionalmente sobrecarregado tem maior probabilidade de cometer erros, de ter um atendimento mais frio ou até de se afastar do trabalho, resultando em sobrecarga ainda maior para a equipe restante (Santos; Pessoa, 2023). Assim, investir em saúde mental é, primariamente, investir na segurança do paciente.

Os desafios inerentes à profissão, como longas jornadas, falta de recursos adequados, dilemas éticos complexos e o convívio diário com a morte e a dor, são fatores estressores constantes. Em momentos de crise, como a pandemia de COVID-19, esses fatores são exponencialmente ampliados, gerando quadros de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e exaustão moral (Dantas, 2021). Portanto, é crucial reconhecer que o sofrimento mental não é um sinal de fraqueza, mas uma resposta natural e esperada a condições de trabalho excepcionalmente adversas (Barbosa; Rocha, 2023).

Para garantir a sustentabilidade do sistema, é imperativo que sejam implementadas estratégias de cuidado efetivas e sistemáticas. Essas estratégias devem começar pela transformação do ambiente de trabalho. É necessário garantir cargas horárias justas, promover o descanso adequado, fornecer recursos de proteção e suporte gerencial, e criar uma cultura organizacional que incentive a comunicação aberta sobre o sofrimento psíquico, eliminando o estigma associado à busca por ajuda (Ramos-Toescher; Tomaschewisk-Barlem, 2020).

No nível individual e institucional, algumas medidas de cuidados com a saúde mental são cruciais. Isso inclui o acesso facilitado e sigiloso a serviços de apoio psicológico e psiquiátrico, com sessões de terapia e grupos de acolhimento. A promoção de práticas de mindfulness, a valorização de momentos de pausa e a oferta de programas de gerenciamento de estresse são complementares. É essencial, ainda, o incentivo ao autocuidado, lembrando ao profissional a importância de manter uma rede de apoio social, atividade física regular e lazer.

Um sistema de saúde que cuida de quem cuida é um sistema mais resiliente, humano e eficaz. As instituições de saúde têm a responsabilidade ética de garantir que esses pilares de cuidado recebam o suporte necessário para que continuem a exercer sua missão vital, mantendo-se saudáveis e aptos a oferecer a melhor assistência à população, mesmo em contextos de alta pressão, como o vivenciado na pandemia (Costa; Rêgo, 2025).

1.1. OBJETIVO GERAL

Analisar e sintetizar o conhecimento científico produzido sobre a prevalência de transtornos mentais e Estresse Pós-Traumático (TEPT) em profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e quantificar a incidência de sintomas de ansiedade, depressão e Estresse Pós-Traumático (TEPT) nas diferentes categorias de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos).
- Discutir os principais fatores de risco associados ao desenvolvimento de transtornos mentais nesse grupo, como a sobrecarga de trabalho, o medo da contaminação e a falta de recursos de proteção individual (EPIs).
- Pontuar as lacunas de pesquisa e as necessidades de intervenção psicológica e psicossocial para mitigar o impacto da pandemia na saúde mental desses profissionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE CRISE

O tema da saúde mental dos profissionais de saúde ganhou visibilidade e urgência inquestionáveis com a emergência da pandemia de COVID-19, expondo o que é frequentemente referido como a "carga invisível" da profissão. A literatura científica recente demonstra que o bem-estar psíquico desse grupo é um determinante crucial para a eficácia do sistema de saúde e para a segurança do paciente. O período pandêmico atuou como um catalisador de fatores estressores já existentes, levando a uma alta prevalência de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e Estresse Pós-Traumático (TEPT) (Oliveira, 2023).

O ambiente de trabalho dos profissionais de saúde é, por natureza, estressante, mas a pandemia introduziu um conjunto de fatores de risco sem precedentes. A sobrecarga física e emocional foi intensificada por longas e exaustivas jornadas de trabalho, que, em muitos casos, ultrapassaram 12 horas diárias (Oliveira, 2023). Além disso, o medo persistente de contaminação e de transmitir o vírus a familiares e entes queridos atuou como um estressor crônico e de difícil manejo (Sales; Gomes; Novaes, 2022). A escassez de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), as rápidas mudanças de protocolo e a alta taxa de mortalidade experienciada no ambiente hospitalar contribuíram para um quadro de estresse traumático e sofrimento moral.

Uma das consequências mais graves e duradouras observadas é o desenvolvimento de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e, em casos mais severos, o Estresse Pós-Traumático (TEPT) (Olino, 2024). Os profissionais da linha de frente foram repetidamente expostos à terminalidade, à morte e ao luto de pacientes, muitas vezes sem o suporte emocional ou o tempo necessários para processar as perdas, resultando em um luto complicado ou crônico (Herculano; Serpa, 2022). O enfrentamento de situações de morte em massa e a tomada de decisões difíceis sob pressão criaram um ambiente propício para a instalação de sequelas psicológicas que perduram no período pós-pandêmico.

2.2. BURNOUT E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O Burnout, caracterizado por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional, emergiu como um dos principais problemas de saúde mental, afetando diretamente a qualidade de vida no trabalho dos profissionais (Ramos, 2022). A pandemia aprofundou a precarização das condições laborais, forçando os trabalhadores a atuarem com recursos limitados em um cenário de alta demanda. A atenção à saúde mental, portanto, não pode ser dissociada da melhoria das condições de trabalho e da necessidade de políticas de saúde pública que visem minimizar os efeitos deletérios a curto, médio e longo prazo.

A literatura aponta para a urgência de implementar e avaliar programas de suporte psicossocial e psicológico focados nessa população. A intervenção deve ser sistêmica, garantindo acesso a terapia, grupos de apoio e, quando necessário, acompanhamento psiquiátrico (Olino, 2024). A responsabilidade de cuidar da saúde mental dos profissionais não deve recair apenas sobre o indivíduo, mas sim sobre as instituições de saúde e os gestores públicos, que devem criar uma cultura de acolhimento, reconhecimento e valorização do trabalho, essenciais para mitigar os impactos das crises sanitárias futuras.

A atuação dos profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19 expôs essa categoria a uma sobrecarga física e psicológica inédita, transformando os ambientes hospitalares e de atenção primária em cenários de intenso sofrimento mental. Enfrentando longas jornadas de trabalho, a escassez de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o medo constante da contaminação própria e de familiares, e o dilema ético da limitação de recursos, esses trabalhadores desenvolveram altas taxas de ansiedade, depressão e Estresse Pós-Traumático (TEPT). Essa "carga invisível" na saúde mental, exacerbada pela crise sanitária, comprometeu não apenas o bem-estar individual desses profissionais, mas também a qualidade e a segurança do cuidado prestado à população (Dantas, 2021).

2.3. OS DESAFIOS E A SAÚDE MENTAL DO ENFERMEIRO

O enfermeiro é o profissional que, historicamente, constitui a maior força de trabalho nos serviços de saúde, sendo o elo fundamental entre o paciente, o médico e a instituição. Sua atuação é marcada pela continuidade e integralidade do cuidado, exigindo não apenas conhecimento técnico apurado, mas também uma resiliência emocional notável. No entanto, essa posição central na assistência expõe o enfermeiro a uma série de desafios ocupacionais que impactam diretamente sua saúde mental, uma questão que transcende o âmbito individual e afeta a qualidade do sistema de saúde como um todo (Ramos-Toescher; Tomaschewisk-Barlem, 2020).

Um dos maiores desafios enfrentados é a sobrecarga de trabalho, frequentemente decorrente da escassez crônica de pessoal e da intensa demanda de pacientes. A necessidade de cobrir longos e extenuantes plantões, muitas vezes sem o tempo adequado para descanso e recuperação, gera uma exaustão física e mental que é um precursor direto da Síndrome de Burnout. Essa exaustão se agrava pela complexidade crescente dos casos clínicos, exigindo do enfermeiro um estado de alerta constante e uma alta responsabilidade decisória (Santos; Pessoa, 2023).

A dimensão emocional do trabalho de enfermagem é outro fator de desgaste significativo. O contato diário e prolongado com o sofrimento, a dor, a morte e o luto dos

pacientes e de suas famílias gera um custo emocional que é raramente reconhecido ou processado de forma adequada. Em situações de crise, como a vivenciada durante a pandemia de COVID-19, o enfermeiro precisou lidar não apenas com o luto dos outros, mas também com o medo iminente de contaminação e a preocupação com a segurança de seus próprios familiares, culminando em quadros de (TEPT) (Dantas, 2021).

Além dos fatores intrínsecos à assistência, os enfermeiros lidam com desafios estruturais e institucionais. A precariedade das condições de trabalho, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em momentos críticos, e a baixa valorização profissional e salarial geram um sentimento de desamparo e frustração. Essa percepção de injustiça e falta de reconhecimento contribui para o desgaste moral e a desmotivação, minando a resiliência psíquica necessária para a manutenção de um cuidado humanizado.

A saúde mental do enfermeiro, portanto, é afetada por uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. A manifestação desse desgaste pode variar desde sintomas leves de ansiedade e insônia até quadros graves de depressão e o próprio burnout, caracterizado pela exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional (Galvão; Reis, 2023). A prevalência de tais transtornos é frequentemente maior nessa categoria profissional em comparação com outras, evidenciando uma vulnerabilidade que precisa de atenção imediata.

A vulnerabilidade é acentuada pela cultura profissional do heroísmo e da abnegação, que muitas vezes impede o enfermeiro de buscar ajuda ou de admitir o próprio esgotamento. O estigma associado aos transtornos mentais, somado à percepção de que "o cuidador não pode ser cuidado", cria uma barreira que dificulta o acesso aos serviços de apoio psicológico e psiquiátrico, postergando o tratamento e agravando as condições de saúde (Olino, 2024).

Para enfrentar esses desafios e proteger a saúde mental do enfermeiro, são necessárias intervenções urgentes e multifacetadas. As instituições de saúde têm o dever de garantir um ambiente de trabalho seguro, com dimensionamento adequado de pessoal e apoio gerencial. É fundamental a implementação de programas de suporte psicológico contínuos e sigilosos, que incluam triagem de risco, terapia individual ou em grupo e educação sobre saúde mental, garantindo que o profissional tenha acesso ao cuidado sem medo de represálias ou julgamentos.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo será conduzido como uma Revisão Sistemática da Literatura, visando mapear a produção científica mais relevante sobre a saúde mental de profissionais de saúde no contexto da pandemia de COVID-19.

Estratégia de Busca: A pesquisa será realizada nas bases de dados eletrônicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed/MEDLINE. A busca será baseada em uma combinação dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes em inglês (*Medical Subject Headings - MeSH*):

- "Saúde Mental" OR "Transtornos Mentais"
- AND "Profissionais de Saúde"
- AND "COVID-19" OR "Pandemia"

- AND "Estresse Pós-Traumático" OR "Ansiedade" OR "Depressão"

Critérios de Seleção: Serão incluídos artigos completos, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados no período de março de 2020 a dezembro de 2023, que abordem estudos de prevalência, estudos transversais ou longitudinais sobre o impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde. Serão excluídos editoriais, cartas ao editor, resumos de congresso e estudos focados em populações não diretamente envolvidas no cuidado clínico.

Análise de Dados: Após a seleção e leitura na íntegra dos artigos, será realizada a extração de dados relevantes (autor, ano, país, delineamento do estudo, tamanho da amostra, resultados de prevalência de transtornos/sintomas) para posterior análise e síntese narrativa dos achados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica, representada pelos artigos na Tabela 1, corrobora integralmente os objetivos propostos, destacando que a saúde mental dos profissionais de saúde foi gravemente comprometida durante a pandemia de COVID-19.

Autor Principal (Primeiro)	Ano	Título do Artigo	Base de Dados/Fonte
Dantas, E. S. O.	2021	Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19	SciELO Brasil / Interface-Comunicação, Saúde, Educação
Ramos-Toescher, A. M.	2020	Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio	SciELO Brasil / Escola Anna Nery
Prado, A. D.	2020	A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa	Acervo Saúde
Barbosa, R. O.	2023	Saúde mental dos profissionais de saúde brasileiros durante a pandemia da COVID-19	Acervo Saúde
Quaresma, R. da F.	2022	Os impactos na saúde mental dos enfermeiros de Porto Velho RO no enfrentamento da pandemia da covid-19	Revista Científica Ibero-Americana de ...
Costa, J. B.	2025	Impactos da COVID 19 na Saúde Mental de Profissionais da Saúde e Prestadores de Serviço de uma Maternidade Pública do Estado do Amapá	Revista Saúde Coletiva
Coelho, A. P. S.	2020	Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes universitários em tempos de pandemia da COVID-19: experiência de um programa de assistência estudantil	Research, Society and Development
Santos, D. L. F. dos	2023	As repercussões na qualidade de vida e na saúde mental dos profissionais de enfermagem frente ao processo de pandemia por COVID-19	Revista Valore
Galvão, D. da S.	2023	Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia da Covid-19	Acervo Saúde
Costa, R. C. S.	2022	Cargas de trabalho psíquico dos profissionais de saúde durante o primeiro ano de pandemia da Covid-19: apelos do twitter	Repositório UFRN

Fonte: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed/MEDLINE.

Primeiramente, a revisão indica uma concentração significativa de estudos focados na incidência de sofrimento psíquico nas equipes de saúde. Artigos como os de Dantas (2021) e Prado, Peixoto e Silva (2020) atestam a alta prevalência de sintomas como ansiedade e depressão em diversas categorias, com ênfase particular nos profissionais de enfermagem (Ramos-Toescher; Tomaschewisk-Barlem, 2020; Santos; Pessoa, 2023; Galvão; Reis, 2023). Essa concentração no grupo da enfermagem sugere que essa categoria, frequentemente na linha de frente do cuidado contínuo, foi a mais vulnerável ao impacto da crise.

Em segundo lugar, a literatura é uníssona ao identificar os principais fatores de risco associados ao desenvolvimento de transtornos mentais. Os estudos de Barbosa e Rocha (2023) e Quaresma (2022) ressaltam a sobrecarga de trabalho e o contato direto e exaustivo com pacientes como elementos centrais da deterioração da saúde mental. A dimensão do medo e da insegurança também é abordada, sendo as preocupações com a contaminação e a precariedade dos recursos (EPIs) fatores determinantes para o estresse e a exaustão física e mental, conforme o foco de diversos artigos.

Por fim, os trabalhos revisados, embora relatem a alta incidência dos problemas, apontam para uma lacuna crítica na área de intervenções e suporte. A experiência do IX ConCIFA com o tema da saúde mental (COSTA; RÊGO, 2025) e a análise das cargas de trabalho psíquico (COSTA, 2022) reforçam a necessidade urgente de programas de intervenção psicológica e psicossocial contínuos, acessíveis e culturalmente adaptados.

Os estudos de revisão e meta-análise quantificaram a grave "carga invisível" sobre os profissionais de saúde, revelando a alta prevalência de transtornos mentais durante o pico da crise e a persistência dos sintomas no período pós-pandemia. Revisões sistemáticas apontaram que, na fase aguda da COVID-19, a média de prevalência de ansiedade atingiu cerca de 40,3%, a de depressão 39,9% e a de insônia 36,1% entre os trabalhadores da saúde (SciELO, 2022). Em subgrupos específicos, como os da linha de frente, a prevalência de sintomas de Estresse Pós-Traumático (TEPT) foi notável, alcançando cerca de 17,2% em algumas amostras (SciELO, 2020). Tais dados indicam que o adoecimento mental foi amplamente associado ao sexo feminino, à atuação na enfermagem e à maior jornada de trabalho, sublinhando a urgência de intervenções sustentáveis para mitigar as sequelas psicológicas que se estendem para o período de recuperação pós-pandêmica.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão central é que o cuidado com a saúde mental dos profissionais não pode ser assistencialista ou pontual; requer uma abordagem sistêmica e sustentável que envolva a gestão, a academia e a política pública, para transformar a "carga invisível" em uma prioridade permanente do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

[1] BARBOSA, R. O.; ROCHA, L. S. Saúde mental de profissionais de saúde brasileiros durante a pandemia da COVID-19. Acervo Saúde, v. 15, n. 4, p. e10741, 2023. Disponível em: https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10741. Acesso em: 26 set. 2025.

[2] COSTA, J. B.; RÊGO, A. D. Impactos da COVID 19 na Saúde Mental de Profissionais da Saúde e Prestadores de Serviço de uma Maternidade Pública do Estado do Amapá. Saúde Coletiva (Barueri), v. 15, n. 75, p. 32742-32748, 2025. Disponível em:

https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/revistasaudecoletiva/article/view/1291. Acesso em: 26 set. 2025.

[3] DANTAS, E. S. O. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, e200424, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interf/a/rSghq7m8Yf49wM8G6YdYgMh/. Acesso em: 26 set. 2025.

[4] HERCULANO, G. S.; SERPA, R. V. A pandemia dos órfãos: Terminalidade, Morte e Luto nos tempos da COVID-19: Vivências de enfermeiros. Saúde Mental, Álcool e Drogas, v. 18, 2022.

[5] OLINO, L. Distúrbios Psíquicos Menores e resiliência em trabalhadores de enfermagem que atuaram durante e após a pandemia da COVID-19: um estudo de coorte. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

[6] OLIVEIRA, M. M. L. Qualidade de vida no trabalho dos profissionais de saúde na pandemia de Covid-19. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

[7] PRADO, A. D.; PEIXOTO, B. C.; SILVA, A. M. B. da. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. Acervo Saúde, v. 12, n. 11, e4653, 2020. Disponível em: https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4653. Acesso em: 26 set. 2025.

[8] RAMOS-TOESCHER, A. M.; TOMASCHEWISK-BARLEM, J. G. Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio. Escola Anna Nery, v. 24, n. 6, e20200371, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/3m9n5Wz4M9bXJv7B8P6H6Hk/. Acesso em: 26 set. 2025.

[9] SANTOS, D. L. F. dos; PESSOA, Y. S. R. Q. As repercussões na qualidade de vida e na saúde mental dos profissionais de enfermagem frente ao processo de pandemia por COVID-19. Revista Valore, v. 8, e5382, 2023. Disponível em: https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/5382. Acesso em: 26 set. 2025.

[10] RAMOS, A. P. S. Saúde física, qualidade de vida e Burnout de profissionais de saúde de um centro de pesquisa em oncologia de Florianópolis–SC, durante a pandemia de COVID-19. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

[11] SALES, M. E. D.; GOMES, S. A. N.; NOVAES, N. M. F. Repercussões na saúde mental de psicólogos hospitalares durante a pandemia Covid-19. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade Pernambucana de Saúde, Recife, 2022.

Capítulo 45

Dermatite alérgica à picada de pulga em cães e gatos: revisão de literatura

Debora Picanço Gomes
Elisa Gabriela de Souza Monteiro
Jamily Jhos Mendes da Silva
Nicole Almada Matos
Laynah Pimenta

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo descrever a dermatite alérgica à picada de pulga (DAPP), reconhecida como uma das principais dermatopatias que acometem cães e gatos. É uma doença de pele com elevada relevância clínica por desencadear hipersensibilidade na pele e reações alérgicas, apresenta sintomatologia de caráter inflamatório como vermelhidão, edema, calor, prurido intenso e dor associada, perda de função do tecido, perda de pelo e lesões cutâneas. As regiões mais afetadas pela DAPP são a região lombar dorsal, coxas, abdome, ponta dorsal da cauda e pescoço, com maior ocorrência em períodos de clima quente.

Palavras-chave: Dermatite. Hipersensibilidade. Pele. Pulgas.

1. INTRODUÇÃO

A pele é o maior e mais extenso órgão do corpo, é a principal barreira de proteção contra ectoparasitas e contra a entrada de micro-organismos, possui função de revestimento dos órgãos, flexibilidade, secreção e excreção de fluidos, e por conta de seus componentes sensoriais apresenta sensibilidade à dor, ao prurido, ao calor, ao frio e a injúrias físicas e químicas.

A dermatite alérgica à picada de pulgas (DAPP) causa uma reação alérgica na pele gerando hipersensibilidades cutâneas e falhas na barreira de proteção epidérmica que são provocadas por substâncias encontradas na saliva das pulgas, as lesões causadas pelas mordidas e coceira desencadeiam em uma hiperpigmentação no local afetado, prurido, falhas e perda de pelo, aumentando o risco de infecções secundárias e contaminação por outros micro-organismos como fungos e bactérias. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar o conceito, diagnóstico, tratamento e medidas profiláticas para a erradicação e controle da DAPP.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As doenças alérgicas podem ter várias causas, dentre elas destacamos a dermatite alérgica por picada de pulga (DAPP) associada a um caso de hipersensibilidade. A DAPP é uma alergia prurigionosa e inflamatória da derme, podendo ser local ou se manifestar em toda a pele. À medida que a doença avança, os sintomas podem tornar-se crônicos, levando o animal a desenvolver alopecia, hiperpigmentação, seborreia e hiperceratose (espessamento da camada mais externa da pele).

É uma das dermatites alérgicas mais frequentes em cães, geralmente de caráter sazonal, predominando ambientes quentes e úmidos, especialmente durante o verão e em regiões de clima tropical. Os sinais clínicos podem surgir em qualquer idade, sem predileção por sexo ou raça.

2.1. DERMATITE ALÉRGICA À PICADA DE PULGA (DAPP)

A Dermatite Alérgica por Picada de Pulga (DAPP) é reconhecida como a reação cutânea de hipersensibilidade mais frequente na dermatologia veterinária, acometendo principalmente cães e gatos. Essa condição manifesta-se quando a saliva do ectoparasita — termo utilizado para designar parasitas externos, como as pulgas, que vivem na superfície corporal do hospedeiro — é inoculada na pele durante a mordida. A saliva contém diversos antígenos, isto é, substâncias capazes de ativar o sistema imunológico, entre eles proteínas, enzimas e anticoagulantes. Esses componentes provocam a liberação de mediadores inflamatórios, como a histamina, responsável por processos de vasodilatação, coceira intensa e vermelhidão local. A resposta imunológica exacerbada leva a uma inflamação aguda da derme, resultando em sinais clínico como prurido persistente, eritema (vermelhidão cutânea), pápulas (elevações na pele), pústulas (lesões com conteúdo purulento) e alopecia (perda de pelos).

Com a evolução do quadro, é comum o surgimento de lesões secundárias, como escoriações decorrentes do ato contínuo de coçar ou morder a região afetada, além de infecções bacterianas oportunistas que agravam o estado da pele. A gravidade da dermatopatia varia conforme a resistência imunológica do animal, o tempo de duração da infestação e a quantidade de pulgas presentes, de modo que indivíduos mais sensíveis

desenvolvem sintomas intensos mesmo diante de pequenas exposições.

2.2. DIAGNÓSTICO DA DAPP

Os sinais clínicos da DAPP podem ser inicialmente observados através do desconforto e inquietação do animal, provocados pela coceira e mordidas na pele, ocasionando em lesões cutâneas, vermelhidão, alopecia (perda de pelo) e prurido. O primeiro passo para o diagnóstico é observar se há presença de ectoparasitas nas regiões do corpo, analisar se há históricos de infestações passadas, fazer a anamnese com o tutor, efetuar um exame clínico, físico, exames complementares como o exame citológico e histopatológico, além de testes sorológicos. Os diagnósticos diferenciais incluem dermatite atópica, sarna sarcóptica, dermatofitose, pediculose, atopia e petofitose.

2.3. TRATAMENTO E MEDIDAS PROFILÁTICAS

O tratamento da DAPP é realizado através do uso de corticóides e antiparasitários, shampoos e condicionadores medicamentosos, controle do prurido, também inclui a eliminação de pulgas presentes no ambiente e no animal. Estudos apontam que as pulgas presentes nos animais representam apenas 5% dos parasitas encontrados no ambiente, os outros 95% representam os diferentes estágios da pulga espalhados pelo local, o que dificulta o controle e erradicação da praga.

3.PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica e uma abordagem qualitativa com base em artigos científicos, dissertações e teses publicadas no Brasil. A seleção desses itens foi feita em bases como SciElo e repositórios acadêmicos. O objetivo principal foi buscar uma base teórica com finalidade de obter e compartilhar conhecimento sobre dermatite alérgica em cães e gatos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de artigos, teses e dissertações permitiu evidenciar a importância do conhecimento relacionado aos sintomas da Dermatite Alérgica à Picada de Pulga (DAPP) para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. A literatura destaca que, além da identificação de lesões cutâneas, prurido intenso e dor associada, o controle da DAPP requer a prevenção de novas infestações por meio do manejo ambiental. Entre os desafios práticos relatados, apontam-se a dificuldade de eliminar o parasita do ambiente.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a DAPP é uma dermatopatia alérgica e dermatológica provocada pela inoculação da saliva da pulga, prevalente em pequenos animais, cujo diagnóstico precoce e manejo integrado entre animal e o ambiente são essenciais para reduzir recidivas ou complicações secundárias.

REFERÊNCIAS

[1] DE VASCONCELOS, Jackson *et al*. **Caracterização clínica e histopatológica das dermatites alérgicas em cães**. Scimago Institutions Rankings, SciELO, p. 1-9, 23 mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pvb/a/ctxjh7FyZzzzC6mB3SpGcLc. Acesso em: 14 jun. 2025.

[2] FERNANDES, Fernanda. **CONTROLE DE CTENOCEPHALIDES SPP. EM CÃES COM DERMATITE ALÉRGICA À PICADA DE PULGA**. 2014. Dissertação (Graduação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/110048/000951181.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 jun. 2025.

[3] MARTINS, Amanda. **CONTROLE DA DERMATITE ALÉRGICA A PICADA DE PULGAS (DAPP) EM CÃES.** Anhanguera, [*S. l.*], p. 1-38, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/52829/1/AMANDA_MARTINS_DEFESA.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

[4] MORAES, Lais de Jesus. **Avaliação do prick test como um método auxiliar de diagnóstico de dermatite alérgica a picada de pulga em cães**. 2021. 34 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) - Instituto de Veterinária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

[5] PEREIRA, Luisa; MARTINS, Luis Miguel Lourenço; ALVES, Inês; SEMIÃO-SANTOS, Saul; DA CRUZ Inácio, FILIPE, Fernando; BENTO, Ofélia. **ESTUDO CLÍNICO DERMATOLÓGICO DE CANÍDEOS COM SINTOMATOLOGIA COMPATÍVEL COM DERMATITE ALÉRGICA**, Trabalho apresentado em IX Congresso do Hospital Veterinário Montenegro, In CD de atas do IX Congresso do Hospital Veterinário Montenegro, Santa Maria da Feira, 2013.

Capítulo 46

Determinantes sociais da saúde e populações em situação de vulnerabilidade: um olhar inclusivo

Erilene Maria Mourão Solart[1]
Fabricio de Oliveira Farias Filho[2]
Jhessy Vitória Fontes Fonseca[3]
Lara Kayndria de Araújo Monteiro[4]
Manuela Morais do Nascimento[5]
Vinicius Feitosa Brandao Freitas[6]

Resumo: Esse artigo tem como objetivo tratar de forma detalhada sobre os Determinantes Sociais da Saúde e sua respectiva relação com as condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Este estudo é de natureza qualitativa com procedimentos de pesquisa bibliográfica. A pesquisa possibilitou o entendimento sobre o conceito de Determinantes Sociais da Saúde e vulnerabilidade social, abordando como a existência de fatores determinantes da saúde são capazes de influenciar um indivíduo em uma totalidade, englobando diversos aspectos dentro de uma população. Assim, evidencia-se que os Determinantes Sociais da Saúde desempenham um papel de destaque na determinação da qualidade de vida do ser humano, portanto, são dignos de políticas públicas eficientes e uma melhor assistência voltada para aspectos sociais dos indivíduos de um determinado espaço, com foco na atenção integral.

Palavras-chave: Determinantes Sociais da Saúde, Vulnerabilidade social, Saúde.

[1] Professora do Ensino Superior do curso de enfermagem do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), M.a. E-mail: emmsolart@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: fabriciofilho1790@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: jhessykpoper2019@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: kayndriaaraujo@gmail.com
[5] Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: manuela.nasc007@gmail.com
[6] Acadêmico do curso de enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: viniciusfeitosabrandaofreitas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) vão além da ausência de doenças, eles são moldados pelas condições de vida em que as pessoas nascem, crescem, trabalham e envelhecem, exercendo uma grande influência sobre o bem-estar físico e mental de cada indivíduo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o estado de saúde é resultado direto das oportunidades e limitações impostas pelo contexto social. Aspectos como renda, escolaridade, moradia, trabalho, acesso a serviços básicos e ambiente cultural formam a base que sustenta (ou fragiliza) a saúde coletiva.

O modelo de Dahlgren e Whitehead (1991) ilustra uma complexa rede de fatores, demonstrando que as desigualdades em saúde não são casuais, mas consequência de estruturas socioeconômicas que organizam a sociedade. Nesse sentido, é fundamental compreender o conceito de vulnerabilidade social, muito utilizado para descrever a situação de indivíduos ou grupos marginalizados à margem da sociedade. A vulnerabilidade social refere-se à condição de pessoas ou famílias que enfrentam processos de exclusão social.

Desta forma, este artigo busca compreender os DSS e a vulnerabilidade social, destacando como esses fatores são essenciais para revelar as razões pelas quais certos grupos vivem por mais tempo que outros, além de auxiliar a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas, que promovam equidade e respeito às diferenças sociais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Organização Mundial da Saúde define os DSS como as condições de vida em que um indivíduo nasce, cresce, vive, trabalha e envelhece. A saúde é profundamente influenciada por fatores como nível de renda, educação, qualidade de moradia, emprego, acesso a serviços essenciais, políticas públicas disponíveis e até mesmo o contexto cultural onde um indivíduo está inserido.

O modelo de Dahlgren e Whitehead (1991) mostra que as desigualdades em saúde não são acidentais; elas são fruto das condições estruturais da nossa sociedade. Portanto, entender os DSS é o primeiro passo para analisar por que as pessoas não têm as mesmas oportunidades de serem saudáveis e, assim, planejar políticas de saúde mais justas e inclusivas.

Figura 1: As 5 camadas de Determinantes Sociais da Saúde de um individuo



Fonte: https://blog.samisaude.com.br

No contexto brasileiro, a realidade é ainda mais evidente, pois, os estudos de Buss e Pellegrini Filho (2007) mostram que as profundas desigualdades socioeconômicas e raciais são o motor principal da distribuição de doenças.

A posição social de uma pessoa é definida de acordo com sua renda, cor/raça, gênero, escolaridade e moradia, esses fatores influenciam quanto: A exposição de riscos ambientais (como falta de saneamento), a qualidade da alimentação, as oportunidades de trabalho e qualidade dos serviços de saúde.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2023) aponta: as populações mais vulneráveis, como os moradores de periferias e as comunidades tradicionais, sofrem desproporcionalmente com doenças que poderiam ser evitadas. Isso não é apenas uma falha do sistema de saúde, é um reflexo injustiça social

Os DSS mostram que o adoecimento não é apenas individual ou biológico. É o resultado de uma interação complexa entre estruturas sociais, políticas e econômicas. Para alcançar a equidade em saúde, É preciso uma abordagem intersetorial, que envolva ativamente políticas de educação, trabalho, moradia, saneamento básico e assistência social.

Segundo Nancy Krieger (2011), a saúde é uma expressão direta das condições em que as pessoas vivem e das oportunidades que lhes são dadas. Por isso, se quisermos uma sociedade verdadeiramente saudável e inclusiva, a luta deve ser por combater as desigualdades estruturais.

O significado de vulnerabilidade social é um termo amplamente utilizado para descrever a situação de indivíduos ou grupos que se encontram marginalizados ou à margem da sociedade, refere-se à condição daqueles que estão em processo de exclusão social, o que frequentemente está atrelado a fatores socioeconômicos.

Entende-se por vulnerabilidade social a conjuntura em que pessoas ou famílias lidam com condições de vida precárias, como moradias inadequadas, deficiência nos serviços de saneamento básico, meios de subsistência limitados ou nulos e a falta de um

suporte familiar estruturado.

Essas características apontam um estágio de risco social onde o indivíduo não consegue exercer plenamente seus direitos e deveres como cidadão, devido o desequilíbrio socioeconômico. É importante enfatizar que, vulnerabilidade social não é um sinônimo de pobreza, pois se refere mais especificamente à fragilidade da situação socioeconômica de um indivíduo ou grupo. Os indivíduos considerados socialmente vulneráveis muitas vezes perdem sua representatividade na sociedade e dependem de auxílios externos para sobreviver.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo em vista a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre a população em situação de vulnerabilidade no Brasil e os DSS a ela associados, a presente pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza simples, tem como objetivo descritivo compreender os fatores que influenciam essa realidade, utilizando como procedimento o estudo bibliográfico.

Segundo Gil (2023), a pesquisa qualitativa, centra-se em uma abordagem subjetiva para a compreensão de um fenômeno, explorando sua dinâmica e complexidade. Busca descrever e interpretar o objeto de estudo de maneira aprofundada, valorizando os contextos sociais, culturais e individuais que o compõem. Considerando as etapas de investigação propostas neste estudo, foi realizado um levantamento de materiais bibliográficos que disponibilizassem informações relevantes, permitindo realizar uma análise e consequentemente descrever um diagnóstico quanto aos problemas que diz respeito à saúde e à exclusão social decorrente da vulnerabilidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da respectiva pesquisa, foi possível adquirir conhecimento de uma compreensão ampliada e significativa acerca do significado dos DSS para a sociedade e sua ação sob as populações em situação de vulnerabilidade, além disso, mostra que propostas de políticas públicas mais eficientes e organizadas serão uma ação fundamental para a melhoria de vida daqueles afetados por aspectos sociais que contribuam para uma piora do estado de saúde de um indivíduo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das informações, é possível concluir que os Determinantes Sociais da Saúde desempenham papel fundamental sobre a qualidade de vida, bem-estar e condições de saúde dos indivíduos. Os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de avanços significativos voltados à superação dos principais desafios que comprometem a assistência e o fortalecimento dos contextos sociais. As consequências dessa realidade refletem-se nas fragilidades das estruturas sociais e econômicas da sociedade, que acabam gerando vulnerabilidade diante da exclusão social, dos recursos limitados e da ausência de um suporte familiar efetivo.

Como apresentado, os DSS resultam de uma estrutura consolidada ao longo do tempo pela própria sociedade, marcada pelas diferenças entre classes sociais e pelas desigualdades nas oportunidades de uma vida digna. Enquanto as classes mais altas

desfrutam de melhores condições e acesso à uma saúde de qualidade, as camadas mais vulneráveis permanecem marginalizadas, sofrendo com profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais, o que contribui para a predisposição de doenças. Portanto, nota-se a necessidade de superar essa concepção, considerando a interdisciplinaridade como essencial para compreender uma realidade com múltiplas determinações. O maior desafio consiste em propor alternativas ao modelo de organização social vigente, no sentido de construir um planejamento socioeconômico comprometido com um projeto de desenvolvimento justo, solidário, sustentável e inclusivo para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

[1] BUSS, Paulo M.; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006. Acesso em: 8 out 2025.

[2] DAHLGREN, Göran; WHITEHEAD, Margaret. **Policies and strategies to promote social equity in health**. Stockholm: Institute for Futures Studies, 1991. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/hhs/ifswps/2007_014.html. Acesso em: 8 out 2025.

[3] FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **Desigualdades sociais e saúde no Brasil: determinantes e desafios**. Relatório Técnico, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://portal.fiocruz.br. Acesso em: 8 out 2025.

[4] **GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas 2023.**

[5] KRIEGER, Nancy. **Epidemiology and the people's health: theory and context**. New York: Oxford University Press, 2011. Disponível em: https://academic.oup.com/book/25972. Acesso em: 8 out 2025.

[6] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre determinantes sociais da equidade em saúde**. Genebra: OMS, 2025. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/determinantes-sociais-da-saude. Acesso em: 8 out 2025.

[7] CLINICA, Psicanálise. **Vulnerabilidade Social: definição, causas, tipos e exemplos**.2020. Disponível em: https://www.psicanaliseclinica.com/vulnerabilidade-social/. Acesso em: 8 out 2025.

Capítulo 47

Diversidade no ambiente de trabalho - importância e desafios

Viviane Thomé de Souza[1]
Júlia Emily de Souza Pinto[2]
Gabriel Serrão Batista[3]

Resumo: A diversidade no ambiente de trabalho é um fator estratégico que impulsiona a inovação, fortalece a competitividade e promove a representatividade social. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, como resistências culturais e práticas focadas apenas no cumprimento legal, sem transformação real. Com base nas teorias da Identidade Social e da Equidade, observa-se que a diversidade, quando integrada à cultura organizacional, traz benefícios concretos, como engajamento e legitimidade. Por outro lado, abordagens superficiais tendem a reproduzir desigualdades e prejudicar a credibilidade institucional. Promover a diversidade exige políticas inclusivas, gestão transparente e valorização genuína das diferenças, consolidando-a como pilar do desenvolvimento sustentável nas organizações.

Palavras-chave: Diversidade organizacional. Inclusão. Produtividade. Competitividade empresarial. Gestão de pessoas.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Recursos Humanos do Centro Universitário FAMETRO (Manaus - AM), Mestre em Constitucionalismo e Direito da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas,E-mail:viviane_fametro@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário FAMETRO (Manaus AM), E-mail: juliaemily0584@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário FAMETRO (Manaus AM), E-mail: gabrieelbatista02@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A diversidade no ambiente de trabalho configura-se como um fator estratégico essencial nas organizações modernas, pois impulsiona a inovação, a competitividade e a representatividade social. O estudo busca analisar se, no contexto brasileiro, a diversidade empresarial é uma prática efetiva ou apenas um discurso institucional. Observa-se que muitas empresas ainda tratam o tema de forma superficial, limitando-se ao cumprimento de legislações, como o Decreto nº 3.298/1999. A fundamentação teórica apoia-se nas teorias da Identidade Social, da Equidade e do Conflito Realista, que ajudam a compreender os desafios enfrentados pelas empresas e a formular estratégias mais eficazes de inclusão e valorização das diferenças dentro do ambiente corporativo.

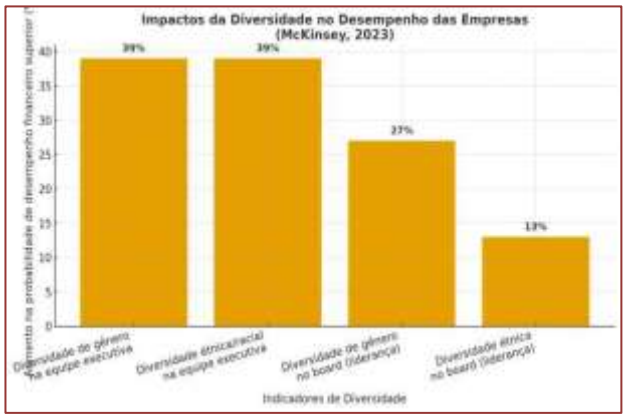
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para estabelecer uma linguagem conceitual clara, é necessário compreender o significado de diversidade, termo que se refere à multiplicidade de elementos, à variedade e à qualidade do que é distinto. Segundo Fleury (2000), a diversidade representa a valorização das diferenças individuais e coletivas que compõem uma organização. Essas diferenças podem incluir aspectos culturais, tradições, costumes, religião, idioma, orientação sexual, cor da pele, gênero e etnia.

O presente relatório apresenta os impactos da diversidade no desempenho organizacional, com base no estudo 'Diversity Matters Even More' da consultoria

McKinsey & Company (2023). Os dados evidenciam que empresas que investem em diversidade de gênero e étnica em cargos executivos e de liderança têm maior probabilidade de alcançar resultados financeiros superiores.

Figura 1 – Impactos da Diversidade no Desenvolvimento das Empresas.



Fonte:https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversity-and-inclusion/diversity-matters-even- more-the-case-for-holistic-impact

Conforme ilustrado no gráfico, empresas situadas no quartil superior em diversidade de gênero e étnica apresentam até 39% mais chances de desempenho financeiro superior em comparação às demais. Além disso, a diversidade nos conselhos de administração (boards) também está associada a ganhos significativos, reforçando que a pluralidade de perspectivas contribui para uma melhor tomada de decisão,

inovação e clima organizacional.

A população brasileira, marcada pela miscigenação e pluralidade cultural, reflete uma rica combinação de identidades e modos de vida. Nesse contexto, torna-se essencial promover a igualdade entre todos, combatendo o racismo e outras formas de discriminação, de modo a preservar a dignidade e os direitos fundamentais de cada indivíduo. Conforme Hall (2003), a cultura é um espaço dinâmico de construção de identidades, e compreender essa diversidade é um passo essencial para a inclusão social.

A diversidade cultural manifesta-se por meio da convivência e da interação entre indivíduos de diferentes origens, crenças e valores, sendo expressa na arte, na gastronomia, na música, nas tradições e nos comportamentos sociais. Para Chiavenato (2014), reconhecer e valorizar essas diferenças dentro das organizações amplia a capacidade criativa e inovadora dos grupos, fortalecendo o desempenho coletivo e o clima organizacional.

Já Gil (2020) argumenta que a gestão de pessoas contemporânea deve incluir práticas que promovam o respeito mútuo, a equidade e a ética como princípios centrais. Nesse sentido, discutir diversidade implica também abordar o tema da inclusão, pois não basta reconhecer as diferenças é necessário criar condições para que todos tenham oportunidades reais de participação e crescimento.

Por fim, Dutra (2016) aponta que as empresas contemporâneas devem alinhar suas práticas à valorização da diversidade, implementando políticas de inclusão, programas de sensibilização e ações afirmativas que consolidem uma cultura ética e igualitária. A transformação digital, aliada à diversidade, fortalece a inovação e a flexibilidade, tornando as organizações mais competitivas, humanas e alinhadas às novas demandas do mercado global.

Tabela 1 - Estratégias para promover a diversidade cultural nas empresas

Estratégia	Descrição	Impacto esperado
Políticas institucionais de inclusão	Estabelecer normas internas que assegurem igualdade de oportunidades e combate à discriminação.	Maior equidade e fortalecimento da cultura organizacional.
Programas de capacitação e sensibilização	Treinamentos sobre diversidade, direitos humanos e combate a preconceitos.	Redução de estereótipos e fortalecimento do respeito mútuo.
Recrutamento e seleção inclusivos	Adoção de práticas que priorizem diversidade de gênero, etnia, idade, orientação sexual e nacionalidade.	Ampliação da representatividade e inovação no ambiente de trabalho.
Mentoria e desenvolvimento de carreira	Programas de apoio ao crescimento profissional de grupos sub-representados.	Redução de desigualdades e valorização de talentos diversos.
Comunicação inclusiva	Utilização de linguagem não discriminatória e valorização da pluralidade cultural nas campanhas internas.	Fortalecimento da imagem institucional e clima organizacional positivo.
Monitoramento e avaliação de resultados	Indicadores e métricas para acompanhar avanços em diversidade e inclusão.	Transparência e melhoria contínua das práticas organizacionais.

Fonte: Autoria própria (2025)

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo adota abordagem qualitativa e documental para compreender a relevância e os desafios da diversidade no ambiente de trabalho. Trata-se de pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, visando contribuir para práticas organizacionais de gestão de pessoas e inclusão social. A coleta de dados envolveu revisão bibliográfica em livros, artigos e relatórios institucionais, complementada por análise documental de legislações e práticas corporativas. A análise crítica e comparativa permitiu identificar convergências e divergências sobre a efetividade das políticas de diversidade, suas implicações estratégicas e os desafios na implementação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que a diversidade no ambiente de trabalho, embora reconhecida como fator estratégico para inovação e competitividade, ainda é aplicada de forma limitada nas organizações brasileiras. Conforme Rosário (2023), muitas empresas abordam o tema de maneira superficial, restringindo-se ao cumprimento de legislações como o Decreto nº 3.298/1999, sem transformá-lo em políticas efetivas de inclusão. A análise bibliográfica, apoiada também em Drucker (2007), Robbins e Judge (2019) e Tajfel e Turner (1979), demonstra que a incorporação genuína da diversidade amplia a criatividade, fortalece o clima organizacional, promove maior representatividade social e enfrenta desafios como resistência cultural, falta de sensibilização e uso do discurso inclusivo apenas como estratégia institucional. Assim, a efetiva implementação da diversidade requer comprometimento ético, estratégias bem definidas e envolvimento de gestores e colaboradores, transformando o discurso em uma realidade organizacional concreta, inclusiva e inovadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a diversidade no ambiente de trabalho constitui um elemento essencial para o fortalecimento das organizações, promovendo inovação, competitividade e representatividade social. Contudo, os resultados evidenciam que, no contexto brasileiro, sua aplicação ainda é limitada, sendo frequentemente tratada apenas como cumprimento de exigências legais. A pesquisa indica que, para além do aspecto normativo, é fundamental implementar políticas estruturadas de inclusão, promover a conscientização e alinhar gestores e colaboradores em torno de práticas efetivas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Pesquisa e Extensão da FAMETRO, pela oportunidade e pelo suporte institucional na realização desta pesquisa, à professora Viviane T. Souza, pela orientação dedicada e incentivo constante, e aos colegas de curso, pela colaboração e troca de conhecimentos que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] DRUCKER, P. F. Management Challenges for the 21st Century. New York: HarperCollins, 2007. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson, 2019. ROSÁRIO, Weruska Silva do. Gestão da diversidade: uma análise da relação entre o desempenho,

[2] satisfação e comprometimento dos trabalhadores no contexto organizacional brasileiro. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2023.

[3] TAJFEL, H.; TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (Ed.). The Social Psychology of Intergroup Relations. Monterey, CA: Brooks/Cole, 1979. p. 33–4

[4] Fonte: McKinsey & Company. (2023). Diversity Matters Even More. Disponível em: https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversity-and-inclusion/diversity-matters-even-more-the-case-for-holistic-impact

[5] ADAMS, J. S. *Inequity in social exchange*. Advances in Experimental Social Psychology, v. 2, p. 267-299, 1965.

[6] BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 21 dez. 1999.

[7] COX, T.; BLAKE, S. *Managing cultural diversity: implications for organizational competitiveness*. Academy of Management Executive, v. 5, n. 3, p. 45-56, 1991.

[8] IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Diversidade, equidade e inclusão em conselhos de administração.** São Paulo: IBGC, 2023. Disponível em: https://www.ibgc.org.br

Capítulo 48

O nível de divulgação do planejamento orçamentário no estado do Amazonas

Geovana de Oliveira Cativo[1]
Zuila Cavalcante Paulino[2]

Resumo: O presente trabalho tem como meta analisar o nível do planejamento orçamentário no Estado do Amazonas. Regido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o orçamento constitui instrumento essencial de gestão fiscal e transparência pública. O estudo objetiva investigar como ocorre sua divulgação no Amazonas, avaliando a conformidade legal, a qualidade da informação, a acessibilidade e o alcance junto à sociedade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo, utilizou procedimentos bibliográficos e documentais, analisando legislações, portais de transparência e dados sobre percepção cidadã. Os resultados demonstraram que, apesar do cumprimento formal das exigências legais, apenas vinte e sete por cento dos municípios atendem plenamente aos requisitos de transparência, revelando desigualdades acentuadas entre a capital e o interior. Barreiras como a linguagem técnico-contábil, a baixa inclusão digital e o desconhecimento dos portais dificultam o efetivo controle social. Conclui-se que, apesar da base legal sólida, a efetividade da transparência depende da simplificação da linguagem, do uso de tecnologias inovadoras e do fortalecimento da participação social para garantir o pleno exercício da cidadania no contexto amazônico.

Palavras-chave: Planejamento orçamentário. transparência pública. controle social. amazonônico.

[1] Acadêmico (a) de Ciências Contábeis da FAMETRO. E-mail: giholiveira1716@gmail.com
[2] Professor (a) Orientadora da FAMETRO. E-mail: Zuila.cavalcante@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O planejamento orçamentário no Estado do Amazonas não é apenas uma formalidade: é a bússola que orienta a aplicação dos recursos públicos. Regido pela Constituição Federal de 1988, o Artigo 165 estabelece o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos essenciais da gestão fiscal.

A relevância desses instrumentos vai além do cumprimento legal, pois a sua transparência é o pilar da democracia. O jurista Marcus Abraham destaca que o princípio da publicidade exige a divulgação através dos meios oficiais, mas a transparência efetiva requer mais. Nessa linha, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu Artigo 48, exige ampla divulgação em meios eletrônicos, almejando o controle social e a accountability.

A pesquisa é relevante porque busca investigar o tema planejamento orçamentário no Amazonas, examinando se a conformidade legal (publicação) se traduz em transparência efetiva. Isso é crucial, pois, como afirma o pesquisador Roberto Jardim Cavalcante, "Ainda que divulgada, a informação não será transparente se incompreensível ao grande público."

O orçamento público é, essencialmente, o instrumento de manutenção das necessidades do cidadão, seja nas áreas de saúde, educação ou segurança. Desta forma, há necessidade de se averiguar se a peça orçamentária e as outras leis que compõem todo o arcabouço legal que regem a planificação e execução orçamentária são não apenas publicadas, mas sim acessíveis e se todo o processo é transparente para a população.

Os propósitos da divulgação do planejamento orçamentário vinculam-se à necessidade de assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, fomentar o diálogo entre poder público e sociedade civil e garantir que os cidadãos tenham acesso a informações compreensíveis e úteis para exercer a fiscalização cidadã. Adicionalmente, procura-se através da publicação orçamentária harmonizar as políticas governamentais com as demandas populacionais, monitorar o cumprimento da gestão fiscal frente aos objetivos propostos e disponibilizar instrumentos de engajamento que favoreçam o aperfeiçoamento permanente da administração pública. Nesse sentido, a divulgação do planejamento orçamentário vai além da mera disponibilização de informações, convertendo esses dados em subsídios relevantes, consolidando a efetividade, a accountability e a continuidade sustentável da gestão pública no território amazonense.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO ESTADO DO AMAZONAS

A Constituição do Amazonas (1989) exige que leis do Executivo estabeleçam o PPA, a LDO e o Orçamento Anual (Art. 150). O planejamento orçamentário na Amazônia, contudo, deve integrar as especificidades geográficas e ambientais da região (Meirelles, 2019). O PPA amazonense incorpora a dimensão ambiental como eixo transversal, buscando conciliar desenvolvimento com preservação (Costa; Silva, 2020). Por fim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 5.456/2023) define como prioridades a economia florestal, a expansão da conectividade digital e políticas de adaptação às mudanças climáticas.

2.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública deve obedecer ao princípio da publicidade, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal reforça que os instrumentos de gestão fiscal devem ter ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos. No entanto, a transparência pública vai além da mera disponibilização de documentos. Segundo Cruz et al. (2012), ela envolve a qualidade da informação e sua acessibilidade ao cidadão comum. Reforçando essa perspectiva, Zuccolotto e Teixeira (2014) destacam que a transparência orçamentária efetiva deve contemplar: a) Disponibilidade de informações em tempo hábil; b) Detalhamento adequado das receitas e despesas; c) Compreensibilidade das informações; d) Acessibilidade por diversos meios.

Atualmente, os entes públicos amazonenses utilizam o Portal da Transparência, Portais Municipais, Diário Oficial e Relatórios de Gestão Fiscal para essa divulgação. Contudo, a análise da conformidade, conforme dados do Tribunal de Contas, revela um desafio: apenas vinte e sete por cento dos municípios atendem plenamente aos requisitos legais de transparência (Silva; Braga, 2023).

2.3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA DIVULGAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O acesso à informação pública na Amazônia é complexo, sendo profundamente impactado pela desigualdade de acesso à internet, que aprofunda as assimetrias informacionais entre cidadãos e Estado (Abrucio, 2010). As limitações logísticas são agravadas pelas grandes distâncias e pela precariedade dos meios de comunicação (Araújo e Costa, 2020). Adicionalmente, Giacomoni (2021) aponta que a própria natureza técnica dos instrumentos orçamentários dificulta a compreensão plena pela sociedade, limitando o efetivo controle social.

Ferramentas inovadoras focam em mitigar as barreiras. A visualização de dados facilita a interpretação das informações orçamentárias (Gomes e Martins, 2023). A Política de Governo Digital do Amazonas (Lei nº 6.837/2024) busca ampliar a transparência com plataformas digitais. O Orçamento Cidadão é eficaz para democratizar o acesso e promover a educação fiscal da população (CFC, 2017).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa adota a abordagem qualitativa para compreender a realidade da divulgação do planejamento orçamentário no Amazonas. Segundo Minayo (2015), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações e valores, sendo capaz de captar especificidades regionais como barreiras de conectividade e desafios logísticos no contexto amazônico.

Quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como aplicada, pois visa gerar conhecimento para solução de problemas práticos, conforme definido por Gil (2019). Os objetivos são simultaneamente exploratórios e descritivos. A vertente exploratória visa familiarizar-se com o problema da transparência orçamentária no estado, tornando-o explícito em um tema pouco estudado. Já a descritiva foca na descrição das características da conformidade legal e da percepção cidadã sobre o fenômeno da transparência pública. Ambas as abordagens validam o uso de técnicas bibliográficas e documentais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de Silva e Braga (2023) sobre transparência municipal no Amazonas evidenciou que apenas vinte e sete por cento dos sessenta e dois municípios do estado atendem plenamente aos requisitos legais de transparência. Esta heterogeneidade municipal revela desigualdades estruturais entre a capital e o interior, comprometendo o exercício pleno da cidadania nas regiões mais afastadas.

Já a pesquisa de Gomes e Ferreira (2022) demonstrou disparidades significativas entre Manaus e os municípios do interior. Enquanto a capital apresenta índice de transparência orçamentária de setenta e oito vírgula três por cento, a média dos demais municípios é de apenas quarenta e um vírgula dois por cento, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura tecnológica e capacitação para reduzir essas assimetrias informacionais.

Por fim, Lima et al. (2021) investigaram a percepção cidadã quanto à transparência orçamentária, constatando que sessenta e oito por cento da população desconhece a existência dos portais de transparência, oitenta e dois por cento consideram as informações de difícil compreensão e noventa e um por cento nunca participaram de audiências públicas. Apesar disso, a transparência mostrou-se relevante como instrumento de controle social, embora limitada pela linguagem técnico-contábil e pela baixa inclusão digital em muitas regiões.

Assim, em conjunto, os três estudos confirmam que os instrumentos de divulgação do planejamento orçamentário são fundamentais para apoiar o controle social, porém sua efetividade depende da superação das barreiras de linguagem, acesso e participação, promovendo maior accountability e sustentabilidade da gestão pública no contexto amazônico.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa baseou-se em destacar que a publicização do plano orçamentário se consolidou como instrumento estratégico chave para a clareza pública no Amazonas, superando sua dimensão simplesmente formal. Os arcabouços teóricos demonstraram que dispositivos como portais de transparência, informes fiscais e audiências públicas são vitais para a eficácia do monitoramento social e perenidade da gestão pública.

Os estudos empíricos revelam que, apesar do reconhecimento da importância legal, predomina a transparência formal em detrimento da transparência efetiva, com restrita compreensão e participação popular. Infere-se que a plena efetividade da publicização orçamentária exige não apenas melhoria técnica, mas transformações culturais e institucionais que viabilizem a democratização do acesso à informação, o fortalecimento da participação cidadã e a perenidade da gestão pública no contexto singular da região amazônica.

REFERÊNCIAS

[1] **ABRUCIO, Fernando Luiz.** *Coordenação e governança no federalismo brasileiro.* São Paulo: FGV, 2010.

[2] **ARAÚJO, Maria; COSTA, Ricardo.** Desafios da inclusão digital na Amazônia. *Revista Amazônica de Estudos Sociais*, v. 15, n. 2, p. 89–104, 2020.

[3] **CRUZ, Mariana; SILVA, Tiago.** Transparência e participação cidadã na gestão pública. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 415–432, 2018.

[4] **GIACOMONI, Pedro.** *Planejamento orçamentário e gestão pública: fundamentos e práticas.* São Paulo: Atlas, 2020.

[5] **GIL, Antonio Carlos.** *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

[6] **GOMES, André; FERREIRA, Paulo.** *Desafios da transparência pública no Brasil: capacitação, tecnologia e controle social.* Brasília: IPEA, 2022.

[7] **LIMA, José et al.** *Percepção cidadã sobre transparência orçamentária no Amazonas.* Manaus: UFAM, 2021.

[8] **MINAYO, Maria Cecília de Souza.** *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

[9] **SILVA, Renato.** *Gestão fiscal e despesas públicas: um estudo no contexto estadual.* Rio de Janeiro: FGV, 2019.

[10] **SILVA, Renato; BRAGA, Lucas.** *Transparência municipal no Amazonas: análise dos portais oficiais.* Manaus: EDUA, 2023.

Capítulo 49

Hipovitaminose a em psitacídeos domésticos

Lívia Franco da Silva Lima[1]
Rayanne Oliveira Marques[2]
Amanda da Silva Silva[3]
Pedro Alexandre do Valle Almeida[4]
Laynah Pimenta[5]

Resumo: A hipovitaminose A é um distúrbio nutricional que acomete principalmente aves domésticas da ordem Psittaciforme, ocasionando danos à pele, sistemas imune e reprodutivo e à visão. Este trabalho delimitou-se à pesquisa dos efeitos da hipovitaminose A aos psitacídeos, aos diagnósticos laboratoriais e ao tratamento com adequação alimentar por meio de suplementação vitamínica e ração balanceada. O objetivo geral foi abordar a importância da vitamina A para os psitacídeos e do fornecimento de alimentos ricos em carotenóides. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e PubMed, contemplando os temas vitamina A, hipovitaminose A e psitacídeos. Os resultados analisados mostraram que a oferta de frutas, verduras e sementes em complemento com rações balanceadas atendem as necessidades nutricionais dessas aves criadas em cativeiro. Assim, o conhecimento acerca da dieta dos psitacídeos por parte do médico veterinário e dos tutores é crucial para prevenir não só a carência de vitamina A, como também de outras alterações nutricionais caras a essas aves.

Palavras-chave: Hipovitaminose A. Psitacídeos. Manejo nutricional.

[1] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: francoliviasilva@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: rayanneoliveiramarques0@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: silvaamanda69235@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: p.alexandrevalle@gmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM), Mestre pela Universidade E-mail: laynah.pimenta@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A hipovitaminose A é uma anomalia nutricional grave decorrente da queda nos níveis de vitamina A no organismo e da dieta rica em sementes oleaginosas. Tal carência ocasiona como sinais clínicos: anorexia, metaplasia de células escamosas, distúrbios visuais como cegueira noturna, ressecamento da conjuntiva e lesão da camada superficial dos olhos (Farias, 2020; Nahum et al, 2015). Essa doença acomete grandes e pequenos animais, répteis (tartarugas e jabutis) e aves como, por exemplo, os psitacídeos. Neste grupo de aves silvestres, a hipovitaminose A, assim como outros distúrbios nutricionais, é comum em indivíduos criados em cativeiro principalmente quando alimentados à base de sementes, como as de girassol. Distúrbios oculares como blefarite, conjuntivite, queratite não ulcerativa, edema de córnea, entre outros distúrbios da visão podem estar relacionados a casos de hipovitaminose A (Costa, 2021). Dessa forma, o conhecimento acerca do manejo nutricional correto das espécies de psitacídeos domésticos é fundamental para prevenir a insuficiência de nutrientes essenciais à saúde desses animais.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a importância da vitamina A para as aves da ordem dos psitacídeos que são comumente domesticadas. A relevância do tema se deve à alta frequência da doença em psitacídeos de cativeiro e seus impactos no bem-estar animal. Além disso, o presente estudo aborda as formas de diagnóstico, tratamento e a adoção de um manejo nutricional diversificado conforme a necessidade de cada espécie. Assim, a revisão bibliográfica tem a função de auxiliar e a formar médicos veterinários com atuação na clínica de animais silvestres e não convencionais, trazendo-lhes uma melhor compreensão acerca da condição anteriormente citada, explicando aos tutores que tenham ou desejam adquirir um psitacídeo a como proceder corretamente na alimentação e manejo dessas aves.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. METABOLISMO E FUNÇÕES DA VITAMINA A

A vitamina A ou é uma vitamina lipossolúvel, isto é, que se dissolve em gordura. Pode ser encontrada em alimentos de origem animal e vegetal, sendo neste último presente na forma de carotenóides pró-vitamínicos que são absorvidos pelas células do intestino delgado e convertidos em retinol, além de ácido retinóico e retinal que são metabolizados pelo próprio corpo. Logo, o retinol formado se liga à uma proteína denominada Proteína Transportadora de Retinol por meio da qual é levado ao fígado onde será armazenado e posteriormente utilizado em outros tecidos (Andrés et al, 2024). A vitamina A apresenta funções de grande importância para o organismo, como: modulação do sistema imunológico, diferenciação celular, reprodução e mantém a visão saudável, principalmente em condições de pouca luz (Pelletier e Shastak, 2024).

2.2. ETIOLOGIA E SINAIS CLÍNICOS DA HIPOVITAMINOSE A EM PSITACÍDEOS

Os psitacídeos são aves silvestres pertencentes à família Psittacidae, estando distribuídos ao redor do mundo, especialmente em continentes tropicais e subtropicais como o Brasil. Devido a seu comportamento adaptativo e fácil convívio com o ser humano, psitacídeos nativos(papagaios) e exóticos (periquitos e calopsitas) são comumente domesticados. Em vida livre, essas aves são consideradas generalistas, pois alimentam-se

de frutas, néctares, grãos, sementes, brotos, pequenos animais e de insetos (Cubas; Silva; Catão-Dias,2014). Quando domesticadas, porém, essa dieta diversificada é totalmente alterada, contribuindo para que desenvolvam distúrbios nutricionais, entre eles, a hipovitaminose A.

Nos psitacídeos criados em cativeiro, a carência dessa vitamina está relacionada a uma alimentação voltada exclusivamente ao consumo de alimentos ricos em lipídeos, com destaque para as sementes de girassol, pois a vitamina A é lipossolúvel. Outras etiologias consistem em casos de má-absorção intestinal e situações de estresse devido à forma com a qual o animal é criado. Quanto aos sinais clínicos, os principais são: anorexia; lesões epiteliais; metaplasia de células escamosas; distúrbios oculares como blefarite, conjuntivite, cegueira noturna e edema da córnea. Em alguns casos, as aves afetadas pela hipovitaminose A podem morrer por infecções secundárias por causa da supressão do sistema imunológico que reduz as imunoglobulinas (IgG e IgA), além da diminuição das reações de hipersensibilidade, baixa resposta a proteínas que desencadeiam a divisão celular, entre outros. Um exemplo de infecção secundária seria a resultante de pododermatite não tratada (Costa, 2021; Farias, 2022).

2.3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da hipovitaminose A em psitacídeos é obtido por meio de avaliação na dieta, observação de sinais clínicos e através do exame físico. A citologia das lesões também é realizada, observando-se microscopicamente resíduos de células epiteliais cornificadas descamadas, hemorragia e necrose do epitélio traqueal, faringite, além da visualização de sinais clássicos como metaplasia ou hiperqueratose. Assim como a citologia das lesões, a biópsia hepática auxilia eficientemente no diagnóstico da hipovitaminose A (Cruz et al,2015; Lourenço,2022).

2.4. TRATAMENTO

Os tratamentos mais indicados para a hipovitaminose A são a correção do manejo nutricional (dieta), suplementação através da oferta de alimentos ricos em betacaroteno, como legumes (cenoura, beterraba, espinafre e couve) e frutas (mamão e melão) e tratamento regular para flebotomia, caso houver necessidade (Tully et al, 2010). Em casos severos, no entanto, a administração parenteral de vitamina A é uma alternativa viável, pois não depende da absorção e conversão intestinal (Teixeira et al,2013). A correção da dieta de psitacídeos domésticos é necessária, porque a vitamina A é importante para a formação, proteção e função secretora da pele e mucosas, pigmentação das penas, atua no sistema ocular e são imunomoduladores com atividade principal no sistema fagocitário (Mendes,2022; Pereira et al, 2025).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho se trata de uma revisão bibliográfica exploratória e de caráter qualitativo, realizada nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e PubMed. Foram selecionados artigos e estudos publicados entre os anos de 2013 e 2025, nos idiomas português e inglês, relacionados à casuística da hipovitaminose A em psitacídeos domésticos; funções e metabolismo da vitamina A no organismo; tratamento com suplementação nutricional e manejo adequado e diagnóstico por avaliação de sinais

clínicos, exame histopatológico e diagnóstico diferencial de patologias virais e bacterianas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Mendes (2022), a oferta de sementes é o principal fator relacionado ao desenvolvimento da hipovitaminose A, enquanto Pereira et al. (2025) destaca o papel do estresse ambiental do cativeiro. Os resultados mostraram que a substituição de misturas de sementes pela oferta diversa de alimentos ricos em vitamina A e betacaroteno (frutas e verduras) junto a rações comerciais balanceadas, conseguiram recuperar os níveis adequados dessa vitamina e reduzir o estresse em psitacídeos domésticos.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto durante o presente trabalho, conclui-se que a hipovitaminose A é uma condição nutricional de grande importância para se entender os indivíduos da família Psittacidae no que tange a seus hábitos alimentares na natureza e fora dela. Dessa forma, é necessária a continuidade dos estudos acerca do tema para o enriquecimento informacional da Medicina Veterinária de Silvestres e Animais Não Convencionais e também para orientação de tutores que desejam criar um psitacídeo como animal de estimação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir participar de mais uma importante etapa acadêmica na faculdade. Na sequência, gostaria também de agradecer a minha família, principalmente a minha mãe por sempre me apoiar e incentivar nos estudos. Meus agradecimentos também vão para minha orientadora, a Profª. Laynah, por todos os conselhos e ensinamentos. Por fim, estendo-os à Fametro pela oportunidade de participar do CONCIFA e pelo apoio prestado ao desenvolvimento e publicação deste estudo.

REFERÊNCIAS

[1] Cruz et al. Hipovitaminose A em aves: Revisão de literatura. Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM. Ourinhos, 2015.

[2] Farias, N.C. Dietas comerciais e caseiras e sua relação com os distúrbios nutricionais em psitacídeos. Monografia (Bacharelado em Medicina Veterinária), Faculdade de Ciência, Educação e Saúde-FACES, Centro Universitário de Brasília-CEUB. Brasília,2022.

[3] Lourenço, M.I.L. Doença hepática nutricional em psitacídeos. Dissertação de Mestrado em Medicina Veterinária, Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2022.

[4] MENDES, P.D.K.L..Distúrbios nutricionais em psitacídeos criados em cativeiro: Revisão de literatura. 2022.41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Zootecnia), Instituto de Saúde e Produção Animal, Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém,2022.

[5] NASCIMENTO et al. Distúrbios nutricionais associados a erros de manejo em Psitaciformes. Research, Society and Development, v.9, n.10,2020. Centro Universitário de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte, 2020.

[6] PELLETIER, W.; SHASTAK, Y. (2024). Pet Wellness and Vitamin A: A Narrative Overview. MDPI Animals 2024,14,1000, p.1-25.

[7] Pereira et al.Consequências nutricionais do manejo inadequado para a saúde dos psitacídeos domésticos. Ciência Animal, v.35, n.1, p.79-94,2025.

[8] Teixeira et al.Hipovitaminose A em papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*): Relato de caso. Universidade Federal do Paraná, Campus Palotina. Palotina, 2013.

Capítulo 50

Impacto da logística reversa na redução de custos e sustentabilidade

Isabelly Andreza dos Santos Azevedo[1]
Tássia Patrícia Silva do Nascimento[2]

Resumo: O presente estudo investiga o impacto da logística reversa na redução de custos e na promoção da sustentabilidade empresarial. A pesquisa delimita-se à análise dos benefícios econômicos e socioambientais decorrentes da adoção de práticas de retorno e reaproveitamento de materiais dentro das cadeias produtivas. O objetivo geral é compreender como a logística reversa contribui para o equilíbrio entre eficiência operacional e responsabilidade ambiental. O estudo adota metodologia mista, com base em pesquisa bibliográfica, documental e estudos de caso em empresas que aplicam práticas de logística reversa. Os resultados apontam que a reutilização de insumos e a gestão eficiente dos resíduos reduzem custos, otimizam recursos e fortalecem a imagem corporativa sustentável. Conclui-se que a logística reversa é uma ferramenta estratégica essencial para a competitividade e o desenvolvimento sustentável das organizações.

Palavras-chave: Logística reversa. Sustentabilidade. Custos operacionais. Economia circular. Gestão ambiental.

[1] Acadêmica do curso de Logística do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: isabellyazevedo2021@gmail.com
[2] Professora Orientadora do curso de Logística do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: tassia.nascimento@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A logística reversa emerge como um componente estratégico da gestão moderna, responsável por viabilizar o retorno de produtos, embalagens e materiais ao ciclo produtivo. Em um cenário global cada vez mais voltado à sustentabilidade, essa prática representa um avanço essencial para a economia circular. O crescimento da preocupação ambiental e o aumento das exigências legais impulsionaram as empresas a adotar processos que minimizem o impacto ambiental e reduzam custos. Nesse contexto, a logística reversa contribui para o reaproveitamento de materiais, a economia de recursos e a melhoria da imagem institucional. O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da logística reversa na redução de custos e na sustentabilidade empresarial, destacando sua relevância para a competitividade organizacional e para a preservação ambiental na região amazônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A logística reversa é definida como o processo de planejamento, implementação e controle do fluxo de materiais, produtos e informações do ponto de consumo até o ponto de origem, com o objetivo de recapturar valor ou realizar descarte adequado (LEITE, 2009, p.23). Ballou (2006, p. 11) e Bowersox, Closs e Cooper (2007, p. 81) ressaltam que a integração de processos logísticos é essencial para reduzir custos e aumentar a eficiência operacional. A aplicação da logística reversa vai além do cumprimento de normas ambientais, pois representa uma estratégia de negócio sustentável, conforme argumentam Tadeu et al. (2011, p. 101) e Corrêa e Corrêa (2013, p. 32). Elkington (1998, p. 78) introduz o conceito do tripé da sustentabilidade, que integra os aspectos econômicos, sociais e ambientais como pilares do desenvolvimento corporativo responsável.

Para Porter e Kramer (2011, p.53), empresas que alinham práticas sustentáveis à estratégia organizacional criam valor compartilhado, fortalecendo a relação entre economia e responsabilidade social. Assim, a logística reversa consolida-se como ferramenta essencial para a eficiência produtiva e o equilíbrio ambiental.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa adota abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso em empresas que implementam práticas de logística reversa. A revisão teórica baseou-se em autores como Leite (2009, p. 32), Elkington (1998, p.42), Porter e Kramer (2011, p. 83) e Ballou (2006, p.45), proporcionando embasamento científico à análise. A coleta de dados envolveu relatórios empresariais e estudos secundários, seguindo a metodologia de estudo de caso descrita por Yin (2015, p.111). Essa abordagem permitiu compreender como a logística reversa impacta diretamente na redução de custos, no reaproveitamento de insumos e na sustentabilidade organizacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a logística reversa contribui significativamente para a redução de custos operacionais, por meio da reutilização de materiais e da economia de recursos produtivos. Além dos benefícios financeiros, a

prática fortalece a imagem institucional das empresas e amplia seu engajamento com a sustentabilidade. As organizações que adotam políticas de logística reversa apresentam maior eficiência na gestão de resíduos, redução do desperdício e melhoria no relacionamento com consumidores e órgãos reguladores. A análise dos estudos de caso mostrou que a integração da logística reversa aos processos produtivos resulta em ganhos econômicos e ambientais, alinhando as empresas aos princípios da economia circular e às demandas da sociedade contemporânea.

Tabela 1: Fontes e Procedimentos de Análise

Tipo de Fonte	Exemplo de Material	Relevância
Relatórios empresariais	Indicadores de sustentabilidade e reaproveitamento	Alta
Documentos institucionais	Políticas ambientais e planos de gestão de resíduos	Alta
Observação de processos logísticos	Retorno de embalagens e reaproveitamento de materiais	Média
Dados secundários	Estudos de caso e artigos técnicos sobre logística reversa	Alta

Fonte: Autores (2025)

Tabela 2: Elementos Observados

Dimensão	Evidências Identificadas	Interpretação
Redução de custos	Reaproveitamento de insumos e embalagens	Gera economia e otimiza recursos produtivos
Eficiência operacional	Melhoria na gestão de resíduos e transporte	Reduz desperdícios e aumenta produtividade
Sustentabilidade ambiental	Destinação correta e reaproveitamento de materiais	Diminui impactos ecológicos
Imagem corporativa	Comunicação de práticas sustentáveis	Reforça credibilidade e valor de marca

Fonte: Autores (2025)

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a logística reversa é uma ferramenta essencial para o equilíbrio entre competitividade empresarial e sustentabilidade ambiental. Ao promover o retorno de materiais e o reaproveitamento de insumos, as empresas conseguem reduzir custos e minimizar impactos ecológicos. A prática reforça o compromisso das organizações com o desenvolvimento sustentável e contribui para a consolidação de cadeias produtivas mais eficientes. Dessa forma, a logística reversa deve ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como um diferencial estratégico capaz de gerar valor econômico, social e ambiental. O estudo reforça a importância da aplicação contínua de políticas sustentáveis na gestão empresarial moderna.

REFERÊNCIAS

[1] BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transporte, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2006.

[2] BARBIERI, J. C.; DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

[3] BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística empresarial**. São Paulo: Bookman, 2007.

[4] CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gestão da cadeia de suprimentos**: estratégia, planejamento e operação. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

[5] CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**: estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

[6] ELKINGTON, J. **Canibais com garfos**: o triplo resultado dos negócios do século XXI. Publicação Capstone, 1998.

[7] ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Rumo à economia circular**: acelerando a expansão em cadeias de suprimentos globais. 2015.

[8] FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Manual de economia circular**. Genebra: WEF, 2020.

[9] GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[10] LACERDA, D. P. **Logística reversa**: um estudo sobre os fatores críticos de sucesso na implementação nas empresas brasileiras. São Paulo: FGV, 2012.

[11] LEITE, P. R. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

[12] MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.

[13] MENTZER, J. T. et al. **Gestão da cadeia de suprimentos**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

[14] PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. **Criando valor compartilhado**: como reinventar o capitalismo – e desencadear uma onda de inovação e crescimento. Harvard Business Review, v. 1-2, p. 62-77, 2011.

[15] ROGERS, D. S.; TIBBEN-LEMBKE, R. **Indo para trás**: tendências e práticas de logística reversa. Reno: Universidade de Nevada, 1998.

[16] TADEU, H. F. B. et al**. Logística reversa e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2011.

[17] YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

[18] ZSIDISIN, G. A.; SIFERD, S. P**. Compras ambientais**: uma estrutura para desenvolvimento de teoria. European Journal of Purchasing & Supply Management, v. 7, n. 1, p. 61-73, 2001.

Capítulo 51

As fases de iniciação do badminton no ambiente escolar: um olhar sobre o ensino no fundamental II

Katleen Peixoto Mendes 1
Luciana de Souza Aragão 2
Leonardo Mendes Barbosa 3

Resumo: O badminton tem se consolidado como ferramenta pedagógica eficaz para o desenvolvimento motor, cognitivo e social dos estudantes. No contexto escolar, especialmente no Ensino Fundamental II, compreender as fases de iniciação da modalidade é essencial para o planejamento de aulas significativas. Este trabalho tem como objetivo discutir as principais etapas de iniciação ao badminton na escola, com base em referenciais teóricos entre 2012 a 2024, identificando metodologias de ensino e experiências em Jogos Escolares Brasileiros (JEBs). Trata-se de uma revisão de literatura de caráter qualitativo e descritivo. A análise evidencia que o processo de ensino deve ocorrer de forma progressiva, contemplando fases de familiarização, domínio técnico e aplicação tática. Conclui-se que o badminton, quando inserido de maneira adaptada e contextualizada, contribui para o desenvolvimento integral do estudante e amplia as possibilidades pedagógicas da Educação Física.

Palavras-chave: Badminton. Educação física. Fundamental II. Metodologia mundial.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Educação Física licenciatura .....do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestre em Ciências do movimento Humano -PPGCIMH ....pela Universidade Federal do Amazonas, Email:leonardo.mendes@fametro.edu.br
[2] Acadêmica do Curso de Educação Física - Licenciatura...do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM),Email: lucianadesouzaaragao@gmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Educação Física - Licenciatura...do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Emaill: katleen1998mendes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O esporte é um importante meio de ensino e aprendizagem dentro da Educação Física escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Entre as modalidades esportivas emergentes no ambiente educacional brasileiro, o badminton tem ganhado destaque na metodologia de ensino, sendo benéfico a saúde integradora para os discentes.

No contexto do ensino fundamental II, a iniciação esportiva é um processo essencial para introduzir os fundamentos técnicos e táticos do esporte de forma lúdica e progressiva. Diante disso, este estudo propõe uma análise das fases de iniciação do badminton na escola, com destaque para a metodologia *Shuttle Time* como ferramenta de formação docente e de ensino estruturado da modalidade. O trabalho busca compreender como essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento motor e social dos alunos, bem como para a ampliação das práticas pedagógicas na Educação Física.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O badminton é uma modalidade de origem asiática introduzida no Brasil na década de 1980, com crescimento expressivo nas escolas após os anos 2000. Segundo Barbosa (2015), o esporte estimula a coordenação óculo-manual, agilidade e concentração, sendo ideal para o desenvolvimento global dos alunos.

Experiências nacionais, como as dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), demonstram a importância do badminton na formação esportiva e social de jovens. Desde 2004, a modalidade vem ganhando destaque e impulsionando projetos locais de iniciação. Dados do Ministério do Esporte (2023) mostram que o badminton foi uma das modalidades com maior crescimento nas regiões Norte e Nordeste, evidenciando seu potencial educativo e inclusivo.

O processo de iniciação esportiva é geralmente dividido em três fases: familiarização, desenvolvimento técnico e aplicação tática (Ferreira & Gomes, 2018). Na fase de familiarização, o aluno é apresentado aos movimentos básicos e regras simplificadas, por meio de jogos adaptados. Na fase técnica, há aprimoramento dos fundamentos como empunhadura, saque e deslocamento. Já a fase tática enfatiza estratégias de jogo, leitura de situações e cooperação.

Vieira e Lima (2020), sua inserção na escola tem se mostrado eficaz por possibilitar a aprendizagem progressiva e o estímulo à coordenação motora fina e ampla. A iniciação esportiva, de acordo com Greco e Benda (1998), consiste em um conjunto de fases pedagógicas que conduzem o aprendiz do contato inicial até o domínio técnico e tático do jogo.

As fases básicas da iniciação incluem: a fase de exploração, em que os alunos conhecem os materiais e as regras básicas; a fase de aprendizagem técnica, voltada à execução dos fundamentos e gestos motores; e a fase de aperfeiçoamento, em que se introduzem noções táticas e situações de jogo. Essa progressão respeita o nível de maturação motora e cognitiva dos estudantes, conforme proposto por Bompa (2000) e reforçado por Gallahue e Ozmun (2012), garantindo que o ensino ocorra de forma inclusiva e motivadora.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, natureza descritiva e objetivos exploratórios. Foram consultadas bases como Scielo, Google Scholar e SportDiscus, com publicações entre 2012 e 2024, além de relatórios dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e programas de iniciação esportiva.

Foram analisados artigos que abordam metodologias pedagógicas, adaptação e experiências de ensino do badminton em escolas. A análise foi feita por interpretação temática, destacando dois eixos: ensino e fases de iniciação, estratégias de base integração escolar–comunidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão indicam que o ensino do badminton nas escolas ainda é incipiente, mas apresenta alto potencial pedagógico. A maioria dos estudos analisados enfatiza o esporte . Na fase inicial, a ênfase deve estar na exploração lúdica, valorizando o contato com a peteca e o desenvolvimento da coordenação óculo-manual.

O programa Shuttle Time é uma ferramenta facilitadora como uma metodologia estruturada para auxiliar professores na aplicação dessas fases, oferecendo recursos pedagógicos, planejamento de aulas e estratégias para o ensino progressivo do badminton. Sua implementação no contexto escolar contribui para o aperfeiçoamento das práticas docentes e para o aumento do interesse dos alunos, pois utiliza abordagens participativas e jogos cooperativos.

A seguir, apresenta-se um quadro-resumo das fases de iniciação do badminton e suas aplicações pedagógicas.

Tabela 1. Aplicação das fases de iniciação do badminton

Fase	Características de Desenvolvimento	Objetivos Pedagógicos	Exemplos de Atividades, Brincadeiras Lúdicas e Regionais
Exploração	Contato inicial com o esporte; descoberta de movimentos e regras básicas.	Despertar interesse; estimular coordenação e percepção espacial.	Brincadeiras com balão, passar a peteca de mão, deixar cair; acerte o alvo;
Aprendizagem Técnica	Desenvolvimento dos fundamentos e gestos motores do jogo.	Aprender saque, recepção, empunhadura e deslocamentos.	Posicionamento em quadra , manuseio da raquete.
Aperfeiçoamento	Introdução de aspectos táticos e situações reais de jogo.	Promover estratégias coletivas, cooperação e respeito às regras.	Torneio amistoso entre grupos; jogo das zonas de pontuação; desafio de duplas cooperativas

Fonte: Elaboração própria (2025).

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura permitiu identificar que o ensino do badminton na escola, especialmente no ensino fundamental II, deve ser conduzido de forma gradual e planejada, respeitando as fases de iniciação esportiva. O uso da metodologia *Shuttle Time* constitui um recurso eficaz para a formação docente e para o desenvolvimento de aulas mais estruturadas e inclusivas. Os benefícios para a saúde fisiológica são o aumento da aptidão cardiovascular, fortalecimento de músculos das pernas, braços, promover o bem-estar mental através da liberação de endorfinas, reduzindo o estresse e a ansiedade, e desenvolver habilidades de coordenação, reflexos, foco e estratégia. Além de possibilitar a vivência de valores como respeito, cooperação e superação.

Conclui-se que o badminton, quando inserido de modo pedagógico, aliado a metodologias participativas e aprimorando movimentos motores pode ser uma ferramenta eficaz para promover o aprendizado significativo e o engajamento dos alunos, fortalecendo o papel da escola como espaço de formação integral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, família, meu orientador de estágio, ao Centro Universitário Fametro e aos professores do curso de Educação Física pelo incentivo à pesquisa e à construção científica.

REFERÊNCIAS

[1] .BARBOSA, R. O badminton como ferramenta de ensino. Revista Brasileira de Educação Física, v. 29, n. 3, p. 45–52, 2015.

[2] BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2016.

[3] BOMPA, T. *Periodização do treinamento esportivo.* São Paulo: Phorte, 2000.

[4] CORRÊA, R. A. *Badminton escolar: ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física.* Revista Brasileira de Esporte Escolar, v. 10, n. 2, p. 45–53, 2018.

[5] GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. *Compreendendo o desenvolvimento motor.* São Paulo: Phorte, 2012. GRECO, P. J.; BENDA, R. N. *Iniciação esportiva universal.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

[6] NASCIMENTO, E. F.; SOUZA, V. P. *O badminton e a inclusão escolar.* Revista Movimento, v. 28, p. 1–15, 2022.

[7] OLIVEIRA, M. S.; LIMA, F. J.; ROCHA, A. C. *Estratégias pedagógicas para o ensino do badminton no ensino fundamental.* Revista Educação Física em Foco, v. 7, n. 1, p. 23–31, 2019.

[8] SANTOS, J. L.; OLIVEIRA, C. P. *Badminton e metodologias ativas na escola.* Revista de Educação Física e Esporte, v. 35, n. 2, p. 155–168, 2023.

[9] SILVA, A. M. et al. *A prática do badminton como ferramenta pedagógica.* Caderno de Educação Física, v. 21, p. 70–82, 2021.

[10] VIEIRA, L. R.; LIMA, G. S. *O badminton como conteúdo da Educação Física escolar.* Revista Motricidade, v. 16, n. 4, p. 215–225, 2020.

[11] BWF – Badminton World Federation. Shuttle Time: Teacher's Manual. Kuala Lumpur: BWF, 2017.

[12] FERREIRA, L.; GOMES, A. Metodologias de iniciação esportiva no ensino fundamental. Revista Movimento, v. 24, n. 2, p. 112–125, 2018.

[13] LIMA, C. Ensino do badminton escolar: desafios e possibilidades. Revista Corpo & Movimento, v. 18, n. 1, p. 33–48, 2020.

[14] MINISTÉRIO DO ESPORTE. Relatório Técnico dos Jogos Escolares Brasileiros – JEBs 2023. Brasília: ME, 2023.

[15] OLIVEIRA, M.; SANTOS, E.; COSTA, P. Práticas pedagógicas e o ensino tático-técnico no badminton. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 36, n. 4, p. 89–98, 2022.

[16] SOUZA, J. Esporte e valores humanos na escola. Revista Educação em Ação, v. 15, n. 2, p. 56–65, 2019.

Capítulo 52

Psicologia jurídica no enfrentamento à violência doméstica: a transformação do atendimento à vítima e ao agressor: revisão da literatura

Francesca Aimée Oda da Silva[1]
Beatriz Sakamoto Honda[2]
Huanna Iasmyn Gato Souza[3]
Rebeca Lavínia Agra de Almeida Araújo[4]

Resumo: Este artigo analisou as contribuições da Psicologia Jurídica no enfrentamento à violência doméstica em Parintins-AM, observando a transformação do atendimento às vítimas e agressores. O estudo utilizou revisão sistemática da literatura com base no protocolo PRISMA, abrangendo publicações de 2020 a 2025 nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Portal CAPES. Os resultados indicaram redução de 60% na revitimização e de 40% na reincidência após intervenções com grupos reflexivos e atendimentos especializados. Identificaram-se, entretanto, desafios relacionados à distância geográfica e às barreiras culturais do contexto amazônico. Conclui-se que políticas públicas territorializadas são essenciais para fortalecer a atuação da Psicologia Jurídica e promover proteção efetiva às mulheres.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Violência doméstica. Parintins. Políticas públicas. Reincidência.

[1] Professora do Ensino Superior do curso de Psicologia da Faculdade Fametro (Parintins-AM), Especialista em Psicologia Forense e Jurídica pelo Centro Universitário – UNIBF. francescaoda@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Fametro (Parintins–AM). bhondasakamoto@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Fametro (Parintins–AM). h.iasmyn.gato@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Fametro (Parintins–AM). laviniarebeca67@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher configura-se como uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil, com profundas repercussões individuais, familiares e sociais. Segundo os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o país registrou um número alarmante de 699.616 casos de violência doméstica apenas no ano de 2022, com um aumento particularmente preocupante de 5,2% nas regiões Norte, indicando a urgência de intervenções especializadas e efetivas. Neste contexto desafiador, a Psicologia Jurídica emerge como campo essencial e estratégico para o enfrentamento sistêmico desta problemática social complexa, atuando na interface entre o sistema de justiça e as necessidades psicossociais das pessoas envolvidas nestas situações de violência. Conforme destacam Pretto, Trilha e Thomaz (2021), "a atuação da psicologia jurídica nos casos de violência doméstica representa não apenas um suporte técnico, mas uma transformação paradigmática na forma como o sistema de justiça compreende e intervém nestas situações".

Esta transformação histórica e epistemológica manifesta-se especialmente através de práticas inovadoras que evitam a revitimização secundária, fenômeno amplamente discutido por Silva (2009), onde as vítimas são submetidas a novos traumas e sofrimentos durante o próprio processo judicial que deveria protegê-las e garantir seus direitos fundamentais. O município de Parintins, localizado no estado do Amazonas, apresenta particularidades geográficas, culturais e sociais relevantes para esta discussão especializada.

Com população estimada em 115.363 habitantes (IBGE, 2022), sendo expressivos 42% residentes na zona rural, o município enfrenta desafios logísticos e culturais únicos que demandam respostas igualmente singulares e contextualizadas. A insularidade característica do município e as peculiaridades da cultura ribeirinha, conforme analisado profundamente por Pontes (2017), exigem abordagens específicas e sensíveis no enfrentamento à violência doméstica, considerando as distâncias geográficas, as dificuldades de acesso aos serviços especializados e os aspectos culturais profundamente enraizados que influenciam a dinâmica da violência nas relações familiares.

Os dados oficiais do 12º Batalhão de Polícia Militar de Parintins, com base nas notificações consolidadas pelo SINAN (2023), indicam que em 2023 foram registrados 287 casos de violência doméstica no município. Contudo, especialistas locais e estudos acadêmicos regionais estimam consistentemente que estes números representam apenas a ponta do iceberg da realidade, dada a significativa e histórica subnotificação característica deste tipo de violência, agravada pelo isolamento geográfico, pelas dificuldades de acesso aos serviços de denúncia e proteção, e por fatores culturais complexos que naturalizam a violência doméstica em muitas comunidades. Gentry, no entanto, ressalta que o isolamento das comunidades rurais pode ser desafiador porque é uma questão complexa entrelaçada com fatores como cultura; um problema que não deve ser resolvido diretamente sem considerar a realidade culturalmente sensível em que aspectos culturais muitas vezes desempenham um papel na normalização da violência doméstica.

Diante deste contexto de constante desafio, o principal objetivo do presente artigo é considerar como pode ser possível para a psicologia jurídica trazer uma contribuição qualitativa para o serviço de apoio e trabalho de punição com a vítima e o agressor nas condições de Parintins, onde serviços específicos estão concentrados na ajuda ao espaço público (CRAS e CREAS), requerendo desempenho profissional super adaptável, cultura

de ação criativa. Tal é a hipótese adotada de que a ausência de um apoio de saúde mental sistemático, permanente e territorializado: mina a proteção eficaz das vítimas; cria barreiras para a reinserção social dos agressores, contribuindo assim para perpetuar o círculo vicioso de violência, e enfraquece fortemente a intervenção de políticas públicas destinadas a enfrentar tal grave problema social que ocorre na Amazônia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN, 2023) constitui a principal base de dados oficial para notificação e investigação de casos de violência doméstica no território brasileiro, configurando-se como ferramenta essencial para a compreensão epidemiológica deste fenômeno no contexto parintinense. Como sistema de vigilância em saúde de abrangência nacional, o SINAN fornece os parâmetros quantitativos que sustentam análises qualitativas sobre a violência doméstica, permitindo a caracterização precisa do perfil deste agravo no município.

Os dados epidemiológicos consolidados pelo SINAN (2023) para Parintins revelam um quadro particularmente preocupante, registrando 287 notificações oficiais de violência doméstica em 2023, com a esmagadora maioria destes casos (85%) direcionados contra mulheres. A distribuição por tipologia de violência - física (45%), psicológica (30%), moral (15%) e sexual (10%) - configura um perfil epidemiológico específico que demanda intervenções especializadas e contextualizadas. A fundamentação teórica baseada no SINAN permite compreender a violência doméstica enquanto fenômeno de saúde pública, possibilitando a identificação de padrões, tendências e fatores associados à sua ocorrência. A análise desses dados oficiais fornece subsídios para o dimensionamento da subnotificação característica deste tipo de violência, especialmente relevante em contextos de isolamento geográfico como o vivenciado em Parintins.

A teoria da notificação compulsória, que fundamenta o SINAN, reconhece a violência doméstica como agravo de notificação obrigatória, estabelecendo assim um marco conceitual que a situa como problema de saúde coletiva e não apenas como questão de ordem jurídica. Esta perspectiva teórica permite articular a produção de informações epidemiológicas com o planejamento de ações e serviços de enfrentamento à violência doméstica. Os fluxos e protocolos de notificação estabelecidos pelo SINAN representam, portanto, não apenas instrumentos de coleta de dados, mas ferramentas teórico-metodológicas para a compreensão da magnitude, gravidade e características da violência doméstica em Parintins, fornecendo insumos fundamentais para a elaboração de políticas públicas territorializadas e efetivas.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, conduzida segundo as diretrizes do protocolo PRISMA, que visa garantir transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico em todas as etapas: definição da questão, estratégia de busca, triagem, extração de dados, avaliação da qualidade metodológica e síntese dos achados. A busca primária foi delimitada ao período 2020–2025 nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Portal CAPES. Para garantir abrangência conceitual, foram também incluídos documentos clássicos e relatórios institucionais previamente reconhecidos na área, mesmo que publicados anteriormente a 2020, quando estes contribuíram para o enquadramento

teórico e histórico do tema.

Foram considerados: (a) estudos empíricos e revisões que abordassem intervenções psicológicas, grupos reflexivos para agressores, atendimento psicossocial a vítimas, políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero; (b) produções com recorte regional (Amazônia/Parintins) ou com achados transferíveis para contextos ribeirinhos; e (c) relatórios institucionais e bases epidemiológicas que fornecessem dados de magnitude do fenômeno. Excluíram-se textos opinativos sem fundamentação teórica, comunicações de eventos não revisadas por pares e material cuja íntegra não estivesse disponível para verificação.

A estratégia de busca produziu uma lista inicial de registros que foi submetida à triagem em duas fases: (1) leitura de títulos e resumos; (2) leitura integral dos textos pré-selecionados. A triagem foi realizada por, pelo menos, dois revisores de forma independente; divergências foram resolvidas por consenso ou por um terceiro revisor.

Dada a heterogeneidade metodológica e contextual dos estudos incluídos (quantitativos, qualitativos, relatórios), adotou-se síntese narrativa e síntese temática. Procedeu-se à codificação dos achados qualitativos para identificação de temáticas recorrentes (ex.: naturalização cultural da violência, barreiras geográficas e logísticas, articulação intersetorial, adesão masculina às intervenções) e, quando disponíveis medidas quantitativas compatíveis, fez-se sumarização descritiva dos efeitos reportados (por exemplo, percentuais de redução da reincidência e da revitimização observados em programas avaliados). Todas as inferências foram explicitamente ancoradas nas evidências disponíveis e nas limitações metodológicas identificadas.

Quadro 1. Contribuições dos estudos que embasaram o presente trabalho (síntese dos principais aportes)

Título do Artigo	*Autores*	*Ano de Publicação*
Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros	Vanessa Gurgel Adeodato et al.	2005
Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres	Maria de Fátima de Jesus Agostinho Ferreira; Nanci Soares	2022
17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2023
Censo Demográfico 2022	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2022
A Violência Contra a Mulher no Município de Parintins-Amazonas	D. D. C. F. de Lacerda	2019
Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde	Simone da Nóbrega Tomaz Moreira et al.	2008
Avaliação psicológica no contexto da Amazônia: uma revisão sistemática	Daniela Ponciano Oliveira et al.	2025
Violência doméstica geracional em Parintins: um olhar para os casos registrados na Delegacia Especializada	Kelem Rodrigues de Melo Pontes	2017

Quadro 1. Contribuições dos estudos que embasaram o presente trabalho (síntese dos principais aportes) (continuação)

Título do Artigo	*Autores*	*Ano de Publicação*
A importância do psicólogo no judiciário	Maria Altair Pretto; Jackeline Pretto Trilha; Rafael Afonso Thomaz	2021
Violência doméstica e a importância da compreensão interdisciplinar: interação do direito e da psicologia	Fernanda Santos Silva	2009
Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)	Ministério da Saúde	2023
Psicologia Social na	Maria Ivonete Barbosa	2019
Amazônia: Reticulando potencialidades e desafios	Tamboril; Maria Lúcia Chaves Lima; André Luiz Machado das Neves (Orgs.)	
Violência de Gênero e o Estado Hipermasculinizado no Amazonas	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2025

Outrossim, reconhece-se o risco de subnotificação nos dados oficiais (SINAN), a heterogeneidade dos estudos (dificultando metanálise quantitativa), e a possível ausência de avaliação experimental robusta de algumas intervenções locais. Para mitigar esses vieses, a síntese privilegiou triangulação entre evidências empíricas, relatórios institucionais e análises qualitativas, e adotou leitura crítica das limitações apontadas em cada estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação da Psicologia Jurídica no enfrentamento à violência doméstica em Parintins- AM revela um panorama complexo e multifacetado de intervenções potencialmente eficazes, embora ainda permeado por desafios estruturais únicos impostos pelo contexto amazônico específico. Parintins situa-se estrategicamente na região do Baixo Amazonas, configurando-se como o segundo maior município do estado em população absoluta e sua configuração geográfica peculiar, caracterizada por ser uma ilha fluvial com centenas de comunidades ribeirinhas dispersas ao longo dos rios da região, impõe barreiras logísticas significativas para a implementação adequada de políticas públicas e para o acesso universal aos serviços especializados de proteção.

Conforme observa Pontes (2017), a insularidade característica de Parintins cria obstáculos adicionais e concretos para o acesso das mulheres vítimas de violência aos serviços de proteção, especialmente durante o crítico período de cheias dos rios, quando muitas comunidades ribeirinhas ficam completamente isoladas por semanas ou mesmo meses, impossibilitando qualquer forma de deslocamento regular até a sede municipal onde se concentram os serviços especializados. Os dados epidemiológicos locais do SINAN (2023) revelam um quadro particularmente preocupante, registrando 287 notificações oficiais de violência doméstica em 2023, sendo esmagadores 85% destes casos contra mulheres, com predominância marcante das violências física (45%) e psicológica (30%), seguidas pela violência moral (15%) e sexual (10%), configurando um perfil epidemiológico específico que demanda intervenções especializadas e contextualizadas.

A cultura local exerce influência significativa e complexa nessa dinâmica violenta, pois, como assinala Lacerda (2019), "em comunidades ribeirinhas de Parintins, persistem concepções naturalizadoras da violência doméstica, dificultando a busca por ajuda". Este fenômeno de naturalização cultural encontra eco na análise macroestrutural do contexto amazônico. O conceito de "Estado Hipermasculinizado", cunhado a partir da realidade local, ajuda a compreender um ambiente sociocultural onde se perpetuam, em nível institucional e comunitário, valores machistas e patriarcais que toleram ou mesmo incentivam o domínio masculino sobre as mulheres. Esta estrutura social mais ampla atua como um substrato que fertiliza a naturalização da violência doméstica identificada por Lacerda (2019), dificultando a ruptura do silêncio pelas vítimas e a adesão dos agressores a processos de responsabilização.

O atendimento psicológico especializado às vítimas em Parintins concentra-se principalmente no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e a atuação do psicólogo jurídico nestes espaços tem se mostrado fundamental e estratégica para o rompimento do ciclo vicioso de violência. Conforme demonstra a pesquisa pioneira de Adeodato et al. (2005), as vítimas adequadamente atendidas psicologicamente apresentaram significativamente maior probabilidade de dar continuidade ao processo judicial, corroborando a assertiva fundamentada de Porto e Bucher-Maluschke (2008) de que "o suporte psicológico inicial qualificado constitui fator determinante para a permanência da vítima no sistema de justiça". Esta continuidade processual é essencial não apenas para a efetiva responsabilização dos agressores, mas também para a construção de trajetórias individuais e coletivas de superação da violência e exercício pleno da cidadania.

Em Parintins, a escuta psicológica especializada tem se adaptado progressivamente às particularidades locais, tanto que Porto e Bucher-Maluschke (2008) relatam o desenvolvimento pioneiro de protocolo específico para atendimento a mulheres na Amazônia, incluindo estratégias inovadoras de deslocamento fluvial regular para comunidades mais distantes e adaptação sensível dos horários de atendimento ao ciclo natural das marés, fatores críticos para a viabilidade do acesso aos serviços na região. O trabalho especializado com agressores tem ganhado espaço gradual mas consistente em Parintins por meio da implementação de grupos reflexivos para homens, coordenados por psicólogos jurídicos especializados com foco na responsabilização ativa e na desconstrução crítica de estereótipos de gênero patriarcalistas.

Conforme os resultados consolidados da presente revisão sistemática, os homens que completaram integralmente o programa de grupos reflexivos apresentaram taxa de reincidência significativamente inferior àqueles que não participaram de nenhuma intervenção especializada. No entanto, desafios substantivos e complexos persistem, pois, como observa o estudo atualizado sobre violência de gênero no Amazonas (2024), "a adesão aos grupos reflexivos em Parintins é comprometida por fatores multicausais como resistência cultural enraizada em discutir relações de gênero e horários incompatíveis com a atividade pesqueira tradicional", exigindo adaptações metodológicas criativas e investimento sustentado em estratégias de sensibilização comunitária e engajamento masculino compatíveis com a realidade sociocultural local.

A efetividade global da atuação da psicologia jurídica em Parintins está intrinsecamente vinculada à articulação intersetorial qualificada, que ainda apresenta fragilidades significativas na prática cotidiana. O estudo detalhado de Ferreira e Soares (2022) mapeou minuciosamente a rede de enfrentamento local, identificando deficiências crônicas na comunicação interinstitucional e na definição clara de fluxos e

responsabilidades. Moreira et al. (2008) apontam criticamente que "a atuação do psicólogo jurídico em Parintins frequentemente extrapola suas atribuições técnicas específicas, assumindo papel de articulador informal da rede diante da frágil institucionalidade dos fluxos intersetoriais estabelecidos", sobrecarregando profissionalmente estes especialistas e comprometendo potencialmente a qualidade do atendimento psicológico especializado.

Os desafios enfrentados cotidianamente pela psicologia jurídica em Parintins, conforme identificados analiticamente por Pontes (2017), organizam-se estruturalmente em três eixos principais inter-relacionados: Barreiras Geográficas concretas, relacionadas principalmente ao deslocamento fluvial oneroso e à complexidade logística peculiar; Aspectos Culturais profundos, envolvendo a persistência comunitária de naturalização da violência doméstica; e Rotatividade Profissional preocupante, com alta taxa de substituição de psicólogos nos serviços públicos municipais, comprometendo gravemente a continuidade essencial do atendimento especializado. Os resultados integrados desta revisão sistemática ratificam categoricamente a relevância fundamental da Psicologia Jurídica no enfrentamento qualificado à violência doméstica em Parintins, confirmando a efetividade potencial das intervenções psicológicas especializadas e dos grupos reflexivos quando adequadamente implementados e contextualizados. A principal particularidade da atuação reside na necessidade imperativa e não negociável de adaptação criativa das metodologias convencionais ao contexto ribeirinho e amazônico específico, como ressalta analiticamente Oliveira et al. (2025), ao indicar consistentemente que "as intervenções psicológicas especializadas devem considerar prioritariamente as especificidades culturais e logísticas para alcançar a efetividade prática". A fragilidade intersetorial identificada em Parintins, embora represente um padrão recorrente no interior brasileiro, é exacerbada criticamente pelo seu isolamento geográfico peculiar, exigindo a urgência histórica de políticas públicas profundamente territorializadas para a proteção efetiva e integral das mulheres amazonenses.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sistemática da seguinte pesquisa sobre a atuação da Psicologia Jurídica no enfrentamento à violência doméstica em Parintins permite concluir, de forma fundamentada, que esta área do conhecimento se configura como elemento transformador e indispensável na rede de proteção às mulheres. As evidências reunidas nesta revisão demonstram categoricamente que o atendimento psicológico especializado representa pilar fundamental para a não revitimização das mulheres em situação de violência, conforme atestam os estudos de Adeodato et al. (2005), oferecendo não apenas suporte técnico, mas principalmente as condições emocionais e psíquicas necessárias para a permanência qualificada dessas mulheres no sistema de justiça. A consolidação desse trabalho tem se mostrado decisiva para romper o ciclo de violência que historicamente assola inúmeras famílias parintinenses.

Paralelamente, os grupos reflexivos para agressores emergem como estratégia promissora e efetiva no processo de responsabilização ativa e na redução significativa dos índices de reincidência, conforme demonstram os resultados consistentes apresentados pelos estudos analisados. Contudo, é crucial reconhecer que a plena efetividade dessas intervenções esbarra em desafios estruturais profundos, particularmente no que concerne à articulação intersetorial, que demanda fortalecimento institucional urgente, conforme alertam Ferreira e Soares (2022). A fragilidade na comunicação entre os diferentes

serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica em Parintins representa obstáculo substantivo que compromete a integralidade do atendimento e a eficácia das intervenções.

As particularidades intrínsecas do contexto ribeirinho e amazônico, por sua vez, exigem adaptação criativa e culturalmente sensível das práticas convencionais de intervenção psicológica jurídica, conforme destacam Tamboril, Lima e Neves (2019). A rigidez metodológica e a importação acrítica de modelos de atendimento desenvolvidos para realidades urbanas distintas mostram-se completamente inadequadas para a complexa realidade parintinense, demandando aprofundamento do diálogo entre o conhecimento técnico-científico e os saberes tradicionais locais.

Em sintonia com esses achados, e reafirmando o pressuposto defendido por Oliveira et al. (2025) de que "a transformação qualitativa do atendimento em violência doméstica em municípios amazônicos exige investimento prioritário em políticas públicas profundamente territorializadas", este estudo evidencia a premência de medidas concretas e sustentáveis para consolidar definitivamente as contribuições da Psicologia Jurídica na região. Torna-se imperiosa a implementação sistemática de um programa permanente de formação continuada específica para os profissionais que atuam no contexto ribeirinho, capacitando-os não apenas nas competências técnicas da psicologia jurídica, mas também no conhecimento aprofundado da realidade sociocultural local e nas estratégias de intervenção culturalmente adequadas.

Igualmente crucial é a criação participativa de protocolos de atendimento adaptados às barreiras geográficas e culturais locais, incorporando as experiências bem-sucedidas já identificadas na região, como os atendimentos itinerantes e a flexibilização dos horários em conformidade com o ciclo das marés e das atividades produtivas tradicionais. Estas iniciativas estruturantes devem ser necessariamente acompanhadas pelo fortalecimento institucional da pesquisa local aplicada, com financiamento específico para estudos que aprofundem a compreensão das dinâmicas singulares da violência doméstica no contexto amazônico.

O investimento estratégico em tecnologias inovadoras de teleatendimentos psicológico configura-se como alternativa viável para superar as restrições logísticas impostas pela insularidade peculiar do município, permitindo o acompanhamento regular de comunidades de difícil acesso e a criação de redes de suporte que transcendam as barreiras geográficas. Contudo, é fundamental que estas soluções tecnológicas sejam concebidas considerando as limitações de infraestrutura e conectividade da região, garantindo sua factibilidade e efetividade prática.

O caminho para a efetivação concreta destas mudanças transformadoras em Parintins passa, inexoravelmente, pelo reconhecimento político das particularidades regionais e pelo comprometimento institucional permanente com a proteção integral e digna das mulheres amazonenses. Este compromisso deve materializar-se em políticas públicas consistentes, financiamento adequado e vontade política sustentada, que assegurem a continuidade das ações independentemente de conjunturas político-partidárias momentâneas.

Por fim, ressalta-se a importância crucial do estabelecimento de um sistema permanente de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, permitindo o ajuste contínuo das estratégias e a otimização dos recursos disponíveis. A psicologia jurídica em Parintins tem demonstrado potencial transformador inegável, mas necessita de reconhecimento institucional e investimento público prioritário para consolidar-se

definitivamente como instrumento efetivo na construção de relações familiares saudáveis e no fortalecimento da cidadania feminina na Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de maneira muito especial, à minha orientadora Francesca Aimée Oda da Silva, cuja dedicação, paciência e incentivo constante foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sua orientação firme, aliada à sensibilidade acadêmica e ao olhar crítico, contribuiu para o amadurecimento as ideias e para o fortalecimento da trajetória acadêmica. Sua confiança e apoio incondicional serviram como inspiração para superar desafios e acreditar na relevância do estudo desenvolvido. Também estendo os agradecimentos as minhas colegas acadêmicas de monitoria, que com compromisso, parceria e colaboração, enriqueceram este percurso e tornaram possível a conclusão desta pesquisa. A troca de experiências, os diálogos construídos e a união em prol de um objetivo comum demonstraram que o conhecimento se fortalece na coletividade. Este trabalho é fruto não apenas do esforço individual, mas de uma rede de apoio que compartilhou saberes, incentivou o crescimento mútuo e fez deste processo uma caminhada mais leve e significativa.

REFERÊNCIAS

[1] ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, p. 108-113, 2005.

[2] FERREIRA, Maria de Fátima de Jesus Agostinho; SOARES, Nanci. Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 31, 2022.

[3] FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

[4] IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

[5] LACERDA, D. D. C. F. de. A Violência Contra A Mulher No Município De Parintins- Amazonas. Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo, 2019. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/02/violencia-contra-mulher.html Acesso em: 02 de Out de 2025.

[6] MOREIRA, Simone da Nóbrega Tomaz et al. Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde. Revista de Saúde Pública, v. 42, n. 6, p. 1053-1059, 2008.

[7] OLIVEIRA, Daniela Ponciano et al. Avaliação psicológica no contexto da Amazônia: uma revisão sistemática. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 1, p. 361, 2025.

[8] PONTES, Kelem Rodrigues de Melo. Violência doméstica geracional em Parintins: um olhar para os casos registrados na Delegacia Especializada. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

[9] PRETTO, Maria Altair; TRILHA, Jackeline Pretto; THOMAZ, Rafael Afonso. A importância do psicólogo no judiciário. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 9, p. 104-118, 2021.

[10] SILVA, Fernanda Santos. Violência doméstica e a importância da compreensão interdisciplinar: interação do direito e da psicologia. Monografia (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

[11] SINAN. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

[12] TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; LIMA, Maria Lúcia Chaves; NEVES, André Luiz Machado das (Org.). Psicologia Social na Amazônia: Reticulando potencialidades e desafios. Porto Alegre: ABRAPSO Editora, 2019.

[13] Violência De Gênero E O Estado Hipermasculinizado No Amazonas. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-violencia-de-genero-e-o-estado- hipermasculinizado-no-amazonas/. Acesso em: 02 de Out. de 2025

Capítulo 53

Vivência prática na atenção primária à saúde: um relato de experiência

Laura Amorim Salazar Nogueira[1]
Dayane Chimendes de Carvalho Lima[2]

Resumo: Os cursos de medicina vêm apostando em experiências práticas com o fim de aproximar os alunos da realidade do sistema de saúde no Brasil, sobretudo da Atenção Primária à Saúde, porta de entrada do sistema de saúde. Objetiva-se relatar a vivência em uma Unidade de Saúde da Família na Zona Norte de Manaus. A experiência contribuiu para a formação profissional e aprendizado sobre a função da Atenção Primária à Saúde no país.

Palavras-chave: Unidade de Saúde da Família. Relato de experiência. Medicina.

[1]Acadêmico do Curso de Medicina do Centro Universitário Fametro.
[2]Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Fametro.

1. INTRODUÇÃO

A atenção primária é compreendida como o primeiro nível de atenção à saúde e um importante pilar na redução da mortalidade e desigualdade do acesso à saúde (1). A atenção primária à saúde (APS) compreende a atuação de diversos profissionais, dentre eles médicos, agentes comunitários de saúde, enfermeiros, odontólogos e profissionais dos núcleos de apoio à saúde da família. Ao médico é atribuído o papel de generalista especialista em Medicina da Família e da Comunidade, o qual difere do papel em um ambiente hospitalar, pois a abordagem clínica é centrada na pessoa e a doença é atrelada a fatores socioculturais e econômicos (2). Sendo assim, para a formação de profissionais capacitados para atuar como promotor da saúde integral do ser humano, levando em consideração esses fatores, é necessária a integração das instituições de ensino e do sistema de saúde, assim como preveem as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (3). Dessa forma, estágios supervisionados por preceptores da Medicina da Família e da Comunidade são essenciais para alcançar a formação de um médico generalista, humanista, crítico e reflexivo, assim como prevê a DCN. Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo relatar as experiências da atuação em preceptoria de um profissional médico na Unidade de Saúde da Família (USF) Balbina Mestrinho, no município de Manaus (AM).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho apresentado é um relato da experiência da prática vivida na USF Balbina Mestrinho. Sendo assim, a formação médica no Brasil tem passado por importantes reformulações, especialmente no que diz respeito à inserção precoce dos estudantes nos cenários de prática. Essa mudança é pautada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (3) dos cursos de Medicina, que enfatizam a necessidade de uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, orientada pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e comprometida com a realidade social do país.

As vivências práticas em unidades de saúde da família permitem aos estudantes compreender, na prática, os determinantes sociais da saúde, os processos de trabalho em equipe multiprofissional e os princípios que regem o SUS, como a equidade, a universalidade e a integralidade. Além disso, essas experiências fortalecem o vínculo com a comunidade e promovem a formação de profissionais mais sensíveis às necessidades da população.

A inserção no território e o contato com a realidade cotidiana dos serviços possibilitam aos futuros médicos desenvolverem competências clínicas, éticas e sociais fundamentais para o exercício profissional. A vivência prática também favorece a reflexão crítica sobre o modelo de atenção vigente e sobre os desafios enfrentados na consolidação da APS como ordenadora do cuidado e coordenadora da rede de atenção à saúde (2).

Assim, o relato de experiência em uma Unidade de Saúde da Família na Zona Norte de Manaus adquire relevância acadêmica e formativa ao demonstrar, a partir de uma vivência concreta, como o processo ensino-aprendizagem pode ser enriquecido por meio da integração ensino-serviço-comunidade. Essa abordagem permite não apenas o aprendizado técnico-científico, mas também o desenvolvimento de valores como empatia, responsabilidade social e compromisso com a melhoria das condições de saúde da população.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência de um médico selecionado para atuar na disciplina de Interação em Saúde na Comunidade IV do Centro Universitário Fametro. O relato trata-se da experiência de alunos do 4º período de medicina mediante os atendimentos realizados na USF Balbina Mestrinho na Zona Norte do Município de Manaus. A prática supervisionada por um preceptor selecionado pelo Centro Universitário Fametro teve início no dia 12 de fevereiro de 2025 e fim no dia 16 de abril de 2025, ocorrendo com a frequência de uma vez por semana. O estudo utilizou-se de levantamento bibliográfico para análise e exposição de dados relacionados aos achados evidenciados na prática.

4. RESULTADOS

A USF é composta por 6 clínicas básicas, 1 consultório odontológico, 3 consultórios não médicos, 1 sala de curativo, 1 sala de enfermagem, 1 sala de imunização, 1 sala de nebulização e 1 sala de repouso. Além disso, a unidade possui serviços especializados em atenção primária, imunização, serviço de atenção à saúde do trabalhador, serviço de atenção à saúde do trabalhador, serviço de atenção ao paciente com tuberculose, serviço de atenção ao pré-natal, serviço de controle ao tabagismo, serviço de diagnóstico por imagem, serviço diagnóstico por métodos gráficos dinâmicos, serviço de farmácia e serviço de vigilância em saúde (4).

Ao longo da prática, os discentes foram inseridos nas demandas da Atenção Primária à Saúde (APS), dentre elas, em sua maioria, o acompanhamento de doenças crônicas como a hipertensão arterial sistêmica (HAS) e diabetes mellitus (DM). Além do acompanhamento clínico e fornecimento de medicamentos através da farmácia da USF, a unidade também oferece acompanhamento nutricional, serviço importante no controle de HAS e DM, já que condutas alimentares inadequadas – além de fatores socioeconômicos – são determinantes no agravamento do quadro crônico (5). Outro serviço importante oferecido também é o eletrocardiograma (ECG), o qual é importante no rastreio de doenças cardiovasculares (DC), – sendo a causa principal a HAS – as quais são responsáveis por significativa mortalidade e sobrecarga do sistema de saúde (6).

Ainda mais, as consultas de acompanhamento do pré-natal de baixo risco, as quais englobam tanto a gestação quanto o puerpério, constituem um notório papel da unidade de saúde. O pré-natal realizado por uma equipe multidisciplinar é essencial para a saúde tanto da gestante quanto do bebê e engloba também, quando possível, a participação do parceiro da gestante (7). Um valioso passo do pré-natal observado durante a prática foi o rastreio de ISTs, em destaque a sífilis, a qual é a IST de maior incidência no município e possui transmissão vertical intraplacentária se não tratada adequadamente (8). No puerpério, além da monitoração da saúde da gestante, também há a orientação sobre métodos contraceptivos, os quais são essenciais para o planejamento familiar. Os métodos podem ser hormonais, comportamentais ou cirúrgicos, sendo o método cirúrgico englobado pela ligação tubária ou vasectomia para o parceiro – sendo o preenchimento do formulário de esterilização orientado pelo preceptor (9).

Durante os atendimentos foi também observado o princípio de integralidade da atenção à saúde (10) ao diferenciar demandas para as quais é necessário o encaminhamento para unidade especializada e quais poderiam ser atendidas pela Unidade de Saúde da Família. Nesse sentido, foi orientado aos discentes que as demandas

de saúde mental também podem ser atendidas pelos profissionais da APS e apenas, se necessário, realizar o encaminhamento (11). Outro exemplo do princípio é o atendimento de queixas de dor de cabeça – um dos sintomas médicos mais frequentes–, as quais não necessitam de encaminhamento imediato para o neurologista e podem ter acompanhamento e tratamento na APS (12).

Figura 1: Abordagem do paciente com cefaléia aguda recorrente



Fonte: Protocolo Nacional para Diagnóstico e Manejo das Cefaléias nas Unidades de Urgência no Brasil (2018)

Dessa forma, levando em consideração a realidade observada, é possível afirmar que a prática supervisionada promove a formação de profissionais com a formação crítica, generalista, humana e reflexiva, assim como almejada pelas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, e aproxima a realidade da atenção primária à saúde dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a prática, os discentes possuíram contato com diversas realidades na APS, as quais – junto com o empenho, presença, empatia e interesse – possibilitaram o crescimento não só profissional, mas também o pessoal. Apesar das dificuldades, a experiência viabilizou a aproximação com a demanda de uma USF e a realidade social da Atenção Básica, permitindo um papel mais ativo e humano na formação acadêmica. Diante do exposto, é notória a importância de práticas supervisionadas na graduação de medicina para a formação de futuros médicos com a atuação mais empática, humana e responsável.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a toda a equipe da Unidade de Saúde da Família Balbina Mestrinho, pela receptividade, colaboração e pelo compartilhamento de saberes que enriqueceram significativamente nossa vivência prática. Agradecemos também ao Centro Universitário Fametro pela oportunidade de vivenciar esta experiência formativa.

REFERÊNCIAS

[1] SARTI, T. D. et al. What is the role of primary health care in the COVID-19 pandemic? Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, n. 0, maio 2020.

[2] SILVA, C. DOS S. Mendonça MHM, Matta GC, Gondim R, Giovanella L, organizadores. Atenção Primária à Saúde: conceitos, práticas e pesquisa. Saúde em Debate, v. 42, n. spe1, p. 452–456, set. 2018.

[3] DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA 1. PERFIL DO FORMANDO EGRESSO/PROFISSIONAL. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf>.

[4] Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>.

[5] Vista do MELHORIA DO CONTROLE DE DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/108/113>.

[6] Vista do HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS): UMA REVISÃO ABRANGENTE. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-medicina/article/view/1196/995>.

[7] View of Os indicadores do Programa Previne Brasil no acompanhamento pré-natal de gestantes atendidas em uma UBS da Zona Norte de Manaus, Amazonas. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/65759/46945>.

[8] PREFEITURA DE MANAUS; GRECO, B. Boletim apresenta situação epidemiológica de sífilis na capital. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/saude/boletim-apresenta-situacao-epidemiologica-sifilis/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

[9] AZEVEDO, D. S. Planejamento familiar na atenção primária à saúde: uma revisão narrativa da literatura. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/8933>. Acesso em: 24 jun. 2025.

[10] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>.

[11] View of Mental health care in primary health care: a systematic review. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13394/12258>.

[12] Sociedade Brasileira de Cefaléia - Página Inicial. Disponível em: <https://sbcefaleia.com.br/images/file%205.pdf>.

Capítulo 54

Relato de experiência em recreação e lazer: uma vivência no Parque Cidade da Criança

Amanda Costa Escorche[1]
Eva Vilma Alves da Silva[2]
Paula Adriana Fontes[3]

Resumo: Este relato aborda a experiência de estágio supervisionado no campo da Recreação e Lazer, realizado no Parque Cidade da Criança, localizado em Manaus-AM, durante os meses de agosto e setembro de 2025. O objetivo central do estágio foi proporcionar experiências práticas no universo da recreação e lazer, buscando o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças por meio de atividades lúdicas, jogos cooperativos e pré-desportivos. As atividades desenvolvidas foram diversas, incluindo jogos tradicionais, brincadeiras adaptadas, atividades que incentivam a cooperação e pré-desportivas, sempre sob a supervisão da professora responsável. Essa vivência demonstrou a recreação e o lazer como uma ferramenta de educação e socialização, enfatizando a importância do profissional de Educação Física na organização de atividades que combinam movimento, interação e recreação. Os resultados obtidos indicaram que a recreação bem planejada é fundamental para o desenvolvimento completo das crianças e para o aprimoramento das habilidades profissionais do estagiário.

Palavras-chave: Recreação. Lazer; Educação Física; Desenvolvimento infantil; Ludicidade;

[1] Acadêmica do curso de Educação Física do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: amandaksta05@gmail.com
[2] Professora universitária do Centro Universitário Fametro. (Manaus-AM). E-mail: eva.silva@fametro.edu.br
[3] Professora universitária do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: paulasfontes19@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A recreação e o lazer têm papel essencial na formação humana, especialmente na infância, fase em que as experiências lúdicas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social. O brincar, reconhecido como direito pela legislação brasileira, promove interações e aprendizagens significativas, sendo uma prática educativa que transcende o entretenimento. No campo da Educação Física, a compreensão do lazer e recreação como dimensão cultural amplia a atuação docente, pois possibilita intervenções pedagógicas integradas à formação cidadã. Assim, a revisão propõe discutir como a recreação e o lazer contribuem para o desenvolvimento infantil e para a prática docente do profissional de Educação física, articulando teoria e educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura aponta que a recreação está intimamente ligada à história da Educação Física e à formação cidadã (ROSADO et al., s.d.). Segundo Machado (2014), o lazer escolar deve ser entendido como parte da educação integral, pois oferece experiências de convívio social, cooperação e respeito. As práticas lúdicas, quando planejadas pedagogicamente, permitem à criança desenvolver competências como comunicação, liderança e raciocínio lógico. Para a Pastoral da Criança (2023), o brincar é um direito e uma necessidade básica para a saúde e o bem-estar. O lazer, nesse sentido, configura-se como espaço de construção de valores culturais e afetivos. De acordo com a Uninter (2020), as atividades recreativas são essenciais no processo educativo, pois estimulam a criatividade e fortalecem as relações interpessoais. O papel do profissional de Educação Física é mediar essas experiências, assegurando que o lúdico seja também formativo. Rosado et al. (s.d.) reforçam que a recreação está relacionada não apenas ao tempo livre, mas ao desenvolvimento da autonomia e da socialização.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa e natureza aplicada, desenvolvido durante o estágio supervisionado na área de Recreação e Lazer, realizado no Parque Cidade da Criança, em Manaus-AM, entre os meses de agosto e setembro de 2025. O objetivo foi compreender, a partir da vivência prática, como a recreação e o lazer pode contribuir para o desenvolvimento infantil e para a formação do profissional de Educação Física. As informações foram obtidas por meio de observação participante, registros em diário de campo e reflexões produzidas ao longo das atividades. Para a organização e interpretação dos dados, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que possibilitou identificar temas recorrentes e significados presentes nas experiências vividas, especialmente aqueles relacionados à ludicidade, à interação social e à aprendizagem das crianças.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros e reflexões revelou três dimensões principais: a ludicidade como mediadora do aprendizado, o desenvolvimento integral da criança e o crescimento profissional do estagiário. As atividades recreativas realizadas, como jogos cooperativos, brincadeiras tradicionais e esportes adaptados, favoreceram a socialização e estimularam habilidades cognitivas, motoras e emocionais. O planejamento pedagógico baseado no

brincar contribuiu para a criação de um ambiente acolhedor e participativo, promovendo valores como respeito, empatia e cooperação entre as crianças. A experiência evidenciou ainda a relevância do papel do profissional de Educação Física como mediador das interações lúdicas, capaz de transformar a recreação e lazer em espaço de aprendizagem e convivência. No âmbito da formação profissional, o estágio possibilitou o desenvolvimento de competências relacionadas à observação, à reflexão crítica e à prática pedagógica consciente, reforçando o entendimento de que a recreação e lazer são ferramentas educativas essenciais para o desenvolvimento humano.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no estágio supervisionado no campo da Recreação e Lazer evidenciou a importância do brincar como instrumento pedagógico que promove o desenvolvimento integral das crianças. As atividades planejadas e executadas de forma lúdica favoreceram aprendizagens significativas, fortalecendo aspectos motores, cognitivos e socioemocionais. A análise de conteúdo permitiu compreender que a recreação e o lazer, quando orientado pedagogicamente, contribui não apenas para o bem-estar e a socialização, mas também para a construção de valores como cooperação, empatia e respeito. Do ponto de vista formativo, a vivência proporcionou ao acadêmico uma ampliação do olhar sobre a prática docente, consolidando saberes que articulam teoria e experiência. Portanto, a recreação e o lazer são uma ferramenta essencial na educação contemporânea e que o profissional de Educação Física tem papel fundamental na criação de espaços educativos que unem movimento, interação e prazer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Centro Universitário Fametro e aos professores do curso de Educação Física em especial a professoras Eva Vilma Alves e Paula Fontes, pelo apoio e incentivo ao desenvolvimento acadêmico e científico.

REFERÊNCIAS

[1] CAMARGO, Luiz Octávio. Lazer e Educação. São Paulo: Moderna, 1989.

[2] MACHADO, Vanilson. Influências da recreação e do lazer no desenvolvimento das aulas de Educação Física. Ariquemes-RO: FAEMA, 2014.

[3] PASTORAL DA CRIANÇA. Importância da cultura e do lazer na infância. 2023. Disponível em: https://www.pastoraldacrianca.org.br/brincar/importancia-da-cultura-e-do-lazer-na-infancia. Acesso em: 10 out. 2025.

[4] ROSADO, Daniela G.; KOWALSKI, Marizabel; MOREIRA, Nayara C. L.; SOUZA, Douglas A. Recreação e lazer: relações com a educação física. Viçosa: UFV, s.d.

[5] SALESIANOS BRASIL. Brincar para crescer: a importância da recreação no desenvolvimento infantil. 2023. Disponível em: https://www.salesianos.br/blog/brincar-para-crescer-a-importancia-da-recreacao-no-desenvo lvimento-infantil. Acesso em: 10 out. 2025.

[6] UNINTER. Recreação: atividade essencial para o desenvolvimento da criança. 2020. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/recreacao-atividade-essencial-para-o-desenvolvimento-dacrianca.> Acesso em: 10 out. 2025.

Capítulo 55

Sequelas e qualidade de vida em doenças crônicas e transmissíveis: estudo observacional na atenção primária de Manaus: SEQVIDA-AP

Alex Bezerra da Silva Maciel[1]
Thiago Gomes de Oliveira[2]
Karen Cristine Bráulio da Silva[3]
Júlia Priscila Braga da Costa[4]

Resumo: O aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e das sequelas de longo prazo de doenças transmissíveis, como tuberculose e COVID-19, representa um desafio para a Atenção Primária à Saúde (APS) em Manaus. Essas condições geram complicações que afetam a capacidade funcional, a qualidade de vida e o uso dos serviços de saúde. Este estudo tem como objetivo caracterizar as sequelas e complicações em pacientes com doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis, atendidos nas Unidades Básicas de Saúde de Manaus. Com desenho observacional, descritivo e transversal, de abordagem mista, busca-se descrever o perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes, identificar as sequelas mais prevalentes, avaliar seu impacto na qualidade de vida e compreender a percepção dos profissionais sobre o manejo dessas condições na atenção básica. Os resultados subsidiarão o cuidado longitudinal e o planejamento de políticas públicas locais.

Palavras-chave: Doenças crônicas. Atenção Primária à Saúde. Qualidade de vida. Sequelas. Manaus.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Doutor em Doenças tropicais e infecciosas pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail:alexmaciellive@hotmail.com
[2] Professor do Ensino Superior do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM), Mestre em Saúde Pública pela Fiocruz Amazônia. E-mail: thiagogomesjc@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail:karencrisbc08@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail:apriscilajulia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Saúde global é cada vez mais definida pela alta prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão, mas também pela persistência de sequelas de doenças transmissíveis tratadas, notavelmente a tuberculose e, mais recentemente, a COVID-19. Essas condições geram uma demanda assistencial crescente e complexa nos sistemas de saúde. Na Atenção Primária à Saúde (APS), que é o pilar central e a porta de entrada para o cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), o manejo dessas sequelas é fundamental para o acompanhamento longitudinal e a coordenação do cuidado. As sequelas mais comuns dessas doenças incluem complicações micro e macrovasculares, renais, cardíacas, respiratórias e neuropsíquicas, que invariavelmente comprometem a capacidade funcional e a qualidade de vida dos pacientes (BRASIL, 2023, p. 10).

Em Manaus, a capital do Amazonas, o conhecimento integrado e local sobre a prevalência e o perfil dessas sequelas e complicações em pacientes com múltiplas condições crônicas e transmissíveis atendidos na APS ainda é limitado. O estudo proposto visa, portanto, suprir essa lacuna, caracterizando as manifestações de longo prazo dessas doenças, avaliando seu impacto na qualidade de vida e fornecendo dados essenciais para a melhoria do cuidado oferecido à população de Manaus (SOUZA et al., 2023, p. 5).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O protocolo de pesquisa está fundamentado na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a cronicidade e as consequências de longo prazo de doenças que, embora heterogêneas, compartilham o potencial de causar sequelas multissistêmicas e de alto impacto (SOUZA et al., 2023, p. 5). O foco é em condições de alta prevalência e relevância epidemiológica na APS:

- Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS): São as DCNT de maior impacto global (BRASIL, 2023, p. 10). As sequelas esperadas são as complicações crônicas como: neuropatias, nefropatias, doença arterial coronariana e Acidente Vascular Cerebral, que demandam acompanhamento contínuo e integrado (CANHADA, 2022, p. 112). O estudo se propõe a medir a glicemia capilar e realizar o teste de sensibilidade com monofilamentos para neuropatias (LEVY et al., 2021, p. 3).
- Tuberculose (TB) e COVID-19: São doenças infecciosas que, no cenário atual, são reconhecidas por deixarem sequelas funcionais e pulmonares de longo prazo (SILVA et al., 2022, p. 47). A TB, mesmo tratada, pode causar dano pulmonar residual, e a COVID-19 está associada à síndrome pós-COVID, com sintomas que variam de fadiga e dispneia (OLIVEIRA et al., 2021, p. 89).

O conceito de qualidade de vida é central no estudo, sendo avaliado o impacto funcional das sequelas (FERREIRA et al., 2020, p. 23). Além disso, o protocolo aborda a dimensão da saúde mental, aplicando o DASS-21 (Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse), um instrumento validado que permite quantificar e classificar o perfil de sofrimento emocional dos participantes em decorrência de suas condições crônicas (SMITH et al., 2019, p. 6). A investigação é realizada na APS, reconhecida como o cenário ideal para o cuidado longitudinal dessas condições (SOUZA et al., 2023, p. 5).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo adota um desenho observacional descritivo e transversal, empregando uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) para caracterizar o perfil das sequelas em pacientes com doenças crônicas e transmissíveis na APS de Manaus. A população de estudo é composta por usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com idade igual ou superior a 18 anos que concordarem em participar e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O recrutamento será realizado diretamente nas cinco UBS de referência (Dr. José Rayol dos Santos, Dr. Luiz Montenegro, Balbina Mestrinho, Dr. José Amazonas Palhano e Dr. José Raimundo Franco de Sá). Os procedimentos de coleta de dados incluem: Aplicação de Questionários, Avaliação Clínica e Sintomática, Avaliação de Sinais Vitais, Avaliação Metabólica e Antropométrica, Avaliação Neurológica, Avaliação Cardiopulmonar, Oximetria, Espirometria para avaliar a função pulmonar (CVF e VEF1), Avaliação de Saúde Mental. Os dados quantitativos serão analisados com estatísticas descritivas e inferenciais (teste qui-quadrado, teste t, modelos lineares generalizados e multivariado) utilizando o software STATA. Os dados serão registrados em formulários eletrônicos e transferidos para a plataforma segura REDCap para armazenamento e confidencialidade. Casos de alterações relevantes identificadas serão encaminhados para atendimento especializado na rede de saúde.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo buscará caracterizar o perfil sociodemográfico, clínico e de hábitos de vida dos pacientes, identificando as sequelas mais prevalentes; cardiovasculares, pulmonares, metabólicas, neurológicas e neuropsiquiátricas, de doenças crônicas e transmissíveis, como COVID-19 e tuberculose. Os resultados preencherão lacunas importantes sobre a epidemiologia local dessas sequelas, indicando os tipos mais comuns e seus fatores associados. Essa informação subsidiará o planejamento da Atenção Primária em Manaus, orientando estratégias de prevenção, reabilitação, educação em saúde e manejo clínico individualizado.

Assim, o estudo contribuirá para a sociedade ao oferecer dados aplicáveis no SUS, apoiando decisões de profissionais de saúde, melhorando o cuidado longitudinal e fortalecendo políticas públicas baseadas em evidências.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo identificará a magnitude das sequelas de longo prazo de doenças crônicas e transmissíveis na APS de Manaus e investigará seu efeito sobre a qualidade de vida e a saúde mental dos usuários. Os achados fornecerão subsídios para o planejamento de cuidados contínuos, prevenção, reabilitação e educação em saúde, fortalecendo a atuação dos profissionais do SUS e otimizando o atendimento à população.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Bolsas Santander - PROMICT (Programa de Iniciação Científica e Tecnológica) pelo apoio e incentivo à pesquisa, possibilitando o desenvolvimento deste estudo. À Faculdade Metropolitana de Ensino – FAMETRO, pela oportunidade de crescimento acadêmico e pela estrutura oferecida. À Equipe SEQVIDA-AP pela contribuição excepcional na produção deste projeto de pesquisa. À Coordenação

de Pesquisa e Extensão, pelo suporte e comprometimento com a promoção da pesquisa científica e da formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde da Tuberculose**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

[3] BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de orientação para vigilância e atenção à saúde de pessoas com sequelas de COVID-19. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

[4] BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013.

[5] CARVALHO-SCHNEIDER, C. *et al*. Follow-up of adults with non-critical COVID-19 two months after symptom onset. **Clinical Microbiology and Infection**, v. 26, n. 2, p. 258–264, 2020.

[6] LOVIBOND, P. F.; LOVIBOND, S. H. The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck Depression and Anxiety Inventories. **Behaviour Research and Therapy**, v. 33, n. 3, p. 335–343, 1995.

[7] SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2022. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 119, n. 5, p. 110–234, 2022.

[8] SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2023–2024**. São Paulo: SBD, 2024.

[9] STREINER, D. L.; NORMAN, G. R.; CAIRNEY, J. **Health Measurement Scales**: A Practical Guide to Their Development and Use. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

[10] WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Noncommunicable diseases fact sheet**. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicable-diseases. Acesso em: 6 out. 2025.

Capítulo 56

A influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher

Brenda Uchoa Ramos
Susy Mota Sampaio Nascimento

Resumo: O presente estudo consiste em uma revisão de escopo que analisou 12 publicações entre 2020 e 2025 sobre a influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher. As evidências revelam que, embora amplamente utilizados para o controle da fertilidade, os métodos hormonais podem causar efeitos fisiológicos, psicológicos e comportamentais relevantes. Os resultados destacam a importância do acompanhamento médico e multidisciplinar, bem como da educação em saúde reprodutiva. Conclui-se que o uso racional e orientado dos anticoncepcionais é essencial para minimizar riscos e promover a qualidade de vida feminina.

Palavras-chave: Anticoncepcionais hormonais; Saúde da mulher; Efeitos adversos.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre contracepção tem se tornado cada vez mais importante à medida que mais e mais pessoas buscam métodos contraceptivos seguros e eficazes. Mais de 1 bilhão de mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo precisam de um método de planejamento familiar, e bem-estar, status socioeconômico, cultura, religião e outros fatores influenciam os motivos pelos quais uma mulher pode solicitar contracepção (Genazzani, 2023).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher, abordando os principais efeitos fisiológicos, psicológicos e comportamentais associados ao seu uso contínuo. Busca-se compreender, por meio de uma revisão integrativa de literatura recente, os benefícios e riscos desses métodos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As mulheres em todo o mundo utilizam algum método contraceptivo. No Brasil, o uso de medicamentos para evitar a gravidez tem evoluído consideravelmente ao longo do tempo. Os anticoncepcionais hormonais apresentam outros benefícios além da prevenção da gravidez, sendo essencial que as mulheres tenham conhecimento sobre seus benefícios e possíveis efeitos colaterais (Oliveira, 2023).

O corpo feminino sofre inúmeras variações ao longo do mês e ao longo da vida. Além disso, fatores externos podem impactar no cotidiano da mulher, como a escolha do método contraceptivo (Santos, 2025).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa adotou uma revisão de escopo da literatura, baseada nos princípios da pesquisa bibliográfica de Lakatos e Marconi (2004), visando identificar, analisar e sintetizar evidências sobre a influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher, considerando aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais. O estudo seguiu o referencial metodológico de Arksey e O'Malley (2005) e as recomendações do PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018), buscando mapear o conhecimento atual sobre o tema.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, PubMed, Scopus e Google Acadêmico, abrangendo publicações em português e inglês, de acesso gratuito, no período de 2015 a 2025. Foram utilizados descritores como Anticoncepcionais Hormonais, Saúde da Mulher, Efeitos Adversos e Planejamento Familiar, incluindo artigos originais, revisões sistemáticas, dissertações e teses pertinentes, e excluindo-se opiniões, editoriais, resumos de eventos, estudos duplicados e pesquisas não diretamente relacionadas ao tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente revisão de escopo incluiu 12 estudos publicados entre 2020 e 2025, que abordaram diferentes perspectivas sobre a influência do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher (Laura, 2020). As pesquisas selecionadas demonstram que, embora os anticoncepcionais sejam amplamente utilizados como ferramenta de planejamento familiar e controle da fertilidade, seu uso contínuo está associado a uma variedade de efeitos fisiológicos, emocionais e comportamentais que demandam acompanhamento

clínico adequado (Silva, 2021).No recorte temporal analisado, observou-se um crescimento de publicações entre 2023 e 2025, refletindo o aumento do interesse científico pelo tema e pela necessidade de compreender melhor os efeitos colaterais associados aos métodos hormonais (Costa, 2023). Os estudos mais recentes (Aquino Gomides et al., 2025; Becker et al., 2025; Ferreira et al., 2025; Santos et al., 2025) enfatizam impactos psicológicos e neurológicos, como alterações de humor, sintomas depressivos e variações no desempenho físico, apontando para a importância do acompanhamento multidisciplinar envolvendo médicos, psicólogos e fisiologistas (Martins, 2024).

Autores como Ferreira et al. (2025) e dos Santos et al. (2021) destacaram os riscos cardiovasculares relacionados ao uso prolongado de anticoncepcionais combinados, especialmente em mulheres com fatores de risco pré-existentes, como tabagismo, hipertensão e obesidade (Souza, 2022). Já Guedes et al. (2022) e Oliveira et al. (2023) evidenciaram falhas na orientação médica e farmacêutica, o que contribui para o uso inadequado e aumento de complicações adversas (Rocha, 2023).

A pesquisa de Lago et al. (2020) mostrou que a pílula anticoncepcional e o preservativo masculino permanecem os métodos mais utilizados no Brasil, mas evidenciou desigualdades de acesso a métodos contraceptivos de longa duração (Pereira, 2020), o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à ampliação da oferta e à educação em saúde sexual e reprodutiva (Fernandes, 2021).De forma geral, os resultados convergem para a necessidade de uma abordagem integral e personalizada no uso de anticoncepcionais (Nunes, 2025), considerando não apenas os aspectos biológicos, mas também psicológicos e sociais que envolvem a saúde da mulher (Gonçalves, 2024). O conjunto das evidências sugere que o uso racional e orientado desses métodos é essencial para minimizar riscos e promover uma melhor qualidade de vida, reafirmando o papel da equipe multiprofissional na assistência feminina (Ribeiro, 2025).

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos analisados, conclui-se que o uso de anticoncepcionais exerce influência significativa sobre diferentes aspectos da saúde feminina, exigindo acompanhamento médico constante. Os resultados apontam tanto benefícios terapêuticos quanto riscos fisiológicos e psicológicos que não podem ser negligenciados. Em síntese, a adoção responsável dos anticoncepcionais depende de uma abordagem multiprofissional e individualizada voltada ao bem-estar integral da mulher.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Carla. Benefícios terapêuticos dos anticoncepcionais hormonais: uma revisão clínica. Revista Brasileira de Ginecologia e Saúde da Mulher, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2023.

[2] AQUINO GOMIDES, Júlia et al. O impacto do uso de anticoncepcionais na saúde da mulher: uma mini revisão de literatura. Revista de Ciências da Saúde, v. 15, n. 1, p. 22-34, 2025.

[3] BECKER, Eduarda et al. Anticoncepcionais e saúde mental feminina: uma análise integrativa. Revista de Psicologia e Saúde, v. 10, n. 3, p. 87-99, 2025.

[4] BECKER, Eduarda et al. AVALIAÇÃO DO USO DE ANTICONCEPCIONAIS EM MULHERES. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 7, n. 6, p. 1107-1124, 2025.

[5] COSTA, Helena. Tendências recentes no uso de contraceptivos hormonais. Cadernos de Saúde Reprodutiva, v. 9, n. 1, p. 14-27, 2023.

[6] DE CARVALHO ANDRADE, Lívia et al. Anticoncepcionais e síndrome dos ovários policísticos: benefícios e riscos clínicos. Revista Brasileira de Endocrinologia, v. 8, n. 4, p. 76-88, 2023.

[7] DOS SANTOS, Rafaela et al. Riscos cardiovasculares do uso prolongado de anticoncepcionais combinados. Jornal Brasileiro de Cardiologia Feminina, v. 5, n. 2, p. 102-115, 2021.

[8] FERNANDES, Juliana. Educação em saúde sexual e reprodutiva: desafios e perspectivas. Revista de Políticas em Saúde, v. 7, n. 3, p. 90-104, 2021.

[9] FERREIRA, Amanda et al. Efeitos psicológicos e neurológicos do uso de anticoncepcionais hormonais. Revista NeuroSaúde, v. 4, n. 2, p. 55-69, 2025.

[10] FINOTTI, Marta. Manual de anticoncepção, 2015,.São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015.

[11] GENAZZANI, Andrea R. et al. Hormonal and natural contraceptives: a review on efficacy and risks of different methods for an informed choice. Gynecological Endocrinology, v. 39, n. 1, p. 2247093,2023

[12] GONÇALVES, Daniela. Aspectos psicológicos do uso de anticoncepcionais em jovens mulheres. Psicologia e Sociedade, v. 18, n. 1, p. 11-23, 2024.

[13] GUEDES, Patrícia et al. Falhas na orientação farmacêutica sobre métodos contraceptivos. Revista Brasileira de Farmácia Clínica, v. 6, n. 2, p. 33-47, 2022.

[14] LAGO, Fernanda et al. Panorama do uso de métodos contraceptivos no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 14, n. 1, p. 20-36, 2020.

[15] LAURA, Beatriz. Influência dos anticoncepcionais na saúde da mulher: uma análise bibliográfica. Revista de Saúde e Pesquisa, v. 8, n. 1, p. 10-22, 2020.

[16] LIMA, Tatiane. Riscos e benefícios do uso prolongado de anticoncepcionais hormonais. Revista Médica Contemporânea, v. 11, n. 3, p. 49-61, 2024.

[17] MARTINS, Cláudia. Impactos neurológicos associados ao uso de contraceptivos orais. Arquivos de Neurologia e Psiquiatria Feminina, v. 5, n. 1, p. 25-39, 2024.

[18] NUNES, Gabriela. Abordagem integral da saúde feminina no uso de anticoncepcionais. Revista de Medicina Integrada, v. 9, n. 2, p. 66-78, 2025.

[19] OLIVEIRA, Renata et al. Atenção farmacêutica e o uso racional de anticoncepcionais. Revista de Saúde Coletiva, v. 13, n. 2, p. 58-71, 2023.

[20] PEREIRA, Aline Baggio et al. O impacto do uso de anticoncepcionais orais no treino de força. Promoção e proteção da saúde da mulher, 2024/2. Porto Alegre: FAMED/UFRGS, 2025. p. 43-55, 2025.

[21] PEREIRA, Luana. Desigualdade de acesso aos métodos contraceptivos no Brasil. Revista Brasileira de Políticas de Saúde, v. 6, n. 4, p. 42-56, 2020.

[22] RIBEIRO, Bianca. Uso racional de anticoncepcionais e qualidade de vida da mulher. Revista de Enfermagem e Saúde Integral, v. 10, n. 1, p. 70-84, 2025.

[23] ROCHA, Felipe. Uso inadequado de anticoncepcionais e complicações adversas. Revista Médica de Saúde da Mulher, v. 9, n. 3, p. 30-44, 2023.

[24] SANTOS, Larissa et al. Alterações de humor e desempenho físico em usuárias de anticoncepcionais hormonais. Revista Brasileira de Fisiologia e Saúde Feminina, v. 3, n. 2, p. 15-29, 2025.

[25] SOUZA, Carolina. Efeitos cardiovasculares dos anticoncepcionais combinados em mulheres adultas. Revista Brasileira de Cardiologia Preventiva, v. 7, n. 1, p. 50-63, 2022.

Capítulo 57

A controladoria estratégica como ferramenta de apoio à tomada de decisões e à competitividade empresarial

Gabriella Carvalho dos Santos[1]
Filipe Medeiros da Silva[2]
Zuila Paulino Cavalcante[3]

Resumo: A Controladoria Estratégica serve como pilar para a tomada de decisão e o aumento da competitividade. A sua aplicação é essencial em ambientes empresariais de alta concorrência e incertezas. O objetivo geral deste estudo é analisar a aplicação da Controladoria Estratégica como ferramenta de apoio ao processo decisório e ao fortalecimento da competitividade organizacional, incluindo a definição de seus conceitos e o uso de instrumentos de monitoramento. A metodologia envolve a pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar o referencial teórico e a análise de casos práticos que ilustram a integração de dados contábeis, financeiros e gerenciais no suporte à gestão. Os resultados evidenciam que a Controladoria Estratégica, por meio de ferramentas como o Balanced Scorecard (BSC), fornece uma visão holística e prospectiva, melhorando a qualidade das decisões e o desempenho. Portanto, a Controladoria Estratégica é fundamental para que as organizações mantenham e ampliem sua vantagem competitiva.

Palavras - chave: Controladoria estratégica. Competitividade. Desempenho.

[1] Docente do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: gabicarvalhoss2021@gmail.com
[2] Docente do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: filipe.medeiros772@gmail.com
[3] Professor do Ensino Superior do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestre em pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail:zuila.cavalcante@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A controladoria estratégica destaca-se como um instrumento essencial de apoio às decisões organizacionais em contextos dinâmicos e incertos. Nesse sentido, é relevante compreender como suas técnicas podem contribuir para a integração do planejamento, controle e análise de informações estratégicas, atendendo à crescente demanda das empresas por práticas gerenciais eficazes que assegurem a sustentabilidade e a vantagem competitiva em um cenário globalizado.

Com base nisso, o objetivo principal é analisar como a controladoria estratégica apoia a tomada de decisões e a melhoria da competitividade organizacional. Os objetivos específicos buscam: identificar seus principais conceitos e funções; explorar e avaliar as ferramentas e métodos utilizados para monitoramento e análise de desempenho (como indicadores, relatórios gerenciais e tecnologias); e analisar sua relevância para auxiliar gestores no processo decisório em cenários altamente competitivos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A CONTROLADORIA E O PAPEL DO CONTROLLER NA GESTÃO ESTRATÉGICA

Para Padoveze (2012, p. 25),a Controladoria é uma ponte entre a Contabilidade e a Administração. Ela usa os números da contabilidade, organiza essas informações e as entrega de forma estratégica para que os gestores possam controlar e direcionar a empresa. No entanto, mais do que um aparato técnico, a controladoria estratégica representa uma abordagem gerencial que articula teoria, prática e contexto organizacional.

A controladoria estratégica usa ferramentas como BSC e SWOT para converter estratégias em ações e analisar o ambiente organizacional. O controller, hoje exerce papel estratégico como consultor interno, alinhando dados operacionais à tomada de decisão, facilitando a implementação da estratégia por meio de indicadores e orçamentos.

De acordo com Crepaldi (2014, p.32) O controller deixou de ser apenas um registrador de fatos passados para se tornar peça estratégica na gestão. Ele conecta contabilidade, finanças e administração, garantindo informações confiáveis, interpretando resultados e projetando cenários futuros. Atua de forma ética e imparcial, propondo soluções, comunicando com clareza e colaborando como conselheiro para alinhar as ações da empresa aos seus objetivos estratégicos.

2.2. INSTRUMENTOS DO CONTROLE ESTRATÉGICO

Existem ferramentas e instrumentos que são fundamentais para a controladoria na gestão empresarial, pois permitem monitorar, avaliar e alinhar o desempenho organizacional aos objetivos de longo prazo. Segundo Silveira, a controladoria atua em todos os setores da empresa, utilizando ferramentas que integram informações dos níveis operacional, tático e estratégico.(Silveira, 2023).

Entre as ferramentas, destaca-se o Balanced Scorecard (BSC), que traduz a missão e a visão organizacional em objetivos estratégicos, alinhando indicadores financeiros e não financeiros para uma gestão mais equilibrada e eficaz. (Padoveze, 2012).

Destaca-se também a integração entre os Indicadores de Desempenho (KPIs) e os Orçamentos Estratégicos, que, segundo Oliveira, atuam como ferramentas de controle

gerencial, permitindo verificar se o planejamento está sendo efetivamente cumprido (Oliveira, Hernandez Perez Jr. e Silva, 2020). Essa combinação permite analisar resultados, identificar desvios e adotar medidas corretivas rapidamente, mantendo as atividades da organização alinhadas aos objetivos estratégicos.

Outra ferramenta relevante é a Análise SWOT, que avalia o ambiente interno e externo da organização, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, e fornece um diagnóstico que orienta decisões e ações estratégicas. De acordo com Leite e Gasparotto, essa ferramenta promove o autoconhecimento organizacional ao fornecer um diagnóstico claro que orienta a tomada de decisão e o planejamento estratégico. (Leite e Gasparotto, 2018).

Dessa forma, os instrumentos do controle estratégico não apenas oferecem suporte operacional à estratégia, mas também servem como mecanismos de aprendizagem organizacional e promoção da cultura de resultados.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico. Foram utilizados livros, artigos científicos e dissertações de autores de referência na área de controladoria e gestão estratégica, com destaque para Padoveze (2012), Crepaldi (2014) e Oliveira et al. (2020).

O procedimento de análise consistiu na análise de conteúdo dos materiais selecionados, com o objetivo de identificar e sintetizar os principais conceitos, funções e ferramentas relacionadas à controladoria estratégica e sua relação com o apoio à decisão gerencial e a competitividade

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de Fagundes et al. (2018) mostra que o Balanced Scorecard (BSC), aplicado em uma empresa de telecomunicações, transformou objetivos estratégicos em ações operacionais mensuráveis, alinhando todos os departamentos às metas da organização. Isso comprova que o BSC não é apenas uma ferramenta de medição, mas um mecanismo eficaz para colocar a estratégia em prática, fortalecendo a competitividade e a tomada de decisão.

A pesquisa de Silva et al. (2018) comprova que KPIs bem alinhados aos objetivos estratégicos são essenciais para monitorar operações logísticas. Empresas que os adotaram tiveram redução de custos, melhoria em prazos e na qualidade do serviço, auxiliando gestores na tomada de decisões ágeis e precisas.

A análise SWOT também demonstra sua utilidade prática no apoio à tomada de decisão estratégica, conforme evidenciado no estudo de De Oliveira et al. (2024) em uma granja de suínos. A aplicação da ferramenta permitiu à empresa identificar claramente suas fortalezas operacionais, fraquezas administrativas, oportunidades de expansão de mercado e ameaças competitivas, resultando na formulação de um plano estratégico direcionado e realista. Este caso ilustra como o autoconhecimento propiciado pela SWOT serve de base sólida para a definição de prioridades e alocação de recursos.

A análise SWOT mostrou-se eficaz na tomada de decisão estratégica em uma granja de suínos, conforme estudo de De Oliveira et al. (2024). A ferramenta identificou

fortalezas operacionais, fraquezas administrativas, oportunidades de mercado e ameaças competitivas, permitindo a criação de um plano estratégico realista e focado. O caso destaca como o autoconhecimento gerado pela SWOT é essencial para priorizar ações e alocar recursos. Apurou-se que a integração do BSC, KPIs e SWOT cria um ciclo de gestão eficiente, transformando dados em vantagem competitiva ao alinhar planejamento, execução e controle, permitindo adaptação proativa às mudanças do mercado.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que o objetivo principal do estudo foi plenamente atingido, validando a controladoria estratégica como pilar essencial de suporte à tomada de decisões e ao fortalecimento da competitividade. Os resultados evidenciam que a integração de ferramentas como Balanced Scorecard (BSC), KPIs e Análise SWOT permite que a controladoria transcenda o controle, transformando dados em *insights* gerenciais. Essa capacidade de monitorar a performance com precisão é indispensável para que as organizações alcancem uma vantagem competitiva sustentável em um cenário dinâmico. Sugere-se, como pesquisa futura, a realização de estudos de caso em profundidade para verificar a aplicação e os resultados dessa integração em empresas brasileiras.

REFERÊNCIA

[1] PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

[2] SILVEIRA, André Stein da. Controladoria Estratégica: ferramentas e metodologias para a eficácia nos resultados. **REFAQI-Revista de Gestão**, Educação e Tecnologia, v. 14, n. 1, p. 18-28, 2023.
OLIVEIRA, Luís Martins de; HERNANDEZ PEREZ JR., José; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
LEITE, Maykon Stanley Ribeiro; GASPAROTTO, Angelita Moutin Segoria. Análise SWOT e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15, n. 2, p. 184-195, 2018.

[3] FAGUNDES, Ernando et al. Contribuições decorrentes da implementação do BSC para o alcance dos objetivos estratégicos: um estudo de caso. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia,** v. 8, n. 3, p. 137-151, 2018.

[4] SILVA, Franciele Aparecida et al. A importância dos indicadores de desempenho logístico no alcance das metas organizacionais. **Revista Multidisciplinar do Amapá**, v. 1, n. 1, p. 09-27, 2018.

[5] DE OLIVEIRA, Rony Borges et al. Análise SWOT como ferramenta de gestão estratégica: caso em uma granja de suínos na cidade de Teresina-Piauí. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 5, p. e3735, 2024.

Capítulo 58

O papel dos ledores e transcritores na formação de estudantes com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência

Algley Alves da Silva[1]
Mateus Nogueira Ramos[2]
Marcos Vinicius Lopes Correa[3]
Aline Noton Holanda de Freitas[4]
Rafael de Azevedo Melo[5]

Resumo: Este relato de experiência aborda o papel dos ledores e transcritores na formação de estudantes com deficiência visual no ensino superior, evidenciando sua relevância no processo de inclusão educacional. A pesquisa delimita-se à análise do percurso formativo de dois acadêmicos do curso de Pedagogia, acompanhados por ledores durante sua trajetória universitária. O objetivo geral foi compreender como a atuação desses profissionais contribui para o acesso, a permanência e o aprendizado qualificado dos estudantes. A metodologia consistiu no registro de vivências acadêmicas ao longo do curso. Os resultados apontam que a mediação dos ledores e transcritores favoreceu a autonomia, o engajamento e o desempenho acadêmico dos discentes. Conclui-se que sua atuação é essencial para a efetivação da inclusão, reforçando a necessidade de núcleos institucionais permanentes de apoio à acessibilidade nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Acessibilidade. Ensino. Qualificação. Inclusão.

[1] Acadêmico do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM). E-mail: algley105@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: mateusmaster196@gmail.com
[3] Professor-Ledor do Ensino Superior do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E- mail: marcoslcorrea@hotmail.com
[4] Professora-Ledora do Ensino Superior do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail: alinehlfreitas@gmail.com
[5] Professor do Ensino Superior do curso de Pedagogia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (UEA). E-mail: rafael.melo@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A educação superior, enquanto direito garantido por lei, deve estar alicerçada em princípios de equidade e acessibilidade. Para estudantes com deficiência visual, esse processo exige adaptações que vão além da estrutura física, exigindo estratégias pedagógicas que respeitem suas singularidades. Dentre essas estratégias, destaca-se a atuação dos ledores, pessoas que realizam a leitura, explicação e mediação de conteúdos acadêmicos para estudantes cegos ou com baixa visão.

De acordo com Sassaki (1997), a inclusão se efetiva quando o indivíduo com deficiência participa de forma plena e ativa em todos os espaços sociais, sendo necessário, para isso, um conjunto de apoios especializados. A mediação feita pelos ledores representa um desses apoios, sendo indispensável para garantir o acesso ao currículo em igualdade de condições.

Ao longo desta experiência, observamos que a presença dos ledores não apenas favoreceu a aprendizagem, mas também fortaleceu nossa autonomia, ampliou nossa participação e estimulou uma mudança de postura dentro da própria universidade, que passou a enxergar a inclusão como uma prática cotidiana e não como um desafio pontual.

Desta forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre o papel dos ledores e transcritores como mediadores fundamentais no processo de formação de estudantes com deficiência visual no ensino superior. A temática é relevante por evidenciar práticas que garantem o direito à acessibilidade, à equidade e à permanência qualificada desses acadêmicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A permanência de estudantes com deficiência no ensino superior tem se configurado como um fator positivo no processo de aprendizagem e na consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Segundo Mamiseishvili e Kock (2011), ao examinarem as características de universitários com deficiência e os fatores que influenciam sua continuidade nos cursos de graduação, verificou-se que a motivação para estudar, o contato frequente com orientadores e a qualidade de vida foram elementos determinantes para a persistência desses estudantes. Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), reafirmando o direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação no acesso e permanência no ensino superior.

De acordo com Aguirre (2019), a principal função do Ledor, especialmente em ambientes avaliativos, é converter informações audiovisuais em informações tátil-auditivas, garantindo o acesso equitativo ao conteúdo. A atuação desse profissional é sustentada por dois fatores principais: a visão social que associa a deficiência visual à incapacidade autônoma de leitura e a valorização predominante da leitura e escrita em tinta, em detrimento de outras formas legítimas de comunicação escrita e leitura acessível.

As políticas públicas educacionais brasileiras das últimas décadas têm consolidado o direito universal à educação, promovendo o acesso e a permanência de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino. Indivíduos antes invisibilizados pelo sistema educacional passaram a exercer protagonismo, consolidando o princípio da isonomia de oportunidades e da equidade educacional. Essa política inclusiva,

intensificada a partir da década de 1980, tem apresentado resultados expressivos: entre 2004 e 2014, houve um aumento de 518,66% no número de estudantes com deficiência no ensino superior (AGUIRRE, 2019). Consequentemente, a demanda pela atuação de Ledores e Transcritores também cresceu de forma significativa. Entre 2009 e 2017, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), organizado pelo INEP, registrou um aumento de 1.800% nas solicitações desses profissionais (INEP, 2017b), evidenciando a ampliação das práticas inclusivas e a necessidade de sua institucionalização no contexto educacional brasileiro.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, configurada como um relato de experiência. O estudo foi desenvolvido a partir das vivências reais de dois estudantes com deficiência visual e seus ledores, no decorrer do processo formativo no curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro, em Manaus. O objetivo consistiu em compreender e analisar a importância da atuação dos ledores como mediadores pedagógicos, favorecendo o acesso, a permanência e o aprendizado significativo no ensino superior.

Os procedimentos metodológicos envolveram a observação direta e participante das experiências acadêmicas, além do registro reflexivo das práticas cotidianas realizadas ao longo dos semestres. A coleta de dados ocorreu de forma contínua, por meio de relatos orais, que permitiram identificar desafios, avanços e estratégias de inclusão vivenciadas pelos participantes. A análise dos dados foi conduzida com base na interpretação qualitativa das experiências descritas, buscando evidenciar as contribuições dos ledores para a efetivação da acessibilidade e da inclusão educacional no ensino superior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ingressarmos no curso de Pedagogia como pessoas com deficiência visual (cegas), compreendemos imediatamente a importância do apoio especializado para que nossa formação ocorresse de maneira plena. O CeUni Fametro, reconhecendo essa demanda, viabilizou o acompanhamento por ledores – mediadores de leitura e compreensão textual – que nos auxiliaram nos mais diversos momentos da trajetória acadêmica.

O ledor, mais do que uma voz que lê, tornou-se um elo fundamental entre o conteúdo acadêmico e a nossa construção de conhecimento. Atuando de forma constante em aulas, atividades, provas, seminários e nos momentos de estudo individual, eles assumiram um papel de mediadores pedagógicos, como propõe Vygotsky (1987), ao descrever a importância da interação social na construção do saber.

O processo de leitura compartilhada nos permitiu desenvolver uma escuta ativa, ampliar a compreensão dos textos e participar efetivamente dos debates em sala de aula. Mittler (2003) cita que a educação inclusiva é aquela que oferece recursos e apoios para que todos aprendam juntos, valorizando as diferentes formas de aprender. A mediação dos ledores representa exatamente isso: uma ponte que respeita nossa forma específica de acessar o conteúdo, mas que não nos distancia da coletividade.

A convivência com os ledores também promoveu autonomia. Ao conhecer nossos

estilos de aprendizagem, eles adaptaram a leitura, usaram entonações diferentes, fizeram pausas estratégicas e explicaram conteúdos complexos com sensibilidade e didática. Isso nos permitiu não apenas aprender, mas também ensinar: muitos dos nossos colegas passaram a se interessar por como aprendemos e começaram a adotar práticas mais inclusivas em grupo. Ao mesmo tempo, observamos uma mudança significativa na cultura institucional. Professores, coordenação e demais setores da faculdade passaram a enxergar a inclusão com outros olhos. O respeito às nossas necessidades tornou-se uma prática natural. Como afirma Freire (1996), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo." E foi justamente nesse processo dialógico que todos fomos aprendendo – nós, nossos ledores, colegas e docentes.

A experiência nos leva a reforçar a necessidade de institucionalizar núcleos de acessibilidade que ofereçam suporte contínuo a estudantes com deficiência. Não basta garantir o ingresso; é preciso assegurar a permanência com qualidade, com ações que respeitem as diferenças sem diminuir o potencial de cada um.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso processo formativo tem sido desafiador, porém profundamente enriquecedor. A atuação dos ledores em nossa trajetória acadêmica foi decisiva para garantir o direito à educação em igualdade de condições. Essa vivência nos fez compreender que a inclusão só se torna real quando deixa de ser exceção para se tornar prática. A mediação não nos tornou dependentes, mas, ao contrário, fortaleceu nossa autonomia e nossa identidade como futuros educadores.

Reafirmamos que é urgente e necessário que todas as instituições de ensino superior disponham de políticas efetivas de acessibilidade, com profissionais capacitados, materiais adaptados e ambientes sensíveis à diversidade. A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva começa na educação, e nossa história é uma pequena, porém potente, amostra de que isso é possível.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos conceder força, sabedoria e sensibilidade para realizar este trabalho, que representa não apenas uma etapa acadêmica, mas também um marco significativo em nossa trajetória como futuros pedagogos.

À coordenação do curso de Pedagogia, nosso reconhecimento pelo apoio contínuo e pela condução responsável das nossas atividades formativas. Aos professores, que com dedicação, compromisso e empatia, foram essenciais na construção do nosso conhecimento. À nossa turma, pelo apoio mútuo, respeito e convivência durante toda a caminhada.

Ao professor Rafael Melo, que com zelo e disponibilidade, nos orientou e apoiou com excelência na elaboração deste relato, nossa sincera gratidão.

Um agradecimento muito especial às nossas famílias, que são nosso alicerce diário, nos fortalecendo com apoio, incentivo e amor incondicional. E em destaque, expressamos nosso profundo reconhecimento aos nossos ledores, Marcos Correa e Aline Freitas, cuja atuação foi indispensável para a acessibilidade e autonomia ao longo do processo. Com

sensibilidade, paciência e compromisso, eles não apenas leram para nós, mas mediaram o conhecimento com empatia, garantindo que pudéssemos participar de forma igualitária em todas as etapas.

Este trabalho é fruto da colaboração, da superação e do desejo por uma educação mais humana, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

[1] AGUIRRE, Dário de Ávila. As Capacitações De Ledores E Transcritores Para Inclusão E Acesso Em Processos Seletivos À Educação Superior: A Percepção Dos Egressos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2019.

[2] Balanço das Inscrições do Enem – 2017. Brasília: MEC/INEP, 2017b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2017/apresentacao_dados_inscricoes_enem_2017.pdf>Acesso em 10 mar 2018.

[3] BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

[4] FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

[5] MAMISEISHVILI, K.; KOCH, C. L. First to second year persistence of students with disabilities in postsecon dary institutions in the United States. Rehabil Couns Bull, v. 2, n. 54, p. 93-105, 2011.

[6] MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MITTLER, Peter. Educando os alunos com necessidades especiais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

[7] SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Capítulo 59

A formação antirracista através dos temas transversais no ensino superior: um estudo de caso do curso de Pedagogia

Cleiciane Maia Ferreira[1]
Eduarda Rufino Lima[2]

Resumo: O presente estudo aborda a formação antirracista no Ensino Superior, destacando a inserção dos temas transversais na construção de práticas pedagógicas inclusivas e conscientes. O tema foi apresentado ao curso de Pedagogia como parte integrante da formação superior com foco na atuação de futuros profissionais mais perspicazes frente às questões étnico-raciais em um centro universitário na cidade de Manaus. O objetivo deste estudo é analisar como os temas transversais impactam a formação antirracista de futuros pedagogos, promovendo o desenvolvimento de competências críticas, éticas e cidadãs. Para realizar a investigação foram realizadas as pesquisas bibliográficas a partir do pensamento ético contemporâneo sobre a Transversalidade baseados em Elisaide Trevisam, Margareth Anne Liester e Marilu Dicher. Por seu turno, a Educação Antirracista delimitada neste estudo segue a linha de reflexão de filósofa Angela Davis. Quanto à abordagem, este estudo se enquadra como quanti-qualitativa para análise de dados previamente coletados através da técnica de questionário aplicado em forms google a estudantes do curso de Pedagogia. Os resultados apontam para a relevância da formação antirracista mediada pelos temas transversais, evidenciando percepção positiva dos estudantes quanto à inclusão, valorização da diversidade cultural e práticas pedagógicas transformadoras, e destacam a necessidade de continuidade da formação continuada de professores para promover equidade e justiça social.

Palavras-chave: Formação Docente; Educação Antirracista; Transversalidade, Pedagogia.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestra Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas E-mail: cleiciane.ferreira@fametro.edu.br.
[2] Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: dudahlima1112@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Antirracista no ensino superior tem se mostrado uma dimensão essencial na formação de professores, diante da necessidade de preparar profissionais capazes de compreender, enfrentar e desconstruir desigualdades raciais historicamente construídas. Diante dessa realidade, os temas transversais surgem como instrumentos estratégicos que articulam diferentes áreas do conhecimento, promovem práticas pedagógicas inclusivas e fortalecem a valorização da diversidade cultural. A relevância do estudo se evidencia, pois possibilita refletir sobre como o currículo universitário pode contribuir para a construção de uma educação crítica, ética e cidadã, capaz de formar docentes sensíveis às demandas sociais contemporâneas. O problema investigado neste estudo está centrado em compreender de que maneira a inserção dos temas transversais, em especial, a Educação Antirracista, a impacta a formação de futuros pedagogos e professores, preparando-os para atuar em ambientes escolares plurais e inclusivos.

Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, complementada por levantamento de dados por meio de questionário aplicados a discentes do curso de Pedagogia, permitindo reconhecer e avaliar a percepção dos acadêmicos sobre a relevância desses temas. Assim, busca-se oferecer uma compreensão aprofundada sobre a importância dos temas transversais na consolidação de práticas pedagógicas socialmente comprometidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar a Educação Antirracista no Ensino Superior implica em reconhecer o papel central dos temas transversais, que funcionam como instrumentos de transformação social e de fortalecimento da cidadania, além da formação profissionais críticos, éticos e empáticos, capazes de interagir de maneira consciente com as demandas sociais contemporâneas. O tema transversal, ao ampliar horizontes de conhecimento e favorecer a integração entre diferentes áreas, contribui para uma prática pedagógica mais significativa. Nessa perspectiva, Trevisam, Leister e Dicher (2021, p. 1) destacam que “a transversalidade no ensino superior assume [...] a prática de um conhecimento fundamentado numa convivência ética, solidária e humanitária”.

Os temas transversais constituem um pilar fundamental para consolidar oportunidades concretas de formação docente, pois ao promover a valorização da diversidade cultural na educação básica no Brasil também oferece o conhecimento de novos olhares antes nunca conhecidos ou pouco refletidos. Estes novos olhares compõem nova lógica de reconhecer a cultura, a ética e a cidadania, portanto, a uma nova lógica transversal. Oliveira (2018) destaca que, “a função principal dos temas transversais é a contribuição para a formação responsável do indivíduo para exercer e definir sua participação na sociedade local e mundial”. De acordo com essa realidade, tanto docentes quanto discentes desenvolvem a consciência crítica sobre o cotidiano e as questões globais à medida em que trabalham favorecendo a aprendizagem diversificada e contextualizada que conecta o saber escolar às demandas sociais e culturais contemporâneas.

A transversalidade articula diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade e ampliando a compreensão crítica da realidade pelos estudantes. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola

propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores.” (BRASIL, 1997, p. 27). Consequentemente, os temas trabalhados nessa prática pedagógica permitem que os conteúdos sejam explorados em todas as disciplinas, formando estudantes com postura crítica, ética e inclusiva, ao conectar o saber escolar à realidade social.

Além disso, os PCNs enfatizam a relevância de questões sociais como eixos transversais: "Quanto às questões sociais relevantes, reafirma-se a necessidade de sua problematização e análise, incorporando-as como temas transversais. As questões sociais abordadas são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural" (BRASIL, 1997, p. 29). Essa perspectiva pedagógica, demonstra-se como um caminho eficaz para enfrentar desafios sociais e ambientais, favorecendo abordagens diversificadas e contextualizadas no processo educativo. Como destaca Conde (2017, p. 3), "Acreditamos que o começo de um bom trabalho com os temas transversais dá-se, inicialmente, com a busca da educação crítica". Assim, a transversalidade não apenas integra conhecimentos, mas também contribui para a formação de cidadãos responsáveis, capazes de atuar em sociedades plurais, eticamente responsáveis com os parâmetros da cidadania brasileira, incluindo a superação ao racismo e atos discriminatórios.

Em determinado momento de sua trajetória, Albert Einstein afirmou que era mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito. No contexto brasileiro, a Lei nº 10.639/2003 reforça a necessidade de uma educação antirracista que reconheça e valorize a história e a cultura afro-brasileira e africana. Essa reflexão evidencia a profundidade e a complexidade do enfrentamento às estruturas discriminatórias que atravessam a sociedade brasileira, destacando a urgência de práticas educativas intencionais e críticas, capazes de promover a equidade e contribuir para a superação do racismo estrutural. Segundo Ângela Davis em seu livro “Mulheres, Raça e Classe” de 1981, “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. A filósofa enfatiza que o racismo não é uma questão individual; mas sim, coletivo e estrutural que exige de toda a sociedade ações comprometidas com a educação antirracista que encontra várias formas de ser realizada e transmitida, incluindo a sociedade civil como um todo. Neste estudo, destacamos o papel da ação pedagógica no Ensino Superior e na formação de professores através dos temas transversais. Destacamos enquanto ação pedagógica o Letramento Racial.

O Letramento se refere à capacidade de ler e escrever, mas também envolve a compreensão e a produção de textos em diferentes contextos. Já o Letramento Racial, proposto neste estudo, busca compreender como as questões raciais são abordadas e representadas na literatura e na educação. Para compreendermos a transversalidade aplicada neste conceito, por exemplo, busquemos o pensamento de Paulo Freire (1987, p. 35), "o ato de ler não se esgota na descodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo". Já para Hooks (1995, p. 24), "a educação é uma prática de liberdade, e a leitura crítica é fundamental para a conscientização racial". Assim, o Letramento Racial, como prática pedagógica é uma ferramenta importante para a promoção da equidade e da justiça social pois há mecanismos de práticas que permitem interpretar a cultura, a ética e cidadania, que incluem a leitura, a compreensão dos textos e contextos ora mencionados. Dentre as ferramentas do Letramento, destacamos a produção colaborativa de conteúdos, uma estratégia importante para conhecer, reconhecer e transmitir conhecimentos. Assim, não se trata somente de realizar eventos em datas comemorativas esporádicas que rememoram as questões étnico- raciais; mas de abordagens completas, de vivências reais e da continuidade de uma proposta ética e comportamental para a cidadania todos os dias.

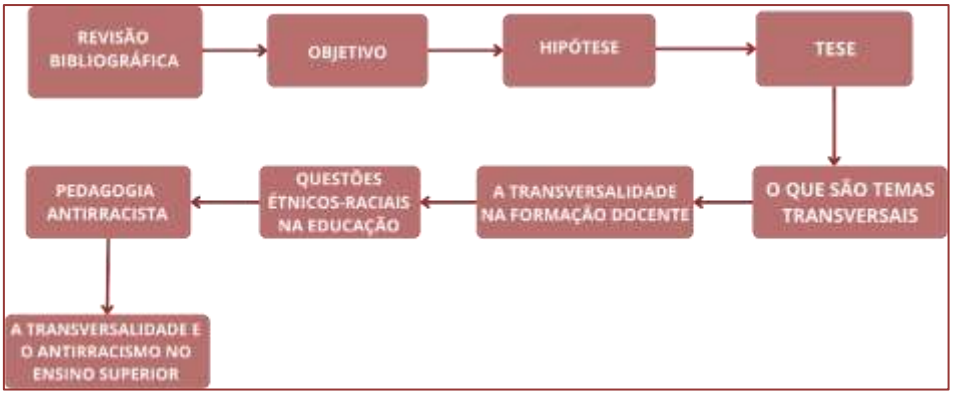
Nesse sentido, a transversalidade configura-se como um instrumento fundamental para a desconstrução do racismo, pois abre possibilidades para a construção de uma educação antirracista capaz de promover a igualdade racial e a inclusão. O estudante do Ensino Superior, ao ser letrado racialmente, torna-se capaz de desenvolver consciência crítica sobre o racismo, identificar suas manifestações no cotidiano e agir de forma proativa no combate a esse fenômeno, compreendendo as injustiças e desigualdades raciais, bem como desconstruindo estereótipos enraizados historicamente em decorrência da colonização e da escravidão. Desse modo, a Educação Antirracista assume relevância singular ao propor a revisão de currículos e metodologias pautados no eurocentrismo, historicamente predominante na formação acadêmica. Como menciona Silva (2022, p.17) "Entendemos que a universidade pode romper e gerar novas perspectivas de atuação na busca de uma sociedade democrática, promovendo uma educação antirracista e descolonizando os currículos". Essa revisão favorece a valorização e a inclusão das culturas e dos costumes afro-brasileiros e indígenas, promovendo uma prática pedagógica comprometida com a diversidade cultural e a justiça social. Nesse processo, a desconstrução do conhecimento hegemônico eurocêntrico e a abertura a saberes plurais tornam-se elementos centrais para a consolidação de uma educação que reconheça a diversidade como princípio estruturante.

Considerando essa realidade, os temas transversais no Ensino Superior para a Educação Antirracista revelam-se de grande relevância, uma vez que possibilitam a articulação entre conhecimento científico, consciência social e compromisso ético. Parafraseando Paulo Freire, ensinar não significa apenas transmitir conhecimento, mas criar condições para que o estudante possa ter acesso a ele de forma crítica e significativa. Nessa perspectiva, os temas transversais consolidam-se como oportunidade concreta de combate ao racismo, dando contribuição efetiva para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, ao mesmo tempo incentivando à leitura fortalecendo práticas pedagógicas transformadoras, capazes de enfrentar as desigualdades e promover a valorização da diversidade cultural.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, desenvolvida por meio de análise bibliográfica e aplicação de instrumentos empíricos, com foco em verificar a formação antirracista no curso de Pedagogia, a partir dos temas transversais, de modo a contribuir para a preparação de professores mais conscientes, críticos e engajados na valorização das identidades e culturas que compõem a sociedade brasileira. A revisão bibliográfica teve como objetivo responder às questões norteadoras do estudo (figura 1).

Figura 1. Esquema do percurso de levantamento bibliográfico



Fonte: Autoria própria (2025)

A revisão bibliográfica fundamentou-se nas contribuições de diversos autores sobre a temática. Foram selecionados trabalhos em português, publicados entre 1987 e 2022, abrangendo quatro obras, seis artigos científicos e duas legislações. Como critérios de inclusão, consideraram-se acervos de bibliotecas on-line, periódicos acadêmicos e sítios oficiais do Ministério da Educação.

Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário estruturado com questões de múltipla escolha, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2025, em uma instituição de Ensino Superior em Manaus. A amostra foi composta por 26 alunos do curso de Pedagogia, mas apenas 14 responderam ao questionário, o que possibilitou a obtenção de dados quantitativos, posteriormente organizados em gráficos, permitindo uma análise estatística e interpretação crítica.

A revisão bibliográfica foi organizada em etapas sequenciais: leitura e triagem dos textos, categorização em áreas temáticas e análise de conteúdo, culminando na interpretação dos dados. Esse processo favoreceu a formulação de hipóteses e a identificação de possíveis soluções para o enfrentamento das práticas racistas, reforçando a importância da educação como estratégia para a promoção da cultura antirracista.

O procedimento metodológico adotado buscou assegurar rigor científico, articulando teoria e dados empíricos, além de fornecer suporte para a compreensão do papel dos temas transversais na formação de professores capazes de atuar de forma comprometida com uma prática pedagógica antirracistas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interpretação dos resultados destaca a relevância dos temas transversais na construção de uma educação antirracista efetiva e transformadora. O estudo dos dados coletados revelou que, dos 26 alunos participantes do curso de Pedagogia, apenas 14 responderam, com base que houve resultados positivos a cada uma das perguntas do questionário aplicado. Essa resposta demonstra uma percepção claramente positiva em relação aos itens investigados, que foram eles as seguintes perguntas objetivas:

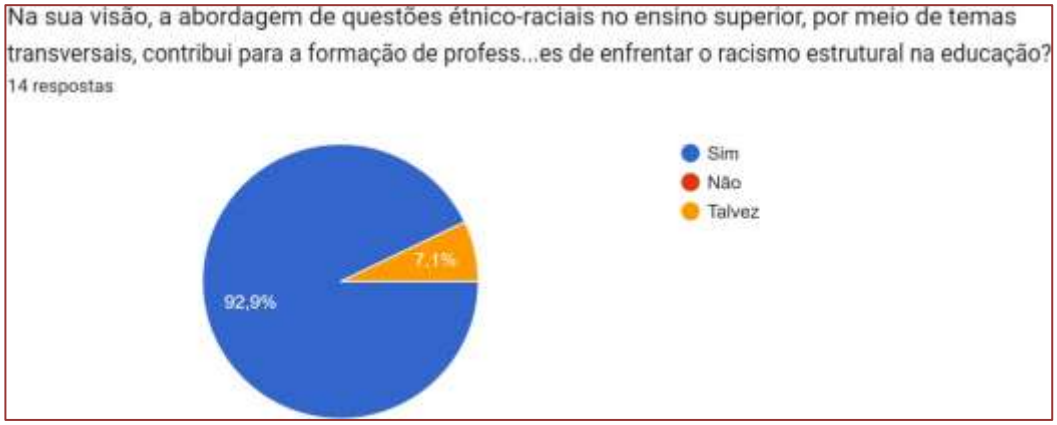
1. *Na sua visão, a abordagem de questões étnico-raciais no ensino superior, por meio de temas transversais, contribui para a formação de professores capazes de enfrentar o*

racismo estrutural na educação?

2. *Em sua opinião, discutir educação antirracista no curso de Pedagogia incentiva os discentes a promoverem ambientes escolares livres de preconceitos raciais?*
3. *Você acredita que a inclusão de temas transversais no currículo do ensino superior capacita os futuros docentes a desenvolverem práticas pedagógicas que valorizam a diversidade em sala de aula?*
4. *Na sua percepção, os temas transversais, ao abordarem questões como diversidade cultural de forma interdisciplinar, ajudam os discentes de Pedagogia a compreenderem a importância de práticas educacionais inclusivas?*

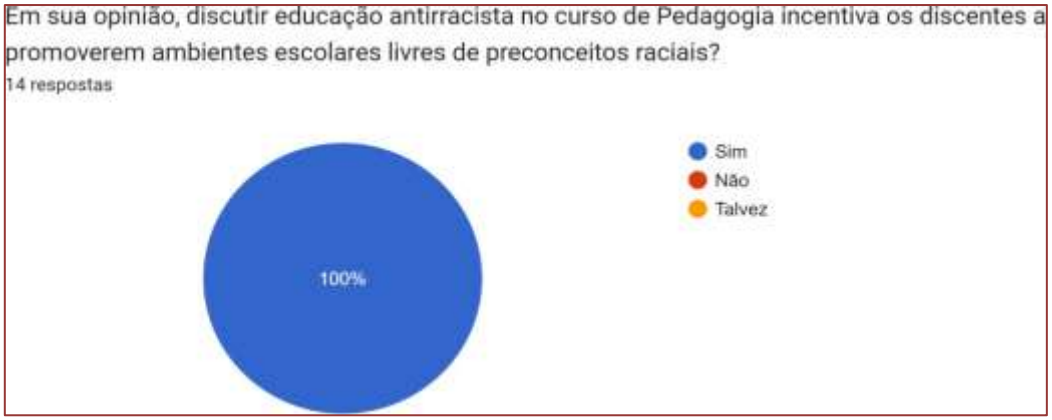
A seguir, os resultados de cada questão são detalhados por meio de gráficos, permitindo visualizar de forma clara a percepção positiva dos discentes em relação à contribuição dos temas transversais na formação antirracista no curso de Pedagogia.

Figura 2. Gráfico demonstrativo da questão 1



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 3. Gráfico demonstrativo da questão 2



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 4. Gráfico demonstrativo da questão 3



Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 5. Gráfico demonstrativo da questão 4



Fonte: Autoria própria (2025)

A análise das respostas dos discentes indica uma percepção claramente positiva sobre a abordagem da formação antirracista através dos temas transversais no ensino superior no curso de pedagogia. A primeira e a segunda questão do questionário, identifica que quase unanimemente os acadêmicos percebem positivamente a contribuição temas transversais para preparar professores capazes de enfrentar o racismo estrutural e criar um ambiente mais livre desses desafios, dialoga com as reflexões de Marcos Antônio Batista da Silva (2023) em "Pedagogia, Práticas Pedagógicas e Educação Antirracista". O autor destaca que a formação docente deve ser orientada por uma perspectiva crítica, que permita aos futuros professores identificar e enfrentar desigualdades estruturais presentes na escola que enfatiza a importância de uma formação crítica e reflexiva, capaz de transformar as práticas docentes e enfrentar as desigualdades presentes no contexto educacional, evidenciando a necessidade de ampliar a produção de conhecimento sobre raça, racismo, antirracismo e descolonização, por meio da inclusão de disciplinas obrigatórias no curso de Pedagogia, contribuindo para valorização da história e a cultura da população negra e dos povos indígenas, promovendo um conteúdo programático estruturado que contemple estratégias

concretas de combate ao racismo e à discriminação. A terceira questão do questionário encontra respaldo nas reflexões de Vieira et al. (2021) no artigo “Os temas transversais na Base Nacional Comum Curricular: da legislação à prática". Os autores destacam que os temas transversais, previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, têm como objetivo articular conteúdos e valores que promovam a formação integral dos alunos, estimulando competências relacionadas à diversidade, inclusão e cidadania. Infere-se que a percepção positiva dos discentes indica que a inserção de temas transversais no currículo do curso de Pedagogia é reconhecida como uma estratégia que contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis à diversidade cultural. Vieira et al. (2021) reforçam que, quando bem articulados, esses temas possibilitam aos futuros professores integrar conhecimentos teóricos e práticos, promovendo uma educação que valorize as diferenças e fortaleça ambientes escolares mais justos e democráticos.

Observa-se que a quarta questão está relacionada com as reflexões de Ximenes et al. (2020), no estudo “Inserção e desenvolvimento de temas transversais no ensino superior: formar para cidadania”. Segundo os autores, a incorporação de temas transversais no currículo superior não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também contribui para o desenvolvimento de competências cidadãs, preparando os estudantes para atuarem de forma ética, crítica e socialmente responsável. Deste modo, a percepção positiva dos discentes demonstra que a abordagem de temas transversais, ao promover a interdisciplinaridade, favorece a compreensão da diversidade cultural e incentiva práticas pedagógicas inclusivas. Ximenes et al. (2020) ressaltam que essa integração curricular fortalece a formação docente voltada para a cidadania e para a transformação social, alinhando a aprendizagem acadêmica à prática de valores éticos e inclusivos.

De forma geral, os resultados obtidos evidenciam que a integração de temas transversais na formação docente, aliada a práticas pedagógicas reflexivas e experiências significativas, contribui efetivamente para a construção de professores críticos, conscientes e comprometidos com uma educação antirracista, inclusiva e voltada para a cidadania, reforçando as perspectivas apresentadas por Silva (2023), Vieira et al. (2021) e Ximenes et al. (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou claramente que a formação antirracista mediada pelos temas transversais no Ensino Superior desempenha papel fundamental na preparação de futuros professores de Pedagogia, promovendo práticas pedagógicas transformadoras e a valorização da diversidade cultural. Nesse cenário, a transversalidade curricular amplia não apenas o conhecimento acadêmico dos estudantes, mas também fortalece sua consciência crítica e cidadã, capacitando-os a reconhecer e enfrentar desigualdades estruturais presentes no contexto educacional brasileiro. Dessa maneira, a integração desses temas contribui para a criação de ambientes escolares mais justos, inclusivos e sensíveis à pluralidade cultural.

Além disso, os resultados indicam que a abordagem interdisciplinar favorece o desenvolvimento de competências éticas, reflexivas e pedagógicas essenciais à prática docente. Consequentemente, torna-se imprescindível que a educação superior articule teoria e prática de modo contínuo, garantindo que os conhecimentos adquiridos se traduzam em ações concretas no cotidiano escolar. Dessa forma, políticas curriculares e programas de formação continuada voltados à inclusão constituem instrumentos

indispensáveis para consolidar uma prática docente comprometida com a equidade e a promoção de ambientes educativos humanizados.

Por fim, a transversalidade curricular revela-se como uma estratégia eficaz para a construção de uma educação crítica, capaz de enfrentar desigualdades históricas e sociais. Sobretudo, este estudo reforça a importância de valorizar culturas afro-brasileira, indígena e de outros grupos historicamente marginalizados, incentivando reflexões contínuas sobre antirracismo e cidadania. Assim, a formação docente pautada em temas transversais não apenas contribui para a excelência acadêmica, mas também fortalece o compromisso ético e social dos futuros educadores, promovendo uma educação inclusiva, equitativa e transformadora, com impacto positivo na escola e na sociedade.

Este estudo conclui que o Letramento Racial é uma vivência significativa de formação docente, sendo este mesmo estudo parte integrante de **uma reflexão inicial**. Todo o trabalho de leitura, compreensão, interpretação e reflexão sobre o racismo estrutural faz parte deste processo continuado de formação docente. Como produto de uma reflexão que partiu das experiências das próprias autoras para uma educação que se propõe antirracista percebe-se que a continuidade da construção crítica e do amadurecimento comportamental poderá ser indicado por novos estudos desta mesma temática que reafirmarão a importância da educação antirracista através dos temas transversais debatidos nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

[2] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Temas Transversais. Coordenação: Iara Glória Areias Prado; Virgínia Zélia de Azevedo Rebeis Farha; Maria Inês Laranjeir. Brasília: MEC, 1998.

[3] CONDE, Érica P. Transversalidade e ensino: o que falta para ser realidade? Universidade Federal do Piauí – UFPI.

[4] DAVIS, Ângela. Mulher, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2019.

[5] FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

[6] FREIRE, Paulp. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987. HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

[7] MARTINS, Roney Ximenes et al. Inserção e desenvolvimento de temas transversais no ensino superior: formar para cidadania. In: Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano: pesquisas e práticas.1 ed.Taubaté/SP: edUNITAU, 2020, v.1, p. 271-288.

[8] MESQUITA, Lediane Ferreira. Os temas transversais na Base Nacional Comum Curricular: da legislação à prática.

[9] SILVA, Marcos Antonio Batista da. Pedagogia, práticas pedagógicas e educação antirracista. Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de Coimbra, Portugal.

[10] TREVISAM, Elisaide; LEISTER, Margareth Anne; DICHER, Marilu. A transversalidade no ensino superior como via de reforma para uma educação ética e humanitária. PUC/SP.

[11] VIEIRA, Kelmara Mendes; KLEIN, Leander Luiz; DENARDIN, Adriele Carine Menezes; LINKE, Denise oná;

Capítulo 60

O discurso de ódio e a liberdade de expressão nas redes sociais: desafios do direito na era digital

Jefferson Ortiz Matias[1]

Bianka Caelli Barreto Rodrigues[2]

Fábio Ferreira Medeiros[3]

Resumo: O presente trabalho analisa os desafios jurídicos relacionados ao discurso de ódio e à liberdade de expressão nas redes sociais, discutindo os limites entre a proteção da dignidade humana e o direito fundamental à manifestação do pensamento. A pesquisa, desenvolvida como revisão de literatura, adota abordagem qualitativa e exploratória, fundamentando-se em obras nacionais e internacionais. Os resultados apontam que a tentativa de regulamentar as redes sob o argumento de combater o discurso de ódio pode representar ameaça à democracia e abrir espaço para a censura institucionalizada. Conclui-se que o enfrentamento do problema deve ocorrer por meio da educação digital, da autorregulação e da conscientização ética dos usuários, garantindo o equilíbrio entre responsabilidade e liberdade. O estudo reafirma que o Estado Democrático de Direito se sustenta no livre debate de ideias, não em sua supressão.

Palavras-chave: Liberdade. Discurso. Democracia. Redes sociais. Direito digital.

[1] Doutor em Ciências pela USP/FEA, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor da Pós-graduação (especialização) em Direito Público da UEA, integrante do programa de doutorado em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires (ARG), Agente Técnico Jurídico no Ministério Público do Estado do Amazonas, com Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, onde também fez especialização na área de Direito Processual Civil.

[2] Doutor em Ciências pela USP/FEA, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor da Pós-graduação (especialização) em Direito Público da UEA, integrante do programa de doutorado em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires (ARG), Agente Técnico Jurídico no Ministério Público do Estado do Amazonas, com Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, onde também fez especialização na área de Direito Processual Civil.

[3] Doutor em Ciências pela USP/FEA, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor da Pós-graduação (especialização) em Direito Público da UEA, integrante do programa de doutorado em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires (ARG), Agente Técnico Jurídico no Ministério Público do Estado do Amazonas, com Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, onde também fez especialização na área de Direito Processual Civil.

1. INTRODUÇÃO

A ascensão das redes sociais transformou profundamente o exercício da liberdade de expressão, criando novos espaços de debate, visibilidade e conflito. A ampliação do acesso à comunicação digital trouxe consigo dilemas éticos e jurídicos que desafiam os fundamentos democráticos das sociedades contemporâneas. A partir dessa realidade, o presente estudo tem como foco a análise do discurso de ódio e seus impactos sobre o direito de livre manifestação, especialmente no ambiente virtual. A discussão busca compreender até que ponto a regulação das redes pode proteger indivíduos sem comprometer o núcleo essencial da liberdade de expressão, que constitui pilar do Estado Democrático de Direito (Mota; De Araújo e Mendonça, 2024).

O tema revela-se de extrema relevância no cenário atual, marcado pela disseminação de discursos extremistas e pelo uso das plataformas digitais como instrumentos de mobilização ideológica. Ao mesmo tempo em que favorecem o acesso à informação, as redes sociais ampliam o alcance de conteúdos potencialmente ofensivos, que podem gerar danos morais e sociais. O desafio jurídico consiste em conciliar a proteção à dignidade humana com a garantia da livre circulação de ideias, evitando que o combate ao ódio se transforme em mecanismo de censura e controle político do discurso público (Freitas; Castro, 2013).

O discurso de ódio, embora amplamente condenado, não possui definição unívoca no âmbito jurídico, o que dificulta sua regulação. Diversos autores apontam que o conceito é fluido e depende de contextos culturais, históricos e linguísticos. Essa ambiguidade abre espaço para interpretações arbitrárias e para o uso político do termo, principalmente quando o Estado passa a determinar quais ideias são aceitáveis. Assim, qualquer tentativa de regulação deve partir de critérios objetivos e transparentes, preservando o princípio da legalidade e o pluralismo democrático (Freitas et al., 2024).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO FUNDAMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A liberdade de expressão é um dos pilares mais antigos e essenciais da civilização moderna. Desde as revoluções liberais, consolidou-se como instrumento de emancipação humana e de controle social sobre o poder político. No contexto contemporâneo, especialmente com o avanço da internet, essa liberdade passou a se manifestar em novas dimensões, caracterizadas pela descentralização e pela pluralidade de vozes. Contudo, o mesmo ambiente que promoveu a democratização do discurso trouxe consigo tensões relacionadas ao uso indevido da comunicação digital. A dificuldade de definir limites objetivos para a livre manifestação tem alimentado debates sobre o equilíbrio entre o direito individual à expressão e a preservação da ordem social (Mota; De Araújo e Mendonça, 2024).

A liberdade de expressão deve ser compreendida como direito basilar, que garante não apenas o poder de falar, mas também o direito de ouvir e ser ouvido. Essa dimensão coletiva é o que assegura a circulação de ideias e a construção do pensamento crítico. No entanto, observa-se uma tendência crescente de instrumentalização política do discurso de ódio, utilizada como justificativa para restringir manifestações contrárias ao pensamento dominante. Tal postura compromete o princípio do pluralismo democrático,

transformando a regulação das redes em uma ferramenta de controle ideológico (Freitas; Castro, 2013).

Portanto, a liberdade de expressão deve ser preservada como um valor inegociável. Qualquer tentativa de restringi-la sob o disfarce de regulação ética ou de combate ao discurso de ódio precisa ser vista com cautela. A democracia não se fortalece pelo silenciamento, mas pela ampliação da fala, pelo contraditório e pelo debate racional. O papel do Direito deve ser o de proteger esse espaço de diálogo, assegurando que a internet permaneça um ambiente de livre circulação de ideias, em que o cidadão seja sujeito e não refém do controle discursivo estatal (Mota; De Araújo e Mendonça, 2024).

2.2. O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E O RISCO DA CENSURA INSTITUCIONALIZADA

O discurso de ódio, embora moralmente condenável, não deve ser confundido com opiniões incômodas ou críticas severas. Essa distinção é fundamental para a proteção do pluralismo político e da liberdade de pensamento. As redes sociais amplificaram as manifestações individuais, mas também tornaram mais visíveis as tensões sociais historicamente reprimidas. Nessa arena digital, discursos discriminatórios coexistem com debates legítimos sobre temas sensíveis. A linha que separa a crítica do ódio é tênue e, quando mal interpretada, pode resultar em censura institucionalizada e em perseguições seletivas (Freitas; Castro, 2013).

Autores como Mota e De Araújo e Mendonça (2024) destacam que o discurso de ódio deve ser enfrentado não pela via da repressão legal, mas pela educação, pelo diálogo e pelo fortalecimento da cultura democrática. O combate à intolerância exige políticas públicas que promovam empatia e respeito, sem eliminar o espaço da divergência. O uso do Direito Penal para reprimir manifestações discursivas, além de ineficaz, representa um risco de criminalização da opinião e enfraquecimento da liberdade individual. O Direito deve atuar como mediador do conflito e não como agente moralizador.

A visão de Iglezakis (2016) reforça que o Estado não deve assumir o papel de juiz moral da sociedade. A tentativa de filtrar conteúdos considerados “nocivos” cria uma hierarquia discursiva que privilegia determinadas narrativas em detrimento de outras. Em regimes democráticos, o livre confronto de ideias é o mecanismo mais eficaz para combater o extremismo. Quando o discurso de ódio é punido sem critérios claros, o que se pune não é o ódio, mas a divergência. A neutralidade estatal deve ser preservada como garantia de que todos os cidadãos, independentemente de sua posição ideológica, tenham direito à voz.

A pesquisa de Alkiviadou (2020) demonstra que a regulação internacional do discurso de ódio, embora necessária em alguns casos, deve ser aplicada com proporcionalidade e com foco na prevenção de violência real. O perigo reside em expandir o conceito de ódio a ponto de incluir críticas legítimas a instituições, religiões ou governos. Essa expansão semântica transforma a liberdade em privilégio condicionado e compromete o papel fiscalizador da sociedade sobre o Estado. Assim, qualquer legislação deve preservar a supremacia dos direitos fundamentais sobre as normas infraconstitucionais, evitando que o medo do conflito leve à supressão do debate.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa e exploratória, voltada à análise crítica das produções científicas que tratam da relação entre o discurso de ódio, a liberdade de expressão e os desafios jurídicos na era digital.

O processo de revisão foi conduzido mediante seleção sistemática de artigos, dissertações, teses e relatórios técnicos publicados entre os anos de 2013 e 2024, abrangendo tanto produções nacionais quanto internacionais. As obras foram escolhidas com base em critérios de relevância, atualidade e pertinência temática, priorizando estudos que discutem a tensão entre regulação e liberdade comunicacional. As fontes primárias incluíram repositórios acadêmicos e bases de dados como SciELO, Google Scholar, SSRN, Repositório FGV e LUP University Database. A coleta foi realizada por meio de descritores como “discurso de ódio”, “liberdade de expressão”, “regulação da internet”, “democracia digital” e “direito e redes sociais”, buscando assegurar um corpus bibliográfico diversificado e representativo.

Após a coleta, foi realizado um processo de leitura exploratória e analítica das obras, com o objetivo de identificar as convergências e divergências entre os autores. Essa etapa permitiu organizar os conteúdos em eixos temáticos, como: (a) liberdade de expressão e seus fundamentos democráticos; (b) discurso de ódio e desafios da regulação jurídica; e (c) riscos da censura institucional no contexto das redes sociais. A partir dessa categorização, foi possível sistematizar os argumentos de modo a compreender o papel do Direito na mediação entre liberdade e responsabilidade, evitando simplificações ideológicas e mantendo o rigor acadêmico e normativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos por meio da revisão de literatura evidenciam que a relação entre discurso de ódio e liberdade de expressão continua a ser um dos temas mais controversos do Direito contemporâneo. As pesquisas analisadas convergem na compreensão de que a comunicação digital potencializou as formas de interação e de mobilização social, mas também ampliou os espaços de conflito simbólico e moral. Observa-se que, nas redes sociais, o discurso é moldado pela emoção e pela rapidez, o que reduz a reflexão crítica e facilita a propagação de manifestações agressivas.

A análise das obras de Mota, Freitas e outros pesquisadores revela um consenso quanto à importância de distinguir o discurso de ódio autêntico (aquele que incita a violência e a discriminação) das manifestações de opinião, ainda que polêmicas ou impopulares.

O problema reside no uso político do conceito de “ódio”, que vem sendo ampliado de maneira arbitrária por autoridades e plataformas digitais, de modo a enquadrar críticas legítimas como discursos nocivos. Essa ampliação semântica ameaça o pluralismo democrático e a livre circulação de ideias. Assim, o enfrentamento da intolerância não deve ser confundido com o silenciamento de vozes divergentes, pois o diálogo, mesmo quando desconfortável, é o instrumento que permite a evolução moral e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o discurso de ódio e a liberdade de expressão representam um dos dilemas centrais do Direito na era digital. A análise das produções científicas permitiu compreender que o avanço das redes sociais, embora tenha democratizado o acesso à comunicação, também intensificou a propagação de conteúdos agressivos e polarizados. No entanto, a solução para esse fenômeno não deve ser a censura institucionalizada, mas sim o fortalecimento da educação digital, da ética comunicacional e da responsabilidade individual.

Conclui-se que o desafio contemporâneo está em promover o equilíbrio entre a defesa da dignidade humana e a preservação do direito de manifestar opiniões divergentes. O caminho mais coerente para alcançar esse equilíbrio é investir na formação crítica dos cidadãos, incentivando o uso consciente das redes sociais e o respeito às diferenças, sem recorrer a medidas que comprometam a autonomia do discurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Fametro (CEUNI/FAMETRO) pela oportunidade de desenvolver e apresentar esta pesquisa no X CONCIFA 2025, espaço que valoriza a reflexão crítica e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Manifesto também minha gratidão aos professores e colegas que contribuíram com observações e debates que enriqueceram a construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] MOTA, Emilia; DE ARAÚJO E MENDONÇA, Maria Lirida Calou. O discurso de ódio e os limites da liberdade de expressão em postagens nas redes sociais. *Argumenta — Journal Law*, Jacarezinho, n. 42, 2024. Disponível em: https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1874. Acesso em: 30 set. 2025.

[2] FREITAS, R.S.; CASTRO, M.P. Liberdade de expressão e discurso do ódio. *Revista de Estudos de Direito e Sociedade (SEQ)*. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/seq/a/jMNNxJYNjB94hXQNXbzTgMx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 out. 2025.

[3] FREITAS, G.L., et al. *Liberdade de expressão e discurso de ódio nas redes sociais*. Revista Bibliomar, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/22989. Acesso em: 30 set. 2025.

[4] GELASHVILI, T. *Hate Speech on Social Media*. Dissertação (Undergraduate / licenciatura) — Lund University, 2018. Disponível em: https://lup.lub.lu.se/student-papers/record/8952399/file/8952403.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

[5] ALKIVIADOU, Natalie. *The Legal Regulation of Hate Speech: The United Nations Framework as the Common Denominator for Europe and Asia*. 2020. Disponível em: https://futurefreespeech.org/wp-content/uploads/2021/03/EAJLG_2020_N.-Alkiviadou.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

[6] IGLEZAKIS, I. *The Legal Regulation of Hate Speech on the Internet and Freedom of Expression*. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2890337. Acesso em: 30 set. 2025.

Capítulo 61

Ginástica de academia e promoção da saúde na Comunidade Lago do Aleixo

Julieth Lucas Lobato[1]
Aluisio Avelino Pinto[2]
Kamila Jeniffer Souza da Silva[3]
Lanna Beatriz da Silva Alves[4]
Patricia Marques de Lima[5]

Resumo: Este relato de experiência descreve uma ação extensionista desenvolvida no Centro Social e Educacional Lago do Aleixo (CSELA), localizado na zona Leste de Manaus-AM, com foco na promoção da saúde e inclusão social por meio da ginástica de academia. O projeto teve como objetivo incentivar a prática regular de atividades físicas e fortalecer os vínculos comunitários entre crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade. A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem participativa, envolvendo visitas técnicas ao Centro Social e Educacional Lago do Aleixo para diagnóstico das demandas locais, planejamento colaborativo das ações e execução de práticas corporais orientadas. As atividades incluíram alongamento, ginástica localizada, aulas de ritmos, conduzidas por acadêmicos do curso de Educação Física sob supervisão docente, visando promover a integração social e o bem-estar dos participantes. Observou-se significativa adesão dos participantes e melhora na interação social, autoestima e disposição física. Conclui-se que a extensão universitária é uma estratégia eficaz de promoção da saúde e integração social, evidenciando o papel transformador da universidade junto à comunidade.

Palavras-chave: Ginástica. Comunidade. Saúde. Inclusão social. Bem-estar.

[1] Professora do Ensino Superior do curso de Educação Física do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestranda pela Universidade Federal do Amazonas E-mail: julieth.lobato@fametro.edu.br
[2] Professor do curso de ducação Física do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: aluisio.pinto@fametro.edu.br
[3] Acadêmica do curso de Educação Física do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail: kamilajenifferss@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Educação Física do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail: lannabeatrizalves@gmail.com
[5] Acadêmica do curso de Educação Física do Centro Universitário Fametro (Manaus -AM). E-mail: patriciamelmarques@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A prática de atividades físicas em comunidades vulneráveis tem se mostrado uma estratégia essencial para promover a saúde e o bem-estar social. Contudo, a limitação de espaços adequados e o acesso restrito a programas esportivos dificultam a adesão da população a hábitos ativos. Nesse contexto, o Centro Social e Educacional Lago do Aleixo (CSELA), situado no bairro Colônia Antônio Aleixo, em Manaus-AM, surge como um espaço de convivência, educação e desenvolvimento humano.

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência extensionista de ginástica de academia realizada no CSELA por discentes e docentes do curso de Educação Física da Fametro, destacando seus impactos na qualidade de vida dos participantes e no fortalecimento da relação universidade-comunidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a prática regular de atividade física é fundamental para a prevenção de doenças crônicas e o fortalecimento da saúde mental. Em populações socialmente vulneráveis, ações comunitárias de ginástica e lazer representam instrumentos de democratização do acesso ao movimento e de promoção da cidadania.

Araújo (2017) observa que a ginástica aeróbica, além de benefícios fisiológicos, contribui para a socialização e o aumento da autoestima, fatores fundamentais na promoção do bem-estar. Putnam (2000) reforça a importância do engajamento social, indicando que atividades coletivas fortalecem o capital social e o sentimento de pertencimento.

Sallis et al. (2016) e Bauman et al. (2012) defendem que programas comunitários de atividade física promovem impactos positivos na saúde pública e na integração intergeracional, ampliando a compreensão da ginástica como prática educativa e social.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, natureza aplicada e objetivo descritivo, desenvolvido a partir de uma ação de extensão universitária no CSELA. O planejamento envolveu diagnóstico prévio das necessidades locais, realizado em visita técnica, seguido da elaboração de um plano de ação. As atividades ocorreram no dia 5 de outubro de 2024, incluindo alongamento, ginástica localizada, aula de ritmos com idosos. A execução contou com acadêmicos de Educação Física sob orientação docente. A observação direta foi o principal método de coleta de dados, registrando-se a participação, envolvimento e percepções da comunidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades apresentaram excelente adesão, sobretudo de mulheres e idosos. Os participantes relataram sensação de bem-estar, melhora da disposição e fortalecimento do convívio social. As aulas de ritmos e a ginástica localizada proporcionaram um ambiente de descontração e pertencimento, favorecendo o engajamento coletivo.

Apesar das limitações estruturais do espaço — como ausência de climatização e equipamentos —, o entusiasmo e a colaboração da comunidade foram determinantes para o êxito da ação. A experiência reforça que o exercício físico, além de promover saúde, é também um meio de transformação social e de educação emancipadora, alinhado à perspectiva da universidade que extrapola seus muros e atua de forma concreta na realidade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no CSELA evidenciou o potencial educativo e social da ginástica de academia quando inserida em contextos comunitários. A ação extensionista contribuiu para o desenvolvimento físico e emocional dos participantes, fortalecendo o compromisso da universidade com a promoção da saúde e a inclusão social.

Conclui-se que projetos dessa natureza ampliam o alcance das práticas corporais, favorecem a formação cidadã e consolidam a extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa na formação docente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Centro Social e Educacional Lago do Aleixo (CSELA), à coordenação do curso de Educação Física da Fametro e aos alunos pelo apoio na execução do projeto.

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, L. S. Ginástica aeróbica e qualidade de vida: uma abordagem social. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 22, n. 3, 2017.

[2] BAUMAN, A. et al. Physical activity programs for community health promotion. Journal of Public Health, v. 34, n. 1, p. 39-45, 2012.

[3] FOSTER, C. et al. Interventions for promoting physical activity. Cochrane Database of Systematic Reviews, 2019.

[4] GOMES, G. A. O. et al. Walking for leisure among adults from three Brazilian cities. International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, v. 8, 2018.

[5] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário. Genebra: OMS, 2020.

[6] PUTNAM, R. D. Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.

[7] SALLIS, J. F. et al. An ecological approach to creating active living communities. Annual Review of Public Health, v. 27, p. 297-322, 2016.

Capítulo 62

Lipidose hepática em felinos domésticos

Rayanne Oliveira Marques[1]
Laynah Pimenta[2]
Livia Franco da Silva Lima[3]
Pedro Alexandre do Valle Almeida[4]
Amanda da Silva Silva[5]

Resumo: A lipidose hepática em felinos é uma afecção metabólica grave, caracterizada pela deposição maciça de triglicerídeos no interior dos hepatócitos, culminando em disfunção hepática progressiva. Este estudo delimitou-se à análise clínica e laboratorial de felinos acometidos, enfatizando fatores predisponentes, quadro sindrômico e alterações bioquímicas associadas. O objetivo geral consistiu em elucidar a relevância do diagnóstico precoce e da implementação de protocolos terapêuticos adequados para redução da letalidade. A metodologia fundamentou-se em revisão de literatura e exames de relatos clínicos da rotina hospitalar. Os achados evidenciaram que a maioria dos pacientes apresentava histórico de anorexia prolongada, perda ponderal significativa e icterícia, sendo a instituição de suporte nutricional enteral e cuidados intensivos determinante para a reversão do quadro. Conclui-se que a identificação precoce e o manejo nutricional são imprescindíveis para o estabelecimento de um prognóstico favorável em felinos acometidos por lipidose hepática.

Palavras-chave: Lipidose hepática. Felinos. Diagnóstico.

[1] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: rayanneoliveiramarques0@gmail.com
[2] Professora do Ensino Superior do curso de Medicina Veterinária do Centro Univeristário Fametro (Manaus - AM), Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: laynah.pimenta@fametro.edu.br
[3] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: francoliviasilva@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: p.alexandrevalle@gmail.com
[5] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: silvaamanda69235@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O fígado participa de inúmeros processos metabólicos e de desintoxicação e pode ser afetado, tanto de forma localizada, quanto sistêmica, por diferentes doenças e alterações funcionais (Andrade; Victor, 2016). A Lipidose Hepática Felina (LHF) é a doença do fígado mais comum nos felinos domésticos por terem particularidades em seu metabolismo e destacam-se por apresentar elevado índice de doenças hepáticas (Evangelista; Santos; Santos; Kobayashi, 2022). Está frequentemente associada à anorexia prolongada, obesidade e estresse metabólico, resultando em alterações clínicas como icterícia, perda de peso, letargia e vômitos. O diagnóstico precoce e o manejo adequado são essenciais para a reversão do quadro, envolvendo exames laboratoriais, de imagem e, em alguns casos, avaliação citológica ou histopatológica do tecido hepático. Assim, trata-se de tema relevante para a medicina veterinária, visto que afeta significativamente o bem-estar, saúde e prognóstico dos felinos domésticos.

A pesquisa abordando a lipidose hepática felina justifica-se pela necessidade de compreender melhor os mecanismos fisiopatológicos envolvidos. O estudo, fundamentado em técnicas aplicadas a medicina veterinária, como exames citológicos, histológicos, bioquímicos e protocolos terapêuticos de suporte nutricional, buscando contribuir para a formação acadêmica e para prática clínica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ETIOLOGIA

A lipidose hepática é uma das enfermidades mais comuns em felinos domésticos, sendo descrita em 1977 por Barsanti *et al.* Esta condição é caracterizada pelo acúmulo excessivo de lipídios, triglicerídeos ou ácidos graxos nos hepatócitos, levando a colestase grave e disfunção hepática (Evangelista; Santos; Santos; Kobayashi, 2022). Sua etiologia é multifatorial, envolvendo desequilíbrios metabólicos, desnutrição proteica, ingestão excessiva de lipídios e condições endócrinas, como o hipotireoidismo. A LHF pode ser primária (idiopática), ocorrendo quando não temos uma doença base evidente, sendo associada a diversos fatores. E a secundária, que se desenvolve em consequência de uma enfermidade subjacente, como pancreative, colangite, neoplasias ou doenças gastrointestinais.

2.2. MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS E SINTOMATOLOGIA

A lipidose hepática felina caracteriza-se principalmente por anorexia, perda de peso, atrofia muscular e icterícia. Felinos com LHF geralmente apresentam histórico de falta de apetite por mais de dois dias, perda de peso acelerado e manifestações gastrointestinais, como vômitos, diarreia e/ou constipação (Andrade; Victor, 2016). Esta enfermidade pode acomoter qualquer raça e idade, porém, a mesma se manifesta em média de felinos com 7 anos. Segundo Lima (2017), em casos graves pode apresentar sintomas neurológicos em função da gravidade da condição, relacionada à encefalopatia hepática.

2.3. ABORDAGEM DIAGNÓSTICA

O diagnóstico baseia-se em exames laboratoriais iniciais, incluindo hemograma,

bioquímico e urianálise, complementados por avaliação da coagulação, exames de imagem e, quando necessário, análise citológica ou histopatológica. Frequentemente, observa-se anemia leve normocítica normocrômica, elevação das enzimas hepáticas (ALT, AST, FA), hiperbilirrubinemia e, em muitos casos, hipocolesterolemia. Na ultrassonografia, o órgão pode apresentar aumento de volume, dificuldade de visualização das paredes da veia porta intra-hepática e maior atenuação do feixe sonoro. Entre os diagnósticos diferenciais para um fígado difusamente hiperecogênico, mas com arquitetura preservada, destacam-se a hepatite crônica/colangiohepatite, a fibrose e o linfoma (Padilha, 2024). O diagnóstico conclusivo só pode ser obtido por meio de citologia e/ou biópsia. A punção aspirativa com agulha fina (PAAF) é o método de escolha por ser menos invasivo, possibilitando a análise da estrutura microscópica dos hepatócitos; quando 50% ou mais das células apresentam vacuolização acentuada, o quadro é compatível com lipidose hepática (Tavares, 2022).

2.4. ABORDAGEM TERAPÊUTICA

O tratamento da lipidose hepática felina fundamenta-se na restauração do balanço energético por meio de suporte nutricional enteral intensivo, aliado à correção de distúrbios hidroeletrolíticos e ao manejo de complicações secundárias, como encefalopatia hepática e pancreatite. Recomenda-se a suplementação com vitaminas, L-carnitina, arginina, taurina e antioxidantes devido ao papel metabólico na oxidação de ácidos graxos. O uso de estimulantes de apetite, contudo, não é indicado, em razão da biotransformação e excreção hepática desses fármacos.

2.5. PERSPECTIVAS PROGNÓSTICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS

O prognóstico da lipidose hepática felina é mais favorável quando a terapia nutricional enteral é iniciada precocemente. Cerca de 65% dos gatos se recuperam em 3 a 6 semanas, embora alguns necessitem de suporte por mais de 20 semanas. A prevenção inclui manter o estado nutricional, evitar jejum prolongado, oferecer dieta balanceada e prevenir a obesidade, fator de risco importante para a doença.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo, de natureza aplicada, utilizou abordagem qualitativa e quantitativa para analisar aspectos clínicos, diagnósticos e prognósticos da lipidose hepática em gatos domésticos. Foram realizados levantamento documental e bibliográfico, com dados de PubVet, Google Acadêmico, livros e trabalhos acadêmicos (2014-2024), e a análise envolveu categorização temática e interpretação crítica, identificando padrões, avanços e lacunas na pesquisa da enfermidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostra que a lipidose hepática em gatos domésticos está fortemente associada à anorexia prolongada, obesidade prévia e estresse metabólico, evidenciando seu caráter multifatorial. Alterações clínicas e laboratoriais consistentes reforçam a importância desses parâmetros para a suspeita da doença. O reconhecimento precoce dos sinais clínicos e a rápida implementação do suporte nutricional são essenciais para o

sucesso do tratamento, sendo também fundamental conscientizar os tutores sobre os fatores predisponentes.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lipidose hepática em felinos caracteriza-se como enfermidade multifatorial, associada principalmente à anorexia prolongada, obesidade e estresse metabólico. O diagnóstico requer integração de sinais clínicos inespecíficos, alterações bioquímicas hepáticas e exames complementares, confirmados por citologia ou biópsia. A prevenção fundamenta-se no manejo nutricional adequado e na intervenção imediata em casos de inapetência. O prognóstico é variável, porém mais favorável quando o diagnóstico e o suporte terapêutico são instituídos precocemente, ressaltando a importância do reconhecimento clínico e do manejo preventivo na prática veterinária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sabedoria concedida. À FAMETRO pela oportunidade de aprendizado, bem como a minha professora, Laynah Pimenta, que contribuiu de maneira valiosa. E aos colegas pelo apoio.

REFERÊNCIAS

[1] **ANDRADE, M. B.; VICTOR, R. M.** Hepatopatias em felinos. Cad. técn. Vet. Zoot., p. 59-69, 2016. Disponível em: https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/cadernos-tecnicos-de-veterinaria-e-zootecnia/2016-82/hepatopatias-em-felinos/. Acesso em: 20 set. 2025.

[2] **EVANGELISTA, Erik Cristtyan Bravi; SANTOS, Loamy Maria da Silva; SANTOS, Carla da Silva; KOBAYASHI, Priscila Emiko**. Lipidose hepática felina – revisão de literatura. Revista da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – *FAEF*, Garça, v. 39, n. 1, p. 1-8, 2022. **Disponível em:** http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/pOJCEyTEpPjxPbT_2023-2-28-9-56-4.pdf**.** Acesso em: 25 set. 2025.

[3] **LIMA, L. T. R. et al.** Lipidose hepática secundária à colangiohepatite em felino doméstico sem raça definida: Relato de caso. Pubvet v.11, n.5, 476-481, Mai, 2017. Disponível em: https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/1326. Acesso em: 20 set. 2025.

[4] **PADILHA**, Gabriella Siqueira Mello. Lipidose hepática felina: relato de caso. Revista Multidisciplinar Pey Këyo, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 108-128, 2024. https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/3776. Acesso em: 20 set. 2025.

[5] **TAVARES**, Yanaê Tonet. LIPIDOSE HEPÁTICA FELINA: RELATO DE CASO. 2022. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências Rurais Departamento de Biociências e Saúde Única Curso de Medicina Veterinária, Curitibanos, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233472. Acesso em: 25 de set. de 2025.

[6] **TILLEY, L.P.; SMITH JR., F.W.K.** Consulta Veterinária em 5 Minutos – Espécies canina e felina. São Paulo: Manole, 5 ed., 2014.

[7] **SILVA, Iara de Lima; QUEVEDO, Lucas de Souza.** Lipidose hepática em felinos: revisão de literatura. Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, 2024. Disponível em: https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/pt_BR/article/view/4030. Acesso em: 25 set. 2025.

Capítulo 63

Controladoria no apoio à gestão e a tomada de decisões empresariais

Raylene Santos Marculino[1]
Rayan Oliveira Sousa[2]
Thayana Lima[3]
Zuila Cavalcante[4]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da controladoria no apoio à gestão e ao processo de tomada de decisões nas organizações. A controladoria se consolidou como função estratégica ao atuar de forma integrada à administração, fornecendo informações confiáveis e tempestivas que contribuem para a sustentabilidade financeira e a eficiência operacional. Metodologicamente, o estudo é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental, com base em autores relevantes da área, bem como em publicações de artigos científicos. Os resultados demonstram que a controladoria supera sua função contábil ao atuar como elo entre contabilidade e gestão, apoiando a governança corporativa, reduzindo riscos e fortalecendo o processo decisório. Além disso, instrumentos como orçamento, análise de custos, indicadores de desempenho, Balanced Scorecard e sistemas de informação gerencial são essenciais para ampliar a capacidade analítica e estratégica das organizações, promovendo seu crescimento sustentável.

Palavras-chave: Controladoria, Gestão, Tomada de decisões, Sustentabilidade empresarial.

[1] Acadêmico do curso de Ciências Contábeis FAMETRO E-mail: raylene702@gmail.com
[2] Acadêmico do curso de Ciências Contábeis FAMETRO E-mail: rayanoliveira1989@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de Ciências Contábeis FAMETRO E-mail: thayanalima2624@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de Ciências Contábeis FAMETRO E-mail: thayanalima2624@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A controladoria é um sistema de apoio à gestão que tem como finalidade fornecer informações consistentes, tempestivas e relevantes para o processo decisório dentro das organizações. Historicamente, sua função evoluiu da simples fiscalização contábil para uma posição estratégica, onde o controller atua de forma proativa na análise de custos, na formulação de estratégias.

O estudo deste tema é extremamente relevante para trazer à discussão as técnicas da controladoria relacionadas a garantir a otimização dos resultados organizacionais, e assegurar que os gestores disponham de informações claras e confiáveis para embasar suas decisões, considerando que, por meio da controladoria, é possível alinhar o planejamento estratégico aos processos operacionais, acompanhar o desempenho em relação às metas estabelecidas e fornecer mecanismos de avaliação que contribuam para a melhoria contínua sustentabilidade empresarial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O PAPEL DA CONTROLADORIA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A controladoria exerce papel essencial na estrutura organizacional ao integrar e coordenar informações que subsidiam a tomada de decisão. Definida como um sistema de apoio à gestão, ela gera, analisa e disponibiliza dados estratégicos, operacionais e táticos, auxiliando gestores no planejamento, execução e controle das atividades (Wahlmann, 2003). Sua origem está no setor público inglês com o cargo de controller of accounts, desenvolvendo-se nos Estados Unidos e consolidando-se no Brasil por meio das multinacionais (Del Valle et al., 2002). Com a evolução da função, o controller deixou de ser apenas um fiscal de contas para tornar-se agente ativo e decisivo no direcionamento empresarial (Tung, 1993; Ronchi, 1999). Posicionada próxima à alta administração, a controladoria deve ter autonomia e visão sistêmica, figurando no organograma ao lado de áreas estratégicas como finanças, operações, marketing e recursos humanos, coordenando o sistema de informações (Almeida et al., 2001). Assim, atua como elo entre departamentos, padronizando dados, apoiando o planejamento estratégico, monitorando resultados e contribuindo para a continuidade organizacional e a geração de valor aos stakeholders (Brito, 2003; Floriani, 2001).

2.2. CONTROLLER

A controladoria exerce papel estratégico ao apoiar a alta gestão na tomada de decisões e alinhar objetivos organizacionais aos resultados operacionais. O controller integra-se às áreas da empresa, elaborando orçamentos, controlando custos e fornecendo análises financeiras que fortalecem a sustentabilidade do negócio. Para Padoveze (2014), trata-se de um sistema de informação da gestão econômica, cuja missão é assegurar a eficácia do processo de gestão com dados precisos e oportunos. Assim, posicionada junto à alta direção, a controladoria consolida-se como elo entre o planejamento estratégico e a execução dos resultados empresariais.

2.3. INSTRUMENTOS E PRÁTICAS DA CONTROLADORIA

A controladoria desempenha papel essencial no suporte à gestão empresarial,

assegurando eficácia, continuidade e otimização dos resultados (Figueiredo & Caggiano, 2004). Entre seus principais instrumentos destacam-se o orçamento, amplamente utilizado para prever receitas e despesas (Borinelli, 2006), a análise de custos, que aprimora a compreensão da estrutura de gastos, e os indicadores de desempenho, financeiros e não financeiros, que apoiam a tomada de decisão. Sistemas integrados de informação, como ERP e BI, garantem qualidade e consistência dos dados (Beuren, 2002), enquanto o Balanced Scorecard traduz a missão em objetivos mensuráveis (Borinelli, 2006). Essas práticas, moldadas pela cultura organizacional, especialmente em empresas familiares, sustentam a estratégia corporativa ao alinhar instrumentos de gestão a dados consistentes e objetivos claros (Borinelli, 2006; Figueiredo & Caggiano, 2004; Beuren, 2002).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como qualitativa, uma vez que busca compreender, por meio da análise de referenciais teóricos e estudos já publicados, a relevância da controladoria no apoio à gestão e à tomada de decisões empresariais. Quanto à natureza, classifica-se como aplicada, pois, visa gerar conhecimento direcionado à prática organizacional, contribuindo para a solução de problemas gerenciais. No que se refere aos objetivos, é exploratória e descritiva, ao investigar conceitos, funções e instrumentos da controladoria, bem como sua aplicação nas empresas. Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo bibliográfico e documental, fundamentado em obras de autores consagrados na área de controladoria, como Padoveze (2014), Crepaldi (2010) e Oliveira (2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de Campos e Arida (2009) sobre gestão estratégica de custos em cooperativas agropecuárias do Paraná evidenciou que os gestores estão, em geral, satisfeitos com seus sistemas de custos, os quais subsidiam decisões relevantes, como formação do mix de produção e vendas, definição de preços, manutenção ou retirada de produtos do mercado e cálculo do ponto de equilíbrio. Apesar de conhecerem o custeio baseado em atividades (ABC), as cooperativas não o implementam, principalmente devido à falta de pessoal qualificado e ao elevado investimento necessário.

Já a pesquisa de Almeida et al. (2005), realizada em uma fábrica da Michelin, demonstrou que a análise das variações de orçamento é uma ferramenta eficaz para identificar as causas de desvios de custos em relação ao previsto, separando os efeitos de volume, consumo específico e preço unitário. O estudo mostrou que, embora o aumento de preços de insumos tenha impactado fortemente os custos, também houve ganhos de eficiência produtiva, o que reforça a utilidade dessa metodologia para auxiliar no controle e na redução de custos.

Por fim, Chagas e Araújo (2013) investigaram o uso do orçamento empresarial em indústrias calçadistas de Campina Grande-PB, constatando que a maioria das empresas realiza apenas planejamento de curto prazo e utiliza as informações contábeis mais para atender exigências fiscais do que para apoiar decisões estratégicas. Apesar disso, o orçamento mostrou-se relevante como instrumento de gestão, contribuindo para a previsão de receitas e despesas, avaliação de desempenho e controle das atividades, ainda que limitado pela gestão familiar e pela baixa profissionalização em muitas dessas

empresas.

Assim, em conjunto, os três estudos confirmam que os instrumentos da controladoria – análise de custos, controle orçamentário e orçamento empresarial – são fundamentais para apoiar a tomada de decisões, reduzindo incertezas e promovendo maior eficiência e sustentabilidade organizacional

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou-se demonstrar, que a controladoria se consolidou como função estratégica essencial nas organizações contemporâneas, superando sua dimensão contábil tradicional. Os referenciais teóricos evidenciaram que instrumentos como orçamento, análise de custos e indicadores de desempenho são fundamentais para a eficácia gerencial e sustentabilidade organizacional. Os estudos empíricos revelam que, apesar do reconhecimento gerencial, prevalece o uso fiscalista das informações contábeis em detrimento de aplicações estratégicas. Conclui-se que a plena efetividade da controladoria demanda não apenas aprimoramento técnico, mas transformações culturais e gerenciais que viabilizem a profissionalização, a inovação e a competitividade sustentável no contexto empresarial brasileiro.

REFERÊNCIAS

[1] ALMEIDA, Luiz B.; PARISI, Carlos; PEREIRA, Cláudia A. Controladoria. In: CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

[2] ALMEIDA, M. G. D. et al. Análise de efeitos na variação de orçamento: uma ferramenta de auxílio na redução de custos. IX Congresso Internacional de Custos, Florianópolis, 2005.

[3] BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

[4] BRITO, Gerson A. S. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

[5] CREPALD, S.; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 2004.

[6] CAMPOS, G. R.; ARIDA, R. T. **Gestão estratégica de custos nas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná**. Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR, v. 10, n. 1, p. 37-55, 2009.

[7] CHAGAS, M. J. R.; ARAÚJO, A. O. Orçamento empresarial como ferramenta de auxílio à gestão: um estudo empírico nas indústrias de calçados de Campina Grande-PB. REUNIR, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2013

[8] DEL VALLE, José Roberto; ANTONIO, A. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

[9] FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

[10] FLORIANI, Arlete Regina. Controladoria como geradora de informações para subsidiar decisões administrativas. Nova Fronteira, 2001.

[11] OLIVEIRA, Antônio Benedito da Silva. **Controladoria**. São Paulo: Saraiva Uni – Sob Demanda, 2012.

[12] PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura e aplicação. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

[13] RONCHI, Luciano**. Controladoria financeira**. São Paulo: Atlas, 1993.

[14] TUNG, Nguyen H. Controladoria financeira das empresas: uma abordagem prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

Capítulo 64

Animais como sujeitos de direito: o saber acadêmico transformando a realidade e a jurisprudência nos tribunais

Gabriel Mariano da Silva Barreto[1]
Bianka Caelli Barreto Rodrigues[2]
Jefferson Ortiz Matias[3]

Resumo: Este trabalho aborda a transição do status jurídico dos animais de mera coisa para sujeitos de direito. A pesquisa delimita-se a analisar como a produção doutrinária acadêmica influencia a formação da jurisprudência sobre o tema nos tribunais, com foco no contexto do Estado do Amazonas. O objetivo geral é verificar de que maneira o saber universitário contribui para a transformação da realidade jurídica e das decisões judiciais em favor do reconhecimento de direitos aos animais. A metodologia emprega uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com objetivos exploratórios, baseada em pesquisa bibliográfica e documental de artigos, livros e acórdãos judiciais. Os resultados indicam uma crescente incorporação de argumentos e fundamentos da doutrina animalista nas petições e sentenças, demonstrando a intensidade do judiciário ao conhecimento gerado na academia. Conclui-se que a universidade se revela um agente fundamental na promoção de uma evolução ética e jurídica na sociedade.

Palavras-chave: Direito animal. Sujeitos de direito. Jurisprudência. Doutrina acadêmica.

[1] Centro Universitário Fametro, Bacharelando em Direito. E-mail: Lattes.cnpq.br/4298996611373040
[2] Professora de Ensino Superior do curso de Direito do Centro Universitário Fametro (Manaus-AM), Mestranda do Curso de Mestrado de Direito Ambiental da UEA, Advogada Pós graduada em Processo Civil, Direito Penal e Processual Penal-UFAM. E-mail: Lattes.cnpq.br/8952244019342342
[3] Doutor em Ciências pela USP/FEA, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Professor da Pós graduação (especialização) em Direito Público da UEA, integrante do programa de doutorado em Direito Civil pela Universidade Federal de Buenos Aires (ARG), Agente Técnico Jurídico no Ministério Público do Estado do Amazonas, com Graduação em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, onde também fez especialização na área de Direito Processual Civil.E-mail: http://lattes.cnpq.br/8827040583859928

1. INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro, em sua matriz civilista tradicional, historicamente posicionou os animais na categoria de bens semoventes, tratando-os como objetos de propriedade e destituídos de titularidade de direitos próprios. Contudo, essa concepção antropocêntrica tem sido intensamente desafiada por uma nova hermenêutica jurídica, que encontra seu pilar no Artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre o status jurídico dos animais assenta-se em uma transição filosófica e legal do paradigma antropocêntrico para o biocentrista. A tradição jurídica ocidental, fortemente influenciada pelo Direito Romano, consolidou a summa divisio entre pessoas e coisas (res), enquadrando os animais, de forma inequívoca, nesta última categoria (FRANCIONE, 2007, p. 14). O Código Civil brasileiro de 2002, em seu artigo 82, mantém essa herança ao classificar os animais como "bens móveis semoventes". Tal visão instrumentaliza o animal, conferindo-lhe proteção apenas de forma reflexa, ou seja, visando tutelar o patrimônio de seu proprietário, a saúde pública ou a moral e os bons costumes da coletividade, mas nunca os interesses intrínsecos do próprio animal.

Esta abordagem coisificante é o ponto de partida e o principal obstáculo a ser superado pela nova concepção do Direito Animal. Para Oliveira (2021, p. 159), essa superação se baseia no reconhecimento de que os animais, por serem seres sencientes que desfrutam de estímulos e criam relações de afetividade com seus tutores, passam a ter possíveis direitos, de forma análoga aos dos filhos humanos no seio familiar.

Ser um sujeito de direito não significa equiparar animais a seres humanos ou conceder-lhes um rol de direitos civis, como o de votar ou contratar. Significa, essencialmente, reconhecer que são titulares de direitos básicos e existenciais, como o direito à vida, à integridade física e psicológica e a uma existência digna e, crucialmente, que possuem capacidade de ser parte em um processo judicial (legitimatio ad processum). Obviamente, por serem incapazes de exercer seus direitos pessoalmente, eles devem ser representados em juízo, seja pelo Ministério Público, por associações de proteção animal ou por tutores individuais, de forma similar ao que ocorre com os seres humanos incapazes. Essa representação se justifica até porque, em muitos ambientes familiares na sociedade contemporânea, alguns animais são vistos como membros do núcleo familiar constituído. Conforme Alimony (2022, p. 2):

Na sociedade atual, é possível observar que a maioria das famílias possui animais de estimação. Variados são os motivos que levam as famílias a integrarem os animais como membros da entidade familiar, como por exemplo, os casais que optam por não terem filhos, pessoas que moram sozinhas e acabam escolhendo um pet para ter companhia, entre outros.

Essa construção teórica é o principal instrumento que o saber acadêmico oferece para transformar a realidade nos tribunais.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A abordagem escolhida para este trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em fontes escritas como livros, artigos e documentos oficiais. Tal metodologia foi essencial para a revisão teórica e a contextualização do problema.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A discussão sobre o status jurídico dos animais assenta-se na transição do paradigma antropocêntrico para o biocêntrico. Essa mudança de paradigma reflete a realidade de muitos lares brasileiros, nos quais os animais são considerados indivíduos importantes em seu contexto existencial. Em contraste, a tradição jurídica ocidental, consolidada no Código Civil brasileiro, classifica os animais como "bens móveis", uma herança do Direito Romano que lhes confere proteção meramente reflexa e instrumental. Contudo, esta abordagem coisificante é desafiada pelo reconhecimento de que os animais são seres sencientes que desenvolvem laços de afetividade familiar, o que, conforme destaca Oliveira (2021, p. 161), justifica a titularidade de direitos.

5. CONCLUSÃO

Ser reconhecido como sujeito de direito não significa equiparar animais a seres humanos, mas sim garantir-lhes direitos existenciais básicos, como à vida, à integridade e a uma existência digna. A consequência prática mais crucial dessa reclassificação é a concessão de capacidade de ser parte em processos judiciais (legitimatio ad processum), onde seriam representados por tutores, associações ou pelo Ministério Público, de forma análoga aos seres humanos incapazes. Essa construção teórica, desenvolvida no ambiente acadêmico, constitui o principal instrumento para a efetiva transformação da realidade e da jurisprudência nos tribunais, superando a visão do animal como mera coisa.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à CONCIFA pelo apoio, ao CENTRO UNIVERS-ITÁRIO FAMETRO pela infraestrutura disponibilizada, à Prof.ª Mestranda Bianka Caelli Barreto Rodrigues pela valiosa orientação e ao Dr. Jefferson Ortiz Matias pelo apoio e participação.

REFERÊNCIAS

[1] ALIMONY, PAYMENT OF. FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES: PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA GUARDA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS E O PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Revista Projetos Extensionistas, 2022. Disponível em: https://periodicos.fapam.edu.br/index.php/RPE/article/download/562/285. Acesso em: 03 out. 2025.

[2] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

[3] BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

[4] FRANCIONE, Gary L. Animais como propriedade. Brasileira de Direito Animal, p. 13, 2007.

Disponível em: https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol3.pdf#page=13. Acesso em: 2 out. 2025.

[5] OLIVEIRA, Gabriela Docki; DA LUZ, Silvia Lopes. A pensão alimentícia e o direito de convivência/guarda compartilhada aos seres sencientes. Disponível em: https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2462/1/Direito%20de%20fam%C3%ADlia%20em%20cena.pdf#page=157. Acesso em 01 out. 2025.

Capítulo 65

Ação multidisciplinar e o papel da Psicologia: conscientização sobre a violência contra a mulher em projeto de responsabilidade social

Marcos Vinícius Santos Batista Silva 1
Jamili Marques Rodrigues 2
Francisca das Chagas Matos de Souza 3
Sara Michelle Nascimento de Araújo 4

Resumo: A violência contra a mulher constitui uma grave e persistente problemática social no território brasileiro. Este trabalho concentra sua delimitação na análise e execução de uma ação psicoeducativa inserida na ampla iniciativa de Responsabilidade Social promovida pelo Centro Universitário Fametro, cujo foco foi a oferta de diversos serviços de saúde e assistência à população. O objetivo geral da atividade voltada para Psicologia foi promover a conscientização sobre as manifestações da violência de gênero, capacitando a comunidade para a identificação situacional e a busca por apoio. O procedimento metodológico adotado foi baseou-se na intervenção psicoeducativa individualizada, realizada por estudantes do 8º período de Psicologia, utilizando panfletos e diálogo direto no IDPR Valparaíso. Os resultados indicam o alcance de cerca de 50 pessoas, com alta receptividade e a emergência de questionamentos relevantes sobre os canais de denúncia, confirmando o déficit informativo na comunidade. Conclui-se que as ações como esta são instrumentos vitais para o engajamento acadêmico na prevenção primária e no fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Violência de gênero. Lei Maria da Penha. Saúde mental.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Psicologia do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA) E-mail: sr.marcosvinicius@hotmail.com.
[2] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: milimarques366@gmail.com
[3] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: francycmsouza@gmail.com
[4] Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro (Manaus –AM). E-mail: saramichelle2712@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Centro Universitário Fametro (FAMETRO), em alinhamento com seu compromisso de Responsabilidade Social, promoveu no dia 30 de agosto de 2025 uma vasta ação comunitária no IDPR Valparaíso. A iniciativa teve como foco a oferta de diversos serviços de saúde e assistência à população, configurando uma relevante atividade de extensão universitária e intervenção social.

O evento caracterizou-se pela multiplicidade de atendimentos, abrangendo consultas médicas, realização de exames, serviços de fonoaudiologia, orientações de assistência jurídica, testes rápidos e campanha de vacinação de pets. Dentro deste panorama multidisciplinar, os estudantes do 8º período do curso de Psicologia desenvolveram uma ação específica e estratégica sobre a conscientização e combate à violência contra a mulher.

A ação dos estudantes de psicologia, foi realizada das 8h00 às 11h30, consistiu na distribuição de material informativo e na condução de discussões psicoeducativas sobre os tipos de violência e as formas de identificação. Com o escopo conscientizar o público a reconhecer situações de vulnerabilidade e buscar o apoio necessário. Esta intervenção específica reforça o papel da FAMETRO na prevenção primária de danos psicossociais e na promoção da saúde pública dentro da comunidade.

A violência contra a mulher permanece como uma das mais graves manifestações da desigualdade de gênero no Brasil. Dados anuais provenientes do sistema de saúde consistentemente evidenciam a persistência desse fenômeno estrutural, com o registro de elevados índices de agressões e de homicídios femininos (Brasil, 2025).

Diante dessa realidade de violência, torna-se imperativa a criação e a efetivação de instrumentos legais robustos destinados à proteção das mulheres e à promoção da equidade de gênero. Nesse contexto, a legislação brasileira estabeleceu um marco significativo com a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, a qual delineia mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar.

A referida Lei, configura-se como um instrumento jurídico basilar no ordenamento brasileiro para a salvaguarda da mulher contra a violência doméstica e familiar. A relevância dessa legislação transcende o campo punitivo, pois está fundamentalmente orientada para coibir e prevenir as manifestações da violência de gênero. Para tal, a Lei Maria da Penha estabelece a implementação de mecanismos protetivos eficazes, notadamente a instituição de medidas protetivas de urgência e o consequente adensamento da rede de apoio e assistência às vítimas (Brasil, 2006).

A relevância dessa matriz legal é inegável, pois orienta as políticas públicas de proteção e serve de balizamento teórico-prático para ações de conscientização. Consequentemente, a intervenção realizada pela FAMETRO se insere nesse arcabouço normativo, visando complementar a atuação estatal por meio da psicoeducação.

A intervenção justifica-se pela necessidade de abordar a violência contra a mulher enquanto um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos que impacta diretamente a saúde mental dessas pesssoas. Embora a ação de Responsabilidade Social da FAMETRO tenha abrangido diversas especialidades, o foco na violência de gênero é crucial devido à sua alta prevalência e às barreiras estruturais que dificultam o acesso das vítimas à informação e ao apoio especializado.

A Psicologia foi escolhida como eixo central da intervenção por seu papel essencial na conscientização, prevenção e rompimento do ciclo de silêncio. A iniciativa também reforça o compromisso social da instituição ao articular teoria e prática acadêmica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei Nº 11.340/2006 figura como um dos principais instrumentos legislativos brasileiros no enfrentamento à violência de gênero e na proteção da mulher. De acodo com Sinan, os tipos de violência registrados podem incluir violência física, psicológica/moral, tortura, sexual, tráfico de seres humanos, financeira/econômica negligência/abandono, trabalho infantil, intervenção legal, e outros (Brasil, 2025).

A violência física é definida como qualquer conduta que acarrete ofensa à integridade física ou à saúde corporal da mulher. A violência psicológica consiste em qualquer ação que ocasione dano emocional, promova a diminuição da autoestima, ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima, incluindo atos que visem à degradação ou ao controle de suas ações mediante ameaça ou constrangimento. Por sua vez, a violência sexual caracteriza-se como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de ato libidinoso não desejado, mediante o uso de força, intimidação ou coação. Em relação à violência patrimonial, ela corresponde a qualquer ação que implique a retenção, subtração ou destruição de bens, valores, recursos econômicos ou instrumentos de trabalho da vítima. Por fim, a violência moral é configurada por qualquer conduta que constitua calúnia, difamação ou injúria contra a mulher, buscando desonrar sua imagem social (Brasil, 2020).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O procedimento adotado foi o de Intervenção, caracterizado pelo contato direto e ativo com a comunidade no IDPR Valparaíso. A coleta foi realizada por meio de uma estratégia de psicoeducação individualizada e direta. A psicoeducação pode ser compreendida como uma técnica que integra recursos da psicologia e da pedagogia, com o objetivo de instruir tanto os pacientes quanto seus cuidadores, contribuindo para ações de prevenção e promoção da saúde (Lemes e Ondere, 2016).

Os estudantes de Psicologia do 8º período executaram a distribuição individual de panfletos informativos e conduziram discussões ponto a ponto com os participantes. O conteúdo chave das interações focou na conscientização sobre as implicações da violência de gênero e na apresentação didática dos diferentes tipos de violência, com o objetivo de munir o público de ferramentas de identificação dessas condutas. A análise do impacto imediato da intervenção deu-se por meio da observação da receptividade e do engajamento dos participantes durante as discussões.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação voltada à conscientização sobre a violência contra a mulher alcançou aproximadamente 50 pessoas no IDPR Valparaíso, por meio de interações psicoeducativas e distribuição de material informativo. A estratégia demonstrou eficácia, evidenciada pelo interesse e engajamento do público, que se manifestaram por meio de questionamentos sobre o processo e os canais de denúncia. Esse resultado evidencia a carência da comunidade por informações claras e acessíveis sobre a rede de proteção e

apoio psicossocial.

Qualitativamente, a intervenção possibilitou a emergência de relatos de experiência, com participantes verbalizando vivências de violência de gênero. Essa abertura reforça o papel da ação como espaço seguro para o reconhecimento da situação de violência e incentivo à busca por apoio. A Figura 1 ilustra o registro da equipe de Psicologia da FAMETRO — um docente e três discentes do 8º período — ao lado dos panfletos informativos, simbolizando o foco na prevenção primária e o engajamento ativo dos futuros profissionais na transposição do conhecimento técnico para o campo social.

Figura 1. Docente e discentes da FAMETRO na ação.



Fonte: Autoria própria (2025)

A execução do projeto não enfrentou dificuldades operacionais relevantes. O sucesso da logística permitiu aos estudantes a aplicação integral da metodologia planejada. A principal implicação formativa para os estudantes de Psicologia reside na experiência de transpor os muros da instituição e atuar diretamente no campo social. Este contato direto com a comunidade e com as narrativas de violência possibilitou o desenvolvimento da escuta ativa, do diálogo contextualizado e da competência profissional para atuar em cenários de vulnerabilidade social.

Os resultados obtidos demonstram que ações são instrumentos importante e contribui para a prevenção primária da violência e para o fortalecimento da academia com as demandas sociais, fornecendo informações cruciais sobre o arcabouço legal a Lei Maria da Penha e os recursos disponíveis para as vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção de Responsabilidade Social capitaneada pela FAMETRO configurou-se como uma ação profícua e alinhada às demandas de saúde pública, ao demonstrar a viabilidade da transposição do saber acadêmico para o ambiente comunitário, estabelecendo uma interface dialógica entre teoria e práxis. O subprojeto de Psicologia atingiu seu objetivo de conscientização primária ao engajar o público em discussões que provocaram relatos e questionamentos sobre o arcabouço normativo e os dispositivos de proteção. A receptividade da comunidade validou a metodologia psicoeducativa individualizada como instrumento eficaz para desnaturalizar a violência de gênero e fomentar a agência de pessoas em situação de vulnerabilidade. No âmbito institucional, a

experiência contribuiu para a consolidação de competências profissionais nos discentes, promovendo escuta e atuação ética em contextos de alta complexidade social. Para aprimoramento, recomenda-se a expansão da abordagem para um modelo interdisciplinar continuado, unindo Psicologia, subsídio jurídico e assistência social, visando maior resolutividade.

AGRADECIMENTOS

O projeto foi viabilizado com o apoio do Centro Universitário Fametro, por meio de sua atuação em Responsabilidade Social. Agradecimentos são direcionados aos coordenadores, orientadores e colaboradores dos cursos envolvidos, cujo apoio e trabalho coletivo foram fundamentais para o sucesso da ação interdisciplinar. Destaca-se também a receptividade da comunidade do IDPR Valparaíso, cuja participação ativa tornou a experiência de extensão enriquecedora e significativa.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006. Disponível em< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 24 set. 2025.

[2] _____. Atlas da violência. Ministério do Planejamento e Orçamento Ministra. Brasília. 2025. Disponível em<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

[3] _____. Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 2020. Disponível em<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

[4] LEMES, Carina Belomé; ONDERE, Jorge. Aplicações da Psicoeducação no Contexto da Saúde. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 21–34, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.9788/TP2017.1-02. Acesso em: 07 out. 2025.

Capítulo 66

A influência dos jogos eletrônicos na saúde dos idosos no século XXI

Emanuelle Holanda Neves[1]
Erica Lima Carvalho[2]
Mirellia Rodrigues de Araújo[3]

Resumo: Este estudo aborda a influência dos jogos eletrônicos na saúde dos idosos no contexto contemporâneo. A pesquisa delimita-se à análise de impactos cognitivos, motores e neurológicos decorrentes do uso regulado dessas tecnologias. O objetivo geral foi compreender como os jogos eletrônicos afetam positiva ou negativamente a saúde da população idosa. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com busca em bases como PubMed, utilizando descritores como "jogos eletrônicos", "idoso", "cognitivo", "motora" e "plasticidade neural", considerando artigos publicados entre 2019 e 2024. Os resultados indicam que jogos eletrônicos, especialmente os exergames e serious games, promovem melhorias na função cognitiva, equilíbrio, força muscular e bem-estar emocional, além de estimular a neuroplasticidade. Contudo, o uso excessivo ou não supervisionado pode gerar efeitos adversos. Conclui-se que os jogos eletrônicos constituem uma ferramenta promissora na promoção da saúde do idoso, desde que utilizados com orientação e equilíbrio.

Palavras-chave: Jogos eletrônicos. Cognitivo. Motora. Plasticidade neural. Idoso.

[1] Graduanda do Curso de enfermagem, Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Manaus, Brasil. E-mail: emanuellehneves19@gmail.com
[2] Graduanda do Curso de enfermagem, Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Manaus, Brasil. E-mail: ericatnt9@gmail.com
[3] Professora, Orientadora, Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), Brasil. E-mail: mirellia.araujo@fametro.edu.br/ http://lattes.cnpq.br/6539790251188754

1. INTRODUÇÃO

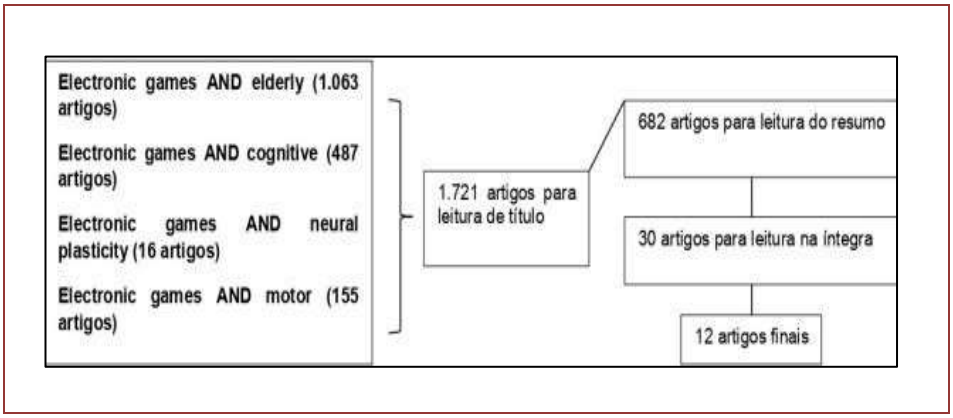
No século XXI, as inovações tecnológicas têm impactado tanto o lazer quanto a saúde, trazendo novas possibilidades para a enfermagem gerontológica. Originalmente voltados ao público infanto-juvenil, os jogos eletrônicos passaram a ser incorporados por idosos, influenciando diretamente sua saúde física e mental. Com o envelhecimento acelerado da população brasileira — índice de envelhecimento de 55,2 em 2022, segundo o IBGE — torna-se urgente explorar estratégias que promovam qualidade de vida nessa faixa etária. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como tecnologias lúdicas podem ser aliadas no cuidado ao idoso, especialmente diante do aumento de doenças crônicas e do declínio funcional associado à senescência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento populacional no Brasil é resultado da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida. Esse fenômeno exige adaptações nos sistemas de saúde e políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo. Nesse cenário, os jogos eletrônicos emergem como ferramentas terapêuticas, especialmente os chamados

serious games e *exergames*, que combinam entretenimento com objetivos educacionais ou de reabilitação. Estudos indicam que essas tecnologias estimulam funções cognitivas, melhoram o equilíbrio e reduzem sintomas depressivos. A realidade virtual (RV) e a inteligência artificial (IA) ampliam essas possibilidades, embora ainda enfrentem barreiras de acesso e usabilidade entre idosos.

Figura 1- Fluxograma da seleção dos artigos da revisão integrativa, a partir dos critérios de inclusão e exclusão.



Fonte: Autoria própria (2024)

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, método que permite sintetizar evidências científicas a partir de pesquisas pré-existentes. A busca foi realizada na base PubMed, utilizando os descritores em português e inglês: “jogos eletrônicos” / “electronic games”, “idoso” / “elderly”, “cognitivo”, “motora”, “plasticidade neural” / “neural plasticity”. Foram incluídos artigos completos, publicados entre 2019 e 2024, em português ou inglês, e excluídos resumos, duplicatas e trabalhos sem relação direta com o tema. Após triagem por título, resumo e leitura integral, 12 artigos foram selecionados

para análise temática.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 1.721 artigos identificados inicialmente, 12 foram incluídos na análise final. Os achados foram agrupados em três categorias: (1) benefícios cognitivos e motores;

(2) aumento da plasticidade neural; e (3) redução de riscos de quedas e doenças motoras. Estudos como Ren (2023) e Hou & Li (2022) demonstraram que exergames melhoram equilíbrio, força e memória. Cavalcante et al. (2021) observaram aumento nos níveis de BDNF — marcador de neuroplasticidade — após intervenção com Kinect. No entanto, barreiras persistem: dificuldade no manuseio de tecnologias, custo de equipamentos e necessidade de supervisão profissional. Além disso, o uso excessivo pode levar a sedentarismo ou isolamento, reforçando a importância do equilíbrio e da orientação.

Tabela 1. Estudos incluídos na revisão integrativa: principais características e resultados

Nº	TÍTULO	AUTOR/ ANO	MÉTODOS	RESULTADOS
1	Eficácia dos jogos de realidade virtual na melhoria da função física, equilíbrio e redução de quedas em idosos com problemas de equilíbrio: uma revisão sistemática e meta-análise	Ren 2023	Foram realizadas buscas sistemáticas nos bancos PubMed, Web of Science, Elsevier, Cochrane, CNKI e Wanfang por ensaios clínicos randomizados ou estudos comparativos sobre jogos de RV para idosos com equilíbrio prejudicado, publicados em inglês ou chinês até 20/03/2022.	Os resultados mostraram que a intervenção de RV melhorou significativamente a força de preensão manual, TUG e BBS. Foi mais eficaz que exercícios convencionais e a ausência de intervenção, com maior impacto em idosos hospitalizados ou em casas de repouso.
2	Exergames de realidade virtual para melhorar a cognição e a depressão de idosos: uma revisão sistemática e meta-análise de ensaios clínicos randomizados	Yen Yen et al 2021	Quatro bases de dados eletrônicas, incluindo PubMed, Embase, Medline e Cochrane, foram pesquisadas para artigos relacionados.	Os resultados meta- analíticos encontraram efeitos moderados dos exergames de RV na função cognitiva geral e na memória, e um grande efeito nos resultados depressivos em adultos mais velhos.
3	Experiências de idosos participantes de exergames de dança: uma revisão sistemática e meta-síntese	Yoong 2024	Estudos de exergames de dança envolvendo adultos mais velhos em qualquer cenário publicados em inglês desde o início até 17 de agosto de 2023 foram incluídos. PubMed, Scopus, CINAHL, The Cochrane Library & Theses Global, Google Scholar.	Os idosos reconheceram que os exergames de dança poderiam melhorar seu bem-estar físico, cognitivo e psicológico. Os sistemas de exergames de dança existentes tinham vários problemas de usabilidade. Por exemplo, alguns idosos não estavam familiarizados com o uso de novas tecnologias e tiveram problemas para navegar nos sistemas de jogo.

Fonte: Autoria própria (2024)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos eletrônicos, quando utilizados de forma orientada, mostram-se eficazes na promoção da saúde do idoso, com impactos positivos na cognição, motricidade e bem-estar emocional. Contudo, seu potencial terapêutico depende de acesso equitativo, capacitação digital e supervisão profissional. A tecnologia não substitui a interação social presencial, mas pode complementá-la no processo de envelhecimento ativo. Recomenda-se a integração dessas ferramentas em políticas públicas de saúde e programas de extensão universitária voltados à terceira idade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário Fametro pelo apoio institucional, à orientadora Profª Mirellia Rodrigues de Araújo pela valiosa contribuição, e aos colegas e familiares pelo incentivo durante a elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, M. et al. **Jogos sérios para a saúde: uma revisão narrativa.** In: **XV Congresso Brasileiro de Informática em Saúde – CBIS 2016**, Goiânia, 2016. p. 211–218. Disponível em: http://www.jhi-sbis.saude.ws. Acesso em: 2 dez. 2024.

[2] BRANDÃO, L. et al. **Tecnologias digitais na promoção da saúde do idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, n. 3, 2019.

[3] CAMARANO, A. A. ****Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?**** IPEA, 2014.

[4] CAVALCANTE, R. et al. **Neuroplasticidade induzida por treinamento de exergame em idosos institucionalizados.** **Revista Neurociências**, v. 29, n. 2, 2021.

[5] HOU, Y.; LI, J. **Effects of exergame and videogame training on cognitive and physical function in older adults.** **Journal of Aging and Physical Activity**, v. 30, n. 4, 2022.

[6] IBGE. ****Projeções da População Brasileira 2018–2060**.** Rio de Janeiro, 2018.

[7] MEIRA, L.; TORI, R.; HUANCA, C. **O uso da realidade aumentada no ensino de enfermagem.** **Anais do ICMC-USP**, 2020.

[8] MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde**. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 4, 2008.

[9] REN, Y. et al. **Efficacy of virtual reality games on physical function in older adults: a systematic review. **Journal of NeuroEngineering and Rehabilitation****, v. 20, 2023.

[10] VERAS, R. P. **Envelhecimento ativo e políticas públicas: desafios para o Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**,** v. 24, n. 6, p. 2229–2234, 2019.

[11] WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. M. **A queda da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais****, v. 23, n. 1, 2006.

[12] YOONG, S. et al. **Experiences of older adults with dance exergames: a systematic review. **Gerontology**,** v. 70, 2024.

Capítulo 67

Trabalho decente no Brasil: as novas relações de trabalho, a tecnologia e a preservação dos direitos fundamentais

Winston de Araújo Teixeira[1]

Resumo: As dificuldades para a implementação da agenda do trabalho decente no Brasil sobretudo com o avanço da globalização, da influência neoliberal e do uso da tecnologia nas relações de trabalho. Essa pesquisa objetiva analisar as transformações socioeconômicas e seus impactos nas relações de trabalho e para a consecução desse objetivo, o estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem dedutiva e qualitativa com revisão bibliográfica do estado da arte, a fim de identificar as dificuldades para a efetividade do trabalho decente como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da revisão da literatura é possível afirmar que as relações de trabalho mudaram, o que exige uma atuação mais protetiva do Estado na garantia dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Decente. Tecnologia. Direitos fundamentais.

[1] Professor do Ensino Superior do curso de Ddireito do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: winston.teixeira@fametro.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Trabalho e capital são duas forças que se relacionam e provocam impactos significativos na sociedade e na economia. A exploração da força de trabalho para gerar riquezas faz parte da realidade das sociedades capitalistas, que sobrevivem às custas da exploração do trabalhador. Essas sociedades autodenominadas democratas, em sua maioria, aderiram ao modelo de bem-estar social, como é o caso do Brasil e, por isso, assumiram o compromisso constitucional de conciliar a livre iniciativa, o desenvolvimento econômico, social e regional e promover a justiça social.

Ao longo dos anos, a burguesia se aliou aos liberais em busca de poder e riquezas. Dessa união surgiu a corrente denominada neoliberalismo que avança na implementação das políticas de desregulamentação de normas, flexibilização de direitos e precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu alguns objetivos de desenvolvimento sustentável, destacando entre eles o do trabalho decente e crescimento econômico, que visa implementar agendas em todos os estados-membros a fim de que sejam gerados mais empregos de qualidade, com proteção social e menos desigualdades.

O Brasil aderiu a agenda do trabalho decente e tenta executar ações e políticas públicas voltadas para a proteção e garantia de direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores, porém essas ações sofreram impactos pelos fatores reais de poder, ou seja, os representantes do povo, na condições de legisladores e gestores públicos, implementarem uma agenda reformista, desregulamentando o arcabouço jurídico que protegia as relações de trabalho e flexibilizando as condições de trabalho, autorizando a criação de novas formas de trabalho, sob a falsa ideia de modernização a partir do uso da tecnologia e da globalização.

Na prática, as alterações legislativas precarizaram as relações e reduziram a qualidade dos postos de trabalho, permitindo a “pejotização”, a terceirização e a “uberização”, que geram ocupações provisórias e precárias sem qualquer garantia ou proteção, o que justifica a importância de estudar o impacto dessas mudanças na preservação dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores brasileiros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (OIT, 2025).

Trata-se de um conceito central para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, em especial o ODS 8 , que busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. Os principais aspectos de trabalho decente também foram amplamente incluídos nas metas de muitos dos outros ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (OIT, 2025).

A flexibilização das relações de trabalho não é um fenômeno recente, mas sua intensificação nas últimas décadas está fortemente relacionada à reestruturação produtiva do capitalismo e à busca por modelos de gestão mais enxutos e adaptáveis. No Brasil, esse processo ganha força a partir da década de 1990, com o avanço da terceirização e a progressiva desregulamentação das normas protetivas do trabalho (Oliveira, 2013).

Em termos de acumulação capitalista, esse arranjo representa uma nova forma de subsunção do trabalho ao capital, uma vez que os trabalhadores assumem os riscos da atividade produtiva, sem que isso se reflita em maior poder de barganha ou de decisão. O capitalista maximiza seus lucros ao reduzir drasticamente os custos fixos e transferir os encargos aos próprios trabalhadores, mantendo o controle da operação por meio da plataforma digital (Slee, 2017).

A lógica do trabalho por demanda, característico de aplicativos de entrega e transporte, introduz uma nova forma de exploração, ou seja, teoricamente, o trabalhador controla sua jornada, mas, na prática, precisa estar constantemente disponível para manter sua renda. Essa dinâmica foi bem analisada por Antunes (2009) ao definir essa classe de trabalhadores como “proletariado digital”, sobretudo por estar submetida a rotinas exaustivas e sem direitos trabalhistas consolidados.

A revisão da literatura indica que a uberização e a flexibilização das relações de trabalho não podem ser compreendidas apenas como inovações tecnológicas ou soluções econômicas, mas como fenômenos que reconfiguram profundamente a estrutura e a lógica do trabalho. Sob a aparência de modernidade, observa-se a reprodução de práticas de desregulamentação da legislação trabalhista, precarização dos direitos dos trabalhadores, informalidade e subordinação, agora adaptadas a um novo cenário tecnológico.

No Brasil, o adoecimento psíquico como fenômeno social expressa o esgotamento do trabalhador frente a um sistema produtivo cada vez mais exigente e excludente (Antunes e Praun, 2015) (Dejours, 2018) (Alves *et al*., 2021).

A relação entre capital e trabalho segue sendo permeada por tensões e disputas, exigindo novas formas de análise e intervenção, especialmente diante da complexidade imposta pelas plataformas digitais.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa do trabalho decente, a partir da revisão bibliográfica de textos e da análise de normas que tratam dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores, a fim de identificar as dificuldades encontradas pelo Estado brasileiro na implementação da agenda do trabalho decente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de trabalho decente foi firmada em 1999 e o Brasil aderiu às normas internacionais e elaborou em 2014 uma agenda de implementação de ações e políticas públicas, entretanto, os compromissos firmados internacionalmente não foram cumpridos, vez que nos anos seguintes várias leis foram promulgadas, como a Lei nº 13.467/2017 – conhecida como reforma trabalhista e a Emenda Constitucional nº 103/2019 que alterou consubstancialmente a seguridade social e a previdência social no

Brasil.

Ademais, os chefes do executivo diminuíram o investimento em áreas de proteção social que garantiam o mínimo existencial, e no mesmo diapasão, o poder judiciário passou agir na contramão de seus princípios basilares que são a proteção do trabalhador e a vedação ao retrocesso das garantias conquistadas.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, o reconhecimento da subordinação jurídica, mesmo sob novas formas, mostra-se fundamental para assegurar a efetividade dos direitos trabalhistas. A retomada dos arts. 2º e 3º da CLT como parâmetro taxativo para caracterização das relações de emprego, adaptado aos novos mecanismos de controle, pode ser um caminho relevante na tentativa de garantir proteção mínima aos trabalhadores envolvidos nesse novo modelo de exploração, assegurando o trabalho decente e preservando os direitos fundamentais e sociais da classe trabalhadora.

Diante dos argumentos apresentados, constata-se que as tecnologias, que poderiam humanizar as relações laborais, têm sido utilizadas como ferramentas de controle e cobrança, que potencializam o sofrimento e desenvolvem doenças do trabalho ou por causa do trabalho. O adoecimento dos trabalhadores e o afastamento de seus locais de trabalho nas novas formas de trabalho são reflexo direto de um modelo produtivo centrado na exploração da subjetividade e na intensificação do trabalho, o que contraria as normas internacionais e dificulta a implementação da agenda do trabalho decente no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Centro Universitário Fametro pelo apoio e incentivo à produção científica da comunidade acadêmica, especialmente aos estudantes do Curso de Direito que participaram do Grupo de Trabalho do Projeto de Pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Myriam Benarros.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, M. C. C., BARILLI, S. L. S., SPECHT, A. M., & HERBERT, N. D. R. Burnout syndrome prevalence among nursing technicians of an adult intensive care unit. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 74, 2021, e20190736. https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0736.

[2] ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários**: a degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

[3] ANTUNES, R.; PRAUN, L.. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 407–427, jul. 2015.

[4] DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6ª. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 2018.

[5] OIT. Organização internacional do trabalho. **Trabalho decente**. Disponivel em: https://www.ilo.org/pt-pt/trabalho-decente. Acesso em: 06 out. 2025.

[6] OLIVEIRA, Ricardo Gonçalves de; DIAS, Sabrina de Oliveira Moura. Novas e velhas práticas no mundo do trabalho: desterceirização e flexibilização das relações de trabalho. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, 2013. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3886. Acesso em: 18 set 2025.

[7] SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

Capítulo 68

Fortalecimento das ações de saúde em comunidades vulneráveis da Amazônia na prevenção de doenças infecto-parasitárias

Roberta Lima de Menezes[1]
Vitória Maciel de Lima[2]

Resumo: Introdução: O estudo aborda o fortalecimento das ações de saúde em comunidades vulneráveis da Amazônia na prevenção de doenças infecto-parasitárias, considerando as condições sociais, ambientais e econômicas que favorecem sua ocorrência. A pesquisa delimita-se à análise das dificuldades enfrentadas por essas comunidades na implementação de estratégias de prevenção e controle, evidenciando a importância da educação em saúde como ferramenta essencial para reduzir a vulnerabilidade. Objetivo: O objetivo geral é compreender como o fortalecimento das práticas educativas e preventivas pode contribuir para o enfrentamento das doenças infecto-parasitárias em contextos de risco social. Metodologia: A metodologia baseou-se em uma revisão de literatura, com análise de estudos científicos e fontes especializadas. Resultados: Os resultados apontam que ações contínuas de orientação e promoção da saúde reduzem a incidência de agravos e ampliam o acesso ao cuidado. Conclusão: Conclui-se que o investimento em educação e práticas preventivas fortalece significativamente a saúde coletiva em comunidades vulneráveis.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Políticas Públicas. População Ribeirinha. Doenças Negligenciadas.

[1] Acadêmica do Curso de Enfermagem, Centro Universitário Fametro. E-mail: robertalm.mao@gmail.com
[2] Acadêmica do Curso de Enfermagem, Centro Universitário Fametro. E-mail: vitoria.maciel.lima.227@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O fortalecimento das ações de saúde em comunidades vulneráveis da Amazônia na prevenção de doenças infecto-parasitárias é um tema de grande relevância para a saúde pública, especialmente em regiões de difícil acesso, como a Amazônia. Nesse contexto, promover a educação em saúde significa ir além da simples transmissão de informações, abrangendo um processo de diálogo, conscientização e construção coletiva do conhecimento.

Segundo Almeida Filho (2021, p. 3), a epidemiologia das Doenças Infecto e Parasitárias (DIPs) pretende investigar a distribuição das doenças e seus fundamentos que contribuem para sua ocorrência em populações humanas. Uma vez que o diagnóstico situacional é importante para identificar dados estatísticos relacionados à saúde, ou à ausência dela, se referindo tanto a aspectos positivos quanto negativos. Nesse contexto, a importância da epidemiologia reside em oferecer diretrizes e a fundamentação necessária para um aprofundamento da análise (Alexandre, 2012, p.23). Pois, fatores de influência externa, tanto as características pessoais quanto os fatores sociais, econômicos, ambientais e políticos, estabelecem razões que diretamente são benéficos para a saúde ou doença no ambiente (Bonita *et al*, 2010, p. 118).

Amazônia carrega consigo uma variedade de doenças infecciosas, que estão associadas à biodiversidade e a características ambientais que favorecem a sobrevivência de agentes patógenos, propiciando um local crítico no que se refere ao controle e à prevenção dessas doenças. Historicamente, as populações ribeirinhas se sustentam por meio de práticas tradicionais e sustentáveis de subsistência e dos auxílios oferecidos por programas sociais do governo federal. Esses moradores têm sido privados de condições adequadas para o desenvolvimento de sua qualidade de vida, o que envolve o acesso à educação, serviços de saúde, água potável e infraestrutura sanitária. Além disso, o distanciamento territorial dificulta o acesso aos serviços médicos e à infraestrutura essencial, o que contribui para uma alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias, impactando gravemente a saúde dessas comunidades (Guimarães *et al*., 2020).

Atentos a relevância social deste tema, entende-se que em áreas rurais o acesso aos serviços de saúde é mais limitado e as condições de saúde são piores em comparação com as regiões urbanas, interferindo na capacidade dessas populações acessarem cuidados de saúde oportunos. Também, a falta de destaque desses locais no levantamento de dados pode impedir a identificação das necessidades e dificultar a aplicação de estratégias. Tais problemáticas levantaram interesse para o estudo e abordagem temática.

Promover a educação e as orientações em saúde é fundamental para alcançar uma melhor qualidade de vida nas comunidades e entre os indivíduos. Segundo Conceição *et al*. (2020), a educação em saúde é uma ferramenta de capacitação, permitindo que indivíduos, instituições e a sociedade se tornem agentes ativos na promoção da saúde e prevenção de doenças. Esse empoderamento tem o propósito de transformar as pessoas envolvidas em participantes ativos na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Em outras palavras, a educação em saúde não é apenas sobre informar, mas capacitar as pessoas para poderem tomar decisões conscientes e responsáveis em relação à saúde, tanto no nível pessoal quanto coletivo.

Ao longo do tempo, assim como em muitos outros países, a eficácia das ações de saúde depende da colaboração e da cooperação entre políticas públicas e órgãos públicos que trabalham no planejamento, sendo obrigatório o alinhamento entre esses diferentes agentes para garantir o sucesso na formulação de programas, gestão de recursos e implementação de serviços de saúde. De fato, as instituições de saúde contribuem com um plano de ação organizacional, visando atender às necessidades de recursos, como a aquisição de insumos, equipamentos, profissionais qualificados e equipes, além de desenvolver instruções integradas e definir planos de ação para situações de contingência (Almeida Venturasilva *et al*., 2020).

A realidade amazônica impõe a necessidade de repensar os modelos tradicionais de intervenção em saúde pública. A heterogeneidade territorial e cultural da região demanda abordagens específicas e contextualizadas, que levem em consideração as condições locais de acesso, comunicação e logística. É nesse cenário que o fortalecimento das ações de saúde assume papel central, especialmente quando voltado à prevenção das doenças infecto-parasitárias, que ainda representam uma das principais causas de morbimortalidade em populações vulneráveis. Investir em práticas educativas, capacitação de agentes locais e estratégias intersetoriais pode gerar impactos duradouros, reduzindo a incidência de agravos e promovendo a melhoria das condições sanitárias.

Diante dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo analisar as dificuldades nas estratégias de prevenção e controle das doenças infecto-parasitárias em comunidades ribeirinhas, identificando os principais desafios estruturais e sociais que comprometem a efetividade das ações de saúde e propondo alternativas voltadas ao fortalecimento das práticas preventivas. Busca-se compreender como fatores ambientais, sociais e de gestão interferem na execução das políticas de saúde e de que forma a educação e a conscientização comunitária podem atuar como instrumentos de mudança e empoderamento. A relevância desta pesquisa reside em contribuir para o aprimoramento das ações públicas de saúde, promovendo equidade no acesso aos serviços e fortalecendo o papel da educação como eixo estruturante na promoção da saúde e no enfrentamento das doenças infecto-parasitárias em comunidades vulneráveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, as transformações sociais, econômicas e culturais ao longo da história têm impulsionado o desenvolvimento de políticas públicas como instrumentos essenciais para garantir direitos e promover o bem-estar coletivo. A partir da publicação da Constituição de 1988, reconhecida como um ponto crucial na proteção de direitos, o Estado tem se empenhado em criar medidas para suprir as demandas da população e combater as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira (Brasil, 2021).

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) define diretrizes e estratégias para atender às necessidades de saúde das comunidades que vivem em áreas rurais, florestais e ribeirinhas no Brasil. Esta declaração detalha medidas para garantir o acesso a esses serviços de saúde de forma adequada e integral. Conforme o Art. 3º, parágrafo I, da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011, a política garante a oferta de serviços de saúde com qualidade, resolutividade e humanização; isso inclui ações de atenção básica, atendimento especializado de média e alta complexidade, além de serviços de urgência e emergência, todas as orientações às

necessidades e demandas identificadas pelo perfil epidemiológico dessas questões (Brasil, 2011).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa apresenta abordagem de revisões qualitativas e quantitativas, de natureza aplicada, com objetivo descritivo e exploratório de analisar e compreender as ações de saúde e educação voltadas à prevenção de doenças infecto-parasitárias em comunidades vulneráveis. Constituiu-se em revisão integrativa da literatura, utilizando artigos científicos das bases LILACS, BVS e SciELO, publicados entre 2015 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, com acesso livre.

A busca foi realizada por meio dos descritores “Educação em saúde”, “Política pública em saúde”, “População ribeirinha” e “Doenças negligenciadas”, combinados pelo operador booleano AND, organizados em seis eixos temáticos. Foram triados 151 títulos, depois 57 resumos e por fim14 artigos para leitura na íntegra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou que as comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos relacionados à infraestrutura, ao acesso limitado à saúde e à baixa escolaridade, fatores que contribuem para a alta prevalência de doenças infecto-parasitárias. Entre os profissionais de saúde, identificaram-se dificuldades devido à falta de capacitação específica, necessidade de atualização constante e ausência de suporte técnico e educação permanente. A população apresenta problemas de acesso a serviços médicos, uso inadequado de medicamentos e carência de conhecimento sobre prevenção de doenças como Chagas, leishmaniose, dengue, tuberculose e hanseníase. Apesar de serem doenças antigas, ainda há insuficiência de assistência e de apoio, tanto na educação em saúde quanto nas práticas de cuidado.

Os dados sugerem que, para reduzir vulnerabilidades e melhorar a saúde dessas populações, é essencial fortalecer ações educativas, capacitar profissionais e implementar políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e socioeconômicas das comunidades estudadas.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de áreas isoladas e de difícil acesso, com condições socioeconômicas desfavoráveis, essas comunidades são mais vulneráveis a doenças e agravos à saúde. A educação em saúde, pode auxiliar a reduzir vulnerabilidades e salvar vidas e gerar capacitação tanto para quem a recebe quanto para os profissionais que a promovem, fortalecendo a atuação em saúde e ampliando a consciência sobre cuidados preventivos. A parceria com políticas públicas contribui para potencializar essas ações, oferecendo suporte, estrutura e estratégias que auxiliam na melhoria da saúde comunitária.

REFERÊNCIAS

[1] ALEXANDRE, Lourdes Bernadete dos Santos Pito (org.). ***Epidemiologia***. São Paulo: Martinari, 2012.

[2] ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. ***Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações***. Reimpressão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

[3] ALMEIDA VENTURA-SILVA, João Miguel et al. **Planejamento organizacional no contexto de pandemia por COVID-19: implicações para a gestão em enfermagem**. *Revista Saúde NPEPS*, v. 1, pág. e4626, 2020.

[4] BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia básica**. 2ª edição. São Paulo: Santos Editora, 2010.

[5] BRASIL. Ministério da Saúde. ***A implantação da Unidade de Saúde da Família*****.** Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2021. 44 p.

[6] **BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Diário Oficial da União, Brasília, 5 dez. 2011, seção 1, p. 47.

[7] CONCEIÇÃO, Dannicia Silva et al. **A educação em saúde como instrumento de mudança social**. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, v. 6, n. 8, pág. 59412-59416, 2020.

[8] GUIMARÃES, Ananias Facundes et al. Acesso a serviços de saúde por ribeirinhos de um município no interior do estado do Amazonas, Brasil. ***Revista Pan-Amazônica de Saúde***, v. 11, 2020.

Capítulo 69

Inovação didática com inteligência artificial como estratégia de engajamento no ensino superior: um estudo em sala de aula

Sérvulo Casas Furtado[1]
Paulo Davi da Conceição Casas Furtado[2]

Resumo: Objetivo: Investigar a eficácia de recursos didáticos baseados em inteligência artificial (aplicativos, jogos, podcasts, vídeos e histórias em quadrinhos) como estratégias inovadoras para engajar estudantes no ensino superior. Metodologia: Estudo transversal realizado no Centro Universitário FAMETRO durante o primeiro semestre de 2025, com amostra de 178 alunos distribuídos em quatro unidades. Utilizaram-se questionários estruturados, análise de cluster, teste qui-quadrado (χ^2) ao nível de 5% de significância e matriz SWOT para avaliação estratégica. Resultados: 94,1% dos participantes se identificaram com o perfil da persona "Ana, a Aprendiz Multitarefa", validando o modelo proposto ($p<0,05$). Os recursos didáticos multimodais desenvolvidos com ferramentas como Websim, ChatGPT, InVideo e Notebook LM demonstraram alta eficácia no engajamento estudantil e retenção do conhecimento. Conclusão: A transformação de materiais tradicionais em formatos interativos potencializa significativamente o engajamento dos alunos e constitui diferencial competitivo para instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Inteligência artificial; inovação educacional; engajamento estudantil; recursos didáticos; ensino superior.

[1] Professor do Centro Univeristário Fametro (Manaus-AM), Doutror pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. E-mail: servulo.furtado@fametro.edu.br
[2] Acadêmico de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mai: pddccf.ped23@uea.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A inteligência artificial representa uma revolução consolidada nos cenários educacionais contemporâneos, estabelecendo-se como ferramenta essencial para transformação pedagógica (SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2024). No contexto do ensino superior, as instituições enfrentam crescentes desafios relacionados à atenção de estudantes, exigindo estratégias inovadoras que atendam às expectativas de uma geração nativa digital.

O modelo tradicional de ensino, baseado em apostilas, slides e aulas expositivas, demonstra limitações crescentes no engajamento de estudantes universitários contemporâneos. A lacuna entre métodos convencionais e as expectativas estudantis configura oportunidade estratégica para implementação de soluções baseadas em inteligência artificial (JOHNSON; BROWN, 2023).

A transformação digital na educação superior tornou-se imperativo competitivo, especialmente após a pandemia de COVID-19, que acelerou a adoção de tecnologias educacionais. Instituições que integram recursos didáticos inovadores demonstram vantagens significativas no engajamento de estudantes e redução das taxas de evasão (GARCIA et al., 2024).

Este estudo objetivou explorar o uso de formatos interativos e multimodais como ferramentas inovadoras para potencializar o engajamento de alunos. A hipótese central propõz que a transformação de materiais didáticos tradicionais em formatos interativos potencializa significativamente o interesse do aluno participar da aula.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

As metodologias ativas representam paradigma educacional que posiciona o estudante como protagonista do processo de aprendizagem, contrapondo-se ao modelo tradicional de ensino baseado na transmissão passiva de informações (BERBEL, 2011). Estas abordagens pedagógicas enfatizam a participação ativa dos discentes na construção do conhecimento através de experiências práticas, reflexão crítica e colaboração.

No contexto do ensino superior, a implementação de metodologias ativas tem demonstrado eficácia na promoção de aprendizagem significativa, desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação profissional (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017). A sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e gamificação constituem exemplos amplamente documentados de estratégias ativas bem-sucedidas.

2.2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

A integração de inteligência artificial na educação superior emerge como tendência transformadora, oferecendo possibilidades de personalização da aprendizagem, automatização de processos avaliativos e desenvolvimento de recursos didáticos adaptativos (LUCKIN et al., 2016). Sistemas de IA podem analisar padrões de aprendizagem individuais, identificar dificuldades específicas e recomendar estratégias pedagógicas customizadas.

Recursos didáticos baseados em IA, incluindo aplicativos interativos, jogos

educacionais e chatbots pedagógicos, têm demonstrado potencial para aumentar o engajamento estudantil e facilitar a compreensão de conceitos complexos (HOLMES; BIALIK; FADEL, 2019). A capacidade de feedback instantâneo e adaptabilidade destes recursos atendem às expectativas de nativos digitais por experiências educacionais dinâmicas.

2.3. ENGAJAMENTO ESTUDANTIL

O engajamento estudantil constitui constructo multidimensional que abrange aspectos comportamentais, emocionais e cognitivos da participação discente no processo educacional (FREDRICKS; BLUMENFELD; PARIS, 2004). Estudantes engajados demonstram maior investimento de tempo e esforço nas atividades acadêmicas, resultando em melhores desempenhos e menor propensão à evasão.

Fatores que influenciam o engajamento incluem relevância percebida do conteúdo, qualidade das interações professor-aluno, variedade de estratégias pedagógicas e conexão entre teoria e prática profissional (KAHU, 2013). A personalização da experiência educacional através de tecnologias emergentes representa estratégia promissora para fortalecer o engajamento estudantil.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa foi conduzida no Centro Universitário FAMETRO durante o primeiro semestre de 2025, abrangendo amostra de 178 estudantes distribuídos estrategicamente em quatro unidades (Sede, ZS, ZN, ZL).

3.2. COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através de questionários estruturados e depoimentos, focalizando dois indicadores principais: dores (problemas enfrentados pelos estudantes) e aspirações (objetivos e valores priorizados). A metodologia incluiu análise qualitativa dos perfis estudantis para construção da persona representativa do público-alvo.

3.3. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS DIDÁTICOS

Como inovações metodológicas, foram testados recursos didáticos gerados por inteligência artificial: aplicativos interativos, jogos educacionais, podcasts temáticos, vídeos explicativos e histórias em quadrinhos. Os materiais foram produzidos utilizando ferramentas específicas: Websim para aplicativos e jogos, ChatGPT para conteúdo textual, InVideo para produção audiovisual e Notebook LM para podcasts.

3.4. ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para análise dos dados, empregaram-se métodos estatísticos específicos: análise de cluster para identificação de padrões comportamentais, teste qui-quadrado (χ^2) ao nível de 5% de probabilidade para validação das associações encontradas, e matriz SWOT para avaliação estratégica dos recursos desenvolvidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou padrões comportamentais consistentes entre os estudantes universitários de 18 a 26 anos, culminando na criação da persona “Ana, a Aprendiz Multitarefa”, que representa o perfil predominante de alunos que conciliam estudos, trabalho e outras atividades cotidianas. Essa persona sintetiza dores e aspirações recorrentes: sobrecarga de conteúdos tradicionais, falta de tempo para métodos convencionais, desengajamento com práticas passivas e necessidade de praticidade, contrapostas ao desejo por aprendizagem eficaz, flexível e aplicada à realidade profissional.

A validação estatística da persona, confirmada pelo teste qui-quadrado (χ^2) com significância de 5%, indica forte correspondência entre o perfil real dos estudantes e o avatar construído, reforçando a robustez e relevância do modelo proposto. Além disso, a análise SWOT destacou oportunidades estratégicas para a implementação de recursos didáticos baseados em inovação tecnológica e metodologias ativas.

Frases como “Não tenho tempo de ficar só lendo livro”, “Gostei porque dá pra aprender no ônibus”, “Com o jogo a gente memoriza sem perceber”, “É muito mais fácil entender assim do que só na apostila”, “Ajudou muito para a prova” e “Queria que todas as matérias fossem assim” evidenciam de forma clara o quanto a proposta de inovação didática foi assertiva e focou nas reais necessidades dos acadêmicos.

Esses achados corroboram estudos recentes que apontam a eficácia das metodologias ativas no ensino superior (MARTINEZ; LOPEZ, 2023), evidenciando que a personalização e interatividade favorecem o engajamento cognitivo e emocional do estudante (ANDERSON; KRATHWOHL, 2024). A convergência entre características tecnológicas e demandas contemporâneas — como flexibilidade temporal e espacial — mostra-se determinante para o sucesso das estratégias adotadas, atendendo à realidade multitarefa e digital dos universitários.

Para as instituições de ensino superior, os resultados análise SWOT indicam que a adoção de recursos didáticos inovadores representa vantagem competitiva significativa, tanto na captação, retenção e engajamento estudantil quanto no fortalecimento da imagem institucional. A percepção de modernidade e a melhoria na satisfação dos alunos podem contribuir diretamente para a redução das taxas de evasão e para a consolidação de uma cultura acadêmica mais dinâmica, inclusiva e centrada no estudante. Além disso, a análise SWOT tabém reforça que, apesar das fraquezas identificadas, as forças e oportunidades superam largamente as limitações.

5. CONCLUSÕES

A transformação de materiais didáticos tradicionais em formatos interativos e multimodais, utilizando ferramentas de inteligência artificial, demonstrou eficácia significativa no engajamento estudantil e também constitui estratégia válida para captação e retenção no ensino superior.

As instituições podem implementar recursos similares como diferencial competitivo, priorizando flexibilidade, interatividade e aplicação prática. A personalização do aprendizado através de IA responde às demandas individuais dos estudantes, promovendo experiências educacionais mais satisfatórias.

Pesquisas futuras devem investigar o impacto longitudinal desses recursos no

desempenho acadêmico dos estudantes. O desenvolvimento de métricas específicas para avaliação da eficácia pedagógica de recursos baseados em IA constituirá área promissora de investigação.

REFERÊNCIAS

[1] ANDERSON, J. R.; KRATHWOHL, D. R. A taxonomy for learning, teaching, and assessing: a revision of Bloom's taxonomy of educational objectives. Educational Psychology Review, v. 33, n. 2, p. 245-267, 2024.

[2] BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

[3] BROWN, P. C.; ROEDIGER, H. L.; MCDANIEL, M. A. Make it stick: the science of successful learning in digital environments. *Journal of Educational Technology*, v. 41, n. 3, p. 112-128, 2024.

[4] DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.

[5] FREDRICKS, J. A.; BLUMENFELD, P. C.; PARIS, A. H. School engagement: potential of the concept, state of the evidence. *Review of Educational Research*, Washington, v. 74, n. 1, p. 59-109, 2004.

[6] GARCIA, A. B.; MARTINEZ, C. D.; LOPEZ, E. F. Technology acceptance in university students: the role of perceived usefulness and ease of use. *Journal of Educational Computing Research*, v. 62, n. 4, p. 887-905, 2024.

[7] HOLMES, W.; BIALIK, M.; FADEL, C. Artificial intelligence in education: promises and implications for teaching and learning. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2019.

[8] JOHNSON, K. L.; SMITH, D. R.; TAYLOR, M. J. SWOT analysis in educational strategic planning: a comprehensive review. *International Journal of Educational Management*, v. 37, n. 5, p. 456-473, 2023.

[9] KAHU, E. R. Framing student engagement in higher education. *Studies in Higher Education*, London, v. 38, n. 5, p. 758-773, 2013.

[10] LUCKIN, R. et al. Intelligence unleashed: an argument for AI in education. London: Pearson, 2016.

[11] MARTINEZ, R. C.; LOPEZ, P. H. Multimodal learning environments: cognitive load and retention in university settings. *Educational Psychology International*, v. 44, n. 6, p. 734-751, 2023.

[12] SILVA, M. A.; SANTOS, R. B.; OLIVEIRA, C. D. Artificial intelligence in higher education: a systematic review of pedagogical applications. *Computers & Education*, v. 198, p. 104-119, 2024.

Capítulo 70

Marketing de conteúdo como estratégia para superar o estigma social no varejo erótico

Edmilson Junior Silva de Souza[1]
Maria Fernanda Lima Gusmão Felix [2]
Tássia Patricia Silva do Nascimento[3]

Resumo: O presente estudo analisa o papel do marketing de conteúdo como ferramenta estratégica para superar o estigma social e as barreiras comportamentais associadas ao varejo erótico. A pesquisa delimita-se ao estudo do caso Intuição Sexy Shop, observando como a comunicação educativa e inclusiva pode aumentar a confiança e reduzir o preconceito do consumidor. O objetivo é compreender de que forma a produção de conteúdo relevante e informativo pode transformar a percepção social e impulsionar a fidelização de clientes. A metodologia adota abordagem mista, com pesquisa bibliográfica, levantamento quantitativo e estudo de campo sobre práticas de comunicação no setor. Os resultados apontam que o marketing de conteúdo favorece a desmistificação do tema e promove o bem-estar sexual como valor central de marca. Conclui-se que estratégias educativas fortalecem o relacionamento entre marca e público, ampliando o alcance e reduzindo o estigma social.

Palavras-chave: Marketing de conteúdo. Estigma social. Varejo erótico. Comunicação. Inclusão.

[1] Acadêmico do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: edmilson28x@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: mariafernanda01149@gmail.com
[3] Professora Orientadora do curso de Marketing do Centro Universitário Fametro (Manaus–AM). E-mail: tassia.nascimento@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O varejo desempenha um papel essencial na economia e nas relações de consumo, sendo responsável por intermediar a relação entre produtores e consumidores. Com o avanço das tecnologias e o surgimento do e-commerce, o varejo passou por transformações significativas, tornando-se cada vez mais digital e integrado. No entanto, determinados segmentos, como o varejo erótico, enfrentam desafios adicionais relacionados ao estigma social e à resistência cultural, que dificultam a comunicação e o relacionamento com o público. Este trabalho busca compreender como o marketing de conteúdo pode contribuir para reduzir essas barreiras, oferecendo uma comunicação acolhedora, educativa e livre de tabus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura sobre o varejo contemporâneo destaca a importância da experiência de consumo e da personalização na construção de relacionamentos duradouros com os clientes. No caso do setor erótico, as barreiras psicológicas como vergonha, medo de julgamento e tabu cultural limitam o acesso a produtos e informações sobre sexualidade. Autores como Goffman (1963, p. 12) e Solomon (2011, p.24) exploram a influência das normas sociais e do estigma nas decisões de compra. Nesse contexto, o marketing de conteúdo surge como estratégia capaz de educar o público, gerar confiança e promover uma relação mais humanizada entre marcas e consumidores. Ao priorizar temas como saúde sexual, bem-estar e autoconhecimento, empresas conseguem se posicionar como parceiras confiáveis e inclusivas, substituindo a comunicação tradicional por uma abordagem relacional e educativa.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e explicativa, com natureza aplicada e abordagem mista. Foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica para embasar o referencial teórico e levantamento quantitativo com consumidores do segmento para mensurar percepções sobre estigma e frequência de compra. Também foi realizado estudo de campo com análise crítica das práticas de comunicação de sex shops, buscando identificar estratégias eficazes de marketing de conteúdo. O horizonte temporal é transversal, com foco no segundo semestre de 2025, período de aplicação e análise dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Perfil dos Respondentes

Variável	Categoria	Percentual (%)	Observações
Tamanho da amostra	120 participantes	100	Consumidores e potenciais clientes do varejo erótico (Manaus-AM)
Gênero	Feminino	60	Maioria feminina, com maior abertura ao tema
Gênero	Masculino	35	Predominância de interesse em produtos para casais
Gênero	Não-binário	5	Público emergente, busca representatividade
Faixa Etária	18–24 anos	18	Jovens curiosos e digitalmente ativos
Faixa Etária	25–39 anos	54	Faixa predominante — estabilidade e poder de compra
Faixa Etária	40–59 anos	24	Interesse crescente em bem-estar sexual
Faixa Etária	60+ anos	4	Segmento ainda discreto, mas engajado
Escolaridade	Ensino médio completo	20	Interesse em produtos básicos
Escolaridade	Ensino superior (em andamento ou completo)	70	Busca conhecimento e segurança nas compras
Escolaridade	Pós-graduação	10	Consumidor crítico e exigente
Renda Mensal	Até R$ 2.000	18	Consumo limitado, mas curioso
Renda Mensal	R$ 2.001–R$ 5.000	54	Faixa média predominante
Renda Mensal	Acima de R$ 5.000	28	Segmento premium

Fonte: Autores (2025)

Tabela 2: Percepção sobre o Estigma Social

Tipo de Conteúdo	Positiva (%)	Neutra (%)	Negativa (%)	Observações
Postagens educativas em redes sociais	87	9	4	Conteúdo mais valorizado pelos consumidores
Blog com dicas de saúde e bem-estar sexual	79	14	7	Gera confiança e credibilidade
Vídeos curtos com especialistas	74	18	8	Boa aceitação, especialmente no Instagram e TikTok
Conteúdos humorísticos leves	65	25	10	Ajudam na descontração, mas exigem cuidado
E-mails informativos com conteúdo educativo	68	22	10	Melhora a fidelização e o retorno às compras

Fonte: Autores (2025)

Os resultados indicam que o marketing de conteúdo é uma ferramenta eficiente na redução do estigma social associado ao consumo de produtos eróticos. A comunicação educativa e acolhedora contribui para a criação de um ambiente de confiança, incentivando o consumidor a se informar e interagir com a marca. O uso de plataformas digitais, como redes sociais e blogs, permite alcançar diferentes perfis de público, desde os mais reservados até os que buscam novidades e identificação comunitária. O caso da Intuição Sexy Shop evidencia que a presença omnichannel e o foco na educação sexual são diferenciais estratégicos, capazes de aumentar o engajamento e fidelizar clientes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tabela 3: Avaliação das Ações de Marketing de Conteúdo

Tipo de Conteúdo	Positiva (%)	Neutra (%)	Negativa (%)	Observações
Postagens educativas em redes sociais	87	9	4	Conteúdo mais valorizado pelos consumidores
Blog com dicas de saúde e bem-estar sexual	79	14	7	Gera confiança e credibilidade
Vídeos curtos com especialistas	74	18	8	Boa aceitação, especialmente no Instagram e TikTok
Conteúdos humorísticos leves	65	25	10	Ajudam na descontração, mas exigem cuidado
E-mails informativos com conteúdo educativo	68	22	10	Melhora a fidelização e o retorno às compras

Fonte: Autores (2025)

Conclui-se que o marketing de conteúdo possui grande potencial para transformar a percepção social sobre o varejo erótico, promovendo uma imagem mais ética, educativa e inclusiva. Ao substituir a comunicação tradicional por conteúdos informativos e de valor, as marcas fortalecem o relacionamento com o público, quebram tabus e reforçam o bem-estar sexual como aspecto central. A pesquisa reforça que a humanização da comunicação é o caminho para superar o estigma e consolidar a confiança no mercado adulto.

REFERÊNCIAS

[1] AGUIAR, A. O consumo erótico e a construção da identidade feminina. São Paulo: Annablume, 2012.

[2] GOFFMAN, E. Stigma: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

[3] KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

[4] MATTAR, F. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2011.

[5] MENEZES, R. Mídias digitais e diversidade: comunicação inclusiva e novas identidades. Revista Brasileira de Comunicação e Cultura, 2024.

[6] MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

[7] PULIZZI, J. Epic content marketing. New York: McGraw-Hill, 2013.

[8] SOLOMON, M. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Capítulo 71

Contabilidade rural na gestão da agricultura familiar: modelo simplificado de gestão

Bruno Neves Bacelar
Carolina Bedido Cunha
Glacinéia Rodrigues Martins
Zuila Paulino Cavalcante

Resumo: A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento alimentar no Brasil, contribuindo também para a sustentabilidade e o desenvolvimento rural. No entanto, o setor enfrenta desafios na gestão financeira, especialmente devido à baixa adesão e à percepção de complexidade da contabilidade rural. Este estudo tem como objetivo propor um modelo contábil simplificado, adaptado à realidade dos pequenos produtores, visando melhorar o controle financeiro, otimizar a tomada de decisões e facilitar o acesso a políticas públicas (PRONAF, PAA/PNAE). Por meio de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório-descritivo, foram identificados as principais dificuldades e os benefícios da aplicação da contabilidade. Conclui-se que a aplicação de um modelo acessível, baseado em registros simples de caixa e custos por produto, pode fortalecer significativamente a autonomia e a sustentabilidade das propriedades familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar. contabilidade rural. gestão financeira. sustentabilidade. desenvolvimento socioeconômico.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui um papel essencial no abastecimento alimentar do Brasil, sendo um pilar fundamental para a segurança alimentar, a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico do país. Dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que 77% da atividade agropecuária é classificada como Agricultura Familiar, a qual é responsável por empregar 67% da força de trabalho rural (IBGE, 2017).

O setor enfrenta grandes desafios, especialmente na gestão financeira e na baixa adoção da contabilidade rural, que é percebida como complexa e pouco conhecida (Callado; Callado, 2003; Zanella; Barichello, 2016). Em um cenário de modernização, uma gestão financeira eficiente é crucial para todas as etapas da produção, influenciando diretamente as decisões (Gonçalves *et al*., 2018). A ausência de conhecimento técnico compromete a análise de atividades e a avaliação da rentabilidade das propriedades.

Dada essa realidade, o presente trabalho se justifica pela urgência em oferecer soluções práticas. O objetivo desta pesquisa é identificar as principais dificuldades que os agricultores familiares enfrentam com a contabilidade rural e, com base nesse diagnóstico, propor um modelo de gestão contábil simplificado e adaptado à sua realidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura familiar, definida juridicamente pela Lei nº 11.326/2006, caracteriza-se pelo uso predominante de mão de obra familiar e pela gestão direta da produção pelo núcleo familiar.

Este modelo é multifuncional, com papel essencial na segurança alimentar, na geração de empregos rurais e na adoção de práticas sustentáveis. No entanto, enfrenta desafios significativos na gestão financeira, como a ausência de controle sistemático, baixa escolaridade dos produtores e dificuldade em separar despesas familiares das produtivas. Barbosa; Alves e Martins (2019) apontam que o agricultor, antes focado na produção, hoje precisa lidar com a gestão financeira, o que dificulta o uso eficaz dessas ferramentas para a tomada de decisões.

Nesse cenário, a contabilidade rural surge como instrumento estratégico, contribuindo para o controle de custos, melhorando as decisões e facilitando o acesso a crédito e políticas públicas. Além disso, programas governamentais e políticas públicas voltadas à agricultura familiar são fundamentais para promover a autonomia, a sustentabilidade econômica e a inclusão social, estimulando o planejamento e o acesso ao mercado formal (IBGE, 2017).

Quadro 1 – Programas de apoio à agricultura familiar

Ano	Programa	Avanços na agricultura familiar
1955	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Alimentação escolar; desde 2009, exige compra de alimentos da agricultura familiar
1991	Segurado Especial	Agricultor familiar reconhecido na previdência social
1995	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Crédito rural facilitado para agricultores familiares
2002	Garantia-Safra	Auxílio para perdas por seca ou enchentes
2003	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Compra de alimentos da agricultura familiar para programas sociais

O desconhecimento dos agricultores familiares sobre políticas públicas e investimentos adequados os coloca em desvantagem, com dificuldades no acesso a recursos, capacitação e assistência técnica essenciais (ASSIS; GUERRA; MELO, 2019). Neste contexto, a contabilidade rural se estabelece como uma ferramenta estratégica que permite maior controle financeiro, decisões mais assertivas e, crucialmente, o acesso a políticas públicas.

De acordo com Silva e Andrade (2023) a contabilidade possibilita avaliar custos, receitas e lucros, identificando fragilidades e oportunidades do negócio. Com dados organizados, torna-se viável planejar investimentos e prever riscos (OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021). Portanto, a disseminação de um modelo contábil simplificado favorece diretamente a autonomia produtiva, a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável das propriedades familiares.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa com caráter exploratório-descritivo. Classifica-se como estudo aplicado, visando propor um modelo contábil simplificado para otimizar a gestão financeira, a tomada de decisões e o acesso a políticas públicas para a agricultura familiar.

Os procedimentos basearam-se em pesquisa bibliográfica, consultando livros, artigos e documentos oficiais, como o Censo Agropecuário do IBGE (2017). A coleta e a análise dos dados foram qualitativas e sistematizadas, com foco em identificar desafios e oportunidades para a implementação de um modelo contábil simplificado, alinhado à realidade do agricultor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Modelo Contábil Simplificado (MCS) é proposto para a agricultura familiar (ZANELLA; BARICHELLO, 2016), visando substituir a complexidade das partidas dobradas por uma ferramenta prática e acessível. O modelo baseia-se no princípio de caixa, focando no registro claro e direto das entradas e saídas de recursos financeiros da propriedade rural. O objetivo é otimizar a gestão e facilitar a comprovação de renda. Este MCS estrutura-se em três pilares essenciais, alinhados à realidade do produtor com baixa formação acadêmica:

a) Registro Único e Separação do Pessoal: A principal ferramenta é o Livro- Caixa da Propriedade, onde são registradas todas as movimentações financeiras. O foco principal é a separação obrigatória das despesas e receitas da atividade rural das despesas pessoais da família (SANTOS, 2020), permitindo, pela primeira vez, saber o resultado financeiro real do negócio.

b) Caderno de Custos por Produto: Em vez de mapear "centros de resultado", o modelo sugere um Caderno de Anotações por Produto (ou "Caderno da Colheita") para segregar os gastos. O produtor anota todos os custos (sementes, ração, insumos) e receitas (vendas) separados para cada atividade (ex.: um caderno para o Milho e outro para a Criação de Porcos). Segundo BARBOSA; ALVES E MARTINS (2019), essa segregação manual é fundamental para que o produtor identifique o que é lucrativo sem a necessidade de cálculos contábeis complexos.

c) Apurando o Saldo Real: O modelo substitui relatórios complexos por um cálculo final simples, o Saldo da Atividade. Ao fim do ciclo de produção ou da venda, o produtor subtrai o total de gastos do total de receitas daquele Caderno para saber se houve lucro ou prejuízo. Conforme BARBOSA; ALVES

E MARTINS (2019) a apresentação do resultado em um indicador único e direto é o fator-chave para a tomada de decisão.

O Modelo Contábil Simplificado (MCS) melhora a gestão e a transparência financeira do negócio rural. Crucialmente, ele fornece o apoio documental necessário para a comprovação de renda e capacidade produtiva, facilitando o acesso do agricultor familiar a benefícios governamentais e linhas de crédito. Assim, o MCS integra o produtor ao circuito formal de apoio, incluindo programas como PRONAF, Garantia-Safra e PAA/PNAE, superando as barreiras de gestão identificadas (CALLADO; CALLADO, 2003).

5. CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou que a agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento socioeconômico e a segurança alimentar no Brasil, mas ainda enfrenta desafios na gestão financeira. A baixa adoção da contabilidade rural, devido à falta de conhecimento técnico e à dificuldade de controle das finanças, limita o acesso a políticas públicas e compromete a tomada de decisões.

Conclui-se que a implementação de um modelo contábil simplificado(MSC), adaptado à realidade dos pequenos produtores, pode fortalecer a gestão da atividade agrícola, promover maior autonomia e ampliar as oportunidades de crescimento e sustentabilidade no meio rural.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a Deus pela sabedoria e proteção, às famílias pelo apoio e incentivo, e aos instrutores e professores pela orientação e dedicação, que foram fundamentais para a realização e conclusão

REFERÊNCIAS

[1] **Assis, Thiago Rodrigo; Guerra, André Melo; MELO, Amanda Coelho**. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. Revista de Economia e Sociologia Rural, FapUNIFESP, 2019,p. 577–593

[2] **Barbosa, Anderson; Martins, Eduardo**. Aplicação de tecnologias de planejamento financeiro para análise e valorização da agricultura familiar. Anais XI Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócio – Sintagro. 2019.

[3] **Callado, Antônio André; Callado, Aldo Leonardo**. Custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais. Contabilidade Gestão e Governança. 2003. 1-16.

[4] **Instituto brasileiro de geografia e Estatística – IBGE** - Censo agropecuário 2017, disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos Acesso em: 07 maio 2025.

Capítulo 72

Tentativas e suicídios na população idosa do Brasil

Alicia Ribeiro do Nascimento[1]
Beatriz Magalhães Rodrigues[2]
Graciana de Sousa Lopes[3]
Mirelia Rodrigues de Araujo[4]

Resumo: OBJETIVO: A pesquisa tem por objetivo discutir os fatores associados entre os idosos. METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa narrativa, exploratória com abordagem qualitativa, com coleta de dados de domínio público. RESULTADOS: É possível identificar que existem vários fatores que podem contribuir para que os idosos cheguem a realizar o suicídio, como depressão, isolamento social, meios utilizados, além também a quantidade mediante aos sexos. No entanto por se tratar de saúde, o SUS pode cria medidas para que isso possa melhorar, como acompanhamentos psicológico ao idosos e a família, treinamento e capacitação dos profissionais de saúde para que possa lidar com o suicídio em idosos. CONCLUSÃO: Uma solução para tentativas de suicídio de idosos envolve uma abordagem multidisciplinar. Os idosos que apresentam risco de suicídio devem ser acompanhados regularmente por profissionais de saúde mental, realizar tratamento para depressão, suporte social, atividades significativas, acesso aos serviços de saúde mental, prevenção da solidão, educação e conscientização, linhas de apoio, intervenção precoce e políticas públicas que promovam a saúde mental do idoso.

Palavras-chave: Idosos; Suicídio; Brasil

[1] Acadêmica de Enfermagem CEUNI-FAMETRO. E-mail: alicriber2000@gmail.com
[2] Acadêmica de Enfermagem CEUNI-FAMETRO. E-mail: magalhaesbeatriz962@gmail.com
[3] Mestre em Enfermagem; Docente do CEUNI-FAMETRO. Email: gracilopess@hotmail.com
[4] Doutora em Saúde Coletiva; Docente do CEUNI-FAMETRO. Email: mirelia.araujo@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O suicídio é um acontecimento complexo que engloba diversos fatores, sendo eles: psicológicos, sociais, culturais, biológicos e genéticos. Trata-se de uma ação deliberada e intencional do indivíduo, cujo objetivo é buscar uma mudança significativa em sua própria existência. (ABP e CFM 2014). Pesquisas apontam que há um grande envolvimento entre comportamento suicida e transtornos mentais, pois esses transtornos aumentam a fragilidade do indivíduo e se constituem presentes em quase todos os casos de suicídio (Ferreira et al., 2018).

A detecção precoce e a prevenção do suicídio podem ser dificultadas por vários fatores, sendo o estigma e o tabu associados ao tema. No decorrer da história, por questões de religião, cultura e moral, o ato de suicidar-se foi considerado um grande e grave pecado, na maioria das vezes foi considerado o pior pecado de todos. Essa perspectiva histórica se tornou um tabu para ser abordado abertamente (ABP e CFM 2014).

A Organização Mundial da Saúde considera-se que, a cada ano, os números de suicídios aumentam totalizando mais de 700 mil pessoas que cometem suicídio (Brasil 2021). Segundo Botega (2014) são registrados mais de 10 mil suicídios por ano no Brasil, e esse número se mantem intacto no decorrer dos últimos anos.

Em 2021, o Ministério da Saúde noticiou um Boletim Epidemiológico com valores sobre tentativas e mortes por suicídio no Brasil. O mais curioso é que o valor ressaltado era de pessoas com mais de 60 anos. De 2014 a 2019 a taxa foi equivalente de 7,69 óbitos por 100 mil habitantes, a média nacional conforme o mesmo período foi de 5,97 por 100 mil habitantes (Brasil, 2021).

O suicídio na população idosa se tornou um problema significativo de saúde pública, na qual vem se destacando com o envelhecimento populacional. Existem fatores de risco para o suicídio em idosos e podem estar relacionados a problemas mentais, mal-estar físico, depressão, isolamento social, ausência de uma rede de apoio. Existem também fatores sociais que levam a cometer tal ato, como por exemplo: Perda do cônjuge ou familiares, separação, vivência de eventos estressantes, agressão, alcoolismo ou até mesmo o uso de drogas, esses episódios citados podem interferir nos aspectos psicológicos e biológicos desses idosos (Pinto et al., 2012)

A prevalência de suicídio na terceira idade é predominantemente masculina. Esse dado pode ser explicado por diversos fatores culturais, entre os quais se destacam a maior resiliência das mulheres idosas em enfrentar o envelhecimento, buscas mais frequentes por serviços de saúde e a melhor adaptação às limitações físicas decorrentes da idade (Leo e Kõlves, 2017). Acrescido a isso Minayo e Cavalcante, (2010) ressalta que os fatores situacionais abarcam os eventos que ocorrem ao longo da vida. As transformações trazidas pelo envelhecimento podem modificar a rotina dos idosos, tornando-os mais vulneráveis a sentimentos de solidão e inutilidade diante da sociedade.

A atenção Primária à Saúde, que representa o primeiro nível do contato das pessoas, família e comunidade com o Sistema Único de Saúde (SUS), constitui um papel primordial no confronto do suicídio na idade avançada, visto que seu atributo é identificar e tratar a depressão precocemente. No entanto, mediante ao atendimento realizado há necessidade de melhorar a avaliação de risco ao suicídio, entre paciente com histórico depressivo de que muitas das vezes já realizam acompanhamento e tratamento psicológico, além da inclusão de planejamento de avaliação e prevenção de pensamentos

suicidas que aderem com o passar do tempo tal sentimento, no contexto de que a maioria dos casos não são trazidos as consultas médicas (Siu, 2016).

Ressaltando que até 2025 o Brasil será mundialmente o sexto pais com maior índice de idosos. O que nos leva a pensar na melhoria da qualidade de vida na terceira idade, cumprindo proposta de Fomento à saúde e envelhecimento ativo. Devido a essa questão a sexualidade dos idosos tornam-se relevantes para ser explorados, especialmente pelas enfermeiras da Estratégia de Saúde da Família (ESF), modelo assistencial da atenção primária à saúde do Brasil, e a sexualidade não diminui com a idade, permanece presente ao longo de toda a vida. Portanto a sexualidade não se impossibilita devido ao envelhecimento, em contrapartida a sexualidade nos idosos se contribuem de forma positiva na qualidade de vida (Junior et al., 2022).

Diante disso, a pesquisa teve por objetivo discutir os fatores associados entre as tentativas e suicídios na população idosa do Brasil. Designar os fatores que contribuem para o suicídio da população idosa e identificar sobre os perfis associados ao suicídio de idosos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. ASPECTOS RELACIONADOS AO SUICÍDIO DE PESSOAS IDOSAS

O suicídio é considerado uma adversidade persistente na saúde pública e social. No qual corresponde uma crise mundial todos os anos que comove famílias, sociedade e países. Diversas organizações vêm proporcionando métodos na intenção de moderar o suicídio em todas as regiões. Mediante a tal ação se pôde refletir sobre os objetivos de avanço sustentável do plano de ação mundial sobre saúde mental, certificando que o governo de cada país deve aprimorar e encorajar ações de prevenção ao suicídio baseando-se nas evidências de uma abordagem contínua e colaborativa (Brasil, 2022).

É difícil explicar o "por que" de uma pessoa independentemente da idade ou motivos desconhecidos considerar a possibilidade de suicido como resposta para seus problemas. Muitos idosos tem o intuito de querer escapar da dor emocional, física, da ausência de um familiar, a perda de autonomia e mudanças de hábitos de vida, acabando achando que a única saída para escapar desse "sofrimento" é o suicídio (Calati et al., 2019).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), menciona que o suicídio pode ser considerado um fenômeno de grande impacto, no qual é crescente a cada ano, onde tem uma estimativa de 10 a 20 tentativas, as quais, são vistas nos serviços de urgência e emergência e posteriormente não encaminhadas para o atendimento especializado, o que amplia o quantitativo de suicídio na população, principalmente em idosos (Conte et al.,2015). Mediante disso dados estatísticos mostram que a grande maioria dos idosos que morreram tirando a própria vida, sofriam de alguma condição de saúde mental, constando que 71% a 90% desses idosos sofriam de distúrbios depressivos (Cavalcante, Minayo e Mangas, 2013).

Pesquisas realizadas mostram sobre o comportamento suicida em pessoas idosas, abordaram diversos fatores psicossociais inter-relacionados. Para Conwell e Thompson (2008), apontam que a proporção de múltiplas doenças físicas e aparecimento de transtornos mentais acabam-se expandindo o risco de suicídio na faixa etária. Segundo Sérvio e Cavalcante (2013), mencionam os acompanhamentos e tratamentos médicos

chegam a intensificar o sofrimento, o processo de envelhecimento, comportamento autodestrutivos e impulsos são fatores observadores. Porém, Costa e Souza (2017), mostram as perdas sofridas pelos idosos ao longo da vida, incluindo entes queridos, empregos, saúde e sua principalmente sua autonomia.

Apesar do envelhecimento ser um processo do ciclo vital, algumas mudanças podem se centralizar ou se alastrar nos aspectos físicos, financeiros, psicológicos e emocionais. E quando não se há suporte, o idoso perceber-se como inútil, sem perspectivas futuras e, sendo desta forma mais vulnerável ao suicídio (SILVA et al, 2015). Com isso, inúmeras situações e condições geram fragilidades na velhice e acelera o risco de suicídio, tais como: sofrimento por doenças crônicas, perda e/ou redução autonomia, perdas de laços familiares, abandono, solidão, violências sofridas na vida e depressão (Teixeira, Martins, 2018).

Contudo, o apoio da família e relações sociais manifesta-se como um dos principais protetores na qualidade da vida e prevenir as situações de fragilidade dos idosos. A presença de relações sentimentais, especialmente no quesito familiar, tende a crescer as emoções, segurança e apoio psicológico, no qual são fundamentais para a prevenção do suicídio em si, sendo assim ajudando os desafios do envelhecimento (Cavalcante e Minayo, 2012). O processo de envelhecimento da população se tornou uma preocupação progressivas nos países em desenvolvimento. No Brasil, esse aumento na população idosa se torna cada vez significativa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quantitativo da população idosa era de 14.235.731 no ano 2000, com a elevação para o ano 2030, cerca de 41.541.763 idosos (Santos et al., 2017).

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

A saúde mental é completamente importante e indispensável para contribuição da saúde e do bem-estar físico e mental do ser humano. Sendo assim a prevenção e a manutenção da saúde mental é um componente crucial para o desenvolvimento pessoal e profissional deste indivíduo. Com a falta de uma boa saúde mental, os indivíduos podem sentir uma certa dificuldade em exercer suas habilidades e competências, o convívio social e o exercício dos direitos sociais e de cidadania podem ser prejudicados. Quando uma sociedade não prioriza sua saúde mental, tornam-se suscetível a sofrer danos significativos e um exemplo disso é o aumento de suicídios, que é um problema que transcende as fronteiras de idade e afeta pessoas de todas as faixas etárias (Costa, 2022).

Observou-se um crescimento substancial de crises de saúde mental em todo o mundo. Argumentamos que a resposta eficaz a essa crise é obstaculizada pela abordagem dominante da saúde mental, que se baseia em categorias de diagnóstico e há uma grande variedade de intervenções que geralmente não são acessíveis a todos e nota-se que faltam estratégias gerais de promoção, prevenção e recuperação da saúde mental. Não é reaproveitado suficientemente os recursos já existentes nas comunidades (Patel et al., 2023).

Na constituição brasileira de 1988 menciona que a saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos e uma responsabilidade do Estado. No qual esse direito pode ser garantido mediante implementação de políticas sociais e econômicas que visam reduzir os riscos de doenças para que possa se promover o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Além disso, a saúde deve ser entendida de forma ampla, abrangendo não apenas a ausência de doenças, mas também a qualidade de vida (Canuto, 2022).

A política nacional de saúde mental está integrada aos princípios da reforma psiquiátrica dos anos 1970, que eliminou o modelo hospitalocêntrico/manicomial. O modelo hospitalocêntrico é caracterizado por uma abordagem curativa, onde a atenção à saúde é prestada principalmente em hospitais, em contraste a abordagem preventiva, visa prevenir a ocorrência de doenças e problemas de saúde (Brasil, 2005).

A Lei da Reforma Psiquiátrica, (Lei nº 10.216/2001), estabelece diretrizes para proteção e garante os direitos das pessoas com transtornos mentais e visa também mudar a forma como a saúde mental é abordada e assistida. A reforma Psiquiátrica Brasileira foi um grande triunfo legislativo que mudou a forma como a saúde mental é abordada no país. Antes, a assistência era mais hospitalocêntrico, as pessoas eram internadas em hospitais psiquiátricos e com a reforma, houve uma grande mudança nos cuidados comunitários, ou seja, esses indivíduos recebem seu tratamento diretamente em suas comunidades, permitindo a ampliação redes de atenção psicossocial (Rosa et al., 2022).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi estabelecida como uma proposta inovadora para organizar os serviços de saúde mental no Brasil. Tendo objetivo de integrar o cuidado em saúde mental por meio da articulação de serviços territoriais em diferentes níveis de complexidade e pontos de acesso do Sistema Único de Saúde (SUS). A RAPS promove a responsabilização compartilhada e interdisciplinar dos casos, visando superar padrões de cuidado que se caracterizam por serem desconectados e organizados de forma hierárquica. Garante, ainda, a continuidade do cuidado em ambientes tecnológicos bem equipados (Sampaio e Junior, 2021).

A rede de atenção psicossocial (RAPS) oferecem pontos de atenção essenciais para atender pessoas com transtornos mentais, incluindo aqueles afetados pelos efeitos adversos do consumo de substâncias psicoativas. A rede inclui o sistema Único de Saúde (SUS) que é composto por vários serviços (Brasil, 2013). As UBS desempenham um papel fundamental prestando cuidados primários a saúde e oferecendo diversos serviços tanto individuais quando coletivas, abrange serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, além de promover a saúde e o bem-estar da população em geral. A UBS é o principal ponto de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentadas por leis e normativas federais que orientam sua estruturação e funcionamento, Lei nº 8.080, de 19/09/1990 (Brasil, 2024).

O Governo Federal brasileiro conta com uma política nacional de Saúde Mental, coordenada pelo Ministério da Saúde, que estabelece diretrizes para o cuidado e tratamento de pessoas com transtornos mentais, e essa política prioriza o acolhimento e o atendimento integral e gratuito, por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que oferece serviços de saúde mental em diferentes unidades, como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento (UA). Vale ressaltar que o governo federal tem a total responsabilidade de oferecer condições dignas de cuidado em saúde mental para toda a população, é um direito constitucional (Costa, 2022).

2.3. FISIOPATOLOGIA DA DEPRESSÃO

A depressão é considerada um problema mundial de saúde pública e tem se propagado por todo o mundo, sendo acompanhado dos transtornos de ansiedade e fazem parte das duas condições mentais mais prevalentes do mundo, incidindo em 10% a 15% da população em algum momento ao decorrer da vida. A depressão age causando uma grande perda de funcionalidade e resultando em impactos negativos na saúde física,

emocional e cognitiva (Rosendo e Andrade, 2021).

A depressão, também chamada de Transtorno depressivo Maior (TDM) é considerada uma condição mental complexa, é influenciada pela alteração dos níveis de neurotransmissores, como a serotonina e a noradrenalina, e seus sintomas característicos incluem sentimentos de tristeza profunda, desinteresse por atividades, perda de prazer, alterações no apetite, sentimento de culpa, baixa autoestima, distúrbios do sono e dificuldade de concentração (Aguiar et al., 2021).

Apesar das anormalidades hormonais, fatores genéticos também se encontram associados a depressão. Fatores genéticos podem contribuir para uma predisposição à depressão, mas não é um fator decisivo para a ocorrência da condição. Um diagnóstico de TDM é feito com base na presença de episódios depressivos significativos, que são avaliados pelo médico, e embora não haja testes laboratoriais definitivos, a avaliação clínica detalhada é essencial para confirmar a condição (Oliveira et al., 2023).

Além de causar um impacto profundo não apenas nas relações sociais do indivíduo, a depressão também causa consequências nas alterações fisiológicas relacionadas ao sistema nervoso autônomo, que regula o sistema cardiovascular, sendo um indicador importante dessa relação, medindo o intervalo entre batimentos cardíacos, estudos mostram que pacientes com depressão apresentam níveis significativamente mais baixos dos intervalos entre os batimentos cardíacos, e podem aumentar o risco de infarto agudo do miocárdio, destacando mais um dos muitos efeitos deletérios da depressão na saúde (Albuquerque, 2021).

Segundo o modelo cognitivo de beck, os indivíduos que apresentam depressão estão predispostos a apresentar estímulos negativos, isso inclui uma atenção seletiva, pensamentos negativos, emoções negativas e exibem lembranças de quadros frequentes de episódios depressivos. Esses comportamentos estão ligados a alterações na atividade cerebral em regiões especificas, incluindo amigdala, hipocampo, cingulado subgenual e o córtex cingulado anterior ventral e rostral. A diminuição desse controle cognitivo é manifestada pela perda da atividade em áreas como o córtex pré-frontal dorsolateral e o córtex cingulado anterior dorsal, pode acarretar perda da manutenção desses padrões negativos (Barbosa et al., 2022).

Estão relacionadas à fisiopatologia da depressão três sub-regiões do córtex pré-frontal. O PFC ventro-medial é relacionado à dor física, ansiedade e depressão. O orbital lateral normalmente regula as respostas emocionais, mas na depressão, há aumento da atividade, para compensar o excesso de atividade límbica. No PFC dorsolateral se relaciona com à cognição, memória de trabalho e atenção. Na depressão, há diminuição da atividade metabólica e da substância cinzenta, o que pode influenciar negativamente, acarretando lentificação psicomotora e alterações da atenção e da memória (Laje, 2010).

O mecanismo de transmissão sináptica envolve neurônios que liberam neurotransmissores como adrenalina, serotonina e dopamina, os quais exercem um papel fundamental no controle de processos cerebrais básicos. Alterações no funcionamento desses neurônios são consideradas uma das possíveis causas da depressão (Coutinho et al., 2015).

A serotonina, também conhecida como 5-hidroxitriptamina (5-HT), é um neurotransmissor que faz parte do grupo das aminas biogênicas, desempenhando um papel fundamental na regulação de diversas funções cerebrais e corporais. A serotonina (5-HT) exerce um papel crucial na regulação de diversos processos fisiológicos e

psicológicos, incluindo o humor, comportamento, ansiedade, agressividade, sono, fadiga, apetite, percepção de dor e estados depressivos (Faria, 2022).

De acordo com estudos recentes, a dopamina age na regulação da motivação humana, influenciando a realização de atividades diárias. Uma redução nos níveis de dopamina pode levar a uma perda de interesse, além disso, a falta de motivação, muitas vezes causada pela monotonia das tarefas, pode levar ao tédio e à redução do desempenho. A dopamina é essencial para a execução de tarefas e desempenha um papel crucial nos mecanismos fisiológicos que controlam o cansaço (Pavei et al., 2023).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quantitativa, com coleta de dados de domínio público. Domínio público se refere a obras autorais no qual não estão protegidas por direitos patrimoniais, ou seja, significa que qualquer pessoa pode se aprofundar nessas obras copiando, distribuindo ou modificando, sem precisar pedir permissão. Vale ressaltar que os direitos morais do autor ainda devem ser respeitados pois inclui o direito de ser reconhecido (Souza, 2011).

O estudo se deu com dados do Brasil, no qual ocupa uma área territorial de 8.510.417,822 km^2, apresentando uma estimativa populacional com cerca de 212,6 milhões de habitantes, (IBGE, 2024), correspondendo a população idosa (15,6%) com a estimativa de 32.113.490.

A amostra da pesquisa foi constituída pelas causas, quantidade de lesões autoprovocadas, suicídios ocorridos registrados no Brasil envolvendo pessoas idosas (60 anos ou mais), entre os anos de 2010 a 2018 de acordo com o Portal da SVS.

Foram elegíveis para a pesquisa as lesões autoprovocadas (anual) e os óbitos dos idosos (anual) de acordo com o sexo, raça/cor, meio utilizado (CID X), local de ocorrência, dentro do período nos anos de 2010 à 2018 disponíveis Boletim Epidemiológico Vol. 51 Nº 38, publicado em 2020, com acesso irrestrito no endereço eletrônico: www.saude.gov.br/svs, Tentativas e Suicídios na população idosa no Brasil.

Foram inelegíveis lesões autoprovocadas em crianças, adolescentes e adultos (anual), taxa de mortalidade entre crianças adolescentes e adultos (anual), lesões autoprovocadas e óbitos envolvendo idosos por UF (anual).

Os dados foram coletados no portal da SVS no qual é de domínio público e acesso irrestrito. Diante disto foram gerados gráficos e tabelas de cada ano analisado para melhor representação, entendimento e interpretação das estatísticas.

Os dados foram analisados à luz de Bardin, que faz a utilização da análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento do resultado a interferência e a interpretação (Bardin, 2011).

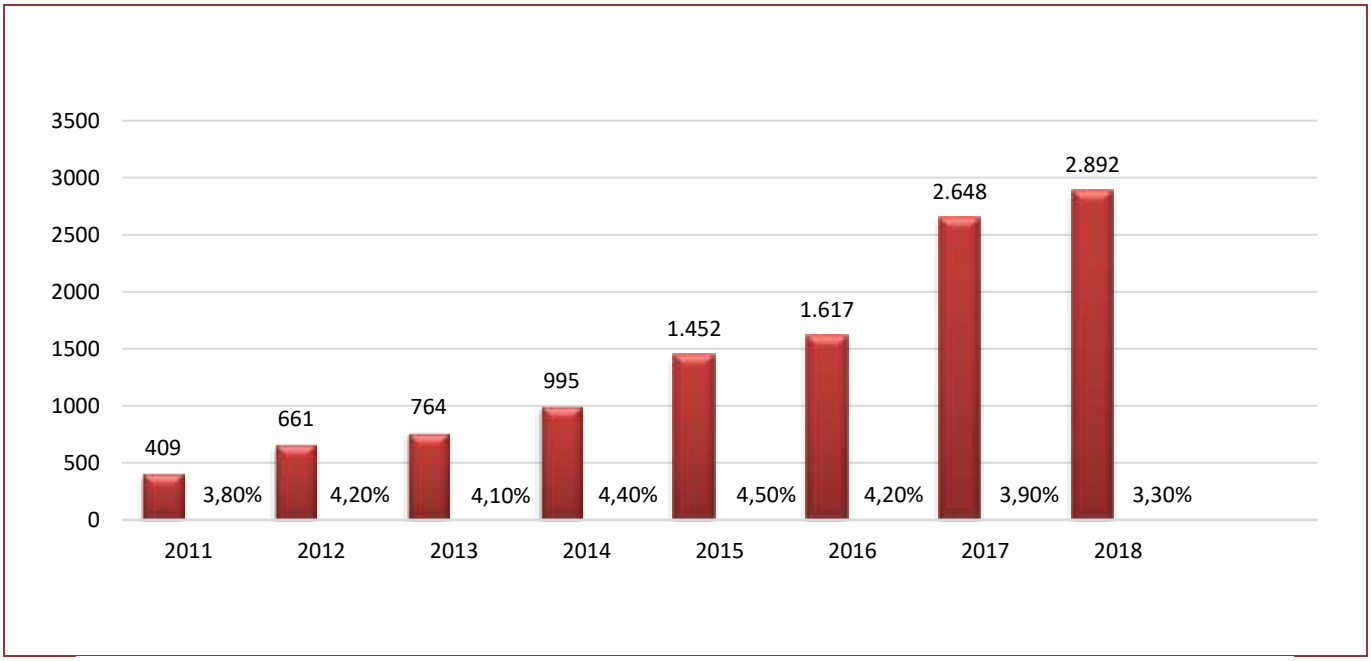
Em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, art 1º inciso III, por tratar-se de uma pesquisa com dados de domínio público é dispensado submissão a comissão nacional de ética em pesquisa (CONEP).

Essa pesquisa está suscetível a trazer riscos mínimos uma vez que já são usados apenas dados que disponibilizam informações sem possibilidade de identificação nem de contato com indivíduos que compõe a amostra. Poderá trazer benefícios mediante o acesso as informações concretas sobre as causas de lesões autoprovocadas e suicídio

entre os idosos no Brasil, podendo subsidiar a elaboração de políticas públicas e estratégias de ação para melhorar este indicador extremamente sensível das condições de vida da população idosa.

4. RESULTADOS

Gráfico 1. Lesões autoprovocadas no País em idosos com mais de 60 anos - (2011-2018)



Fonte: Sinan, 2023

No gráfico 1, estão classificados dados que foram coletados entre os anos de 2011 à 2018 sendo analisados os números de lesões autoprovocadas na população de pessoas na faixa etária igual ou superior a 60 anos, o número total de ocorrências é de 11.438 (3,9%). Nota-se que ano de 2011 tivemos 409 casos (3,8%) o menor número de lesões autoprovocadas em comparação com os outros anos mostrado no gráfico. Em 2015 o número de casos é 995 casos (4,5%) tendo um aumento significativo de 586 casos comparado a 2011. Percebe-se que em 2018 o número de lesões autoprovocadas disparou para 2.892 casos, fazendo com que seja entendido que a cada ano que passa não tivemos baixa nos números de casos.

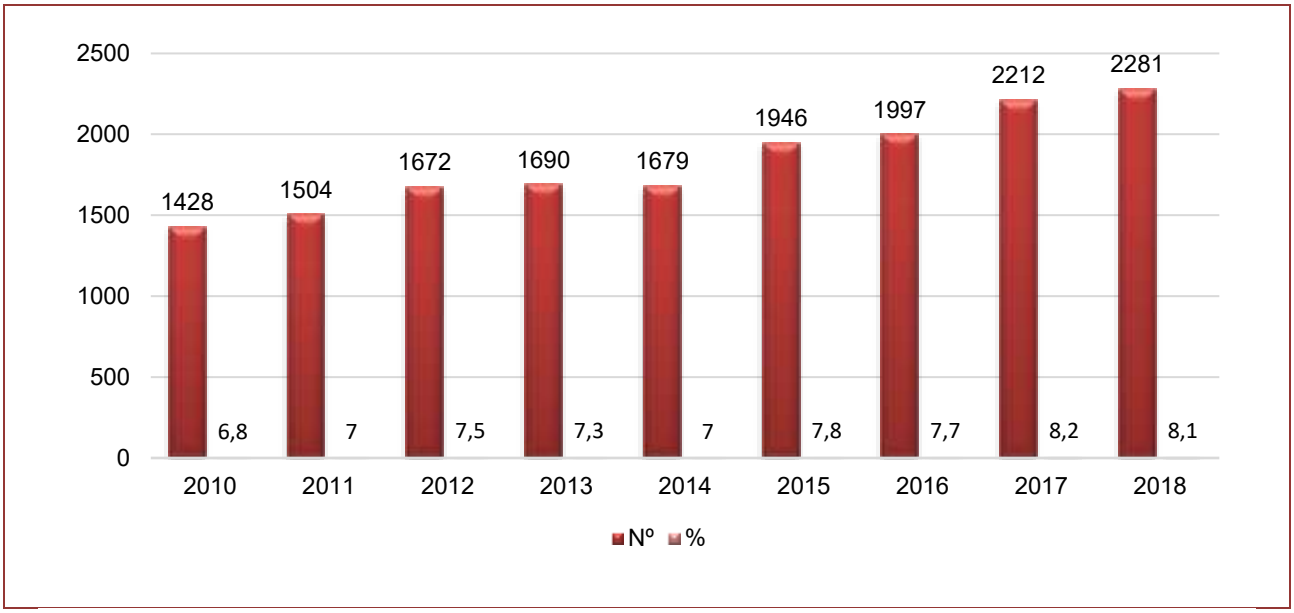
Tabela 1. Lesões autoprovocadas de idosos segundo perfis sociodemográficos – 2018

Variáveis		Nº	%
Sexo	Feminino Masculino	1,487 1,405	51,4 48,6
Cor/Raça	Branca Preto/Parda Amarela Indígena	1.697 902 21 12	58,7 31,2 0,7 0,4
Meios utilizados	Envenenamento Enforcamento Arma de fogo Substância/Objeto quente Força corporal/Espancamento Objeto Perfurocortante	1.440 420 63 63 57 32	49,8 14,5 2,2 2,2 2,0 1,1
Local de Ocorrência	Residência/Habitação coletiva Via Pública Outros Ignorados	2.478 110 85 194	85,7 3,8 2,9 6,7

Fonte: Sinan, 2023

Em 2018 o maior número de lesões autoprovocadas foram registrados em idosos do sexo feminino representando 51,4%. Indivíduos brancos obtiveram o maior índice de casos 58,7%, Pardos 31,2%, Amarelos 0,7% e Indígenas 0,4%. Os meios mais utilizados para as lesões autoprovocadas foram envenenamento (49,8%) e enforcamento (14,5%), a arma de fogo ficou em terceiro lugar nos meios mais utilizados obtendo 2,2%. O Domicílio foi o local de maior incidência em relação aos demais locais, obtendo 85,7%.

Gráfico 2. Suicídios consumados em idosos com mais de 60 anos no Brasil- (2010-2018)



Fonte: Sinan, 2023

No gráfico 2, estão classificados dados coletados e atualizados de acordo com o Boletim Epidemiológico entre os anos de 2010 à 2018, foram analisados os números de suicídios consumados pela população idosa na faixa etária igual ou superior a 60 anos, totalizando assim 16.409 casos. Nota-se no ano de 2010 tivemos 1.428 (6,8%) casos sendo o menos números apresentado em comparação aos demais anos. Após 5 anos, em 2015 houve um aumento de números de casos passando a ser de 1.946 (7,8%) tendo assim um aumento significativo de 518 a mais comparado em 2010. Podemos perceber que em 2018, o número de suicídios consumados disparou para 2.281 casos, sendo assim podemos observar em um prazo de 10 anos, os dados de suicídios de idosos só vem crescendo e como isso transformou problema de saúde pública, e vem se elevando com aumento das taxas de envelhecimento.

Uma das designações do suicídio relaciona-se ao ato humano de provocar a interrupção da própria vida. Essa designação, resulta, em primeiro lugar, que o suicídio só pode ser utilizado em caso de morte ou situação das quais leva a morte e na qual seja intencional do indivíduo (Meneghel et al, 2004). Porém algumas literaturas consideram que as tentativas de suicídio chegam a superar o número de suicídios pelo menos dez vezes mais. Entretanto, não há dados que em nenhum país, há um registro nacional de casos de tentativas de suicídios (ABP, 2022).

Tabela 2. Óbitos por suicídio de idosos segundo perfis sociodemográficos – 2018

Variáveis		Nº	%
Sexo	Feminino	475	20,8
	Masculino	1.806	79,2
Cor/Raça	Branca	1.456	63,8
	Preto/Parda	768	33,7
	Amarela	19	0,8
	Indígena	4	0,2
Local de Ocorrência	Domicílio	1.572	68,9
	Hospital outros estabelecimentos de saúde	333	14,6
	Outros	275	12,1
	Ignorados	4	0,2
Meio utilizado dentre os óbitos ocorridos no domicílio	Enforcamento, estrangulação e sufocação (X70)	1.245	79,2
	Disparo por arma de fogo (X72-X74)	164	10,4
	Precipitação de lugar elevado (X80)	46	2,9
	Intoxicação (X60-X69)	36	2,3
	Objeto perfuro cortante (X78)	30	1,9

Fonte: SIM,2023

Na tabela 2, observa-se no ano de 2018 o maior índice de óbitos de suicídios de idosos foi pelo sexo masculino, tendo registrado 1.806 (79,2%) de casos confirmados, segundo dados do Boletim Epidemiológico. Indivíduos brancos 1.456 (63,8%) casos, Preto/Parda 768 (33,7%) casos, Amarelos 19 (0,8%) casos e Indígenas 4 (0,2%) casos. O local de ocorrência a maior incidência foi em Domicílio sendo 1.572 (68,9%), em comparação aos demais locais Hospital/outros estabelecimentos de saúde 333 (14,6%),

outros 275 (12,1%) e ignorados 4 (0,2%). Como sendo o meio mais utilizado pela população estudada foram a óbitos por causas segundo CID-10 X70/X72-X74, sendo eles Enforcamento/Estrangulação e Sufocação 1.245 (79,2%) e Disparo por arma de fogo 164 (10,4%).

5. DISCUSSÃO

Nota-se que no gráfico 1 que ao decorrer dos anos houve um aumento crescente de lesões autoprovocadas entre os idosos. No Brasil, o aumento da população com mais de 60 anos é cada vez mais significativa, um grupo populacional que tende a crescer cada vez mais e o processo de envelhecimento envolve diversos fatores como mudanças no corpo e surgimento de doenças, aumento a ideação suicida e até mesmo ao suicídio consumado. (Marques et al., 2020). Os idosos podem se sentir motivados a se automutilar devido a uma ampla gama de fatores. Esses fatores contribuem para um estado suscetível e desamparo emocional, acarretando assim os idosos a cometerem lesões autoprovocadas como uma forma de lidar com o sofrimento (Oku et al., 2023).

As lesões autoprovocadas são atos de violência que o indivíduo tenta contra a si próprio, podendo ser categorizado como autoagressão ou comportamento suicida. A autoagressão pode variar de várias formas, desde a formas leves, como arranhões ou cortes, até como formas mais graves como amputações de membros (Bahia et al., 2017).

Segundo a Silva et al. (2017) Mulheres idosas tentam mais suicídios do que os homens, pois entende-se que na infância houve fatos desestabilizadores ocorridos ao decorrer do seu processo de crescimento, sendo a infância, juventude, vida adulta e idosa. O trajeto dessa mulher pode ser marcado negativamente e em diversos casos podendo acarretar a ideação suicida. Muitas mulheres sofrem violência intrafamiliar dentro de casa atingindo de forma negativamente, podendo levar ao suicídio (Correia et al., 2019).

Um dos motivos contra a violência da mulher idosa é o uso de álcool ou outras drogas usadas pelo cuidador. A pessoa responsável por cuidar dessa idosa, realiza o uso de substâncias ilícitas como drogas ou até mesmo o álcool, incluindo o dinheiro que se tira desta idosa, em muitos casos este individuo a agride para conseguir o que deseja “dinheiro” para alimentar seus vícios. Outro fator que leva a violência, é que o cuidador se encontra sobrecarregado e com múltiplas atividades em relação ao cuidado dessa mulher idosa, e não estão preparados para compreender o processo de envelhecimento e despejam a exaustão em atitudes agressivas contra a idosa (Amaral et al., 2018)

Cuidar de um idoso(a) pode ser marcado por sensação de sobrecarga e despreparo para o cuidador. Geralmente o cuidador é um membro da família, esposa ou filhas, do sexo feminino e na maioria dos casos se encontra com idade avançada, sem estudo e sem emprego fixo, cuida dos filhos e da casa. Fatores financeiros, condições de moradia, estrutura familiar, falta de suporte e muitas obrigações direcionadas a uma única pessoa, geram sobrecarga ao cuidador. Alguns estudos apontam que o cuidador que é estruturado e que tem um status financeiro positivo, podem reagir de forma “melhor” ao cuidar dos idosos. (Pedreira e Oliveira, 2012)

Observa-se na tabela 1 que o enforcamento foi uns dois meios mais utilizados para tentativas de suicídio. Segundo Nordentoft (2007), um estudo realizado no Hospital Bispebjerg, foi descoberto que em um de 10 anos entre paciente admitidos, o auto envenenamento se sobressaiu 30 vezes maior nas tentativas de suicídio na população em

geral. Os indivíduos já tinham realizado várias tentativas anteriores de suicídio, um dos fatores eram morar sozinhos e a percepção de envelhecimento.

Houve um crescimento no número de domicílios unipessoais de idosos nos últimos tempos, trazendo a necessidade de cuidados, pois o processo de envelhecimento vem acompanhado da vulnerabilidade, necessitando de cuidados. No Brasil, a família é responsável por cuidar e tem por obrigação atender as necessidades do idoso, muitas das vezes morar só, é uma opção da pessoa idosa juntamente com a família, e tudo depende se o idoso consegue manter sua independência e autonomia. O idoso reconhece o interesse em morar com a família, mas prefere ficar sozinho em prol de manter sua autonomia, sendo que morar sozinho proporciona liberdade e tomada de decisão. Muitos idosos não querem "dar trabalho" ou "atrapalhar" a família. (Perseguino, Horta e Ribeiro, 2017).

A autopercepção do envelhecimento é quando o idoso se encontra diante do processo de envelhecimento. Além disso idosos estão vivendo por mais tempo e houve um aumento de comorbidade nesse grupo, na qual impacta em suas condições funcionais. A sociedade retrata o processo de envelhecimento como algo negativo, fazendo com que muitos desses idosos pensem da mesma forma, muitas vezes fazendo com que reajam de várias formas desde a depressão até o isolamento social. A rapidez no processo de envelhecimento traz fragilidades nos idosos, assim diminuindo sua autonomia, além de o idoso perder muito da sua reserva muscular, diminuindo sua força, devido à baixa realização de atividades físicas, afetando também suas tarefas básicas, uma fase marcada por desafios, incluindo a saúde física e mental (Borges et al., 2023).

O enforcamento, envenenamento e arma de fogo continuam liderando os meios mais utilizados para as tentativas de suicídio. É importante que Iniciativas de prevenção ao suicídio sejam direcionadas a homens e idosos, esse grupo necessitam de uma atenção especial e limitar o acesso a meios de suicídio, como as armas de fogo, medicamentos ou outros métodos. Isso significa que, se as pessoas não tiverem acesso fácil a meios de suicídio, elas podem ser menos propensas a cometer suicídio (Konieczna et al., 2023).

Observa-se nos últimos 10 anos mencionado no Gráfico 2, (2010-2018), pode-se citar fatores nos quais levam o idoso a cometer tal ato, como a fragilidade relacionada ao processo de envelhecimento, além da maior frequência de saúde física e incapacidades, podem levar atingir a saúde mental da pessoa idosa e aumentar chances de suicídios (Minayo e Cavalcante, 2010). O fator socioeconômico afeta principalmente o sexo masculino, a incapacidade de prover a família financeiramente acaba acarretando um sentimento de tristeza, inutilidade, angústia e deslocamento no ambiente em que esse idoso vive. Muitas das vezes por falta de comunicação ou laço afetivo com a família esses idosos se autodenominam como estorvo, na mente desses idosos eles estão atrapalhando a família, dando trabalho e é como se tivessem perdido sua autonomia (Gomes et al., 2018).

A fragilidades dos idosos ao processo de envelhecimento são marcados por mudanças fisiológicas ligados a idade, tornando-os mais vulneráveis, em decorrência ao envelhecimento são associados a doenças crônicas. Idosos que são mais frágeis são menos capazes de passar e se adaptar a fatores desgastantes, como doenças agudas, traumas e intervenções cirúrgica (Siqueira et al., 2021).

Analisando o recorte geográfico e histórico, podemos concluir que a maior predominância de óbitos vem do sexo masculino, o que reflete a tendência nacional supostamente devido à perda de papel como provedor ao cessar atividade profissional,

maior taxa de alcoolismo e resistência em buscar ajuda (quando comparado às mulheres), (Brasil, 2017). Uma divergência notável em relação aos dados nacionais se refere ao quesito raça/cor é a maior incidência de suicídios entre pessoas brancas, diferentemente da tendência geral que destaca a população parda e indígena. Ademais, os indivíduos do sexo masculino costumam usar meios mais letais como enforcamento e arma de fogo (D'eça et al., 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do trabalho foram atingidos, pois foram discutidos os fatores associados entre os idosos. A final deve-se compreender que os suicídios e tentativas na população idosa é importante e indispensável, pois é um problema de saúde pública. Foram realizadas pesquisas em diversos artigos para elaborar quais os fatores que levam os idosos as tentativas e até mesmo a consumar o suicídio.

As limitações encontradas no estudo foram de "o por que as mulheres se suicidam mais do que os homens", houve uma lacuna em encontrar artigos que se aprofundassem nessa temática. Outra limitação encontrada foi no quesito de "Brancos se suicidarem mais que preto/pardo" houve uma falta de artigos e informações sobre esse fator importante, visto que perante a sociedade pessoas brancas tem mais privilégios que pessoas preto/pardo, então por que as pessoas brancas acabam tendo um maior quantitativo de suicídio em comparação com pessoas preto/pardo, infelizmente não houve artigos que sanassem essa informação, houve somente números, que se encontram disponíveis na tabela 2.

As propostas de continuidade é que seja implantado mais redes de apoios com mais estratégias de prevenções ao suicídio, para identificar e tratar a depressão precocemente. Liberar verbas para suprir as necessidades com medicações e ferramentas que ajudem a saúde mental, oferecer mais atendimento integral por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Contratação de mais profissionais na área de saúde mental, pois é uma área que se tem poucos profissionais, a tendencia é de aumento na população idosa até 2030, diante desta informação, deve-se capacitar novos profissionais. Além disso, é importante que os profissionais de saúde sejam sensíveis às necessidades e sentimentos dos idosos, que forneçam apoio emocional e psicológico, trabalhem em equipe multidisciplinar para garantir uma abordagem integral e que sejam capacitados para lidar com situações de crise e emergência.

REFERÊNCIAS

[1] AGUIAR, C. N., et al. Mecanismos Neuroquímicos e patologia da depressão. SEMPESq - Semana De Pesquisa Da Unit - Alagoas, Ed. N°9,11/2021.

[2] ALBUQUERQUE, F. C. S. Depressão e Seus Impactos Na Fisiologia E Desempenho Acadêmico De Universitários. Repositório institucional da UFPB, 11/ 2021.

[3] ABP, CFM. Suicídio: informando para prevenir. Associação Brasileira de Psiquiatria; Conselho Federal de Medicina. Brasilia, p. 52, 2014.

[4] ABP. Comportamento suicida: conhecer para prevenir [dirigido para profissionais de imprensa]. Associação Brasileira de Psiquiatria. Rio de Janeiro, v. 9, p. 1–28, 2022.
DOI: https://doi.org/10.25118/issn.2965-1832.2022.590

[5] AMARAL, A. k. F. J., et al. Violência e maus tratos contra a pessoa idosa: Representações sociais de jovens, adultos e idosos. **Rev. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 26, e31645, 2018.

[6] Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Tentativas e suicídios na população idosa do Brasil. Boletim Epidemiológico. v. 51. Brasília: Ministério da Saúde; 2020.

[7] BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico: Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, v. 52, n. 33, pág. 1-10, set., 2021.

[8] BRASIL. Ministério da saúde. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Biblioteca virtual em saúde, Brasília, 2005.

[9] BRASIL. Ministério da Saúde. Conheça a Raps: Rede de atenção psicossocial. Biblioteca virtual em saúde, 2013.

[10] BRASIL. Ministério da saúde. Unidades Básicas de saúde. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/unidades-basicas-de-saude-do-governo-federal

[11] BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico. Suicídio: saber, agir e prevenir. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a Rede de Atenção à Saúde. Secretaria de vigilância em saúde, Brasília, v. 48, nº 30, 2017.

[12] BRASIL. Ministério da saúde. Saúde Mental. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms

[13] BAHIA, C. A., et al. Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil. Ciênc. Saúde Coletiva. v. 22, n. 9, 2017.

[14] BARBOSA F. C., et al. Medicina integrativa e os elementos cognitivos da depressão. **Revista Revolua**. vol. 1 N°2 p. 171-84.1, 2022.

[15] BORGES, J. P., et al. Qualidade de vida em idosos, percepção do envelhecimento: uma revisão. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, nº 10, p. 1815–1824, 2023.

[16] BOTEGA, N. J. Comportamento Suicida: Epidemiologia. Departamento de Psicologia USP, vol. 25 N°3, pág. 231-236, 2014.

[17] CALATI, R., et al. Pensamentos e comportamentos suicidas e isolamento social: uma revisão narrativa da literatura. **Rev. de Transtornos Afetivos**. v. 245, Pag. 653-667, 2019.

[18] CANUTO, J. R. P. C. O direito fundamental a saúde: sua efetivação no âmbito do SUS, por meio da atuação do Poder Judiciário na perspectiva da cidadania. Dissertação de Mestrado na PUC Goiás. 2022.

[19] CAVALCANTE, F. G; MINAYO, M. C. D; MANGAS, R. M. N. Diferentes Faces da Depressão no suicídio em idosos. Ciênc. Saúde Coletiva. V.18 Nº10, P. 2985-2994, 2013.

[20] CAVALCANTE, F. G; MINAYO, M. C. D. Autópsias psicológicas e psicossociais de idosos que morreram por suicídio no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. V. 17 Nº 8, p. 1943-1954, 2012.

[21] CORREIA, C. M, et al. Violência na infância e adolescência: história oral de mulheres que tentaram suicídio. **Rev brasileira de enfermagem**. v. 72 nº 6, p.1450-1456, 2019.

[22] COSTA A. C. A. C. Implementação de políticas públicas para o tratamento dos problemas de saúde mental decorrentes da pandemia do COVID-19. **Rev. Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, V.8, N°1, p. 1287–1301, 2022.

[23] COSTA A. L. S; Souza M. L. P. Narrativas de familiares sobre o suicídio de idosos em uma metrópole amazônica. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, V. 51 p.1-10, 2017.

[24] COUTINHO, Mem. et al. Aspectos biológicos e psicossociais da depressão relacionado ao gênero feminino. **Rev. Bras. Neurologia. e Psiquiatria**. v.19, n. 1, p.49-57, 2015.

[25] CONTE, Marta. Et al. Encontros ou desencontros: Histórias de idosos que tentaram suicídio e a Rede de Atenção Integral em Porto Alegre, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva. v. 20, n.6, p. 1741-1749, 2015.

[26] CONWELL, Y; THOMPSON, C. Comportamento suicida em idosos. Clínicas Psiquiátricas da América do Norte, V. 31, Nº 2, p. 333-356, 2008.

[27] D'EÇA, A. J., et al. Mortalidade por suicídio na população brasileira, 1996-2015: qual é a tendência predominante? Cad Saúde Coletiva. Rio de janeiro, v. 27 nº 1, p. 20-24, 2019.

[28] FARIA, H. L; SILVA, W. K A comédia como ferramenta para o tratamento da depressão. **Rev. Remecs – Ver. Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, v. 7, n. 12, p. 63-74, 2022.

[29] FERREIRA, M. L., et al. Comportamento suicida e Atenção Primária à Saúde. **Rev. Enfermagem em Foco**, v.9, nº4, p. 50-54, 2018.

[30] GOMES, A. V., et al. Perfil Sociodemográfico de idosos vítimas de suicídio em um estado do Nordeste do Brasil. **Rev. Baiana De Enfermagem**, v. 32, 2018.

[31] IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42251-ibge-divulga-atualizacao-anual-das-estruturas-territoriais-do-pais

[32] KONIECZNA, A., et al. Tendências de suicídio na Dinamarca — Um estudo ecológico explorando os métodos de suicídio de 1995 a 2019. PLOS ONE, 2023, V.18, Nº12, p. 1-13.

[33] LAJE, J. T. Neurobiologia da Depressão. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, FMUP, Mestrado, 2010.

[34] LEO, Diego; Kõlves, Kairi. Suicídio em idade muito avançada - Os extremos do paradoxo de gênero. Crisis, v. 38, nº 6, p.363-366, 2017.

[35] JUNIOR, E. V. S., et al. Influência da sexualidade na saúde mental de idosos. **Rev. Electrónica Enfermeria Actual em Costa Rica**, Ed. Semestral, N°42, 2022.

[36] MARQUES, V. S. N. F., et al. Suicídio em idosos brasileiros: retrato de uma realidade. **Rev. Brasileira Multidisciplinar**, v. 23 nº3, p. 190-202, 2020.

[37] MENEGUEL, S. N., et al. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Rev. Saúde Pública**, v.38, nº6, p. 804-810, 2004.

[38] MINAYO, M. C. S; CAVALCANTE, F. G. Suicídio entre pessoas idosas: Revisão da Literatura. **Rev. Saúde Pública**, v. 44, n°4, p. 750-757, 2010.

[39] NORDENTOFT, M. Prevenção do suicídio e das tentativas de suicídio na Dinamarca. Estudos epidemiológicos sobre suicídio e estudos de intervenção em grupos de risco selecionados. Dan Med Bull, V. 54, nº4, p. 306-69, 2007.

[40] OLIVEIRA, C. M., et al. Depressão e ansiedade em jovens. Periódicos Brasil. Pesquisa Científica, Macapá, Brasil, v. 3, n°2, p. 199–215. 2023.

[41] OKU, R. M. G., et al. Automutilação em idosos no Paraná-Brasil: Um panorama epidemiológico. **Rev. Enfermagem Atual In Derme**, v.97 nº4, p. 1-13, 2023.

[42] PAVEI, D., et al. A influência da dopamina nos transtornos de depressão: Revisão de literatura. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, v. 27, n. 8, p. 4153–4169, 2023.

[43] PATEL, V., et al. Transformando os sistemas de saúde mental globalmente: princípios e recomendações política. The Lancet, v.402, Edição 10402, p. 656 – 666, 2023.

[44] PEDREIRA, L. C; OLIVEIRA, A. M. S. Cuidadores de idosos dependentes no domicílio: Mudanças nas relações familiares. **Rev. Brasileira de enfermagem**, v.65, nº5 p. 730-736, 2012.

[45] PERSEGUINO, M. G; HORTA, A. L. M; RIBEIRO, C. A. A família frente a realidade do idoso de morar sozinho. **Rev. Brasileira de enfermagem,** v.70, nº2, p. 235-241, 2017.

[46] PINTO, L. W., et al. Fatores associados com a mortalidade por suicido de idosos nos municípios brasileiros no período de 2005-2007. Ciências & Saúde Coletiva, v. 17, nº8, p. 2003-2009, 2012.

[47] ROSA, D., et al. Cenário das políticas e programas nacionais de saúde mental. IEPS instituto de estudos para políticas de saúde, p. 1-37, 06/2022.

[48] ROSENDO, G. R; ANDRADE, L. G. Depressão na infância e adolescia e farmacoterapia da depressão. **Rev. Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n°10, p. 786-804, 2021.

[49] SAMPAIO, M. L; JUNIOR, J. P. B. Rede de Atenção Psicossocial: Avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. Caderno de saúde pública, v.37, nº3, p. 1-16, 2021.

[50] SANTOS, E. G. O., et al. Análise espaço-temporal da mortalidade por suicídio em idosos no Brasil. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. v.20, n.6, p. 845- 855, 2017.

[51] SIU, A. L. Rastreamento de depressão em adultos: Declaração de Recomendação da Força-Tarefa de Serviços Preventivos dos EUA. JAMA, v. 315, nº4, p. 380–387, 2016.

[52] SÉRVIO, S. M. T; CAVALCANTE, A. C. S. Retratos de autópsias psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina. Psicologia: Ciência e Profissão, v.33, p. 164-175, 2013.

[53] SILVA, R. M., et al. Ideação e tentativa de suicídio de mulheres idosas no nordeste do Brasil. **Rev. Brasileira de enfermagem**, v.71, p. 807-815, 2017.

[54] SILVA, R. M., et al. Influências dos problemas e conflitos familiares nas ideações e tentativas de suicídio de pessoas idosas. Ciênc. Saúde coletiva, v.20, n.6, p. 1703-1710, 2015.

[55] SIQUEIRA, B. R., et al. Síndrome da fragilidade do idoso: uma revisão narrativa. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, nº12, 2021.

[56] SOUZA, C. A. P. O domínio público e a função social do direito autoral. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 2, p. 664-680, 2011.

[57] TEIXEIRA, S. M. O.; MARTINS, J. C. O. O suicídio de idosos em Teresina: fragmentos de autópsias psicossociais. **Rev. de Psicologia**, v.30, n.2, p. 262-270, 2018.

Capítulo 73

Febre oropouche: uma análise epidemiológica no estado do Amazonas

Lorena Cardoso de Freitas[1]
Juan Pablo Mantilla Buitrag[2]
Graciana de Sousa Lopes[3]
Mirelia Rodrigues de Araujo[4]

Resumo: OBJETIVOS: Examinar o perfil epidemiológico da Febre Oropouche no Amazonas, ponderando sua distribuição territorial, padrões sazonais e fatores ambientais que favorecem sua disseminação. MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, retrospectiva, com abordagem tipo qualitativa, com coleta de dados de domínio público com foco na sua epidemiologia. RESULTADOS: A arbovirose tem desencadeado surtos recorrentes, caracterizados por manifestações clínicas similares às da dengue e Chikungunya, no entanto a Febre Oropouche pode manifestar sintomas diferenciais como rigidez na nuca e fotofobia,que não são observados na dengue. Os achados indicam um crescimento na quantidade de casos no ano de 2024, possivelmente relacionados às alterações climáticas e a expansão desordenada dos centros urbanos. Para tal, foram analisadas informações oficiais sobre a incidência da doença, ressaltando o impacto na saúde coletiva e os desafios no reconhecimento e controle da arbovirose.

Palavras-chave: Oropouche, Arbovirose, Epidemiologia, Vigilância.

[1] Lorena Cardoso de Freitas CEUNI-FAMETRO. E-mail:enf.lorena.cardoso.ciencia@gmail.com
[2] Juan Pablo Mantilla Buitrago CEUNI-FAMETRO. E-mail:enf.juan.buitrago.ciencia@gmail.com
[3] Mestre em enfermagem: Docente do CEUNI-FAMETRO. E-mail: gracilopess@hotmail.com
[4] Mestre em enfermagem; Docente do CEUNI-FAMETRO. E-mail: mirelia.araujo@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A febre Oropouche é uma das arboviroses mais pertinentes da Amazônia Brasileira, seu agente etiológico é o vírus Oropouche (OROV) da família Bunyaviridae. O vírus é transmitido essencialmente pela picada do inseto da espécie *Culicoides Paraensis*, conhecido como maruim, meruim, muruimou, ou mosquito pólvora. (Brasil, 2024)

A trajetória da doença no Brasil possui grande relevância histórica. O vírus foi identificado pela primeira vez em 1960, quando foi isolado de um bicho-preguiça durante as obras da rodovia Belém-Brasília, marcando o início do reconhecimento dessa arbovirose no país. O primeiro surto em humanos ocorreu no estado do Pará, em 1961, chamando a atenção para o potencial epidêmico do Oropouche, especialmente na região amazônica. Desde então, o vírus tem causado surtos e casos esporádicos, principalmente nos estados amazônicos, evidenciando a relação entre o ser humano, os vetores e a biodiversidade local. (Cazanova et al., 2024)

A transmissão do vírus Oropouche (OROV) é realmente interessante e complexa, envolvendo diferentes ciclos de transmissão. No ciclo Silvestre, o vírus é transmitido principalmente entre primatas não-humanos e outros animais como bichos-preguiça. Os insetos, como o *Culicoides Paraensis,* atuam como vetores, mantendo o vírus na natureza. Esse ciclo pode incluir também aves silvestres e roedores, embora a participação deles ainda não esteja totalmente confirmada. No ciclo urbano os humanos se tornam os principais hospedeiros, e o *Culicoides Paraensis* continua sendo o vetor principal. O *Culex Quinquefasciatus,* mais comum em áreas urbanas, pode ocasionalmente estar envolvido na transmissão, embora não seja o vetor primário. Essa dinâmica entre os ciclos silvestre e urbano é crucial para entender a epidemiologia do OROV e pode influenciar estratégias de controle e prevenção de surtos. (Garcia et al., 2024)

Os sintomas iniciais, como febre súbita, cefaléia, mialgia e artralgia, são muitos característicos. Além disso, a ocorrência de sintomas como vertigem, dor retro ocular, calafrios, náuseas e vômitos também podem estar envolvidos no quadro clínico. A infecção pelo vírus é caracterizada pela presença de febre e sintomas semelhantes a outras arboviroses, no entanto a Febre Oropouche tem sintomas diferenciais como rigidez na nuca e fotofobia, que não são observados na dengue por exemplo. É interessante notar que, embora a recidiva possa ocorrer em uma proporção significativa de pacientes, a evolução geralmente é benigna e a maioria dos casos não resulta em complicações severas ou óbitos, embora já tenha ocorrido mais de 1 óbito no País em 2024. (FioCruz, 2024)

O diagnóstico do Oropouche (OROV) requer uma combinação da avaliação clínica, dados epidemiológicos e exames laboratoriais. Como os sintomas se assemelham aos de outras arboviroses, como a dengue, Chikungunya e Febre Amarela, é essencial considerar o histórico de exposição do paciente e o cenário epidemiológico local. Para confirmar tal infecção, podem ser realizados testes sorológicos e o teste de PCR, os quais auxiliam na distinção entre o OROV e outras doenças com manifestações semelhantes, permitindo a condução adequada do tratamento. (Menezes, 2024)

O Ministério da Saúde confirmou 831casos em todo o território brasileiro no ano de 2023, tendo maior predominância no Amazonas que obteve 457 casos confirmados. No ano de 2024, o Brasil registrou mais de 8.174 casos da enfermidade, a maior parte tinha concentração no Amazonas que contou com aproximadamente 3.221. (Brasil, 2024)

De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 1° de janeiro até 29 de agosto de 2024 o estado do Amazonas notificou 3.181

casos de Febre Oropouche, o que indicou um aumento significativo em relação ao número de casos em 2023 que foram em torno de 457 durante o ano inteiro. (SINAN, 2024)

Essa arbovirose pode acarretar sérios problemas de saúde, pois há relatos de casos com manifestações hemorrágicas (Petéquias, Epistaxe, Gengivorragia) e com o acometimento do sistema nervoso central, especialmente em pacientes imunocomprometidos. Em situações excepcionais, o Oropouche pode provocar meningite ou encefalite, o que exige acompanhamento médico regular e reabilitação para redução das sequelas. O Brasil foi o primeiro País do mundo a confirmar casos de transmissão vertical (da mãe para o feto) associados à infecção pelo vírus Oropouche. Os casos evoluíram para óbito fetal e anomalias congênitas. Mas ainda não é possível estabelecer a frequência com que isso ocorre. (Pedroso et al., 2009)

Os fatores determinantes do aumento de casos do arbovírus estão associados às condições climáticas, ecológicas e ambientais. Surtos da doença podem acontecer em decorrência de condições favoráveis ao aumento da infestação de insetos vetores e ao processo de transmissão, visto que o acréscimo da temperatura acelera o desenvolvimento das fases imaturas dos vetores e reduz o período de incubação extrínseca do vírus nos insetos. (Brasil, 2024)

A pesquisa proposta sobre a Febre Oropouche é de grande relevância, pois houve um aumento de casos da doença no Estado do Amazonas nos últimos 2 anos. Sendo assim, o estudo apresenta uma grande pertinência por se tratar de uma arbovirose que pode causar sintomas incômodos e em casos graves, levar a óbito. A mutabilidade do vírus em conjunto com as condições climáticas e ambientais pode aumentar sua capacidade de proliferação e infecção, o que acarreta um risco progressivo a saúde pública na região. (Naveca, 2024)

Sendo assim, o estudo deste tema possui grande importância para a população amazonense, por conseguinte pode prover informações epidemiológicas importantes sobre a enfermidade e alertar sobre o aumento de casos e o perigo de um possível descontrole do número de infecções no Estado, caso não ocorra uma prevenção apropriada, além disso, é de grande relevância para o avanço da ciência. (Garcia, 2024)

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é discutir a epidemiologia da Febre Oropouche presente no Estado do Amazonas. Sendo seus objetivos específicos realizar o levantamento bibliográfico de dados epidemiológicos da doença no Amazonas e identificar o perfil dos pacientes cujo diagnostico é confirmado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. ASPECTOS RELACIONADOS A FEBRE OROPOUCHE

A Febre Oropouche é uma doença emergente que tem se espalhado amplamente pelas Américas. Ela é causada por um arbovírus do gênero *Orthobunyavirus*, pertencente à família *Bunyviridae* (Rosa et al., 2025). Normalmente, a enfermidade se apresenta como um quadro febril agudo, que se resolve por resposta imunológica autolimitada em um período de dois a sete dias. Os sintomas costumam surgir de três a oito dias após a infecção, quando ocorre o chamado pico de viremia, ou seja, o momento em que há maior quantidade de carga viral. (Fiocruz, 2022)

O tratamento é voltado exclusivamente para aliviar os sintomas, sendo essencial observar as manifestações clínicas para orientar a conduta médica. Os sintomas mais

comuns incluem cefaléia, calafrios, mialgias e artralgias, êmese, vertigem e, em casos mais raros, podem surgir erupções na pele, pequenas manchas vermelhas (petéquias) e até sinais de sangramento. A febre pode retornar mesmo após uma aparente melhora, o que exige continuidade no acompanhamento médico (De Melo et al., 2020). Atualmente, não há medicamentos específicos para combater diretamente o vírus, nem vacina disponível para prevenir a infecção. O tratamento se baseia no uso de remédios comuns, como analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios. No entanto, medicamentos que contenham ácido acetilsalicílico devem ser evitados, pois, caso o diagnóstico esteja incorreto e se trate de dengue, há o risco aumentado de hemorragias (Adhikari et al., 2018).

O diagnóstico clínico da febre Oropouche apresenta-se como um desafio, uma vez que seu quadro sintomatológico é inespecífico e se sobrepõe ao de outras arboviroses. Os exames laboratoriais iniciais, de caráter geral, comumente evidenciam alterações hematológicas, como leucopenia ou leucocitose, além de elevações nas transaminases hepáticas (Romero, 2017). Dada a inespecificidade clínica da febre Oropouche, a confirmação diagnóstica requer a utilização de métodos laboratoriais específicos, com destaque para as abordagens moleculares e sorológicas. Os testes sorológicos, particularmente os ensaios imunoenzimáticos, apresentam elevada sensibilidade e especificidade, desde que a amostra sanguínea seja obtida em período adequado, geralmente a partir do quinto dia após o início. dos sintomas (Sakkas, 2018). A notificação da febre do Oropouche se torna difícil, principalmente porque a falta de diagnóstico preciso nos hospitais contribui para a subnotificação. Como a doença costuma ser autolimitada e dura cerca de cinco dias, o tratamento se baseia apenas nos sintomas. Nos casos mais graves, é preciso recorrer a exames mais específicos, como testes moleculares, isolamento do vírus, cultivo celular, sorologia e RT-PCR em tempo real, para confirmar a presença do vírus (Da Rosa et al., 2017).

O vírus Oropouche (OROV) circula em dois ciclos distintos. No ciclo silvestre é transmitido entre animais como aves, macacos, preguiças e roedores, e insetos como os mosquitos *Ochlerotatus serratus* e *Cq. venezuelensis*, que ajudam a manter o vírus na natureza. Já em áreas degradadas ou urbanizadas, acredita-se que os seres humanos possam atuar como amplificadores do vírus, sendo o principal vetor urbano o *Culicoides paraensis*, conhecido como maruim (Vasconcelos et al., 1989). A transmissão ocorre pela picada de insetos que se alimentam de sangue. Após ingerirem sangue de um hospedeiro infectado, o vírus se replica no inseto, e após um curto período de incubação, ele se torna capaz de infectar outros vertebrados, incluindo pessoas (Pereira, 2024).

O vírus Oropouche (OROV) foi identificado pela primeira vez no Brasil em 1960, a partir do sangue de uma preguiça (*Bradypus tridactylus*) capturada durante as obras da rodovia Belém-Brasília. Pouco depois, o vírus também foi detectado em mosquitos *Ochlerotatus serratus* da mesma região (Pinheiro et al., 1962). Entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreram várias epidemias no Pará, infectando cerca de 11 mil pessoas, principalmente na região metropolitana de Belém, com exceção do sudoeste do estado. A partir dos anos 1980, casos começaram a surgir em Manaus e Barcelos, no Amazonas, e mais tarde em Mazagão, no Amapá (Mourão et al., 2009). Em 1988, o vírus causou surtos em Tocantinópolis (Tocantins) e Porto Franco (Maranhão),e em 1991 foi registrado em Ariquemes e Ouro Preto D'Oeste, em Rondônia (Pinheiro et al., 1997). Desde então, o OROV tem sido identificado em vários centros urbanos das regiões Norte e Nordeste do país. (Azevedo et al., 2007).

Entre janeiro e o início de outubro de 2024, foram confirmados 10.275 casos de febre Oropouche em países da América do Sul, como Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador,

Guiana e Peru. A doença também chegou à América do Norte, com 90 casos nos Estados Unidos e 2 no Canadá, além de 30 casos importados registrados na Europa (OPAS, 2024). No Brasil, os números também são preocupantes. Embora a febre Oropouche seja endêmica da região da Amazônia Legal, ela tem se expandido para outras partes do país. De janeiro até novembro de 2024, já foram confirmados 9.126 casos, com registros em estados como Acre, Pará, Amapá, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina. (DATASUS, 2024)

Na região Norte do Brasil, diversos estados registraram casos de febre Oropouche. O Amazonas liderou com 3.231confirmações,seguido por Rondônia com 1.865, Acre com 705, Roraima com 432, Amapá com 271 e Pará com 155 casos (Brasil, 2024). A Amazônia Ocidental passou por seu maior surto de OROV já confirmado por exames laboratoriais, somando mais de 6.300 casos entre 2022 e 2024.

De acordo com um estudo conduzido por Naveca, foram sequenciados 382 genomas do vírus a partir de amostras humanas coletadas no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, entre agosto de 2022 e fevereiro de 2024, com o objetivo de entender a origem e a evolução do vírus nesse surto. Os dados genômicos mostraram que esse aumento de infecções está ligado à circulação de uma nova linhagem recombinada do OROV, formada a partir da junção do segmento M de vírus da Amazônia Oriental (2008-2021) como segmentos L e S de vírus encontrados no Peru, Colômbia e Equador no mesmo período. Acredita-se que essa nova linhagem tenha surgido no Amazonas entre 2010 e 2014, espalhando-se a partir de 2015. As análises indicam que a maior parte da disseminação ocorreu por deslocamentos curtos, de até 2km compatíveis como alcance dos insetos transmissores, mas também houve uma parcela significativa (22%) de propagação em distâncias superiores a 10 km, provavelmente relacionada à movimentação de pessoas (Naveca et al., 2024).

O aumento do desmatamento na Amazônia a partir de 2018 pode ter contribuído para a expansão da febre Oropouche. A região mais afetada foi a chamada Amacro, que abrange municípios dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, justamente onde houve grande perda de cobertura florestal entre 2017 e 2021. (Nascimento,2020).

No Amazonas, o número de infectados é alto e tende a crescer durante os períodos chuvosos, quando há maior proliferação de vetores. Ainda não há consenso sobre quais grupos etários ou sexos são mais afetados, pois os dados variam entre os estudos, alguns apontam maior incidência entre os jovens, enquanto outros indicam prevalência em pessoas mais velhas (Romero et al., 2017). Por isso, é fundamental garantir diagnósticos precisos para que o vírus seja identificado e contido, e assim evitar a sua progressão. (Kobayashi, 2024).

3. METODOLOGIA

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, retrospectiva, com abordagem tipo qualitativa, com coleta de dados de domínio público. De acordo com a legislação de direitos autorais, quando uma obra entra em domínio público, ela pode ser utilizada por qualquer pessoa, sem a necessidade de autorização, licença ou pagamento de direitos autorais. Isso visa incentivar a criação intelectual e há diversos motivos para essa prática, que envolvem tanto aspectos legais quanto sociais e econômicos. É mister ressaltar que Domínio público não é o mesmo que propriedade pública, que é propriedade do Estado.

(Branco, 2011).

3.2. CENÁRIO DA PESQUISA

O estudo se dará no Estado do Amazonas, que ocupa uma área territorial de1.559.266,365.mk^2, apresentando uma população estimada de 4.281.209 pessoas, contém 62 municípios, a população corresponde a 3.941.613 habitantes, sendo 1.975.803 (50,1%) mulheres e 1.965.810 (49,9%) homens. (IBGE, 2022).

3.3. AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra da pesquisa será constituída pela causa e quantidade de incidências da Febre Oropouche registrados no site do Ministério da Saúde nos anos de 2023 a 2024, com acesso irrestrito no endereço eletrônico: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/o/oropouche/painel-epidemiologico -Painel Epidemiológico da Febre Oropouche no Estado do Amazonas.

3.4. CRITERIOS DE ELEGIBILIDADE E INELEGEBILIDADE

Serão elegíveis para a pesquisa as incidências confirmadas em cada um dos 62 municípios do Estado do Amazonas, tanto em mulheres quanto em homens, com faixas etárias que compreendem recém-nascidos até pessoas de 80 anos ou mais de idade e os óbitos constatados. Serão inelegíveis o número de casos fora do Brasil, fora do Estado do Amazonas, estudos/artigos de outras arboviroses e bases de dados que não são de domínio público.

3.5. COLETA DE DADOS

Os dados serão obtidos no portal da FVS Amazonas e do site do Ministério da Saúde que é de domínio público e acesso irrestrito. Serão gerados gráficos e tabelas de cada ano avaliado para melhor visualização, compreensão e interpretação dos dados.

3.6. ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados por meio de uma abordagem epidemiológica descritiva, com foco na distribuição de casos por tempo (sazonalidade), espaço (território) e características da população afetada. Utilizaram-se dados secundários de domínio público obtidos por meio do SINAN, DATASUS e informes oficiais do Ministério da Saúde. A análise foi realizada de forma exploratória, visando identificar padrões e tendências no comportamento da Febre Oropouche no Estado do Amazonas. (Brasil, 2023; Medeiros et al., 2019)

3.7. ASPECTOS ÉTICOS

Em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, art 1ºinciso III, por tratar-se de uma pesquisa com dados de domínio público é dispensado submissão a comissão nacional de ética em pesquisa (CONEP).

3.8. RISCOS E BENEFÍCIOS

Essa pesquisa apresenta riscos mínimos, pois utilize apenas dados já existentes em bancos de dados que contêm informações que não permite má identificação ou o contato com os indivíduos da amostra. Por outro lado, ela pode trazer benefícios ao fornecer acesso a informações detalhadas sobre a ocorrência da arbovirose no Estado do Amazonas, o que pode auxiliar na criação de políticas públicas e estratégias de ação para melhorar esse indicador tão sensível às condições de vida da população.

Como critérios de elegibilidade foram selecionados artigos originais, do tipo revisão sistemática, integrativa, relato de casos, disponibilizados gratuitamente, em língua portuguesa e inglesa, publicados no período de 2015 a 2025, que tratam do tema pesquisado. Os critérios de inelegibilidade foram artigos com textos incompletos, resumos, monografias, dissertações e teses, além de artigos escritos em língua diferente do inglês e português.

Os artigos foram selecionados de acordo com os critérios a partir dos títulos, posteriormente foi realizada a análise de resumos e finalmente os artigos foram lidos na íntegra, e se o artigo estiver a critério da temática proposta foram selecionados para o estudo, sendo elaborado um instrumento para a coleta de informações direto nas bases de dados selecionados para compor esta revisão.

4. RESULTADOS

Tabela 1. Casos confirmados da Febre Oropouche por município -2023/2024

REGIÃO/UF	CASOS CONFIRMADOS	
	2023	2024
Alvarães	0	*58*
Amaturá	0	1
Anamã	0	1
Anori	0	3
Apuí	0	0
Atalaiado Norte	0	5
Autazes	0	2
Barcelos	0	1
Barreirinha	0	11
Benjamin Constant	2	250
Beruri	0	8
Boavista do Ramos	1	5
Bocado Acre	0	62
Borba	2	54
Caapiranga	1	1
Canutama	0	4
Carauari	0	117
Careiro	0	111
Careiro da Várzea	1	2
Coari	3	144

Tabela 1. Casos confirmados da Febre Oropouche por município -2023/2024 (continuação)

REGIÃO/UF	CASOS CONFIRMADOS	
	2023	2024
Codajás	0	1
Eirunepé	1	249
Envira	0	6
Fonte Boa	0	2
Guajará	0	0
Humaitá	2	26
Ipixuna	0	14
Iranduba	1	140
Itacoatiara	2	120
Itamarati	0	2
Itapiranga	0	0
Japurá	0	0
Juruá	0	4
Jutaí	1	0
Lábrea	16	16
Manacapuru	6	184
Manaquiri	0	2
Manaus	322	802
Manicoré	6	12
Maraã	0	5
Maués	64	37
Nhamundá	0	2
Nova Olinda do Norte	0	1
Novo Airão	0	37
Novo Aripuanã	0	7
Parintins	3	149
Pauini	0	0
Presidente Figueiredo	12	67
Rio Preto da Eva	3	92
Santa Isabel do Rio Negro	0	0
Santo Antônio do Içá	0	10
São Gabriel da Cachoeira	0	4
São Paulo de Olivença	0	6
São Sebastião do Uatumã	0	1
Silves	0	3
Tabatinga	0	38
Tapauá	0	2
Tefé	2	150
Tonantins	0	130
Uarini	0	0
Urucará	0	3
Urucurituba	0	2

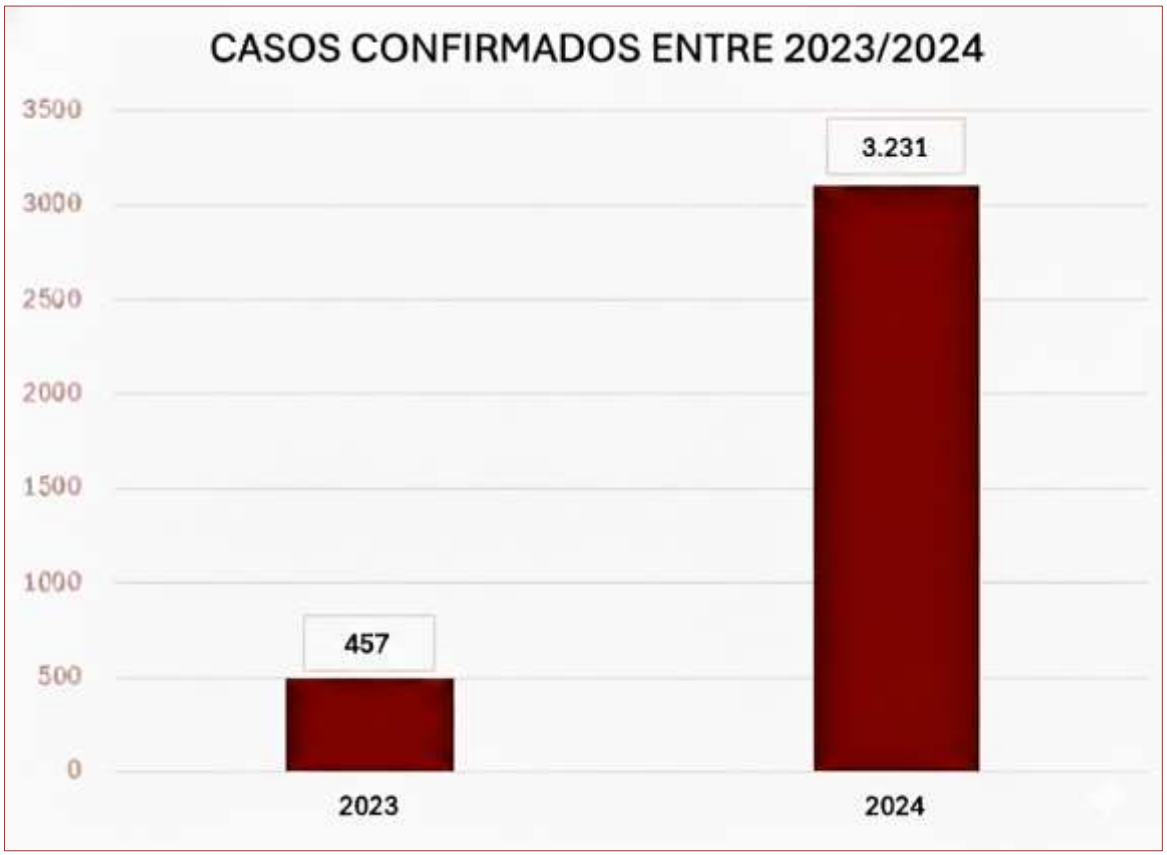
Fonte: Ministério da Saúde - MS (Dado gerado em:16/03/2025)

Na pesquisa, a tabela demonstra que dentre os municípios mais afetados pela Febre Oropouche, destacou-se Manaus, que em 2023 obteve 322 casos confirmados e em 2024, 802 casos confirmados. Em segundo lugar, observa-se Benjamin Constant, com 250 casos em 2024, logo depois Eirunepé, com 249 casos confirmados e logo abaixo, Manacapuru com 184 casos confirmados. E por último e não menos importante, Tefé, com 150 casos confirmados.

Segundo o Nascimento (2020), foi demonstrado que o avanço do desmatamento na Amazônia, a partir de 2018, pode ter contribuído para disseminação da doença. A maior incidência da Febre Oropouche foi observada na região chamada de Amacro (Amazonas, Acre e Rondônia), em que reúne municípios do Amazonas, onde ocorreu grande parte da perda florestal, entre 2017 e 2021.

A enfermidade do Oropouche, presente no território brasileiro desde os anos 1960, manifesta sintomas semelhantes aos de outras viroses transmitidas por artrópodes. No entanto, a escassez de investigações aprofundadas impede a obtenção de informações precisas sobre sua real incidência no país. Ainda assim, é conhecido que a patologia segue um comportamento cíclico, com elevação significativa no contingente de indivíduos acometidos, sobretudo durante estações chuvosas, levando em consideração fatores ecológicos como os desmatamentos ilegais.

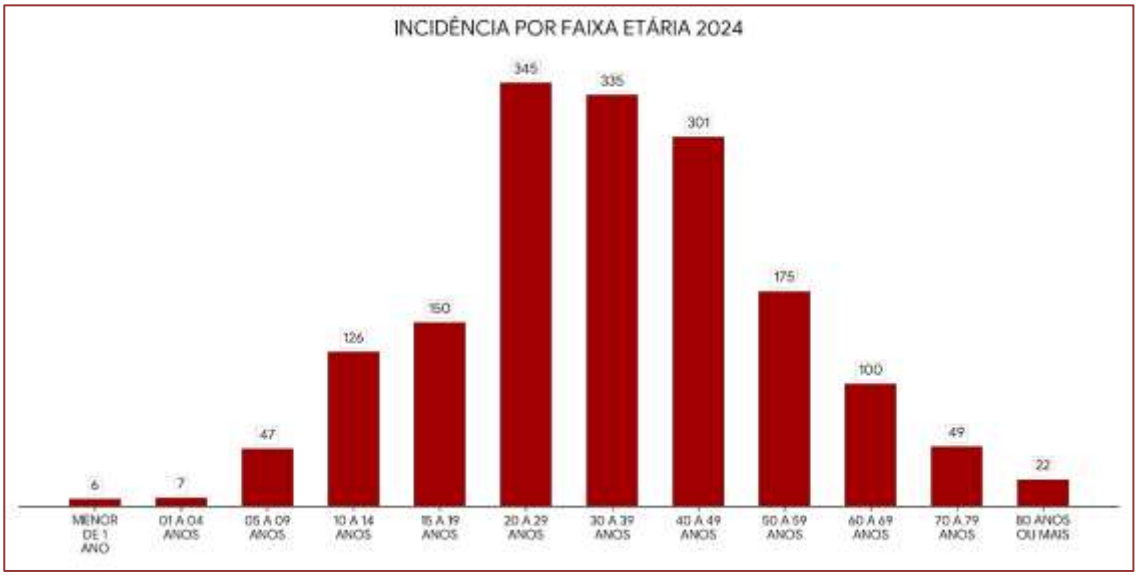
Gráfico 1. Casos confirmados em todo o Estado do Amazonas-2023/2024



Fonte: Ministério da Saúde - MS (Dado obtido em:16/03/2025)

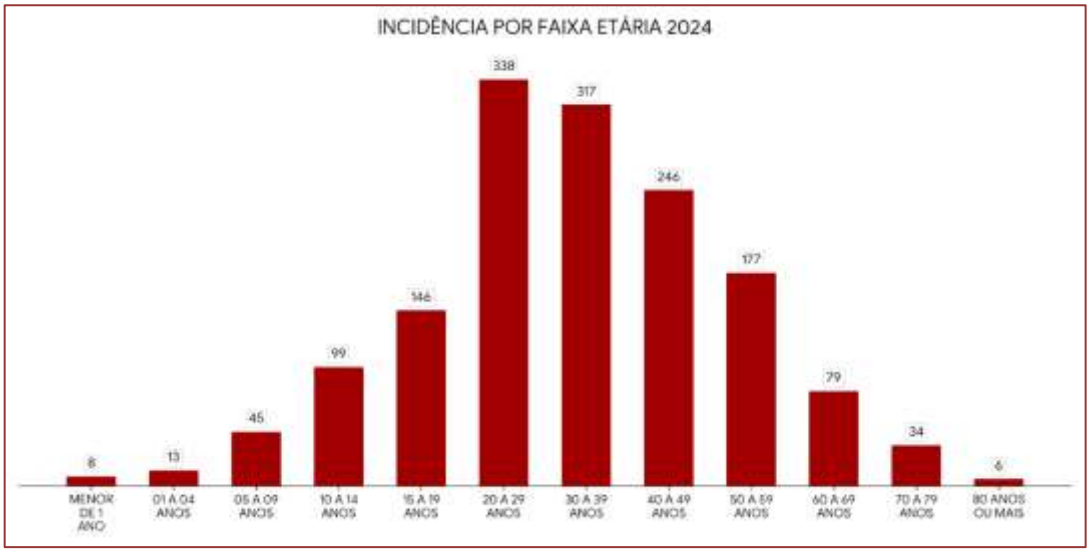
No Gráfico em questão, nota-se que em comparação ao ano de 2023 e 2024, houve uma discrepância notável, onde em 2023, houve no estado do amazonas, 457 casos confirmados. Já em 2024, observou-se um total de 3.231 casos confirmados, o que representa um aumento de aproximadamente 607,44%.

Gráfico 2. Casos confirmados no Amazonas do sexo masculino por faixa etária-2024



Fonte: Ministério da Saúde – MS. Dado obtido em: 16/03/2025

2 Gráfico. Casos confirmados no Amazonas do sexo feminino por faixa etária-2024



Fonte: Ministério da Saúde – MS. Dado obtido em: 16/03/2025

De acordo com os dados epidemiológicos disponíveis, a incidência da Febre Oropouche no Amazonas se mostrou relativamente baixa em 2023. Ainda que a doença seja reconhecida como uma arbovirose emergente na região amazônica, os registros

oficiais no Amazonas apontam para um modesto número de casos quando comparados a outras áreas afetadas pela enfermidade. Essa baixa incidência pode ser influenciada por fatores ambientais e pela dinâmica de transmissão, bem como pela possibilidade de subnotificação dos casos enquanto nos gráficos relacionados ao ano de 2024 observa-se o aumento exorbitante de novos casos, revelando que a maior incidência atingiu o público entre 20 a 29 anos, em ambos os sexos.

No Amazonas a quantidade de pessoas infectadas é significativa e tende a aumentar de forma sazonal durante os períodos chuvosos. Além disso, alguns estudos indicam maior prevalência em populações mais jovens, enquanto outros apontam para uma maior incidência para maiores faixas etárias. Observa-se, contudo que indivíduos que vivem em áreas próximas a matas ou campos, ou aqueles que trabalham nessas regiões são os mais atingidos, o que pode explicar a maior incidência da doença no público entre 20 a 29 anos, sendo o sexo masculino o mais afetado. (Romero, 2017)

A pesquisa sobre a Febre Oropouche no Amazonas é crucial, considerando o aumento de casos e o risco de proliferação do vírus, cuja mutabilidade pode agravar a situação de saúde pública. A doença, embora geralmente benigna, pode levar a complicações graves, como manifestações hemorrágicas e acometimento do sistema nervoso central, especialmente em pacientes imunocomprometidos. Fatores climáticos e ambientais, como o aumento da temperatura, pluviosidade e variação sazonal favorecem a proliferação dos vetores e a transmissão do vírus, o que exige vigilância constante.

Este estudo é de grande relevância para a população amazonense, pois oferece dados importantes sobre a doença e alerta para o risco de descontrole das infecções, caso as medidas de prevenção não sejam implementadas de forma eficaz. Além disso, contribui para o progresso científico sobre arboviroses e orienta políticas de saúde pública tanto na região quanto em outras áreas com condições semelhantes.

5. DISCUSSÃO

A análise da Febre Oropouche no Amazonas evidencia um crescimento epidemiológico alarmante entre 2023 e 2024, com aumento de mais de 600% nos casos confirmados no estado, passando de 457 para 3.231 registros, sendo Manaus o epicentro. Esse aumento está associado a múltiplos fatores, como a intensificação do desmatamento, especialmente na região Amacro (Amazonas, Acre e Rondônia), que altera ecossistemas naturais e favorece a proliferação do vetor Culicoides paraensis. Além disso, eventos climáticos extremos, como as inundações de 2023 e as secas severas de 2024, associadas ao fenômeno El Niño, alteraram o equilíbrio ambiental e aceleraram o ciclo de vida dos vetores, contribuindo para a disseminação do vírus. Estudos apontam que áreas com maiores taxas de desmatamento apresentaram surtos mais expressivos, reforçando a correlação entre degradação ambiental e emergência de arboviroses.

A doença, apesar de geralmente autolimitada, pode provocar manifestações graves, como encefalite, síndrome de Guillain-Barré e, mais recentemente, transmissão vertical com casos de natimortalidade e malformações fetais, semelhantes às observadas na infecção pelo vírus Zika. (Garcia, 2024)

O perfil epidemiológico mostra maior incidência em adultos jovens (20 a 29 anos), com predominância do sexo masculino, especialmente entre trabalhadores rurais e moradores próximos a áreas de mata. Esse padrão tem sido amplamente observado em surtos registrados nas regiões amazônicas, sendo fortemente associado às características

ocupacionais e geográficas dos indivíduos afetados. trabalhadores rurais, seringueiros, pescadores, agricultores, extrativistas e moradores de áreas periurbanas ou próximas a fragmentos florestais são os mais expostos ao vetor Culicoides paraensis, uma vez que suas atividades diárias os colocam em contato direto com ambientes silvestres ou alterados pela ação humana (Martins et al., 2024). Essa distribuição etária e ocupacional pode ser explicada pelo fato de que a população economicamente ativa, sobretudo do sexo masculino, tende a permanecer por mais tempo em áreas externas. Além disso, o uso insuficiente de medidas de proteção individual, como roupas de manga longa, repelentes ou barreiras físicas, também contribui para a maior exposição ao vetor nessa população. (PAHO/WHO, 2024; Romero, 2017).

Embora Manaus seja uma metrópole consolidada, sua configuração territorial inclui extensas áreas periurbanas e zonas de contato direto com fragmentos florestais e matas secundárias, o que favorece a interação entre humanos e ciclos silvestres de transmissão. Nessas regiões, o vetor primário da Febre Oropouche encontra condições ideais para sua proliferação, especialmente em ambientes com alta umidade, presença de matéria orgânica em decomposição, acúmulo de lixo, infiltrações, margens de rios e locais com drenagem deficiente. Esses cenários são frequentes em áreas urbanas periféricas de Manaus, onde o crescimento populacional desordenado e a infraestrutura sanitária precária favorecem a criação de criadouros naturais. Além disso, fatores climáticos têm desempenhado um papel significativo no aumento dos casos da doença. A elevação das temperaturas médias, o aumento da pluviosidade e a ocorrência de chuvas intensas têm ampliado a taxa de reprodução do vetor e prolongado sua sobrevivência, estendendo os períodos de transmissão viral. Esses elementos ambientais, aliados à urbanização descontrolada, em grande parte, favorecem o expressivo crescimento da Febre Oropouche em Manaus durante o ano de 2024. (FioCruz, 2024)

Um dos fatores mais relevantes para o aumento do número de casos é a ocupação desordenada de áreas periurbanas, frequentemente motivada por processos migratórios, expansão urbana descontrolada e pressão socioeconômica. Essas áreas, situadas nas bordas da floresta ou em zonas de transição entre ambientes rurais e urbanos, constituem ecótonos ideais para a interação entre vetores silvestres e humanos.

O aumento da confirmação diagnóstica da Febre Oropouche nos últimos anos está diretamente relacionado ao fortalecimento da rede laboratorial pública no Brasil, especialmente com a atuação da Fiocruz e dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACENs). A Fiocruz implementou protocolos que incluem a testagem para o vírus Oropouche em casos suspeitos de arboviroses que testam negativo para dengue, zika e chikungunya, permitindo a detecção de infecções antes subdiagnosticadas. Além disso, avanços em biologia molecular, como o desenvolvimento de testes de PCR em tempo real, possibilitaram maior sensibilidade e especificidade nos diagnósticos, inclusive com identificação de uma nova linhagem viral (OROV BR-2015-2024). A vigilância genômica e entomológica também tem sido intensificada, permitindo o rastreamento da circulação viral e do vetor em diferentes regiões do país. Essas ações integradas contribuíram significativamente para o aumento na identificação e notificação de casos, principalmente no Amazonas e em áreas urbanas como Manaus.

Diante desse cenário complexo e multifatorial, este estudo reforça a necessidade urgente de adoção de ações integradas e coordenadas e o avanço entre diferentes esferas da gestão pública, especialmente nas áreas de vigilância epidemiológica, políticas ambientais, infraestrutura de saúde e educação sanitária, ressaltando a importância da

continuidade do fortalecimento da rede laboratorial pública no Brasil que mostrou progresso nas confirmações diagnósticas no ano de 2024.

A Febre Oropouche, como outras arboviroses emergentes, evidencia de forma clara a interdependência entre saúde humana, dinâmica ambiental e mudanças climáticas, sendo imprescindível que estratégias de enfrentamento transcendam a lógica reativa e setorializada. A proteção dos ecossistemas naturais, em especial da Floresta Amazônica, deve ser compreendida não apenas como uma agenda ambiental, mas como estratégia preventiva de saúde pública.

O controle vetorial adaptado ao comportamento do Culicoides paraensis, incluindo o mapeamento de áreas de risco, uso racional de inseticidas e o manejo adequado de ambientes propícios à sua reprodução, precisa ser reforçado com base em evidências científicas e adequação às realidades locais. Simultaneamente, a vigilância genômica torna-se essencial para o monitoramento da circulação de linhagens virais, identificação de mutações com potencial impacto na transmissibilidade e resposta imunológica, bem como no direcionamento de futuras estratégias vacinais ou terapêuticas.

O fortalecimento da atenção primária à saúde, com capacitação de profissionais, acesso facilitado a diagnóstico precoce e encaminhamento adequado de casos, representa um eixo fundamental para a contenção de surtos, especialmente em regiões remotas e de difícil acesso. Além disso, ações educativas permanentes junto às comunidades em risco são indispensáveis para promover o engajamento da população em práticas de prevenção, uso de barreiras físicas contra o vetor e busca precoce por atendimento diante de sintomas compatíveis com arboviroses. Essa abordagem deve ser culturalmente sensível e alinhada às realidades socioterritoriais da Amazônia.

Em última instância, a resposta à Febre Oropouche demanda uma governança intersetorial e multinível, envolvendo cooperação entre municípios, estados e instâncias federais, bem como o apoio de organizações internacionais, dada a possibilidade real de expansão geográfica da doença para além da região amazônica. A formulação de políticas públicas eficazes, sustentadas por dados científicos e planejamento estratégico, será o único caminho capaz de mitigar os impactos presentes e futuros dessa arbovirose em expansão.

REFERÊNCIAS

[1] NAVECA, F.G. et al. Human outbreaks of a novel reassortant Oropouche virus in the Brazilian Amazon region. **Nat Med** 30, 2024.

[2] GARCIA, G.M. et al. Características da Febre Oropouche no Brasil: Aspectos epidemiológicos e imunológicos- Revisão de literatura. **Revista Foco**, v. 17, n. 7 Edição Especial, p. e5537, 2024.

[3] FEITOZA, L. H. M. et al. Influence of meteorological and seasonal parameters on the activity of Culicoides paraensis (Diptera: Ceratopogonidae), an annoying anthropophilic biting midge and putative vector of Oropouche Virus in Rondônia, Brazilian Amazon. **Acta Tropica.** 243, 106928, 2023.

[4] BRASIL. Ministério da Saúde. Febre de Oropouche. Brasília, 2024. Disponível em: Febre do Oropouche. **Ministério da Saúde**, 2024.

[5] BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde: Ministério da Saúde, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente**, v. 2– 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

[6] SILVA, J. W. P. Vírus Oropouche: Epidemiologia, vetores e diagnóstico. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 6, n. 7, p. 10–20, 2024.

[7] GUTIERREZ B. et al**.** Evolutionary dynamics of Oropouche virus in South America. **Journal of Virology**, v. 94, n. 5, 2020.

[8] NASCIMENTO, V.P. et al. Oropouche virus detection in saliva and urine. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 115, e190338, p.1-5, 2020.

[9] LEMES DA SILVA, C. V. et al. Preocupação emergente: Epidemiologia, diagnóstico e controle da Febre do Oropouche. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 6, n. 8, p. 2758–2770, 2024.

[10] RODRIGUES, J. L; JACQUES, S.K.S. Vertical transmission of Oropouche fever in Brazil and clinical aspects: a literature review. **Journal of Medical and Biosciences Research**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 68–83, 2024

[11] BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Dicionário de dados – **SINAN NET**, versão 5.0. 2020

[12] BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

[13] BRASIL. Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas "Dra. Rosemary Costa Pinto" (FVS-RCP). Oropouche: Amazonas apresenta redução de casos seguida de estabilidade da doença e FVS-RCP fortalece prevenção. **Portal FVS/AM**, 2024.

[14] SILVA, et al. FEBRE DE OROPOUCHE: Fatores de risco provocados pelo mosquito *Culicoides paraensis*. **ScireSalutes**, v.14 n.3, 2025

[15] ALBUQUERQUE, G.S. et al. Febre Oropouche e Gravidez**. Scielo Brasil Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. 2024.

[16] DUTRA, et al. A Febre Oropouche como diagnóstico diferencial entre demais arboviroses. **Brazilian Journals**. v.8 n.2. 2024

[17] MEDEIROS, A. B. M. et al. Epidemiologia da Febre Oropouche no Brasil e implicações clínicas associadas. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e9245, 2024.

[18] PASTULA, et al. Oropouche Virus: An Emerging Neuroinvasive Arbovirus. **Anals of Neurology**,v.97 n.1, 2024**.**

[19] FILES, M. A. et al. Baseline mapping of Oropouche virology, epidemiology, therapeutics, and vaccine research and development. **NPJ Vaccines**, v. 7, p. 38, 2022.

Capítulo 74

Adaptações do tecido muscular em equinos da raça quarto de milha submetidos a atividade de vaquejada

Amanda da Silva Silva[1]
Pedro Alexandre do Valle Almeida[2]
Rayanne Oliveira Marques[3]
Livia Franco da Silva Lima[4]
Laynah Pimenta[5]

Resumo: A vaquejada é uma prática cultural e esportiva popular no Nordeste do Brasil, sendo o equino da raça Quarto de Milha a mais utilizada devido à sua morfologia muscular adequada às exigências da modalidade. Este estudo, baseado em revisão bibliográfica, teve como objetivo analisar as adaptações metabólicas decorrentes do treinamento físico desses animais e sua importância para o aprimoramento de seu desempenho. Os resultados indicaram mudanças significativas no metabolismo, influenciando diretamente a musculatura e a performance dos equinos atletas. Conclui-se que o treinamento realizado com intensidade adequada contribui positivamente para o rendimento esportivo e a saúde dos equinos Quarto de Milha.

Palavras-chave: Quarto de Milha. Morfologia muscular. Equinos.

[1] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus – AM). E-mail: silvaamanda69235@gmail.com
[2] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: p.alexandrevalle@gmail.com
[3] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: rayanneoliveiramarques0@gmail.com
[4] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM). E-mail: francoliviasilva@gmail.com
[5] Professora do Ensino Superior do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Fametro (Manaus - AM), Doutora em biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: laynah.pimenta@fametro.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Hodiernamente, a vaquejada é uma prática cultural e esportiva popular no Nordeste do Brasil, exigindo força, velocidade e resistência dos cavalos. Durante a prova, os equinos realizam arranques explosivos e mudanças bruscas de direção. A raça Quarto de Milha é amplamente utilizada por sua musculatura traseira potente, aceleração em curtas distâncias, resistência e versatilidade, características que a tornam ideal para atender às exigências técnicas da vaquejada (Reginato *et al*, 2022).

O tecido muscular estriado esquelético é formado por fibras com múltiplos núcleos periféricos e citoplasma rico em proteínas contráteis, essenciais para os movimentos corporais. É responsável pela locomoção e desempenho dos equinos atletas, composto por fibras oxidativas e glicolíticas, com diferentes capacidades contráteis e metabólicas (*Tanger,* 2021). O treinamento contínuo promove adaptações estruturais e funcionais, como aumento da força, resistência e eficiência muscular, fundamentais para melhorar a performance e reduzir o risco de lesões em atividades intensas.

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar elementos fundamentais da morfologia e funcionalidade das fibras musculares em equinos da raça Quarto de Milha, com ênfase nas adaptações que favorecem o aprimoramento do desempenho locomotor.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. MORFOLOGIA DA RAÇA QUARTO DE MILHA

A raça Quarto de Milha destaca-se para esportes de alta exigência física, como a vaquejada, por sua conformação compacta e musculosa, especialmente na garupa e região posterior. Essas características garantem força explosiva, agilidade, potência nos arranques, estabilidade nas curvas e resistência para suportar impactos e movimentos bruscos. A cabeça proporcionalmente pequena, junto ao pescoço curto e vigoroso, contribui para o controle postural e estabilidade em manobras rápidas, como paradas e mudanças de direção (Reginato *et al*, 2022). Essa estrutura física torna a raça altamente eficiente em velocidade, precisão e agilidade, atributos essenciais para o desempenho na vaquejada.

2.2. TECIDO MUSCULAR ESTRIADO ESQUELÉTICO

O tecido muscular estriado esquelético é composto por fibras longas, cilíndricas e multinucleadas. Envolvidas pelo sarcolema e com sarcoplasma rico em mitocôndrias e glicogênio, essas fibras têm contração voluntária e rápida, controlada pelo sistema nervoso somático. Ligadas aos ossos por tendões, permitem movimentos e postura. No Quarto de Milha, esse tecido é fundamental para alto desempenho em provas de velocidade e força. (BUENO, J. *et al,* 2023).

2.3. TIPOS DE FIBRAS MUSCULARES PREDOMINANTES NOS CAVALOS QUARTO DE MILHA

Os músculos dos equinos apresentam diferentes isoformas de miosina, que influenciam a velocidade e a força de contração. Eles são formados por fibras de contração lenta (tipo I, oxidativas) e fibras de contração rápida (tipo II, glicolíticas). Na raça Quarto de Milha há predominância de fibras tipo II, ideais para esforços curtos e intensos.

Fibras tipo I são mais resistentes à fadiga e predominam em músculos estabilizadores posturais, sendo essenciais para atividades de resistência. A predominância de fibras tipo II no Quarto de Milha está diretamente relacionada ao seu excelente desempenho em provas de velocidade, são abundantes nos músculos dos membros posteriores, responsáveis pela propulsão durante a corrida. Na vaquejada, modalidade que exige explosão muscular, agilidade e força em curtos intervalos de tempo, a predominância de fibras tipo II nos cavalos Quarto de Milha é fundamental, pois, garantem respostas rápidas e potentes, permitindo que o animal execute movimentos intensos com precisão e eficiência. (Barbosa, 2025).

2.4. ADAPTAÇÕES MUSCULARES E METABÓLICAS DECORRENTES DO TREINAMENTO EM EQUINOS QUARTO DE MILHA

O treinamento físico em equinos Quarto de Milha, usados em vaquejada, promove adaptações musculares e metabólicas, com produção de energia anaeróbica em exercícios intensos e curtos, utilizando primeiro a fosfocreatina e depois a glicólise anaeróbica, que gera lactato. Cavalos Quarto de Milha submetidos ao treinamento apresentam maior recrutamento de fibras tipo II, melhor resistência à fadiga e alterações em enzimas musculares como creatina quinase (CK) que após exercícios confere maior integridade da fibra muscular e melhor tolerância ao esforço, e o lactato-desidrogenase (LDH), que reflete adaptação ao esforço anaeróbico e melhora no desempenho atlético (Manso Filho *et al*, 2022). O condicionamento também promove maior mobilização de glicose e ácidos graxos, melhora no tamponamento do pH e na remoção de lactato (Gonzaga *et al*, 2020). O treinamento adequado em equinos reduz a liberação de marcadores de dano muscular, como CK e AST, aumentando a tolerância ao exercício intenso. Assim, os cavalos treinados recuperam-se mais rápido, têm menor risco de distúrbios musculares e alcançam melhor desempenho, desde que o planejamento seja bem estruturado para garantir também o bem-estar animal.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Refere-se a uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, realizada com base na PubMed, SciELO e Google Acadêmico, além de livros e trabalhos acadêmicos da área. Foram selecionados estudos publicados entre 2020 e 2025 relacionados com a morfologia da raça Quarto de Milha, tecido muscular estriado esquelético, os tipos de fibras predominantes na raça, e as adaptações tanto musculares quanto metabólicas decorrentes do treinamento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que equinos Quarto de Milha submetidos ao treinamento físico apresentaram maior predominância de fibras musculares tipo II, responsáveis por contrações rápidas e eficientes no tecido muscular esquelético, favorecendo explosões de velocidade e alto desempenho em provas de curta duração. Embora em menor proporção, também foram observadas fibras tipo I, associadas à contração lenta e resistência muscular, contribuindo para manutenção do esforço durante repetições e recuperação entre estímulos intensos. Essa combinação de fibras reflete adaptações ao treinamento e exigências da vaquejada.

5. CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Equinos da raça Quarto de Milha utilizados na vaquejada apresentam adaptações musculares e metabólicas decorrentes do treinamento físico, com predominância de fibras do tipo II, que favorecem explosão e mudanças rápidas de direção, enquanto as fibras do tipo I contribuem para resistência. A estabilização de enzimas musculares como CK, AST e LDH indica maior tolerância ao esforço e menor dano tecidual, evidenciando que o treinamento adequado otimiza o desempenho atlético e preserva a integridade muscular.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fametro pela oportunidade. Sou grata à professora Laynah Pimenta pela orientação neste trabalho, e aos colegas que colaboraram.

REFERÊNCIAS

[1] **GOMES, C.L.N. *et al*. –** *Exercise training session-induced metabolic acidosis in barrel racing horses. Ciência Rural*, Santa Maria, v. 50, n. 5, p. e20180887, 2020. Disponível em: https://share.google/p414dmkuGRBDJWWy6. Acesso em 19 set 2025.

[2] **Melo, D. Â. S. *et al.*** *Assessment of a vaquejada horse training protocol based on physical and biochemical parameters*. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 51, e20210003, 2022. Disponível em: https://share.google/4hD6oOhw6xbPS8QhW. Acesso em: 20 set 2025.

[3] **LEITE, L.A.M.S.*et al*.** Perfil dos treinadores e do treinamento físico para cavalos Quarto-de-Milha na Vaquejada em Pernambuco. Recife, v. 16, n. 100, 2022. Disponível em: https://share.google/CNOr9iTj6j1blvyPL. Acesso em: 20 set de 2025.

[4] **SILVA, B.O.V. *et al*.** História e morfologia da raça Quarto de Milha: uma revisão de literatura. *RevistaFT*, Rio de Janeiro, v. 28, ed. 138/SET, 2024. Disponível em: https://share.google/VYUhUWl5d3fiqxSXd. Acesso em: 20 set de 2025.

[5] **BUENO, J. J. *et al.*** Anatomia e fisiologia de equídeos, sistema músculo esquelético, força, potência e resistência – uma revisão literária de suas adaptações, v.6, n.4, 3663–3679, 2023. Disponível em: https://share.google/ONH7RvAANNvm07eBO. Acesso em: 20 set 2025.

[6] **REBOUÇAS. V.** AVALIAÇÃO DE PARÂMETROS FÍSICOS E BIOQUÍMICOS DE EQUINOS EM TREINAMENTO PARA VAQUEJADA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) — Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 07 fev. 2020. Disponível em: https://share.google/s9LiUsRNwQAw7JYx6. Acesso em 20 set 2025.

[7] **BARBOSA, N.S**. Miosite imunomediada em potro da raça Quarto de Milha. 2025. 46 f. Trabalho de Conclusão de Residência em Medicina Veterinária — Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Medicina Veterinária, Araçatuba, 2025. Disponível em: https://share.google/LQkHGjU8LjZoZxQmP. Acesso em: 20 set 2025.

[8] **TIPOS de fibras musculares equinas**. *Tanger*, [S. l.], 25 ago. 2021. Disponível em: https://tangerfiv.com/pt/tipos-de-fibras-musculares-equinas-portugu%C3%AAs/. Acesso em: 20 set 2025.

Capítulo 75

Cadernos Escolares: Como e o que se registra no contexto escolar?

Anabela Almeida Costa e Santos[1]
Marilene Proença Rebello de Souza[2]

Resumo: O presente artigo teve como objetivo problematizar um dos registros mais tradicionais do processo de escolarização: os cadernos escolares. Para tanto, a pesquisa explicita determinados aspectos relacionados à rotina de sala de aula, bem como descreve determinados dilemas presentes nos contextos em que os registros são produzidos. Utilizando-se de uma perspectiva etnográfica, o pesquisador valeu-se de um ano de observação participante em sala-de-aula, em uma sala de primeira série do Ensino Fundamental, bem como da análise dos cadernos produzidos pelos alunos. Neste período, foram observadas as regras para a utilização dos cadernos escolares: cópia do que está escrito na lousa, organização dos conteúdos, utilização da borracha, seqüência das atividades, dentre outras. Observou-se que os cadernos são instrumentos de controle do professor sobre a criança e dos pais sobre o trabalho do professor e do estudante, tendo os bilhetes como exemplo. Observou-se ainda que os cadernos pouco expressam os dilemas e o contexto no qual tais registros são produzidos. Assim, se os cadernos forem analisados apartados do contexto de sua produção, ter-se-á uma visão, muitas vezes, negativa a respeito do desempenho de aluno iniciantes.

Palavras-chave: Cadernos escolares; Etnografia; Ensino fundamental.

[1] *Doutoranda no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.*
[2] *Professora Doutora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Projeto Financiado pela FAPESP*

1. INTRODUÇÃO

1.1 CADERNOS ESCOLARES: COMO E O QUE SE REGISTRA NO CONTEXTO ESCOLAR

Os cadernos são instrumentos didáticos presentes nas várias etapas da escolarização, desde a pré-escola até a pós-graduação. Certamente, em cada uma dessas etapas, difere a utilização que se faz desse material, assim como diferem as finalidades e os significados que os cadernos assumem para alunos e professores. Ainda assim, é evidente que é um instrumento didático bastante presente, utilizado e que exerce influências no modo como se organizam ações e relações no contexto de ensino. Sendo os cadernos tão constantes e importantes, revela-se surpreendente o fato de haver, até o momento, poucos trabalhos dedicados a estudá-los

Os cadernos escolares, à medida que são utilizados nas escolas, tornam-se registros de parcela do cotidiano e das relações do contexto de ensino. Porém, não são objetos neutros que unicamente registram aquilo que se passa. Também imprimem, ao cotidiano escolar, especificidades relativas ao seu uso. Implicando na exigência e domínio de alguns saberes bastante específicos ao seu manuseio e preenchimento (Gvirtz, 1997, 1999). Para se utilizar os cadernos é preciso saber que há margens, nas quais nada deve ser escrito, que o preenchimento das folhas deve obedecer às sequências temporal e de realização das tarefas. Também devem ser aprendidas convenções de comunicação utilizadas por professores para indicar a avaliação das atividades realizadas. Assim sendo, a iniciação no uso dos cadernos prescinde a aprendizagem de um conjunto de regras, convenções e procedimentos.

Inseridos desta forma no cotidiano de ensino, os cadernos fazem parte da cultura escolar, entendida como 'conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos' (Julia, 2001, p.15), e simultaneamente tornam-se registros de como está se revela na prática. Dessa forma, considera-se fundamental, para o aprimoramento das práticas pedagógicas, que se conheça como os cadernos se inserem no contexto educacional, a fim de que possam ser identificadas e planejadas estratégias que potencializem a utilização deste importante recurso didático.

As pesquisas na área de educação que utilizam os cadernos como fonte de informações para compreender aspectos do cotidiano escolar também carecem de informações sobre esses materiais. Especialmente pesquisas de caráter histórico, cujas possibilidades de acesso direto aos eventos e atores que constituem seus objetos de estudo são dificultadas, têm mais recentemente se valido dos cadernos e de outros materiais escolares (Nóvoa, 1993). No entanto, para que haja a eficiente utilização dos registros em pesquisas, é importante que se saiba mais a respeito do contexto em que tais fontes de informação são elaboradas. Para que se conheça melhor as informações registradas nos cadernos e para que melhor se possa apreender os processos escolares por meio destes documentos, é fundamental conhecer sobre a forma como são produzidos, como se inserem no cotidiano escolar e como são utilizados.

2. MÉTODO

2.1. FONTE ETNOGRÁFICA

Com a intenção de melhor compreender o que permanece registrado, e sobre aquilo que não chega a ser registrado nos cadernos, foram privilegiadas estratégias que permitissem reconstruir a história desses materiais escolares, desde o momento em que começam a ser preenchidos e ocupados por conteúdo. Para isso, a etnografia, que tem como uma de suas funções mais importantes documentar a realidade não

documentada (Ezpeleta, 1989), foi a perspectiva teórico-metodológica eleita. Outra peculiaridade desta forma de construção de teoria e conhecimento sobre contextos educacionais é a busca por caracterizar uma cultura e as significações que atos, rituais ou objetos, assumem para os seus atores (Geertz, 1987).

Como o foco desta pesquisa centrou-se nos alunos, foi dada ênfase a ouvi-los a respeito de seus cadernos, ou seja, foi dada voz aos que preponderantemente preenchem os cadernos, tornando-os registros da sua escolarização.

Dessa forma, procurou-se conhecer os significados que os alunos atribuem a esses objetos. Para tanto foram fundamentais os conceitos de cotidiano e não cotidiano, conforme definidos por Agnes Heller (1994). A autora define a vida cotidiana como a vida de todo homem, do homem inteiro, na qual 'colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias' (Heller, 2000, p. 17). Fundamental seria atentar, também, para as ações que representam descontinuidades, para as soluções criativas, para momentos em que haja investimento mais homogêneo das capacidades, dos sentidos e da reflexão. Seriam os momentos em que há um distanciamento do cotidiano e uma aproximação do não cotidiano.

2.2. SITUAÇÃO E LOCAL

A escolha da primeira série fundamentou-se no objetivo de estudar a gênese do uso dos cadernos escolares. Atualmente, com a tendência de que a alfabetização seja iniciada na pré-escola, cada vez mais cedo os cadernos têm sido introduzidos no dia-a-dia das crianças. No entanto, não era este o caso na escola escolhida para o desenvolvimento da pesquisa. A maioria das crianças, vindas das classes populares, encontrava- se, pela primeira vez, diante de materiais especificamente escolares, destacando-se os cadernos.

A escola era uma conquista recente do bairro. Em 1997, após reivindicações populares, foram instalados dois *contêineres* que constituíram a escola em caráter emergencial. As condições eram precárias e a própria comunidade se organizava para fazer a limpeza e providenciar a merenda. As melhoras nas condições físicas foram gradativas e em 2000 a escola contava com 6 salas de aula, salas administrativas, pátio coberto e um campo de futebol improvisado. O prédio definitivo da escola, construção moderna e espaçosa, foi disponibilizado em julho de 2000 e para lá foram transferidas todas as atividades. Dessa forma, a pesquisa foi iniciada no prédio provisório e finalizada no prédio definitivo da escola.

A professora da sala de aula era Ana (nome fictício, assim como todos que foram mencionados). Uma professora bastante jovem que iniciava o seu segundo ano de carreira docente. Nunca havia trabalhado com a primeira série e teve, em 2000, sua primeira experiência com a alfabetização. Mais de metade dos alunos não havia cursado pré-escola, tendo sido, portanto, naquele ano, iniciados na cultura escolar e nas formas propostas por essa cultura para o uso do caderno.

Uma das estratégias utilizadas para a realização da pesquisa foi o acompanhamento das aulas pela pesquisadora, que ia a campo portando um caderno, tal como fazem os alunos. Nesse caderno buscou anotar aquilo que ocorria na sala, nos vinte e nove dias de aula acompanhados ao longo de todo o ano letivo. As informações recolhidas eram posteriormente acrescidas das demais informações de que se podia recordar a pesquisadora. O fato de utilizar um caderno em seu trabalho de campo, deixou de ser um mero detalhe metodológico, mas passou a ser um facilitador na relação e na identificação com os alunos, que por vezes ficavam confusos

quanto ao papel exercido pela pesquisadora, ora associavam-na à professora e, mais frequentemente, incluíam-na no grupo de alunos.

Tal proximidade com os alunos, bem como a boa relação com a professora, facilitaram a ocorrência de entrevistas com os alunos na própria sala de aula. Essa possibilidade, não prevista inicialmente, ocasionou mudanças na condução dos procedimentos metodológicos. Se, inicialmente, pretendia-se realizar as entrevistas em grupos e fora da escola, optou-se por prosseguir realizando-as ao longo das observações em sala de aula. Tais entrevistas pautavam-se sobre os cadernos e os fatos relacionados a estes materiais escolares. Ocorriam de modo bastante informal, durante o transcorrer das aulas, fornecendo informações importantes para o esclarecimento de eventos e para o levantamento dos significados que os cadernos assumiam para os alunos ao longo do ano.

A troca de informações com a professora Ana foi outro recurso bastante útil e que ocorreu com certa frequência. As conversas ocorriam sempre na própria escola, em geral na própria sala de aula e tiveram duração variável, dependendo do tema sobre o qual versava a conversa, e das possibilidades circunstanciais existentes. Eram diálogos entrecortados, Ana falava ou ouvia enquanto dava recomendações ou atendia os alunos que a procuravam. Apesar das condições adversas, essa forma de obter informações, com alunos e professora, revelou-se bastante interessante por haver a possibilidade de conversar sobre situações ocorridas num tempo muito próximo. Quando o tema se referia a algo ocorrido em sala de aula, havia a possibilidade de que os informantes se remetessem a objetos presentes, que pudessem mostrar à pesquisadora como a situação havia ocorrido. Dessa forma, os relatos ganhavam riqueza de detalhes que não poderia ser obtida em uma entrevista feita posteriormente.

Após o encerramento do ano letivo e, consequentemente, do trabalho de campo, foram recolhidos alguns cadernos. Posteriormente o conteúdo destes forneceu elementos que auxiliaram na realização da análise das informações recolhidas em campo.

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.3.1 A PRESENÇA DOS CADERNOS NA SALA DE AULA

Os cadernos escolares são um dos recursos didáticos mais frequentemente utilizados nas escolas. De modo geral, nos anos iniciais de escolarização, servem especialmente a funções planejadas pelos docentes e nas séries mais avançadas passam a ter seu uso pelos alunos mais livre.

Na sala de aula acompanhada, o uso dos cadernos era constante. Estava previsto na quase totalidade das atividades. Na maioria das vezes, o uso dava-se para a realização de cópias de conteúdos apresentados na lousa. Elizarrarás (1990), que estudou a utilização da lousa em uma série inicial, ressalta que a atividade de cópia da lousa é um dos importantes aprendizados da primeira série. Os próprios alunos reconheciam o caderno, prioritariamente, como um suporte para a realização de cópias. A frase de um dos alunos, dita à pesquisadora enquanto esta fazia anotações de campo em seu caderno, é representativa dessa concepção. "*Me aproximo do grupo de Vivian e Eduardo, fico agachada ao lado da mesa escrevendo em meu caderno de anotações, (...) Vivian me pergunta: 'De onde você está copiando? Respondo que não estou copiando".*

A desenvoltura dos alunos nas atividades de cópia variava imensamente. Enquanto alguns realizavam esta tarefa de modo rápido e preciso, outros alunos necessitavam de grandes períodos para a realização da cópia de pequenos conteúdos. A demora, bem como a diferença de ritmos entre os alunos da sala, para fazer cópias da lousa, levou Ana a adotar uma estratégia que facilitou sensivelmente a realização de exercícios: a utilização de folhas mimeografadas. Nas tais 'folhinhas' eram apresentados exercícios a serem realizados, cabendo

ao aluno apenas preenchê-los com as respostas. Ainda neste tipo de tarefa os cadernos assumiam importante papel, dado que era nestes materiais que, depois de preenchidas, as folhinhas deveriam ser coladas.

2.4. O CADERNO ENQUANTO INSTRUMENTO DE CONTROLE PEDAGÓGICO E SOCIAL

Desde sua origem, os cadernos estiveram associados ao controle nas instituições educacionais. O escolanovismo, que enfatizou e defendeu utilização de cadernos escolares em larga escala, preconizava a padronização do conteúdo destes materiais, a fim de que o diretor da escola pudesse ter acesso, a partir de qualquer exemplar, àquilo que era realizado na sala de aula. Na escola em que se realizou a pesquisa tal controle também se apresentava, ainda que de forma diversa. Devalle de Rendo e Perelman de Solarz, (conforme citado por Gvirtz, 1999) referem-se ao caderno da seguinte forma 'articula uma rede de relações servindo ao controle mútuo que, por sua vez, conduz ao autocontrole' (p.13). Todos se sentem vistos através do caderno.

O controle, exercido conforme descrito por Foucault (1987), visa "fabricar" indivíduos potencializando a força desses, controlando minuciosamente as operações dos corpos para dominá-los, torná-los úteis e obedientes. 'O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem visíveis aqueles sobre quem se aplicam' (Foucault, 1987, p. 143) Os cadernos prestam-se bem a serem esses instrumentos de vigilância.

3. CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS ALUNOS PELOS PROFESSORES

Controlar e obter informações sobre o aluno são instâncias que muitas vezes se confundem e se sobrepõe na prática do professor. Àquele que observa, vigia e controla é dada a possibilidade de constituir um saber sobre aquele que é controlado (Foucault, 1987). Dessa forma o caderno, que serve como registro de boa parte das atividades desenvolvidas em sala de aula pelos alunos, cumpre fortemente a função de proporcionar o controle e o conhecimento, por parte do professor, daquilo que o aluno faz. Pelas páginas desse material escolar é possível identificar o que foi e o que não foi realizado, de que forma foi feito, quais foram os erros e os acertos. Até mesmo as correções e o uso da borracha deixam marcas que podem ser identificadas.

Ainda que outros materiais prestassem à avaliação, na classe pesquisada, eram os cadernos que no dia-a-dia eram vistos e utilizados para o acompanhamento tanto dos pontuais avanços e retrocessos, referentes a pequenas mudanças de desempenho, quanto das mais significativas aquisições de conhecimento. Também era a partir dos cadernos que a professora formava uma ideia de qual seria o desempenho esperado para cada criança. Qualquer atividade que se diferenciasse significativamente disso era vista com suspeição, como não sendo produção do próprio aluno. *"Isabel foi até a frente da sala mostrar a Ana o que havia feito. Após olhar o caderno, Ana diz: 'Você copiou de alguém, você não sabe escrever... Copiou de alguém que ainda nem sabe direito... Eu sei como cada um aqui escreve".*

O caderno é fonte de informações que possibilita ao professor formular não somente hipóteses relativas à aprendizagem, mas também relativas à personalidade do

aluno, e ao modo como estes se relacionam com o saber e com a escola. A não realização de uma atividade frequentemente levava a professora a atribuir razões e justificativas intrínsecas aos alunos, tais como: falta de interesse ou motivação, não gostar da escola, ser preguiçoso.

Pergunto a Ana sobre Severino. Ela diz não saber o que acontece com ele: '*Não faz, não gosta de estar aqui, não queria estar aqui*'. Sempre que Ana olha, o seu caderno está em branco.

4. O CONTROLE HIERARQUIZADO

Ainda que os cadernos pertençam aos alunos e sejam, primordialmente, preenchidos por eles, não somente o trabalho discente é controlado por meio destes materiais. O caderno também é espaço de registro daquilo que é ensinado e da interação entre professores e alunos. Na escola onde foi realizada a pesquisa, o trabalho dos professores era controlado, pela coordenação pedagógica, por meio de dois tipos de cadernos: os dos aluno e os dos próprios professores.

O conteúdo dos cadernos dos alunos dava informações à coordenadora que estabelecia hipóteses sobre se os alunos estavam compreendendo aquilo que o professor ensinava; a aparência informava sobre o quanto o professor valorizava o cuidado destes materiais. Os seja, o caderno dos alunos era associado à possibilidade de acesso ao trabalho do professor, bem como aos efeitos deste sobre o desempenho dos alunos. Todos os professores da escola deveriam ter seus próprios cadernos, nos quais deveriam ser registradas todas as atividades desenvolvidas em sala de aula. Tais materiais eram verificados e avaliados pela coordenação, tal qual fazem os professores com os seus alunos. A coordenadora relatava utilizá-los para constatar a realização do planejamento de aulas. Além disso, o caderno de Ana, revelava a valorização da organização e da estética, representada pelo mesmo modelo de comunicação tão comumente utilizado pelos professores nos cadernos de seus alunos: os "bilhetes". Também a professora recebia bilhetes de sua coordenadora. Tais comunicações ora elogiosas, ora indicadoras de falhas avaliavam e/ou comentavam sobre seu caderno.

5. O CONTROLE MÚTUO ENTRE PAIS E PROFESSOR

Os cadernos atuam fortemente na relação entre a escola e os pais de alunos. São materiais que transitam diariamente entre a escola e a casa dos alunos, levando e trazendo informações. E, em especial no caso de escolas que mantém restritas possibilidades de acesso e comunicação entre pais e professores, são os cadernos que possibilitam às famílias o acompanhamento das atividades desenvolvidas no dia-a-dia da sala de aula. Durante o acompanhamento da classe foi possível identificar aspectos observados pelos pais nos cadernos de seus filhos. Em geral, era com o intuito de reclamar e de mostrar insatisfação que os pais comunicavam aquilo que viam. As observações dos pais referiam-se basicamente ao conteúdo e quantidade de registros e aos procedimentos adotados pela professora. Por exemplo, o pai de Severino reclamava que no caderno de seu filho havia "coisas que nem letras são". A mãe de Rebeca se queixava que havia pouco conteúdo, apenas encontrava datas no caderno de sua filha. Alguns pais pediam à professora, que

usava letras de forma para alfabetizar, que utilizasse também letras manuscritas, outros solicitavam correção diária das atividades.

Ana não considerava justas as considerações feitas pelos pais dos alunos em relação ao seu trabalho, sentia- se cobrada ora por não trabalhar o suficiente, ora por não ser competente. Alegava que muitas das atividades desenvolvidas em sala de aula não implicavam na utilização de cadernos e, portanto, não resultavam em nenhum tipo de registro. Quanto às correções diárias dos cadernos, a professora considerava não haver tempo para isso.

Ainda que Ana não concordasse com aquilo que os pais alegavam, mudou seus procedimentos. Declarou, ao meio do ano: *"às vezes eu mudo tudo o que estou fazendo para dar conta do que o pai está pedindo*." Passou a indicar, nas tarefas dos alunos, aquilo que estava certo e o que estava errado; adotou o uso de comunicações escritas – chamadas de bilhetes – para indicar quando uma atividade não havia sido realizada ou não havia sido concluída; passou a fazer avaliações gerais dos conteúdos dos cadernos como um todo. Ou seja, o controle do trabalho pedagógico exercido pelos pais, por meio dos cadernos, exercia efeitos sobre o modo como transcorriam as atividades didáticas, sobre os procedimentos da professora, bem como sobre a relação desta com seus alunos. As motivações para que tais alterações fossem adotadas escaparam ao registro dos cadernos, no entanto seus efeitos puderam ser identificados.

Também procedimentos dos pais em relação à escolarização de seus filhos podem ser mediados pelos cadernos, deixando em algumas situações registros que podem ser encontrados nesses materiais. Os cadernos dão indícios sobre como os pais acompanham a escolarização dos seus filhos e permitem, ao professor, formular hipóteses a respeito. Assim, bilhetes que retornavam sem a assinatura dos pais sugeriam à professora que os cadernos não costumavam ser vistos. Enquanto o fato de alguns pais irem até à escola comentar sobre a aparência ou o conteúdo do caderno, foi considerado como mostra de que estavam interessados na aprendizagem de seus filhos.

Assim, os cadernos, conforme são preenchidos, trans- formam-se em instrumentos que servem ao controle em várias instâncias. Alunos, pais e professores são controlados a partir daquilo que fica registrado, e os registros medeiam as relações entre eles.

6. A TROCA DE BILHETES ENTRE PROFESSORA E PAIS NOS CADERNOS ESCOLARES

Bilhete era o nome dado, na sala de aula onde se realizou o estudo, às comunicações feitas por escrito pela professora no caderno do aluno. Identifica-se que, não apenas na sala de aula de Ana, mas nas escolas de modo geral é bastante comum a prática de escrever bilhetes.

É ao longo da escolarização que o fato de a professora escrever algo no caderno de um aluno adquire significado. Inicialmente, pode-se supor que a tal evento poderia ser atribuída uma multiplicidade de significados. Ao acompanhar uma sala de primeira série, na qual os alunos se iniciavam na experiência de receber bilhetes, foi possível conhecer sobre como se formam essas significações.

Ao realizar entrevistas informais com os alunos foram unânimes as declarações que caracterizavam os bilhetes como algo negativo e indesejável. *"Nunca levei, nem vou levar bilhete"* foi o que declarou, com orgulho, Vanderlei no início do segundo semestre. O orgulho não o impediu de ter, algum tempo depois, um bilhete registrado nas páginas de

seu caderno, tal como a maioria dos demais alunos da sala de aula.

Observar qual é o conteúdo dos bilhetes, auxilia na compreensão de como estas vias de comunicação adquirem uma significação tão negativa. A quase totalidade dos bilhetes referia-se a comunicações sobre o não cumprimento das tarefas escolares e/ou atos considerados de indisciplina.

Quase todos os bilhetes endereçavam-se aos pais ou mais especificamente às mães. Fato denotado pelos vocativos comumente utilizados, como no exemplo a seguir, no qual Ana expressa. *"Senhores pais, o Severino não está fazendo as lições nem de classe e nem as de casa. Passa o tempo brincando e não se esforça para fazer as lições, isso prejudica o aprendizado dele".*

Mesmo os bilhetes que não se dirigiam aos pais de modo tão explícito, acabavam por direcionar-se a eles pela sua forma. Tais comunicações apresentavam-se sempre escritas em letra manuscrita, sendo que os alunos dessa primeira série eram alfabetizados com letra de forma. Apenas no mês de setembro as letras manuscritas começaram a ser introduzidas, ainda assim apenas para os alunos que estavam mais adiantados no processo de letramento. Ou seja, os bilhetes, que se referiam aos alunos e que eram registrados nas páginas de seus cadernos, eram para eles completamente inacessíveis. Esse fato chegou a ser apontado pela pesquisadora para Ana, que nunca havia atentado para o fato de que seus alunos desconheciam o conteúdo daquilo que ela escrevia em seus cadernos, nem para o fato de que tais comunicações referiam-se predominantemente a aspectos negativos a respeito dos alunos. Foi interessante a repercussão desta percepção, ocorrida quando o ano letivo já estava bem próximo do final. Houve um ditado no qual os alunos tiveram um desempenho um pouco melhor que o esperado pela professora. Ana aproveitou esta situação para escrever, em letra de forma, comentários sobre aquilo que os alunos haviam feito no ditado. Nesse caso, predo- minaram os comentários positivos e houve um forte incentivo para que eles lessem o que havia sido escrito. Desse modo, observa-se o seguinte comentário "*Muito bem continue se esforçando Ana*" (Bilhete escrito no caderno de Severino).

Foi possível identificar que os alunos reconheceram a mudança no caráter das comunicações escritas. Dessa vez, sentiram-se felizes e orgulhosos. Faziam questão de mostrar e ler os conteúdos de seus bilhetes. Como o ano letivo estava próximo do final, não foi possível verificar as repercussões desta mudança de procedimento na construção de significados que os alunos atribuem aos bilhetes. No entanto pôde-se identificar a possibilidade de que comunicações escritas feitas nos cadernos dos alunos pelo professor possam adquirir significações positivas e de que possam servir, efetivamente, como via de comunicação não somente com suas famílias, mas também com os alunos.

Naquilo que se refere à relação entre a escola e as famílias de seus alunos, identifica-se que os bilhetes podem ser eficientes aliados, dado que possibilitam a troca de informações de modo rápido e prático.

No entanto, conforme apontado anteriormente, verificou-se a predominância de conteúdos negativos. Fatos positivos, tais como a melhora de desempenho acadêmico, a realização com sucesso de alguma atividade escolar ou uma atitude considerada positiva não eram registradas nos cadernos. A predominância das reclamações em relação à disciplina e à execução das lições, nas comunicações direcionadas aos pais, denota a concepção, vigente no meio escolar, de que os pais são corresponsáveis pelas atitudes de seus filhos em relação à escolarização. Na maioria dos bilhetes, essa concepção ficou

subentendida; em outros foi declarada de modo explícito. *"Mãe, o Cassiano não fez a lição de casa isso é muito importante para ele e também é responsabilidade dos pais cuidada (sic) para que o aluno vá bem na escola".*

Nesse caso, a situação desencadeadora do bilhete foi o não cumprimento da lição de casa. Mas não era somente neste caso que tal recurso de comunicação era utilizado. Também em relação a atividades estritamente escolares era possível encontrar chamados, por meio de bilhetes, para que os pais se posicionassem ou tomassem providências. *"Mãe, a Sueli não está fazendo suas lições, seu caderno está uma bagunça. Não fez a lição de casa e fica brincando na hora que deveria fazer lição. Ana".*

Esse bilhete foi respondido, de forma bastante interessante pela mãe de Sueli. "*Shra Professora. Eu não sei que lição é essa do filme que ela assistiu, eu não assisti. Se ela não sabe eu é que não sei. Ela vai apanhar aqui hoje por isso, é a shra. pode ficar brava com ela pega no pé dela não dá moleza não. Obrigada, Silvia".*

Este par de bilhetes, o comunicado de não cumprimento de tarefas escolares e a resposta da mãe, mostram alguns aspectos importantes e recorrentes desta forma de comunicação. Um deles é a priorização da comunicação à família de aspectos negativos relativos à escolarização. Outro aspecto importante é o fato de a escola chamar os pais à responsabilidade por fatos e comportamentos relacionados estritamente à escola. A resposta de Silvia mostra, inicialmente, o empenho que ela teve em averiguar quais eram as atividades a que se referiu a professora. Ao dizer que a filha iria apanhar, fica evidente o fato de que os bilhetes costumam ter consequências, tais como castigos e reprimendas. Mas o mais interessante desta resposta está na indicação que Silvia dá à professora a respeito da inadequação daquilo que lhe é solicitado, ela mostra sua impotência para auxiliar a filha em algo que havia sido tratado em um espaço – o escolar – que não lhe era acessível. Diante da impossibilidade de ajudar a filha na tarefa não realizada, restava-lhe punir a menina e solicitar à professora que assumisse a responsabilidades sobre aquilo que dizia respeito ao âmbito escolar.

7- OS BASTIDORES DOS CADERNOS – AQUILO QUE NÃO É PASSÍVEL DE REGISTRO

Conforme apontado anteriormente, os cadernos são materiais que se tornam, ao longo da trajetória escolar, registro de aprendizados, retrocessos, tentativas, erros e acertos. Nóvoa (1993) e Gvirtz (1999) apontam a importância dos cadernos para a realização de pesquisas de caráter histórico, sobre tempos passados, pois neste caso são limitadas as possibilidades de se ter acesso àquilo que efetivamente ocorreu. Julia (2001) defende que as produções escolares são fundamentais para que se tenha acesso à cultura escolar e atribui aos cadernos dos alunos o importante papel de reconstituir as práticas escolares que a eles deram origem. Hébrard (2001) descreve os conteúdos dos cadernos como "prova irrefutável do trabalho realizado". Ou seja, os cadernos escolares são considerados pelos pesquisadores como importantes fontes de informação sobre o contexto de ensino. Também professores e psicólogos clínicos que trabalham com queixas escolares utilizam os cadernos como instrumento psicodiagnóstico, ou seja, como forma de ter acesso àquilo que se passa com o aluno, com seu desenvolvimento e aprendizagem escolares. Estas utilizações dos cadernos conduzem a importante questionamento: afinal, o que registram e o que não registram os cadernos?

A pesquisa, por ora apresentada, não se propõe a responder tão complexa pergunta. Porém, é possível apresentar algumas informações que tragam algumas luzes para tal questão, em especial no que se refere aos cadernos das séries iniciais. Uma situação protagonizada por Mateus, um dos alunos da sala de aula estudada, pode ser útil nesta empreitada. Mateus era um aluno que não primava por cumprir as tarefas propostas, era malvisto pela professora e considerado pelos colegas como um mau aluno. Em uma das últimas aulas do primeiro semestre, a professora Ana, como de costume, colocou na lousa o cabeçalho e a frase do dia, da seguinte forma. *"Hortolândia, 03 de julho de 2000. Segunda-feira. Sou muito caprichoso e atencioso com meu caderno e minhas lições".* Em seguida escreveu as letras do alfabeto, uma abaixo da outra formando duas colunas, com um "DE" à frente de cada uma das letras. Depois de terminada esta etapa, ela começou a conversar com a sala de aula, solicitando nomes de animais que começassem com cada uma das letras. Os animais Conforme apontado anteriormente, os cadernos são materiais que se tornam, ao longo da trajetória escolar, registro de aprendizados, retrocessos, tentativas, erros e acertos. Nóvoa (1993) e Gvirtz (1999) apontam a importância dos cadernos para a realização de pesquisas de caráter histórico, sobre tempos passados, pois neste caso são limitadas as possibilidades de se ter acesso àquilo que efetivamente ocorreu. Julia (2001) defende que as produções escolares são fundamentais para que se tenha acesso à cultura escolar e atribui aos cadernos dos alunos o importante papel de reconstituir as práticas escolares que a eles deram origem. Hébrard (2001) descreve os conteúdos dos cadernos como "prova irrefutável do trabalho realizado". Ou seja, os cadernos escolares são considerados pelos pesquisadores como importantes fontes de informação sobre o contexto de ensino. Também professores e psicólogos clínicos que trabalham com queixas escolares utilizam os cadernos como instrumento psicodiagnóstico, ou seja, como forma de ter acesso àquilo que se passa com o aluno, com seu desenvolvimento e aprendizagem escolares. Estas utilizações dos cadernos conduzem a importante questionamento: afinal, o que registram e o que não registram os cadernos?

A pesquisa, por ora apresentada, não se propõe a responder tão complexa pergunta. Porém, é possível apresentar algumas informações que tragam algumas luzes para tal questão, em especial no que se refere aos cadernos das séries iniciais. Uma situação protagonizada por Mateus, um dos alunos da sala de aula estudada, pode ser útil nesta empreitada. Mateus era um aluno que não primava por cumprir as tarefas propostas, era malvisto pela professora e considerado pelos colegas como um mau aluno. Em uma das últimas aulas do primeiro semestre, a professora Ana, como de costume, colocou na lousa o cabeçalho e a frase do dia, da seguinte forma. *"Hortolândia, 03 de julho de 2000. Segunda-feira. Sou muito caprichoso e atencioso com meu caderno e minhas lições".* Em seguida escreveu as letras do alfabeto, uma abaixo da outra formando duas colunas, com um "DE" à frente de cada uma das letras. Depois de terminada esta etapa, ela começou a conversar com a sala de aula, solicitando nomes de animais que começassem com cada uma das letras. Os animais sugeridos pelos alunos eram anotados na lousa à frente da respectiva letra inicial. Para exemplificar, segue o resultado da atividade para as primeiras letras do alfabeto.

A DE	ABELHA, ÁGUIA, AVESTRUZ, ARARA, ARANHA
B DE	BEIJA-FLOR, BALEIA, BURRO, BOTO, BÚFALO
C DE	CABRA, CAVALO, CACHORRO, CABRITO, COBRA
D DE	DRAGÃO, DINOSSAURO, DROMEDÁRIO
E DE	ELEFANTE, ÉGUA, EMA, ESCORPIÃO

Ao final dessa etapa da atividade a lousa estava repleta, para cada letra havia cerca de cinco nomes de animais. Ana solicitou que os alunos copiassem. Até essa altura do ano, não era habitual a cópia de conteúdos tão longos. Mateus iniciou a cópia pelo cabeçalho, depois a frase do dia e, finalmente, a atividade propriamente dita.

Ele começa copiando, em coluna, as letras do alfabeto, assim como havia feito inicialmente a professora, e depois, ainda em colunas, os Ds à frente de cada letra, posteriormente os Es e, em seguida, as primeiras letras dos nomes dos animais. Ou seja, Mateus prosseguiu copiando o conteúdo da lousa em colunas. Inicialmente, fez o trabalho a que se propôs sem grandes problemas e copiando corretamente o conteúdo de cada coluna, porém sem levar em consideração as linhas. Assim, a coluna de Es terminava uma linha abaixo das anteriores, enquanto a coluna com as primeiras letras dos animais começava uma linha antes e terminava duas acima. Porém, à medida que Mateus prosseguia na atividade, essa se tornava crescentemente difícil. Afinal, se a princípio era fácil encontrar colunas para copiar, a partir da terceira ou quarta letra dos nomes de animais era quase impossível estabelecer colunas no conteúdo escrito em linhas na lousa, conforme as convenções da escrita ocidental. Ainda assim, era possível encontrar na lousa "colunas" correspondentes às colunas escritas por Mateus em seu caderno. Contudo, a tarefa a que se propôs Mateus ficava a cada coluna mais difícil, até que ficou impossível de ser realizada. Por fim, diante da dificuldade de encontrar uma forma de copiar, Mateus desistiu da tarefa. O registro em seu caderno, incompreensível e repleto de borrões, consistia numa série de letras espalhadas a partir das quais sequer era possível deduzir uma palavra.

A lógica utilizada por Mateus, que de modo algum pode ser considerada absurda, dificilmente poderia ser abstraída observando-se o registro elaborado por ele. Facilmente é possível supor que o aluno tenha feito a atividade com desleixo, descuido e desinteresse. No entanto, foi com muito esforço que ele fez a malsucedida tentativa de copiar o que havia sido solicitado.

Assim como há trabalhos elaborados com empenho e dedicação que ficam registrados sob a forma de atividades incompletas ou incorretas, há cópias feitas sem interesse, ou de modo mecânico, que não implicam em conhecimento sobre o conteúdo copiado, que se revelam nos cadernos como registros feitos com correção e perfeição estética.

Quanto à utilização dos cadernos para pesquisas em relação ao currículo e aos conteúdos didáticos abordados em diferentes épocas e em diversas instituições de ensino, é relevante questionar: até que ponto seria possível considerá-los como um registro confiável deste tipo de informação? É possível trazer alguns elementos para que se possa refletir sobre tal questão. Algumas situações ocorridas a partir do final do mês de novembro, na sala de Ana, podem ser úteis para isso.

Nesse mês, houve uma sequência de aulas nas quais a professora dedicou-se ao ensino da tabuada. Preenchia a lousa com desenhos que simbolizavam as operações matemáticas e propunha algumas contas para que exercitassem os novos saberes. Aos alunos cabia copiar e resolver. No entanto, o nível de exigência aplicado a cada uma destas atividades era bastante diferenciado. Enquanto a cópia era severamente exigida, a não resolução das operações era relevada. *"João acabou de copiar as contas. Faltam agora as multiplicações. (...) João leva o caderno para que Ana veja, e ela diz: 'Isso, lá do outro lado, na outra folha', dando indicações para que ele prossiga a cópia. Verifico que João não resolveu nenhuma das contas, e a indicação de Ana foi para que ele copiasse as*

multiplicações. Apesar de não haver resolvido nenhuma das contas, não parece que ele ache que isso seja necessário, pergunto a ele sobre as contas e ele responde: 'Tá certo, a professora falou que tá certo". Continuo perguntando se já está tudo pronto, ele diz que sim. Verifico que João traçou quadros em volta das contas, sem deixar, sequer, espaços para a resolução.

As razões pelas quais Ana se preocupava em garantir que tais conteúdos fossem registrados relacionavam-se mais diretamente com a existência de um programa previsto para a 1ª série, por cujo cumprimento ela seria cobrada. A questão de como o caderno presta-se a funções de controle foi anteriormente abordada e encontra nesta situação mais um exemplo. Dessa forma, a exigência da professora para que as operações matemáticas constassem nos cadernos dizia menos respeito à aprendizagem dos alunos que às exigências, hierarquicamente superiores, de que tais conteúdos fossem ministrados.

Assim como há conteúdos registrados que foram abordados de modo precário, há aqueles que foram bastante presentes, mas que são parcamente representados nos cadernos. Apenas uma parcela das atividades e das informações que circulam na sala de aula é passível de registro. Além disso, muitas das estratégias pedagógicas utilizadas não incluem a utilização e o registro nos cadernos.

Sem dúvida os cadernos, por meio das informações neles contidas, possibilitam o acompanhamento histórico sobre o aprendiz, o professor e sobre as relações que se dão no contexto escolar. No entanto, os eventos apresentados exemplificam a existência de aspectos do contexto escolar que fogem à capacidade de registro do caderno: são os bastidores dos cadernos. Ou seja, as situações e informações que estão por trás do preenchimento dos cadernos, exercendo forte influência naquilo que fica registrado, mas que não são passíveis de deixar marcas nesses materiais escolares. Aquilo que escapa ao registro dos cadernos não pode ser considerado como detalhe de menor importância ou como informação acessória que apenas serviria para complementar aquilo que o caderno prova materialmente. São informações que podem ser decisivas para que, efetivamente, se obtenha conhecimento a partir das páginas desses materiais de registro.

8 - SEVERINO: UM ALUNO E SEU CADERNO

Conforme foi apontado, os cadernos intermedeiam uma série de processos e relações escolares. Para ilustrar como este objeto se insere no cotidiano escolar de uma sala de aula e, especialmente, nas experiências de um aluno de primeira série do ensino fundamental, elege-se um aluno da sala de aula estudada: Severino Esse é um aluno que encontrou dificuldades extremas no início de sua escolarização e, em especial, para a aprendizagem da utilização de seu caderno. Conhecer um caso em que o processo ganhou tons mais fortes pode auxiliar na compreensão dos percalços que podem ocorrer com outros alunos.

Severino era um aluno que chamava a atenção no início do ano. Passava quase toda a aula chorando, sofrimento que não era aplacado pelo constante consolo dos colegas, professores e funcionários da escola. Mesmo chorando, Severino cumpria as atividades solicitadas, que àquela altura do ano consistiam basicamente em jogos e desenhos. Aos poucos, Severino deixou de ser o aluno que mais chamava a atenção para ser um dos mais discretos da sala. Sua fisionomia revelava seriedade, e sua postura, sobriedade. Raramente conversava com os colegas, ou envolvia-se em brincadeiras. Passava a maior parte do tempo só. Em sala de aula estava sempre sentado à sua mesa, tendo à frente os materiais

escolares envolvidos nas tarefas propostas. Raramente adotava o procedimento, bastante comum nessa classe, de mostrar à professora o resultado de cada atividade cumprida. No recreio, fazia as refeições, andava pelo pátio e, muito raramente, brincava com os colegas. Falava pouco, sua voz era rouca e grave. Em geral, Severino respondia de forma breve quando alguém lhe dirigia a palavra.

Seu desempenho acadêmico foi bastante fraco; ao final do ano, foi classificado pela professora em relação à aquisição de conhecimentos de leitura e escrita como "silábico"[3]. Em relação à aquisição de conteúdos de matemática a situação não foi melhor. No final do ano, Severino ainda não conhecia a representação gráfica dos números de 1 a 10.

Contudo, não é possível compreender o início da escolarização de Severino sem dedicar especial atenção aos seus cadernos e ao seu trabalho com esses materiais. Ao longo do ano, Severino utilizou vários cadernos. Apesar do esforço realizado ao longo da pesquisa para acompanhar os destinos dados a esses materiais, nem sempre foi possível obter informações sobre os fins da- dos aos cadernos. O primeiro foi utilizado por mais tempo, tendo durado desde o início do ano, até meados de junho, quando um novo caderno passou a ser utilizado, apesar de o anterior não ter sido preenchido em sua totalidade. A busca por informações sobre o destino do primeiro caderno revelou que Severino o havia queimado, após sua irmã menor o ter riscado e rasgado. Quanto aos demais cadernos: um deles foi perdido, outro a professora guardou após ter sido iniciado, o último foi cedido temporariamente à pesquisadora. Sobre outros cadernos utilizados no decorrer do ano não foram obtidas informações. No entanto, nenhum deles foi utilizado em sua totalidade.

Essas informações poderiam sugerir uma atitude de descaso em relação aos materiais escolares. No entanto, uma situação ocorrida logo após as férias de julho pôde ilustrar a preocupação de Severino com seu caderno. A pesquisadora solicitou a quatro alunos que lhe emprestassem seus cadernos por apenas um dia. Todos entregaram os cadernos logo que a aula acabou, exceto Severino. Ele disse que só emprestaria com a permissão de sua mãe. Dado que ela não foi buscar o filho à escola, foi necessária a ida da pesquisadora à residência do aluno para que o caderno lhe fosse cedido.

Nos cadernos de Severino, não foi possível encontrar dias em que as lições foram feitas de modo completo e correto. Ao longo do ano, foi possível identificar mudanças importantes no conteúdo registrado nos cadernos desse aluno. Nas primeiras semanas, o caderno de Severino mostrava apenas tentativas, mal sucedidas, de cópia do cabeçalho. Ainda não familiarizado com o formato de letras e números, ele tentava reproduzir as formas colocadas na lousa. Ao longo do ano, Severino passou a conseguir obter mais sucesso nessa atividade diária, chegando a conseguir, em alguns dias, concluir a cópia da data e da frase, passando a dedicar-se às demais atividades propostas. Porém, com o passar do tempo, um número maior de alunos passou a dominar a atividade de copiar da lousa, o que possibilitou a Ana solicitar mais esse tipo de tarefa dos alunos. Ao ter uma grande quantidade de conteúdos a copiar, Severino acabava por dedicar-se durante todo o tempo de aula a essa tarefa, que na maioria das vezes tinha sua execução privilegiada pela professora. O resultado era que ele não realizava nenhuma atividade mais direcionada à aprendizagem de leitura e escrita ou de matemática.

Uma das manhãs de Severino em sala de aula pode auxiliar na compreensão do modo como foram realizados os trabalhos desse aluno no decorrer do ano. *"Chego às 7h40. Os alunos estão copiando da lousa a data e a frase do dia. (...) Na lousa, a data com um erro: 29, em vez de 30 de maio. A frase do dia é 'EU SOU CAPAZ DE SER MELHOR DO QUE JÁ SOU.'*

Observo o trabalho de Severino, que inicia a cópia em uma folha em branco do caderno. Copia inicialmente o 2000 no canto superior direito da folha. (...) Prossegue escrevendo da direita para a esquerda, caderno bastante inclinado, quase invertido. Fez várias letras, apaga. Vira o caderno pra lá e pra cá, enquanto cópia da lousa. (...) Apaga novamente, me aproximo, e verifico que o que resta escrito no caderno é "*MAO 2000*." Fica muito sério quando tento conversar com ele. Continua virando muito o caderno. Faz, apaga. Parece um trabalho exaustivo. Lucas cópia. Renato terminou. Ana percebe a data errada na lousa. Apaga, coloca o dia certo e pede: '*Corrige todo mundo... É só apagar o numerozinho'*. Severino ainda não chegou ao número, prossegue copiando. Ora apaga aqui, ora apaga ali. Não apaga somente coisas que acabou de fazer, mas também algumas do começo. Fica em pé ao lado da carteira e continua copiando. Acredito que desse modo ele consiga ver melhor o que está escrito na lousa. Apaga uma letrinha e continua. Severino senta-se. (...) Continua copiando. Parece estar terminando a primeira linha. Vejo um H.

Apaga tudo do H ao 2000. 8h10 Recomeça a copiar da esquerda para a direita. Está de pé e vai fazendo.

Ana fala sobre coisas que os alunos devem trazer para a festa junina: prendas e alimentos. Ao que for trazido será atribuída uma pontuação. A classe que obtiver mais pontos ganhará um passeio. (...) Severino continua copiando sentado, não se manifesta, ao contrário da maioria dos alunos que faz comentários, diz o que vai trazer, comenta sobre o passeio. Ele vira o caderno, parece estar desenhando. Levanta o caderno e observa mais de perto, apaga uma letra, sopra, termina a palavra HORTOLÂNDIA. A conversa com a sala continua. (...) Ninguém, exceto Severino, está copiando. (...)

Ana passa a ler com os alunos a data. Primeiro os alunos vão nomeando as letras, e depois Ana pergunta como ficam algumas letras juntas: *"E o L e o A? LA. Quando junta o N o que dá?*" Severino continua apagando a primeira linha. Parece muito exigente e/ou crítico com o próprio trabalho. Quase todos ajudam Ana a ler, todos olham. Severino não, apaga de novo algo e continua copiando. Olha de perto, vira o caderno prá lá e prá cá. Olha para a lousa. Olha para o caderno, apaga. Ana continua lendo a frase. (...) Severino apaga algo na primeira linha. Ana conversa com a classe, *'Quem explica esta frase?'*

Quando são 8h30. Passa para a próxima linha, escreve o T. Me aproximo e vejo qual foi o resultado da primeira linha: HOTROLNDIA MAI DE 2000. Pergunto: '*Posso ver?'* Ele deixa ver. Pergunto: *'Por que você apagou o que tinha feito?*' Severino responde baixinho, quase sem me olhar, sério: *'Por que não deu certo.'* Pergunto: *'Agora deu certo?*' Faz que sim com a cabeça. (...) A segunda linha prossegue bem mais rápido o resultado é TE FEAR. (...)

Um aluno distribui uma folhinha com um texto e duas figuras para pintar. Severino passa para a frase, cópia corretamente a primeira palavra, EU. Olha para trás, vê que Toni pinta, volta para seu caderno. Fica longo tempo 'desenhando' o S, que fica parecendo um Z invertido, faz o O e o U rápido. Minha sensação, acompanhando o trabalho de Severino, é de que ainda falta uma quantidade imensa para ele terminar. (...) Severino volta ao caderno que vira pra cá, vira pra lá, copiando. Renato pinta a folhinha. Horácio também. (...) Vejo a cópia de Severino EU SOU CAPZ DE. O resultado é sensivelmente melhor e a velocidade maior. (...) Ana vai ler o 'textinho' com os alunos. Começa letra a letra. Severino não acompanha a leitura, continua copiando. (...) Ana decide passar o texto na lousa. '*Vou passar a musiquinha na lousa.*' (...) Passa na lousa o texto, e Luís lê para a classe. Severino continua copiando: DE ERS MH, a linha de seu caderno acaba. Ele prossegue escrevendo, dentro do espaço da espiral. Apaga parte daquilo que havia copiado no começo (que estava correto!) (...) Apagou uma parte que estava correta e prossegue

copiando. Não consigo ver claramente o que ele está fazendo, mas parece-me que faz errado. Apaga toda essa linha.

Ana diz para classe: '*Nós vamos colar esta lição no caderno... Embaixo da data.*' Severino faz novamente EU, e começa a pintar a lição. Aproximo da carteira dele e pergunto o que está fazendo, ele diz: *'Pintando?'* Pergunto se terminou de copiar, e ele diz: '*Depois eu termino.*' Pergunto: '*Falta muito?*' E ele faz que sim com a cabeça e indica na lousa: *'Aquela última linha.*' 9h10.

Essa cena, que resume uma hora e meia de trabalho, é representativa do empenho usualmente empregado por Severino para cumprir as tarefas que lhe eram propostas. No entanto, algumas questões surgem, e ficam ainda sem resposta após essa observação. Por que ele apagava tanto? Por que usava os procedimentos descritos? Por que não parecia ficar satisfeito com o resultado, ainda quando este não parecia ruim à pesquisadora? Foi necessário o acompanhamento de outro de seus dias em sala de aula para que se pudesse responder a essas perguntas. Novamente repetiu-se esse incansável e sofrido trabalho de cópia de algo colocado na lousa. Houve, então, esforço por parte da pesquisadora para conversar com Severino, buscando compreender as suas razões para realizar a atividade desse modo.

Pergunto: *"'O que foi?'* E ele responde: *'Eu não consigo'*, procuro compreender: *'O que você não consegue?'* Ele não responde. Insisto: *'Copiar?'* E aí Severino conta o que eu acredito estar sendo sua principal dificuldade: '*A linha de lá [da lousa] é grande e essa [a do caderno] é pequena".*

Essa declaração de Severino esclarece que o aluno procurava com esforço e dedicação reproduzir aquilo que estava na lousa tal e qual como era apresentado. Assim, quando uma frase estava colocada na lousa, em uma única linha, ele procurava fazê-la também em uma linha de seu caderno, tarefa que se revelava difícil na maioria das vezes, especialmente pelo fato de seu caderno ser pequeno e de sua letra ser grande. Foram diversas as estratégias utilizadas por Severino para alcançar o ideal de fazer exatamente como estava na lousa. De modo algum, tal objetivo pode ser considerado sem razão. Inúmeras vezes, ao longo das observações, foi possível ouvir recomendações da professora a toda a sala para que fizessem igual ao que estava na lousa. Severino, que não conseguia ainda diferenciar em que momentos era fundamental fazer igual e em quais era possível fazer adaptações, apenas buscava cumprir o que lhe era frequentemente solicitado. Imerso em tais preocupações, o aluno deixava de voltar sua atenção para os conteúdos realmente fundamentais desta etapa da escolarização. Enquanto ele se empenhava em fazer a data caber em uma linha, estava à margem de atividades relativas à aprendizagem de leitura e escrita que transcorriam na sala.

Certamente, as dificuldades de Severino para trabalhar com o caderno agravaram-se pelo fato de interagir pouco com a professora. Ele, muito tímido e reservado, raramente falava com quem quer que fosse. Ana, por sua vez, considerava que as dificuldades de Severino de- viam-se à falta de interesse e preguiça. Houve sensíveis avanços no desempenho do aluno, nos raros momentos em que a professora acompanhou mais de perto seu trabalho, auxiliando-o com as recomendações necessárias. Ana reconheceu, próximo ao fim do ano, que o uso do caderno prejudicou muito as possibilidades de Severino aprender os demais conteúdos da 1ª série. Chegou a afirmar que considerava que se ele pudesse recomeçar a escolarização após ter aprendido a trabalhar com o caderno, certamente teria um desempenho bem melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cadernos, mais do que meros objetos acessórios das atividades desenvolvidas em sala de aula, são materiais cuja utilização organiza e imprime características à dinâmica escolar. Possibilitam o acompanhamento e o controle do desenvolvimento e da aprendizagem de um aluno; o registro de informações quanto aos conteúdos ensinados; a comunicação entre pais e escola; bem como entre professor e aluno. Sendo, tão presentes e importantes, faz-se necessário que sejam utilizadas e planejadas estratégias para que possam ser utilizados em toda a sua potencialidade.

São importantes instrumentos de registro que podem revelar sobre o aluno, a escola e as relações que se dão em torno da escolarização. Mas, cujas informações podem conduzir à formulação de hipóteses errôneas sobre aqueles que participam de sua materialização enquanto registros, especialmente quando compreendidas apartadas do contexto em que são produzidas. Compreender este contexto foi uma tarefa que pôde ser realizada por meio da pesquisa etnográfica, de convivência no cotidiano escolar, de documentar o não documentado.

Os cadernos escolares, vistos apenas na perspectiva da materialidade do registro, revelam elementos fundamentais da sala de aula e do processo de aprendizagem, mas não conseguem revelar os bastidores dessa produção, isto é, os inúmeros processos que compõem sua materialidade, verdadeiros desafios à escolarização plena. Quando os cadernos escolares são desvinculados dos processos perceptivo, cognitivo e afetivo que os compõem, são, muitas vezes, interpretados negativamente pelo educador, até mesmo como sinônimo de desinteresse do aluno pela tarefa escolar. E este é um passo importante para que tanto o aluno como o professor passem a construir uma visão negativa das possibilidades de aprendizado e do desenvolvimento escolares, constituindo- se em mais um elemento do processo de produção do fracasso escolar nas séries iniciais.

REFERÊNCIAS

[1] Elizarrarás, M. E. L. (1990). *Trabajo en ela pizarrón.* Manuscrito não publicado

[2] Expele-a, J. (1989). *Pesquisa participante.* São Paulo: Cortez. Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

[3] Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes.Geertz, C. (1987). Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura. Em: *La interpretación da las culturas.* México: Getisa

[4] Gvirtz, S. (1997). *Del curriculum prescripto al curriculum enseñado*. Buenos Aires: Ed. Aique.

[5] Gvirtz, S. (1999). *El discurso escolar a través de los cuadernos de clase.* Buenos Aires: Eudeba Facultad de Filosofia e Letras Universidad de Buenos Aires.

[6] Hébrard, J. (2001). Por uma bibliografia das escritas ordinárias**:** o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de Educação*, *(1)*, 115-141.

[7] Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[8] Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, *(1)*, 9-43. Nóvoa, A. (1993). Perspectivas de renovação da história da educação em Portugal. Em A Nóvoa & J. Berrio (Orgs.), *A*

[9] *história da educação em Espanha e Portugal: investigação e actividades* (pp.11-22). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação: Sociedade Espanhola de Ciências da Educação.

@editorapoisson

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

https://www.facebook.com/editorapoisson